



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 642

Quinta-feira - 23 de Dezembro de 2010

Florianópolis/SC

## Municípios

Água Doce.....	1
Antônio Carlos .....	6
Ascurra.....	6
Atalanta.....	28
Biguaçu .....	29
Braço do Trombudo .....	30
Caçador.....	36
Campo Alegre .....	59
Campos Novos.....	72
Canoinhas.....	72
Capinzal .....	80
Chapadão do Lageado .....	98
Concórdia .....	145
Cordilheira Alta .....	146
Curitibanos .....	151
Ermo .....	170
Forquilha .....	171
Fraiburgo.....	175
Garopaba.....	184
Gaspar .....	189
Governador Celso Ramos .....	233
Guaramirim.....	233
Imbituba .....	233
Iomerê .....	234
Irineópolis .....	236
Itapoá .....	241
Joaçaba.....	242
Massaranduba.....	245
Meleiro .....	252
Monte Carlo .....	253
Pinheiro Preto .....	254
Porto Belo.....	255
Porto União.....	263
Rio do Sul.....	264
Salto Veloso .....	267
Santa Terezinha do Progresso .....	268
São Lourenço do Oeste.....	269
São Pedro de Alcântara.....	271
Schroeder .....	273
Siderópolis.....	274
Timbó .....	278
Tunápolis.....	291
Turvo .....	292
Videira.....	292

## Associações

AMURES .....	314
--------------	-----

## Consórcios

CIMVI .....	316
-------------	-----

## Água Doce

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### Lei Nº 1.961/2010

LEI Nº 1.961/2010 - DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento vigente instituído pela Lei nº 1.846 de 08 de dezembro de 2009, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 32.565,00 (trinta e dois mil e quinhentos e sessenta e cinco reais) para o Fundo Municipal de Saúde.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para aquisição de equipamentos e de um veículo para o Fundo Municipal de Saúde.

Art. 2º. Ficam suplementados no orçamento vigente os elementos de despesas a seguir especificados, com a seguinte classificação orçamentária:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE  
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE  
10.301.0042.1.022 CONSTRUÇÃO AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA E.S.F.  
4.4.90.00.0.1.0002/1 Aplicações Diretas R\$ 3.065,00

10.301.0042.1.023 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS  
4.4.90.00.0.1.0002/3 Aplicações Diretas R\$ 29.500,00  
TOTAL R\$ 32.565,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º desta Lei, fica autorizada a utilizar o provável excesso de arrecadação verificado na fonte de recursos 0.1.0002 - Imposto Saúde na Prefeitura Municipal.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 21 de dezembro de 2010.  
NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI  
Prefeita Municipal

#### CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Antoninho Tiburcio Gonçalves - Presidente • Edinando Brustolin - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Dantes Guilherme - Diagramador • Tales Tombini - Diagramador

Praça XV de novembro, 270 - Centro - 88010-400 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

**Lei Nº 1.962/2010**

LEI Nº 1.962/2010 - DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ANULAR PARCIALMENTE E TRANSFERIR DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular parcialmente a seguinte dotação orçamentária:

## 01 PODER LEGISLATIVO

## 01 CÂMARA DE VEREADORES

## 2.001 DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES P/ MANUTENÇÃO DO TRABALHO LEGISLATIVO

3.3.90/3 Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

TOTAL R\$ 4.000,00

Art. 2º. O valor anulado conforme artigo 1º desta Lei será utilizado para suplementar o seguinte elemento de despesa:

## 01 PODER LEGISLATIVO

## 01 CÂMARA DE VEREADORES

## 2.001 DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES P/ MANUTENÇÃO DO TRABALHO LEGISLATIVO

3.1.90.1 Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

TOTAL R\$ 4.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 21 de dezembro de 2010.

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI

Prefeita Municipal

**Decreto Nº 168/2010**

DECRETO Nº 168/2010 - DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 17 da Lei nº 1.846/2009 de 08 de dezembro de 2009,

## DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 1.846 de 08 de dezembro de 2009, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1.317,84 (um mil trezentos e dezessete reais e oitenta e quatro centavos)

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para utilização recursos aplicação financeira FUNDEB e excesso arrecadação recursos próprios.

Art. 2º. Ficam suplementados os elementos de despesas com a seguinte classificação orçamentária:

## 05 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

## 01 DEPARTAMENTO DE ENSINO

12.365.0033.2.029 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

3.3.90.00.0.1.0019/172 Aplicações Diretas R\$ 982,84

## 04 DEPARTAMENTO DE ESPORTES

27.812.0040.2.036 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE

## ESPORTES

3.3.90.00.0.1.0000/95 Aplicações Diretas R\$ 335,00

TOTAL R\$ 1.317,84

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado excesso de arrecadação verificado na rubrica 1.3.2.1.01.00.00.00.000 Juros de Títulos de Renda - Rendimentos FUNDEB e Excesso de Arrecadação em Recursos Próprios.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 15 de dezembro de 2010.

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI

Prefeita Municipal

**Decreto Nº 169/2010**

DECRETO Nº 169/2010 - DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 17 da Lei nº 1.846 de 08 de dezembro de 2009,

## DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 1.846 de 08 de dezembro de 2009, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 138.557,00 (cento e trinta e oito mil e quinhentos e cinquenta e sete reais).

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para despesas de manutenção das diversas secretarias.

Art. 2º. Ficam suplementados os elementos de despesas com a seguinte classificação orçamentária:

## 02 GABINETE DO PREFEITO

## 01 GABINETE DO PREFEITO E VICE

## 04.122.0004.2.002 MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO E VICE

3.1.90.00.0.1.0000/1 Aplicações Diretas R\$ 1.247,00

## 03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

## 01 DEPTO. DE SERVIÇOS GERAIS

## 04.122.0006.2.006 MANUTENÇÃO SECRETARIA ADM. FAZENDA E DEPTOS.

3.1.90.00.0.1.0000/13 Aplicações Diretas R\$ 29.327,00

3.1.91.00.0.1.0000/14 Aplicações Diretas R\$ 3.585,00

## 06.182.0006.2.011 SEGURANÇA CONTRA SINISTRO

3.1.90.00.0.1.0000/21 Aplicações Diretas R\$ 330,00

## 09.271.0010.2.012 INATIVOS E PENSIONISTAS

3.1.90.00.0.1.0000/24 Aplicações Diretas R\$ 501,00

## 04 SECRETARIA DA AGRICULTURA

## 01 DEPTO. DE AGRICULTURA

## 20.606.0019.2.014 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA

3.1.90.00.0.1.0000/31 Aplicações Diretas R\$ 3.946,00

## 05 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

## 01 DEPTO. DE ENSINO

12.361.0025.2.020 MANUTENÇÃO DO DEPTO. DE ENSINO

3.1.90.00.0.1.0001/52 Aplicações Diretas R\$ 10.640,00

12.361.0025.2.022 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR

3.1.90.00.0.1.0001/57 Aplicações Diretas R\$ 13.081,00

12.365.0033.2.029 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

3.1.90.00.0.1.0001/72 Aplicações Diretas R\$ 2.979,00

02 DEPTO. DE CULTURA

13.392.0036.2.032 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CULTURA

3.1.90.00.0.1.0000/79 Aplicações Diretas R\$ 6.357,00

04 DEPTO. DE ESPORTES

27.812.0040.2.036 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES

3.1.90.00.0.1.0000/93 Aplicações Diretas R\$ 3.965,00

06 SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL

02 DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO SOCIAL

08.244.0045.2.038 MANUTENÇÃO DO DEPTO. DE PROMOÇÃO SOCIAL

3.1.90.00.0.1.0000/97 Aplicações Diretas R\$ 5.297,00

07 SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E URBANISMO

01 DEPTO. DE URBANISMO

15.452.0048.2.046 MANUTENÇÃO DO DEPTO. DE URBANISMO

3.1.90.00.0.1.0000/126 Aplicações Diretas R\$ 18.977,00

08 SECRETARIA DE TRANSPORTES E INFRA-ESTRUTURA RURAL

01 DEPTO. DE TRANSPORTES

26.782.0055.2.050 MANUTENÇÃO DA SEC. DE TRANSPORTES E INFRA-ESTRUTURA RURAL

3.1.90.00.0.3.0000/178 Aplicações Diretas R\$ 38.325,00

TOTAL R\$ 138.557,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado o Excesso de Arrecadação Recursos Próprios, Recursos Impostos - Educação e Superávit Financeiro do exercício de 2009.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 17 de dezembro de 2010.  
NELCI FÁTIMA TRENTO BORTOLINI  
Prefeita Municipal

### Decreto Nº 170/2010

DECRETO Nº 170/2010 – DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010  
“ALTERA DISPOSITIVO DO ANEXO ÚNICO DO DECRETO N. 081, DE 16 DE AGOSTO DE 2010 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

NELCI FÁTIMA TRENTO BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 72 da Lei Orgânica Municipal e considerando o disposto no Decreto n. 081, de 16 de agosto de 2010,

DECRETA:

Art. 1º. Fica alterado o Anexo único do Decreto n. 081, de 16 de agosto de 2010, que passa a vigorar com a redação constante no Anexo único deste Decreto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Fica revogado o Decreto n. 162, de 07 de dezembro de 2010, bem como as demais disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 21 de dezembro de 2010.

NELCI FÁTIMA TRENTO BORTOLINI

Prefeita Municipal

ANEXO ÚNICO

BOLETIM DE AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO

#### I – INFORMAÇÕES E INSTRUÇÕES:

O presente boletim de avaliação consta de 10 (dez) itens a serem avaliados;

A cada item correspondem alternativas que deverão ser valoradas com notas de 01 a 10 (sendo 01 totalmente insatisfeito e 10 totalmente satisfeito) de acordo com a situação do avaliado, assinalando-se, no espaço correspondente, a respectiva nota;

O campo identificado como Nota1 corresponde à auto-avaliação e, como tal, deverá ser preenchido pelo próprio servidor avaliado; o campo identificado como Nota2 corresponde à avaliação da Comissão;

Os valores correspondentes à auto-avaliação não serão computados para fins de média, servindo apenas como parâmetro para aferição da nota pela comissão de avaliação;

Os valores correspondentes a cada item deverão ser somados, cuja soma total, será a nota obtida na avaliação, na forma de pontos; ao final do período de estágio probatório será feita a média aritmética das avaliações parciais; o servidor que não alcançar, ao final das avaliações, média aritmética igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) da pontuação máxima será reprovado e deverá ser exonerado, dando-se vista ao estagiário pelo prazo de cinco dias para apresentar defesa, por si ou por procurador legalmente habilitado.

O número máximo de pontos possíveis a serem atingidos neste boletim é de 620 (seiscentos e vinte) pontos;

A ordem de avaliação será a seguinte:

1º) Será feita a auto-avaliação, com o preenchimento, pelo próprio servidor avaliado, do Boletim de Avaliação, o qual deverá atribuir-se a nota que entender merecedor;

2º) O Boletim será encaminhado ao Secretário e/ou Superior Hierárquico direto do servidor avaliado, o qual se pronunciará quanto à concordância ou não das notas atribuídas;

3º) A Comissão de Avaliação fará a sua avaliação;

4º) O Processo será encaminhado ao Conselho de Política, Administração e Remuneração de Pessoal para manifestação;

5º) O processo retornará à Comissão para feitura da pontuação final.

#### II- IDENTIFICAÇÃO DO AVALIADO:

Nome:	Matrícula:
Cargo:	Nível:
Lotação:	Carga Horária:
Data da Posse:	Data da Avaliação:

#### III - ITENS AVALIADOS:

Quantidade do trabalho – produtividade:

Considere a quantidade de trabalho executado dentro do campo de ocupação.

Descrição das atividades	Nota1	Nota1
Apresenta resultado aceitável e possui domínio em sua área de conhecimento		
Volume de serviços em condições normais, rapidez e eficiência no trabalho		

1 Pontuação relativa a auto-avaliação;

Administração do tempo: leva em consideração a capacidade do servidor em ordenar a realização de suas tarefas e cumprir os prazos estabelecidos para a sua entrega.		
---	--	--

**Dedicação ao Serviço:**

Descrição das atividades	Nota1	Nota2
Avalie a disponibilidade do avaliado, tendo em vista as necessidades da repartição, do trabalho e do grupo com o qual trabalha		
Avalia o relacionamento com os colegas: se mantém sempre um clima de cordialidade no trato com os colegas e terceiros, usuários dos serviços por ele prestados		
Análise a dedicação ao trabalho em relação ao capricho, precisão, clareza, ausência de erros e cumprimento dos prazos estabelecidos, atendendo as expectativas da área;		

**Eficiência, Disciplina e Zelo:**

Avalie a aplicação de conhecimentos teórico/prático visando resultado eficiente no desenvolvimento das atribuições do cargo

Descrição das atividades	Nota1	Nota2
Conhecimento suficiente sobre as atribuições do cargo.		
Uso correto dos recursos materiais que dispõe para a execução de suas tarefas, bem como demonstra cuidados quanto a sua conservação e economia; tem comprometimento com o trabalho		
Interação e respeito no trato com seus superiores hierárquicos, bem como ao cumprimento das ordens por estes emanadas.		
Realiza as atividades com cuidado e atenção, atingindo o nível de qualidade desejado, evitando o retrabalho.		

**Aperfeiçoamento funcional – atualização:**

Descrição das atividades	Nota1	Nota2
Demonstra interesse em se aperfeiçoar, visando a melhoria do resultado do seu trabalho		
Participa dos treinamentos oferecidos pela Administração.		
Demonstra interesse em se auto-desenvolver, mantendo-se sempre atualizado, buscando espontaneamente novas informações.		

**05 – Responsabilidade:**

Considera a maneira como o servidor se dedica ao trabalho: se atende as tarefas nos prazos determinados; se respeita as ordens, as determinações, as normas e regulamentos do órgão e como administra o tempo de suas atividades a sua função.

Descrição das atividades	Nota1	Nota2
Cumprir suas atividades		
Requer fiscalização		
Assume todas as suas atividades, cumprindo-as nos prazos estipulados.		

**06 – Cooperação:**

Considera a qualidade de cooperar e oferecer contribuição ao trabalho de seus colegas e comunidade.

Descrição das atividades	Nota1	Nota2
Executa qualquer atividade, mesmo fora de sua rotina ou atribuição, colaborando com os colegas para que o trabalho não seja interrompido		
Coopera quando é solicitado		

Coopera espontaneamente, demonstrando espírito de equipe e solidariedade.		
---	--	--

**– Relacionamento Humano:**

Considere o relacionamento com colegas, membros da comunidade e com a administração, no que diz respeito às questões de funcionamento do órgão.

Descrição das atividades	Nota1	Nota2
Demonstra habilidade no relacionamento com colegas e terceiros.		
Mantém espírito de coleguismo e de mútua compreensão.		
Mantém sempre um clima de cordialidade no trato com colegas e terceiros.		

**- Assiduidade e permanência no local de trabalho:**

Considera a frequência do funcionário ao trabalho e sua permanência no local de trabalho, bem como sua participação nos eventos promovidos pelo órgão e comunidade, relacionados com suas atividades. Considere a chegada e a saída do trabalho, começo e término de cada período, faltas justificadas e injustificadas, a disciplina e o ambiente no trabalho.

Descrição das atividades	Nota1	Nota2
Justifica as faltas, sempre que ocorrem		
Não falta nem sai do local de trabalho durante o expediente sem autorização		
Não chega atrasado nem sai antes do término do expediente		
Participa ou colabora na organização dos eventos realizados pelo município ou Secretaria afim		

**09 – Iniciativa e Criatividade:**

Considera a potencialidade do funcionário para desenvolver idéias novas, dinamizar e motivar as atividades, contribuindo para a melhoria do trabalho da categoria profissional.

Descrição das atividades	Nota1	Nota2
Não se limita a seguir técnicas e padrões existentes pertinentes ao seu trabalho		
Possui potencial criativo, contribuindo sempre que estimulado na execução de qualquer atividade, ainda que alheia ao seu cargo		
Dinamiza, inova e motiva seu trabalho, desenvolvendo idéias novas e úteis para melhor desempenho de seu trabalho		

**10 – Idoneidade Moral:**

Descrição das atividades	Nota1	Nota2
Analisa se o comportamento do servidor não compromete a ética e a moral do órgão público municipal perante a comunidade		
Avalia se o servidor não possui antecedentes disciplinares		

**IV – RESUMO/RESULTADO:**

Número máximo de pontos possíveis	620
Soma dos pontos obtidos (Nota1+ Nota2)	
Média dos pontos obtidos nas avaliações	

Observação do Secretário ou Superior Hierárquico:

-----





# Antônio Carlos

## PREFEITURA MUNICIPAL

### Portaria Nº 432/2010

PORTARIA Nº 432/2010.

Cria e Nomeia o Conselho de Acompanhamento e Controle do FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

#### RESOLVE:

Artigo 1º - Criar e Nomear os Membros do CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE DO FUNDEB, do Governo Municipal, Profissionais da Educação e Outros Profissionais, assim distribuídos:

Diretor das Escolas Básicas Públicas  
Titular - Jucélio Laudelino Schmitt  
Suplente - Rozimere Bernadete Guesser Schmitt

Estudantes da Educação Básica Pública  
Titular - Bruna Guesser  
Suplente - Rafael Rocha

Estudantes da Educação Básica Pública Indicada pela Entidade de Estudantes  
Titular - Leonardo Hoffmann  
Suplente - Fabiana Prim

Representante de Pais de Alunos  
Titular - Maria Ines kremer  
Suplente - Clarise Cristina Coelho Besen  
Titular - Regina Correa dos Santos  
Suplente - Joaquim Koch

Poder Executivo Municipal  
Titular - Zuleide Besen  
Suplente - Flavio Munich

Poder Executivo Municipal-Secretaria de Educação e Cultura  
Titular - Judite Koch Schmitt  
Suplente - Ines Kuhn Guesser

Professores da Educação Básica Pública  
Titular - Carmem Lucia Pitz Rasveiler  
Suplente - Patricia Wiese Besen

Servidores Tecnico-Administrativo das Escolas Básicas Públicas  
Titular - Monica Schmitt Zimmermann  
Suplente - Rosana Aparecida da Cruz

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 417/2010 de 01 de Dezembro de 2010.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 16 de Dezembro de 2010.  
GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 16 de Dezembro de 2010.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA  
Secretário de Administração e Finanças

### Extrato de Dispensa de Licitação Nº 155/2010

#### EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Dispensa de Licitação nº 155/2010; Objeto: Conserto emergencial do Caminhão de coleta de Lixo - Volkswagen 13-180, Ano 2005, Placa MEN-7849; Contratado: Nivaldo Comércio de Peças e Mecânica Diesel Ltda. ME; Valor do Contrato: R\$ 10.639,68 (dez mil, seiscentos e trinta e nove reais e sessenta e oito centavos); Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos.

Antônio Carlos, 20 de Dezembro de 2010.  
GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

### Extrato de Dispensa de Licitação Nº 156/2010

#### EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Dispensa de Licitação nº 156/2010; Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços técnicos de engenharia a fim de elaboração de Projeto de SPDA (para raio) da quadra coberta da Escola Municipal Don Afonso Niehves, no município de Antonio Carlos/SC; Contratado: Eletro Comercial Energiluz Ltda. EPP; Valor do Contrato: R\$ 2.350,00 (dois mil e trezentos e cinquenta reais); Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos.

Antônio Carlos, 20 de Dezembro de 2010.  
GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

# Ascurra

## PREFEITURA MUNICIPAL

### Lei nº 1211, de 16 de dezembro de 2010.

LEI nº 1211, de 16 de dezembro de 2010.

"DISCIPLINA A NOMEAÇÃO PARA CARGOS EM COMISSÃO NO ÂMBITO DOS ÓRGÃOS DO PODER EXECUTIVO E LEGISLATIVO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

AIRES ROGÉRIO DALFOVO, Prefeito Municipal DE ASCURRA EM EXERCÍCIO.

Faço saber a todos os habitantes do Município de Ascurra, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica vedada a nomeação para cargos em comissão no âmbito dos órgãos do Poder Executivo e Legislativo do município de Ascurra, pessoas que estão inseridas nas seguintes hipóteses:

I - Os que tenham contra sua pessoa representação julgada procedente pela Justiça Eleitoral, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, em processo de apuração de abuso do poder econômico ou político, desde a decisão até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos;

II - Os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da

pena, pelos crimes:

a) Contra a economia popular, a fé pública a administração pública e o patrimônio público;

b) Contra o patrimônio privado, o sistema financeiro, o mercado de capitais e os previstos na lei que regula a falência;

c) Contra o meio ambiente e a saúde pública;

d) Eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade;

e) De abuso de autoridade, nos casos em que houver condenação à perda do cargo ou à inabilitação para o exercício da função pública;

f) De lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores;

g) De tráfico de entorpecentes e drogas afins, racismo, tortura, terrorismo e hediondos;

h) De redução à condição análoga à de escravo;

i) Contra a vida e a dignidade sexual;

j) Praticados por organização criminosa, quadrilha ou bando;

III - Os que forem declarados indignos ou oficialato, ou com ele incompatíveis, pelo prazo de 8 (oito) anos;

IV - Os que tiverem suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável que configure ato doloso de improbidade administrativa, e por decisão irrecorrível do órgão competente, salvo se esta houver sido suspensa ou anulada pelo Poder Judiciário, aplicando-se o disposto no inciso II do art. 71 da Constituição Federal, a todos os ordenadores de despesa, sem exclusão de mandatários que houverem agido nessa condição, desde a decisão até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos;

V - Os detentores de cargo na administração pública direta, indireta ou fundacional, que beneficiarem a si ou a terceiros, pelo abuso do poder econômico ou político, que forem condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a decisão até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos;

VI - Os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado da Justiça Eleitoral, por corrupção eleitoral, por captação ilícita de sufrágio, por doação, captação ou gastos ilícitos de recursos de campanha ou por conduta velada aos agentes públicos em campanhas eleitorais que impliquem cassação do registro ou do diploma, desde a decisão até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos;

VII - Os que forem condenados à suspensão dos direitos políticos, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por ato doloso de improbidade administrativa que importe lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito, desde a condenação ou o transito em julgado até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena;

VIII - Os que forem excluídos do exercício da profissão, por decisão sancionatória do órgão profissional competente, em decorrência de infração ético-profissional, pelo prazo de 8 (oito) anos, salvo se o ato houver sido anulado ou suspenso pelo Poder Judiciário;

IX - Os que forem demitidos do serviço público em decorrência de processo administrativo ou judicial, pelo prazo de 8 (oito) anos,

contado da decisão, salvo se o ato houver sido suspenso ou anulado pelo Poder Judiciário;

X - Os servidores do Poder Executivo e Legislativo, que forem aposentados compulsoriamente por decisão sancionatória, e que tenham perdido o cargo por sentença ou que tenham pedido exoneração ou aposentadoria voluntária na pendência de processo administrativo disciplinar, pelo prazo de 8 (oito) anos;

Parágrafo Único: A vedação prevista no inciso II do artigo I não se aplica aos crimes culposos àqueles definidos em lei como de menor potencial ofensivo, nem aos crimes de ação penal privada.

Art. 2º Todos os atos efetuados em desobediência às vedações previstas nesta Lei serão considerados nulos a partir da sanção desta legislação.

Art. 3º Caberá ao Poder Executivo Municipal e ao Poder Legislativo, de forma individualizada, a fiscalização de seus atos em obediência a presente lei, com a possibilidade de requerer aos órgãos competentes informações e documentos que entender necessários para o cumprimento das exigências legais.

Art. 4º O nomeado ou designado, obrigatoriamente antes da posse, terá ciência das restrições e declarará por escrito não se encontrar inserido nas vedações do art. 1º.

Art. 5º O Prefeito Municipal e o Presidente da Câmara de Vereadores de Ascurra dentro do prazo de 90 (noventa) dias, contados da publicação da lei, promoverão a exoneração dos atuais ocupantes de cargos de provimento em comissão, nas situações previstas no art. 1º.

Parágrafo Único: Os atos de exoneração produzirão efeitos a contar de suas respectivas publicações.

Art. 6º As denúncias de descumprimento da lei deverão ser encaminhadas ao Ministério Público que ordenará as providências cabíveis na espécie.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito em, 16 de dezembro de 2010.  
AIRES ROGÉRIO DALFOVO  
Prefeito Municipal em Exercício

Publicada a presente Lei na forma regulamentar;  
Município de Ascurra em, 16 de dezembro de 2010.

MARIA DE FATIMA MARTINS  
Fiscal de Tributos

### **Lei Nº 1189, de 20 de setembro de 2010.**

LEI nº 1189, de 20 de setembro de 2010.

Autoriza a anulação e suplementação de dotações orçamentárias

MOACIR POLIDORO, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 1158, de 14/12/2009,

Art. 1º - Anula dotações orçamentárias, do orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Ascurra, no valor de R\$ 155.000,00 (cento e cinquenta e cinco mil reais), conforme quadro abaixo:

04.001 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
012.361.0040.1007 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS  
40000000000000 Despesas de Capital  
44000000000000 Investimentos  
44900000000000 Aplicações Diretas

012255 Transf. De Convênios do Estado 100.000,00  
 04.001 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
 012.361.0040.2009 MAN. ENSINO FUNDAMENTAL E VAL. MAGIST.  
 30000000000000 Despesas de Correntes  
 31000000000000 Pessoal e Encargos Sociais  
 31900000000000 Aplicações Diretas  
 010100 Rec. de Impostos e de Transf. de Imp-Educação 10.000,00  
 04.002 ESPORTE E CULTURA  
 027.812.0060.2008 MANUTENÇÃO ATIVIDADES ESPORTIVAS  
 30000000000000 Despesas Correntes  
 33000000000000 Outras Despesas Correntes  
 33900000000000 Aplicações Diretas  
 010000 Recursos Ordinários 15.000,00  
 08.001 FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESC.  
 008.243.0110.2041 MANUTENÇÃO DO FUNDO CRIANÇA E ADO-  
 LE.  
 30000000000000 Despesas Correntes  
 31000000000000 Pessoal e Encargos Sociais  
 31900000000000 Aplicações Diretas  
 010000 Recursos Ordinários 10.000,00  
 07.001 SECRETARIA DE TRANSP. E SER. URBANOS  
 015.451.0030.1008 IMPLANTAÇÃO DE GALERIAS PLUVIAIS  
 40000000000000 Despesas de Capital  
 44000000000000 Investimentos  
 44900000000000 Aplicações Diretas  
 012454 Transf. De Convênios da União Outros 20.000,00  
 TOTAL 155.000,00

Art. 2º - Os recursos anulados no artigo primeiro da presente Lei suplementam as dotações orçamentárias, conforme quadro a seguir:

03.001 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJ.  
 004.121.0100.0002 JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA  
 30000000000000 Despesas Correntes  
 32000000000000 Juros e Encargos da Divida  
 32900000000000 Aplicações Diretas  
 010000 Recursos Ordinários 15.000,00  
 07.001 SECRETARIA DE TRANSPORTES E SERV. URBANOS  
 015.452.0030.2016 Manut. Depto de Obras e Estradas de Roda-  
 gem  
 30000000000000 Despesas Correntes  
 33000000000000 Outras Despesas Correntes  
 33900000000000 Aplicações Diretas  
 012255 Transf. De Convênios do Estado 100.000,00  
 04.001 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
 012.361.0040.2011 MANUT. TRANSPORTE ESCOLAR (NUCLEADO)  
 30000000000000 Despesas Correntes  
 33000000000000 Outras Despesas Correntes  
 33900000000000 Aplicações Diretas  
 010000 Recursos Ordinários 10.000,00  
 04.001 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
 012.365.0040.2010 MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR  
 30000000000000 Despesas Correntes  
 33000000000000 Outras Despesas Correntes  
 33900000000000 Aplicações Diretas  
 010100 Recursos Ordinários 10.000,00  
 04.002 ESPORTE E CULTURA  
 027.812.0060.2008 MANUTENÇÃO ATIVIDADES ESPORTIVAS  
 30000000000000 Despesas Correntes  
 33000000000000 Outras Despesas Correntes  
 33900000000000 Aplicações Diretas  
 012454 Transf. De Convênios da União Outros 20.000,00  
 TOTAL 155.000,00

Art. 3º - Anula dotações orçamentárias, do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta e cinco mil reais), conforme quadro abaixo:

05.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
 010.301.0070.1019 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E EQUIP. SAÚDE

40000000000000 Despesas de Capital  
 44000000000000 Investimentos  
 44900000000000 Aplicações Diretas  
 012354 Transf. De Convênios da União Saúde 50.000,00  
 TOTAL 50.000,00

Art. 4º - Os recursos anulados no artigo terceiro da presente Lei suplementam as dotações orçamentárias conforme quadro a seguir:

05.001 SECRETARIA DE SAÚDE  
 010.301.0070.2025 MANUTENÇÃO SAÚDE - RECURSOS SUS  
 30000000000000 Despesas Correntes  
 33000000000000 Outras Despesas Correntes  
 33900000000000 Aplicações Diretas  
 012354 Transf. De Convênios da União Saúde 25.000,00  
 05.001 SECRETARIA DE SAÚDE  
 010.301.0070.2025 MANUTENÇÃO SAÚDE - RECURSOS SUS  
 30000000000000 Despesas Correntes  
 31000000000000 Pessoal e Encargos Sociais  
 31900000000000 Aplicações Diretas  
 012354 Transf. De Convênios da União Saúde 25.000,00  
 TOTAL 50.000,00

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, 20 de setembro de 2010.  
 MOACIR POLIDORO  
 Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei na forma Regulamentar.  
 Município de Ascurra em, 20 de setembro de 2010.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS  
 Fiscal de Tributos

### **Lei Nº 1204, de 09 de novembro de 2010**

LEI Nº 1204, de 09 de novembro de 2010  
 DENOMINA VIA PÚBLICA / RUA VALCIR FAES.

MOACIR POLIDORO, Prefeito Municipal de Ascurra, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica denominada "Rua Valcir Faes", a via pública projetada com início nos lotes de Adélia Depiné e Ines Beatriz Poffo (atual PM 100), numa extensão de 95,10 metros, ao final confrontando com Irio Tomio, perpendicular ao fim da rua PM 99.

Art. 2º - A referida rua apresenta as seguintes medidas:  
 Extensão: 95,10 metros;  
 Largura: 12,00 metros.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em, 09 de novembro de 2010.  
 MOACIR POLIDORO  
 Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei na forma regulamentar;  
 Município de Ascurra em, 09 de novembro de 2010.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS  
 Fiscal de Tributos



**Lei Complementar Nº 104, de 12 de agosto de 2010**

LEI COMPLEMENTAR nº 104, de 12 de agosto de 2010

Altera a Lei Complementar nº 65, de 07/12/2006, e dá outras providências.

MOACIR POLIDORO, Prefeito de Ascurra, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - O § 2º do artigo 2º da Lei Complementar nº 65/2006, passa a vigorar com os seguintes parágrafos:

“Art. 2º -

§ 2º - A remuneração do médico geral comunitário e do odontólogo/cirurgião dentista, integrante das equipes de PSF, em face das características diferenciadas e condições especiais de atuação, será a do salário previsto no Anexo I desta lei, adicionado da Indenização por Atividade Especial por exercício da função, vedada a incorporação desta à remuneração do eventual cargo efetivo ocupado no quadro permanente.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Ascurra, em 12 de agosto de 2010.

MOACIR POLIDORO

Prefeito de Ascurra/SC.

Publicada a presente Lei na forma Regulamentar.

Município de Ascurra em, 12 de agosto de 2010.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS

Fiscal de Tributos

**Lei Complementar Nº 103 de 09 de Agosto de 2010.**

LEI COMPLEMENTAR Nº 103 DE 09 DE AGOSTO DE 2010.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE CARGO E REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE ASCURRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MOACIR POLIDORO, PREFEITO MUNICIPAL DE ASCURRA.

Faço saber a todos os habitantes do Município de Ascurra, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - O Quadro de Pessoal da Câmara de Vereadores de Ascurra, é integrado dos cargos de provimento efetivo e dos cargos de provimento em comissão, de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Poder Legislativo, estruturados de acordo com o disposto no Decreto Legislativo nº. 03/2009 e nesta Lei Complementar.

Art. 2º - Fica criado o cargo de provimento efetivo de Assessor Legislativo, com formação de nível superior.

Parágrafo único. O vencimento e as atribuições de cada cargo constam do anexo I, II, III, IV e V desta Lei Complementar.

Art. 3º - Os cargos de provimento efetivo do Poder Legislativo Ascurrense, nas quantidades, denominações e vencimentos são os previstos no Anexo I desta Lei Complementar.

Parágrafo Primeiro – A investidura em cargo público efetivo do Poder Legislativo Ascurrense far-se-á mediante aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos.

Parágrafo Segundo – Aplica-se aos servidores efetivos do Poder Legislativo Ascurrense a Lei Complementar nº. 14, de 20 de abril

de 1995 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ascurra) e suas alterações e Lei nº. 649, de 03 de dezembro de 1993 (Dispõe sobre as Normas Gerais de Pessoal, Plano de Carreira, Cargos e Salários do Poder Executivo), e suas alterações.

Parágrafo Terceiro - Fica o Presidente da Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Ascurra autorizado a realizar Concursos Públicos para o preenchimento dos cargos de provimento efetivo constantes desta Lei Complementar, obedecidos aos preceitos da Constituição Federal e as imposições da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 4º - Os cargos de provimento em comissão do Poder Legislativo Ascurrense, nas quantidades, denominações e vencimentos são os previstos no Anexo II desta Lei, classificados por símbolos, de livre nomeação e exoneração da Mesa Diretora em consonância com a Lei Complementar nº. 01, de 23 de abril de 2009.

Art. 5º - Os ocupantes de cargo em comissão podem ser convocados sempre que houver interesse da Mesa Diretora.

Art. 6º - Fica instituído o quadro das funções gratificadas do Poder Legislativo, Anexo III, desta Lei, consistente em percentuais calculados sobre o vencimento básico do titular, devidos em razão do desempenho de função ou outros encargos de especial responsabilidade que não justifiquem a criação de cargos, nas quantidades ali especificadas, a serem concedidas e livremente destituíveis por ato da Mesa Diretora, dentre servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo.

Parágrafo Único – Nenhuma remuneração, incluindo eventual gratificação, poderá exceder a remuneração do Prefeito Municipal.

Art. 7º - Fica autorizada a contratação de servidores em caráter temporário, observados vencimentos e quadro de vagas desta Lei, no caso de extrema necessidade e de interesse público relevante, nos seguintes casos:

- I - Substituição de servidor licenciado;
- II - Preenchimento de cargos de classe inicial de carreira, até a realização de Concurso Público;
- III - Execução de serviço por profissional especializado que não exija a criação de cargo ou emprego permanente;
- IV - Outros casos autorizados pela lei específica municipal.

§ 1º - O prazo de contratação não será superior:

Ao da licença, no caso do inciso I;  
 A dois (2) anos, nos casos dos incisos II, III, e IV.

§ 2º - O recrutamento será feito mediante processo seletivo simplificado, nos termos da legislação municipal.

Art. 8º - Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo Ascurrense, serão revistos nas mesmas datas e percentuais estabelecidos para os servidores do Poder Executivo do Município de Ascurra.

Art. 9º - O Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Ascurra expedirá os atos administrativos complementares e necessários à plena execução desta lei.

Art. 10º - São partes integrantes desta Lei os Anexos I, II, III, IV e V.

Art. 11º - As despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar correrão a conta das dotações próprias do Orçamento do Poder Legislativo Municipal, respeitados os limites Constitucionais e da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 12º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 09 de agosto de 2010.  
MOACIR POLIDORO  
Prefeito de Ascurra/SC.

Publicada a presente Lei na forma Regulamentar.  
Município de Ascurra em, em 09 de agosto de 2010.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS  
Fiscal de Tributos

#### ANEXO I CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

DENOMINAÇÃO	NR. VAGAS	SÍMBOLO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	VENCIMENTO R\$
CONTADOR	01	COT	20 h	1.500,00
SECRETÁRIO EXECUTIVO	01	SEC	20 h	932,82
ASSESSOR LEGISLATIVO	01	ASL	40h	2.263,28
AUXILIAR DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	01	ALC	40 h	600,00

#### ANEXO II CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

DENOMINAÇÃO	NR. VAGAS	SÍMBOLO	VENCIMENTO R\$
ASSESSOR JURÍDICO	01	ASS-1	2.263,28

#### ANEXO III FUNÇÕES GRATIFICADAS

NR. DE FUNÇÕES	SÍMBOLOS	PERCENTUAL
01	FG	Até 15 %

#### ANEXO IV HABILITAÇÃO PROFISSIONAL CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

DENOMINAÇÃO	HABILITAÇÃO
CONTADOR	Diploma de Curso Superior em Ciências Contábeis e inscrição no Conselho Regional de Contabilidade
SECRETÁRIO EXECUTIVO	Formação em Curso Superior
ASSESSOR LEGISLATIVO	Formação em Curso Superior
AUXILIAR DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	Formação em Ensino Fundamental

#### CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

DENOMINAÇÃO	HABILITAÇÃO
ASSESSOR JURÍDICO	Diploma de Curso Superior em Direito e inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil

#### ANEXO V ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS PROVIMENTO EFETIVO

CONTADOR	Executar a escrituração através dos lançamentos dos atos e fatos contábeis; elaborar e manter atualizados relatórios contábeis; promover a prestação, acertos e conciliação de contas; participar da implantação e execução das normas e rotinas de controle interno; elaborar e acompanhar a execução do orçamento; elaborar demonstrações contábeis e a prestação de contas ao órgão; prestar assessoria e preparar informações econômico-financeiras; atender às demandas dos órgãos fiscalizadores; controle e registro do patrimônio da Casa; atividades correlatas ao controle financeiro, incluindo tesouraria e as atividades relacionadas ao setor de recursos humanos; alimentação e atualização dos dados sistema E-sfinge.
SECRETÁRIO EXECUTIVO	Atender o Expediente da Secretaria da Câmara; Lavrar as atas das sessões da Câmara; Ler o Expediente e as atas nas sessões da Câmara;
ASSESSOR LEGISLATIVO	Dar apoio técnico as atividades da Mesa Diretora, necessários ao bom andamento e controle dos trabalhos legislativos; Contatar órgãos técnicos que estabeleçam intercâmbio de técnica legislativa; Formular e estabelecer sistemas de acompanhamento de avaliação das atividades em execução, possibilitando a correção de possíveis desvios verificados; Planejar e executar os trabalhos de acompanhamento e análise das atividades, objetivando o aperfeiçoamento da organização parlamentar; Receber da Mesa e promover a distribuição às Comissões, das proposições, acompanhando o andamento e controlando os prazos; Encaminhar à Mesa Diretora rol de projetos em condições de figurarem na Ordem do Dia; Promover a preparação e expedição de projeto de lei, mensagens, requerimentos, indicações, projetos de resoluções e de decretos legislativos, moções, convites e outros documentos, controlando seus prazos de tramitação; Fazer verificar os prazos de sanção dos projetos encaminhados após a aprovação pela Câmara de Vereadores de Ascurra; Providenciar o registro e arquivamento de matérias ultimadas; Fazer confeccionar folhas de presença de Vereadores para controle a ser enviado ao setor financeiro para feitura de folha de pagamento; Controlar, coordenar e administrar as várias atividades legislativas; Exercer outras atividades correlatas necessárias ao bom andamento dos trabalhos legislativos; Zelar pelo patrimônio do Legislativo Municipal; Preparar termos de posse de Vereadores, Prefeito e Vice-Prefeito, em livro próprio. Executar outras atividades afins determinadas pela Presidência da Câmara.
AUXILIAR DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	Manter limpas e asseadas as dependências da Câmara de Vereadores de Ascurra, limpar, conservar e zelar pelo mobiliário; Realizar serviços de copa e cozinha; Manter limpos todos os utensílios da cozinha; Requisitar material necessário ao desempenho de suas funções; Manter arrumado e controlado o material sob sua guarda; Conservar os eletrodomésticos pertencentes ao patrimônio municipal; Atender demais servidores, vereadores e outras autoridades, com presteza e educação; Zelar pelo patrimônio do legislativo Municipal; Executar outras atividades afins determinadas pela presidência.

## PROVIMENTO EM COMISSÃO

ASSESSOR JURÍDICO	Atender consultas de ordem jurídica que lhe forem solicitadas pelos Vereadores e as que forem encaminhadas pelo Prefeito e por diferentes órgãos da Prefeitura, emitindo parecer quando for o caso, bem como desempenhar o disposto no Regimento Interno da Câmara Municipal de Ascurra – Regimento nº. 05/02 e representar o Legislativo em juízo.
-------------------	---

**Lei N.º 1193 de 18 de outubro de 2010**

LEI N.º 1193 de 18 de outubro de 2010

AUTORIZA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS E UTILIZAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS.

Moacir Polidoro, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais e de acordo com os art. 7º e 9º da Lei nº 782, de 27/11/1997,

Faço saber a todos os habitantes do Município de Ascurra, que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º - Fica o executivo municipal autorizado a executar serviços de macadamização e terraplanagem numa área de 1.500 m², com largura de 05 (cinco) metros e extensão de 300 (trezentos) metros, em terras de propriedade da Senhora Lucia Poffo, produtora Rural, com Inscrição nº 01.182.203-1, localizado na Rua Ribeirão São Paulo, 3205, Bairro Ribeirão São Paulo, neste município e Comarca de Ascurra/SC, tendo como objetivo viabilizar o acesso para construção de um aviário.

Art. 2.º - Os serviços serão efetuados com os equipamentos do município, a título de incentivos financeiro a empresa e incremento na arrecadação de imposto.

Art. 3.º - Para a execução dos serviços o município poderá utilizar todos os equipamentos e fazer o transporte de barro/macadame necessário ao aterro e macadamização e terraplanagem supracitados.

Art. 4.º - Os serviços serão executados de acordo com a disponibilidade dos equipamentos de modo que não haja interrupção e prejuízo dos demais encargos e responsabilidades em relação à comunidade como um todo e atendidas as disponibilidades financeiras previamente disponíveis na legislação vigente.

Art. 5.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ascurra em, 18 de outubro de 2010.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

Publicada a Presente Lei na forma regulamentar

Prefeitura Municipal de Ascurra em, 18 de outubro de 2010.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS

Fiscal de Tributos

**Lei N.º 1194, de 18 de outubro de 2010**

LEI N.º 1194, de 18 de outubro de 2010

AUTORIZA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS E UTILIZAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS.

Moacir Polidoro, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais e de acordo com os art. 7º e 9º da Lei nº 782, de 27/11/1997,

Faço saber a todos os habitantes do Município de Ascurra, que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º - Fica o executivo municipal autorizado a executar serviços de macadamização com aproximadamente 40 (quarenta) cargas de macadame, junto ao pátio da EMPRESA LAVANDERIA SANTA

BARBARA LTDA, CNPJ 10.792.586/0001-28 e Inscrição Municipal 11800, localizada na Rua Ribeirão Santa Barbara, 172, Bairro Ribeirão Santa Barbara, neste município.

Art. 2.º - Os serviços serão efetuados com os equipamentos do município, a título de incentivos financeiro a empresa e incremento na arrecadação de imposto.

Art. 3.º - Para a execução dos serviços o município poderá utilizar todos os equipamentos e fazer o transporte de macadame necessário a macadamização supracitada.

Art. 4.º - Os serviços serão executados de acordo com a disponibilidade dos equipamentos de modo que não haja interrupção e prejuízo dos demais encargos e responsabilidades em relação à comunidade como um todo e atendidas as disponibilidades financeiras previamente disponíveis na legislação vigente.

Art. 6.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ascurra em, 18 de outubro de 2010.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei na forma Regularmentar;

Município de Ascurra em, 18 de outubro de 2010.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS

Fiscal de Tributos

**Lei N.º 1195 de 22 de outubro de 2010**

LEI N.º 1195 de 22 de outubro de 2010

ALTERA ANEXO DE METAS DO PLANO PLURIANUAL - PPA 2010/2013.

Moacir Polidoro, Prefeito Municipal de Ascurra, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - O Anexo de Metas do PPA 2010/2013, aprovado pela Lei Municipal nº 1143/2009 de 21 de setembro de 2009, referente à Secretaria de Administração e Planejamento, Secretaria de Educação Esporte e Cultura, conforme abaixo discriminado:

§ 1º - Fica acrescido o Programa 2063 - Manutenção Saneamento Casan;

Elemento - 33900000 - Aplicações Diretas - Vínculo - 12455 - Transf. de Convênios do Estado Outros,  
Elemento - 44900000 - Aplicações Diretas - Vínculo - 12455 - Transf. de Convênios do Estado Outros.

§ 2º - Fica acrescido o Programa 2064 - Manutenção do Fundo Municipal de Habitação;

Elemento - 33900000 - Aplicações Diretas - Vínculo - 10000 - Recursos Ordinários.

§ 3º - Fica acrescido o Programa 2062 - Manutenção da Secretaria de Educação;

Elemento - 33900000 - Aplicações Diretas - Vínculo - 10000 - Recursos Ordinários,  
Elemento - 44900000 - Aplicações Diretas - Vínculo - 10000 - Recursos Ordinários.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, em 22 de outubro de 2010.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei na forma regulamentar,  
Município de Ascurra, em 22 de outubro de 2010.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS  
Fiscal de Tributos

### **Lei N.º 1199 de 03 de novembro de 2010.**

LEI N.º 1199 de 03 de novembro de 2010.

Autoriza execução de serviços e utilização de máquinas e equipamentos.

Moacir Polidoro, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais e de acordo com os art. 7º e 9º da Lei nº 782, de 27/11/1997, e de conformidade com a decisão do Conselho de Desenvolvimento Econômico do Município de Ascurra - CDE.

Faço saber a todos os habitantes do Município de Ascurra, que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º - Fica o executivo municipal autorizado a executar serviços de macadamização com aproximadamente 15 (quinze) cargas de macadame, junto ao pátio da EMPRESA RECANTO SAXONIA -, CNPJ 10.863.624/0001-96, nome fantasia PARQUE AQUATICO, com Inscrição Municipal nº 11804, localizada na Rua Ribeirão São Paulo, 5980, localidade Saxonia, neste município.

Art. 2.º - Os serviços serão efetuados com os equipamentos do município, a título de incentivos financeiro a empresa e incremento na arrecadação de imposto.

Art. 3.º - Para a execução dos serviços o município poderá utilizar todos os equipamentos e fazer o transporte de macadame necessário a macadamização supracitado.

Art. 4.º - Os serviços serão executados de acordo com a disponibilidade dos equipamentos de modo que não haja interrupção e prejuízo dos demais encargos e responsabilidades em relação à comunidade como um todo e atendidas as disponibilidades financeiras previamente disponíveis na legislação vigente.

Art. 5.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em, 03 de novembro de 2010.  
MOACIR POLIDORO  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei na forma regulamentar,  
Município de Ascurra em, 03 de novembro de 2010.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS  
Fiscal de Tributos

### **Lei N.º 1201, de 09/112010**

LEI N.º 1201, de 09/112010

Autoriza execução de serviços e utilização de máquinas e equipamentos para macadamização.

Moacir Polidoro, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais e de acordo com os art. 7º e 9º da Lei nº 782, de 27/11/1997, e de conformidade com a decisão do Conselho de Desenvolvimento Econômico do Município de Ascurra - CDE.

Faço saber a todos os habitantes do Município de Ascurra, que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º - Fica o executivo municipal autorizado a executar serviços de máquinas na propriedade do produtor rural, senhor DANTE

JOSÉ CHIARELLI, com inscrição nº 01.111-262-0, visando a construção de um aviário que terá capacidade de alojar 35.000 (trinta e cinco) mil aves, localizada na Rua Vila Nova, S/N, Bairro Vila Nova, neste município, da seguinte forma:

I - 30 (trinta ) horas de máquinas, com subsídio de 100% (cem por cento);

II - de 31 (trinta e uma) horas a 50 (cinquenta) horas de máquinas, com subsídio de 50% (cinquenta por cento).

Parágrafo Único: as horas excedentes mencionadas neste artigo correrão na sua totalidade por conta do proprietário.

Art. 2.º - Os serviços serão efetuados com os equipamentos do município, podendo inclusive terceirizar a título de incentivos financeiro ao Produtor Rural e incremento na arrecadação de imposto.

Art. 3.º - Para a execução dos serviços o município poderá utilizar todos os equipamentos e fazer o transporte de macadame necessário, respeitando o limite de horas estipulado no artigo 1º.

Art. 4.º - Os serviços serão executados de acordo com a disponibilidade dos equipamentos de modo que não haja interrupção e prejuízo dos demais encargos e responsabilidades em relação à comunidade como um todo e atendidas as disponibilidades financeiras previamente disponíveis na legislação vigente.

Art. 5.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em, 09 de novembro de 2010.  
MOACIR POLIDORO  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei na forma regulamentar;  
Município de Ascurra em, 09 de novembro de 2010.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS  
Fiscal de Tributos

### **Lei N.º 1208, de 16 de dezembro de 2010.**

LEI N.º 1208, de 16 de dezembro de 2010.

Autoriza execução de serviços e utilização de máquinas e equipamentos para macadamização.

Aires Rogério Dalfovo, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais e de acordo com os art. 7º e 9º da Lei nº 782, de 27/11/1997, e de conformidade com a decisão do Conselho de Desenvolvimento Econômico do Município de Ascurra - CDE.

Faço saber a todos os habitantes do Município de Ascurra, que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º - Fica o executivo municipal autorizado a executar serviços de máquinas na propriedade do produtor rural, senhor VALMOR CATADESTA, com inscrição nº 01.083.608-0, visando ampliação das instalações na atividade de produção aviária para empresa SEARA S.A., passando da atual produção de 23.000 frangos em cada retirada para 50.000 frangos.

I - 30 (trinta ) horas de máquinas, com subsídio de 100% (cem por cento);

II - de 31(trinta e uma) horas a 50 (cinquenta) horas de máquinas, com subsídio de 50% (cinquenta por cento).

§ 1º: as horas excedentes mencionadas neste artigo correrão na sua totalidade por conta do proprietário.



§ 2º: Os serviços mencionados neste artigo, somente serão efetuados após a disponibilização dos recursos pela instituição financeira, para a construção do aviário.

Art. 2.º - Os serviços serão efetuados com os equipamentos do município, podendo inclusive terceirizar a título de incentivos financeiro ao Produtor Rural e incremento na arrecadação de imposto.

Art. 3.º - Para a execução dos serviços o município poderá utilizar todos os equipamentos e fazer o transporte de macadame necessário, respeitando o limite de horas estipulado no artigo 1º.

Art. 4.º - Os serviços serão executados de acordo com a disponibilidade dos equipamentos de modo que não haja interrupção e prejuízo dos demais encargos e responsabilidades em relação à comunidade como um todo e atendidas as disponibilidades financeiras previamente disponíveis na legislação vigente.

Art. 5.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em, 16 de dezembro de 2010.

AIRES ROGÉRIO DALFOVO

Prefeito Municipal Em Exercício

Publicada a presente Lei na forma regulamentar;  
Município de Ascurra em , 16 de Dezembro de 2010.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS

Fiscal de Tributos

### **Lei Nº 1190, de 30 de setembro de 2010.**

LEI Nº 1190, de 30 de setembro de 2010.

Institui identificação para os servidores designados para atuarem nas atividades de inspeção, fiscalização, autuação e outras, relativas ao exercício do poder de polícia do Município de Ascurra, Estado de Santa Catarina.

Moacir Polidoro, Prefeito Municipal de Ascurra.

Faço saber a todos os habitantes do Município de Ascurra, que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Instituir, na forma do modelo anexo, a Carteira de Identificação/Credencial dos servidores designados para atuarem nas atividades de inspeção, fiscalização, autuação e outras atividades, relativas ao exercício do poder de polícia da Vigilância Sanitária, no âmbito do Município de Ascurra, na qual constarão os seguintes dados:

I- Carteira de Identificação nº (o número da carteira será composto de quatro dígitos);

II- Data de expedição da Carteira de Identificação/Credencial;

III- Nome do servidor designado;

IV- Filiação (nome do pai e da mãe);

V- Nacionalidade;

VI- Naturalidade;

VII- Data de nascimento;

VIII- Número da Carteira de Identidade;

IX- Categoria Profissional;

X- Validade;

XI- Assinatura do Prefeito Municipal;

XII- Assinatura do(a) Secretário(a) Municipal de Saúde;

XIII- Lotação (deverá ser informada a lotação em que estiver subordinado);

XIV- Identificação da legislação que dispõe sobre o exercício das atribuições das autoridades de saúde;

XV- Foto 3x4 colorida

XVI- Impressão digital do polegar direito;

XVII- Tipo sanguíneo;

XVIII- Inscrição do CPF (Cadastro de Pessoa física)

XIX- Assinatura do Servidor.

Art. 2º- A Carteira de Identificação/credencial será em papel com fundo impresso, com marca d'água "Vigilância Sanitária" brasão do Município de Ascurra, predominantemente com cor Azul.

Art. 3º- A Carteira de Identificação/Credencial terá por medida 9 centímetros de largura e 6 centímetros de altura, com impressão gerenciada por computador e com numeração progressiva iniciando em 0001.

Art. 4º- Quando da emissão de 2ª via da Carteira de Identificação/Credencial, por motivo de perda, extravio ou danificação, desde que devidamente justificado aos órgãos competentes, o mesmo receberá novo número de registro, devendo a numeração anterior ser cancelada por meio de portaria desta municipalidade.

Art. 5º- A emissão da Carteira de Identificação/Credencial será atribuição exclusiva da Secretaria Municipal da Saúde e Assistência Social do Município.

Art.6º- O prazo de validade da Carteira de Identificação/Credencial será de 12 (doze) meses.

Art.7º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra (SC) em 30 de setembro de 2010.

GLAUBER LUIZ DE SOUZA

Secretário Munic. De Saúde e Assist. Social

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei na forma Regulamentar.

Município de Ascurra em 30 de setembro de 2010.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS

Fiscal de Tributos

### **Lei Nº 1191, de 30 de Setembro de 2010.**

LEI Nº 1191, DE 30 DE SETEMBRO DE 2010.

"Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal firmar TERMO DE ADESÃO com o Estado de Santa Catarina para aderir ao Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC)"

MOACIR POLIDORO, Prefeito Municipal de Ascurra.

Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar TERMO DE ADESÃO, entre o Município de Ascurra - SC e o Estado de Santa Catarina, objetivando a adesão ao Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC), conforme Termo de Adesão anexo.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Ascurra, em 30 de setembro de 2010.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei na forma Regulamentar.

Município de Ascurra em, 30 de setembro de 2010.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS

Fiscal de Tributos

**Lei Nº 1200, de 03 de novembro de 2010.**

LEI Nº 1200, de 03 de novembro de 2010.

DISPÕE SOBRE A DOAÇÃO COM ENCARGOS DE TERRENO URBANO PARA A INSTALAÇÃO E A EDIFICAÇÃO DA PERFOR INDÚSTRIA DE MÁQUINAS LTDA., NO MUNICÍPIO DE ASCURRA.

MOACIR POLIDORO, Prefeito Municipal de Ascurra.

Faço saber a todos os habitantes do Município, que de conformidade com o inciso XV do artigo 72 c/c inciso V do artigo 19, ambos da Lei Orgânica deste Município, bem como com os artigos 14, 15, 32, inciso IV e anexos II e III entre outros da Lei Complementar nº 0074/07 que instituiu o Plano Diretor do Município de Ascurra, e de conformidade com a decisão do Conselho de Desenvolvimento Econômico do Município de Ascurra - CDE, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Município de Ascurra, através do Chefe do Poder Executivo, autorizado a doar com a fixação dos encargos previstos nesta Lei, o terreno urbano de propriedade do Município de Ascurra descrito e individualizado no parágrafo único deste artigo, a empresa PERFOR Indústria de Máquinas LTDA - Especializada na fabricação de aparelhos e Equipamentos;

Parágrafo Único: Um terreno urbano, constituído da parcela 02, situado no lado ímpar da Avenida Getúlio Vargas, Bairro Centro, nesta cidade de Ascurra, com área de oito mil, setecentos e sessenta e um metros quadrados (8.761,00m²), sem benfeitorias, confrontando dito terreno pela frente com 80,0 metros no lado ímpar da Avenida Getúlio Vargas, nos fundos com 80,10 metros na margem direita do Rio Itajaí-Açú, no lado direito com 101,40 metros com terras doadas ao Estado de Santa Catarina (Delegacia de Polícia), através da Lei Complementar nº 038/2002, e, no lado esquerdo com 105,00 metros, com terras de Virgílio Beber. Res-salvando que existe ao longo da linha dos fundos do terreno, uma faixa de terras com cinquenta metros de largura por toda a extensão daquela linha, destinada a Área de Preservação Permanente - APP, conforme disposto na alínea "c" do inciso I do parágrafo 2º do artigo 38 da Lei Complementar nº 0074 de 2007. O terreno ora descrito encontra-se matriculado sob nº 2637 do Ofício de Registro de Imóveis da cidade de Indaial/SC, em processo de desmembramento, constituído da parcela 02.

Art. 2º - O terreno descrito no parágrafo único do artigo anterior destina-se exclusivamente a construção das edificações voltadas à implantação e funcionamento da empresa beneficiada, não podendo ser dada outra utilização a dito imóvel, que não a industrial, comercial ou prestação de serviços, em todas as hipóteses visando à geração de empregos.

Art. 3º - São encargos da doação de que trata esta Lei, e que deverão ser suportados pela empresa beneficiada:

I- A utilização do imóvel recebido de acordo com o projeto apresentado e aprovado pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico;

II- Iniciar a execução do empreendimento no prazo de 6 (seis) meses a contar da doação;

III- Apresentar índice positivo no movimento econômico, pelo menos durante 10 (dez) anos, período no qual o imóvel permanecerá condicionado a observância dos encargos;

IV- Apresentação de relatório sobre o nível de empregos, movimento econômico, a ser apresentado anualmente, até o dia 30 de março;

V- Contribuir com o Fundo Municipal da Criança e do Adolescente, durante 5 (cinco) anos consecutivos, em valor equivalente a 243

UFM's por mês, a contar da lavratura da escritura pública de doação com encargos.

Parágrafo Primeiro: A prova do cumprimento dos encargos será sempre documental e ficará a cargo da empresa beneficiada.

Parágrafo Segundo: O descumprimento dos encargos previstos nesta Lei darão causa a reversão do bem ora doado a esfera patrimonial do Município de Ascurra, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial.

Parágrafo Terceiro: Toda e qualquer benfeitoria edificada sobre o imóvel ora doado, ficará incorporado ao terreno de que trata esta Lei, não subsistindo nenhum direito a indenização em favor da empresa beneficiada, caso esta dê azo a reversão do bem ora doado.

Art. 4º - A empresa beneficiada ficará responsável pela obtenção de todas as licenças necessárias, ambientais inclusive, a implantação e funcionamento de seus serviços.

Art. 5º - A presente doação deverá ficar gravada com as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade pelo prazo de dez anos, a contar da lavratura da escritura pública.

Parágrafo Único: Após o transcurso do prazo acima, a empresa beneficiada poderá alienar o imóvel ora doado, desde que as finalidades previstas no artigo 2º persistam com o novo adquirente, e, após autorização expressa por parte deste Município, a qual se dará através de Lei.

Art. 6º - Caso ocorra o fechamento da empresa ou o encerramento de suas atividades no imóvel objeto da presente lei, por qualquer motivo e a qualquer tempo, o imóvel ora doado bem como todas as benfeitorias nele edificadas reverterão ao patrimônio do Município de Ascurra, independentemente de qualquer indenização ou pagamento por estas.

Art. 7º - A lavratura da escritura pública de doação de imóvel urbano com encargo se dará, após o desmembramento do terreno destinado a presente doação, correndo por conta da empresa beneficiada todas as despesas concernentes a dita escritura pública.

Parágrafo Único: Para fins de lavratura de escritura pública de doação, e, em cumprimento ao inciso I do artigo 17 da Lei 8.666/93, deverá ocorrer avaliação prévia do terreno objeto desta Lei, a ser levada a efeito por profissional devidamente habilitado para tanto.

Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em, 03 de novembro de 2010.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei na forma regulamentar;  
Município de Ascurra em, 03 de novembro de 2010.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS

Fiscal de Tributos

**Lei nº 1202, de 09 de novembro de 2010.**

LEI nº 1202, de 09 de novembro de 2010.

Autoriza Criação de Vínculo de Recursos.

MOACIR POLIDORO, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 1158, de 14/12/2009,

Art. 1º - Cria vínculo de recursos - 012355 - no Orçamento do

Fundo Municipal de Saúde, conforme quadro abaixo:

05.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
010.301.0070.1018 CONSTRUÇÃO E REF. DE CENTROS DE SAÚDE  
4000000000000000 Despesas de Capital  
4400000000000000 Investimentos  
4490000000000000 Aplicações Diretas  
012355 Transf. De Convênios do Estado Saúde

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em, 09 de novembro de 2010.  
MOACIR POLIDORO  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei na forma regulamentar;  
Município de Ascurra em, 09 de novembro de 2010.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS  
Fiscal de Tributos

### **Lei nº 1209, de 16 de dezembro de 2010.**

LEI nº 1209, de 16 de dezembro de 2010.

Autoriza a Anulação e Suplementação de Dotações Orçamentárias. Aires Rogério Dalfovo, Prefeito Municipal em Exercício, município de Ascurra, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 1158, de 14/12/2009,

Art. 1º - Anula dotações orçamentárias, do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 14.700,00 (quatorze mil e setecentos reais), conforme quadro abaixo:

05.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
010.301.0070.1018 CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE CENTROS DE SAÚDE  
4000000000000000 Despesas de Capital  
4400000000000000 Investimentos  
4490000000000000 Aplicações Diretas  
010000 Recursos Ordinários 14.700,00  
TOTAL 14.700,00

Art. 2º Os recursos anulados no artigo terceiro da presente Lei suplementam as dotações orçamentárias conforme quadro a seguir:

05.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
010.301.0070.2024 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
3000000000000000 Despesas Correntes  
3100000000000000 Pessoal e Encargos Sociais  
3190000000000000 Aplicações Diretas  
010000 Recursos Ordinários 14.700,00  
TOTAL 14.700,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, 16 de dezembro de 2010.  
AIRES ROGÉRIO DALFOVO  
Prefeito Municipal em Exercício

Publicada a presente Lei na forma regulamentar;  
Município de Ascurra em, 16 de dezembro de 2010.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS  
Fiscal de Tributos

### **Lei Nº 1192, de 18 de outubro de 2010**

LEI Nº 1192, de 18 de outubro de 2010

Dispõe sobre as normas sanitárias para laboração, beneficiamento e comercialização de produtos comestíveis de origem animal e vegetal no município de Ascurra e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE ASCURRA/SC, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Federal nº 7889, de 23.11.89; Lei Estadual nº 8.534, de 19 de janeiro de 1992 e Decreto Estadual nº 3.748 de 12 de julho de 1993, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona, a seguinte lei:

#### **CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º - Ficam estabelecidas as normas sanitárias para elaboração e comercialização de produtos comestíveis de origem animal e vegetal no município de Ascurra - SC.

Parágrafo Único - Fica criado o Serviço de Inspeção Municipal - SIM, específico para agroindústrias de pequeno porte, que produzam em pequena escala e regime artesanal, o que atuará de acordo com as normas estabelecidas nesta lei.

Art. 2º - Entende-se por elaboração de produtos artesanais comestíveis de origem animal e vegetal, o processo utilizado na obtenção de produtos que mantenham características tradicionais, culturais ou regionais, produzidos em pequena escala, obedecidos os parâmetros fixados na Lei Estadual 10.610/97.

Art. 3º - São consideradas passíveis de beneficiamento e elaboração de produtos artesanais comestíveis de origem animal e vegetal, as seguintes matérias - primas, seus derivados e subprodutos:

- I. Carne;
  - II. Leite;
  - III. Ovos;
  - IV. Produtos apícolas;
  - V. Peixes, crustáceos e moluscos;
  - VI. Microorganismos;
  - VII. Frutas;
  - VIII. Cereais;
  - IX. Outros produtos de origem animal e vegetal comestíveis.
- Parágrafo Único - Os produtos de que trata este artigo, poderão ser comercializados no município de Ascurra - SC, cumpridos os requisitos desta Lei.

Art. 4º - O Serviço de Inspeção Municipal - SIM, para agroindústrias de pequeno porte, que produzam em pequena escala e em regime artesanal, terá como objetivo:

- I - Agilizar e orientar os procedimentos para instalação de agroindústrias de pequeno porte, que produzam em escala e em regime artesanal;
- II - Resguardar a saúde da população de zoonoses e demais doenças veiculadas em produtos inaturos ou não, de origem animal ou vegetal;
- III - Inspeccionar e reinspecionar as agroindústrias de pequeno porte, que produzam em pequena escala e em regime artesanal, sob o ponto de vista industrial, higiênico e sanitário, realizando a inspeção e reinspeção, o recebimento, acondicionado, processamento, embalagem, rotulagem, resfriamento ou congelamento, estocagem e expedição dos produtos e subprodutos destinados ou não a alimentação humana;
- IV - Expedir os competentes laudos de fiscalização vistoria dos produtos oriundos das agroindústrias de pequeno porte, que produzam em pequena escala ou em regime artesanal;
- V - Aprovar o número de registro do estabelecimento, bem como o uso de rótulos e carimbos nos produtos e subprodutos com origem nas agroindústrias de pequeno porte, que produzam em pequena

escala e em regime artesanal;

VI - Registrar estatisticamente dados de abate, condenações, produção e outros que se tornarem necessários.

Art. 5º - O Serviço de Inspeção Municipal - SIM, para agroindústrias de pequeno porte, que produzam em pequena escala e em regime artesanal, fica subordinada a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 6º - O Serviço de Inspeção Municipal - SIM, para agroindústrias de pequeno porte, que produzam em pequena escala e em regime artesanal será composta por médicos veterinários e auxiliares com a capacitação técnica, tanto quantos se fizerem necessários, sendo um Médico Veterinário Inspetor - Chefe responsável pelos trabalhos de fiscalização.

Art. 7º - Compete a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente através de seus órgãos e execução e ações pertinentes ao cumprimento das normas de implantação, registro, funcionamento, orientação, inspeção e fiscalização dos estabelecimentos.

Art. 8º - A Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente poderá firmar convênio com a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e Agricultura, possibilitando assim a comercialização dos produtos de que trata o artigo 3º, quando produzidos em agroindústrias de pequeno porte, que produzam em pequena escala e em regime artesanal, em todo o Estado de Santa Catarina.

Art. 9º - O estabelecimento processador de alimentos de origem animal e vegetal deverá registrar-se no órgão Municipal de Agricultura, mediante formalização de pedido instruído pelos seguintes documentos:

I - Requerimento dirigido à autoridade de agricultura do Município, solicitando o laudo prévio de instalação, o registro e inspeção no Serviço de Inspeção Municipal;

II - Deverá apresentar alvará sanitário, expedido pela Secretaria Municipal de Saúde;

III - Ter as plantas ou croquis do estabelecimento aprovados pelo SIM e pelo Departamento de Engenharia da Prefeitura Municipal;

IV - Registro no Cadastro Geral de Contribuintes, ICMS ou inscrição de Produtor Rural na Secretaria de Estado da Fazenda;

V - Outros atestados ou exames a critério do Serviço de Inspeção Municipal;

VI - Ter suas atividades assistidas por técnicos habilitados na área de alimentação com registros profissionais ou técnicos da EPA-GRIS;

VII - Ter curso profissionalizante na área afim;

Art. 10º - O estabelecimento processador de alimentos manterá livro oficial, onde serão registradas as informações, recomendações e visitas do Serviço de Inspeção Municipal, objetivando o controle sanitário e a melhoria na qualidade de produção.

Parágrafo Único - O Serviço de Inspeção Municipal - SIM poderá estabelecer, a seu critério, as análises rotineiras necessárias para cada produto processado sem ônus para os produtores, bem como coletar novas amostras e repetir as análises que julgar convenientes.

Art. 11- O estabelecimento processador de alimentos manterá em arquivo próprio, sistema de controle que permita confrontar, em quantidade, o produto processado com o lote que lhe deu origem.

Art. 12- Cada tipo de produto deverá ter fórmula e descrição do processo de industrialização registrado em separado junto ao Serviço de Inspeção Municipal - SIM, e opcionalmente ao Ministério da Agricultura, respeitada a legislação vigente.

Art. 13 - O controle sanitário dos rebanhos que geram matéria-prima para produção artesanal de alimentos é obrigatório e deverá

seguir orientação do médico veterinário e dos órgãos oficiais de Defesa Sanitária Animal.

Art. 14 - As pessoas envolvidas na manipulação e processamento de alimentos deverão portar carteira de saúde renovável a cada seis meses e usar uniformes próprios e limpos, inclusive gorros.

Art. 15 - Os produtos deverão ser transportados e armazenados em condições adequadas para preservação de sua qualidade.

## CAPÍTULO II DAS INSTALAÇÕES

Art. 16 - As instalações do estabelecimento processador de alimentos obedecerão preceitos mínimos de construção recomendados pelo Serviço de Inspeção Municipal, observando aspectos como:

I - Adequada aeração e luminosidade;

II - Adequada destinação de resíduos e rejeitos, seguindo a legislação municipal sobre saneamento ou a normas técnicas da ABNT;

III - Distância mínima de fontes de contaminação e mau cheiro, rios, fontes e água e esgoto;

IV - Água potável encanada e sob pressão e em quantidade compatível com a demanda do estabelecimento;

V - A localização das agroindústrias de pequeno porte, que produzam em pequena escala e em regime artesanal poderá ser no meio rural, suburbanas ou urbanas a critério do SIM e dependendo do produto, desde que não transgrida as normas urbanísticas do Plano Diretor e do Código de Posturas Municipal, e não causem problemas de poluição;

VI - Ser instalado, de preferência, em certo de terreno, devidamente cercado e com área que possibilite a circulação interna de veículo para facilitar a chegada de matérias-primas e a saída de produtos acabados;

VII - Possuir piso antiderrapante, impermeável, ligeiramente inclinado para facilitar o escoamento das águas residuais e permitir fácil limpeza e higienização;

VIII - Possuir paredes lisas, de cor clara, impermeáveis e de fácil higienização, perfeita aeração e luminosidade;

IX - Possuir forro de material impermeável, resistente à umidade e a vapores, construído de modo a evitar o acúmulo de sujeira, de fácil lavagem e desinfecção. Pode o mesmo ser dispensado no caso em que o telhado proporcionar uma perfeita vedação a entrada de poeira, insetos, pássaros e assegurar uma perfeita higienização;

X - Dispor de equipamentos e recursos essenciais ao seu funcionamento, compostos de materiais resistentes, impermeáveis, preferencialmente de aço inoxidável, que permitam uma perfeita limpeza e higienização;

XI - Dispor de telas em todas as janelas e outras aberturas, de modo a impedir a entrada de insetos. É desejável, igualmente, que as agroindústrias de pequeno porte, que produzam em pequena escala e em regime artesanal, sejam dotadas de eficiente proteção contra roedores;

XII - Todas as dependências, equipamentos e utensílios, dos estabelecimentos devem ser mantidos em condição de higiene antes da realização dos trabalhos industriais e, depois deles;

XIII - Os pisos e paredes, assim como o equipamento ou utensílios usados nas agroindústrias de pequeno porte e que produzam em pequena escala e em regime artesanal, devem ser lavados diariamente e convenientemente desinfetados, neste caso pelo emprego de substâncias previamente aprovados pelo SIM.

Art. 17 - A embalagem do produto, quando necessária, deverá ser produzida por empresa credenciada junto ao Ministério da Saúde e conter as informações preconizadas pelo código de defesa do consumidor, indicando, quando for o caso, que é produto artesanal e com a inscrição no Serviço de Inspeção Municipal.

Parágrafo Primeiro - Quando comercializado a granel, os produtos,



serão expostos ao consumo acompanhados de folhetos ou cartazes, contendo informações previstas no caput deste artigo.

Parágrafo Segundo - Quando se tratar de convênio com a Secretaria do Estado de Desenvolvimento Rural e Agricultura, através do SIE, deverá vir acrescida desta informação.

Parágrafo Terceiro - O SIM determinará o tamanho e padrão do carimbo e das letras nele contidos.

### CAPÍTULO III

#### DAS CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS DOS MINI - ABATEDOUROS DE AVES

Art. 18 - Entende - se como Mini - Abatedouros de Aves, o estabelecimento voltado à industrialização artesanal, de construção simples, área física pequena e que abate até o máximo de 500 (quinhentas) aves por dia, mas que apresenta obrigatoriamente um fluxograma operacional racionalizando, de modo a facilitar os trabalhos de produção, inspeção e higienização.

Art. 19 - O Mini - Abatedouro de Aves deverá contar obrigatoriamente com áreas separadas entre suja, limpa, miúdos, depósito, estocagem, banheiro/vestiário, tendo como padrão mínimo de exigência para abate de aves o ANEXO I.

Art. 20 - No que se refere a inspeção Ante e Pós - Mortem, observar - se á o RISPOA.

Art. 21 - A critério do SIM, no Mini - Abatedouro de Aves poderão ser abatidos Coelhos.

### CAPÍTULO IV

#### DAS CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS DOS MINI - ABATEDOUROS DE SUÍNOS

Art. 22 - Entende - se como Mini - Abatedouros de Suínos, o estabelecimento voltado à industrialização artesanal, de construção simples, área física pequena e que abate até o máximo de 2500 kg por mês, mas que apresenta obrigatoriamente um fluxograma operacional racionalizando, de modo a facilitar os trabalhos de produção, inspeção e higienização.

Art. 23 - O Mini - Abatedouro de Suínos deverá contar obrigatoriamente, com áreas separadas entre suja, limpa, miúdos, depósito, estocagem, banheiro/vestiário, tendo como padrão mínimo de exigência para abate de aves o ANEXO II.

Art. 24 - No que se refere a inspeção Ante e Pós - Mortem, observar - se á o RISPOA.

Art. 25 - A critério do SIM, no Mini - Abatedouro de Suínos poderão ser abatidos Ovinos, Caprinos e produzidos embutidos.

### CAPÍTULO V

#### DAS CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS DAS UNIDADES DE PRODUÇÃO DE EMBUTIDOS

Art. 26 - Entende - se como Unidade de produção de Embutidos, o estabelecimento voltado para industrialização artesanal, de construção simples, área física pequena e que industrialize até 2500 kg por mês, mas que apresente obrigatoriamente um fluxograma operacional racionalizado, de modo a facilitar os trabalhos de produção, inspeção e higienização.

Art. 27 - A unidade de embutidos deverá contar obrigatoriamente, com áreas separadas entre área de processamento, depósito, lavagem de utensílios, defumados (se houver estocagem), banheiro/vestiário, tendo como padrão mínimo de exigência para a Unidade de Embutidos o ANEXO III.

### CAPÍTULO VI

#### DAS CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS DO MINI - ABATEDOUROS DE BOVINOS

Art. 28 - Entende - se como Mini - Abatedouros de Bovinos, o estabelecimento voltado à industrialização artesanal, de construção simples, área física pequena e que abate até o máximo de 2500 kg por mês, mas que apresenta obrigatoriamente um fluxograma operacional racionalizando, de modo a facilitar os trabalhos de produção, inspeção e higienização.

Art. 29 - O Mini - Abatedouro de Bovinos deverá contar obrigatoriamente, com áreas separadas entre suja, limpa, miúdos, depósito, estocagem, banheiro/vestiário, tendo como padrão mínimo de exigência para abate de bovinos o ANEXO IV.

Parágrafo Único - Mini - Abatedouro de Bovinos deverá obrigatoriamente, possuir um pé - direito de no mínimo seis metros na área de sangria e de cinco metros na área de processamento.

Art. 30 - No que se refere a inspeção Ante e Pós - Mortem, observar - se á o RISPOA.

Art. 31 - A critério do SIM, nos Mini - Abatedouros de bovinos poderão ser abatidos suínos, ovinos, caprinos.

### CAPÍTULO VII

#### DAS CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS DAS UNIDADES DE PRODUÇÃO DE DOCES, GELÉIAS, VERDURAS PRÉ - PREPARADAS, POLPAS E CONSERVAS DOCES E SALGADAS

Art. 32 - Entende - se como Unidade de Produção de doces, verduras pré - preparadas, polpas e conservas Doces e Salgadas, o estabelecimento voltado à industrialização artesanal, de construção simples, área física pequena e que produza até 200 (duzentos) quilos por dia, mas que apresente obrigatoriamente, um fluxograma operacional racionalizado, de modo a facilitar os trabalhos de produção, inspeção e higienização.

Parágrafo Único - Este modelo de unidade poderá processar produtos de origem animal e vegetal, em conformidade com o "caput" do Artigo 33º. No entanto, quando estiver processando produtos de origem animal não poderá processar produtos de origem vegetal e vice - versa.

Art. 33 - A Unidade de Produção de doces, inclusive de leite, geléias, verduras pré - preparadas, polpas, conservas doces e salgadas deverá contar obrigatoriamente com áreas separadas entre recepção e classificação, sala de processamento, depósito, expedição, banheiro/vestiário, tendo como padrão mínimo de exigência o ANEXO V.

### CAPÍTULO VIII

#### DAS CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS DAS UNIDADES DE PRODUÇÃO DE MASSAS DOCES E SALGADAS

Art. 34º - Entende - se como Unidade de Produção de massas doces e salgadas, o estabelecimento voltado à industrialização artesanal, de construção simples, área física pequena e que produza até 100 (cem) quilos por dia, mas que apresente obrigatoriamente, um fluxograma operacional racionalizado, de modo a facilitar os trabalhos de produção, inspeção e higienização.

Art. 35º - A Unidade de Produção de massas doces e salgadas, deverá contar obrigatoriamente com áreas separadas entre depósito da matéria - prima, sala de processamento, expedição, banheiro/vestiário, tendo como padrão mínimo de exigência o ANEXO VI.  
Parágrafo Único - Nas Unidades que utilizarão forno à lenha, o mesmo deverá ser instalado em dependência separada e ventilada.

**CAPÍTULO IX****DAS CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS DAS AGROINDÚSTRIAS DE PEIXE, MOLUSCOS, ANFÍBIOS E CRUSTÁCEOS**

Art. 36º - Entende - se como Agroindústrias de processamento artesanal de peixes, moluscos, anfíbios e crustáceos, o estabelecimento voltado à industrialização artesanal, de construção simples, área física pequena e que abata até no máximo uma tonelada por dia, mas que apresente obrigatoriamente, um fluxograma operacional racionalizado, de modo a facilitar os trabalhos de produção, inspeção e higienização.

Art. 37º - As Agroindústrias de processamento artesanal de peixes, moluscos, anfíbios e crustáceos, deverão contar obrigatoriamente com áreas separadas entre área suja, limpa, defumador, depósito, estocagem, banheiro/vestiário, tendo como padrão mínimo de exigência para o processamento de peixes, moluscos, anfíbios e crustáceos o ANEXO VII.

**CAPÍTULO X****DAS CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS DAS UNIDADES DE RECEPÇÃO E ACONDICIONAMENTO DE OVOS**

Art. 38º - Entende - se como Unidade de recepção e acondicionamento de ovos, o estabelecimento de construção simples podendo ser de madeira e que acondicione até quinhentas dúzias por dia, mas que apresente obrigatoriamente, um fluxograma operacional racionalizado, de modo a facilitar os trabalhos de produção, inspeção e higienização.

Parágrafo Primeiro - Em caso de construção em madeira, não se aplicam para as unidades de recepção e acondicionamento de ovos, ao item "VIII" artigo 16º desta lei.

Parágrafo Segundo - No que se refere ao item "IX" do artigo 16º desta lei, o forro das unidades de recepção e acondicionamento de ovos devem ser de material resistente e proporcionar uma perfeita vedação.

Art. 39º - A Unidade de Recepção e Acondicionamento de ovos deverá contar obrigatoriamente com áreas separadas entre recepção, sala de acondicionamento, armazenagem e expedição tendo como padrão mínimo o ANEXO VIII.

**CAPÍTULO XI****DAS CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS DAS UNIDADES DE RECEPÇÃO E PROCESSAMENTO DE PRODUTOS APÍCOLAS**

Art. 40º - Entende - se como Unidade de recepção e processamento de produtos apícolas, o estabelecimento de construção simples podendo ser de madeira e que processe até 100 (cem) quilos por dia, mas que apresente obrigatoriamente, um fluxograma operacional racionalizado, de modo a facilitar os trabalhos de produção, inspeção e higienização.

Parágrafo Primeiro - Em caso de construção em madeira, não se aplicam para as unidades de recepção e processamento de produtos apícolas, ao item "VIII" artigo 16º desta lei.

Parágrafo Segundo - No que se refere ao item "IX" do artigo 16º desta lei, o forro das unidades de recepção e processamento de produtos apícolas devem ser de material resistente e proporcionar uma perfeita vedação.

Art. 41º - A Unidade de Recepção e processamento de produtos apícolas deverá contar obrigatoriamente com áreas separadas entre recepção, processamento, armazenagem e expedição tendo como padrão mínimo o ANEXO IX.

**CAPÍTULO XII****DAS CARACTERÍSTICAS DAS UNIDADES DE PRODUÇÃO DE RAPADURAS, MELADO, AÇÚCAR MASCAVO E CACHAÇA COLONIAL**

Art. 42º - Entende - se como Unidade de produção de rapadura, melado, açúcar mascavo e cachaça colonial, o estabelecimento voltado a industrialização artesanal, de construção simples, área física pequena e que produza até 1500 quilos por dia, mas que apresente obrigatoriamente, um fluxograma operacional racionalizado, de modo a facilitar os trabalhos de produção, inspeção e higienização.

Art. 43º - A Unidade de produção de rapadura, melado, açúcar mascavo e cachaça colonial, deverá contar obrigatoriamente com áreas separadas entre moagem, sala de processamento, depósito/embalagem, banheiro/vestiário, tendo como padrão mínimo o ANEXO X.

**CAPÍTULO XIII****DAS CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS DAS UNIDADES DE PRODUÇÃO DE DERIVADOS DE LEITE**

Art. 44º - Entende - se como Unidade de produção de leite o estabelecimento voltado a industrialização artesanal, de construção simples, área física pequena e que produza até trezentos quilos por dia, mas que apresente obrigatoriamente, um fluxograma operacional racionalizado, de modo a facilitar os trabalhos de produção, inspeção e higienização.

Art. 45º - A Unidade de produção de leite deverá contar obrigatoriamente com áreas separadas entre recepção, sala de processamento, sala de cura, expedição, banheiro/vestiário, tendo como padrão mínimo o ANEXO XI.

Parágrafo Único - O leite para a produção de queijo e seus derivados deverá sofrer processo de pasteurização lenta ou industrial.

**CAPÍTULO XIV****DAS PENALIDADES**

Art. 46º - As infrações às normas previstas nesta Lei serão punidas, isolada ou cumulativamente, com as seguintes sanções, sem prejuízo de natureza cível e penal cabível, conforme o Decreto Estadual nº 3.100 de 1998.

I - Advertência - quando o infrator for primário ou não tiver agido de má fé;

II - Multa de até 300 (trezentos) UFIR's aos infratores do presente Decreto e em dobro quando da reincidência;

III - As multas serão elevadas até o máximo de 100 (cem) vezes quando o volume da produção do infrator faça prever que a punição será ineficaz;

IV - Suspensão das atividades do estabelecimento - quando causarem risco ou ameaça de natureza higiênico - sanitária, ou no caso de o proprietário dificultar a ação fiscalizatória;

V - Interdição total ou parcial do estabelecimento - quando a infração consistir na falsificação ou adulteração de produtos artesanais ou se verificar a inexistência de condições higiênicas - sanitárias adequadas;

a) A interdição poderá ser levantada após o levantamento após o atendimento das exigências que motivaram a sanção;

b) Se a interdição não for levantada nos termos do inciso anterior, decorridos seis meses será cancelado o respectivo registro no SIM.

Art. 47º - O valor da multa será recolhido através de guias próprias, fornecidas ao interessado, no prazo de dez dias da data de emissão das respectivas guias, em qualquer agência do Banco do Estado de Santa Catarina AS.

**CAPÍTULO XV****DAS CONSIDERAÇÕES LEGAIS**

Art. 48º - O estabelecimento processador de produtos comestíveis de origem animal e vegetal de origem artesanal, responderá legal e juridicamente pelas consequências sobre a saúde pública, caso

se comprove omissão ou negligência no que se refere aos aspectos higiênicos - sanitários, à adição indevida de produtos químicos e biológicos, a uso impróprio de práticas de beneficiamento, embalagem, conservação, transporte e comercialização.

Art. 49º - A caracterização de qualquer tipo de fraude ou descumprimento desta lei sujeitará o infrator às sanções previstas na legislação vigente.

Art. 50º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Ascurra - SC, em 18 de outubro de 2010.  
MOACIR POLIDORO  
Prefeito Municipal de Ascurra

Publicada a presente Lei na forma regulamentar  
Prefeitura Municipal de Ascurra em, 18 de Outubro de 2010.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS  
Fiscal de Tributos

### **Lei Nº 1196 de 29 de outubro de 2010**

LEI Nº 1196 de 29 de outubro de 2010.

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MOACIR POLIDORO, Prefeito Municipal de Ascurra, Estado de Santa Catarina.

FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

#### **CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto na Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 - LRF, as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2011, compreendendo:

- I - as prioridades e metas da Administração Pública Municipal;
- II - a organização e estrutura dos orçamentos;
- III - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos e suas alterações;
- IV - as disposições sobre a dívida pública municipal;
- V - as disposições sobre despesas com pessoal;
- VI - as disposições sobre alteração da legislação tributária;
- VII - as disposições gerais.

Parágrafo único. Integram a presente Lei o Anexo de Metas Fiscais e o Anexo de Riscos Fiscais.

#### **CAPÍTULO II DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

Art. 2º As prioridades e metas para o exercício financeiro de 2011 estão discriminadas no Anexo I desta Lei, em consonância com o Plano Plurianual para o período 2010-2013.

Parágrafo único. As prioridades e metas da administração pública municipal terão precedência na alocação dos recursos no Projeto de Lei Orçamentária para o exercício financeiro para 2011, respeitando as determinações constitucionais e legais sobre vinculações das receitas e das despesas orçamentárias.

Art. 3º Será observado na programação da Lei Orçamentária Anual o atendimento das despesas com os projetos em andamento, bem como aqueles referentes às despesas de conservação do

patrimônio público municipal.

Art. 4º Na elaboração da proposta orçamentária para 2011, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei e identificadas no Anexo I, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

#### **CAPÍTULO III A ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS**

Art. 5º Para efeito desta Lei entende-se por:

I - programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II - ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado projeto, atividade ou operação especial;

III - atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV - projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta em produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V - operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI - unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII - Órgão Orçamentário, o maior nível de classificação institucional, que tem por finalidade agrupar unidades orçamentárias;

VIII - receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

IX - execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

X - execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

XI - execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar, já inscritos.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da classificação institucional, funcional programática, categoria econômica, diagnóstico situacional do programa, diretrizes, objetivos, metas físicas e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria Conjunta Nº 03 de 14 de outubro de 2008, que trata do Manual da Receita e Despesa Nacional editada pelo Secretário do tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e Secretaria do Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e demais alterações posteriores..

§ 2º A categoria de programação de que trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

§ 3º A Modalidade de Aplicação - MA destina-se a indicar se os recursos serão aplicados:

I - diretamente, pela unidade detentora do crédito orçamentário ou, mediante descentralização de crédito orçamentário, por outro órgão ou entidade integrante dos Orçamentos Fiscal ou da Seguridade Social ou;

II - indiretamente, mediante transferência financeira, por outras esferas de governo, seus órgãos, fundos ou entidades ou por entidades privadas sem fins lucrativos.

§ 4º A especificação da modalidade de que trata este artigo observará, no mínimo, o seguinte detalhamento:

I - governo Federal (MA 20);  
II - administração municipal (MA 40);  
III - entidade privada sem fins lucrativos (MA 50);  
IV - consórcios públicos (MA 71);  
V - aplicação direta (MA 90); e  
VI - aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social (MA 91).

§ 5º As receitas decorrentes das operações intra-orçamentárias, destinadas às despesas de Órgãos, Fundos, Autarquias e Fundações, mantidas pelo Poder Público Municipal, serão identificadas pelas seguintes classificações em nível de categoria econômica:

I - 7000.00.00 - Receitas correntes intra-orçamentárias;  
II - 8000.00.00 - Receitas de capital intra-orçamentárias.

§ 6º Cada ação orçamentária, entendida como sendo atividade, o projeto ou a operação especial, deve identificar a função e a subfunção às quais se vincula.

Art. 6º O orçamento para o exercício financeiro de 2011 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo e seus Fundos e será estruturado em conformidade com a configuração organizacional da Prefeitura.

Art. 7º A Lei Orçamentária para 2011 evidenciará as receitas e despesas de cada uma das unidades gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a seus fundos e aos orçamentos fiscal e da seguridade social, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Interministerial nº 163/2001, e alterações, na forma dos seguintes Anexos:

I - Texto da Lei  
II - Quadros Orçamentários consolidados, incluindo os complementos referenciados no art. 22, inciso III, da Lei nº 4.320, de 1964.  
III - anexo dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, contendo:

a) Receitas, discriminadas por natureza, identificando as fontes de recursos correspondentes a cada cota-parte de natureza de receita, o orçamento a qual pertence e a sua natureza financeira (F) ou Primária (P) observado o disposto no art. 6º da Lei 4.320; e  
b) Despesas discriminadas na forma prevista no art. 5º e nos demais dispositivos pertinentes nesta Lei.

Art. 8º A mensagem de encaminhamento de Proposta Orçamentária de que trata o Art. 22, parágrafo único, I da Lei 4.320/64, conterá:

I - quadro demonstrativo da participação relativa de cada fonte na composição da receita total;  
II - quadro demonstrativo da despesa por unidade orçamentária e sua participação relativa;  
III - demonstrativo da origem e destinação dos recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino;  
IV - demonstrativo da origem e destinação dos recursos destinados

a ações públicas de saúde;  
V - quadro demonstrativo do saldo da dívida fundada por contrato, com identificação dos credores, em 2007, 2008 e 2009;  
VI - Justificativa da estimativa e da fixação, respectivamente, dos principais grupos da receita e da despesa.

#### CAPÍTULO IV DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

##### Seção I Das Diretrizes Gerais

Art. 9º Os orçamentos para o exercício de 2011 e as suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo suas Autarquias e seus Fundos (artigos 1º, § 1º, 4º, I, "a", 50, I e 48 da LRF).

Art. 10. Os Fundos Municipais constituídos como unidades gestoras, terão suas receitas especificadas em orçamento próprio e estas, por sua vez, vinculadas as despesas relacionadas à seus objetivos, identificadas em planos de aplicação representadas nas planilhas de despesas referidas no art. 7º desta Lei.

§1º Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por sua manifestação formal, serem delegados a servidor municipal.

§ 2º A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos Municipais deverão ser demonstradas também em balançetes apartados da unidade gestora central quando a gestão for delegada pelo Prefeito Municipal a Servidor Municipal.

Art. 11. Os estudos para definição dos orçamentos da receita para 2011 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios.

Parágrafo único. Até 30 (trinta) dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal, os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

Art. 12. Se a receita estimada para 2011, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Poder Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Poder Executivo Municipal a sua alteração e a conseqüente adequação do orçamento da despesa.

Art. 13. Na execução do orçamento, verificando que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo de forma proporcional as suas dotações, adotarão os mecanismos da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas seguintes dotações abaixo:

I - contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;  
II - obras em geral, desde que ainda não iniciadas;  
III - dotação para combustíveis destinada a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;  
IV - dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.



Parágrafo único. Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 14. A compensação de que trata o artigo 17, § 2º da Lei Complementar nº 101 de 01 de maio de 2000, quando da criação ou aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão.

Art. 15. Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do anexo III desta Lei.

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da reserva de contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2010.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei ao Poder Legislativo, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 16. A Reserva de Contingência, observado o inciso III do art. 5º da Lei Complementar nº 101, de 2000, será constituída, exclusivamente, de recursos do orçamento fiscal, equivalendo, no Projeto de Lei Orçamentária para 2011, a no máximo 2% (dois por cento) da receita corrente líquida prevista para o mesmo exercício e serão constituídos exclusivamente de recursos de destinação "00" - ordinários.

Parágrafo Único. Os recursos da reserva de contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 17. Os investimentos com duração superior a 12(doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contempladas no Plano Plurianual.

Art. 18. O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá, até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais da arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa.

Art. 19. Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2011 com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitando ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e artigo 50, I da LRF.

§ 2º Na Lei Orçamentária Anual os orçamentos da receita e da despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo.

Art. 20. A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2011, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita.

Art. 21. Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário - financeiro e declaração de ordenador de despesa de que trata o artigo 16, itens I e II da Lei Complementar nº 101/2000 deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade, ou junto à Lei municipal que a der causa.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2011, em cada evento, não exceda duas vezes ao valor limite para dispensa de licitação fixado no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado.

Art. 22. As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito.

Art. 23. Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei orçamentária (artigo 62 da LRF).

Art. 24. A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2011 a preços correntes.

Art. 25. A execução do orçamento da despesa obedecerá, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, a dotação fixada para cada grupo de natureza de despesa/modalidade de aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001 e suas alterações.

## Seção II

### Das alterações da Lei Orçamentária

Art. 26 As fontes de recursos, as modalidades de aplicação e os identificadores de uso, as metas, os produtos, as unidades de medida e as unidades orçamentárias das ações constantes da Lei Orçamentária de 2011 e dos créditos adicionais, inclusive reabertos no exercício, poderão ser modificados, justificadamente, para atender às necessidades de Execução, se autorizados através de Decreto do Chefe do Poder Executivo.

§ 1º As modificações a que se refere este artigo também poderão ocorrer quando da abertura de créditos suplementares autorizados na Lei Orçamentária de 2011.

§ 2º Os créditos adicionais aprovados pela Câmara Municipal serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva Lei.

Art. 27. A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um grupo de natureza de despesa/modalidade de aplicação para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, bem como a abertura de créditos adicionais suplementares criados a partir do provável excesso de arrecadação do exercício de 2011 e do superávit financeiro do exercício anterior, poderão ser feitas através de Decreto do Chefe do Poder Executivo. § 1º Considera-se excesso de arrecadação, para fins do art. 43, § 3º, da Lei 4.320, de 1964, os recursos disponibilizados a partir da apuração das metas de arrecadação previstas e a receita efetivamente arrecadada, para cada fonte de recursos.

Art. 28. Durante a execução orçamentária de 2011, o Executivo Municipal, autorizado por Lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2011 e constantes desta Lei.

Art. 29. Os programas priorizados por esta Lei, extraídas do Plano Plurianual conforme Demonstrativo da Compatibilização das Metas de Despesas - anexo I e contemplados na Lei Orçamentária para 2011, serão desdobrados em metas quadrimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e janeiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas.

Parágrafo único: Fica o Poder Legislativo responsável pela convocação da audiência pública de que trata o "caput" do presente artigo.

Art. 30 Para fins do disposto no art. 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de grupo de natureza de despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para grupo de natureza de despesa/modalidade de aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

### Seção III

Da destinação de recursos ao setor privado e a pessoas físicas

Art. 31. A transferência de recursos a título de subvenções sociais, nos termos do art. 16 da Lei no 4.320, de 1964, atenderá as entidades privadas sem fins lucrativos que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de assistência social, saúde e educação.

Art. 32. A transferência de recursos a título de contribuição corrente somente será destinada a entidades sem fins lucrativos, e que preencham uma das seguintes condições:

I - estejam autorizadas em lei específica;

Art. 33. A transferência de recursos a título de auxílios, previstos no art. 12, § 6º, da Lei no 4.320, de 1964, somente poderá ser realizada para entidades privadas sem fins lucrativos e desde que sejam:

I - de atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para a educação especial, ou representativas da comunidade escolar das escolas públicas municipais da educação básica estabelecidas no município de Ascurra;

II - voltadas a ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público, prestadas pelas entidades sem fins lucrativos que sejam cadastradas como entidades beneficentes de assistência social junto ao Departamento de Assistência Social;

III - qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, com termo de parceria firmado com o Poder Público Municipal;

IV - qualificadas para o desenvolvimento de atividades esportivas que contribuam para a capacitação de atletas que representem o município em competições oficiais, desde que formalizado instrumento jurídico adequado que garanta a disponibilização do espaço esportivo implantado para o desenvolvimento de programas governamentais, e demonstrada, pelo órgão concedente, a necessidade de tal destinação e sua imprescindibilidade, oportunidade e importância para o setor público;

V - voltadas, na área de assistência social, ao atendimento direto e gratuito de pessoas

portadoras de deficiência;

VI - voltadas diretamente às atividades de coleta e processamento

de material reciclável,

desde que constituídas sob a forma de associações ou cooperativas integradas por pessoas em situação de risco social, cabendo ao órgão concedente aprovar as condições para a aplicação dos recursos;

VII - voltadas ao atendimento de pessoas carentes em situação de risco social ou diretamente alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e geração de trabalho e renda, nos casos em que ficar demonstrado que a entidade privada tem melhores condições que o Poder Público local para o desenvolvimento das ações pretendidas, devidamente justificado pelo órgão concedente responsável; e

VIII - de atendimento direto e gratuito de crianças e idosos, cadastrada como entidade beneficente de assistência social, junto ao Departamento de Assistência Social do município de Witmarsum.

Art. 34. A alocação de recursos para entidades privadas sem fins lucrativos, a título de contribuições de capital, fica condicionada à autorização em lei especial anterior de que trata o art. 12, § 6º, da Lei no 4.320, de 1964.

Art. 35. Sem prejuízo das disposições contidas nos arts. 31, 32 e 33 desta Lei, a destinação de recursos a entidades privadas sem fins lucrativos, nos termos do disposto no § 3º do art. 12 da Lei no 9.532, de 1997, dependerá ainda de:

I - identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convênio ou instrumento congênere;

II - execução na modalidade de aplicação 50 - entidade privada sem fins lucrativos;

III - compromisso da entidade beneficiada de disponibilizar ao cidadão, por meio da internet ou, na sua falta, em sua sede, consulta ao extrato do convênio ou outro instrumento utilizado, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos;

IV - apresentação da prestação de contas de recursos anteriormente recebidos, nos prazos e condições fixados na legislação, inexistência de prestação de contas rejeitada e pendência de aprovação de no máximo duas prestações;

V - comprovação pela entidade da regularidade do mandato de sua diretoria, além da comprovação da atividade regular nos últimos 3 (três) anos, por meio da declaração de funcionamento regular da entidade beneficiária, inclusive com inscrição no CNPJ, emitida no exercício de 2011 por 3 (três) autoridades locais sob as penas da lei;

VI - cláusula de reversão patrimonial, válida até a depreciação integral do bem ou a amortização do investimento, constituindo garantia real em favor do concedente em montante equivalente aos recursos de capital destinados à entidade, cuja execução ocorrerá quando se verificar desvio de finalidade ou aplicação irregular dos recursos;

VII - manifestação prévia e expressa do setor técnico e da assessoria jurídica do órgão

concedente sobre a adequação dos convênios e instrumentos congêneres às normas afetas à matéria;

VIII - manutenção de escrituração contábil regular; e

IX - apresentação pela entidade de certidão negativa ou certidão positiva com efeito de

negativa de débitos relativos aos tributos administrados pelas Secretarias da Receita Federal, Estadual e Municipal e ainda certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

Parágrafo único. As entidades beneficiadas com recursos do tesouro municipal deverão prestar contas no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade.

Art. 36. O regime de adiantamento será aplicável exclusivamente nos casos em que se apresente impraticável o pagamento,

diretamente pela Unidade Gestora, mediante ordem bancária ou cheque nominativo.

§ 1º O Adiantamento será concedido exclusivamente a servidor do quadro da municipalidade, que deverá movimentar os recursos através de conta-corrente, em banco oficial.

§ Os recursos de adiantamento ou os saldos destes, não aplicados até 31 de dezembro, ou decorrido o prazo de aplicação, deverão ser recolhidos à Tesouraria.

## CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 37. A Lei Orçamentária de 2011 poderá conter autorização de Operações de Crédito para atendimento à despesas de capital, observado o limite de endividamento de 50% (cinquenta por cento) das receitas corrente líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LRF.

Art. 38. A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em Lei específica.

Art. 39. Ultrapassado o limite de endividamento definido no artigo 30 desta Lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no artigo 13 desta Lei.

## CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 40. Os Poderes Executivo e Legislativo Municipal, mediante Lei autorizativa, poderão criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, redenominar cargos, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder a revisão geral anual, conceder vantagens, admitir pessoal em caráter efetivo ou temporário, na forma da Lei, bem como nomear servidores para provimento de cargos em comissão, observados os limites e as regras da LRF.

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na Lei de Orçamento para 2011 ou em créditos adicionais.

Art. 41. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a administração municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% (noventa e cinco por cento) do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 42. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na LRF.

- I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II - eliminação das despesas com horas extras;
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 43. Fica autorizada a revisão geral anual das remunerações, subsídios, proventos e pensões dos servidores ativos e inativos dos Poderes Executivo e Legislativo municipais, cujo percentual será definido em Lei específica.

Art. 44. Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente a substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração

Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade de contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituições de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

## CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 45. O Poder Executivo Municipal, autorizado em Lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita a serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subseqüentes.

Art. 46. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário bem como os considerados inexecutíveis judicialmente, poderão ser cancelados, mediante autorização em Lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no artigo 14 da LRF.

Art. 47. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

## CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 48. O Poder Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Complementar nº 27/2001, de 16 de maio de 2001, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2010.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo.

§ 2º Se a Lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2011, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 (um doze avos) das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 49. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 50. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses de exercício, poderão ser reabertos no exercício subseqüente, por ato do Prefeito Municipal.

Art. 51. O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta, com a devida homologação do Poder Legislativo, para realização de obras ou serviços de competência

do Município ou não, durante o exercício de 2011.

Art. 52. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Ascurra, 29 de outubro de 2010.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei na forma regulamentar  
Município de Ascurra, em 29 de outubro de 2010

MARIA DE FATIMA MARTINS

Fiscal de Tributos

### **Lei Nº 1197, de 29 de outubro de 2010.**

LEI Nº 1197, de 29 de outubro de 2010.

Autoriza a anulação e suplementação de dotações orçamentárias

MOACIR POLIDORO, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 1158, de 14/12/2009,

Art. 1º - Anula dotações orçamentárias, do orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Ascurra, no valor de R\$ 109.000,00 (cento e nove mil reais), conforme quadro abaixo:

04.001 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
012.364.0050.2012 APOIO A EDUCAÇÃO SUPERIOR/BOLSAS EST.  
3000000000000000 Despesas Correntes  
3300000000000000 Outras Despesas Correntes  
3390000000000000 Aplicações Diretas  
010000 Recursos Ordinários 9.000,00  
04.001 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
012.365.0040.2013 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL  
3000000000000000 Despesas Correntes  
3100000000000000 Pessoal e Encargos Sociais  
3190000000000000 Aplicações Diretas  
010000 Recursos Ordinários 60.000,00  
07.001 SECRETARIA DE TRANSPORTES E SERV. URB.  
015.452.0030.2018 MANUTENÇÃO CONVENIO CONSORCIO - LIXO  
3000000000000000 Despesas Correntes  
3300000000000000 Outras Despesas Correntes  
3390000000000000 Aplicações Diretas  
010000 Recursos Ordinários 10.000,00  
08.001 FUNDO MUNICIPAL CRIANÇA ADOLESCENTE  
008.243.0110.2041 MANUT. CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
3000000000000000 Despesas Correntes  
3300000000000000 Outras Despesas Correntes  
3390000000000000 Aplicações Diretas  
010000 Recursos Ordinários 6.000,00  
08.001 FUNDO MUNICIPAL CRIANÇA ADOLESCENTE  
008.243.0110.2041 MANUT. CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
4000000000000000 Despesas de Capital  
4400000000000000 Investimentos  
4490000000000000 Aplicações Diretas  
010000 Recursos Ordinários 4.000,00  
08.001 FUNDO MUNICIPAL CRIANÇA ADOLESCENTE  
008.243.0110.2041 MANUT. CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
3000000000000000 Despesas Correntes  
3300000000000000 Outras Despesas Correntes  
3350000000000000 Transf. a Inst. Priv. s/ fins Lucr.  
030000 Recursos Ordinários 20.000,00  
TOTAL 109.000,00

Art. 2º - Os recursos anulados no artigo primeiro da presente Lei suplementam as dotações orçamentárias através da transposição de recursos, conforme quadro a seguir:

05.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
10.301.0070.2024 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNC. DE SAÚDE  
3000000000000000 Despesas Correntes  
3300000000000000 Outras Despesas Correntes  
3390000000000000 Aplicações Diretas  
010000 Recursos Ordinários 89.000,00  
05.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
10.301.0070.2024 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNC. DE SAÚDE  
3000000000000000 Despesas Correntes  
3300000000000000 Outras Despesas Correntes  
3390000000000000 Aplicações Diretas  
030000 Recursos Ordinários 20.000,00  
TOTAL 109.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, 29 de outubro de 2010.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei na forma regulamentar,  
Município de Ascurra em, 29 de outubro de 2010.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS

Fiscal de Tributos

### **Lei Nº 1198, de 03 de novembro de 2010.**

LEI Nº 1198, de 03 de novembro de 2010.

Autoriza o Poder Executivo a efetuar o pagamento de abono aos Servidores Públicos Municipais ativos e inativos.

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a pagar aos Servidores Públicos Municipais ativos e inativos, abono no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais).

Parágrafo único. Os valores serão pagos exclusivamente nos meses de janeiro à dezembro de 2011, de forma individual para cada servidor, independentemente do número de nomeações ou titularidade de cargos, não sendo considerado como antecipação de reajuste de vencimentos futuros.

Art. 2º A despesa decorrente da aplicação desta Lei correrá à conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal Ascurra, 03 de novembro de 2010

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei na forma regulamentar;  
Município de Ascurra em, 03 de novembro de 2010.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS

Fiscal de Tributos

### **Lei Nº 1203, de 09 de novembro de 2010.**

LEI Nº 1203, de 09 de novembro de 2010.

Autoriza a Anulação e Suplementação de Dotações Orçamentárias.

MOACIR POLIDORO, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 1158, de 14/12/2009,

Art. 1º - Anula dotações orçamentárias, do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais), conforme quadro abaixo:



05.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
010.301.0070.1019 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E EQUIP. SAÚDE  
4000000000000000 Despesas de Capital  
4400000000000000 Investimentos  
4490000000000000 Aplicações Diretas  
012355 Transf. De Convênios do Estado Saúde 210.000,00  
TOTAL 210.000,00

Art. 2º Os recursos anulados no artigo terceiro da presente Lei suplementam as dotações orçamentárias conforme quadro a seguir:

05.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
010.301.0070.1018 CONSTRUÇÃO E REF. DE CENTROS DE SAÚDE  
4000000000000000 Despesas de Capital  
4400000000000000 Investimentos  
4490000000000000 Aplicações Diretas  
012355 Transf. De Convênios do Estado Saúde 210.000,00  
TOTAL 210.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em, 09 de novembro de 2010.  
MOACIR POLIDORO  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei na forma regulamentar;  
Município de Ascurra em, 09 de novembro de 2010.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS  
Fiscal de Tributos

### **Lei Nº 1205 de 09 de novembro de 2010.**

LEI Nº 1205 de 09 de novembro de 2010.  
DENOMINA VIA PÚBLICA / RUA ALCIR FAES.

MOACIR POLIDORO, Prefeito Municipal de Ascurra, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica denominada "Rua Alcir Faes", a via pública projetada com início no lado par da rua Santa Catarina e final da PM 100 (atual PM 99).

Art. 2º - A referida rua apresenta as seguintes medidas:  
Extensão: 111,00 metros;  
Largura: 12,00 metros.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em, 09 de novembro de 2010.  
MOACIR POLIDORO  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei na forma regulamentar;  
Município de Ascurra em, 09 de novembro de 2010.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS  
Fiscal de Tributos

### **Lei Nº 1206, de 26 de novembro de 2010.**

LEI Nº 1206, de 26 de novembro de 2010.

Autoriza o Município de Ascurra a firmar convênio com a Associação de Serviços Sociais Voluntários de Ascurra, Apiúna e Rodeio, para assegurar o repasse mensal de recursos financeiros, para o exercício de 2011.

Moacir Polidoro, Prefeito Municipal de Ascurra.

Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado o Executivo Municipal a Celebrar Convênio com a Associação de Serviços Sociais Voluntários de Ascurra, Apiúna e Rodeio, CNPJ nº 04.754.806.0001-26, com sede na Rodovia BR 470, Km 91,5 nº 1756, Bairro Estação, nesta cidade de Ascurra, para assegurar o repasse mensal de recursos financeiros nos meses compreendido entre janeiro à dezembro do ano de 2011.

Art. 2º - O município repassará a quantia de R\$ 66.000,00 ( sessenta e seis mil reais), destinados a cobertura de despesas de manutenção de suas atividades, conforme convênio, que será mensalmente assim executado;

- Referente aos custos do mês de janeiro/2011, parcela de R\$ 5.500,00;
- Referente aos custos do mês de fevereiro/2011, parcela de R\$ 5.500,00;
- Referente aos custos do mês de março/2011, parcela de R\$ 5.500,00;
- Referente aos custos do mês de abril/2011, parcela de R\$ 5.500,00;
- Referente aos custos do mês de maio/2011, parcela de R\$ 5.500,00;
- Referente aos custos do mês de junho/2011, parcela de R\$ 5.500,00;
- Referente aos custos do mês de julho/2011, parcela de R\$ 5.500,00;
- Referente aos custos do mês de agosto/2011, parcela de R\$ 5.500,00;
- Referente aos custos do mês de setembro/2011, parcela de R\$ 5.500,00;
- Referente aos custos do mês de outubro/2011, parcela de R\$ 5.500,00;
- Referente aos custos do mês de novembro/2011, parcela de R\$ 5.500,00;
- Referente aos custos do mês de dezembro/2011, parcela de R\$ 5.500,00;

Parágrafo Único, Os Recursos mencionados neste artigo, será transferido a partir de janeiro de 2.011 à conta da Associação de Serviços Sociais Voluntários de Ascurra, na agência do Banco do Brasil, Agência Nº 1478-8, Conta Corrente Nº 66843-5.

Art. 3.º - A despesa prevista nessa Lei, correrá por conta da seguinte atividade do Orçamento vigente :

- à 0301 -Secretaria de Administração e Planejamento
- 04.121.01002003 -Contribuições Financeiras a Entidades
- 30000000 - Despesas Correntes
- 33500000 - Transferências a Instituições Privadas s/Fins Lucrativos
- 3350439900 - Outras Subvenções Sociais
- Vinculo - 01000 - Recursos Ordinários

Art. 4º - Os recursos repassados serão aplicados de acordo com as cláusulas previstas no convênio e conforme orientação do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art.5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2011.

Município de Ascurra, 26 de novembro de 2.010.  
MOACIR POLIDORO  
Prefeito Municipal de Ascurra

Publicada a presente Lei na forma regulamentar,  
Município de Ascurra em, 26 de novembro de 2010.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS  
Fiscal de Tributos

**TERMO DE CONVÊNIO**

O Município de Ascurra, pessoa jurídica de direito público, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes Sob. Nº83.102.772/0001-61, com sede a Rua Benjamin Constant nº221, no bairro Centro, nesta Cidade de Ascurra, Estado de Santa Catarina, neste Ato representada pelo Senhor Moacir Polidoro, brasileiro, casado, eleitor, Prefeito Municipal, residente e domiciliado na Rua Benjamin Constant, 174, no Bairro Estação, neste município de Ascurra, Estado de Santa Catarina doravante denominado simplesmente de CONVENIENTE e do outro lado a Associação de Serviços Sociais Voluntários de Ascurra, Apiúna e Rodeio, inscrita no Cadastro de Geral de Contribuintes CGC Sob. Nº 04.754.806,0001-26 com sede na Rodovia BR 470, Km 91,5, nº 1756, Bairro Estação, nesta cidade de Ascurra Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu presidente Senhor Luiz Antonio Borges, brasileiro, casado, servidor público, inscrito no cadastro de pessoas Físicas sob. Nº 487.894.539/72, cédula de identidade nº 1.720.362-7, residente e domiciliado na Rua Alfredo Geske, nº123, bairro Centro, doravante denominado simplesmente de CONVENIADO, celebram entre si o presente convênio com vigência a partir da aprovação da lei nº 1206/2010 e com término em 31 de Dezembro de 2.011, conforme cláusulas abaixo;

**CLAUSULA PRIMEIRA - OBJETIVO**

O presente convênio tem por objetivo principal o atendimento, na forma prevista nos Estatutos sociais da Associação de Serviços Sociais Voluntários de Ascurra, Apiúna e Rodeio à população de Ascurra.

**CLAUSULA SEGUNDA - DA DURAÇÃO**

O prazo de duração deste convênio passa a contar a partir de 1º de janeiro/2011 até o dia 31 de dezembro de 2.011.

**CLAUSULA TERCEIRA - DO VALOR:**

O CONVENTE repassará os recursos no valor de R\$66.000,00 (sessenta e seis mil reais), que serão transferidos em 12 (doze) no valor de R\$5.500,00 (cinco mil e quinhentos Reais), a partir do mês de janeiro de 2.011 à conta da Associação de Serviços Sociais Voluntários de Ascurra, no do Banco do BRASIL, Agencia Nº 1478-8, Conta Corrente Nº 66843-5, durante a vigência do convênio, após a prestação de contas da parcela anterior acompanhada de relatório dos atendimentos no Município de Ascurra durante o mês.

Parágrafo Único: da fonte de recursos;

As despesas para a execução da presente lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

0301- Secretaria de Administração e Planejamento

04.121.01002003 - contribuições financeiras a entidades

30000000 - Despesas Correntes

33500000 - Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos

3350439900- Outras Subvenções Sociais

Vínculo - 01000 - Recursos Ordinários

**CLAUSULA QUARTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO.**

A) Prestação de contas mensalmente de acordo com a Resolução 16/94 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

B) Deverá acompanhar a prestação de contas um relatório mensal dos atendimentos, constando a data e hora de atendimento, nome do paciente, endereço, procedimento (em caso de transporte de onde para aonde).

**CLAUSULA QUINTA:**

Além das obrigações acima o CONVENIADO no ato da assinatura do presente convênio, deverá apresentar a documentação da Associação de serviços Sociais Voluntários de Ascurra - Apiúna e Rodeio, tais como, Cópia dos Estatutos Sociais, Certidão de Registro dos Estatutos, Cópia da Ata da Eleição da Última Diretoria, Ata de Posse, Registro competente em órgão social. Certidão negativa do

INSS e Ministério da Fazenda.

**CLAUSULA SEXTA- DA RESCISÃO;**

O Presente convênio poderá ser rescindido:

- a) - Pelo não cumprimento das cláusulas prevista no convênio
- b) - Por acordo entre as partes em qualquer tempo;
- c) - No interesse do município de Ascurra.

**CLAUSULA SÉTIMA - DO FORO**

Fica eleito o foro da comarca de Ascurra, para dirimir qualquer dúvida quanto o cumprimento do presente convênio.

Ascurra em,

CONVENIENTE CONVENIADO

MOACIR POLIDORO LUIZ ANTONIO BORGES

Prefeito Municipal Presidente da ASSV

**Lei Nº 1207, de 16 de dezembro de 2010**

LEI Nº 1207, de 16 de dezembro de 2010

Estima a receita e fixa a

Despesa do município de

Ascurra para o exercício de 2011.

AIRES ROGERIO DALFOVO, Prefeito Municipal em exercício, município de Ascurra, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições.

Faz saber a todos os habitantes

deste Município que a Câmara de

Vereadores aprovou e eu sanciono e

Promulgo a seguinte Lei:

Art.1º O Orçamento Consolidado do Município de ASCURRA, para o Exercício de 2010, estima a receita e fixa a despesa em R\$ 20.040.200,00 (Vinte milhões quarenta mil e duzentos reais).

Art. 2º - A receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor, com o seguinte desdobramento:

RECEITAS CORRENTES	R\$	12.132.000,00
(+) Receita Tributária	R\$	1.392.500,00
(+) Receita Patrimonial	R\$	25.000,00
(+) Receita de Contribuições	R\$	300.000,00
(+) Transferências Correntes	R\$	10.125.600,00
(+) Outras Receitas Correntes	R\$	288.900,00
DEDUÇÃO DA RECEITA CORRENTE	R\$	1.631.800,00
(-) Dedução para formação do FUNDEB	R\$	1.631.800,00
RECEITAS DE CAPITAL	R\$	9.540.000,00
(+) Transferências de Capital	R\$	9.540.000,00
TOTAL DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	R\$	20.040.200,00

Art. 3º - A despesa será realizada de acordo com os anexos previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, que fazem parte da presente Lei, obedecendo à classificação econômica e funcional-programática e o seguinte desdobramento institucional:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL			
01	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	R\$	647.000,00
02	GABINETE DO PREFEITO	R\$	268.000,00
03.01	SECRET. DE ADM. E PLANEJAMENTO	R\$	1.903.710,00
03.02	FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	R\$	15.000,00
04.01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	R\$	3.034.190,00
04.02	ESPORTE E CULTURA	R\$	1.128.000,00
05	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	R\$	2.835.490,00
06	SECRETARIA DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE	R\$	657.000,00



07	SECRET. TRANSP. E SERVIÇOS URBANOS	R\$	8.807.060,00
08	FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	R\$	97.000,00
09	FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL	R\$	141.000,00
10	SECRETARIA MUNICIPAL DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	R\$	496.750,00
90	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$	10.000,00
TOTAL		R\$	20.040.200,00

Art. 4º O desdobramento do Orçamento Consolidado de que trata o Art. 1º desta Lei, dentro de suas Unidades Gestoras, fica assim classificado, considerando Receitas, Despesas e Transferências Financeiras:

#### I – PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA

##### QUADRO 1 – RECEITA ORÇAMENTÁRIA

RECEITAS CORRENTES	R\$	11.516.400,00
(+) Receita Tributária	R\$	1.390.500,00
(+) Receitas Patrimoniais	R\$	25.000,00
(+) Receita de Contribuições	R\$	300.000,00
(+) Transferências Correntes	R\$	9.512.000,00
(+) Outras Receitas Correntes	R\$	288.900,00
DEDUÇÃO DA RECEITA CORRENTE	R\$	1.631.800,00
(-) Dedução para formação do FUNDEB	R\$	1.631.800,00
RECEITAS DE CAPITAL	R\$	8.800.000,00
(+) Transferências de Capital	R\$	8.800.000,00
TOTAL DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	R\$	18.684.600,00

##### QUADRO 2 – DESPESA ORÇAMENTÁRIA (+) TRANSF.

DESPESAS CORRENTES	R\$	6.800.861,20
(+) Pessoal e Encargos	R\$	3.801.112,80
(+) Juros e Encargos da Dívida	R\$	80.000,00
(+) Outras Despesas Correntes	R\$	2.919.748,40
DESPESAS DE CAPITAL	R\$	9.746.848,80
(+) Investimentos	R\$	9.576.848,80
(+) Amortização da Dívida	R\$	170.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$	10.000,00
(+) Reserva de Contingência	R\$	10.000,00
TRANSF. FINANCEIRA CONCEDIDA	R\$	2.126.890,00
(+) Transferências Concedidas	R\$	2.126.890,00
TOTAL DA DESP. ORÇAM. (+) TRANSF.	R\$	18.684.600,00

#### II - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE ASCURRA

##### QUADRO 1 – RECEITA ORÇAMENTÁRIA (+) TRANSF.

RECEITAS CORRENTES	R\$	615.600,00
(+) Receitas Tributárias	R\$	2.000,00
(+) Transferências Correntes	R\$	613.600,00
TRANSF. FINANCEIRA RECEBIDA	R\$	1.479.890,00
(+) Transferências Recebidas	R\$	1.479.890,00
RECEITAS DE CAPITAL	R\$	740.000,00
(+) Transferências de Capital	R\$	740.000,00
TOTAL DA REC. ORÇAM. (+) TRANSF.	R\$	2.835.490,00

##### QUADRO 2 – DESPESA ORÇAMENTÁRIA

DESPESAS CORRENTES	R\$	2.046.490,00
(+) Pessoal e Encargos	R\$	1.268.500,00
(+) Outras Despesas Correntes	R\$	777.990,00
DESPESAS DE CAPITAL	R\$	789.000,00
(+) Investimentos	R\$	789.000,00
TOTAL DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA	R\$	2.835.490,00

#### III – CAMARA DE VERADORES DE ASCURRA

##### QUADRO 1 – RECEITA ORÇAMENTÁRIA (+) TRANSF.

RECEITAS CORRENTES	R\$	0,00
(+) Receitas Tributárias	R\$	0,00
(+) Transferências Correntes	R\$	0,00
TRANSF. FINANCEIRA RECEBIDA	R\$	647.000,00
(+) Transferências Recebidas	R\$	647.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	R\$	0,00
(+) Transferências de Capital	R\$	0,00
TOTAL DA REC. ORÇAM. (+) TRANSF.	R\$	647.00,00

##### QUADRO 2 – DESPESA ORÇAMENTÁRIA

DESPESAS CORRENTES	R\$	365.000,00
(+) Pessoal e Encargos	R\$	265.000,00
(+) Outras Despesas Correntes	R\$	100.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	R\$	282.000,00
(+) Investimentos	R\$	282.000,00
TOTAL DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA	R\$	647.000,00

Art. 5º Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, superávit orçamentário e para obtenção de resultado primário positivo, conforme abaixo:

RESERVA DE CONTINGÊNCIA		
(+) Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos	R\$	10.000,00
TOTAL	R\$	10.000,00

Parágrafo 1º - A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feito por decreto do Poder Executivo Municipal, observado o limite para cada evento de riscos Fiscais especificados neste artigo.

Parágrafo 2º - Para efeito desta lei entende-se como "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência da unidade gestora não orçados ou orçados a menor.

Parágrafo 3º - Não se efetivando até o dia 30/11/2011 os riscos fiscais relacionados a passivos contingentes e intempéries previstas neste artigo, os recursos a ele reservados poderão ser utilizados por decreto do Poder Executivo Municipal para atender "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", conforme definido no parágrafo 2º deste artigo, desde que o orçamento para 2011 tenha reservado recursos para os mesmos riscos fiscais.

Art. 6º - O Poder Executivo Municipal está autorizado, nos termos do artigo 7º da Lei Federal 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 40% (quarenta por cento) da Receita Corrente estimada no artigo 2º desta lei, utilizando como fonte de recursos:

- I – o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;
- II – superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo único – Excluem-se deste limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 7º - As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 8º - Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da receita, ou o seu excesso poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por decreto Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único - Fica o executivo municipal autorizado a remanejar por Decreto dotações de um elemento de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais e vínculo de recurso.

Art. 9º - As receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de crédito e outras, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art. 10º - A presente Lei vigorará durante o exercício de 2011, a partir de 1º de janeiro.

Gabinete do Prefeito, em 16 de dezembro de 2010.  
AIRES ROGÉRIO DALFOVO  
Prefeito Municipal em Exercício

Publicada a presente Lei na forma regulamentar;  
Município de Ascurra em, 16 de dezembro de 2010.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS  
Fiscal de Tributos

### **Lei Nº 1210, de 16 de dezembro de 2010.**

LEI Nº 1210, de 16 de dezembro de 2010.  
INSTITUI A NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - NFS-e, NO MUNICÍPIO DE ASCURRA/SC.

O Prefeito Municipal DE ASCURRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica instituída a Nota Fiscal Eletrônica de Prestação de Serviços, NFs-e, que deverá ser emitida por ocasião da prestação de serviço.

§ 1º. Caberá ao regulamento:

I - disciplinar a emissão da Nota Fiscal Eletrônica de Serviços;  
II - definir os contribuintes que estarão autorizados a emití-la;

§ 2º. O Município de Ascurra disponibilizará aos contribuintes usuários da Nota Fiscal Eletrônica de Prestação de Serviços, as rotinas e os padrões para a emissão do respectivo documento eletrônico, inclusive, se for o caso, aplicativo de emissão e gerenciamento.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor da data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de sua regulamentação.

Município de Ascurra em, 16 de dezembro de 2010.  
AIRES ROGÉRIO DALFOVO  
Prefeito Municipal em Exercício

Publicada a presente lei na forma regulamentar;  
Município de Ascurra em, 16 de dezembro de 2010.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS  
Fiscal de Tributos

## Atalanta

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### **Lei Nº 1188/2010**

LEI Nº 1188/2010

"AUTORIZA O PODER LEGISLATIVO A CONCEDER ABONO SALARIAL AOS SEUS SERVIDORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

A Mesa da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em consonância com o disposto no Arts. 24 e 36 da Lei Orgânica Municipal, apresenta ao Plenário a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Legislativo Municipal, do Município de Atalanta, autorizado a conceder abono salarial no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) aos servidores da Câmara de Vereadores, excetuando-se os cargos em Comissão e agentes políticos.

Parágrafo Único. O abono salarial de que trata o caput deste artigo será em parcela única a ser incluído na folha de pagamento do mês de dezembro de 2010.

Art. 2º O valor pago a título de abono salarial de que trata a presente Lei, não servirá de base de cálculo para nenhuma vantagem ou gratificação adicional, também não se incorporando ao salário base, pagos a qualquer título.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta de dotações próprias, consignadas no Orçamento do Exercício de 2010, sob a rubrica:

Projeto Atividade: 2.001 - Manutenção da Câmara de Vereadores  
Item de Despesa: 31.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil  
Fonte de Recurso: 080 - Recursos Ordinários

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de dezembro de 2010.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta, 22 de Dezembro de 2010.  
BRAZ BILCK  
Prefeito Municipal

#### **Lei Nº 1187/2010**

LEI Nº 1187/2010

"RECONHECE PARA FINS DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO RESGATE ARTÍSTICO, SOCIAL E CULTURAL DE ATALANTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito do Município de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, pela Lei Orgânica do Município. Faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º O Poder Público do Município de Atalanta reconhece para fins de Utilidade Pública, a entidade denominada de "ASSOCIAÇÃO RESGATE ARTÍSTICO, SOCIAL E CULTURAL" de ATALANTA, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob nº 12.999.503/0001-00, com sede na Estrada Geral Dona Luíza, s/n, Município de Atalanta.



Art. 2º O Município assegura a entidade todos os direitos e vantagens previstas em Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições editadas em contrário.

Atalanta, 22 de Dezembro de 2010.

BRAZ BILCK

Prefeito Municipal

## Biguaçu

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### Decreto 208

DECRETO Nº 208/2010 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010.

Concede aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e declara a vacância do cargo público da servidora MARIA DAS GRAÇAS RODRIGUES MARTINS e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições

#### RESOLVE:

Art.1º Aposentar por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 a servidora MARIA DAS GRAÇAS RODRIGUES MARTINS, inscrita no CPF nº 342.323899/20, portadora do RG nº 557.163-4 e do PASEP nº 10094619856, detentora da matrícula funcional nº 325, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora Normalista do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, perfazendo o total de R\$ 4.376,86 (quatro mil trezentos e setenta e seis reais e oitenta e seis centavos), que será pago mensalmente pelo PREVBIGUAÇU.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 59 da Lei municipal nº 730/92 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 01/01/2011.

Art. 5º Revogar as disposições em contrário.

Biguaçu, em 22 de dezembro de 2010.

JOSE CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

ROBERTA BORBA RODRIGUES

Gerente de Protocolo e Expediente

#### Decreto Nº 207

DECRETO Nº 207/2010 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010.

Concede aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e declara a vacância do cargo público da servidora ANA

MARIA ROSA ANDRADE e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições.

#### RESOLVE:

Art.1º Aposentar por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 a servidora ANA MARIA ROSA ANDRADE, inscrita no CPF nº 303253319-87, portadora do RG nº 557.164 e do PASEP nº 100.94619.94.5, detentora da matrícula funcional nº 342, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora Normalista do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, perfazendo o total de R\$ 3.823,77 (três mil oitocentos e vinte e três reais e setenta e sete centavos), que será pago mensalmente pelo PREVBIGUAÇU.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 59 da Lei municipal nº 730/92 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 01/01/2011.

Art. 5º Revogar as disposições em contrário.

Biguaçu, em 22 de dezembro de 2010.

JOSE CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

ROBERTA BORBA RODRIGUES

Gerente de Protocolo e Expediente

#### Publicação de Licitação PP 268 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 268/2010-PMB

OBJETO: Aquisição de recargas de bombonas de água mineral, garrafas de água mineral com gás e sem gás para o uso das Secretarias da Prefeitura para o ano de 2011. Data da abertura da documentação e proposta de preços: 13/01/2011 às 14:00 hrs. Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um disquete ou pen-drive. Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48- 3279-8010, 8020 e 8048.

Biguaçu 20 de Dezembro de 2010.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

# Braço do Trombudo

## PREFEITURA MUNICIPAL

### Lei 0667/2010

Lei 0667/2010

Aprova o Protocolo de Intenções da Associação Pública Consórcio Intermunicipal Entre-Rios e dá outras providências.

Nildo Melmestet, Prefeito em Exercício do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aprovado o Protocolo de Intenções da Associação Pública Consórcio Intermunicipal Entre-Rios, nos termos da minuta anexo, que faz parte integrante da presente Lei.

Art. 2º A despesa decorrente da aplicação da presente Lei correrá à conta de dotação própria, consignada no Orçamento Anual do Município.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, 22 de dezembro de 2010.

NILDO MELMESTET

Prefeito em Exercício

### PROTOCOLO DE INTENÇÕES

ASSOCIAÇÃO PÚBLICA CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ENTRE-RIOS

ASSOCIAÇÃO PÚBLICA CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ENTRE-RIOS

PROTOCOLO DE INTENÇÕES

### CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS, DOS ENTES CONSORCIADOS

Art. 1º - Integram a Associação Pública Consórcio Intermunicipal Entre-Rios:

a) O MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.102.681/0001-26, com sede na rua Antonio Carlos Thiesen, 74, na cidade de Pouso Redondo, representado por seu Prefeito Municipal, JOCELINO AMÂNCIO, portador do CPF nº 292.840.829-00;

b) O MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.102.715/0001-82, com sede na rua 7 de Setembro, 828, na cidade de Rio do Oeste, representado por seu Prefeito Municipal, ODENIR FELIZARI, portador do CPF nº 973.300.869-91;

c) O MUNICÍPIO DE AGRONOMICA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.102.590/0001-90, com sede na rua 7 de Setembro, 215, na cidade de Agronômica, representado por seu Prefeito Municipal, JOSÉ ERCOLINO MENEGATTI, portador do CPF nº 342.201.359-87;

d) O MUNICÍPIO DE LAURENTINO, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.102.657/0001-97, com sede na rua XV de Novembro, 408, na cidade de Laurentino, representado por seu Prefeito Municipal, VALDEMIRO AVI, portador do CPF nº 247.637.139-49;

e) O MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.102.731/0001-75, com sede na Praça Artur Siewerdt, 01, cidade de Trombudo Central, representado por seu Prefeito Municipal, SILVIO VENTURI, portador do CPF nº 180.703.029-68;

f) O MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 95.952.230/0001-67, com sede na Praça da Independência, 25, na cidade de Braço do Trombudo, representado por seu Prefeito Municipal, VILBERTO MÜLLER SCHOVINDER, portador do CPF nº 185.255.479-72;

g) O MUNICÍPIO DE AGROLÂNDIA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.102.582/0001-44, com sede na Praça do Pioneiros, 8, na cidade de Agrolândia, representado por seu Prefeito Municipal, JOSÉ CONSTANTE, portador do CPF nº 624.958.529-04;

h) O MUNICÍPIO DE MIRIM DOCE, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 95.952.248/0001-69, com sede na rua Alfredo Cordeiro, 220, na cidade de Mirim Doce, representado por sua Prefeita Municipal, MARIA LUIZA KESTRING LIEBSCH, portadora do CPF nº 895.107.639-34;

### CAPÍTULO II - DA CONSTITUIÇÃO, DENOMINAÇÃO E SEDE

Art. 2º - A Associação Pública Intermunicipal Consórcio Entre-Rios, constitui-se sob forma jurídica de ASSOCIAÇÃO PÚBLICA, com Personalidade Jurídica, na forma da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005 e seu Decreto nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, por legislação pertinente e pelo presente Estatuto.

Art. 3º - Considerar-se-á constituída a Associação Pública Intermunicipal Consórcio Entre-Rios, tão logo tenha subscrito o presente instrumento com o número mínimo de 04 (quatro) Municípios associados, os quais serão representados pelos seus Prefeitos, formalmente autorizados pelas respectivas Câmaras Municipais.

Art. 4º - Possibilita-se o ingresso de novos sócios na presente Associação, assim como o firmamento de convênios de cooperação técnica, prestação de serviços, assessoramento de projetos, desde que possuam cunho ecológico e representem ganho ambiental aos envolvidos.

Parágrafo Único - Possibilita-se, também, a inclusão de municípios na situação de conveniados, desde que autorizados, para tanto, por lei própria.

Art. 5º - A área de atuação da presente Associação Pública será equivalente à totalidade das superfícies dos consorciados e/ou determinadas nos convênios, constituindo uma unidade territorial, inexistindo limites intermunicipais para as finalidades a que se propõe.

Art. 6º - A presente Associação Pública terá sede e foro na cidade de Trombudo Central, localizada na região do Alto Vale do Itajaí, Estado de Santa Catarina, na praça Arthur Siewerdt, número 01, Centro.

Parágrafo Único - A validade da presente Associação Pública é por prazo indeterminado.

### CAPÍTULO III - DAS FINALIDADES

Art. 7º - São finalidades da presente Associação Pública:

I - Representar os associados em assuntos de interesse comum, perante quaisquer outras entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais;

II - Planejar, adotar e executar planos, programas e projetos destinados a promover e acelerar o desenvolvimento social e ambiental das regiões compreendidas nos territórios dos municípios associados e/ou conveniados;

III - Promover programas ou medidas destinadas à recuperação, conservação e preservação do meio ambiente na região compreendida no território dos Municípios associados e/ou conveniados;

IV - Desenvolver serviços e atividades de interesse nos Municípios associados e/ou conveniados, tendo como primeira ação, a coleta e destino final adequado dos resíduos sólidos;

V - Promover a melhoria da qualidade de vida da população residente nos Municípios associados e/ou conveniados.

§ 1º - Para o cumprimento de suas finalidades, a Associação Pública Consórcio Entre-Rios poderá:

- a) Adquirir os bens que entender necessário, os quais integrarão seu patrimônio;
- b) Firmar convênios, contratos e acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções de outras entidades e órgãos do Governo ou da iniciativa privada;
- c) Prestar a seus associados os serviços necessários ao cumprimento das finalidades da Associação, podendo fornecer inclusive recursos humanos e materiais.

§ 2º - Poderão ser utilizados todos os meios adequados e permitidos na lei para consecução das finalidades, podendo-se, inclusive, desenvolver outras atividades acessórias voltadas ao desenvolvimento dos objetivos institucionais por meio de: execução direta de projetos, programas ou planos de ações; celebração de convênios, contratos ou outros instrumentos jurídicos; doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuam em áreas afins.

§ 3º - A fim de cumprir suas finalidades, a Associação se organizará em tantas unidades de prestação de serviços quantas se fizerem necessárias, as quais se regerão pelas disposições estatutárias e regimentais.

§ 4º - A Associação poderá ter um Regimento Interno que, aprovado pela Assembléia Geral, disciplinará o seu funcionamento.

#### CAPÍTULO IV - DOS DIREITOS E DEVERES DOS ASSOCIADOS

Art 8º - São associados todos aqueles que, sem impedimentos legais, forem admitidos como tais, sendo aprovados pela Diretoria da Associação, pertencendo todos a uma única categoria. [Art. 54, II e art. 55 da Lei nº 10.406/02]

Art 9º - São direitos dos associados: [Art. 54, III da Lei nº 10.406/02]

- I - Participar das atividades da Associação;
- II - Tomar parte nas assembleias gerais com igual direito de voto; e
- III - Votar e ser votado para os cargos da Administração.

Art. 10º - São deveres dos associados: [Art. 54, III da Lei nº 10.406/02]

- I - Respeitar e cumprir as decisões das assembleias e demais órgãos dirigentes da entidade;
- II - Cumprir e fazer cumprir o Estatuto e demais disposições internas;
- III - Zelar pelo nome da Associação;
- IV - Participar das Assembleias Gerais.

Art. 11º - Os associados não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações constituídas pela Associação, ressalvados os casos em que comprovadamente, tenha agido com dolo ou má-fé, de causar dano a terceiro, comprovada má-fé. [Art. 46, V da Lei nº 10.406/02]

Art.12º - Os associados perdem seus direitos: [Art. 54, II da Lei nº 10.406/02]

- I - Se deixarem de cumprir quaisquer de seus deveres;
- II - Se infringirem qualquer disposição estatutária, regimento ou qualquer decisão dos órgãos sociais;
- III - Se praticarem atos nocivos ao interesse da Associação;
- IV - Se praticarem qualquer ato que implique em desabono ou descrédito da Associação ou de seus membros; ou
- V - Se praticarem atos ou valerem-se do nome da Associação para tirar proveito patrimonial ou pessoal, para si ou para terceiros.

§ 1º - Em qualquer das hipóteses previstas acima, além de

perderem seus direitos, os associados poderão ser excluídos da Associação por decisão da Diretoria, caso seja reconhecida justa causa para tanto, assegurado o direito de se defender, valendo-se de todos os meios de prova admitidos em lei.

§ 2º - Da decisão da Diretoria que pretenda excluir um associado, cabe recurso à Assembléia Geral, que decidirá, por maioria de votos, sobre a exclusão ou não do associado, em Assembléia especialmente convocada para esse fim. [Art. 57 da Lei nº 10.406/02, alterado pela Lei nº 11.127/05]

Art.13º - Qualquer associado poderá, por iniciativa própria, desligar-se do quadro social da entidade, a qualquer tempo, sem a necessidade de declinar qualquer justificativa ou motivação específica, bastando para isso, manifestação expressa por carta datada e assinada endereçada à entidade.

#### CAPÍTULO V - DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 14º - A Associação terá a seguinte estrutura:

- I - Conselho de Prefeitos;
- II - Conselho Fiscal;
- IV - Grupo Técnico;
- V - Grupos Municipais de Trabalho;
- VI - Assembleia Geral.

#### CAPÍTULO VI - DAS COMPETÊNCIAS

##### SEÇÃO I - DO CONSELHO DE PREFEITOS

Art. 15º - O Conselho de Prefeitos é o órgão deliberativo, constituído pelos Prefeitos e Vice -Prefeitos dos Municípios associados;

§ 1º - O Conselho dos Prefeitos será presidido pelo Prefeito de um dos Municípios, em escrutínio secreto para o mandato de 01 (um) ano, após a apreciação das contas do mandato que se encerra.

§ 2º - Será permitida a reeleição, desde que aprovadas as contas do mandato anterior.

§ 3º - Em caso de empate, assumirá o candidato de maior idade.

§ 4º - Na mesma ocasião e em condições dos parágrafos anteriores, será escolhido o Vice-Presidente;

§ 5º - A apreciação e aprovação das contas e a eleição do Presidente e do Vice-Presidente dar-se-á na primeira quinzena do mês de dezembro de cada ano.

§ 6º - No último ano de mandato dos Prefeitos Municipais, não haverá eleição para o conselho de Prefeitos para o ano subsequente, assumindo interinamente a presidência durante o primeiro mês do primeiro ano de mandato dos novos Prefeitos Municipais, o Prefeito eleito do Município sede, período no qual realizar-se-á o processo eleitoral.

Art. 16 - Compete ao Conselho de Prefeitos:

- I - Deliberar, em última instância, sobre os assuntos gerais da Associação;
- II - Aprovar o plano de atividades, os programas de trabalho e as propostas orçamentárias anuais elaboradas pela Coordenação Executiva;
- III - Elaborar e aprovar o Regimento Interno da Associação, bem como resolver e dispor sobre os casos omissos;
- IV - Definir as políticas patrimonial e financeira e aprovar os programas de investimentos da Associação;
- V - Aprovar as contratações de serviços de terceiros e convênios com órgãos públicos e privados;
- VI - Eleger, em conjunto com o Grupo Técnico, o Coordenador Executivo da Associação, e seu substituto;
- VII - Determinar o afastamento do Coordenador Executivo, conforme o caso, após ouvir a Coordenação Executiva;
- VIII - Aprovar o relatório anual das atividades da Associação,

elaborado pelo Grupo Técnico;

IX - Apreçar, na primeira quinzena do mês de dezembro de cada ano, as contas do exercício vigente, prestadas pelo Grupo Técnico, e analisadas pelo Conselho Fiscal;

X - Prestar contas aos órgãos públicos ou privados, concessionários dos auxílios e subvenções que a Associação venha a receber;

XI - Encaminhar sugestões sobre as cotas anuais de contribuições dos Municípios associados ou conveniados às respectivas Câmaras Municipais;

XII - Autorizar a alienação dos bens da Associação, bem como seu oferecimento em garantia de operação de crédito;

XIII - Aprovar a requisição de funcionários de empresas Públicas ou aprovada para servirem na Associação;

XIV - Deliberar sobre a exclusão de sócios, nos casos previstos no artigo 33º;

XV - Propor e, tendo em vista o parecer do Conselho Fiscal, deliberar sobre alterações do presente Estatuto;

XVI - Autorizar a entrada de novos sócios;

XVII - Deliberar sobre a mudança da sede;

XVIII - Destituir o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Prefeitos em caso de transgressão do presente Estatuto e/ou dos princípios que regem a Associação, bem como em casos de transgressões legais.

Art. 17º - O Conselho de Prefeitos reunir-se-á por convocação de seu Presidente sempre que houver pauta para deliberação e, extraordinariamente, quando convocado por mínimo 1/5 (um quinto) de seus membros.

§ 1º - As convocações devem ser expedidas com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis.

§ 2º - Os membros que solicitarem convocação extraordinária deverão formalizar o pedido ao Presidente do Conselho de Prefeitos, relatando a pauta a ser tratada.

§ 3º - O edital de convocação extraordinária deverá ser expedido pelo Presidente no prazo de 3 (três) dias após o recebimento do pedido, caso contrário o requerente expedirá o edital.

Art. 18º - Compete ao Presidente do Conselho de Prefeitos:

I - Presidir as reuniões com voto de qualidade;

II - Dar posse aos membros do Conselho Fiscal;

III - Representar a Associação ativa e passivamente, judicial ou extrajudicialmente, podendo firmar contratos e convênios, bem como constituir procuradores "ad negotia" e "ad iudicia", podendo esta competência ser delegada parcial ou totalmente ao Coordenador Executivo, mediante decisão do Conselho de Prefeitos;

IV - Movimentar, em conjunto com o Coordenador Executivo, as contas bancárias e os recursos da Associação, podendo esta competência ser delegada total ou parcialmente;

V - Movimentar, em conjunto com os técnicos responsáveis por projetos específicos, contas de recursos a serem aplicados com exclusividade nestes referidos projetos;

VI - Nomear e contratar os profissionais necessários.

Art. 19º - Compete ao Vice-Presidente representar a Associação, em todas as hipóteses acima mencionadas, no impedimento ou ausência do Presidente.

## SEÇÃO II - DO CONSELHO FISCAL

Art. 20º - O Conselho Fiscal é um órgão de fiscalização, constituído por 2 (dois) vereadores de cada município associado, nas condições de titular e suplente, indicados pelas respectivas Câmaras Municipais.

§ 1º - O Conselho Fiscal será presidido por um de seus membros, eleito pelos votos dos vereadores titulares em escrutínio secreto

para o mandato de 1 (um) ano, após apreciação das contas do mandato que se encerra.

§ 2º - Será permitida a reeleição, desde que aprovadas as contas do mandato anterior.

§ 3º - Em caso de empate, assumirá o candidato de maior idade.

§ 4º - Na mesma ocasião e em condições dos parágrafos anteriores, será escolhido o Vice-Presidente e o Secretário do Conselho Fiscal;

§ 5º - A apreciação e aprovação das contas e a eleição do Presidente, do Vice-Presidente e do Secretário, dar-se-á na primeira quinzena do mês de dezembro de cada ano.

§ 6º - No último ano de mandato dos Vereadores Municipais, não haverá eleição para o conselho Fiscal para o ano subsequente, assumindo interinamente a presidência durante o primeiro mês do primeiro ano de mandato dos vereadores Municipais eleitos, o Presidente da Câmara Municipal do Município sede, período do qual realizar-se-á o processo eleitoral.

§ 7º - Os membros do Conselho Fiscal poderão ser mantidos ou renovados anualmente pelas respectivas Câmaras Municipais.

Art. 21º - Compete ao Conselho Fiscal:

I - Fiscalizar permanentemente a contabilidade da Associação;

II - Acompanhar e fiscalizar, sempre que considerar oportuno, quaisquer operações econômicas ou financeiras;

III - Exercer o controle de gestão e de finalidade da Associação;

IV - Emitir parecer sobre o plano de atividades, propostas orçamentárias, balanços e relatórios de contas em geral, a serem submetidos ao Conselho de Prefeitos pelo Grupo Técnico;

VI - Eleger seu Presidente, Vice-Presidente e Secretário.

Art. 22º - O Conselho fiscal, através do seu Presidente e por decisão da maioria absoluta de seus integrantes, poderá convocar o conselho de Prefeitos para as devidas providências, quando verificadas irregularidades na escrituração contábil, nos atos da gestão financeira ou patrimonial, ou ainda inobservância das normas legais, estatutárias ou regimentais.

## SEÇÃO III - DO GRUPO TÉCNICO

Art. 23º - O grupo técnico é o órgão executivo da Associação, nomeado pelos prefeitos dos respectivos Municípios, o qual abriga a coordenação geral da Associação.

§ 1º - O Coordenador Executivo será eleito pelos votos dos prefeitos e dos membros do grupo técnico, em escrutínio secreto para o mandato de 1 (um) ano, após a apreciação das contas da mandato que se encerra.

§ 2º - Será permitida a reeleição, desde que aprovadas as contas do mandato anterior.

§ 3º - Em caso de empate, assumirá o candidato de maior idade.

§ 4º - A apreciação, a aprovação das contas e a eleição do Coordenador Executivo dar-se-á na primeira quinzena do mês de dezembro de cada ano.

§ 5º - O Coordenador Executivo será eleito em reunião específica entre o conselho de Prefeitos e o grupo técnico;

§ 6º - No último ano de mandato dos Prefeitos Municipais, não haverá eleição para o Coordenador Executivo para o ano subsequente, permanecendo interinamente no cargo durante o primeiro



mês do primeiro ano de mandato dos novos Prefeitos Municipais, o atual Coordenador Executivo, período do qual realizar-se-á o processo eleitoral.

§ 7º - Para ocupar o cargo de Coordenador Executivo será eleito um dos membros do Grupo Técnico.

§ 8º - O Grupo Técnico deverá promover a eleição do substituto de seu membro eleito como Coordenador Executivo, junto ao respectivo Grupo Municipal de Trabalho de origem.

§ 9º - O grupo técnico será capacitado sempre que necessário, nas áreas afins da presente Associação.

Art. 24º - Compete ao Grupo Técnico:

I - Elaborar as políticas e diretrizes a serem submetidas ao Conselho de Prefeitos;

II - Promover as ações necessárias à captação de recursos para o Consórcio Intermunicipal Entre-Rios;

III - Promover a execução das atividades do Consórcio Intermunicipal Entre-Rios;

IV - Propor ao Conselho de Prefeitos, a requisição de funcionários de empresas Públicas e privadas, para servirem na Associação;

V - Fornecer ao Conselho de Prefeitos, Conselho Fiscal, todas as informações que lhe forem solicitadas;

VI - Elaborar os planos de atividades, programas de trabalhos, projetos executivos e propostas orçamentárias anuais e plurianuais, a serem submetidas ao Conselho de Prefeitos;

VII - Elaborar e implementar o plano de gestão ambiental da área de abrangência do Consórcio Intermunicipal Entre-Rios;

VIII - Eleger, em conjunto com o Conselho de Prefeitos, o Coordenador Executivo da Associação e seu substituto;

IX - Elaborar o balanço e relatório de atividades semestrais e/ou anuais a serem submetidos ao Conselho de Prefeitos;

X - Elaborar balancetes, para a ciência do Conselho de Prefeitos;

XI - Elaborar a prestação de conta dos auxílios e subvenções concedidas à Associação, para ser apresentada pelo Conselho de Prefeitos ao órgão conessor;

XII - Publicar anualmente, no jornal de maior circulação dos municípios consorciados, ou no jornal de maior circulação na região, o balanço anual da Associação;

XIII - Autenticar livros de atas de registro da Associação;

XIV - Autorizar compras dentro dos limites de orçamentos aprovados pelo Conselho de Prefeitos, de acordo com plano de atividades aprovado pelo mesmo;

§ 1º - O Grupo Técnico do Consórcio possui a função de assessoria e apoio aos Grupos Municipais de Trabalho;

§ 2º - O Grupo de Apoio Administrativo é responsável pelas tarefas diárias e rotineiras da Associação;

§ 3º - Os Grupos Técnico e Administrativo devem estar compostos por funcionários das instituições Públicas e privadas que participam da Associação.

Art. 25º - Compete ao Coordenador Executivo:

I - Executar as deliberações do Grupo Técnico;

II - Movimentar, em conjunto com o Presidente do Conselho de Prefeitos, as contas bancárias e os recursos da Associação;

III - Propor a contratação de serviços de terceiros, convênios e normas de relacionamento com órgãos dos Governos Federal, Estadual, Municipal, ou internacionais;

IV - Representar a Associação nos eventos de interesse deste;

V - Responsabilizar-se pelo funcionamento administrativo da Associação.

#### SEÇÃO IV - DOS GRUPOS MUNICIPAIS DE TRABALHO

Art. 26º - Os Grupos Municipais de Trabalho são formados por representantes do Poder Público (Municipal, Estadual ou Federal),

da Sociedade Civil Organizada e da iniciativa privada.

§ 1º - O Coordenador e o Secretário do Grupo Municipal de Trabalho serão escolhidos entre seus membros, eleitos pelos votos dos representantes do Poder Público, da Sociedade Civil Organizada e da iniciativa privada em escrutínio secreto para o mandato de 01 (um) ano, sendo permitida a reeleição.

§ 2º - Em caso de empate, assumirá o candidato de maior idade.

§ 3º - A eleição do Coordenador e do Secretário dar-se-á na primeira quinzena do mês de dezembro de cada ano.

Art. 27º - Compete aos Grupos Municipais de Trabalho:

I - Promover a Associação nas diversas comunidades municipais, urbanas e rurais;

II - Identificar, em conjunto com as comunidades municipais, sua realidade econômica, social e ambiental;

III - Propor, em conjunto com as comunidades municipais, formas de resolução de seus problemas;

IV - Fornecer aos Conselhos Municipais as informações sobre a execução dos trabalhos e objetivos alcançados pela Associação, sempre que solicitados;

V - Eleger o seu Coordenador e Secretário;

VI - Fornecer ao Grupo Técnico as informações necessárias ao bom desempenho de seu trabalho;

VII - Elaborar diretrizes e estratégias no âmbito municipal, considerando as sugestões dos Conselhos Municipais;

VII - Participar da elaboração e implementação das propostas e projetos a serem executados nos Municípios associados ou conveniados;

IX - Acompanhar e manter informadas as Câmaras Municipais e os Conselhos Municipais das atividades da Associação;

X - Integrar e compatibilizar as ações da Associação com as demais ações desenvolvidas nos Municípios consorciados pelas Prefeituras e outros órgãos;

Art. 28º - Não será permitida a participação simultânea de um mesmo representante no grupo técnico e no conselho fiscal.

Art. 29º - A Associação poderá incentivar a criação e/ou exercer mútua colaboração com os diversos Conselhos Municipais previstos pela legislação vigente nos Municípios consorciados, tendo sempre em vista o cumprimento dos objetivos maiores registrados neste Estatuto, sem poder deliberativo sobre suas ações.

#### SEÇÃO V - DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 30º - A Assembléia Geral é órgão máximo e soberano da vontade social e será constituída pelos associados em pleno gozo de seus direitos estatutários.

Art. 31º - Compete à Assembléia Geral: [Art. 59 da Lei nº 10.406/02, alterado pela Lei nº 11.127/05]

I - Eleger os membros da Diretoria Executiva;

II - Destituir os membros da Diretoria Executiva;

III - Referendar a admissão dos associados feita pela Diretoria;

IV - Aprovar a exclusão dos associados da entidade;

V - Alterar o estatuto; e [Art. 54, VI da Lei nº 10.406/02]

VI - Apreciar o relatório da Diretoria Executiva e decidir sobre a aprovação das contas e balanço anual.

Parágrafo único - Para as atribuições previstas nos incisos II e V é exigida a deliberação da Assembléia Geral especialmente convocada para este fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a presença da maioria absoluta (50% mais 1) dos associados, ou com menos de 1/3 (um terço) dos associados nas convocações seguintes. [Art. 59, § único da Lei nº 10.406/02, alterado pela Lei nº 11.127/05]

Art. 32º - A Assembléia Geral reunir-se-á, ordinariamente, no primeiro trimestre de cada ano para:

- I - Aprovar as contas da Diretoria Executiva;
- II - Eleger os membros da Diretoria, quando for o caso;
- III - Aprovar o relatório de atividades e elaborar o planejamento para o exercício seguinte;
- IV - Referendar a admissão de novos associados.

Art. 33º - A Assembléia Geral reunir-se-á, extraordinariamente, quando houver interesses da Associação que exigirem o pronunciamento dos associados e para os fins previstos por lei, bem como nos seguintes casos:

- I - Reforma do estatuto;
- II - Eleição de membros da Diretoria, por renúncia daqueles em exercício;
- III - Destituição de administradores;
- IV - Exclusão de associados.

Art. 34º - A Assembléia Geral será convocada para fins determinados, mediante prévio e geral anúncio, por meio de edital afixado na sede da entidade, por circulares ou outros meios adequados, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, sendo garantido a 1/5 (um quinto) dos associados o direito de promovê-la. [Art. 60 da Lei nº 10.406/02, alterado pela Lei nº 11.127/05]

Parágrafo único - A Assembléia instalar-se-á em primeira convocação com maioria absoluta dos associados e, em segunda convocação, decorridos trinta minutos, com qualquer número, e as deliberações serão tomadas por maioria simples dos associados presentes, salvo exceções previstas por este Estatuto.

#### CAPÍTULO VII - DO PATRIMÔNIO E DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 35º - O patrimônio da Associação será constituído:

- I - Pelos bens e direitos que vier a adquirir a qualquer título;
- II - Pelos bens e direitos que lhes forem doados por entidades Públicas ou particulares, nacionais ou internacionais.

Art. 36º - Constituem recursos financeiros da Associação:

- I - A cota de contribuição mensal ou anual, dos municípios integrantes, aprovada pelo Conselho de Prefeitos;
- II - A remuneração dos próprios serviços;
- III - Os auxílios, contribuições e subvenções concedidos por entidades Públicas ou particulares, nacionais e internacionais;
- IV - Aqueles advindos de seu patrimônio;
- V - Os saldos do exercício;
- VI - As doações e legados;
- VII - O produto da alienação de seus bens;
- VIII - O produto de operações de crédito;
- IX - As rendas eventuais inclusive resultantes de depósitos e aplicações de capital.

Parágrafo único - A cota de contribuição para funcionamento da Associação será fixada pelo Conselho de Prefeitos até o último dia do mês de Julho de cada ano, para vigorar no exercício seguinte, e será paga em duodécimo, até o último dia de cada mês.

#### CAPÍTULO VIII - DO USO DOS BENS E SERVIÇOS

Art. 37º - O uso dos bens como os de serviços serão regulamentados em cada caso, pelos respectivos usuários e pelo Grupo Técnico;

Art. 38º - Respeitadas as respectivas legislações municipais, cada sócio pode colocar à disposição do Consórcio Intermunicipal Entre-Rios os bens de seu próprio patrimônio e os serviços de sua própria administração para uso comum, de acordo com a regulamentação que for acordada com os usuários.

#### CAPÍTULO IX - DA DURAÇÃO, RETIRADA, EXCLUSÃO E DISSOLUÇÃO

Art. 39º - A Associação Pública Consórcio Intermunicipal Entre-Rios terá duração indeterminada.

Art. 40º - Cada sócio poderá se retirar da sociedade com prévia autorização da respectiva Câmara Municipal e desde que participe com intenção de prazo nunca inferior a 180 (cento e oitenta) dias, cuidando os demais sócios a aceitar os termos de redistribuição dos planos, programas ou projetos de que participe o retirante.

Art. 41º - Serão excluídos do quadro social, ouvido o Conselho de Prefeitos, os sócios que tenham deixado de incluir, nos orçamentos da despesa, a dotação devida à Associação, inclusive deixando de efetuar o pagamento de 2 (dois) duodécimos consecutivos, sem prejuízos de responsabilidade de perdas e danos através de ação própria que venha a ser promovida pela sociedade.

Art. 42º - A Associação Pública Consórcio Intermunicipal Entre-Rios somente será extinta por sugestão do Conselho de Prefeitos, em reunião extraordinária especialmente convocada para este fim e pelo voto de, no mínimo 2/3 (dois terços) de seus membros, com aprovação das respectivas Câmaras Municipais.

Art. 43º - Em caso de extinção, os bens e recursos da Associação reverterão ao patrimônio dos sócios, proporcionalmente às inversões feitas na sociedade.

Art. 44º - Aplicam-se as hipóteses do art. 43, aos casos de encerramento de determinadas atividades da Associação cujos investimentos se tornem ociosos.

Art. 45º - Os sócios que se retirarem e os excluídos do quadro social, somente participarão da reversão dos bens e recursos da sociedade quando da sua extinção ou encerramento da atividade de que participou, e nas condições previstas nos arts. 30 e 33 do presente Estatuto.

#### CAPÍTULO X - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 46º - Cada município consorciado reconhecerá em lei especial sua condição de membro da Associação, obrigando-se aos deveres impostos pelo presente Estatuto.

Art. 47º - Os Estatutos da associação somente poderão ser alterados pelo voto de, no mínimo 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho de Prefeitos, em reunião extraordinária especialmente convocada para essa finalidade.

Art. 48º - Ressalvada as exceções expressamente previstas no presente Estatuto, todas as deliberações serão tomadas por voto de maioria absoluta.

Art. 49º - Havendo consenso entre seus membros, as eleições e demais deliberações dos respectivos Conselhos poderão ser efetivadas através de aclamação.

Art. 50º - Os votos de cada membro do Conselho de Prefeitos serão singulares, independente das inversões feitas pelo município que representa na sociedade.

Art. 51º - Os prefeitos dos municípios consorciados poderão credenciar seus representantes, estes, somente com direito a voz e voto.

Art. 52º - Somente terão direito a voto o prefeito de cada Município associado, ou representante credenciado, quites com as contribuições devidas ao Consórcio.

Art. 53º - Aprovados os Estatutos, sob a presidência do Prefeito do Município sede, far-se-á a eleição do Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Prefeitos, bem como, fixar-se-á a cota de contribuição dos associados, para a instituição da Associação.

Art. 54º - O Vice-Prefeito no exercício transitório do cargo é detentor do direito de voto, não podendo ser eleito para cargos no Conselho de Prefeitos.

Art. 55º - A Diretoria do Conselho Fiscal será eleita tão logo tenham sido indicados os seus membros.

Art. 56º - Os Municípios sócios respondem solidariamente pelas obrigações assumidas pela sociedade.

Parágrafo único - Os membros da Diretoria do Consórcio não responderão pessoalmente com a ciência e em nome da sociedade, mas assumirão a responsabilidade pelos atos praticados na forma contrária à Lei ou a este Estatuto.

Art. 57º - Fica autorizado o Conselho de Prefeitos a obter o registro do presente instrumento no Cartório de Registro de Títulos e Documentos, na cidade de sua sede, para que adquira a personalidade jurídica de uma sociedade civil.

Art. 58º - Os membros da diretoria e dos órgãos gerenciais e executivos da Associação não serão remunerados, a não ser por decisão da Assembleia Geral, que lhes fixará remuneração.

Art. 59º - Fica eleito o foro da Comarca de Trombudo Central SC, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Estatuto ou demanda Judicial, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Braço do Trombudo, 22 de dezembro de 2010.

NILDO MELMESTET

Prefeito em Exercício

### **Lei 0668/2010**

LEI Nº 0668/2010

Revoga a LEI Nº 0657/2010 de 16/09/2010, que Autoriza o Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Braço do Trombudo, a filiar-se e contribuir mensalmente ou anualmente com a UVESC - União dos Vereadores de Santa Catarina, com sede na capital do Estado de Santa Catarina e dá outras providências.

Nildo Melmestet, Prefeito em exercício do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica revogada LEI Nº 0657/2010 de 16/09/2010, que Autoriza o Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Braço do Trombudo, a filiar-se e contribuir mensalmente ou anualmente com a UVESC - União dos Vereadores de Santa Catarina, com sede na capital do Estado de Santa Catarina e dá outras providências.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão à conta em rubrica específica do orçamento do Legislativo Municipal.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos retroativos a partir de 01 de dezembro de 2010, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 22 de dezembro de 2010.

NILDO MELMESTET

Prefeito em Exercício

### **Extrato 1º Aditivo Referente ao Contrato 33/2010**

EXTRATO 1º ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO 33/2010.

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67, sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo - SC.

Contratada: Construtora Ipê Amarelo Ltda.

CNPJ 10.375.979/0001-36, sito a Projetada C, nº 35, Loteamento Beija Flor

Cidade de Agrolândia- SC

Prorroga a vigência do contrato até dia 28.02.2011.

Objeto: Construção Portal turístico.

Data da assinatura: 22.12.2010

NILDO MELMESTET

Prefeito em Exercício

### **Extrato 1º Aditivo Referente ao Contrato 35/2010.**

EXTRATO 1º ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO 35/2010.

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67, sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo - SC.

Contratada: Construtora Ipê Amarelo Ltda.

CNPJ 10.375.979/0001-36, sito a Projetada C, nº 35, Loteamento Beija Flor

Cidade de Agrolândia- SC

Prorroga a vigência do contrato até dia 30.06.2011.

Objeto: Construção de um Centro Cívico Recreacional, Cultural e Palco.

Data da assinatura: 22.12.2010

NILDO MELMESTET

Prefeito em Exercício

### **Extrato 1º Aditivo Referente ao Contrato 44/2010.**

EXTRATO 1º ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO 44/2010.

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67, sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo - SC.

Contratada: Construtora Ipê Amarelo Ltda.

CNPJ 10.375.979/0001-36, sito a Projetada C, nº 35, Loteamento Beija Flor

Cidade de Agrolândia- SC

Prorroga a vigência do contrato até dia 30.06.2011.

Objeto: Fechamento em alvenaria e conclusão de galpão

Data da assinatura: 22.12.2010

NILDO MELMESTET

Prefeito em Exercício

# Caçador

## PREFEITURA MUNICIPAL

### Contrato nº 97/10 - SAÚDE

Contrato nº 97/10 - FMS - Prorrogação de prazo para operacionalização da execução e gestão, cooperação técnica, assessoria e implantação de novas formas de atendimento das atividades e serviços médicos no Pronto Atendimento - Anexo Hospital Jonas Ramos. Referente ao processo licitatório nº 46/2010 Dispensa nº 04/2010. Contratado: INSTITUTO AMERICANO DE PESQUISA, MEDICINA E SAÚDE PÚBLICA - IAPEMESP. Prazo: 10/03/2011.

### Contrato Nº 152/10 - PREFEITURA

Contrato nº 152/10 - Contratação de jornais, revistas, endereço eletrônico na internet e programetes de TV para veiculação na forma de publicidade governamental. Referente ao processo licitatório nº 147/10 Inexigibilidade nº 12/2010. Contratado: ALEX MARCON. Valor: R\$ 4.800,00. Prazo: 03/11/2011.

### Contrato Nº 153/10 - PREFEITURA

Contrato nº 153/10 - Contratação de jornais, revistas, endereço eletrônico na internet e programetes de TV para veiculação na forma de publicidade governamental. Referente ao processo licitatório nº 147/10 Inexigibilidade nº 12/2010. Contratado: ETL SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO LTDA. Valor: R\$ 4.800,00. Prazo: 03/11/2011.

### Contrato Nº 154/10 - PREFEITURA

Contrato nº 154/10 - Contratação de jornais, revistas, endereço eletrônico na internet e programetes de TV para veiculação na forma de publicidade governamental. Referente ao processo licitatório nº 147/10 Inexigibilidade nº 12/2010. Contratado: FATOS DIÁRIOS EDITORA JORNALÍSTICA LTDA. Valor: R\$ \$ 96.000,00. Prazo: 03/11/2011.

### Contrato Nº 155/10 - PREFEITURA

Contrato nº 155/10 - Contratação de jornais, revistas, endereço eletrônico na internet e programetes de TV para veiculação na forma de publicidade governamental. Referente ao processo licitatório nº 147/10 Inexigibilidade nº 12/2010. Contratado: KEMELI SORGATO - ME. Valor: R\$ \$ 18.000,00. Prazo: 03/11/2011.

### Contrato Nº 156/10 - PREFEITURA

Contrato nº 156/10 - Contratação de jornais, revistas, endereço eletrônico na internet e programetes de TV para veiculação na forma de publicidade governamental. Referente ao processo licitatório nº 147/10 Inexigibilidade nº 12/2010. Contratado: PORTAL CAÇADOR ON LINE. Valor: R\$ \$ 4.800,00. Prazo: 03/11/2011.

### Contrato Nº 157/10 - PREFEITURA

Contrato nº 157/10 - Contratação de jornais, revistas, endereço eletrônico na internet e programetes de TV para veiculação na forma de publicidade governamental. Referente ao processo licitatório nº 147/10 Inexigibilidade nº 12/2010. Contratado: TELEVISÃO XANXERÊ LTDA. Valor: R\$ \$ 24.000,00. Prazo: 03/11/2011.

### Contrato Nº 158/10 - PREFEITURA

Contrato nº 158/10 - Prorrogação de prazo do contrato para serviços de monitoramento 24 horas, instalação, manutenção e locação de sistema eletrônico de segurança para conservação do patrimônio público municipal. Referente ao processo licitatório nº 155/2005 TP nº 24/2005. Contratado: PATRIMONIAL SEGURANÇA LTDA. Prazo: 05/02/2011.

### Contrato Nº 159/10 - PREFEITURA

Contrato nº 159/10 - Contratação de empresa habilitada para execução de serviços de revitalização da iluminação pública na rua Aristiliano Ramos. Referente ao processo licitatório nº 141/10 Tomada de Preço nº 12/2010. Contratado: ABCM ELETROTECNICA LTDA. Valor: R\$ \$ 134.404,34. Prazo: 60 dias.

### Contrato Nº 160/10

Contrato nº 160/10 - Prorrogação de prazo do contrato para para limpeza, conservação das vias municipais, coleta e troca dos sacos de lixo e limpeza em geral. Referente ao processo licitatório nº 1121/10 TP nº 10/10. Contratado: MEIOESTE AMBIENTAL LTDA. Prazo: 10/03/2011.

### Contrato Nº 24/10 - ASS. SOCIAL

Contrato nº 24/10 - FMAS - Locação do imóvel de propriedade do contratado, localizada na Rua Salomão Gioppo Carneiro, nº 283, Bairro Gioppo, para instalações do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, sendo, casa de alvenaria com dois pavimentos, com área de 210 m², terreno com área de 420 m².. Referente ao processo licitatório nº 22/2010 DL nº 05/2010. Locador: MARLENE KUCZER. Valor: R\$ 21.600,00. Prazo: 15/12/2011.

### Contrato Nº 32/10 - FUNDEMA

Contrato nº 32/10 - FUNDEMA - Aquisição de mudas, destinadas a recuperação das margens do Rio do Peixe. Referente ao Processo licitatório nº 33/10 CV nº 07/10. Contratado: CARNEIRO & TELES LTDA - ME Valor: R\$ 5.285,00. Prazo: 03/07/2011.

### Contrato Nº 33/10 - FUNDEMA

Contrato nº 33/10 - FUNDEMA - Aquisição de mudas, destinadas a recuperação das margens do Rio do Peixe. Referente ao Processo licitatório nº 33/10 CV nº 07/10. Contratado: JOÃO FRANCISCO DA ROCHA Valor: R\$ 17.650,00. Prazo: 03/07/2011.

### Contrato Nº 34/10 - FUNDEMA

Contrato nº 34/10 - FUNDEMA - Aquisição de mudas, destinadas a recuperação das margens do Rio do Peixe. Referente ao Processo licitatório nº 33/10 CV nº 07/10. Contratado: RICARDO LUIZ ZIE-MATH Valor: R\$ 32.550,00. Prazo: 03/07/2011.

### Contrato Nº 35/10 - FUNDEMA

Contrato nº 35/10 - FUNDEMA - Contratação de empresa especializada para prestação de serviços clínicos veterinários, para atender animais vítimas de atropelamento e maus tratos. Referente ao Processo licitatório nº 31/10 CV nº 05/10. Contratado: AGROPECUÁRIA TUPÃ LTDA - EPP. Valor: R\$ 2.096,00. Prazo: 17/12/2011.

### Contrato Nº 36/10 - FUNDEMA

- Contratação de empresa especializada para prestação de serviços clínicos veterinários, para atender Contrato nº 36/10 - FUNDEMA animais vítimas de atropelamento e maus tratos. Referente ao Processo licitatório nº 31/10 CV nº 05/10. Contratado: FABIO



LUZ AMORIM & CIA LTDA - EPP. Valor: R\$ 13.686,00. Prazo: 17/12/2011.

### Contrato Nº 37/10 - FUNDEMA

Contrato nº 37/10 - FUNDEMA - Contratação de empresa especializada para prestação de serviços clínicos veterinários, para atender animais vítimas de atropelamento e maus tratos. Referente ao Processo licitatório nº 31/10 CV nº 05/10. Contratado PET SHOP E CLÍNICA VETERINÁRIA CAÇADOR LTDA. Valor: R\$ 16.185,00. Prazo: 17/12/2011.

### Contrato Nº 98/10 - SAÚDE

Contrato nº 98/10 - FMS - Contratação de empresa para prestação de serviços de transporte à pacientes que necessitam de tratamento médico hospitalar no município de Videira S.C.. Referente ao processo licitatório nº 71/2010 PR nº37/2010. Contratada: REUNIDAS, TURISMO SA. Valor: R\$ 144.000,00. Prazo: 17/12/2011

### Ata 174/2010 - SAÚDE

Ata nº 174/2010 – FMS – Acréscimo de 25% para aquisição de medicamentos destinados a farmácia básica. Fornecedor: PRO-DIET FARMACÊUTICA LTDA – Curitiba – PR.

ITEM	QUANT	UNIDADE	MEDICAMENTO	R\$ UNID
50	3.750	COMPRIMIDO/ CÁPSULA	Cáscara Sagrada (Rhamnus purshiana) cp 75mg	0,189
53	20.000	COMPRIMIDO/ CÁPSULA	Carbonato de Lítio 300mg	0,08
65	4.000	COMPRIMIDO/ CÁPSULA	Clomipramina 25mg	0,061
148	750	COMPRIMIDO/ CÁPSULA	Ivermectina 6mg	0,285
149	3.750	COMPRIMIDO/ CÁPSULA	Isoflavona da soja (Glycine max) 75mg	0,26
150	3.750	COMPRIMIDO/ CÁPSULA	Isoflavona da soja (Glycine max) 150mg	0,32
156	2.500	COMPRIMIDO/ CÁPSULA	Levodopa+Benserazida 100/25mg	1,13
157	5.000	COMPRIMIDO/ CÁPSULA	Levodopa+Benserazida 200/50mg	1,50
160	15.000	COMPRIMIDO/ CÁPSULA	Levotiroxina 25mcg	0,0585
164	17.500	COMPRIMIDO/ CÁPSULA	Levotiroxina 50mcg	0,074
165	17.500	COMPRIMIDO/ CÁPSULA	Levotiroxina 100mcg	0,0514
194	6.250	COMPRIMIDO/ CÁPSULA	Nortriptilina 25mg	0,068
248	375	BISNAGA com 5g	Unha de gato (Uncaria tomentosa) gel	5,77
			VALOR TOTAL	20.927,25

### Ata 175/2010 - SAÚDE

Ata nº 175/2010 – FMS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2010 – Registro dos preços para aquisição de materiais e equipamentos odontológicos. Fornecedor: COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES MACROSUL LTDA - Curitiba – PR - 12 meses.

### LOTE 137

ITEM	QTD- DE	UNID.	DESCRIÇÃO	VLR UN	TOTAL
453	03	Unidade	Seladora Grau Cirúrgico. Seladora de mesa para embalagens com selagem de 8mm de espessura, sem limite de largura ou comprimento. Informações Técnicas: - Seladora para embalagens Grau Cirúrgico do tipo (PET/PP 57 g/m² e papel grau cirúrgico 60g/m²); - 220 Volts 50/60Hz; - Potência 100 Watts; - Consumo de energia 0,10KWH; - Controle de temperatura por termostato eletrônico.	166,66	499,98
TOTAL DO LOTE					499,98

### Ata 176/2010 - SAÚDE

Ata nº 176/2010 – FMS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2010 – Registro dos preços para aquisição de materiais e equipamentos odontológicos. Fornecedor: DENTÁRIA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR PORTO ALEGRENSE LTDA – Porto Alegre – RS - 12 meses. LOTE 36

ITEM	QTD- DE	UNID.	DESCRIÇÃO	VLR UN	TOTAL
145	20	Caixa	Caixa de cera pegajosa c/225g	7,00	140,00
146	20	Caixa	Caixa de cera rosa n. 07 c/225g	6,75	135,00
147	20	Caixa	Caixa de cera utilidade c/225g	6,75	135,00
TOTAL DO LOTE					410,00

### LOTE 51

ITEM	QTD- DE	UNID.	DESCRIÇÃO	VLR UN	TOTAL
175	30	Unidade	Cinzeis 2 G	9,85	295,50
176	500	Unidade	Crema dental c/ flúor em bisnaga de 50g.	1,00	500,00
177	20	Unidade	Calçador modelo Hollemba-ck Nº 7	3,50	70,00
178	20	Unidade	Calçador modelo Hollemba-ck infantil	3,70	74,00
179	20	Unidade	Cinzel para osso reto de 8mm de largura	12,00	240,00
180	10	Unidade	Caixa perfuradas de aço inox grande 32 x 16 x 8cm	92,05	920,50
TOTAL DO LOTE					2.100,00

### LOTE 113

ITEM	QTD- DE	UNID.	DESCRIÇÃO	VLR UN	TOTAL
383	50	Unidade	Pote dapan de vidro	1,00	50,00
384	50	Unidade	Pote dapan de nylon auto-clavável	1,00	50,00
TOTAL DO LOTE					100,00

## LOTE 115

ITEM	QTD	UNID.	DESCRIÇÃO	VLR UN	TOTAL
386	25	Unidade	Prendedor de guardanapo tipo jacaré	2,00	50,00
TOTAL DO LOTE					50,00

## LOTE 126

ITEM	QTD	UNID.	DESCRIÇÃO	VLR UN	TOTAL
415	20	Caixa	Pasta calen. Cx c/50	28,00	560,00
416	20	Unidade	Pinça porta grampo	16,00	320,00
417	20	Unidade	Paramono-cloro-fenol –can- forado vidro 10ml	3,85	77,00
418	10	Unidade	Porta agulha Castro Viego	98,50	985,00
419	10	Unidade	Porta amálgma de plástico	6,80	68,00
TOTAL DO LOTE					2.010,00

## LOTE 135

ITEM	QTD	UNID.	DESCRIÇÃO	VLR UN	TOTAL
			Solução Bucal – Gluconato de clorexidina 0,12% c/ aplicador.		
451	50	Unidade		7,00	350,00
TOTAL DO LOTE					350,00

## LOTE 158

ITEM	QTD	UNID.	DESCRIÇÃO	VLR UN	TOTAL
480	500	Caixa	Moldeira de cera pequena cx c/100	17,00	8.500,00
481	500	Caixa	Moldeira de cera média cx c/100	17,00	8.500,00
482	500	Caixa	Moldeira de cera grande cx c/100	19,00	9.500,00
TOTAL DO LOTE					26.500,00

## LOTE 162

ITEM	QTD	UNID.	DESCRIÇÃO	VLR UN	TOTAL
486	03	Unida- de	Negatoscópio Panorâmico c/ lupa	121,33	363,99
TOTAL DO LOTE					363,99

## LOTE 166

ITEM	QTD	UNID.	DESCRIÇÃO	VLR UN	TOTAL
490	20	Unida- de	Propileno Glicol- 10ml	7,10	142,00
TOTAL DO LOTE					142,00

**Ata 177/2010 - SA-UDE**

Ata nº 177/2010 – FMS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2010 – Registro dos preços para aquisição de materiais e equipamentos odontológicos. Fornecedor: PRHODENT COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO DE PRODUTOS HOSPITALARES E DENTÁRIOS LTDA – Barão de Cotegipe – RS - 12 meses.

## LOTE 09

ITEM	QTD	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	TOTAL
20	5	Unidade	Avental de chumbo c/ protetor de tireóide infantil 60 x 50	130,91	654,55
21	5	Unidade	Avental de chumbo c/ protetor de tireóide adulto 76 x 60	130,91	654,55
TOTAL DO LOTE					1.309,10

## LOTE 29

ITEM	QTD	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	TOTAL
80	100	Unidade	Broca de alta rotação diamantada n 1043	0,94	94,00
81	100	Unidade	Broca de alta rotação diamantada n 1045	0,94	94,00
82	100	Unidade	Broca de alta rotação diamantada n 1046	0,94	94,00
83	100	Unidade	Broca de alta rotação diamantada n 1149	0,94	94,00
84	100	Unidade	Broca de alta rotação diamantada n 2137	0,94	94,00
85	100	Unidade	Broca de alta rotação diamantada n 2137 F0,	0,94	94,00
86	100	Unidade	Broca de alta rotação diamantada n 1111	0,94	94,00
87	100	Unidade	Broca de alta rotação diamantada n 3168	0,94	94,00
88	100	Unidade	Broca de alta rotação diamantada n 2112	0,94	94,00
89	100	Unidade	Broca de alta rotação diamantada n 1190	0,94	94,00
90	100	Unidade	Broca de alta rotação diamantada n 3205	0,94	94,00
91	100	Unidade	Broca de alta rotação diamantada n 3097	0,94	94,00
92	100	Unidade	Broca de alta rotação diamantada n 1090	0,94	94,00
93	100	Unidade	Broca de alta rotação diamantada n 1091	0,94	94,00
94	100	Unidade	Broca de alta rotação diamantada n 1149	0,94	94,00
95	100	Unidade	Broca de alta rotação diamantada n 1014 HL	0,94	94,00
96	100	Unidade	Broca de alta rotação diamantada n 1016 HI	0,96	96,00
TOTAL DO LOTE					1.600,00

## LOTE 52

ITEM	QTD	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	TOTAL
181	20	Unida- de	Dedal de borracha para homogenizar amalgma.	3,00	60,00
182	80	Unida- de	Disco com óxido de alumínio e alto poder de corte. 25mm x 0,7mm.	0,60	48,00

48,0018380	Unidade	Disco com óxido de alumínio e alto poder de corte.35mm x 0,7mm.	0,60	48,00
TOTAL DO LOTE				156,00

## LOTE 61

ITEM	QTDAD	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	TOTAL
253	30	Unidade	Espaçador digital N0- 30	6,05	181,50
254	30	Unidade	Espaçador digital N0 - 25	6,05	181,50
255	30	Unidade	Espaçador digital No -20	6,05	181,50
256	30	Unidade	Espaçador digital No -15	6,05	181,50
TOTAL DO LOTE					726,00

## LOTE 65

ITEM	QTDAD	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	TOTAL
264	25	Unidade	Escova de aço c/ mandril-para limpeza de dentes acrílicos. Referencia -166 de 19mm	5,79	144,75
265	30	Unidade	Escovas de polimento de acrílico n.29	4,95	148,50
266	30	Unidade	Escovas de polimento de acrílico n.30	4,95	148,50
267	30	Unidade	Escova de polimento de Brim branco p/po- limento de dentadura- 90mm x 12mm.	9,92	297,60
TOTAL DO LOTE					739,35

## LOTE 116

ITEM	QTDAD	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	TOTAL
387	1000	Unidade	Porta película radio- gráfica- plástica p/2 películas	1,57	1.570,00
388	3000	Unidade	Porta película radio- gráfica- Papel-p/2 películas	0,06	180,00
TOTAL DO LOTE					1.750,00

## LOTE 136

ITEM	QTDAD	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	TOTAL
452	30	Unidade	Saca brocas Uni- versal	10,00	300,00
TOTAL DO LOTE					300,00

## LOTE 149

ITEM	QTDAD	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	TOTAL
470	5	Unidade	Ultra-som Multifuncional + Jato de Bicarbonato. 30.000 Hz. C/ 10 pontas- e c/10 chaves fixadoras de insertos.	1.999,80	9.999,00
TOTAL DO LOTE					9.999,00

## Ata 178/2010 -SAÚDE

Ata nº 178/2010 – FMS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2010 – Registro dos preços para aquisição de materiais e equipamentos odontológicos. Fornecedor: OTRIALA COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – Curitiba – PR - 12 meses.

## LOTE 03

ITEM	QTDAD	UNID.	DESCRIÇÃO	VLR UN	TOTAL
08	50	Unidade	Acrílico auto-polimerizável pó 225g cor rosa	18,20	910,00
09	50	Unidade	Acrílico auto-polimerizável líquido 120ml	8,60	430,00
TOTAL DO LOTE					1.340,00

## LOTE 06

ITEM	QTDAD	UNID.	DESCRIÇÃO	VLR UN	TOTAL
15	200	Litro	Álcool fino 70% embalagem de 1.000 ml.	2,50	500,00
16	5	Litro	Álcool absoluto 90% embalagem de 1000 ml.	3,00	15,00
TOTAL DO LOTE					515,00

## LOTE 19

ITEM	QTDAD	UNID.	DESCRIÇÃO	VLR UN	TOTAL
33	10	Unidade	Alavancas - cabo de alumínio ref. 10140 - ponta ativa reta	11,34	113,40
34	10	Unidade	Alavancas- cabo de alumínio ref. 10141- ponta ativa, angulada esquerda	11,34	113,40
35	10	Unidade	Alavancas- cabo de alumínio ref. 10142- ponta ativa - angulada direita	11,34	113,40
TOTAL DO LOTE					340,20

## LOTE 26

ITEM	QTDAD	UNID.	DESCRIÇÃO	VLR UN	TOTAL
54	50	Caixa	Bicarbonato de sódio, profilaxia caixa com 15 sachês de 40 gr	25,30	1.265,00
55	20	Unidade	Aplicador de dycal duplo	2,90	58,00

56	10	Unidade	Afastador farabeuf	6,10	61,00
57	50	Frasco	Videocárie – Frasco 10 ml	9,90	495,00
TOTAL DO LOTE					1.879,00

## LOTE 59

ITEM	QTD	UNID.	DESCRIÇÃO	VLR UN	TOTAL
200	100	Jogo	Dentes de acrílico anterior-superior n. 133 cor 66-jogo.	2,52	252,00
201	100	Jogo	Dentes de acrílico anterior-superior n. 133 cor 62-jogo	2,52	252,00
202	100	Jogo	Dentes de acrílico anterior-superior n. 2P cor 66-jogo	2,52	252,00
203	100	Jogo	Dentes de acrílico anterior-superior n. 2P cor 62-jogo	2,52	252,00
204	100	Jogo	Dentes de acrílico anterior-superior n.3P cor 66-jogo	2,52	252,00
205	100	Jogo	Dentes de acrílico anterior-superior n.3P cor 62-jogo	2,52	252,00
206	100	Jogo	Dentes de acrílico anterior-superior n.3N cor 66-jogo	2,52	252,00
207	100	Jogo	Dentes de acrílico anterior-superior n.3N cor 62-jogo	2,52	252,00
208	100	Jogo	Dentes de acrílico anterior-superior n.3M cor 66-jogo	2,52	252,00
209	100	Jogo	Dentes de acrílico anterior-superior n.3M cor 66-jogo	2,52	252,00
210	100	Jogo	Dentes de acrílico anterior-superior n. 2D cor 62-jogo	2,52	252,00
211	100	Jogo	Dentes de acrílico anterior-superior nº 2N cor 62 -jogo	2,52	252,00
212	100	Jogo	Dentes de acrílico anterior-superior nº 2N cor 66 -jogo	2,52	252,00
213	100	Jogo	Dentes de acrílico anterior-superior nº 3D cor 62 -jogo	2,52	252,00
214	100	Jogo	Dentes de acrílico anterior-superior nº 3D cor 66 -jogo	2,52	252,00
215	100	Jogo	Dentes de acrílico anterior-superior nº 264 cor 66 -jogo	2,52	252,00
216	100	Jogo	Dentes de acrílico anterior-superior nº 264 cor 62 -jogo	2,52	252,00
217	100	Jogo	Dentes de acrílico anterior-superior nº 263 cor 66 -jogo	2,52	252,00
218	100	Jogo	Dentes de acrílico anterior-superior nº 263 cor 62 -jogo	2,52	252,00

219	100	Jogo	Dentes de acrílico anterior-superior n. 2D cor 66-jogo	2,52	252,00
220	100	Jogo	Dentes de acrílico anterior-superior n.A25 cor 62-jogo	2,52	252,00
221	100	Jogo	Dentes de acrílico anterior-superior n. A25 cor 66-jogo	2,52	252,00
222	100	Jogo	Dentes de acrílico anterior-superior n.A26 cor 62-jogo	2,52	252,00
223	100	Jogo	Dentes de acrílico anterior-superior n. A26 cor 66-jogo	2,52	252,00
224	100	Jogo	Dentes de acrílico anterior-superior n.A266 cor 62-jogo	2,52	252,00
225	100	Jogo	Dentes de acrílico anterior-superior n. A266 cor 66-jogo	2,52	252,00
TOTAL DO LOTE					6.552,00

## LOTE 60

ITEM	QTD	UNID.	DESCRIÇÃO	VLR UN	TOTAL
226	100	Jogo	Dentes de acrílico posterior-superior n. 34 L cor 66-jogo.	2,52	252,00
227	100	Jogo	Dentes de acrílico posterior-superior n.34 L cor 62-jogo.	2,52	252,00
228	100	Jogo	Dentes de acrílico posterior-superior n. 30M cor 66-jogo.	2,52	252,00
229	100	Jogo	Dentes de acrílico posterior-superior n. 30M cor 62-jogo.	2,52	252,00
230	100	Jogo	Dentes de acrílico posterior superior nº 32L cor 67-jogo	2,52	252,00
231	100	Jogo	Dentes de acrílico posterior-superior n. 32 M cor 66-jogo..	2,52	252,00
232	100	Jogo	Dentes de acrílico posterior-superior n.32M cor 62-jogo.	2,52	252,00
233	100	Jogo	Dentes de acrílico posterior-superior n. 32 L cor 62-jogo.	2,52	252,00
234	100	Jogo	Dentes de acrílico posterior-superior n. 32 L cor 66-jogo.	2,52	252,00
235	100	Jogo	Dentes de acrílico inferior-posterior n.32M cor 66-jogo.	2,52	252,00
236	100	Jogo	Dentes de acrílico inferior-posterior n.32M cor 62-jogo.	2,52	252,00
237	100	Jogo	Dentes de acrílico inferior-posterior n.32L cor 62-jogo.	2,52	252,00
238	100	Jogo	Dentes de acrílico inferior-posterior n.32L cor 66-jogo.	2,52	252,00



239	100	Jogo	Dentes de acrílico inferior-posterior n. 30M cor 66-jogo.	2,52	252,00
240	100	Jogo	Dentes de acrílico inferior-posterior n. 30M cor 62-jogo.	2,52	252,00
241	100	Jogo	Dentes de acrílico inferior-posterior n. 34L cor 62-jogo.	2,52	252,00
242	100	Jogo	Dentes de acrílico inferior-posterior n. 34L cor 66-jogo.	2,52	252,00
243	100	Jogo	Dentes de acrílico inferior-anterior n. 3P cor 66-jogo.	2,52	252,00
244	100	Jogo	Dentes de acrílico inferior-anterior n. 3P cor 66-jogo.	2,52	252,00
245	100	Jogo	Dentes de acrílico inferior-anterior n. 2D cor 66-jogo.	2,52	252,00
246	100	Jogo	Dentes de acrílico inferior-anterior n. 2D cor 62-jogo.	2,52	252,00
247	100	Jogo	Dentes de acrílico inferior-anterior n.3M cor 66-jogo.	2,52	252,00
248	100	Jogo	Dentes de acrílico inferior-anterior n. 3M cor 62-jogo.	2,52	252,00
249	100	Jogo	Dentes de acrílico inferior-posterior n.263 cor 62-jogo.	2,52	252,00
250	100	Jogo	Dentes de acrílico inferior-posterior n.263 cor 66-jogo.	2,52	252,00
251	100	Jogo	Dentes de acrílico inferior-posterior n.264 cor 62-jogo.	2,52	252,00
252	100	Jogo	Dentes de acrílico inferior-posterior n.264 cor 66-jogo.	2,52	252,00
TOTAL DO LOTE					6.804,00

## LOTE 80

ITEM	QTD	UNID.	DESCRIÇÃO	VLR UN	TOTAL
310	50	Unidade	Formocresol- 10ml	3,30	165,00
TOTAL DO LOTE					165,00

## LOTE 88

ITEM	QTD	UNID.	DESCRIÇÃO	VLR UN	TOTAL
331	100	Unidade	Ionômero de vidro- Restauração- cor universal- 3ª geração. Pó e líquido.	13,16	1.316,00
TOTAL DO LOTE					1.316,00

## LOTE 95

ITEM	QTD	UNID.	DESCRIÇÃO	VLR UN	TOTAL
346	5	Unidade	Lamparina de flambagem - p/ prótese total de plástico.	16,80	84,00

347	20	Unidade	Lima para osso Nº 12	13,02	260,40
TOTAL DO LOTE					344,40

## LOTE 104

ITEM	QTD	UNID.	DESCRIÇÃO	VLR UN	TOTAL
370	20	Litro	Líquido acrílico Termo-polimerizável- lt	46,20	924,00
TOTAL DO LOTE					924,00

## LOTE 112

ITEM	QTD	UNID.	DESCRIÇÃO	VLR UN	TOTAL
381	10	Unidade	Pinças retas para remoção de sutura	6,44	64,40
382	30	Unidade	Porta matriz toflemaire inox	14,83	444,90
TOTAL DO LOTE					509,30

## LOTE 138

ITEM	QTD	UNID.	DESCRIÇÃO	VLR UN	TOTAL
454	70	Unidade	Selante para fossulas e cáries- trículas, carga de ionômero de vidro, fotopolimerizável c/ propriedade de liberação de flúor, opaca, estojo com seringas de 10mg com aplicadores.	18,8555	1.319,89
TOTAL DO LOTE					1.319,89

## LOTE 141

ITEM	QTD	UNID.	DESCRIÇÃO	VLR UN	TOTAL
458	20	Frasco	Solução de paramonoclorofenol canforado frasco c/20ml.	3,43	68,60
459	20	Frasco	Solução de tricresol formalina - frasco c/ 10ml	3,43	68,60
TOTAL DO LOTE					137,20

## LOTE 142

ITEM	QTD	UNID.	DESCRIÇÃO	VLR UN	TOTAL
460	5.000	Pacote	Sugadores descartáveis com ponteira em plástico multicolorido. Pacote c/40 unidades.	1,78	8.900,00
461	20	Unidade	Sugador de sangue de metal cromado	12,3666	247,33
TOTAL DO LOTE					9.147,33

## LOTE 148

ITEM	QTD	UNID.	DESCRIÇÃO	VLR UN	TOTAL
468	25	Unidade	Tesoura cirúrgica reta 14 cm	10,2055	255,14
469	25	Unidade	Tesoura cirúrgica curva 14 cm	10,194	254,85
TOTAL DO LOTE					509,99

## LOTE 161

ITEM	QTDAD	UNID.	DESCRIÇÃO	VLR UN	TOTAL
485	10	Unidade	Mufla número : 6 - cobre	48,90	489,00
TOTAL DO LOTE					489,00

**Ata 179/2010 - SAÚDE**

Ata nº 179/2010 – FMS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2010 – Registro dos preços para aquisição de materiais e equipamentos odontológicos. Fornecedor: PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – Blumenau – SC - 12 meses.

## LOTE 43

ITEM	QTDAD	UNID.	DESCRIÇÃO	VLR UN	TOTAL
156	5.000	Pacote	Compressas cirúrgicas de gaze hirofila 13 fios com 05 dobras e 08 camadas 7.5x7.5 cm pacote com 500 uni	8,50	42.500,00
157	3.000	Pacote	Algodão em rolos, boa absorção, macio inodoro, cor branca, compacto, em pacotes com 100 roletes.	1,20	3.600,00
158	1.000	Caixa	Babador descartável, com fita adesiva cx c/ 100und - Papel Super Absorvente	6,50	6.500,00
TOTAL DO LOTE					52.600,00

## LOTE 98

ITEM	QTDAD	UNID.	DESCRIÇÃO	VLR UN	TOTAL
350	300	Caixa	Luvas estéreis , número -07 cx c/50 pares	37,46	11.238,00
351	300	Caixa	Luvas estéreis numero -08 cx c/50 pares	37,47	11.241,00
TOTAL DO LOTE					22.479,00

## LOTE 100

ITEM	QTDAD	UNID.	DESCRIÇÃO	VLR UN	TOTAL
354	300	Caixa	Luvas de látex para procedimentos ambidestra, cx c/100 luvas tamanho G.	9,00	2.700,00
355	800	Caixa	Luvas de látex para procedimentos ambidestra cx c/100 luvas tamanho EP.	9,32	7.456,00
356	800	Caixa	Luvas de látex para procedimentos ambidestra cx c/100 luvas tamanho P.	9,305	7.444,00
357	800	Caixa	Luvas de látex para procedimentos ambidestra cx c/100 luvas tamanho M.	9,00	7.200,00
TOTAL DO LOTE					24.800,00

**Ata 180/2010 - SAÚDE**

Ata nº 180/2010 – FMS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2010 – Registro dos preços para aquisição de materiais e equipamentos odontológicos. Fornecedor: DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA – Curitiba – PR - 12 meses.

## LOTE 04

ITEM	QTDAD	UNID.	DESCRIÇÃO	VLR UN	TOTAL
10	50	Caixa	Agulhas gengivais descartáveis 30g longa, caixa com 100 agulhas	11,00	550,00
11	200	Caixa	Agulhas gengivais descartáveis 30g curta, caixa com 100 agulhas	8,70	1.740,00
12	50	Caixa	Agulha passa fio, com 25.	4,53	226,50
TOTAL DO LOTE					2.516,50

## LOTE 08

ITEM	QTDAD	UNID.	DESCRIÇÃO	VLR UN	TOTAL
19	50	Unidade	Bandejas lisas 22 x 12 x 1,5 para 6 instrumentos	12,74	637,00
TOTAL DO LOTE					637,00

## LOTE 24

ITEM	QTDAD	UNID.	DESCRIÇÃO	VLR UN	TOTAL
48	10	Unidade	Brunidor e esculpador infantil nº 1	3,25	32,50
49	10	Unidade	Brunidor -33	3,25	32,50
50	10	Unidade	Bisturi de Kirkland	9,10	91,00
51	10	Unidade	Bisturi de Orban	9,10	91,00
52	50	Unidade	Cabo para bisturi n. 03	4,03	201,50
TOTAL DO LOTE					448,50

## LOTE 27

ITEM	QTDAD	UNID.	DESCRIÇÃO	VLR UN	TOTAL
58	100	Unidade	Broca carbide N 330	2,55	255,00
59	100	Unidade	Broca carbide N 329	2,55	255,00
60	100	Unidade	Broca carbide de alta rotação n. 3	2,55	255,00
61	100	Unidade	Broca carbide de alta rotação n. 5	2,55	255,00
62	100	Unidade	Broca carbide de baixa rotação n. 3	2,56	256,00
63	100	Unidade	Broca carbide de baixa rotação n. 4	2,56	256,00
64	100	Unidade	Broca carbide de baixa rotação n. 5	2,56	256,00
65	100	Unidade	Broca carbide de baixa rotação n. 6	2,56	256,00
66	100	Unidade	Broca carbide de baixa rotação n. 8	2,56	256,00
TOTAL DO LOTE					2.300,00

## LOTE 32

ITEM	QTD	UNID.	DESCRIÇÃO	VL UN	TOTAL
122	30	Unidade	Brocas carbide cirúrgica Nº 2	5,59	167,70
123	30	Unidade	Brocas carbide cirúrgica Nº 4	5,20	156,00
124	30	Unidade	Brocas carbide cirúrgica Nº 6	5,59	167,70
125	30	Unidade	Brocas carbide cirúrgica Nº 701	5,59	167,70
126	30	Unidade	Brocas carbide cirúrgica Nº 702	5,59	167,70
127	30	Bliester	Brocas lentulo 1a serie - 21mm—blister com 6	20,15	604,50
128	30	Unidade	Broca peeso Nº 1	5,20	156,00
129	30	Unidade	Broca peeso Nº 2	5,20	156,00
130	30	Unidade	Broca peeso Nº 3	5,20	156,00
131	50	Unidade	Broca haste longa diamantada- Cônica invertida-nº 46G	11,70	585,00
132	50	Unidade	Broca haste longa diamantada- Roda – nº21F	11,70	585,00
133	50	Unidade	Broca haste longa diamantada - Cônica-nº 730G	11,70	585,00
134	50	Unidade	Broca haste longa diamantada cônica topo arredondada nº 720F	11,70	585,00
TOTAL DO LOTE					4.239,30

## LOTE 34

ITEM	QTD	UNID.	DESCRIÇÃO	VL UN	TOTAL
136	05	Unidade	Compressor para consultório odontológico sem óleo. Reservatório 100 lts, 226 lts p/ min., 220 volts, com filtro de ar na saída, com regulagem de pressão.	3.125,00	15.625,00
137	05	Unidade	Compressor para consultório odontológico sem óleo. Reservatório 30 lts, 200 lts p/ min., 220 volts, com filtro de ar na saída, com regulagem de pressão.	1.320,00	6.600,00
TOTAL DO LOTE					22.225,00

## LOTE 35

ITEM	QTD	UNID.	DESCRIÇÃO	VL UN	TOTAL
138	50	Pote	Branco de Espanha, pote com 200 gr	3,64	182,00
139	20	Unidade	Broqueiros autoclaváveis 15 furos	11,70	234,00
140	50	Unidade	Curetas alveolar de Lucas n. 85	3,25	162,50
141	100	Unidade	Cabos de espelho -inox	1,56	156,00
142	30	Unidade	Condensador modelo Ward Nº 1	2,60	78,00

143	30	Unidade	Condensador modelo Ward Nº 2	2,60	78,00
144	30	Unidade	Calçador espatulado n.01	2,60	78,00
TOTAL DO LOTE					968,50

## LOTE 39

ITEM	QTD	UNID.	DESCRIÇÃO	VL UN	TOTAL
150	30	Unidade	Cimento endodontico grosman 10ml	4,55	136,50
151	30	Unidade	Cimento endodontico grosman 12g pó	9,75	292,50
152	50	Unidade	Cimento obturador provisório rosa, com flúor. 25g.	6,50	325,00
TOTAL DO LOTE					754,00

## LOTE 42

ITEM	QTD	UNID.	DESCRIÇÃO	VL UN	TOTAL
155	100	Frasco	Clorexidina em solução a 2% frasco com 30ml	5,85	585,00
TOTAL DO LOTE					585,00

## LOTE 45

ITEM	QTD	UNID.	DESCRIÇÃO	VL UN	TOTAL
160	100	Kit	Cone de papel absorvente 1ª série-15-40	7,54	754,00
161	100	Kit	Cone de papel absorvente 2ª série 45-60	7,54	754,00
TOTAL DO LOTE					1.508,00

## LOTE 46

ITEM	QTD	UNID.	DESCRIÇÃO	VL UN	TOTAL
162	100	Caixa	Cone de guta percha secundário – R7 cx c/120	7,80	780,00
163	100	Caixa	Cone de guta percha secundário – R8 cx c/120	7,80	780,00
164	100	Caixa	Cone de guta percha secundário – RS cx c/120	7,80	780,00
TOTAL DO LOTE					2.340,00

## LOTE 47

ITEM	QTD	UNID.	DESCRIÇÃO	VL UN	TOTAL
165	100	Kit	Cone de guta percha principal 1ª série , 28mm	7,80	780,00
166	100	Kit	Cone de guta percha principal 2ª série , 28mm	7,80	780,00
TOTAL DO LOTE					1.560,00

## LOTE 50

ITEM	QTD	UNID.	DESCRIÇÃO	VL UN	TOTAL
172	25	Pacote	Cursores de silicone de 1mm de espessura de cor amarela c/guia preto- para endodontia- pct c 100	18,20	455,00
173	200	Caixa	Cunhas cervicais de madeira colorida. Cx c/ 100	3,90	780,00

174	200	Unidade	Caixa para acondicionamento de aparelho ortodôntico	0,91	182,00
TOTAL DO LOTE					1.417,00

## LOTE 53

ITEM	QTD	UNID.	DESCRIÇÃO	VL UN	TOTAL
184	20	Caixa	Cera 07 . cx c/100	5,46	109,20
185	20	Caixa	Cera articulação . cx c/100	6,24	124,80
TOTAL DO LOTE					234,00

## LOTE 55

ITEM	QTD	UNID.	DESCRIÇÃO	VL UN	TOTAL
192	5	Unidade	Destiladora de água. Produção 3,8 lt em 5hs, baixo consumo de energia.	416,00	2.080,00
TOTAL DO LOTE					2.080,00

## LOTE 64

ITEM	QTD	UNID.	DESCRIÇÃO	VL UN	TOTAL
262	5	Caixa	Escovas de mão descartáveis- caixa c/50	20,70	103,50
263	2.000	Unidade	Escova de Robson p/ profilaxia c/cerdas de nylon branco c/ protetor de borracha p/ contra ângulo em formato plano.	0,66	1.320,00
TOTAL DO LOTE					1.423,50

## LOTE 69

ITEM	QTD	UNID.	DESCRIÇÃO	VL UN	TOTAL
280	100	Caixa	Esponja hemostática (colágeno, plasma de sangue bovino) caixa contendo blister c/40 unid embaladas individualmente.	46,78	4.678,00
TOTAL DO LOTE					4.678,00

## LOTE 70

ITEM	QTD	UNID.	DESCRIÇÃO	VL UN	TOTAL
281	10.000	Kit	Kit ADULTO Escova Dental - Kit com embalagem plástica transparente contendo: 1 escova dental adulto, com cabo personalizado (Prefeitura Munic. De Caçador- secretaria de saúde- coordenação de saúde bucal), reto e anatômico em propileno, atóxico, com empunhadura, cabeça arredondada contendo cerdas em nylon macio amparadas uniformemente e arredondadas, 1 creme dental com flúor de 50g, 1 fio dental de 25mt,	2,5623	25.623,00
TOTAL DO LOTE					25.623,00

## LOTE 71

ITEM	QTD	UNID.	DESCRIÇÃO	VL UN	TOTAL
282	15.000	Kit	Kit INFANTIL Escova Dental - Kit com embalagem plástica transparente contendo: 1 escova dental infantil, com cabo personalizado (Prefeitura Munic. De Caçador- secretaria de saúde- coordenação de saúde bucal), reto e anatômico em propileno, atóxico, com empunhadura, cabeça arredondada contendo cerdas em nylon macio amparadas uniformemente e arredondadas, 1 creme dental com flúor de 50g, 1 fio dental de 25mt,	2,5939	38.908,50
TOTAL DO LOTE					38.908,50

## LOTE 74

ITEM	QTD	UNID.	DESCRIÇÃO	VL UN	TOTAL
287	5	Unidade	Câmara escura. Caixa em PVC, forma ergonômica e arredondada de fácil assepsia, com visor acrílico para revelação de raio X com 4 recipientes para o revelador, fixador e água.	84,50	422,50
TOTAL DO LOTE					422,50

## LOTE 76

ITEM	QTD	UNID.	DESCRIÇÃO	VL UN	TOTAL
293	300	Unidade	Fixador para Rx - 500 ml	2,86	858,00
294	400	Tubo	Flúor gell, neutrotixotropico, tubos c/ 200 ml	2,34	936,00
TOTAL DO LOTE					1.794,00

## LOTE 81

ITEM	QTD	UNID.	DESCRIÇÃO	VL UN	TOTAL
311	30	Unidade	Furacin	5,59	167,70
TOTAL DO LOTE					167,70

## LOTE 85

ITEM	QTD	UNID.	DESCRIÇÃO	VL UN	TOTAL
316	2.000	Pacote	Gorros descartáveis c/elástico, pct c/10uni	0,52	1.040,00
317	10	Unidade	Gral de borracha grande	4,55	45,50
TOTAL DO LOTE					1.085,50



## LOTE 99

ITEM	QTD	UNID.	DESCRIÇÃO	VL UN	TOTAL
352	100	Caixa	Luvas Especiais Anti-Alérgicas, cx c/100 tamanho P	19,475	1.947,50
353	100	Caixa	Luvas Especiais Anti-Alérgicas , Cx c/100 tamanho EP	19,475	1.947,50
TOTAL DO LOTE					3.895,00

## LOTE 102

ITEM	QTD	UNID.	DESCRIÇÃO	VL UN	TOTAL
360	50	Kit	Lima tipo hedsroen- 1ª serie 21mm	13,00	650,00
361	50	Kit	Lima tipo hedsroen -1ª serie 25mm	13,00	650,00
362	50	Kit	Limas tipo kerr- Especial - 21mm nº 08	13,00	650,00
363	50	Kit	Limas tipo Kerr-especial- 21mm nº 06	13,00	650,00
364	50	Kit	Limas tipo Kerr-especial- 21mm nº 10	13,00	650,00
TOTAL DO LOTE					3.250,00

## LOTE 105

ITEM	QTD	UNID.	DESCRIÇÃO	VL UN	TOTAL
371	50	kit	Resina Acrílica- Termo-Polimerizável- para base de prótese dentária. Cor- Rosa Médio c/ veias, para ser polimerizada diretamente em água em ebulição por 20 min sem a ocorrência de bolhas, porosidade ou distorções. KIT PÓ + LIQUIDO composição: Pó: Envelopes de 500g de copolímero (metil-n-butil) metacrilato, peróxido de benzoíla e corantes minerais. Liquido: Frasco de 250ml de Metacrilato de metila, etileno glicol dimetacrilato, hidroquinona, terpinoleno, e N,N-dimetil-p-toluidina.	47,26	2.363,00
TOTAL DO LOTE					2.363,00

## LOTE 106

ITEM	QTD	UNID.	DESCRIÇÃO	VL UN	TOTAL
372	800	Caixa	Mascara cirúrgica descartável tripla camada c/filtro bacteriano c/ elástico, cx/ c 50 unidades.	4,29	3.432,00
TOTAL DO LOTE					3.432,00

## LOTE 114

ITEM	QTD	UNID.	DESCRIÇÃO	VL UN	TOTAL
385	300	Rolo	Papel filme para esterilização de 15 cm de largura	28,5333	8.559,99
TOTAL DO LOTE					8.559,99

## LOTE 117

ITEM	QTD	UNID.	DESCRIÇÃO	VL UN	TOTAL
389	20	Caixa	Placa base marron- Superior - cx c/50	34,17	683,40
390	20	Caixa	Placa base marron- Inferior -cx c/50	34,18	683,60
TOTAL DO LOTE					1.367,00

## LOTE 120

ITEM	QTD	UNID.	DESCRIÇÃO	VL UN	TOTAL
393	10	Unidade	Pinças hemostáticas curva - 14cm	10,40	104,00
394	500	Pote	Pinceis descartáveis microbusch- pote c/100 pecas	5,59	2.795,00
395	30	Unidade	Placas de vidro grossa	3,25	97,50
396	10	Unidade	Pinça hemostática reta- 14cm	11,05	110,50
397	20	Frasco	Pó de hidróxido de cálcio p.a - frasco c/10g.	2,80	56,00
TOTAL DO LOTE					3.163,00

## LOTE 124

ITEM	QTD	UNID.	DESCRIÇÃO	VL UN	TOTAL
405	20	Unidade	Pasta de maisto	7,54	150,80
TOTAL DO LOTE					150,80

## LOTE 127

ITEM	QTD	UNID.	DESCRIÇÃO	VL UN	TOTAL
420	100	Unidade	Removedor de cera - de 500ml	23,50	2.350,00
421	300	Unidade	Revelador p/RX - 500ml	5,10	1.530,00
422	30	Pacote	Revestimento para PPR CIT - pact 1kg	11,46	343,80
423	30	pacote	Revestimento para soldagem - pact 1Kg	11,00	330,00
TOTAL DO LOTE					4.553,80

## LOTE 134

ITEM	QTD	UNID.	DESCRIÇÃO	VL UN	TOTAL
448	100	Unidade	Seringas descartáveis c/agulha de 20ml	0,26	26,00
449	25	Unidade	Seringa de vidro ponta de metal- 10 ml luer lock	23,40	585,00
450	100	Unidade	Seringas carpule com refluxo	14,30	1.430,00
TOTAL DO LOTE					2.041,00

## LOTE 140

ITEM	QTDAD	UNID.	DESCRIÇÃO	VLR UN	TOTAL
456	50	Unidade	Sonda Milimetrada P/ periodontia	3,90	195,00
457	50	Unidade	Sindesmotomo	3,25	162,50
TOTAL DO LOTE					357,50

## LOTE 144

ITEM	QTDAD	UNID.	DESCRIÇÃO	VLR UN	TOTAL
463	50	Unidade	Sonda Exploradora - N 5	2,60	130,00
TOTAL DO LOTE					130,00

## LOTE 145

ITEM	QTDAD	UNID.	DESCRIÇÃO	VLR UN	TOTAL
464	800	Blister	Taças de borracha c/ protetor de borracha para contra-ângulo no-8009 CA-blister c/ 6.	5,85	4.680,00
TOTAL DO LOTE					4,680,00

## LOTE 150

ITEM	QTDAD	UNID.	DESCRIÇÃO	VLR UN	TOTAL
471	150	Embalagem	Tira Abrasiva de AÇO . Embl. C/100- 2,5mm x 170mm.	4,55	682,50
TOTAL DO LOTE					682,50

**Ata 181/2010 - SAÚDE**

Ata nº 181/2010 – FMS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2010 – Registro dos preços para aquisição de materiais e equipamentos odontológicos. Fornecedor: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA – Rio do Sul – SC - 12 meses.

## LOTE 58

ITEM	QTDAD	UNID.	DESCRIÇÃO	VLR UN	TOTAL
199	500	Frasco	Evidenciador de placa bacteriana a base de fucsina básica em solução pronta para uso frasco 500ml.	4,68	2.340,00
TOTAL DO LOTE					2.340,00

## LOTE 63

ITEM	QTDAD	UNID.	DESCRIÇÃO	VLR UN	TOTAL
258	200	Rolo	Embalagens para esterelizacao – largura 9cm, Rolo c/100 mt.	26,022	5.204,40
259	200	Rolo	Embalagens para esterelizacao – largura 7cm, Rolo c/100 mt.	20,26	4.052,00
260	500	Rolo	Embalagens para esterelizacao – largura 15cm, Rolo c/100 mt.	43,46	21.730,00
261	200	Rolo	Embalagens para esterelizacao – largura 25cm, Rolo c/100 mt.	72,67	14.534,00
TOTAL DO LOTE					45.520,40

## LOTE 82

ITEM	QTDAD	UNID.	DESCRIÇÃO	VLR UN	TOTAL
312	01	Unidade	Localizador Apical - Última Geração, P/ medição precisa de canais, no tratamento Endodôntico.	2,133,50	2.133,50
TOTAL DO LOTE					2.133,50

## LOTE 139

ITEM	QTDAD	UNID.	DESCRIÇÃO	VLR UN	TOTAL
455	200	Frasco	Solução de hipoclorito de sódio a 1% frasco c/ 1000ml	1,333	266,60
TOTAL DO LOTE					266,60

## LOTE 152

ITEM	QTDAD	UNID.	DESCRIÇÃO	VLR UN	TOTAL
473	10	Pote	Vaselina sólida- Pote c/500g	11,26	112,60
TOTAL DO LOTE					112,60

## LOTE 153

ITEM	QTDAD	UNID.	DESCRIÇÃO	VLR UN	TOTAL
474	200	Unidade	Soro fisiológico de 50 ml	2,70	540,00
475	50	Unidade	Videocárie – Frasco 10 ml	8,20	410,00
TOTAL DO LOTE					950,00

**Ata 182/2010 - SAÚDE**

Ata nº 182/2010 – FMS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2010 – Registro dos preços para aquisição de materiais e equipamentos odontológicos. Fornecedor: DIABETES EXPRESS COM. DE PRODUTOS DIABÉTICOS E APARELHOS ODONTOLÓGICOS LTDA A – Curitiba – PR - 12 meses.

## LOTE 57

ITEM	QTDAD	UNID.	DESCRIÇÃO	VLR UN	TOTAL
198	5	Unidade	Escovódromo Portátil. Com 6 pias, 6 espelhos em forma de boca, 6 torneiras, 6 placas personalizadas da Prefeitura ou órgão, 3 reservatórios para água limpa 15lt, 3 reservatório para água utilizada 15 lt ,6 apoios metálicos, 3 apoios metálicos em forma de mesa com 2 bases cada para apoio dos reservatórios.	3.470,00	17.350,00
TOTAL DO LOTE					17.350,00

## LOTE 79

ITEM	QTD	UNID.	DESCRIÇÃO	VL UN	TOTAL
309	5	Unidade	Fantoches de Pelúcia Luxo com Macro Escova Dental e Macro Espelho. Sortido (Tigrão, Burrinho, Urso).	170,00	850,00
TOTAL DO LOTE					850,00

## LOTE 83

ITEM	QTD	UNID.	DESCRIÇÃO	VL UN	TOTAL
313	50	kit	Kit Conjugado Saúde Bucal + Educação Luxo Plus I.	25,98	1.299,00
TOTAL DO LOTE					1.299,00

## LOTE 154

ITEM	QTD	UNID.	DESCRIÇÃO	VL UN	TOTAL
476	100	Pacote	Adesivo – Brindes odontológicos, Pacote com 100 adesivos, Saúde Bucal para Escolares, Sortidos	16,38	1.638,00
TOTAL DO LOTE					1.638,00

## LOTE 157

ITEM	QTD	UNID.	DESCRIÇÃO	VL UN	TOTAL
479	10	Unidade	Modelo Em Acrílico Transparente: Modelo em tamanho natural de acrílico transparente demonstrando cárie inicial, cárie profunda com exposição pulpar, doença periodontal, implante e germe dentário de terceiro molar incluso.	105,00	1.050,00
TOTAL DO LOTE					1.050,00

**Ata 183/2010 - SAÚDE**

Ata nº 183/2010 – FMS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2010 – Registro dos preços para aquisição de materiais e equipamentos odontológicos. Fornecedor: ESPECIALISTA – PRODUTOS PARA LABORATÓRIO LTDA – Brasília – DF - 12 meses.

## LOTE 128

ITEM	QTD	UNID.	DESCRIÇÃO	VL UN	TOTAL
424	50	Unidade	Resina composta fotopolimerizável contendo filler a base de zircônia/sílica ou vidro de bário com volume percentual em peso entre 60% a 70%, na cor A1	25,50	1.275,00
425	100	Unidade	Resina composta fotopolimerizável contendo filler a base de zircônia/sílica ou vidro de bário com volume percentual em peso entre 60% a 70%, na cor A2	25,50	2.550,00

426	100	Unidade	Resina composta fotopolimerizável contendo filler a base de zircônia/sílica ou vidro de bário com volume percentual em peso entre 60% a 70%, na cor A3	25,50	2.550,00
427	100	Unidade	Resina composta fotopolimerizável contendo filler a base de zircônia/sílica ou vidro de bário com volume percentual em peso entre 60% a 70%, na cor A3,5	25,50	2.550,00
428	50	Unidade	Resina composta fotopolimerizável contendo filler a base de zircônia/sílica ou vidro de bário com volume percentual em peso entre 60% a 70%, na cor B1	28,20	1.410,00
429	50	Unidade	Resina composta fotopolimerizável contendo filler a base de zircônia/sílica ou vidro de bário com volume percentual em peso entre 60% a 70%, na cor B2	25,50	1.275,00
430	20	Unidade	Resina composta fotopolimerizável contendo filler a base de zircônia/sílica ou vidro de bário com volume percentual em peso entre 60% a 70%, na cor C3	29,00	580,00
431	20	Unidade	Resina composta fotopolimerizável contendo filler a base de zircônia/sílica ou vidro de bário com volume percentual em peso entre 60% a 70%, na cor C2	25,50	510,00
TOTAL DO LOTE					12.700,00

## LOTE 155

ITEM	QTD	UNID.	DESCRIÇÃO	VL UN	TOTAL
477	80	Frasco	Agente de união fotopolimerizável com composição a base de BIS-GMA, HEMA, diuretano dimetacrilato, copolímero do ácido polialcenóico, canforoquinona, água, etanol e glicerol 1.3 dimetacrilato, 10% em peso de nanopartículas de sílica (5 nanômetros). Solvente a base de água e álcool. Adesivo de frasco único. Frasco com 6 gramas.	61,487	4.918,96
TOTAL DO LOTE					4.918,96

**Ata 184/2010 - SAÚDE**

Ata nº 184/2010 – FMS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2010 – Registro dos preços para aquisição de materiais e equipamentos odontológicos. Fornecedor: ERWIN GUTH LTDA – Barueri – SP - 12 meses.

## LOTE 10

ITEM	QTD	UNID.	DESCRIÇÃO	VL UN	TOTAL
22	5	Unidade	Alicate orto nº 139	23,60	118,00
23	5	Unidade	Alicate orto nº 350	29,20	146,00
24	5	Unidade	Alicate orto nº 347	31,44	157,20
TOTAL DO LOTE					421,20

## LOTE 77

ITEM	QTD	UNID.	DESCRIÇÃO	VL UN	TOTAL
295	20	Unidade	Fórceps Nº 1	23,00	460,00
296	20	Unidade	Fórceps Nº 16	23,00	460,00
297	20	Unidade	Fórceps Nº 18L	23,00	460,00
298	20	Unidade	Fórceps Nº 18 R	23,00	460,00
299	20	Unidade	Fórceps Nº 17	23,00	460,00
300	20	Unidade	Fórceps Nº 65	23,00	460,00
301	20	Unidade	Fórceps Nº 151	23,00	460,00
302	20	Unidade	Fórceps Nº 150	23,00	460,00
303	20	Unidade	Fórceps Nº 69	23,00	460,00
TOTAL DO LOTE					4.140,00

**Ata 185/2010 - SAÚDE**

Ata nº 185/2010 – FMS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2010 – Registro dos preços para aquisição de materiais e equipamentos odontológicos. Fornecedor: BETANIAMED COMERCIAL LTDA – Belo Horizonte – MG - 12 meses.

## LOTE 17

ITEM	QTD	UNID.	DESCRIÇÃO	VL UN	TOTAL
31	02	Unidade	Conjunto tri luxo, cadeira semi portátil, com refletor e mocho a gás, cód., 320.13.18.36. composição: cadeira odontológica de estrutura metálica com pintura epóxi revestida de Courvin odontológico. Possui apoio para os pés e mãos, encosto com graduação de 90 a 180 graus através da haste mecânica. Refletor retrátil de haste móvel, luz de led, s e mocho á gás para cd com 5 rodízios.	6.499,50	12.999,00
TOTAL DO LOTE					12.999,00

## LOTE 33

ITEM	QTD	UNID.	DESCRIÇÃO	VL UN	TOTAL
135	05	Unidade	CONSULTORIO ODONTOLOGICO COM- cadeira odontológica com articulação central única, encosto de cabeça articulado acionamento dos quatro movimentos da cadeira e volta à zero no pé, com sistema hidráulico e circuitos selados antivazamentos, com mangueiras de alta pressão, estofamento, em PVC expandido sem costura na cor azul, refletor 20.000 lux, 220 volts acompanha braço direito. Unidade auxiliar c/sugador automático, mangueiras com engate rápido, separador de detritos, bacia removível em porcelane e chassi em alumínio. Equipo tipo braço, com três terminais, sendo um para seringa triplice e outro para baixa rotação e o terceiro para alta rotação, com mangueiras de encaixe borden dois furos. Pedal de comando progressivo, bloco de acionamento pneumático e com duas bandejas em alumínio autoclavavel. Mocho odontológico com regulagem de elevação a gás, assento estofado em PVC expandido, sem costuras e apoiado por cinco rodizios. Garantia mínima de 01 ano	5.260,00	26.300,00
TOTAL DO LOTE					26.300,00

## LOTE 48

ITEM	QTD	UNID.	DESCRIÇÃO	VL UN	TOTAL
167	10	Unidade	Contra ângulo- universal giro livre de 360 graus sobre o micro-motor, pinça mecânica Latch Type (LT), conexão tipo INTRA, peso 44,0g (O 20) com a peça de mão esterelizável em autoclave. Com registro na ANVISA.	178,30	1.783,00
TOTAL DO LOTE					1.783,00



## LOTE 93

ITEM	QTDADE	UNID.	DESCRIÇÃO	VLR UN	TOTAL
			Kit Acadêmico – contendo caneta de alta rotação, micro-motor, contra ângulo, peça reta, e saca broca.		
342	10	Kit		609,90	6.099,00
TOTAL DO LOTE					6.099,00

## LOTE 156

ITEM	QTDADE	UNID.	DESCRIÇÃO	VLR UN	TOTAL
			Micro-Motor P/ contra ângulo. Peso 92,0 g, conexão com a peça de mão Tipo INTRA, pressão (PSI) 60 a 80. Cm registro na Anvisa.		
478	10	Unidade		179,70	1.797,00
TOTAL DO LOTE					1.797,00

## LOTE 159

ITEM	QTDADE	UNID.	DESCRIÇÃO	VLR UN	TOTAL
			Mocho à gás P / Consultório Odontológico		
483	5	Unidade		278,00	1.390,00
TOTAL DO LOTE					1.390,00

## LOTE 168

ITEM	QTDADE	UNID.	DESCRIÇÃO	VLR UN	TOTAL
			Pontas finas P/ periodontia Gnatus		
492	20	Unidade		95,50	1.910,00
			Pontas finas P/ periodontia Kondortec		
493	20	Unidade		95,50	1.910,00
			Pontas finas P/ periodontia Dabi atlante		
494	20	Unidade		95,50	1.910,00
TOTAL DO LOTE					5.730,00

**Ata 186/2010 - SAÚDE**

Ata nº 186/2010 – FMS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2010 – Registro dos preços para aquisição de materiais e equipamentos odontológicos. Fornecedor: KONDOORTECH EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS LTDA – São Carlos – SP - 12 meses.

## LOTE 97

ITEM	QTDADE	UNID.	DESCRIÇÃO	VLR UN	TOTAL
			Lampada P/fotopolimerizador. 75w-12v.		
349	30	Unidade		24,66	739,80
TOTAL DO LOTE					739,80

**Ata 187/2010 - SAÚDE**

Ata nº 187/2010 – FMS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2010 – Registro dos preços para aquisição de materiais e equipamentos odontológicos. Fornecedor: DENTAL CHAMPAGNAT LTDA - ME – Curitiba – PR - 12 meses.

## LOTE 131

ITEM	QTDADE	UNID.	DESCRIÇÃO	VLR UN	TOTAL
			Resina Composta fotopolimerizável C/ NANOPARTÍCULAS, do Tipo FLOW A2.		
440	50	Unidade		20,80	1.040,00

			Resina Composta fotopolimerizável C/ NANOPARTÍCULAS, do Tipo FLOW B2.		
441	50	Unidade		20,80	1.040,00
			Resina Composta fotopolimerizável C/ NANOPARTÍCULAS, do Tipo FLOW A3.		
442	50	Unidade		20,80	1.040,00
TOTAL DO LOTE					3.120,00

## LOTE 133

ITEM	QTDADE	UNID.	DESCRIÇÃO	VLR UN	TOTAL
			Resina auto-polimerizável- Líquido 120ml		
444	80	Unidade		9,90	792,00
			Resina acrílica Auto-polimerizável-Po tipo COR AZUL-225g		
445	50	Unidade		22,58	1.129,00
			Resina Acrílica-Termo-Polimerizável-para base de prótese dentária. Cor- Rosa Médio B c/ veias. Peso Líq: 1kg.		
446	30	Unidade		65,00	1.950,00
			Resina acrílica termo polimerizável incolor. Pote com 500mg.		
447	20	unidade		34,00	680,00
TOTAL DO LOTE					4.551,00

**Ata 188/2010 - SAÚDE**

Ata nº 188/2010 – FMS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2010 – Registro dos preços para aquisição de materiais e equipamentos odontológicos. Fornecedor: DENTAL MED EQUIPAMENTOS E MATERIAIS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA – Porto Alegre – RS - 12 meses.

## LOTE 02

ITEM	QTDADE	UNID.	DESCRIÇÃO	VLR UN	TOTAL
			Abaixador de língua-pct com 100 uni		
02	400	Pacote		1,40	560,00
			Abridor de Molt Adulto		
03	10	Unidade		19,00	190,00
			Abridor de Molt Infantil		
04	10	Unidade		19,00	190,00
			Abridor de boca borracha infantil		
05	20	Unidade		4,00	80,00
			Abridor de boca borracha adulto		
06	20	Unidade		4,00	80,00
			Barreira gengival – fotopolimerizável. Embl. 3g.		
07	50	Unidade		20,00	1.000,00
TOTAL DO LOTE					2.100,00

## LOTE 05

ITEM	QTDADE	UNID.	DESCRIÇÃO	VLR UN	TOTAL
			Arco de youg de naylon radio transparente		
13	30	Unidade		7,08	212,40
			Arco de youg de metal		
14	30	Unidade		7,08	212,40
TOTAL DO LOTE					424,80

## LOTE 11

ITEM	QTDAD	UNID.	DESCRIÇÃO	VLR UN	TOTAL
			Agente de união fotopolimerizável com fluor contendo primer dentinario e adesivo de esmalte monocomponente, frasco com 8ml.		
25	80	Frasco		40,00	3.200,00
TOTAL DO LOTE					3.200,00

## LOTE 38

ITEM	QTDAD	UNID.	DESCRIÇÃO	VLR UN	TOTAL
			Cariostatico a base de diamino cloreto de prata a 12% frasc.		
149	30	Frasco	10ml	7,4666	224,00
TOTAL DO LOTE					224,00

## LOTE 44

ITEM	QTDAD	UNID.	DESCRIÇÃO	VLR UN	TOTAL
			Condicionador acido gel cor azul- 37% .		
159	400	Unidade		0,945	378,00
TOTAL DO LOTE					378,00

## LOTE 49

ITEM	QTDAD	UNID.	DESCRIÇÃO	VLR UN	TOTAL
			Curetas de raspagem tipo gracey, confeccionada com liga de aço exclusiva com alto teor de carbono e cromo, c/cabo oco, 5/6		
168	30	Unidade		21,76	652,80
			Curetas de raspagem tipo gracey, confeccionada com liga de aço exclusiva com alto teor de carbono e cromo, c/cabo oco, R411/12		
169	30	Unidade		21,76	652,80
			Curetas de raspagem tipo gracey, confeccionada com liga de aço exclusiva com alto teor de carbono e cromo, c/cabo oco, 13/14		
170	30	Unidade		21,76	652,80
			Curetas de raspagem tipo gracey, confeccionada com liga de aço exclusiva com alto teor de carbono e cromo, c/cabo oco, 7/8		
171	30	Unidade		21,76	652,80
TOTAL DO LOTE					2.611,20

## LOTE 56

ITEM	QTDAD	UNID.	DESCRIÇÃO	VLR UN	TOTAL
			Descoladores de molt		
193	10	Unidade		14,239	142,39

			Discos Diamantados. 22mm- Dupla face total.		
194	50	Unidade		30,00	1.500,00
			Disco de lixa para acabamento e polimento de restaurações em resina composta fotopolimerizável, sistema de mandril à pressão. Kit sortido.		
195	100	Kit		47,34	4.734,00
			Disco de Carborundum, 22mm		
196	100	Unidade		0,78	78,00
			EDTA trisódico 10%		
197	30	Unidade		3,72	111,60
TOTAL DO LOTE					6.565,99

## LOTE 62

ITEM	QTDAD	UNID.	DESCRIÇÃO	VLR UN	TOTAL
			Espátulas com revestimento em titâneo p/ resina fotopolimerizável-		
257	50	Jogo	Jogo c/3 espátulas.	96,00	4.800,00
TOTAL DO LOTE					4.800,00

## LOTE 67

ITEM	QTDAD	UNID.	DESCRIÇÃO	VLR UN	TOTAL
			Espelho clinico plano p/reposição em aço inox n.3		
274	400	Unidade		1,48	592,00
			Espelho clinico plano p/reposição em aço inox n.5		
275	400	Unidade		1,48	592,00
276	30	Unidade	Esculpidor 3 S	2,9333	88,00
TOTAL DO LOTE					1.272,00

## LOTE 68

ITEM	QTDAD	UNID.	DESCRIÇÃO	VLR UN	TOTAL
			Estirpa nervos cx c/6 de 21mm- No 20		
277	40	Caixa		9,60	384,00
			Estirpa nervos cx c/6 de 21mm- No 25		
278	40	Caixa		9,60	384,00
			Estirpa nervos cx c/6 de 21mm No 30		
279	40	Caixa		9,60	384,00
TOTAL DO LOTE					1.152,00

## LOTE 72

ITEM	QTDAD	UNID.	DESCRIÇÃO	VLR UN	TOTAL
			Estojo inox - 20 x 10 x 5cm (estampado)		
283	50	Unidade		38,40	1.920,00
TOTAL DO LOTE					1.920,00

## LOTE 75

ITEM	QTDAD	UNID.	DESCRIÇÃO	VLR UN	TOTAL
288	500	Caixa	Fio de seda preta trancada com agulha 1/2 cm estéril caixa c/24 uni 3.0.	15,20	7.600,00
289	500	Caixa	Caixa fio de seda 4.0 com agulha c/24	15,20	7.600,00
290	250	Unidade	Fio dental de 500 mt.	5,60	1.400,00
291	300	Caixa	Fio Mononylon c/ agulha c/24 2.0	14,40	4.320,00
292	300	Caixa	Fio Mononylon c/ agulha c/24 3.0	14,40	4.320,00
TOTAL DO LOTE					25.240,00

## LOTE 86

ITEM	QTDAD	UNID.	DESCRIÇÃO	VLR UN	TOTAL
318	20	Unidade	Grampo para isola- mento -inox n. 206	8,00	160,00
319	20	Unidade	Grampo para isola- mento- inox n.207	8,00	160,00
320	20	Unidade	Grampo para isola- mento -inox n.209	8,00	160,00
321	20	Unidade	Grampo para isola- mento- inox n. 210	8,00	160,00
322	20	Unidade	Grampo para isola- mento- inox n. 211	8,00	160,00
323	20	Unidade	Grampo para isola- mento- inox n. 212	8,00	160,00
324	20	Unidade	Grampo para isola- mento -inox n. 26	8,00	160,00
325	20	Unidade	Grampo para isola- mento- inox n. W8A	8,00	160,00
326	20	Unidade	Grampo para isola- mento -inox n. 202	8,00	160,00
327	20	Unidade	Grampo para isola- mento- inox n. 208	8,00	160,00
328	20	Unidade	Grampo para isola- mento- inox n. 201	8,00	160,00
TOTAL DO LOTE					1.760,00

## LOTE 87

ITEM	QTDAD	UNID.	DESCRIÇÃO	VLR UN	TOTAL
329	10	Kit	Hidróxido de cálcio-fo- topolimerizavel, c/carga ionomerica, kit c/2cores e c/2g.	30,34	303,40
330	30	Frasco	Hemostático tópico em solução não contendo epinefrina frasco c/10ml.	10,42	312,60
TOTAL DO LOTE					616,00

## LOTE 89

ITEM	QTDAD	UNID.	DESCRIÇÃO	VLR UN	TOTAL
332	80	Caixa	I.R.M. cx. c / Pó e Líquido	15,00	1.200,00
333	100	Unidade	Isolante-para traba- lhos protéticos -500ml	20,00	2.000,00
334	20	Frasco	Iodofórmio frasco c/10g	13,00	260,00
TOTAL DO LOTE					3.460,00

## LOTE 90

ITEM	QTDAD	UNID.	DESCRIÇÃO	VLR UN	TOTAL
335	5	Unidade	Ionometro de vidro p/ cimentação-po	10,40	52,00
336	5	Unidade	Ionometro de vidro p/ cimentação-li- quido	10,40	52,00
TOTAL DO LOTE					104,00

## LOTE 92

ITEM	QTDAD	UNID.	DESCRIÇÃO	VLR UN	TOTAL
339	10	Kit	Kit p/ irrigação-aspiração - Endodontia	18,899	188,99
340	100	Kit	Kit de silicone para acabamento e polimento de resina- Amarelas- kit c/6	20,70	2.070,00
341	100	Kit	Kit de silicone para acabamento e polimento de resina Brancas- Kit c/6	20,70	2.070,00
TOTAL DO LOTE					4.328,99

## LOTE 94

ITEM	QTDAD	UNID.	DESCRIÇÃO	VLR UN	TOTAL
343	30	Caixa	Lamina de bisturi nume- ro -15C cx c/100	11,111	333,33
344	30	Caixa	Lamina de bisturi - 11 cx c/ 100	11,111	333,33
345	30	Caixa	Lamina de bisturi núme- ro - 12 cx c/100	11,111	333,33
TOTAL DO LOTE					999,99

## LOTE 96

ITEM	QTDAD	UNID.	DESCRIÇÃO	VLR UN	TOTAL
348	300	Caixa	Lençol de borracha aro- matizado caixa c/26 uni 13,5x13,5 cm embalado individualmente.	8,72	2.616,00
TOTAL DO LOTE					2.616,00

## LOTE 101

ITEM	QTDAD	UNID.	DESCRIÇÃO	VLR UN	TOTAL
358	50	Unidade	Lentulo 1ª serie -21mm	6,16	308,00
359	50	Unidade	Lentulo 1ª serie- 25mm	6,16	308,00
TOTAL DO LOTE					616,00

## LOTE 103

ITEM	QTDAD	UNID.	DESCRIÇÃO	VLR UN	TOTAL
365	20	Unidade	Lima para osso quine- lato pequenas	14,40	288,00
366	100	Unidade	Limas K- flexofile -21mm - AO12 C -1a- serie. Comp. Aço inoxidável + material plástico, autoclavável.	14,40	1.440,00

367	100	Unidade	Limas K- flexofile -21mm – AO12C -2a- serie. Comp. Aço inoxidável + material plástico, autoclavável.	14,40	1.440,00
368	100	Unidade	Limas K-flexofile -25mm - AO12C - 1a- serie. Comp. Aço inoxidável + material plástico, autoclavável.	14,40	1.440,00
369	100	Unidade	Limas K –flexofile – 25mm –AO12C -2a- serie. Comp. Aço inoxidável + material plástico, autoclavável.	14,40	1.440,00
TOTAL DO LOTE					6.048,00

## LOTE 108

ITEM	QTD	UNID.	DESCRIÇÃO	VL UN	TOTAL
374	500	Rolo	Matriz de aço inox de 0,05mm x5m c/0,5m.	0,79	395,00
375	500	Rolo	Matriz de aço inox de 0,05mmx7mm c/0,5m	0,79	395,00
376	500	Envelope	Matriz de poli- éster. Envelope c/50 unidade de 10x120x0,05mm	0,74	370,00
TOTAL DO LOTE					1.160,00

## LOTE 111

ITEM	QTD	UNID.	DESCRIÇÃO	VL UN	TOTAL
380	300	Unidade	Pasta profilaxia dental, com flúor, sem óleo. Bisnaga c/ 90g.	3,20	960,00
TOTAL DO LOTE					960,00

## LOTE 118

ITEM	QTD	UNID.	DESCRIÇÃO	VL UN	TOTAL
391	10	Unidade	Perfurador de lençol de borracha-inox	31,199	311,99
TOTAL DO LOTE					311,99

## LOTE 119

ITEM	QTD	UNID.	DESCRIÇÃO	VL UN	TOTAL
392	15	Unidade	Pedra askansas p/afiar instrumento de corte.	10,00	150,00
TOTAL DO LOTE					150,00

## LOTE 122

ITEM	QTD	UNID.	DESCRIÇÃO	VL UN	TOTAL
399	20	Unidade	Ponta cônica Denta- da- N- 702 c/haste longa	4,90	98,00
400	20	Unidade	Ponta cônica Denta- da- N- 703 c/haste longa	4,90	98,00
401	20	Unidade	Ponta Esférica- N- 8 c/haste longa	4,90	98,00

TOTAL DO LOTE	294,00
---------------	--------

## LOTE 123

ITEM	QTD	UNID.	DESCRIÇÃO	VL UN	TOTAL
402	20	Unidade	Porta agulhas mayo quinelato com videa de 15cm	96,00	1.920,00
403	20	Unidade	Porta agulha –Mayo- Hegar- 14cm reta	12,00	240,00
404	20	Unidade	Porta algodão –inox 10x08cm –MF-213	29,60	592,00
TOTAL DO LOTE					2.752,00

## LOTE 147

ITEM	QTD	UNID.	DESCRIÇÃO	VL UN	TOTAL
466	25	Unidade	Tesoura para íris ou gingiva reta – 12 cm	7,20	180,00
467	25	Unidade	Tesoura para íris ou gingiva curva – 12 cm	7,20	180,00
TOTAL DO LOTE					360,00

## LOTE 151

ITEM	QTD	UNID.	DESCRIÇÃO	VL UN	TOTAL
472	300	Envelope	Tiras abrasivas de POLIESTER - p/po- limento de resinas composta – grano médio e fino- 2,5mm x 170mm –enve. C/100.	1,80	540,00
TOTAL DO LOTE					540,00

## LOTE 163

ITEM	QTD	UNID.	DESCRIÇÃO	VL UN	TOTAL
487	5	Unidade	Prensa p/ Mufla tamanho médio	40,00	200,00
TOTAL DO LOTE					200,00

## LOTE 164

ITEM	QTD	UNID.	DESCRIÇÃO	VL UN	TOTAL
488	50	Unidade	Posicionador Radio- gráfico para exames Periapicais. Kit com 4 peças , sendo dois posicionadores laterais posteriores superior e inferior , um posicionador frontal e um para exames de bitewing. Autoclavável.	39,998	1.999,90
TOTAL DO LOTE					1.999,90

## LOTE 167

ITEM	QTD	UNID.	DESCRIÇÃO	VL UN	TOTAL
491	200	Pote	Partilhas evidenciado- ras de placa bacte- riana, pote com 120 pastilhas	10,7817	2.156,34
TOTAL DO LOTE					2.156,34



## LOTE 169

ITEM	QTDAD	UNID.	DESCRIÇÃO	VLR UN	TOTAL
			McSpadden nº 40		
495	30	Unidade	45 50	18,00	540,00
TOTAL DO LOTE					540,00

## LOTE 170

ITEM	QTDAD	UNID.	DESCRIÇÃO	VLR UN	TOTAL
			Régua milimetrada para endo. Colorida em alumínio		
496	10	Unidade		6,149	61,49
TOTAL DO LOTE					61,49

**Ata 189/2010 - SAÚDE**

Ata nº 189/2010 – FMS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2010 – Registro dos preços para aquisição de materiais e equipamentos odontológicos. Fornecedor: EMIGÊ MATERIAIS ODONTOLÓGICOS LTDA - ME – Belo Horizonte – MG - 12 meses.

## LOTE 18

ITEM	QTDAD	UNID.	DESCRIÇÃO	VLR UN	TOTAL
			Cadeira Odontopediátrica acoplável à cadeira odontológica para atendimento de crianças de 06 meses até 4 anos. Estofamento de curvin odontológico, estrutura interna de metal, almofada de cabeça, espuma injetada e tiras de fixação e de contenção, adaptável a qualquer cadeira odontológica.		
32	02	Unidade		450,00	900,00
TOTAL DO LOTE					900,00

## LOTE 21

ITEM	QTDAD	UNID.	DESCRIÇÃO	VLR UN	TOTAL
			Anestésico local injetável. A base de lidocaina a 3% com noropinefrina a 1-50.000. Caixa com 50 tubetes. Com vaso.		
41	300	Caixa		14,30	4.290,00
			Anestésico local injetável. A base de lidocaina a 2% sem vaso constritor- caixa com 50 tubetes		
42	200	Caixa		24,30	4.860,00
TOTAL DO LOTE					9.150,00

## LOTE 22

ITEM	QTDAD	UNID.	DESCRIÇÃO	VLR UN	TOTAL
			Anestésico Mepivacaina 2% cx. com 50 com vasoconstritor		
43	400	Caixa		22,90	9.160,00
			Anestésico tópico a base de benzocaina a 20% com sabor. Frasco com 12g.		
44	50	Frasco		4,80	240,00
TOTAL DO LOTE					9.400,00

## LOTE 30

ITEM	QTDAD	UNID.	DESCRIÇÃO	VLR UN	TOTAL
			Broca de alta rotação Série Dourada . Kit c/6		
97	50	Kit		22,20	1.110,00
			Broca p/baixa rotação esférica de aço n. 1/2		
98	100	Unidade		1,27	127,00
			Broca p/baixa rotação esférica de aço n. 01		
99	100	Unidade		1,27	127,00
			Broca p/baixa rotação esférica de aço n. 02		
100	100	Unidade		1,27	127,00
			Broca p/baixa rotação esférica de aço n. 03		
101	100	Unidade		1,27	127,00
			Broca p/baixa rotação esférica de aço n. 04		
102	100	Unidade		1,27	127,00
			Broca p/baixa rotação esférica de aço n. 05		
103	100	Unidade		1,27	127,00
			Broca p/baixa rotação esférica de aço n. 06		
104	100	Unidade		1,27	127,00
			Brocas p/baixa rotação esférica de aço n.07		
105	100	Unidade		1,27	127,00
			Brocas p/baixa rotação esférica de aço n. 08		
106	100	Unidade		1,27	127,00
			Brocas de baixa rotação p/peça reta n- 08		
107	50	Unidade		1,50	75,00
			Brocas de baixa rotação p/peça reta n- 700		
108	50	Unidade		1,50	75,00
			Brocas de baixa rotação p/peça reta n-701		
109	50	Unidade		1,50	75,00
TOTAL DO LOTE					2.478,00

## LOTE 31

ITEM	QTDAD	UNID.	DESCRIÇÃO	VLR UN	TOTAL
			Brocas de aço cirúrgica alta rotação n- 2		
110	50	Unidade		6,19	309,50
			Brocas de aço cirúrgica alta rotação n- 3		
111	50	Unidade		6,19	309,50
			Brocas de alta rotação Zekrya - cirúrgica		
112	100	Unidade		15,89	1.589,00
			Brocas endo -Z		
113	50	Unidade		15,89	794,50
			Brocas de baixa rotação longa n. 01		
114	50	Unidade		1,49	74,50
			Brocas de baixa rotação longa n. 02		
115	50	Unidade		1,49	74,50
			Brocas de baixa rotação longa n. 03		
116	50	Unidade		1,49	74,50
			Brocas de Gates n.02 de 21mm		
117	20	Unidade		5,93	118,60
			Brocas de Gates n.03 de 21mm		
118	20	Unidade		5,93	118,60
			Brocas de Gates n. 04 de 21mm		
119	20	Unidade		5,93	118,60

120	30	Unidade	Brocas cirúrgicas multilaminas esféricas grandes	18,54	556,20
121	50	Unidade	Brocas diamantada – tronco cônicas n. 310	1,24	62,00
TOTAL DO LOTE					4.200,00

## LOTE 40

ITEM	QTDAD	UNID.	DESCRIÇÃO	VLR UN	TOTAL
			Cimento cirúrgico – embalagem com 2 bisnaga sem eugenol, 1 tubo pasta base 90g, 1 tubo pasta aceleradora		
153	15	Bisnaga	90g	32,40	486,00
TOTAL DO LOTE					486,00

## LOTE 41

ITEM	QTDAD	UNID.	DESCRIÇÃO	VLR UN	TOTAL
			Cimento de hidróxido de cálcio radiopaco – caixa com 13g de pasta base, e 11g pasta catalizadora. Pasta/pasta.		
154	80	Caixa		7,60	608,00
TOTAL DO LOTE					608,00

## LOTE 73

ITEM	QTDAD	UNID.	DESCRIÇÃO	VLR UN	TOTAL
			Filme periapical adulto, intra oral, caixa c/150		
284	50	Caixa		71,81	3.590,50
			Filme periapical infantil, intra oral, caixa c/150		
285	50	Caixa		78,08	3.904,00
286	500	Unidade	Fita para Autoclave	3,06	1.530,00
TOTAL DO LOTE					9.024,50

## LOTE 91

ITEM	QTDAD	UNID.	DESCRIÇÃO	VLR UN	TOTAL
			Kit- Cirúrgico descartável- contendo dois aventais, manga longa unissex, gola padre-cirúrgico, 1 capa para caneta 0,04x1,40, 1 capa p/peça de mão, 1 campo 1,20x0,90 simples, 1 campo 0,70x0,50 simples, 1 campo 0,70x0,50 com fenestra central de 6cm. Aventais nos Tamanhos GG		
337	400	Kit		18,53	7.412,00

			Kit- Cirúrgico descartável- contendo dois aventais, manga longa unissex, gola padre-cirúrgico, 1 capa para caneta 0,04x1,40, 1 capa p/peça de mão, 1 campo 1,20x0,90 simples, 1 campo 0,70x0,50 simples, 1 campo 0,70x0,50 com fenestra central de 6cm. Aventais nos Tamanhos G		
338	400	Kit		17,57	7.028,00
TOTAL DO LOTE					14.440,00

## LOTE 121

ITEM	QTDAD	UNID.	DESCRIÇÃO	VLR UN	TOTAL
			Pontas de baixa rotação para polimento de amalgma- Kit c/6 pontas		
398	30	Kit		19,73	591,90
TOTAL DO LOTE					591,90

## LOTE 125

ITEM	QTDAD	UNID.	DESCRIÇÃO	VLR UN	TOTAL
			Ponta de papel absorvente –calibrada Top color- Serie individual - para endodontia Nº 15		
406	80	Unidade		8,88	710,40
			Ponta de papel absorvente –calibrada Top color- Serie individual - para endodontia Nº 20		
407	80	Unidade		8,89	711,20
			Ponta de papel absorvente –calibrada Top color- Serie individual - para endodontia Nº 25		
408	80	Unidade		8,89	711,20
			Ponta de papel absorvente –calibrada Top color- Serie individual - para endodontia Nº 30		
409	80	Unidade		8,89	711,20
			Ponta de papel absorvente –calibrada Top color- Serie individual - para endodontia Nº 35		
410	80	Unidade		8,89	711,20
			Ponta de papel absorvente –calibrada Top color- Serie individual - para endodontia Nº 40		
411	80	Unidade		8,89	711,20
			Ponta de papel absorvente –calibrada Top color- Serie individual - para endodontia Nº 45		
412	50	Unidade		8,89	444,50
			Ponta de papel absorvente –calibrada Top color- Serie individual - para endodontia Nº 50		
413	50	Unidade		8,89	444,50

414	50	Unidade	Ponta de papel absorvente –calibrada Top color- Serie individual - para endodontia Nº 55	8,89	444,50
TOTAL DO LOTE					5.599,90

## LOTE 130

ITEM	QTD	UNID.	DESCRIÇÃO	VL UN	TOTAL
436	100	Unidade	Resina Composta fotopolimerizável C/ NANOPARTÍCULAS. Para dentes anteriores e posteriores A2.	9,33	933,00
437	50	Unidade	Resina Composta fotopolimerizável C/ NANOPARTÍCULAS. Para dentes anteriores e posteriores B2.	9,33	466,50
438	50	Unidade	Resina Composta fotopolimerizável C/ NANOPARTÍCULAS. Para dentes anteriores e posteriores C2.	9,33	466,50
439	100	Unidade	Resina Composta fotopolimerizável C/ NANOPARTÍCULAS. Para dentes anteriores e posteriores A3.	9,34	934,00
TOTAL DO LOTE					2.800,00

## LOTE 160

ITEM	QTD	UNID.	DESCRIÇÃO	VL UN	TOTAL
484	5	unidade	Mini incubadora para testar o processo de esterilização a vapor. Especificações Técnicas: Capacidade para 4 indicadores biológicos. Voltagem automática. Frequência de 50/60 Hz. Potência de 10 Watts. Temperatura Máxima de 60 °C	155,59	777,95
TOTAL DO LOTE					777,95

**Ata 190/2010 - SAÚDE**

Ata nº 190/2010 – FMS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2010 – Registro dos preços para aquisição de materiais e equipamentos odontológicos. Fornecedor: BS EQUIPAMENTOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - EPP – Varginha – MG - 12 meses.

## LOTE 13

ITEM	QTD	UNID.	DESCRIÇÃO	VL UN	TOTAL
27	10	Unidade	Autoclave de 21 lts, câmara em alumínio 220V, controle digital interno de temperatura e indicador externo analógico, gabinete de aço pintado a base de epóxi, dimensão da câmara-25X46,5cm, potencia 1600Watts, modelo horizontal, com processador eletrônico, pressão de trabalho 1,5 a 1,9 KGF p/cm2, temperatura no ciclo de esterilização 127 a 132 C, com selo de segurança, pino anti-vacu, anel de vedação, circuito eletrônico, fusível e termostato, com despressurização automática, bandejas de alumínio com perfurações, com registro no Ministério da Saúde	1.899,00	18.990,00
TOTAL DO LOTE					18.990,00

## LOTE 14

ITEM	QTD	UNID.	DESCRIÇÃO	VL UN	TOTAL
28	5	Unidade	Autoclave de 12 lts, câmara em alumínio 220V, controle digital interno de temperatura e indicador externo analógico, gabinete de aço pintado a base de epóxi, dimensão da câmara-25X46,5cm, potencia 1600Watts, modelo horizontal, com processador eletrônico, pressão de trabalho 1,5 a 1,9 KGF p/cm2, temperatura no ciclo de esterilização 127 a 132 C, com selo de segurança, pino anti-vacu, anel de vedação, circuito eletrônico, fusível e termostato, com despressurização automática, bandejas de alumínio com perfurações, com registro no Ministério da Saúde	1.499,98	7.499,90
TOTAL DO LOTE					7.499,90

**Ata 191/2010 - SAÚDE**

Ata nº 191/2010 – FMS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2010 – Registro dos preços para aquisição de materiais e equipamentos odontológicos. Fornecedor: LA DALLA PORTA JÚNIOR – Santa Maria – RS - 12 meses.

**LOTE 28**

ITEM	QTD	UNID.	DESCRIÇÃO	VL UN	TOTAL
67	100	Unidade	Broca de alta rotação n. 1023	0,96	96,00
68	100	Unidade	Broca de alta rotação n. 1024	0,96	96,00
69	100	Unidade	Broca alta rotação diamantada n 1011	0,96	96,00
70	100	Unidade	Broca alta rotação diamantada n 1012	0,96	96,00
71	100	Unidade	Broca alta rotação diamantada n 1013	0,96	96,00
72	100	Unidade	Broca alta rotação diamantada n 1014	0,96	96,00
73	100	Unidade	Broca alta rotação diamantada n 1015	0,96	96,00
74	100	Unidade	Broca alta rotação diamantada n 1019	0,96	96,00
75	100	Unidade	Broca alta rotação diamantada n 1016	0,96	96,00
76	100	Unidade	Broca alta rotação diamantada n 1031	0,96	96,00
77	100	Unidade	Broca de alta rotação diamantada n 1032	0,96	96,00
78	100	Unidade	Broca alta rotação diamantada n 1033	0,96	96,00
79	100	Unidade	Broca alta rotação diamantada n 1034	0,96	96,00
TOTAL DO LOTE					1.248,00

**Ata 192/2010 - SAÚDE**

Ata nº 192/2010 – FMS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2010 – Registro dos preços para aquisição de materiais e equipamentos odontológicos. Fornecedor: DENTAL ODONTOMED LTDA - EPP – Canoas– RS - 12 meses.

**LOTE 07**

ITEM	QTD	UNID.	DESCRIÇÃO	VL UN	TOTAL
17	10	Unidade	Alveolotomo curvo	31,84	318,40
18	10	Unidade	Alveolotomo reto	31,83	318,30
TOTAL DO LOTE					636,70

**LOTE 12**

ITEM	QTD	UNID.	DESCRIÇÃO	VL UN	TOTAL
			Amálgma em cápsula de 2 porções sem gama 2. Potes com 100 cápsulas		
26	80	Pote		87,37	6.989,60
TOTAL DO LOTE					6.989,60

**LOTE 20**

ITEM	QTD	UNID.	DESCRIÇÃO	VL UN	TOTAL
			Alavanca de seldin-cabo de alumínio- ref. 10180		
36	10	Unidade		14,29	142,90
			Alavanca de seldin-cabo de alumínio-ref. 10181		
37	10	Unidade		14,30	143,00

			Alavanca de seldin-cabo de alumínio-ref. 10182		
38	10	Unidade		14,30	143,00
			Alavanca de seldin-cabo de alumínio-ref. 10183		
39	10	Unidade		14,30	143,00
			Alavanca - para raízes superiores e inferiores de molares, cabo de alumínio		
40	10	Unidade		14,30	143,00
TOTAL DO LOTE					714,90

**LOTE 23**

ITEM	QTD	UNID.	DESCRIÇÃO	VL UN	TOTAL
			Cinzéis – Ponta goiva. Ref.10505		
45	10	Unidade		11,60	116,00
			Cinzéis – Ponta reta. Ref. 10520		
46	10	Unidade		11,61	116,10
			Cinzéis- Ponta bise-lado. Ref. 10535		
47	10	Unidade		11,61	116,10
TOTAL DO LOTE					348,20

**LOTE 66**

ITEM	QTD	UNID.	DESCRIÇÃO	VL UN	TOTAL
268	10	Unidade	Espátula Nº 70	4,20	42,00
			Escavador de dentina n. 05		
269	30	Unidade		2,68	80,40
			Escavador de dentina n 11 1/2		
270	30	Unidade		2,70	81,00
			Escavador de dentina n 14		
271	30	Unidade		2,75	82,50
			Escavador de dentina n 17		
272	30	Unidade		2,78	83,40
			Escavador de dentina n 18		
273	30	Unidade		2,70	81,00
TOTAL DO LOTE					450,30

**LOTE 78**

ITEM	QTD	UNID.	DESCRIÇÃO	VL UN	TOTAL
			Frezas maxi-cut-1501		
304	10	Unidade		48,40	484,00
			Frezas maxi-cut-1503		
305	10	Unidade		48,40	484,00
			Frezas maxi-cut-1508		
306	10	Unidade		48,40	484,00
			Frezas maxi-cut-1520		
307	10	Unidade		48,40	484,00
			Frezas maxi-cut-1510F		
308	10	Unidade		48,39	483,90
TOTAL DO LOTE					2.419,90

**LOTE 109**

ITEM	QTD	UNID.	DESCRIÇÃO	VL UN	TOTAL
			Maçarico – Mini flantipo Blazer		
377	2	Unidade		314,99	629,98
			Moldeira P/impres-são de Edentados-Inox Jogo completo. Kit c/8 moldes.		
378	5	Kit		126,00	630,00
TOTAL DO LOTE					1.259,98



## LOTE 146

ITEM	QTDDE	UNID.	DESCRIÇÃO	VLR UN	TOTAL
			Verniz contendo 5% de fluoreto de sódio a base adesiva Kit c/1 frasco de 10ml de verniz c/fluor e frasco contendo 10ml de solvente p/verniz c/fluor		
465	50	Kit		9,19	459,50
TOTAL DO LOTE					459,50

**Ata 193/2010 - SAÚDE**

Ata nº 193/2010 – FMS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2010 – Registro dos preços para aquisição de materiais e equipamentos odontológicos. Fornecedor: SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA - ME – Rio do Sul – SC - 12 meses.

## LOTE 54

ITEM	QTDDE	UNID.	DESCRIÇÃO	VLR UN	TOTAL
			Coletor Material Perfuro –cortante 13lt	1,96	196,00
186	100	Unidade			
187	20	Unidade	Calcadores n 1	3,20	64,00
188	20	Unidade	Calcador n 2	3,20	64,00
189	20	Unidade	Calcador n 3	3,20	64,00
			Coletor Material Perfuro- Cortante 7 lts	1,56	624,00
190	400	Unidade			
191	20	Unidade	Destaca periosteo	15,45	309,00
TOTAL DO LOTE					1.321,00

## LOTE 84

ITEM	QTDDE	UNID.	DESCRIÇÃO	VLR UN	TOTAL
			Gesso pedra tipo III- cor bege-kg	3,29	822,50
314	250	Quilo			
315	250	Quilo	Gesso comum- kg	177	442,50
TOTAL DO LOTE					1.265,00

## LOTE 107

ITEM	QTDDE	UNID.	DESCRIÇÃO	VLR UN	TOTAL
			Material de moldagem – A base de alginato-sistema longa vida embalagem especial c/ atmosfera modificada-tixotropico –elastico sem poeira, presa rápida- Espec . ADA-18.		
373	400	Pacote	Pacotes c/410g.	10,18	4.072,00
TOTAL DO LOTE					4.072,00

**Ata 194/2010 - SAÚDE**

Ata nº 194/2010 – FMS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2010 – Registro dos preços para aquisição de materiais e equipamentos odontológicos. Fornecedor: ANA MARIA PIRES BELEM - ME – Porto Alegre– RS - 12 meses.

## LOTE 01

ITEM	QTDDE	UNID.	DESCRIÇÃO	VLR UN	TOTAL
			Aparelho de Raio x de parede cabo disparador de 5 metros e tempo de disparo. Com registro na ANVISA		
01	03	Unidade		3.100,00	9.300,00
TOTAL DO LOTE					9.300,00

**Ata 195/2010 - SAÚDE**

Ata nº 195/2010 – FMS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2010 – Registro dos preços para aquisição de materiais e equipamentos odontológicos. Fornecedor: DF ODONTOLÓGICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - EPP – Ribeirão Preto – SP - 12 meses.

## LOTE 37

ITEM	QTDDE	UNID.	DESCRIÇÃO	VLR UN	TOTAL
			Caneta de alta rotação. Super torque, push button, com spray único, rotação 400.000, peso 37g, diâmetro da cabeça 11 mm, rolamento metálico.		
148	20	Unidade		161,99	3.239,80
TOTAL DO LOTE					3.239,80

## LOTE 143

ITEM	QTDDE	UNID.	DESCRIÇÃO	VLR UN	TOTAL
			Spray lubrificante p/ alta e baixa rotação com bico acoplado.		
462	50	Unidade	250ml	11,69	584,50
TOTAL DO LOTE					584,50

**Ata 196/2010 - SAÚDE**

Ata nº 196/2010 – FMS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2010 – Registro dos preços para aquisição de materiais e equipamentos odontológicos. Fornecedor: ROSSATO & BERTHOLD LTDA – Santa Maria – RS - 12 meses.

## LOTE 15

ITEM	QTD	UNID.	DESCRIÇÃO	VL UN	TOTAL
29	03	Unidade	Fotopolimerizador LED sem fio. -Luz fria (azul) gerada por LED de alta potência; - Bateria removível; -Timer (5, 10, 15 e 20 seg), com bip sonoro no final da operação; -Bivolt automático; -Ponteiras de fotopolimerização em fibra ótica orientada, autoclavável e com giro de 360°. Especificações técnicas: Emissor de luz azul (LED); Comprimento de onda 440nm A 480nm; Bivolt automático Potência 1250mW/cm2	500,00	1.500,00
TOTAL DO LOTE					1.500,00

## LOTE 16

ITEM	QTD	UNID.	DESCRIÇÃO	VL UN	TOTAL
30	10	Unidade	Aparelho Fotopolimerizador. Características: Anatômico, tipo revólver, potência entre 350 e 500 mw/cm², comprimento de onda entre 400 e 500 nm. Acionamento no gatilho. Ponteira com giro de 360°. Tempo programável de 10 em 10s até 50s, com bipe a cada 10s.	414,00	4.140,00
TOTAL DO LOTE					4.140,00

## LOTE 25

ITEM	QTD	UNID.	DESCRIÇÃO	VL UN	TOTAL
53	02	Unidade	Bomba a vácuo com alto poder de sucção p/4 consultórios odontológicos, p/ 220 volts.	1.599,00	3.198,00
TOTAL DO LOTE					3.198,00

**Ata 197/10 PREFEITURA**

Ata nº 197/2010 - Pregão Presencial nº 81/2010. Registro de preços para aquisição de emulsão asfáltica catiônica para fins de pavimentação econômica. Fornecedor: CBB INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ASFALTOS E ENGENHARIA LTDA. Curitiba - PR – prazo: 06 meses.

ITEM	QTD	UND.	DESCRIÇÃO	VL UN	TOTAL
01	200	Ton	EMULSÃO ASFÁLTICA CATIÔNICA para fins de pavimentação econômica	1.080,00	216.000,00

**Ata 197/2010 - SAÚDE**

Ata nº 197/2010 – FMS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2010 – Registro dos preços para aquisição de materiais e equipamentos odontológicos. Fornecedor: DETONI EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA – Erechim – RS - 12 meses.

## LOTE 110

ITEM	QTD	UNID.	DESCRIÇÃO	VL UN	TOTAL
379	50	Unidade	Óculos de proteção – anti-embacante, absorvem mais de 99,9% da luz ultravioleta, lentes 100% policarbonato, incolor, c/ proteção lateral.	5,88	294,00
TOTAL DO LOTE					294,00

## LOTE 132

ITEM	QTD	UNID.	DESCRIÇÃO	VL UN	TOTAL
443	250	Pacote	Sapatilha cirúrgica descartável- Pro-Pé, c/ elástico , pacote c/100	6,99	1.747,50
TOTAL DO LOTE					1.747,50

**Ata 24/2010 - ASS. SOCIAL**

Ata nº 24/10 - FMAS - atualização de preços para aquisição de aviamentos e material de expediente. Fornecedor: LIDIA TORESAN MAGRO & CIA LTDA - Caçador - SC, será de R\$ 7,99 (sete reais e noventa e nove centavos) os barbantes nº 4 e nº 6, itens 4 e 5 do Edital.

**CÂMARA DE VEREADORES****Resolução Nº 081, de 16 de dezembro de 2010.**

RESOLUÇÃO nº 081, de 16 de dezembro de 2010.

Exonera Assessor Legislativo da Câmara Municipal de Caçador.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR - SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 42, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

**R E S O L V E:**

Art. 1º - Exonerar ALMIR PAULO DIAS, do o cargo em comissão de Assessor Legislativo da Câmara Municipal de Caçador, Classe: Assessoramento, Nível CPCA 3001, com carga horária de 35 horas semanais, conforme Anexo II da Lei Complementar nº 113, de 20 de agosto de 2007, que dispõe sobre o Novo Plano de Carreira e de Cargos e Vencimentos dos Servidores da Câmara Municipal de Caçador, e dá outras providências.

Art. 2º - Esta Resolução entra vigor em 29 de dezembro de 2010.

Gabinete da Presidência, 16 de dezembro de 2010.

DARCI RIBEIRO DOS SANTOS,  
Presidente.

SIRLEY DE FÁTIMA TIBES CECCATTO,  
Vice-Presidente.

ALCEDIR FERLIN,  
1º Secretário.

ITACIR JOÃO FIORESE,  
2º Secretário.



**Resolução Nº 082, de 16 de dezembro de 2010.**

RESOLUÇÃO nº 082, de 16 de dezembro de 2010.

Exonera Secretária Legislativa da Câmara Municipal de Caçador.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR - SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 42, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

**R E S O L V E:**

Art. 1º - Exonerar MARILUCY WIERZBICKI do cargo em comissão de Secretária Legislativa da Câmara Municipal de Caçador, Classe: Coordenação, Nível CPCS 2001, com carga horária de 35 horas semanais, conforme Anexo II da Lei Complementar nº 113, de 20 de agosto de 2007, que dispõe sobre o Novo Plano de Carreira e de Cargos e Vencimentos dos Servidores da Câmara Municipal de Caçador, e dá outras providências.

Art. 2º - Esta Resolução entra vigor em 22 de dezembro de 2010.

Gabinete da Presidência, 16 de dezembro de 2010.

DARCI RIBEIRO DOS SANTOS,  
Presidente.

SIRLEY DE FÁTIMA TIBES CECCATTO,  
Vice-Presidente.

ALCEDIR FERLIN,  
1º Secretário.

ITACIR JOÃO FIORESE,  
2º Secretário.

**Resolução Nº 083, de 16 de dezembro de 2010.**

RESOLUÇÃO nº 083, de 16 de dezembro de 2010.

Exonera Assessora de Comunicação da Câmara Municipal de Caçador.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR - SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 42, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

**R E S O L V E:**

Art. 1º - Exonerar MARIANA PIACENTINI, do cargo em comissão de Assessora de Comunicação da Câmara Municipal de Caçador, Classe: Assessoramento, Nível CPCA 3002, com carga horária de 35 horas semanais, conforme Anexo II da Lei Complementar nº 113, de 20 de agosto de 2007, que dispõe sobre o Novo Plano de Carreira e de Cargos e Vencimentos dos Servidores da Câmara Municipal de Caçador, e dá outras providências.

Art. 2º - Esta Resolução entra vigor em 29 de dezembro de 2010.

Gabinete da Presidência, 16 de dezembro de 2010.

DARCI RIBEIRO DOS SANTOS,  
Presidente.

SIRLEY DE FÁTIMA TIBES CECCATTO,  
Vice-Presidente.

ALCEDIR FERLIN,  
1º Secretário.

ITACIR JOÃO FIORESE,  
2º Secretário.

**Campo Alegre****PREFEITURA MUNICIPAL****Decreto Nº 6.323 de 21 de Dezembro de 2010**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 6.323 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010  
CONSTITUI E NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO  
PARA SUPERVISIONAR A EXECUÇÃO DO PROCESSO  
SELETIVO SIMPLIFICADO - 2011 - EDITAL Nº 009/2010.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com as Leis Complementares Municipais nº 006; 014 e suas respectivas alterações e, demais Legislações vigentes;

**DECRETA:**

Art.1º) Fica constituída a Comissão do Processo Seletivo - 2011, integrada pelos Servidores Públicos Municipais abaixo descritos, para, sob a Presidência do primeiro, supervisionar, nos termos das Leis Complementares Municipais 006 e 014 e suas respectivas alterações, a execução do Processo Seletivo Simplificado - 2011, objeto do Edital nº 009/2010, do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC, destinado a substituição de Servidores Públicos Municipais lotados na Secretaria Municipal de Educação.

- I - José Carlos Neneve Cordeiro, matrícula nº 000084;
- II - Maria Maurene Ottavagen May, matrícula nº 000082;
- III - Rosani Aparecida da Silva Scholze, matrícula nº 000211;
- IV - Sirley Dranka de Souza Freitas, matrícula nº 000069.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 21 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
21/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Decreto Nº 6.324 de 21 de Dezembro de 2010**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 6.324 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010  
DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO  
DO CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003; DECRETA:

Art.1º) Rescindir por término o Contrato Temporário firmado com a Srª. LÍLIAN DA CRUZ KUHNEN, Professora, matrícula nº 954812, a partir de 17 de dezembro de 2010.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 17 de dezembro de 2010.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 21 de dezembro de 2010.  
VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Decreto Nº 6.325 de 21 de Dezembro de 2010**

GABINETE DO PREFEITO  
DECRETO Nº 6.325 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010  
DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO  
DO CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003; DECRETA:

Art.1º) Rescindir por término o Contrato Temporário firmado com a Srª. VANESSA MLCZEWSKY NASCIMENTO, Professora, matrícula nº 954868, a partir de 17 de dezembro de 2010.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 17 de dezembro de 2010.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 21 de dezembro de 2010.  
VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Portaria Nº 7.733 de 20 de Dezembro de 2010**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 7.733 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA  
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de Férias a Professora Auxiliar - JACINTA ZEZOTKO WOYAKEIVICZ, matrícula nº 954859, referente ao período aquisitivo 17 de agosto de 2010 á 17 de dezembro de 2010.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 20 de dezembro de 2010 á 29 de dezembro de 2010, segundo opção sua já

requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 20 de dezembro de 2010.  
VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 20/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Portaria Nº 7.734 de 20 de Dezembro de 2010**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 7.734 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA  
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 25 (vinte e cinco) dias de Férias a Professora Auxiliar - JOSEANE KIESKI, matrícula nº 954805, referente ao período aquisitivo 17 de fevereiro de 2010 á 17 de dezembro de 2010.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 20 de dezembro de 2010 á 09 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 20 de dezembro de 2010.  
VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 20/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Portaria Nº 7.735 de 20 de Dezembro de 2010**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 7.735 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA  
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de



19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 25 (vinte e cinco) dias de Férias a Professora Auxiliar - MARCIA DOLORES RUNSCHKA, matrícula nº 954810, referente ao período aquisitivo 17 de fevereiro de 2010 á 17 de dezembro de 2010.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 20 de dezembro de 2010 á 09 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 20 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 20/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria Nº 7.736 de 20 de Dezembro de 2010**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.736 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA

PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 08 (zero oito) dias de Férias a Professora - MARIA APARECIDA HÜMMELGEN, matrícula nº 954870, referente ao período aquisitivo 27 de outubro de 2010 á 31 de dezembro de 2010.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 20 de dezembro de 2010 á 27 de dezembro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 20 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 20/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria Nº 7.737 de 20 de Dezembro de 2010**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.737 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR

PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 15 (quinze) dias de Férias ao Professor Auxiliar - NILSON FELICIANO, matrícula nº 954846, referente ao período aquisitivo 07 de junho de 2010 á 17 de dezembro de 2010.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 20 de dezembro de 2010 á 03 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 20 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 20/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria Nº 7.738 de 20 de Dezembro de 2010**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.738 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA

PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 25 (vinte e cinco) dias de Férias a Professora Auxiliar - TEREZINHA APARECIDA FRANCO AUGUSTIN, matrícula nº 954799, referente ao período aquisitivo 10 de fevereiro de 2010 á 17 de dezembro de 2010.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 20 de dezembro de 2010 á 09 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 20 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 20/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Portaria Nº 7.739 de 21 de Dezembro de 2010**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 7.739 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA  
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 15 (quinze) dias de Férias a Agente Operacional I - SOLANGE GARCIA, matrícula nº 000439, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2010 á 31 de dezembro de 2010.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 22 de dezembro de 2010 á 05 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Portaria Nº 7.740 de 21 de Dezembro de 2010**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 7.740 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA  
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de Férias a Agente Operacional I - FILOMENA FERREIRA DA CRUZ, matrícula nº 000147, referente ao período aquisitivo 09 de fevereiro de 2010 á 18 de fevereiro de 2011.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 22 de dezembro de 2010 á 20 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Portaria Nº 7.741 de 21 de Dezembro de 2010**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 7.741 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA  
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de Férias a Agente Operacional I - EDELA FICKNER, matrícula nº 0221, referente ao período aquisitivo 03 de fevereiro de 2010 á 02 de fevereiro de 2011.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 22 de dezembro de 2010 á 20 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Portaria Nº 7.742 de 21 de Dezembro de 2010**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 7.742 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA  
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de Férias a Agente Operacional I - EDICLER ORENICE CUBAS MUNHOZ, matrícula nº 0156, referente ao período aquisitivo 25 de fevereiro de 2010 á 25 de fevereiro de 2011.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 22 de dezembro de 2010 á 20 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Portaria Nº 7.743 de 21 de Dezembro de 2010**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 7.743 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA  
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de Férias a Agente Operacional I - EVA SANDRA UHLIG FUECKNER, matrícula nº 000578, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2010 á 31 de dezembro de 2010.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 22 de dezembro de 2010 á 20 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Portaria Nº 7.744 de 21 de Dezembro de 2010**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 7.744 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR  
PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de Férias ao Motorista - JOSÉ EURIDES COREIRO DA CRUZ, matrícula nº 000031, referente ao período aquisitivo 03 de julho de 2009 á 02 de julho de 2010.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 22 de dezembro de 2010 á 20 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Portaria Nº 7.745 de 21 de Dezembro de 2010**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 7.745 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA  
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 15 (quinze) dias de Férias a Agente Operacional I - JUÇARA MARIA PESCHEL CHRISTOFF, matrícula nº 000383, referente ao período aquisitivo 10 de maio de 2009 á 09 de maio de 2010.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 22 de dezembro de 2010 á 05 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 7.746 de 21 de Dezembro de 2010**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.746 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA

PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 15 (quinze) dias de Férias a Agente Operacional I - LOURDES SAIDOCK DRENIEVICZ, matrícula nº 000598, referente ao período aquisitivo 27 de abril de 2010 á 31 de dezembro de 2010.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 22 de dezembro de 2010 á 05 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 7.747 de 21 de Dezembro de 2010**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.747 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA

PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de Férias a Agente Operacional I - LUCIA SALETE KUJASKI, matrícula nº 000121, referente ao período aquisitivo 15 de abril de 2010 á 14 de abril de 2011.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 22 de dezembro de 2010 á 20 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 7.748 de 21 de Dezembro de 2010**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.748 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA

PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 23 (vinte e três) dias de Férias a Agente Operacional I - LUCIANA FUCKNER DOS SANTOS, matrícula nº 000593, referente ao período aquisitivo 12 de março de 2010 á 31 de dezembro de 2010.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 22 de dezembro de 2010 á 13 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 7.749 de 21 de Dezembro de 2010**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.749 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA

PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de Férias a Agente Operacional I - MARISE DO CARMO MACHADO HÜBNER, matrícula nº 000109, referente ao período aquisitivo 26 de janeiro de 2010 á 25 de janeiro de 2011.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 22 de dezembro de 2010 á 20 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.



Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Portaria Nº 7.750 de 21 de Dezembro de 2010**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.750 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA

PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de Férias a Agente Operacional I - RENILDA HRUSCHKA, matrícula nº 000390, referente ao período aquisitivo 12 de fevereiro de 2010 á 11 de fevereiro de 2011.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 22 de dezembro de 2010 á 20 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Portaria Nº 7.751 de 21 de Dezembro de 2010**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.751 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA

PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de Férias a Agente Operacional I - RENY DE FÁTIMA FERREIRA REISER, matrícula nº 000065, referente ao período aquisitivo 01 de novembro de 2009 á 31 de outubro de 2010.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 22 de dezembro de 2010 á 20 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Portaria Nº 7.752 de 21 de Dezembro de 2010**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.752 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA

PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de Férias a Agente Operacional I - SELMA ROSELINDA PEREIRA, matrícula nº 000224, referente ao período aquisitivo 01 de fevereiro de 2010 á 31 de janeiro de 2011.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 22 de dezembro de 2010 á 20 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Portaria Nº 7.753 de 21 de Dezembro de 2010**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.753 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA

PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de Férias a Agente Operacional I - TEREZINHA WIELIVICK, matrícula nº 000072, referente ao período aquisitivo 01 de novembro de 2009 à 31 de outubro de 2010.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 22 de dezembro de 2010 à 20 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria Nº 7.754 de 21 de Dezembro de 2010**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.754 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA

PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de Férias a Agente Operacional I - ANATÁLIA SILVIA CORDEIRO, matrícula nº 000136, referente ao período aquisitivo 12 de junho de 2010 à 11 de junho de 2011.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 22 de dezembro de 2010 à 20 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria Nº 7.755 de 21 de Dezembro de 2010**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.755 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA

PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de Férias a Agente Operacional I - ANDREIA DO ROCIO MONEY, matrícula nº 0202, referente ao período aquisitivo 01 de abril de 2009 à 31 de março de 2010.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 22 de dezembro de 2010 à 20 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria Nº 7.756 de 21 de Dezembro de 2010**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.756 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA

PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de Férias a Agente Operacional I -EVANILDA TOMAZ CARVALHO, matrícula nº 000020, referente ao período aquisitivo 13 de fevereiro de 2010 à 12 de fevereiro de 2011.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 22 de dezembro de 2010 à 20 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Portaria Nº 7.757 de 21 de Dezembro de 2010**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 7.757 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA  
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de Férias a Agente Operacional I - FRANCISCA DO ROCIO DA ROCHA, matrícula nº 000260, referente ao período aquisitivo 06 de fevereiro de 2009 á 05 de fevereiro de 2010.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 22 de dezembro de 2010 á 20 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2010.  
VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Portaria Nº 7.758 de 21 de Dezembro de 2010**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 7.758 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA  
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de Férias a Agente Operacional I - IDALETE UHLIG FUECKNER, matrícula nº 343, referente ao período aquisitivo 08 de junho de 2010 á 07 de junho de 2011.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 22 de dezembro de 2010 á 20 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Portaria Nº 7.759 de 21 de Dezembro de 2010**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 7.759 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA  
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de Férias a Agente Operacional I - IZABEL MARQUES, matrícula nº 354, referente ao período aquisitivo 10 de setembro de 2009 á 09 de setembro de 2010.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 22 de dezembro de 2010 á 20 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2010.  
VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Portaria Nº 7.760 de 21 de Dezembro de 2010**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 7.760 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA  
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de Férias a Agente Operacional I - MARGARIDA TELMA SUOMINSKI, matrícula nº 000178, referente ao período aquisitivo 01 de abril de 2009 á 31 de março de 2010.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 22 de dezembro

de 2010 á 20 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Portaria Nº 7.761 de 21 de Dezembro de 2010**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.761 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA

PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 15 (quinze) dias de Férias a Agente Operacional I -MARIA FRANCISCA GOMES DA SILVA, matrícula nº 0190, referente ao período aquisitivo 28 de setembro de 2010 á 27 de agosto de 2011.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 22 de dezembro de 2010 á 05 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Portaria Nº 7.762 de 21 de Dezembro de 2010**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.762 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA

PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,

no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 15 (quinze) dias de Férias a Agente Operacional I -MARIA FRANCISCA GOMES DA SILVA, matrícula nº 0190, referente ao período aquisitivo 28 de setembro de 2010 á 27 de agosto de 2011.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 22 de dezembro de 2010 á 05 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Portaria Nº 7.763 de 21 de Dezembro de 2010**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.763 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA

PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de Férias a Agente Operacional I -MARIA IDENACI GROSSKOPF, matrícula nº 000217, referente ao período aquisitivo 03 de fevereiro de 2010 á 02 de fevereiro de 2011.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 22 de dezembro de 2010 á 05 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito



**Portaria Nº 7.764 de 21 de Dezembro de 2010**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.764 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA

PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de Férias a Agente Operacional I -MARIA OLIVIA DOS SANTOS, matrícula nº 0223, referente ao período aquisitivo 03 de fevereiro de 2010 á 02 de fevereiro de 2011.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 22 de dezembro de 2010 á 20 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 7.765 de 21 de Dezembro de 2010**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.765 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA

PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de Férias a Agente Operacional I -MARIA OLIVIA DOS SANTOS, matrícula nº 0223, referente ao período aquisitivo 03 de fevereiro de 2010 á 02 de fevereiro de 2011.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 22 de dezembro de 2010 á 20 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 7.766 de 21 de Dezembro de 2010**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.766 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA

PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de Férias a Agente Operacional I -MERCEDES DO ROCIO GODOIS DOS SANTOS KOBUS, matrícula nº 000139, referente ao período aquisitivo 15 de julho de 2010 á 14 de julho de 2011.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 22 de dezembro de 2010 á 20 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 7.767 de 21 de Dezembro de 2010**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.767 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA

PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de Férias a Agente Operacional I -NADIR BUENO TELMA, matrícula nº 000218, referente ao período aquisitivo 03 de fevereiro de 2010 á 02 de fevereiro de 2011.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 22 de dezembro de 2010 á 20 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Portaria Nº 7.768 de 21 de Dezembro de 2010**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.768 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA

PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 15 (quinze) dias de Férias a Agente Operacional I -NICIMARA AMORIM CUNHA, matrícula nº 000604, referente ao período aquisitivo 01 de junho de 2010 á 31 de dezembro de 2010.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 22 de dezembro de 2010 á 05 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Aditivo Contratual Nº 89/2010.**

ADITIVO CONTRATUAL Nº 89/2010.

Considerando a Solicitação de PRORROGAÇÃO DE PRAZO CONTRATUAL, pela Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras e pela empresa LN CONSTRUÇÕES LTDA;

Considerando o Parecer Jurídico favorável e a Autorização da Autoridade Superior pela alteração do Contrato nº 74/2010 (referente Processo Licitatório nº 88/2010);

As partes contratantes RESOLVEM, de comum acordo, prorrogar o prazo do Contrato nº 74/2010, conforme segue:

PRIMEIRO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO A EMPRESA LN CONSTRUÇÕES LTDA.

Pelo presente instrumento particular de aditivo contratual que entre si celebram de um lado o MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE,

pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.749/0001-77, com sede a Rua Cel. Bueno Franco, 292, centro, cidade de Campo Alegre-SC, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. VILMAR GROSSKOPF, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE e de outro lado a empresa LN CONSTRUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 10.834.999/0001-28, com sede a Rua Iracema, nº 349, sala 02, Bairro Cruzeiro, na cidade de São Bento do Sul-SC, representada neste ato pelo Sr. Lourival Negrelli, CPF nº 420.543.899-00, doravante denominado simplesmente CONTRATADA, tem entre si certo e ajustado que o contrato nº 74/2010, passará a vigorar com as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO:

Fica prorrogado o prazo do Contrato nº 74/2010 até 25 de fevereiro de 2010.

CLÁUSULA SEGUNDA - DISPOSIÇÕES FINAIS

Estas alterações se fazem nos moldes do Inciso II do Art.65, da Lei 8.666/93 e suas alterações.

As demais cláusulas e disposições do Contrato nº 74/2010, permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre, 29 de novembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Contratante

LN CONSTRUÇÕES LTDA

Contratada

### **Aditivo Contratual Nº 90/2010.**

ADITIVO CONTRATUAL Nº 90/2010.

TERMO DE PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

Considerando a previsão de prorrogação contratual conforme cláusula oitava do contrato nº 80/2006;

Considerando o interesse de ambas as partes na prorrogação contratual, por mais 12 (doze) meses;

Considerando a previsão na cláusula sétima do contrato 80/2006 de revisão de valores, corrigindo pelo IGPM (acumulado 12 meses) os valores praticados;

RESOLVE,

Prorrogar por mais 12 (doze) meses o contrato nº 80/2006 e revisar os valores de acordo com o IGP-M (acumulado).

QUARTO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, E DE OUTRO LADO A EMPRESA TRANSRESÍDUOS TRANSPORTES DE RESÍDUOS INDUSTRIAIS LTDA, NOS TERMOS DA LEI No 8.666 DE 21/06/93, OBJETIVANDO A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 80/2006.

Cláusula Primeira - Da Vigência

O prazo do contrato nº 80/2006 fica prorrogado até o dia 20 de dezembro de 2011, ou até a adjudicação do serviço público, objeto deste contrato, em novo processo licitatório. Serão empenhados 12 (doze) dias do exercício 2010 (do dia 20 de dezembro a 31 de dezembro de 2010), e o restante, no exercício 2011 (de 01 de janeiro a 19 de dezembro de 2011).

Cláusula Segunda - Da Dotação Orçamentária

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: PARA O EXERCÍCIO 2010 e 2011 - Entidade: 1 – Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 13.00 – Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental; Unidade: 01 – Serviço de Saneamento Ambiental; Função: 17 - Saneamento; Subfunção: 512 – Saneamento Básico Urbano; Programa: 77 – Águas de Campo Alegre; Atividade: 2.024 – Coleta de Lixo; Elemento de Despesa: 3.90.39.00.00.00.00 – Outros Serviços de

Terceiros – Pessoa Jurídica; Recursos: 0.10080 - Ordinários;

#### Cláusula Terceira - Dos Preços

Os valores (unitários) pactuados no Termo Aditivo nº 90/2009 ficam reajustados em 8,8043%, de acordo com o IGPM do período nov/2009 a out/2010, que se transcreve abaixo:

ITEM	Descrição dos Serviços	Unidade	Valor Unit.
1	Coleta de resíduos sólidos domiciliares	Equipe	14.786,73
2	Locação de contêineres maior ou igual a 1,0m³	Unidade	25,94
3	Coleta seletiva de resíduos recicláveis	Equipe	3.081,46
4	Coleta de resíduos vegetais e entulhos	Viagem	123,22
5	Locação de caixa > ou = a 27 m³	Unidade	415,07
6	Operação de transporte e transbordo	Tonelada	39,43
7	Destino Final	Tonelada	80,42

Parágrafo Primeiro - Os empenhos serão emitidos da seguinte forma:

a) Para o Exercício 2010 serão considerados 12 (doze) dias, de 20/12/2010 a 31/12/2010, conforme tabela abaixo:

ITEM	Descrição dos Serviços	Qtde	Unidade	Valor Unit.	PREÇO GLOBAL (R\$)
1	Coleta de resíduos sólidos domiciliares	0,334	Equipe	14.786,73	4.938,77
3	Coleta seletiva de resíduos recicláveis	0,334	Equipe	3.081,46	1.029,21
6	Operação de transporte e transbordo	33 (previsão)	Ton	39,43	1.301,19
7	Destino Final	33 (previsão)	Ton	80,42	2.653,86
VALOR A EMPENHAR EM 2009 .....					9.923,03

b) Para o Exercício 2011 será considerado o prazo remanescente de 01/01/2011 a 19/12/2011, conforme tabela abaixo:

ITEM	Descrição dos Serviços	Und	Qtde Total (estimada)	Qtde Mensal (estimada)	Valor Unit.	Valor Total
1	Coleta de resíduos sólidos domiciliares	Equipe	11,666	01 (exceto o mês de dezembro que é de 0,666)	14.786,73	172.501,99
2	Locação de contêineres maior ou igual a 1,0m³	Unidade	48	04	25,94	1.245,12

3	Coleta seletiva de resíduos recicláveis	Equipe	11,666	01 (exceto o mês de dezembro que é de 0,666)	3.081,46	35.948,31
5	Locação de caixa > ou = a 27 m³	Unidade	24	02	415,07	9.961,68
6	Operação de transporte e transbordo	Tonelada	992	85	39,43	39.114,56
7	Destino Final	Tonelada	992	85	80,42	79.776,64
VALOR A EMPENHAR EM 2010 .....						338.548,30

Parágrafo Único - A quantidade constante da tabela da letra "b" do parágrafo primeiro é estimativa e poderá variar no decorrer do exercício 2011. Havendo a necessidade de maior quantidade, será acrescido na oportunidade (previamente).

#### Cláusula Quarta – Das Disposições Finais

Estas alterações se fazem nos moldes da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

As demais cláusulas e disposições do contrato 80/2006 permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre, 17 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Contratante

TRANSRESÍDUOS TRANSPORTES DE RESÍDUOS INDUSTRIAIS LTDA

ANGELO BRESEGHELLO FILHO

Contratada

PIERRE ANDRADE DOS SANTOS

Assessor Jurídico

OAB 15.760

#### Resumo Contrato Nº 88/2010

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 88/2010

Objeto: Prestação de serviços de torno e usinagem para consertos diversos em peças de máquinas, veículos e equipamentos e serviço de torneiro. Dotação Orçamentária: As despesas oriundas da contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária (para o exercício 2010: 08.02.2.112.3.3.90.39.00.00.00.00.0136.0 (237), Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, Manutenção da Frota Municipal, Serviço de Transporte e Frota, Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras; ou 08.01.2.0111.3.3.90.39.00.00.00.00.0136.0 (220), Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, Manutenção e Coordenação das Atividades da Scret. de Planej. Transp. e Obras, Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras. Para o próximo exercício (2011), no caso de prorrogação de contrato, considerando o registro de preços, serão utilizadas dotações orçamentárias da mesma categoria (órgão, unidade, elemento de despesa). Vigência: Início em

23/11/2010 e expira em 31/12/2010, podendo ser prorrogado na vigência da Ata de Registro de Preços. Do valor: R\$.35,00 a hora trabalhada para a prestação de serviços de torno e usinagem para consertos diversos em peças de máquinas, veículos e equipamentos e de R\$ 20,00 a hora trabalhada em serviço de torneiro. Contratada: LUCIDES HELMUTH GROSSKOPF ME. Processo Licitatório nº 107/2010, modalidade Pregão (presencial). Ata de Registro de Preços nº 15/2010. Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

### Chamamento de Interessados Para Inscrição e Atualização do Cadastro de Fornecedores

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE  
CHAMAMENTO DE INTERESSADOS PARA INSCRIÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO CADASTRO DE FORNECEDORES

VILMAR GROSSKOPF, Prefeito Municipal de Campo Alegre-SC, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o disposto no § 1º, do Art. 34, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, torna público para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, que o Serviço de Suprimentos estará realizando a inscrição de novos fornecedores e atualização para os já existentes. Os interessados deverão apresentar (no Serviço de Suprimentos) a documentação que trata a Lei Federal 8.666/93 e alterações. Eventuais dúvidas poderão ser esclarecidas através do telefone (47) 3632-2266, Serviço de Suprimentos.

Campo Alegre, dezembro de 2010.  
VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

### Ata de Registro de Preços Nº 15/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
SERVIÇO DE SUPRIMENTOS  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2010  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 107/2010 - Modalidade Pregão Presencial

Validade da Ata de Registro de Preços.: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos 23 dias do mês de novembro de 2010, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para a eventual prestação de serviços de torno, usinagem e serviço de torneiro (mão de obra auxiliar), conforme descrito no quadro abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa Lucides Helmuth Grosskopf Me, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 107/2010, modalidade Pregão Presencial, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

Item	Descrição	Quantidade estimada (p/ 12 meses)	Unidade	Valor Unitário Registrado (R\$)
01	SERVIÇO DE TORNO E USINAGEM DE PEÇAS PARA CONsertos diversos em peças de máquinas, veículos e equipamentos.	500	Horas	35,00

02	OUTROS SERVIÇO DE TORNEIRO (mão de obra auxiliar)	300	Horas	20,00
----	---	-----	-------	-------

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ  
Pregoeira Municipal

LUCIDES HELMUTH GROSSKOPF  
Representante legal da empresa  
Lucides Helmuth Grosskopf Me

## Campos Novos

### PREFEITURA MUNICIPAL

### Aviso de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL 27/2010

O Município de Campos Novos torna público que realizara no dia 10/01/2011 às 15:00 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do Tipo Menor Preço global, tendo como objeto, AQUISIÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO DE SOFTWARES INTEGRADOS DE ACOMPANHAMENTO DE ATENDIMENTOS, BEM COMO, REGISTRO ELETRÔNICO EXTRATIFICADO PARA CONTROLE DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS MUNICIPAIS, ESTADUAIS E FEDERAIS ATRAVÉS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS, EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO ANEXO 4 DESTE EDITAL.O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br), ou na sede da Prefeitura, localizada na Rua Expedicionário João Batista de Almeida, 323, no horário das 13:15 às 18:00 horas diariamente.

Campos Novos, 23 de dezembro de 2010.  
VILIBALDO ERICH SCHMID  
Prefeito Municipal

## Canoinhas

### PREFEITURA MUNICIPAL

### Anexo II Comissão de Vistoria e Avaliação

#### ANEXO II

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS

COMISSÃO DE VISTORIA E AVALIAÇÃO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO nº 04/2010 - CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA OBRA/ SERVIÇO: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA RUA: ANDRÉ PANGRATZ - Lei nº: 4.579 de 11/08/2010

LOCAL: RUA: ANDRÉ PANGRATZ, trecho entre as Ruas Três de Maio e José Boiteux - Lei Municipal nº: 4.579, de 11/08/2010

EXTENSÃO: 246,33 m - VALOR ESTIMADO OBRA: R\$ 227.977,66

Nome do Contribuinte	Localização do Imóvel	Descrição do Terreno
----------------------	-----------------------	----------------------



	Nome da Rua	Margem da Rua	Inscrição Imob.	Valor Total da Área (R\$)
Trecho entre as Ruas Três de Maio e José Boiteux - Bairro Centro				
Gilda Maria Schreiner Padilha	André Pangratz	Esquerda	01.01.100.0020	65.587,50
Prefeitura Municipal (Servidão)	André Pangratz	Esquerda		62.640,00
Luis Severino Kaúva	André Pangratz	Esquerda	01.06.099.0311	91.499,76
Miguel Angelo Nascimento	André Pangratz	Esquerda	01.06.099.0272	68.446,80
Osmar Henrique Scholze	André Pangratz	Esquerda	01.06.099.0248	252.720,00
Osmar Henrique Scholze	André Pangratz	Esquerda	01.06.099.0221	156.600,00
Osmar Henrique Scholze	André Pangratz	Esquerda	01.06.099.0201	144.000,00
Ivete de Fátima Adur Oliveira	André Pangratz	Esquerda	01.06.099.0144	155.067,66
André Pangratz	André Pangratz	Direita	01.06.093.0059	149.321,70
Jones Abraão Seleme	André Pangratz	Direita	01.02.093.0144	594.000,00
Trans-Iguaçu Empresa Transportes Rodoviários Ltda	André Pangratz	Direita	01.02.093.0205	158.400,00
TOTAL				1.898.283,42

Por ser expressão de verdade, firmamos em duas vias de igual teor, a presente avaliação.

Canoinhas SC, 15 de dezembro de 2010.  
Comissão de Avaliação  
BENEDITO THERÉZIO DE CARVALHO  
Engenheiro Civil

NELSON DE LIMA  
Fiscal de Obras

SIMONE MERY ADUR  
Agente Administrativa

EDSON LUIZ BUDANT  
Fiscal de Tributos

GERSON JOSÉ SZCZYGEL DUMKE  
Agente Administrativo

### Lei Nº. 4.579 de 11/08/2010

LEI Nº. 4.579 DE 11/08/2010 ("INSTITUI E AUTORIZA A COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS")

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LEOBERTO WEINERT, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte: LEI

Art. 1º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover os atos necessários à cobrança da Contribuição de Melhoria em decorrência da valorização imobiliária relativo às obras

públicas de pavimentação asfáltica, com revestimento em Concreto Asfáltico Usinado a Quente (CAUQ), drenagem pluvial, sinalização e obras complementares, tendo como limite global a despesa realizada da obra e, como limite individual, o acréscimo de valor que resultar para cada imóvel, compreendendo aqueles diretamente localizados na Rua André Pangratz, Bairro Centro, no trecho entre as Ruas Três de Maio e José Boiteux, com extensão de 195,00 metros (Anexo I - área de influência direta).

Parágrafo único. O custo total/orçamento estimado (considerando a extensão da via - Anexo II) no que se refere à consecução das obras públicas definidas nesta Lei, correspondem à quantia de R\$ 120.699,35 (cento e vinte mil e seiscentos e noventa e nove reais e trinta e cinco centavos), tendo como fontes de recursos os valores obtidos através de repasse do Orçamento Geral da União - OGU e mediante aplicação de recursos próprios do Município de Canoinhas.

Art. 2º. O Sujeito Passivo da Contribuição de Melhoria é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título, de imóvel localizado na área de influência da obra pública.

§ 1º. Responde pelo pagamento da Contribuição de Melhoria o proprietário do imóvel ao tempo do seu lançamento, e esta responsabilidade se transmite aos adquirentes e sucessores, a qualquer título, do domínio do imóvel.

§ 2º. No caso de enfiteuse, responde pela Contribuição de Melhoria o enfiteuta.

§ 3º. Os bens indivisos serão considerados como pertencentes a um só proprietário e aquele que for lançado terá direito de exigir dos condôminos as parcelas que lhe couberem.

Art.3º. O Chefe do Poder Executivo Municipal determinará as providências para a elaboração e atendimento dos atos administrativos abaixo descritos, sem prejuízo de outros que se fizerem necessários para o cumprimento desta Lei:

I - Publicação prévia de Edital anterior ao início da execução das obras referidas nesta Lei, através de meio oficial do Município e em jornal de maior circulação local, contendo os seguintes elementos, sem prejuízo de outros:

- a) memorial descritivo do projeto;
- b) orçamento total ou parcial do custo das obras;
- c) determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano rateio entre os imóveis beneficiados;
- d) delimitação na zona beneficiada das áreas direta e indiretamente beneficiadas e a relação de todos os imóveis nelas compreendidos;
- e) determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contidas.

§1º. O Contribuinte, querendo, poderá mediante protocolo impugnar administrativamente qualquer dos elementos referidos no Edital de que trata o inciso I deste artigo, no prazo de 30 (trinta) dias, a começar no primeiro dia útil após a publicação oficial pelo Município de Canoinhas, cabendo ao impugnante o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

§2º. As impugnações oferecidas aos elementos a que se refere este artigo, serão apresentadas por meio de petição fundamentada e devidamente identificada, descrevendo as provas requeridas, sob pena de preclusão neste sentido, e endereçadas ao titular da Secretaria da Administração e Finanças o qual, após manifestação da Secretaria de Planejamento e Orçamento e do Parecer Jurídico, deverá proferir decisão final em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da petição da parte interessada.

I - Da decisão proferida pela Municipalidade será cientificada pessoalmente a parte interessada e encaminhada correspondência oficial aos Setores da Administração envolvidos para, sendo o caso, providenciarem as medidas cabíveis.

II - A comunicação ao interessado da decisão referida no inciso

anterior, será feita:

- a) pessoalmente, por oposição do ciente no processo;
- b) pelo correio, com aviso de recebimento mão própria (AR-MP) se contribuinte pessoa física, ou, simples Aviso de Recebimento (AR) se Contribuinte Pessoa Jurídica;
- c) por edital publicado em jornal de grande circulação local.

III - Em havendo necessidade de instrução do procedimento, consistente em diligências, emissão de laudos técnicos e oitiva de testemunhas, etc, será determinada a realização do ato necessário e agendada a data para a solenidade, ocasião em que encerrada a instrução, a parte interessada deverá se manifestar oralmente acerca da prova produzida, sendo que no prazo de 5 (cinco) dias, a contar desta data, a Administração proferirá decisão final, do que obrigatoriamente dará ciência ao interessado, sem prejuízo de outras formas de publicidade.

IV - No caso da instrução do procedimento administrativo de que trata este artigo, o prazo definido no parágrafo segundo poderá ser prorrogado em até 30 (trinta) dias.

Art. 4º. A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á rateando-se, proporcionalmente, o custo parcial ou total da obra, entre todos os imóveis incluídos na zona beneficiada pela valorização imobiliária decorrente da melhoria descrita na presente Lei, em função dos fatores individuais.

§ 1º. Na determinação do valor individual da contribuição será observado o limite estabelecido pelo acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado, em estrita observância ao disposto nesta Lei, no artigo 145, inciso III, da Constituição Federal de 1988 c/c artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Lei Complementar nº. 8/2005 (Código Tributário Municipal).

§ 2º. A apuração far-se-á levando em conta:

I - a situação do terreno na zona de influência;

II - sua testada e área;

III - finalidade de exploração econômica, além de outros elementos a serem considerados, isolados ou conjuntamente.

§ 3º. A Contribuição de Melhoria terá como limite o custo total da obra tendo em vista a natureza desta, os benefícios para os usuários, atividades econômicas predominantes e o nível de desenvolvimento da região, sendo aí computadas todas as despesas necessárias aos estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administrações, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamento ou empréstimos e terá a sua expressão monetária atualizada na época do lançamento mediante aplicação de coeficientes oficiais de correção e atualização monetária.

§ 4º. Estão incluídos nos orçamentos de custo das obras todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados nas respectivas zonas de influência.

Art. 5º. Executada a obra de melhoramento na sua totalidade ou em parte suficiente para beneficiar determinados imóveis, de modo a justificar o início da cobrança da Contribuição de Melhoria calculada na forma prevista nesta Lei, proceder-se-á ao lançamento referente a esses imóveis, depois de publicado o respectivo demonstrativo de custos em meio oficial do Município e em jornal de grande circulação local, através de Edital prévio que conterá os seguintes elementos, dentre outros que se fizerem necessários:

I - determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados devidamente identificados;

II - determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contidas após a execução total ou parcial da obra;

III - valor da Contribuição de Melhoria lançada individualmente por imóvel situado na área beneficiada pela obra pública;

IV - local do pagamento, prazo para o seu pagamento, suas prestações e vencimentos;

V - prazo para a impugnação;

Parágrafo único. As impugnações/reclamações e recursos administrativos interpostos contra o lançamento da Contribuição de Melhoria não suspendem o prosseguimento da obra quando a cobrança se referir à melhoria decorrente de obra executada em parte, na forma prevista no caput deste artigo, nem impedem a administração de praticar os atos necessários ao lançamento e cobrança do tributo.

Art. 6º. Os lançamentos da contribuição de melhoria e suas alterações serão disponibilizados aos sujeitos passivos mediante notificação pessoal ou via postal com Aviso de Recebimento Mão Própria (AR-MP) em caso de Contribuinte Pessoa Física e Simples Aviso de Recebimento (AR) em caso de Contribuinte Pessoa Jurídica, indicando o prazo de 30 (trinta) dias para efeitos de recolhimento do valor devido ou, para os fins de reclamação na forma desta Lei.

Art. 7º. Na impossibilidade da prática dos atos para a notificação do sujeito passivo na forma prevista no artigo anterior, a notificação será feita por Edital publicado em um dos jornais locais de grande circulação.

Art. 8º. Vencido o prazo fixado na notificação, sem que o sujeito passivo tenha cumprido a exigência fiscal ou contra ele tenha interposto impugnação/reclamação, ou, ainda, sem que tenha recorrido da decisão de primeira instância, será o valor do crédito tributário inscrito em dívida ativa, para os devidos fins.

Art. 9º. A notificação, de modelo a ser fixado pelo órgão fazendário, será emitida em três vias, e conterá, além de outros, os seguintes elementos:

I - nome do notificado e seu número de inscrição no cadastro fiscal do Município;

II - local e data da expedição;

III - identificação da contribuição de melhoria, do seu montante, prazo para pagamento, suas prestações e vencimentos, local para pagamento e demais elementos considerados na sua apuração e indicação do dispositivo legal e que se funda o lançamento;

IV - incidência e montante da multa, juros e correção monetária aplicáveis e indicação do embasamento legal neste sentido;

V - prazo para impugnação/reclamação ou cumprimento da exigência fiscal e local em que deve ser procedido o recolhimento;

VI - assinatura do notificado e do notificante.

Parágrafo único. A recusa da assinatura da notificação pelo notificado a ele não aproveita nem prejudica.

Art. 10º. As três vias da notificação terão o seguinte destino:

I - a primeira, para o notificado;

II - a segunda, para a repartição em que deve ser procedido o recolhimento;

III - a terceira, para o relatório do notificante.

Art. 11º. Sempre que, por qualquer motivo, não for assinada a notificação pelo notificado, a ele se dará ciência do ato fiscal via postal (Correio) com Aviso de Recebimento Mão Própria (AR-MP) em caso de Contribuinte Pessoa Física ou simples Aviso de Recebimento (AR), no caso de Contribuinte Pessoa Jurídica.

Art. 12º. São competentes para notificar o lançamento e suas alterações por ato próprio do Chefe do Poder Executivo:

I - os Agentes Fiscais;

II - a Autoridade Administrativa legalmente responsável pelo lançamento de tributos.

Art. 13º. A Contribuição de Melhoria a que se refere esta Lei poderá ser paga de uma só vez ou parceladamente, de acordo com

os seguintes critérios:

I - O pagamento de uma só vez gozará de desconto de 20% (vinte por cento), se efetuando nos primeiros 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da notificação do lançamento.

II - Por opção do contribuinte, o pagamento da Contribuição de Melhoria, poderá ser fixado até 36 (trinta e seis) parcelas mensais, não havendo a incidência de quaisquer espécie de redução do montante lançado, aí incluídos os índices oficiais de correção monetária e aplicação de juros legais, sendo o caso;

§ 1º. O contribuinte proprietário de um só imóvel, cuja renda mensal familiar for de até 03 (três) salários mínimos, poderá parcelar a Contribuição de Melhoria em até 60 (sessenta) meses, não havendo a incidência de quaisquer espécie de redução do montante lançado.

§ 2º. É facultado ao contribuinte recolher, sob a forma de antecipação e com base no custo estimado para execução, o valor total ou parcial do tributo a ser lançado, antes da conclusão da obra pública de que trata esta Lei.

I - Aos contribuintes que optarem pela antecipação prevista neste parágrafo será garantida a atualização monetária, além dos juros de até 6% (seis por cento) ao ano sobre o valor recolhido;

II - Na determinação do valor final da contribuição de melhoria a ser lançada, serão consideradas as antecipações efetuadas na forma das disposições deste parágrafo, sem prejuízo do direito da apuração na esfera administrativa de eventuais créditos em favor de qualquer das partes, sujeito ativo ou sujeito passivo da relação tributária havida.

§ 3º. Independentemente do nº. de prestações, no parcelamento será observado:

I - O valor mínimo de cada parcela não será inferior a 20 UFM (vinte unidades fiscais do Município), para pessoas físicas e 60 UFM (sessenta unidades fiscais do Município) para pessoas jurídicas.

II - O pagamento da primeira parcela deverá ser efetuado até 30 (trinta) dias de data do deferimento do pedido de parcelamento, sob pena de cancelamento do parcelamento.

§ 4º. O parcelamento do crédito tributário importa no seu reconhecimento, pelo sujeito passivo.

Art. 14º. As parcelas pagas com atraso serão atualizadas na data do pagamento, incidindo sobre elas juros e multa na forma desta Lei, observadas as disposições do Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 8/2005).

§ 1º. A interrupção do parcelamento por mais de três meses consecutivos implica no seu cancelamento e na exigibilidade da totalidade do crédito não pago.

§ 2º. Na hipótese de reparcelamento autorizado em lei, o crédito tributário correspondente a contribuição de melhoria parcelada e não paga, poderá, mediante requerimento do contribuinte e de acordo com as regras legais, ser adicionado ao novo crédito.

Art. 15º. Ficam excluídas da incidência da contribuição de melhoria prevista nesta Lei, os imóveis de propriedade do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal.

Parágrafo único. Serão transferidas à responsabilidade do Município, as parcelas devidas por contribuintes isentos de pagamento da Contribuição de Melhoria, após o rateio, desde que atendam os requisitos previstos no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 8/2005, sem prejuízo de outras normas aplicáveis ao tema), o que será analisado pela Autoridade Administrativa de ofício quando se tratar de imóveis pertencentes ao Poder Público conforme definido no caput deste artigo e, mediante requerimento administrativo, para os demais casos.

Art. 16º. Nos recolhimentos extemporâneos decorrentes de requerimentos relativos a isenções, reclamações ou recursos interpostos contra o lançamento de tributos, havendo comprovada e injustificada má-fé do contribuinte em relação aos atos praticados, será exigido o valor atualizado do tributo, com o correspondente

acréscimo de multa e juros de mora.

Art. 17º. A Multa moratória é a penalidade imposta ao infrator pelo não cumprimento da obrigação tributária principal.

§ 1º. A multa moratória será computada pela Fazenda Municipal sobre os créditos tributários apurados e lançados a título de Contribuição de Melhoria de que trata esta Lei, considerando para a sua apuração o período compreendido entre o termo final do prazo para cumprimento da obrigação e a data do efetivo pagamento.

§ 2º. A multa moratória é devida de acordo com os seguintes percentuais:

I - 2,0% (dois por cento), para pagamento com atraso de até 30 (trinta) dias;

II - 4,0% (quatro por cento), para pagamento com atraso entre 31 até 60 dias;

III - 6,0% (seis por cento), para pagamento com atraso superior a 60 dias.

§ 3º. A multa moratória aplicada sobre o crédito fiscal atualizado será calculada:

I - no ato do recebimento do tributo;

II - no momento da inscrição do crédito fiscal na dívida ativa;

III - sobre o valor de prestação vencida relativa a parcelamento de créditos fiscais, cujo pagamento não tenha ocorrido na data do vencimento.

Art. 18º. Os débitos fiscais de que trata esta lei, não liquidados no seu vencimento, serão atualizados monetariamente, tendo por base o percentual correspondente à variação mensal do INPC/IBGE, acumulada no período entre a data do vencimento da obrigação e a da apuração do valor devido para o seu lançamento, pagamento ou parcelamento.

Art. 19º. Os créditos vencidos da Fazenda Municipal a título da Contribuição de Melhoria de que dispõe esta Lei, sujeitar-se-ão à incidência de juros de mora calculados à taxa de 1% (um por cento) ao mês ou fração.

Parágrafo único. Os juros de mora serão aplicados sobre o valor do tributo atualizado e exigidos a partir do primeiro dia, do mês seguinte ao do vencimento do débito.

Art. 20º. É facultado ao sujeito passivo de obrigação tributária principal reclamar de lançamento de crédito tributário regularmente notificado, devendo no documento da impugnação/reclamação indicar o fato e os fundamentos jurídicos do pedido, suas especificações, as provas documentais e testemunhais com que pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados e, em especial, poderá impugnar perante à Autoridade Administrativa de primeira instância, em face de erro na localização e dimensões do imóvel, do cálculo dos índices atribuídos, do valor da contribuição e do número de prestações.

§ 1º. O prazo para interpor a reclamação à Autoridade competente, mediante protocolo no Município de Canoinhas é de até 30 (trinta) dias a contar do 1º. dia útil seguinte à data da notificação do lançamento, cabendo ao contribuinte o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

§ 2º. Serão consideradas peremptas as reclamações interpostas fora do prazo concedido para satisfação da obrigação a que se referir o lançamento ou a notificação.

§ 3º. Os recursos voluntários interpostos fora do prazo previsto no parágrafo primeiro deste artigo serão encaminhados ao Conselho Municipal de Contribuintes, que deles poderá conhecer, excepcionalmente, desconsiderando a preclusão, nos casos em que demonstre o contribuinte ocorrência de caso fortuito ou força maior que o tenha impedido de protocolizar a peça recursal em modo e tempo tempestivos.

Art. 21º. Os litígios fiscais suscitados pela aplicação da legislação tributária no que se refere ao lançamento serão decididos, administrativamente, em duas instâncias, a primeira singular e a



segunda colegiada.

§ 1º. Em primeira instância, decide o titular do órgão fazendário, e em segunda, o Conselho Municipal dos Contribuintes.

§ 2º. Ao contribuinte ou interessado, será ofertada plena garantia de defesa ou de prova.

Art. 22º. Nas decisões administrativas não se poderá questionar sobre a existência, a capitulação legal, a autoria, as circunstâncias materiais, a natureza e a extensão dos efeitos de fato já apreciado sob esses aspectos por decisão judicial ou administrativa definitiva, sem prejuízo, porém, da apreciação dos fatos conexos ou conseqüentes.

Art. 23º. O titular do órgão fazendário proferirá decisão de primeira instância, devidamente fundamentada e, quando cabível, aplicará as penalidades fixadas pela legislação tributária.

§ 1º. A decisão deverá ser proferida em prazo não superior a 90 (noventa dias), contados da data do recebimento do processo concluso.

§ 2º. Interrompe-se o prazo citado no parágrafo anterior sempre que houver diligência dos autos.

Art. 24º. A comunicação ao interessado da decisão proferida em primeira instância será feita:

I - pessoalmente, por aposição do "ciente" no processo;

II - pelo correio, com aviso de recebimento mão própria (AR-MP) em caso de Contribuinte Pessoa Física e simples Aviso de Recebimento (AR) em caso de Contribuinte Pessoa Jurídica, ou,  
III - por edital publicado em jornal de circulação local ou regional. Parágrafo único. A comunicação indicará, obrigatoriamente, o prazo para interposição de recurso voluntário na instância superior.

Art. 25º. O titular do órgão fazendário fica impedido de julgar quando:

I - tiver participado diretamente da ação administrativa que originou o litígio;

II - for sócio, cotista ou acionista do notificado ou autuado;

III - estiverem envolvidos no processo interesses de parentes até terceiro grau.

Parágrafo único. O titular do órgão fazendário será substituído, nos seus impedimentos, por autoridade de nível hierárquico imediatamente inferior ou por servidor qualificado, pertencente ao quadro funcional da respectiva Secretaria.

Art. 26º. É facultado à parte interpor recurso voluntário quando a autoridade julgadora deixar de proferir decisão no prazo legal, dando-se como julgada improcedente a reclamação ou defesa, exceto no caso de suspensão do julgamento para diligência dos autos.

Art. 27º. São consideradas definitivas e irrecuráveis as decisões proferidas em primeira instância após o trânsito em julgado, que se dará no prazo de 10 (dez) dias a partir da ciência pelo interessado.

Art. 28º. As decisões de segunda instância, definitivas e irrecuráveis, serão proferidas pelo Conselho Municipal de Contribuintes, observados os prazos e demais normas previstas no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 8/2005) e na legislação complementar no que couber.

§ 1º. Mantido o lançamento, considera-se em decurso o prazo nele fixado para pagamento da Contribuição de Melhoria, desde a data da ciência do contribuinte;

§ 2º. A anulação do lançamento dos termos desta Lei não ilide a efetivação de novo, em substituição ao anterior, com as correções impostas pela impugnação/reclamação.

Art. 29º. Aplicam-se à Contribuição de Melhoria de que trata esta Lei, no que couber e lhe forem aplicáveis, as disposições contidas

na Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Decreto-lei nº. 195/1967.

Art. 30º. Para os fins da aplicação desta Lei, poderá a Autoridade Fiscal solicitar o apoio de servidores públicos que compõem o quadro da Municipalidade, em especial quanto à emissão de laudos técnicos e demais orientações que se fizerem necessárias, bem como solicitar auxílio à Comissão de Avaliação, nomeada através de Portaria Municipal, em estrita observância à normas legais indicadas nesta Lei.

Art. 31º. Os prazos fixados nesta Lei, em consonância ao previsto no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 8/2005) serão contínuos, excluindo-se, na sua contagem, o dia do início, e incluindo-se o do vencimento.

§ 1º Os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição que corra o processo ou deva ser praticado o ato.

§ 2º. Para os fins das disposições desta lei é considerado exercício o período compreendido entre os meses de janeiro a dezembro do ano civil.

Art. 32º. Os anexos a que se refere a presente Lei (Anexo I e II) fazem parte integrante dos procedimentos administrativos individualizados para viabilização da obra pública tratadas nesta lei, os quais encontram-se à disposição dos interessados junto à Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento.

Art. 33º. As despesas constantes da presente lei correrão por conta da dotação orçamentária específica do Município de Canoinhas.

Art. 34º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas, 11 de agosto de 2010.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 11/08/2010.

### **Decreto Nº 262/2010**

DECRETO Nº 262/2010

"HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PREVISTO NO EDITAL Nº 013/SMS/2010"

LEOBERTO WEINERT, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, RESOLVE: HOMOLOGAR

Art.1º - Fica homologado resultado do processo seletivo simplificado para Contratação Temporária de Efermeiros para atuarem na Estratégia de Saúde da Família (ESF) junto à Secretaria Municipal de Saúde, no Edital nº 013/SMS/2010, conforme relação dos candidatos em "anexo".

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 20 de dezembro de 2010.

LEOBERTO WEINERT



Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 20/12/2010.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Estado de Santa Catarina  
Município de Canoinhas  
Processo Seletivo Edital Nº 013/SMS/2010

- ENFERMEIRO - ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA (ESF) - 01 VAGA - 40 HORAS

Nº. INSCRIÇÃO	CANDIDATO	NOTA PROVA OBJETIVA	CLASSIFICAÇÃO
05	Rosa Frederico Santiago da Silva - CPF: 580.441.329-53	6,0	Aprovada
01	Wania Aline Figura - CPF: 009.597.869-02	5,5	Classificada
04	Marielle Worell Ribas Gurtinski - CPF: 059.064.459-94	5,5	Classificada
03	Daniele Aparecida de Campos - CPF: 065.075.939-74	4,5	Classificada
02	Scheila Aparecida Zucco - CPF: 068.170.729-13	3,0	Reprovada

## Anexo I Orçamento Detalhado

ANEXO I  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS  
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E PROJETOS

### ORÇAMENTO DETALHADO

PROJETO: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM PLUVIAL  
EDITAL NOTIFICAÇÃO CONTRIBUIÇÃO MELHORIA Nº 04/2010  
LOCAL: RUA ANDRE PANGRATZ – CENTRO- CANOINHAS/SC  
TRECHO: ENTRE A RUA TRÊS DE MAIO ATE A RUA JOSÉ BOITEUX  
LEI MUNICIPAL: 4.579/2010  
EXTENSÃO: 246,33 m

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UN	QUANT.	C. UNIT.	C. TOTAL (R\$)
1.	SERVIÇOS PRELIMINARES				499,70
1.1	Placa da obra Padrão (1,5x2,5m)	m²	2,00	249,85	499,70
2	TERRAPLENAGEM				5.572,95
2.1	Escavacao E Carga Material 1A Categoria, Utilizando Trator De Esteiras M3	m³	531,50	3,29	1.748,64
2.2	Transp. De Mat. De bota Fora Clas. 1A Cat Dmt 6Km	m³	608,00	6,29	3.824,32
3	PAVIMENTAÇÃO				156.225,67

3.1	Regularizacao Do Sub Leito 100% Proctor Normal	m²	2.393,00	1,39	3.326,27
3.2	Camada De Macadame Seco	m³	478,60	66,56	31.855,62
3.3	Camada De Brita Graduada	m³	311,09	109,93	34.198,12
3.4	Imprimacao	m²	2.393,00	3,15	7.537,95
3.5	Pintura De Ligacao 1 camada	m²	540,41	1,17	632,28
3.6	Pintura De Ligacao 2 Camada	m²	3.203,41	1,17	3.747,99
3.7	Camada De Concreto Asfaltico Usinado A Quente 1 Camada 3cm	ton	40,53	207,63	8.415,24
3.8	Camada De Concreto Asfaltico Usinado A Quente 2 Camada 4cm	ton	320,34	207,63	66.512,19
4	DRENAGEM PLUVIAL E OBRAS DE ARTE CORRENTES				62.135,66
4.1	Meio-Fio De Concreto Simples	m	415,00	22,86	9.486,90
4.2	Execução De Caixa Coletora C/Boca De Lobo E Tampa De Concreto	unid	10,00	505,44	5.054,40
4.4	Esc. Mec. De Valas Para Drenagem- 1A. Categoria	m³	428,80	5,60	2.401,28
4.5	Transp. De Mat. Dmt 6Km (Escavação de Vala) Bota Fora	m³	428,80	6,29	2.697,15
4.6	Escavacao E Carga Material 1A Categoria, Utilizando Trator De Esteiras M3 (Reaterro de Galeria)	m³	369,12	3,29	1.214,41
4.7	Transp. De Mat. Reaterro de Galeria. 1A Cat Dmt 6Km	m³	369,12	6,29	2.321,76
4.7	Reaterro E Apiloamento Em Camadas De 20 Cm	m³	369,12	9,70	3.580,46
4.8	Tubo de Concreto Simples 30 Cm	m	36,00	27,77	999,72
4.9	Tubo de Concreto Simples 40 Cm	m	161,00	41,65	6.705,65
4.10	Tubo de Concreto 2Ø 120 cm C/ enrocamento e Laje de Concreto	m	16,00	978,89	15.662,24
4.11	Calçada C/Lastro de Brita e Concreto E=7 cm - 15 MPA	m²	172,00	22,29	3.833,88
4.12	Ladrilho Hidraulico 30x30 guia visual p/ pedestre	und	110,00	36,14	3.975,40
4.13	Esc. Carga e Trans.1ª Categoria, Utilizando Trator de Esteira M300	m³	340,00	3,29	1.118,60
4.14	Transp. e Reaterro de Calçadas Alt. 54cm . Dmt 6 km	m³	340,00	9,07	3.083,80
5	SINALIZAÇÃO				3.543,68



		Pintura de faixa horizontal com tinta acrílica Branca	m²	65,10	16,71	1.087,82
5.2		Pintura de faixa horizontal com tinta acrílica amarela	m²	28,72	16,71	479,91
5.4		Placa R-1	und	5,00	195,79	978,95
5.5		Placa D=60x60	und	5,00	199,40	997,00
		AD= Administração Direta				
		EG= Empreitada Global				
				TOTAL GERAL		227.977,66
REFERÊNCIA DE PREÇO TABELA - SINAPI e DEINFRA						

## Edital de Notificação Nº 04/2010 Contribuição de Melhoria

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS ESTADO DE SANTA CATARINA

## EDITAL DE NOTIFICAÇÃO nº 04/2010

### CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

O Prefeito do Município de Canoinhas Estado de Santa Catarina, LEOBERTO WEINERT e o Secretário Municipal da Administração e Finanças ARGOS JOSÉ BURGARDT, no exercício de suas atribuições e, CONSIDERANDO o previsto na CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 e também o disposto nos diplomas legais a seguir relacionados:

CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL (Lei nº. 5.172/1966);  
LEI COMPLEMENTAR nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);  
LEI FEDERAL nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade);  
LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS - LOMCan  
LEI COMPLEMENTAR Nº. 8/2005 (Código Tributário Municipal);  
LEI MUNICIPAL nº 4.579/2010 (Institui e autoriza a Cobrança de Contribuição de Melhoria e dá outras providências)

FAZ SABER: a todos os proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título, de imóveis localizados na área de influência da obra pública de que trata a Lei Municipal nº 4.579, de 11/08/2010, localizados na Rua André Pangratz, Bairro Centro, no trecho entre as Ruas Três de Maio e José Boiteux, com extensão de 195,00 metros, neste município de Canoinhas que, nesta data TORNA PÚBLICO que o Poder Público Municipal, a partir da publicação deste EDITAL, promoverá todos os atos necessários à execução das obras públicas de pavimentação asfáltica, com revestimento em Concreto Asfáltico Usinado a Quente (CAUQ), drenagem pluvial, sinalização e obras complementares.

## 1. DADOS FISCAIS E FINANCEIROS DA OBRA

1.1 ORÇAMENTO/CUSTO ESTIMADO DA OBRA: O custo total/orçamento estimado para a consecução da obra pública de que trata este Edital com previsão na Lei Municipal nº 4.579, de 11/08/2010, corresponde à quantia de R\$ 120.699,35 (cento e vinte mil e seiscentos e noventa e nove reais e trinta e cinco centavos), conforme Anexo I, que fica fazendo parte integrante deste Edital.

**1.2. FONTE DE RECURSO:** Para execução desta obra pública o Poder Executivo contará com os valores obtidos através de repasse do Orçamento Geral da União - OGU e mediante aplicação de recursos próprios do Município de Canoinhas.

1.3. PARCELA DE CUSTO DA OBRA A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA: Limite global da despesa realizada com a obra, mediante apuração do custo real aplicado após a finalização do serviço, ocasião em que serão promovidos os atos necessários à publicação de Edital constando os dados e informações necessárias ao lançamento fiscal, prazo e forma para eventuais impugnações, em conformidade com a Lei Municipal nº 4.579/2010.

**1.4. DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA:** A zona de influência do benefício direto da obra é aquela correspondente à extensão da Rua André Pangratz, Bairro Centro, no trecho entre as Ruas Três de Maio e José Boiteux, com extensão de 195,00 metros, nela compreendendo a relação de todos os imóveis descritos individualmente no ANEXO II, que passa a fazer parte integrante deste Edital.

1.5. FATOR DE RATEIO DO CUSTO DA OBRA (art.4º e seus §§, da Lei Municipal nº 4.579/2010):

1.5.1.4. A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á rateando-se, proporcionalmente, o custo parcial ou total da obra, entre todos os imóveis incluídos na zona beneficiada pela valorização imobiliária decorrente da melhoria descrita no presente Edital, em função dos fatores individuais,

sendo que para a apuração do valor individual do tributo será observado o limite estabelecido pelo acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado, em estrita observância ao disposto na Lei Municipal nº 4.579/2010, no artigo 145, inciso III, da Constituição Federal de 1988 c/c

artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Lei Complementar nº. 8/2005 (Código Tributário Municipal).

1.5.2. A apuração far-se-á levando em conta:

I - a situação do terreno na zona de influencia;

II - sua testada e área;

III - finalidade de exploração econômica, além de outros elementos a serem considerados, isolados ou conjuntamente.

1.5.3. A Contribuição de Melhoria de que trata este Edital terá como limite o custo total da obra tendo em vista a natureza desta, os benefícios para os usuários, atividades econômicas predominantes e o nível de desenvolvimento da região, sendo aí computadas todas as

despesas necessárias aos estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administração, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamento ou empréstimos e terá a sua expressão monetária atualizada na época do lançamento mediante aplicação de coeficientes oficiais de correção e atualização monetária.

1.5.4. Estão incluídos nos orçamentos de custo da obra todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados na respectiva zona de influência.

1.5.5. Ficam excluídas da incidência da contribuição de melhoria de que trata este Edital, conforme previsão na Lei Municipal nº 4.579/2010, os imóveis de propriedade do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal.

1.5.6. Serão transferidas à responsabilidade do Município, as parcelas devidas por contribuintes isentos de pagamento da Contribuição de Melhoria, após o rateio, desde que atendam os requisitos previstos no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 8/2005), sem prejuízo de outras normas aplicáveis ao tema, o que será analisado pela Autoridade Administrativa, de ofício quando se tratar de imóveis pertencentes ao Poder Público conforme

definido em lei e, mediante requerimento administrativo para os demais casos.

## 2. MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO DA OBRA:

### 2.1. DO OBJETO:

2.1.1. Execução dos serviços de terraplanagem, pavimentação asfáltica, drenagem pluvial, obras arte corrente, sinalização viária e obras complementares da Rua André Pangratz, Bairro Centro, no trecho entre as Ruas Três de Maio e José Boiteux, com extensão de 195,00 metros.

2.1.2. Os trabalhos serão executados conforme os projetos aprovados e serão realizados conforme especificações constantes das Normas Técnicas do DEINFRA e do DNIT. Todos os detalhes e dimensões serão executados conforme projeto, que se encontra à disposição dos interessados junto à Secretaria de Planejamento e Orçamento da Prefeitura de Canoinhas.

2.1.3. Serão rigorosamente observados os procedimentos técnicos e equipamentos exigidos pelas normas técnicas da ABNT, Normas Complementares do DEINFRA e DNIT, sob fiscalização da Prefeitura do Município de Canoinhas.

### 2.2. ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS PARA EXECUÇÃO DA OBRA PÚBLICA DEFINIDA NA LEI MUNICIPAL nº 4.579/2010:

a) Terraplanagem: Este serviço compreende cortes e aterros executados de acordo com a especificação do DNIT, além de regularização e compactação do sub-leito da superfície a pavimentar.

b) Pavimentação Asfáltica: Este serviço compreende a execução da sub-base com rachão/macadame seco e na base com brita graduada compreendendo o fornecimento, espalhamento, estabilização e acabamento de solos e agregados naturais, com espessuras definidas em projeto. Após será aplicado uma película de pintura de ligação e imprimação com material asfáltico

líquido sobre a base. E por fim será aplicado o CAUQ (concreto asfáltico usinado a quente) com espessura dimensionada em Projeto.

c) Drenagem Pluvial e Obras de Arte Correntes: Este serviço compreende a drenagem de águas pluviais, aí incluída a colocação de tubos de concreto e execução de caixas coletoras de alvenaria em blocos de concreto.

d) Sinalização Viária: Os serviços de sinalização viária serão executados de acordo com o Projeto, o qual obedece as Especificações e Normas do "Manual de Sinalização Rodoviária" - DNIT, sendo empregadas as formas de sinalização horizontal e vertical, que compreendem a pintura de faixas, colocação de placas e execução de lombadas.

e) Obras Complementares: Compreendem os serviços de colocação de meio-fio de concreto, regularização, compactação de aterro e execução de passeio em concreto e limpeza geral.

## 3. DISPOSIÇÕES FINAIS

### 3.1. REGULAMENTAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO (art. 3º e seus §§, da Lei Municipal nº 4.579/2010).

3.1.1. A impugnação de quaisquer dos elementos constantes no presente Edital, será feita mediante procedimento administrativo, que deverá ser protocolado em horário de expediente normal junto ao Departamento de Leis e Decretos da Prefeitura de Canoinhas, dirigido ao Secretário Municipal de Administração e Finanças, observando-se as seguintes disposições:

3.1.2. O Contribuinte, querendo, poderá impugnar administrativa-mente qualquer dos elementos referidos neste Edital, no prazo de 30 (trinta) dias, a começar no primeiro dia útil seguinte à publicação deste Edital, cabendo ao impugnante o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

3.1.3. As impugnações oferecidas aos elementos a que se refere este artigo, serão apresentadas por meio de petição fundamentada e devidamente identificada, descrevendo as provas requeridas, sob pena de preclusão neste sentido, e endereçadas ao titular da Secretaria da Administração e Finanças o qual, após manifestação da Secretaria de Planejamento e Orçamento e do Parecer Jurídico,

deverá proferir decisão final em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da petição da parte interessada.

I - Da decisão proferida pela Municipalidade será cientificada pessoalmente a parte interessada e encaminhada correspondência oficial aos Setores da Administração envolvidos para, sendo o caso, providenciarem as medidas cabíveis.

II - A comunicação ao interessado da decisão referida no inciso anterior, será feita:

a) pessoalmente, por aposição do ciente no processo;

b) pelo correio, com aviso de recebimento mão própria (AR-MP) se contribuinte pessoa física, ou, simples Aviso de Recebimento (AR) se Contribuinte Pessoa Jurídica;

c) por edital publicado em jornal de grande circulação local.

III - Em havendo necessidade de instrução do procedimento, consistente em diligências, emissão de laudos técnicos e oitiva de testemunhas, etc, será determinada a realização do ato necessário e agendada a data para a solenidade, ocasião em que encerrada a instrução, a parte interessada deverá se manifestar oralmente acerca da prova produzida, sendo que no prazo de 5 (cinco) dias, a contar desta data, a Administração proferirá decisão final, do que obrigatoriamente dará ciência ao interessado, sem prejuízo de outras formas de publicidade.

IV - No caso da instrução do procedimento administrativo de que trata este artigo, o prazo definido no parágrafo segundo poderá ser prorrogado em até 30 (trinta) dias.

3.1.4. Aplicam-se à Contribuição de Melhoria de que trata este Edital, no que couber e lhe forem aplicáveis as disposições contidas nos artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Decreto-lei nº. 195/1967.

3.1.5. Para os fins da aplicação deste Edital e da Lei 4.579/2010, poderá a Autoridade Fiscal solicitar o apoio de servidores públicos que compõem o quadro efetivo da Municipalidade, em especial quanto à emissão de laudos técnicos e demais orientações que se fizerem necessárias, bem como solicitar auxílio à Comissão de Vistoria e Avaliação, nomeada em estrita observância à Legislação Municipal.

3.1.6. Os prazos fixados neste Edital, em consonância ao previsto na Lei Municipal nº 4.579/2010 c/c Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 8/2005) serão contínuos, excluindo-se, na sua contagem, o dia do início, e incluindo-se o do vencimento, sendo que os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição que corra o processo ou deva ser praticado o ato.

3.1.7. Os anexos a que se refere o presente Edital (Anexo I e II) fazem parte integrante dos procedimentos administrativos para viabilização da obra pública, os quais se encontram à disposição dos interessados junto à Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento.

Registre-se e publique-se na forma da lei.

Canoinhas/SC, 15 de dezembro de 2010.

LEOBERTO WEINERT  
Prefeito

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

# Capinzal

## PREFEITURA MUNICIPAL

### **Pregão Eletrônico Nº 0150/2010 - Material de Limpeza**

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0150/2010

OBJETO: Aquisição fracionada de material de higiene e limpeza para manutenção da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, (Coordenação da Merenda Escolar, Veículos e Motoristas do Transporte Escolar), Bibliotecas Públicas Municipais, Escola de Música, Museu e Escolas do Ensino Fundamental, exercício 2011, RECURSOS PRÓPRIOS, SALÁRIO EDUCAÇÃO E FUNDEB.

ENTREGA E ABERTURA: através do site [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br) Propostas e Documentos até as 14:00 horas, para abertura às 14:05 horas do dia 14/01/2011.

MENOR PREÇO UNITÁRIO

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO:

No endereço [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br)

Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: [www.capinzal.sc.gov.br](http://www.capinzal.sc.gov.br)

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE No (0\_\_49)3555-8719, FAX No 3555-8744.

Capinzal, 23 de dezembro de 2010.

PAULO RONALDO WAMES

Pregoeiro

### **Pregão Eletrônico Nº 0151/2010 - generos alimentícios**

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0151/2010

OBJETO: Aquisição de Gêneros alimentícios, para manutenção das atividades nas Escolas e pré-escolas Municipais, através do convênio 4087/94-FNDE (PNAE/PNAP/PNAC).

ENTREGA E ABERTURA: através do site [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br) Propostas e Documentos até as 08:30 horas, para abertura às 08:35 horas do dia 17/01/2011.

MENOR PREÇO UNITÁRIO

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO:

No endereço [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br)

Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: [www.capinzal.sc.gov.br](http://www.capinzal.sc.gov.br)

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE No (0\_\_49)3555-8719, FAX No 3555-8744.

Capinzal, 23 de dezembro de 2010.

PAULO RONALDO WAMES

Pregoeiro

### **Pregão Eletrônico Nº 0034/2010 - material de limpeza**

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0034/2010

OBJETO: Aquisição Fracionada de Materiais de Limpeza para uso das Unidades do Fundo Municipal de Saúde e gêneros alimentícios

para o Grupo de Diabéticos e Hipertensos, durante as atividades do ano de 2011, Recursos Próprios.

ENTREGA E ABERTURA: Propostas e Documentos até as 08:30 horas, para abertura às 08:35 horas do dia 14/01/2011.

MENOR PREÇO UNITÁRIO

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: [www.capinzal.sc.gov.br](http://www.capinzal.sc.gov.br)

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE No (0\_\_49)3555-8719, FAX No 3555-8744

Capinzal, 23 de dezembro de 2010.

PAULO RONALDO WAMES

Pregoeiro

### **Pregão Presencial Nº 0152/2010 - Material elétrico**

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0152/2010

OBJETO: Aquisição de materiais elétricos destinados à manutenção de redes do sistema de iluminação pública do município de Capinzal, para o ano de 2011, Recursos Próprios.

ENTREGA E ABERTURA: através do site [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br) Propostas e Documentos até as 14:00 horas, para abertura às 14:05 horas do dia 17/01/2011.

MENOR PREÇO UNITÁRIO

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: [www.capinzal.sc.gov.br](http://www.capinzal.sc.gov.br)

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE No (0\_\_49)3555-8719, FAX No 3555-8744.

Capinzal, 23 de dezembro de 2010.

PAULO RONALDO WAMES

Pregoeiro

### **Pregão Presencial Nº 0033/2010 - óleo lubrificante**

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0033/2010

OBJETO: Aquisição fracionada de Óleo Lubrificante para o uso dos veículos do Fundo Municipal de Saúde, para o ano de 2011, Recursos Próprios.

ENTREGA E ABERTURA: Propostas e Documentos até as 16:00 horas, para abertura às 16:05 horas do dia 13/01/2011.

MENOR PREÇO UNITÁRIO

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: [www.capinzal.sc.gov.br](http://www.capinzal.sc.gov.br)

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE No (0\_\_49)3555-8719, FAX No 3555-8744

Capinzal, 23 de dezembro de 2010.

PAULO RONALDO WAMES

Pregoeiro



**Pregão Presencial Nº 0149/2010 - óleo lubrificante****AVISO DE LICITAÇÃO**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0149/2010

OBJETO: Aquisição fracionada de Óleos Lubrificantes destinados a manutenção de veículos da Secretaria de Infraestrutura e Transporte Coletivo Urbano (veículos, caminhões, máquinas e ônibus); Secretaria de Educação Cultura e Esportes (Transporte Escolar- ônibus, Micros, Bestas e veículos) Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente -Patrulha Agrícola Mecanizada ( Tratores Pneu, Equipamentos e máquina, veículos); e veículos das Secretarias da Administração, Finanças e Planejamento, Gabinete do Prefeito e Conselho Tutelar para o ano de 2011, recursos próprios.

ENTREGA E ABERTURA: Propostas e Documentos até as 14:00 horas, para abertura às 14:05 horas do dia 13/01/2011.

MENOR PREÇO UNITÁRIO

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CAR-MELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: [www.capinzal.sc.gov.br](http://www.capinzal.sc.gov.br)

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE No (0\_\_49)3555-8719, FAX No 3555-8744

Capinzal, 23 de dezembro de 2010.

PAULO RONALDO WAMES

Pregoeiro

**Termo Aditivo 001/2010 Contrato 07/2008 - PMC**

EXTRATO DE CONTRATO

TERMO ADITIVO T.A 001/2010

CONTRATO SUPERIOR 007/2008

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL

CONTRATADA: AUTO POSTO MEDITERRÂNEO LTDA

OBJETO: O Objeto do presente TERMO ADITIVO, é a prorrogação da vigência do contrato original a partir de 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011.

VALOR R\$: 0,00

VIGÊNCIA: 22/12/2010 A 31/12/2011

**Termo Aditivo 001/2010 Contrato 14/2009 - PMC**

EXTRATO DE CONTRATO

TERMO ADITIVO T.A 001/2010

CONTRATO SUPERIOR 0014/2009

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL

CONTRATADA: DALNEI OLIVEIRA CORREA &amp; CIA LTDA.

OBJETO: O Objeto do presente TERMO ADITIVO é a prorrogação do prazo de vigência, do contrato original, até o dia 31 de dezembro de 2011, bem como reajuste anual utilizando o INPC de 6,08% ao contrato original, ficando o contrato com o valor orçado de aproximadamente, R\$ 28.080,00 (Vinte e oito mil e oitenta reais).

VALOR R\$: 28.080,00

VIGÊNCIA: 22/12/2010 A 31/12/2011

**Classificação Geral - Edital 027.2010****CLASSIFICAÇÃO DO SELETIVO 027/2010**

(RELAÇÃO DAS APROVAÇÕES COM NOTAS MAIOR OU IGUAL A QUATRO)

A MÉDIA FINAL É RESULTADO CONFORME CONSTA EM EDITAL ITEM 8.2.1 e ITEM, 8.2.2.  
O CRITÉRIO DE DESEMPATE SE BASEIA NO ITEM 8.4 DO REFERIDO EDITAL.  
PARA OS CARGOS DE PROFESSORES É ACRESCENTADO O PESO DOS TÍTULOS.

TIT.	N.P	M.F	PROF. EDUCAÇÃO FÍSICA	CLASSIFICAÇÃO
2	7,6	9,6	0644 - MARCOS J. TOMAZ	1º LUGAR
2	6,6	8,6	0777 - GABRIELA SARTORI	2º LUGAR
1	7,4	8,4	0411 - OTAVIO R. LAMIN	3º LUGAR
2	6,4	8,4	0631 - DIEGO VETORAZI	4º LUGAR
2	6,2	8,2	0633 - KLAUCIANE PELENTIR	5º LUGAR
1	7,0	8,0	0254 - CLOVIS B. JUNIOR	6º LUGAR
2	5,8	7,8	0590 - ELIZANDRA LOVATEL	7º LUGAR
2	5,8	7,8	0691 - PATRICIA DE SIQUEIRA	8º LUGAR
1	6,2	7,2	0710 - RUBYANY BRANDAO SAVARIS	9º LUGAR
1	6,2	7,2	0066 - JULIANO KLOSS	10º LUGAR
0	7,0	7,0	0397 - ALEX EMANUEL RECH	11º LUGAR
1	6,0	7,0	0493 - KALIANA BOZ	12º LUGAR
1	6,0	7,0	0598 - DANIELI DO PRADO	13º LUGAR
1	5,6	6,6	0606 - LINDOMAR DOS SANTOS	14º LUGAR
1	5,6	6,6	0384 - FRANCIELI AP. CAZARA	15º LUGAR
1	5,6	6,6	0802 - BIANCA A. SPIRONELO	16º LUGAR
0	6,4	6,4	0519 - JULIANO DO PRADO	17º LUGAR
1	5,4	6,4	0069 - EDSON F. MORETTI	18º LUGAR
2	4,2	6,2	0305 - LUIZ ANTONIO LOVATEL	19º LUGAR
0	6,0	6,0	0705 - ALBERTO J. SARTORI	20º LUGAR
0	5,8	5,8	0629 - OSEIAS D AVILA	21º LUGAR
1	4,8	5,8	0315 - AMAURI MACHADO	22º LUGAR
1	4,8	5,8	0662 - MOISES LOPES	23º LUGAR
1	4,6	5,6	0222 - VALDECIR J. SARETTA	24º LUGAR
1	4,4	5,4	0581 - JULIANA BONAMIGO	25º LUGAR
1	4,2	5,2	0817 - ECTOR ALEX FANO	26º LUGAR
0	4,4	4,4	0756 - LEONIR KAYSER	27º LUGAR
0	4,2	4,2	0404 - CARINA DA SILVA	28º LUGAR

M.F	AUXILIAR DE PROFESSOR	CLASSIFICAÇÃO
6,4	0472 - JANETE BAZZO SPADINI	1º LUGAR
6,4	0287 - VANUSA AP. P. DA SILVA	2º LUGAR
6,2	0309 - DEBORA DAMBROS	3º LUGAR
6,2	0327 - MONICA ALBARA	4º LUGAR
6,2	0346 - ENILCE M. MERIB	5º LUGAR
6,0	0369 - LUCIELI PERI	6º LUGAR
6,0	0271 - PATRICIA G. BENTACH	7º LUGAR
6,0	0661 - JOSIANE FREISLEBEN	8º LUGAR
6,0	0445 - MARILEI AP. MACHADO	9º LUGAR
6,0	0224 - ELISANGELA T. G. MARTINELI	10º LUGAR
5,8	0109 - CAMILA R. CARLETTI	11º LUGAR
5,8	0459 - ALINE PATRICIA DA SILVA	12º LUGAR
5,8	0310 - LETICIA PALINSK	13º LUGAR
5,8	0557 - JULIANA A. BAZZI PERI	14º LUGAR

A MÉDIA FINAL É RESULTADO CONFORME CONSTA EM EDITAL ITEM 8.2.1 e ITEM, 8.2.2.  
O CRITÉRIO DE DESEMPATE SE BASEIA NO ITEM 8.4 DO REFERIDO EDITAL.  
PARA OS CARGOS DE PROFESSORES É ACRESCENTADO O PESO DOS TÍTULOS.

<b>M.F AUXILIAR DE PROFESSOR - (Continuação)</b>		<b>CLASSIFICAÇÃO</b>
5,8	0471 - KERLY DE GIACOMETTI	15º LUGAR
5,6	0565 - ANDREIA AP. DA ROSA	16º LUGAR
5,6	0785 - THIARA J. SCHEUERMANN	17º LUGAR
5,6	0425 - ANILIZE A. MORESCO	18º LUGAR
5,6	0416 - MARILIA HACK	19º LUGAR
5,6	0728 - MARA FERREIRA	20º LUGAR
5,6	0374 - JANAINA AP. REQUES	21º LUGAR
5,6	0768 - JOSIANE FERREIRA	22º LUGAR
5,6	0077 - SIMONE ANTUNES G. VIGANO	23º LUGAR
5,4	0304 - CASSIA R. ZANINI	24º LUGAR
5,4	0363 - JANETE DA ROSA	25º LUGAR
5,4	0475 - LUCIANA PEREIRA DA S. SCHRODER	26º LUGAR
5,4	0403 - MAIARA B. SCHILLER	27º LUGAR
5,4	0025 - ANAGIBA A. COLLE	28º LUGAR
5,4	0039 - LUCAS A. DORINI	29º LUGAR
5,4	0008 - LEONIR AP. MACHADO	30º LUGAR
5,4	0571 - DARLIANE C. NORA	31º LUGAR
5,4	0221 - EDINEIA P. BOOF	32º LUGAR
5,2	0278 - CLEUCIR CABRAL	33º LUGAR
5,2	0679 - GRACIELE ZILLOTTO	34º LUGAR
5,2	0637 - RUBIA LUCIA MAGRINELLI	35º LUGAR
5,2	0430 - ADELAIDE T. PAZA	36º LUGAR
5,2	0399 - JAKELINE ANGELI	37º LUGAR
5,2	0544 - MONAISE F. C. CRIVELATTI	38º LUGAR
5,2	0541 - MARILEI DA SILVA P. BERGAMO	39º LUGAR
5,2	0579 - EDINEIA M. C. COELLI	40º LUGAR
5,0	0230 - RENATA ALVES DOS SANTOS	41º LUGAR
5,0	0297 - MONICA R. DALAVEQUIA	42º LUGAR
5,0	0326 - MARIA AP. FRARON	43º LUGAR
5,0	0740 - PATRICIA ROQUE DE M. COLOMBO	44º LUGAR
5,0	0680 - TAMIRIS GIRIOLI	45º LUGAR
5,0	0711 - CRISTIANE DO AMARAL	46º LUGAR
5,0	0447 - GICELI AP. B. DAMBROS	47º LUGAR
5,0	0617 - JENNILY MARQUES	48º LUGAR
5,0	0111 - ALESSANDRA DORINI	49º LUGAR
5,0	0110 - LUANA GAZZOLA	50º LUGAR
5,0	0205 - JULANE B. KWIATKOVSKI	51º LUGAR
4,8	0253 - ELIZABETE FERREIRA	52º LUGAR
4,8	0240 - ANDRESSA M. DA ROSA	53º LUGAR
4,8	0358 - GISLEIDE AP. RODRIGUES	54º LUGAR
4,8	0375 - LUCILENE P. DOS SANTOS	55º LUGAR
4,8	0709 - MARIA CRISTIANE WUNDER	56º LUGAR
4,8	0427 - JOELICE MASCARELLO	57º LUGAR
4,8	0396 - CRISTIANE F. PEREIRA	58º LUGAR
4,8	0431 - ANDREIA MASSON	59º LUGAR
4,8	0014 - GISLAINE DA SILVA	60º LUGAR
4,8	0063 - ROSANE N. DA SILVA TOALDO	61º LUGAR
4,8	0099 - ARIANE SURDI	62º LUGAR
4,8	0046 - ADERLISE FATIMA R. SIVIERO	63º LUGAR

A MÉDIA FINAL É RESULTADO CONFORME CONSTA EM EDITAL ITEM 8.2.1 e ITEM, 8.2.2.  
O CRITÉRIO DE DESEMPATE SE BASEIA NO ITEM 8.4 DO REFERIDO EDITAL.  
PARA OS CARGOS DE PROFESSORES É ACRESCENTADO O PESO DOS TÍTULOS.

<b>M.F AUXILIAR DE PROFESSOR - (Continuação)</b>		<b>CLASSIFICAÇÃO</b>
4,8	0625 - JANE R. CAMPIONI	64º LUGAR
4,8	0211 - GISELE DA SILVA F. SETTI	65º LUGAR
4,6	0259 - ANA AP. SCHMIDT	66º LUGAR
4,6	0381 - SUELI C. WEBBER	67º LUGAR
4,6	0723 - MONAISE AP. DE F. AMALCABURIO	68º LUGAR
4,6	0650 - ANA CAROLINE GUIMARAES	69º LUGAR
4,6	0672 - ELISANGELA DE FATIMA R. CALEGARI	70º LUGAR
4,6	0687 - ROSANE MACHADO	71º LUGAR
4,6	0684 - MARIELI F. FACCIN	72º LUGAR
4,6	0486 - MARIA SIMONE X. A. DA ROSA	73º LUGAR
4,6	0489 - CHAIANE FRIZZO	74º LUGAR
4,6	0024 - MONICA L. DUARTE	75º LUGAR
4,6	0047 - ALDA ROSENEI C. CORDEIRO	76º LUGAR
4,6	0587 - ELIANE L. DOS SANTOS	77º LUGAR
4,6	0582 - DIANDRA P. COLOMBO	78º LUGAR
4,6	0546 - LUCILENE DA SILVA SARMENTO	79º LUGAR
4,6	0561 - ALINE BERNART BARETTA	80º LUGAR
4,6	0192 - JUCILENE T. SURDI	81º LUGAR
4,6	0163 - MARINES S. KOCH	82º LUGAR
4,6	0212 - CRISTIANE AP. DE OLIVEIRA	83º LUGAR
4,6	0213 - TAILANE G. DE MATOS MASSON	84º LUGAR
4,4	0232 - FRANCIELI M. VERGANI	85º LUGAR
4,4	0313 - GABRIELA SURDI	86º LUGAR
4,4	0337 - CARLA SIMONE VIGOLO	87º LUGAR
4,4	0697 - IANA LARISSA W. DARGA	88º LUGAR
4,4	0503 - GLACI MARIA P. S. BORGES	89º LUGAR
4,4	0504 - RENATA FERNANDA NORA	90º LUGAR
4,4	0080 - ADENIZIANA DAROS	91º LUGAR
4,4	0083 - ANA MARIA I. SURDI	92º LUGAR
4,4	0074 - ELAINE F. DOS SANTOS	93º LUGAR
4,4	0055 - CRISTIANE AP. ROSALEN	94º LUGAR
4,4	0601 - MARILCE GOTARDO	95º LUGAR
4,4	0518 - CHARLY MARCON	96º LUGAR
4,4	0156 - LILIAN DE FATIMA INACIO	97º LUGAR
4,2	0231 - NILZA THOMAZ DE V. BERGAMO	98º LUGAR
4,2	0308 - VILMA DA SILVA P. KUNZ	99º LUGAR
4,2	0321 - LAILA V. RODRIGUES	100º LUGAR
4,2	0387 - BELONI DA LUZ	101º LUGAR
4,2	0712 - JUCILEI TENUTTI	102º LUGAR
4,2	0760 - SIMONE DA SILVA RIBEIRO	103º LUGAR
4,2	0487 - VANESSA DE MATTOS	104º LUGAR
4,2	0497 - SOLANGE S. FACCIN COLOMBO	105º LUGAR
4,2	0034 - SCHAIANE BOLZANI	106º LUGAR
4,2	0058 - ALINE AP. DUTRA	107º LUGAR
4,2	0093 - ROSELAINA HOFFMA	108º LUGAR
4,2	0626 - MARIA G. ALVES MENDES	109º LUGAR
4,2	0559 - JOSANE AP. DE ALMEIDA	110º LUGAR
4,2	0627 - VANESSA DA SILVA	111º LUGAR
4,2	0154 - GELSSI C. CASSIANO	112º LUGAR



**A MÉDIA FINAL É RESULTADO CONFORME CONSTA EM EDITAL ITEM 8.2.1 e ITEM, 8.2.2.  
O CRITÉRIO DE DESEMPATE SE BASEIA NO ITEM 8.4 DO REFERIDO EDITAL.  
PARA OS CARGOS DE PROFESSORES É ACRESCENTADO O PESO DOS TÍTULOS.**

<b>M.F</b>	<b>AUXILIAR DE PROFESSOR - (Continuação)</b>	<b>CLASSIFICAÇÃO</b>
4,2	0162 - JESIELE P. L. DUARTE	113º LUGAR
4,2	0819 - MELANIA P. RIBEIRO	114º LUGAR
4,0	0282 - DAIANA A. DE CAMPOS	115º LUGAR
4,0	0248 - ELINE J. CHAVES	116º LUGAR
4,0	0345 - SONIA TEREZINHA BARANCELLI	117º LUGAR
4,0	0764 - FLAVIA H. BONATO	118º LUGAR
4,0	0406 - KARIMONE PAULA GALIO	119º LUGAR
4,0	0450 - FRANCIELI AP. VIDY	120º LUGAR
4,0	0045 - ROSANGELA R. FACCIN	121º LUGAR
4,0	0594 - MICHELE PISSOLI	122º LUGAR
4,0	0540 - THAIS REGINA DO NASCIMENTO	123º LUGAR
4,0	0520 - JOZIANE CALEGARI	124º LUGAR
4,0	0168 - VANESSA SIVIERO	125º LUGAR
4,0	0132 - WILZIELINE F. S. DA COSTA	126º LUGAR
4,0	0191 - GRASIELA D. BORIN	127º LUGAR
4,0	0218 - FERNANDA C. SERENA	128º LUGAR
4,0	0178 - ELIANE L. DUARTE	129º LUGAR
4,0	0179 - SONA U. STRAPASSAO	130º LUGAR
4,0	0797 - FABIA CAMILA DA ROSA	131º LUGAR
4,0	0825 - DAIANE AP. DE CORDOVA	132º LUGAR
4,0	0623 - GRAZIELA G. COAS	133º LUGAR

<b>TIT.</b>	<b>N.P</b>	<b>M.F</b>	<b>PROFESSOR DE ARTES</b>	<b>CLASSIFICAÇÃO</b>
2	6,4	8,4	0394 - MIRIAN DE AZEVEDO E SILVA	1º LUGAR
2	6,0	8,0	0322 - MARCIA TEREZINHA HANEL TOSCAN	2º LUGAR
2	5,8	7,8	0611 - LILIA APARECIDA GOTARDO	3º LUGAR
1	6,6	7,6	0352 - ANGELA CARLA DORINI	4º LUGAR
2	5,6	7,6	0257 - EDITE BRESSAN SAVARIS	5º LUGAR
0	5,8	5,8	0172 - SILVANA APARECIDA ANTUNES	6º LUGAR
1	4,4	5,4	0139 - ELISETE SONEGO	7º LUGAR
0	5,0	5,0	0085 - MARILDA RODRIGUES	8º LUGAR
1	4,0	5,0	0410 - SILVANA BARETA	9º LUGAR
0	4,4	4,4	0115 - ROSANE DE OLIVEIRA SOUZA	10º LUGAR

<b>M.F</b>	<b>SECRETÁRIO DE ESCOLA</b>	<b>CLASSIFICAÇÃO</b>
8,8	0280 - MARCELA DARGA	1º LUGAR
6,4	0794 - KATIA BAZZO	2º LUGAR
6,0	0344 - NEIVA CRISTINA MECABO	3º LUGAR
5,8	0604 - LILIAN APARECIDA RAMOS	4º LUGAR
5,4	0706 - ELIZANE MARIA ALVES	5º LUGAR
5,0	0815 - VANDERSON PRONER CHIAMULERA	6º LUGAR
4,8	0491 - SCHAILANA MARA LOVATEL	7º LUGAR

**A MÉDIA FINAL É RESULTADO CONFORME CONSTA EM EDITAL ITEM 8.2.1 e ITEM, 8.2.2.  
O CRITÉRIO DE DESEMPATE SE BASEIA NO ITEM 8.4 DO REFERIDO EDITAL.  
PARA OS CARGOS DE PROFESSORES É ACRESCENTADO O PESO DOS TÍTULOS.**

<b>TIT.</b>	<b>N.P</b>	<b>M.F</b>	<b>PROFESSOR DE MATEMÁTICA</b>	<b>CLASSIFICAÇÃO</b>
2	8,2	10,2	0725 - DIRCE ADRIANE SCARTON	1º LUGAR
0	10,0	10,0	0572 - ALINE MARIA DE LIMA	2º LUGAR
2	7,8	9,8	0553 - CARMEN METZKE MARKUS	3º LUGAR
2	6,0	8,0	0612 - PATRICIA VIGANO	4º LUGAR
2	5,2	7,2	0010 - ANDREA RIBAS DE MATOS	5º LUGAR
0	5,8	5,8	0241 - SIMONE C. ZENI CORA	6º LUGAR
0	4,6	4,6	0365 - SIMONE CARVALHO DA SILVA	7º LUGAR

<b>TIT.</b>	<b>N.P</b>	<b>M.F</b>	<b>PROFESSOR DE CIENCIAS</b>	<b>CLASSIFICAÇÃO</b>
2	6,0	8,0	0220 - SIMONE SALETE ZAPALALIO	1º LUGAR
2	5,2	7,2	0778 - DENIR BRANCALIONE	2º LUGAR
2	5,0	7,0	0364 - CRISTIANE GALIO	3º LUGAR
0	5,0	5,0	0351 - HAIALA MICHELINI MASSON	4º LUGAR

<b>TIT.</b>	<b>N.P</b>	<b>M.F</b>	<b>PROFESSOR LINGUA INGLESA</b>	<b>CLASSIFICAÇÃO</b>
2	5,4	7,4	0197 - LUCIANA MILAN STRINGHI	1º LUGAR
2	4,4	6,4	0456 - VANUZA REGINA SITNIEWSKI	2º LUGAR
2	4,0	6,0	0338 -FRANCIELE FRANKE	3º LUGAR

<b>TIT.</b>	<b>N.P</b>	<b>M.F</b>	<b>PROFESSOR DE LINGUA PORTUGUESA</b>	<b>CLASSIFICAÇÃO</b>
2	7,4	9,4	0505 - CLAUDIA MARIA PIOVEZAM	1º LUGAR
2	7,2	9,2	0323 - ARACELY AMALIA VIEL	2º LUGAR
2	6,8	8,8	0608 - ZAUDILE DURIGON	3º LUGAR
1	7,4	8,4	0347 - SAIONARA DE FATIMA A. RAMOS	4º LUGAR
1	6,0	7,0	0675 - LUANA PAULA RODRIGUES	5º LUGAR

<b>M.F</b>	<b>FUTSAL - TREINAMENTO</b>	<b>CLASSIFICAÇÃO</b>
7,0	0700 - MARCIO LUIZ WERLANG	1º LUGAR
6,6	0630 - SERGIO RODRIGUES DOS SANTOS	2º LUGAR

<b>M.F</b>	<b>HANDEBOL - ESCOLINHA</b>	<b>CLASSIFICAÇÃO</b>
5,0	0657 - JUCELMA ANGELA POGGERE	1º LUGAR

<b>M.F</b>	<b>FUTSAL - ESCOLINHA</b>	<b>CLASSIFICAÇÃO</b>
7,0	0228 - FELIPE JOSE MIQUELOTO	1º LUGAR

<b>M.F</b>	<b>BOCHA - ESCOLINHA</b>	<b>CLASSIFICAÇÃO</b>
7,8	0285 - ALVARO JOSE DE CASTRO M. HOLETZ	1º LUGAR
6,0	0719 - GILBERTO BASEI JUNIOR	2º LUGAR
4,8	0273 - GERSON ANTONIO PRANDO	3º LUGAR

<b>M.F</b>	<b>FUTEBOL - ESCOLINHA</b>	<b>CLASSIFICAÇÃO</b>
7,6	0783 - ROMI VILARINO LIRA	1º LUGAR

<b>M.F</b>	<b>HAENCON-DO - ESCOLINHA</b>	<b>CLASSIFICAÇÃO</b>
6,6	0157 - RUDEMAR DIRCEU DICKEL	1º LUGAR

A MÉDIA FINAL É RESULTADO CONFORME CONSTA EM EDITAL ITEM 8.2.1 e ITEM, 8.2.2.  
O CRITÉRIO DE DESEMPATE SE BASEIA NO ITEM 8.4 DO REFERIDO EDITAL.  
PARA OS CARGOS DE PROFESSORES É ACRESCENTADO O PESO DOS TÍTULOS.

<b>M.F VOLEIBOL - ESCOLINHA</b>		<b>CLASSIFICAÇÃO</b>
0,0	AUSENTE	
<b>M.F TEC. ATIVIDADES DESPORTIVAS - XADREZ</b>		<b>CLASSIFICAÇÃO</b>
6,6	0424 - EDISON LUIZ DE OLIVEIRA	1º LUGAR
<b>M.F TEC. ATIVIDADES DESPORTIVAS - BOLÃO</b>		<b>CLASSIFICAÇÃO</b>
NÃO HOUVE APROVAÇÃO		XXXX
<b>M.F PROJETO CECON - INFORMÁTICA</b>		<b>CLASSIFICAÇÃO</b>
8,0	0081 - NAIRA DELAZARI	1º LUGAR
6,4	0193 - CHALES ANTONIO ALVES	2º LUGAR
6,0	0355 - JONATAN FELIPE BONAMIGO	3º LUGAR
6,0	0525 - ALESSANDRA ROQUE DE MORAES	4º LUGAR
5,4	0414 - DENIS ZANARO RIBEIRO	5º LUGAR
5,4	0781 - CLAUDINOR DE ABREU	6º LUGAR
4,8	0210 - SABRINA ALMEIDA	7º LUGAR
4,6	0481 - ANDRE MARCIO NEUMANN	8º LUGAR
4,6	0667 - ELIANE FRANKE	9º LUGAR
<b>M.F PROJETO CECON - RECREAÇÃO</b>		<b>CLASSIFICAÇÃO</b>
7,0	0270 - LAURA BONADIMAN	1º LUGAR
7,0	0721 - JOSIMARI DONDONI DO AMARAL	2º LUGAR
6,6	0641 - PATRICIA OLIVERIO DA COSTA	3º LUGAR
5,0	0654 - ALINE APARECIDA SCHIMDT DAMBROS	4º LUGAR
<b>M.F INST.TECNICO - ARTES CÊNICAS</b>		<b>CLASSIFICAÇÃO</b>
8,0	0761 - ALDETE BOARETTO	1º LUGAR
7,6	0766 - FERNANDA SPIRONELO	2º LUGAR
6,6	0602 - LUCIANA CRISTINA BUSSACRO	3º LUGAR
5,0	0819 - ARLETE TEREZINHA GRALHA	4º LUGAR
<b>M.F PROJETO CECON - CANTO</b>		<b>CLASSIFICAÇÃO</b>
7,0	0219 - ALDINA DA SILVA BASEGGIO	1º LUGAR
4,6	0807 - EDINEI DA SILVA ROSSETE	2º LUGAR
<b>M.F PROJETO CECON - CUSTOMIZAÇÃO</b>		<b>CLASSIFICAÇÃO</b>
6,0	0678 - ANA MARIZE SAVARIS DORINI	1º LUGAR
<b>M.F PROJETO CECON - ARTE APLICADA</b>		<b>CLASSIFICAÇÃO</b>
4,6	0782 - ALINE SOCCOL	1º LUGAR
<b>M.F PROJETO CECON - CULINÁRIA</b>		<b>CLASSIFICAÇÃO</b>
6,8	0143 - ELIANA MARIA SARTORI DAMBROS	1º LUGAR
<b>M.F PROJETO CECON - BIJUTERIA</b>		<b>CLASSIFICAÇÃO</b>
4,4	0733 - NILCE TOALDO DAMBROS	1º LUGAR

A MÉDIA FINAL É RESULTADO CONFORME CONSTA EM EDITAL ITEM 8.2.1 e ITEM, 8.2.2.  
O CRITÉRIO DE DESEMPATE SE BASEIA NO ITEM 8.4 DO REFERIDO EDITAL.  
PARA OS CARGOS DE PROFESSORES É ACRESCENTADO O PESO DOS TÍTULOS.

TIT.	N.P	M.F	PROFESSOR DE INFORMÁTICA	CLASSIFICAÇÃO
1	7,4	8,4	0119 - ANA PAULA FRANCESCHI	1º LUGAR
0	7,0	7,0	0767 - ANDRE LUIZ RECALCATTI	2º LUGAR
2	5,0	7,0	0460 - LUCI RAMOS FACHIN	3º LUGAR
1	5,8	6,8	0720 - ANGELICA RIBEIRO GALIO	4º LUGAR
1	5,6	6,6	0656 - THIAGO THEODORO DA SILVA	5º LUGAR
0	4,8	4,8	0784 - ROBSON RODRIGO DE ROSSI	6º LUGAR

TIT.	N.P	M.F	PROFESSOR DE HISTÓRIA	CLASSIFICAÇÃO
2	6,6	8,6	0713 - SELMAR JOSE KLEIN	1º LUGAR
1	6,4	7,4	0770 - EDNA APARECIDA PETRY	2º LUGAR
0	6,8	6,8	0316 - JORGE LUIZ MECABO	3º LUGAR
0	5,8	5,8	0584 - ROCYANA BRANDAO	4º LUGAR
0	5,8	5,8	0771 - CARLOS EDUARDO JUNG	5º LUGAR

TIT.	N.P	M.F	PROFESSOR DE GEOGRAFIA	CLASSIFICAÇÃO
2	6,8	8,8	0413 - MARCIA ROSANA BARTH	1º LUGAR
2	6,0	8,0	0521 - VANIA SCHWAIZER	2º LUGAR
0	5,8	5,8	0649 - ANDRE MARTINAZZO	3º LUGAR
0	4,2	4,2	0827 - EDINARA MADRUGA E SOUZA	4º LUGAR

TIT.	N.P	M.F	PROFESSOR PEDAGOGIA - EDUC. INFANTIL	CLASSIFICAÇÃO
2	7,6	9,6	0022 - CLECIANE DA SILVA	1º LUGAR
2	7,6	9,6	0759 - MARCIA PEROTONI	2º LUGAR
2	7,4	9,4	0234 - LEILA ROBERTA BARETA	3º LUGAR
2	7,2	9,2	0247 - MAVIS CAPELETI	4º LUGAR
2	7,2	9,2	0449 - GECY TEREZINHA D. DAMBROS	5º LUGAR
2	7,0	9,0	0071 - CLEUSA DE LURDES B. GENARO	6º LUGAR
2	7,0	9,0	0506 - GISELE APARECIDA SZEMASQUI	7º LUGAR
2	6,6	8,6	0339 - MARCIA APARECIDA SUSIN HACK	8º LUGAR
2	6,4	8,4	0246 - MARCIA CAROLINA MULLER	9º LUGAR
2	6,4	8,4	0102 - MARIZA LUCIA SONEGO	10º LUGAR
2	6,4	8,4	0664 - DULCE DA SILVA GIACOMELI	11º LUGAR
2	6,4	8,4	0073 - LILIAN MENDES MOREIRA	12º LUGAR
2	6,4	8,4	0683 - ELIANE MARTINELI	13º LUGAR
1	7,2	8,2	0438 - JOCINEIA LUKACVIZ	14º LUGAR
2	6,2	8,2	0646 - ARINEIDE DE FATIMA HERMES	15º LUGAR
2	6,2	8,2	0341 - IVANIR SALETE DUARTE DORINI	16º LUGAR
2	6,0	8,0	0268 - JOCILEI DORIGON HELT	17º LUGAR
2	6,0	8,0	0408 - ROSELI ZANON CORDEIRO	18º LUGAR
2	5,8	7,8	0340 - MONICA MARTA STILMER	19º LUGAR
2	5,8	7,8	0492 - CARLA SOARES DE ALMEIDA	20º LUGAR
2	5,8	7,8	0272 - ELENA APARECIDA O. MENEGAZZO	21º LUGAR
2	5,8	7,8	0488 - ANDREIA FRASSETTO BAZZO	22º LUGAR
2	5,6	7,6	0177 - FATIMA S. DA SILVA	23º LUGAR
2	5,6	7,6	0589 - MARCIA MARIA B. MARQUES	24º LUGAR
2	5,6	7,6	0354 - ELUSA P. SANTOS N. DE MATOS	25º LUGAR
2	5,6	7,6	0555 - SILVANA MARISTELA M. VETORAZI	26º LUGAR
2	5,4	7,4	0539 - GRACIELE HELT TIEPO	27º LUGAR
2	5,4	7,4	0642 - JULIANA PIEIRI DUARTE	28º LUGAR



**A MÉDIA FINAL É RESULTADO CONFORME CONSTA EM EDITAL ITEM 8.2.1 e ITEM, 8.2.2.  
O CRITÉRIO DE DESEMPATE SE BASEIA NO ITEM 8.4 DO REFERIDO EDITAL.  
PARA OS CARGOS DE PROFESSORES É ACRESCENTADO O PESO DOS TÍTULOS.**

TIT.	N.P	M.F	PROFESSOR PEDAGOGIA - EDUC. INFANTIL	CLASSIFICAÇÃO
1	6,2	7,2	0237 - KAREN ALBERTI HELT	29º LUGAR
2	5,2	7,2	0448 - JOCEMARA DE LIMA	30º LUGAR
2	5,2	7,2	0182 - LOURDES VIDI DAMBROS	31º LUGAR
2	5,2	7,2	0652 - CARMEM LUCIA C. BONATO	32º LUGAR
0	7,0	7,0	0190 - MELANIA ALVES	33º LUGAR
0	6,8	6,8	0216 - ROSANE R. DA SILVA E SOUZA	34º LUGAR
1	5,8	6,8	0645 - LIDIANE KOCH	35º LUGAR
1	5,8	6,8	0494 - SIMAIQUI TERESINHA DOS SANTOS	36º LUGAR
1	5,8	6,8	0175 - NEIVA APARECIDA S. MANTOVANI	37º LUGAR
1	5,8	6,8	0207 - MIRIAN MASCARELLO	38º LUGAR
1	5,6	6,6	0436 - ELIZANDRA CARLA GASPARINI	39º LUGAR
2	4,6	6,6	0187 - KARLA LUCIANA VICARI MENEGAS	40º LUGAR
1	5,4	6,4	0660 - KELLY CRISTINE BIARZI	41º LUGAR
2	4,4	6,4	0395 - SANDRA MARA TURATTO	42º LUGAR
1	5,2	6,2	0524 - JANE MARIA DE ANDRADE	43º LUGAR
0	6,0	6,0	0167 - ROSEMARI PIRES SARETA	44º LUGAR
0	6,0	6,0	0577 - EDILAINE KARINE F. DE OLIVEIRA	45º LUGAR
1	5,0	6,0	0698 - JANICE SALETE DA SILVA	46º LUGAR
2	4,0	6,0	0515 - SIRLEI CASSUBA	47º LUGAR
1	4,8	5,8	0522 - NADIA MARIA SUZIN	48º LUGAR
0	5,6	5,6	0681 - FERNANDA DEISI RAMOS	49º LUGAR
0	5,6	5,6	0318 - SABRINA LOVISON	50º LUGAR
0	5,4	5,4	0478 - NAIANA ANGELICA SCARTON	51º LUGAR
0	5,4	5,4	0041 - MONEA SOARES B. PESSOLI	52º LUGAR
0	5,2	5,2	0616 - DAIANE KIELING	53º LUGAR
0	5,2	5,2	0130 - FRANCIELE ALINE ZUCCHI	54º LUGAR
0	5,0	5,0	0004 - LISIANE MARIA MASSON	55º LUGAR
0	4,8	4,8	0477 - ZENIR APARECIDA S. SCARTON	56º LUGAR
0	4,6	4,6	0509 - GENICE V. SOARES DOS SANTOS	57º LUGAR
0	4,0	4,0	0701 - KELI POLO	58º LUGAR

TIT.	N.P	M.F	PROFESSOR PEDAGOGIA - SÉRIES INICIAIS	CLASSIFICAÇÃO
2	6,0	8,0	0537 - CLAUDETE ANDREIS BLANCK	1º LUGAR
2	5,8	7,8	0442 - JAQUELINE ISGANZELA	2º LUGAR
2	5,8	7,8	0692 - PATRICIA FATIMA T. BARETA	3º LUGAR
2	5,6	7,6	0622 - MARIZA ELI DALIA M. CASARA	4º LUGAR
2	5,4	7,4	0235 - GILOBERTO JOSE VARGAS	5º LUGAR
2	5,4	7,4	0446 - ANDREA APARECIDA DE AZEVEDO	6º LUGAR
2	5,4	7,4	0238 - LUCIANA CRISTINA T. BARETA	7º LUGAR
1	6,2	7,2	0415 - TAILANE ESGANZELA	8º LUGAR
2	5,2	7,2	0068 - ROSELANE LANCINI GARCIA	9º LUGAR
2	5,2	7,2	0726 - ROSILEI BARETA	10º LUGAR
2	5,2	7,2	0042 - DEBORA A. AZEVEDO RODRIGUES	11º LUGAR
2	5,2	7,2	0101 - EVANI MARICHEN LAMB RIFFEL	12º LUGAR
2	5,0	7,0	0382 - GISELI APARECIDA B. COLOMBO	13º LUGAR
2	5,0	7,0	0545 - DIANA REGINA VIGANO	14º LUGAR
2	5,0	7,0	0563 - ANALINE BASEI DA ROSA	15º LUGAR
2	4,8	6,8	0400 - JANETE LUCIA BEVILAQUA	16º LUGAR
2	4,8	6,8	0534 - ELIZANGELA JAENSCH	17º LUGAR

**A MÉDIA FINAL É RESULTADO CONFORME CONSTA EM EDITAL ITEM 8.2.1 e ITEM, 8.2.2.  
O CRITÉRIO DE DESEMPATE SE BASEIA NO ITEM 8.4 DO REFERIDO EDITAL.  
PARA OS CARGOS DE PROFESSORES É ACRESCENTADO O PESO DOS TÍTULOS.**

<b>TIT.</b>	<b>N.P</b>	<b>M.F</b>	<b>PROFESSOR PEDAGOGIA - SÉRIES INICIAIS</b>	<b>CLASSIFICAÇÃO</b>
2	4,6	6,6	0409 - AMARILDA APARECIDA R. DAMBROS	18º LUGAR
2	4,6	6,6	0473 - DIRLEI DA SILVA	19º LUGAR
2	4,4	6,4	0317 - JOSIANE BALBINOT	20º LUGAR
2	4,4	6,4	0465 - FRANCIANE TONINI	21º LUGAR
2	4,4	6,4	0512 - FRANCIELE RIBEIRO MARCONDES	22º LUGAR
2	4,4	6,4	0439 - ANA ELOI S. DE OLIVEIRA	23º LUGAR
2	4,4	6,4	0722 - LUCRECIA COLOMBO	24º LUGAR
2	4,4	6,4	0547 - MARIA GORETE ZANATTA	25º LUGAR
2	4,2	6,2	0388 - SILVIA REGINA DE GODOY	26º LUGAR
2	4,2	6,2	0597 - VERA LUCIA A. O. ALMEIDA	27º LUGAR
1	5,0	6,0	0105 - JIOVANA A. G. FRANCESCHINI	28º LUGAR
1	5,0	6,0	0373 - BEATRIZ ALMEIDA RAMOS	29º LUGAR
1	5,0	6,0	0586 - ROSEMERI PRANDO	30º LUGAR
1	5,0	6,0	0663 - GISSELE BEATRIZ BOF. DA CAZ	31º LUGAR
2	4,0	6,0	0757 - ANA PAULA SOCCOL	32º LUGAR
2	4,0	6,0	0078 - REGIANE CRISTINA L. GIULIATO	33º LUGAR
2	4,0	6,0	0421 - BELONI DOS PRAZERES DA SILVA	34º LUGAR
1	4,8	5,8	0499 - NIANE DE AZEVEDO	35º LUGAR
1	4,6	5,6	0813 - MARIA REGINA L. C. MILESKI	36º LUGAR
1	4,0	5,0	0343 - JUCIANE FATIMA M. LOPES	37º LUGAR
0	4,8	4,8	0350 - MARISOL BEATRIZ ALVES	38º LUGAR
0	4,8	4,8	0653 - MARINES REMOALDO DUTRA	39º LUGAR

<b>M.F</b>	<b>AUXILIAR DE ENFERMAGEM</b>	<b>CLASSIFICAÇÃO</b>
9,2	0796 - GRAZIELI DE MATTOS	1º LUGAR
9,2	0027 - ADRIANA MANDELICHE	2º LUGAR
9,0	0155 - JOSIANI CASSIANO	3º LUGAR
8,8	0160 - MERILIN CAROLINE DE LIMA	4º LUGAR
8,8	0688 - ANALU FRANCISCA OLIVO V. TESSARO	5º LUGAR
8,8	0714 - DAIANE MORESCO CASADO	6º LUGAR
8,8	0470 - JOELMA APARECIDA GANZALA	7º LUGAR
8,8	0330 - LURDETE FATIMA ANDRIONI	8º LUGAR
8,4	0366 - ADRIANE DE LIMA	9º LUGAR
8,4	0718 - DAILI VIEIRA LOPES ZANARO	10º LUGAR
8,4	0053 - EDENARA MARIA M. DOS SANTOS	11º LUGAR
8,4	0261 - LECI TERESINHA DE ALMEIDA	12º LUGAR
8,2	0052 - LUCIMARI MENDES R. CALLUANS	13º LUGAR
8,2	0088 - BEATRIS DE LIMA	14º LUGAR
8,0	0275 - ANGELA APARECIDA PEZZOLE	15º LUGAR
8,0	0170 - MARLI TEREZINHA SURDI	16º LUGAR
7,8	0353 - SIRLEI FERNANDES DE LIMA	17º LUGAR
7,6	0289 - FRANCIELI TATIANA ALMEIDA	18º LUGAR
7,6	0057 - SIMONE APARECIDA DA SILVA	19º LUGAR
7,4	0779 - LETICIA ISABEL MULLER	20º LUGAR
7,2	0610 - BEATRIZ LOPES DUARTE	21º LUGAR
7,2	0214 - EUNICE FERREIRA C. SOARES	22º LUGAR
7,0	0229 - MIRIAM JAQUELINE R. MACHAJEWSKI	23º LUGAR

**A MÉDIA FINAL É RESULTADO CONFORME CONSTA EM EDITAL ITEM 8.2.1 e ITEM, 8.2.2.  
O CRITÉRIO DE DESEMPATE SE BASEIA NO ITEM 8.4 DO REFERIDO EDITAL.  
PARA OS CARGOS DE PROFESSORES É ACRESCENTADO O PESO DOS TÍTULOS.**

<b>M.F AUXILIAR DE ENFERMAGEM - (Continuação)</b>		<b>CLASSIFICAÇÃO</b>
7,0	0011 - ELIZABETE SIMONE BOF	24º LUGAR
6,6	0666 - MARLEI APARECIDA FRACASSO	25º LUGAR
6,6	0826 - LEDIANE TOSCAN	26º LUGAR
<b>M.F AGENTE SERV. GERAIS - INFRA - ESTRUT.</b>		<b>CLASSIFICAÇÃO</b>
8,2	0422 - DEIVID SAMUEL LISBOA	1º LUGAR
7,8	0621 - EVERTON NEVES CORREA	2º LUGAR
7,6	0556 - ADILSON EZEQUIEL SOARES	3º LUGAR
7,4	0469 - MARCELO RODRIGO TAVARES	4º LUGAR
7,4	0131 - RAMIRO MARCELO DOS SANTOS	5º LUGAR
7,2	0716 - VALTER FABONATTO WOYNHAM	6º LUGAR
7,0	0386 - THIAGO JULIAN SURDI	7º LUGAR
7,0	0007 - CLAUDIO ROBERTO FORTUNA	8º LUGAR
6,8	0128 - SANDRO LUIZ GONÇALVES DA SILVA	9º LUGAR
6,8	0822 - EDENILSON JOSE LOPES	10º LUGAR
6,8	0120 - FERNANDO TENUTTI	11º LUGAR
6,8	0198 - FLAVIO JOSE DONDONI	12º LUGAR
6,8	0203 - ALCIR ROCHA PEREIRA	13º LUGAR
6,6	0121 - GUSTAVO BOTARI	14º LUGAR
6,4	0378 - JAISON MARCOS PEREIRA	15º LUGAR
6,0	0091 - ANACLETO KRAUZE	16º LUGAR
6,0	0114 - EVERSON GABRIEL KLAUZ	17º LUGAR
5,8	0113 - ALDECIR JOSE DE SOUZA	18º LUGAR
5,8	0562 - ARI ADEMIR MACHADO	19º LUGAR
5,8	0786 - ADELINO BARETTA	20º LUGAR
5,4	0260 - EZEQUIEL ALVES DA SILVEIRA	21º LUGAR
5,2	0018 - MARCOS BATISTA DOS SANTOS	22º LUGAR
5,2	0371 - PAULO CEZAR CLEN	23º LUGAR
5,0	0428 - RONILDO LUIZ DE MATOS	24º LUGAR
5,0	0495 - ADILSON DE ALMEIDA MARQUES	25º LUGAR
5,0	0573 - ALEXSANDRO TEODORO DA SILVA	26º LUGAR
5,0	0810 - EVERTON ALVES FERREIRA	27º LUGAR
4,6	0196 - FABIANO LAUX	28º LUGAR
<b>M.F FARMACEUTICO - BIOQUIMICO</b>		<b>CLASSIFICAÇÃO</b>
5,8	0051 - CAROLINA SPADER	1º LUGAR
5,4	0804 - JULIANA AMERICO RIBEIRO	2º LUGAR
<b>M.F FONOAUDIOLOGO</b>		<b>CLASSIFICAÇÃO</b>
6,6	0647 - TATIANE CLOSS PRESTES	1º LUGAR
<b>M.F ASSISTENTE SOCIAL</b>		<b>CLASSIFICAÇÃO</b>
5,2	0295 - ADRIANE DALAZEN	1º LUGAR
4,0	0789 - FERNANDA DEPORTE	2º LUGAR

A MÉDIA FINAL É RESULTADO CONFORME CONSTA EM EDITAL ITEM 8.2.1 e ITEM, 8.2.2.  
O CRITÉRIO DE DESEMPATE SE BASEIA NO ITEM 8.4 DO REFERIDO EDITAL.  
PARA OS CARGOS DE PROFESSORES É ACRESCENTADO O PESO DOS TÍTULOS.

<b>M.F PSICÓLOGO</b>		<b>CLASSIFICAÇÃO</b>
6,4	0296 - ROSELAINE BEVILAQUA	1º LUGAR
6,4	0762 - THIAGO DAMBROS	2º LUGAR
6,4	0393 - CARISE F. WOICIECHOSKI	3º LUGAR
6,2	0738 - LILIANA U. M. Z. A. DAS ROSAS	4º LUGAR
6,2	0576 - KELLY C. LOPES MOSCHEN	5º LUGAR
6,0	0763 - EDILENE TRENTIN	6º LUGAR
5,8	0599 - SANDRA AP. DACAS	7º LUGAR
5,8	0750 - ROGER M. CONTE	8º LUGAR
5,6	0727 - SIMONE C. SCHIMIDT	9º LUGAR
4,6	0417 - JOZIANE M. PAZ	10º LUGAR
4,4	0609 - DAIANE P. CARDOSO	11º LUGAR
4,0	0199 - ALESANDRA SEGALIM	12º LUGAR

<b>M.F ESCRITURÁRIO</b>		<b>CLASSIFICAÇÃO</b>
6,8	0829 - SARAH POLLIANNA SOARES	1º LUGAR
6,4	0814 - ALEX DA SILVA	2º LUGAR
6,4	0578 - MAICON CESAR SCHILLER	3º LUGAR
6,2	0173 - MAYCON LUIZ RIQUETI	4º LUGAR
6,2	0593 - JURACI FRIGO	5º LUGAR
6,2	0283 - FRANCIELI SILVEIRA DE AVILA	6º LUGAR
6,0	0405 - EDSON RAUL MASSON	7º LUGAR
5,8	0548 - JULIANA HELD	8º LUGAR
5,6	0201 - FLAVIA ANTUNES PIRES	9º LUGAR
5,6	0514 - GUSTAVO MEYER MOREIRA	10º LUGAR
5,6	0614 - CARIZE VIDI	11º LUGAR
5,4	0823 - GEOCASTRIA DO NASCIMENTO	12º LUGAR
5,4	0808 - FELIPE TIAGO VARELA PAIM	13º LUGAR
5,4	0550 - CAMILA PARIZZOTTO DE MATTOS	14º LUGAR
5,4	0619 - DANIELA HOSELBAUER	15º LUGAR
5,4	0676 - CRISTIANO SCHIMITT	16º LUGAR
5,2	0655 - LEONARDO DAMBROS	17º LUGAR
5,2	0730 - RENAN DALAVECHIA	18º LUGAR
5,2	0607 - EDIPO CHAVES STOPASSOLA	19º LUGAR
5,2	0596 - DAIANA DE MATOS	20º LUGAR
5,2	0620 - DARCI ADAO DA SILVA JUNIOR	21º LUGAR
5,2	0146 - TATIANA REGINA BROETO	22º LUGAR
5,2	0800 - CASSIO BRUNETTO	23º LUGAR
5,0	0096 - DANIELI ZUCCO	24º LUGAR
5,0	0019 - ISAIAS MORESCO	25º LUGAR
5,0	0452 - TARIK GORONZI	26º LUGAR
5,0	0724 - JUSCELAINI CRISTINI ROSSETI	27º LUGAR
5,0	0543 - JOCIELI PAULA DA LUZ	28º LUGAR
4,8	0284 - GISELI SIEPMANN	29º LUGAR
4,8	0176 - LASSARA BORTOLINI	30º LUGAR
4,8	0225 - LEANDRO BATISTA DA SILVA	31º LUGAR
4,6	0707 - DANIELE POLO	32º LUGAR
4,6	0097 - MONICA LOPES DA CUNHA	33º LUGAR



A MÉDIA FINAL É RESULTADO CONFORME CONSTA EM EDITAL ITEM 8.2.1 e ITEM, 8.2.2.  
O CRITÉRIO DE DESEMPATE SE BASEIA NO ITEM 8.4 DO REFERIDO EDITAL.  
PARA OS CARGOS DE PROFESSORES É ACRESCENTADO O PESO DOS TÍTULOS.

<b>M.F ESCRITURÁRIO - (Continuação)</b>		<b>CLASSIFICAÇÃO</b>
4,4	0084 - ELAINE FATIMA GOTARDO	34º LUGAR
4,4	0301 - VANDERLEI MADRUGA DA ROSA	35º LUGAR
4,4	0324 - CLAIR BALDO	36º LUGAR
4,4	0535 - ANELISE RODRIGUES DE LIMA	37º LUGAR
4,2	0264 - PAULA MALTAURO	38º LUGAR
4,2	0752 - TAIARA GABRIELA HINKEL	39º LUGAR
4,2	0226 - GERONIMO RODRIGO BESEN	40º LUGAR
4,2	0526 - FLAVIA FERNANDA FACCIN	41º LUGAR
4,2	0463 - GREICIELI SCHUERMANN	42º LUGAR
4,2	0737 - BRUNA BOARETO	43º LUGAR
4,0	0402 - TAMARA KARINE HORLE	44º LUGAR
4,0	0498 - DANIELA SCHWAIZER	45º LUGAR
4,0	0508 - KATIANE APARECIDA DE MATOS	46º LUGAR
4,0	0665 - ACACIO DA SILVA	47º LUGAR

<b>M.F AG.SERV.GERAIS - ED. DEMAIS SECRETARIAS</b>		<b>CLASSIFICAÇÃO</b>
9,4	0274 - ATATIANE B.CAMARCO DOS SANTOS	1º LUGAR
8,8	0082 - MARIA APARECIDA DONDONI	2º LUGAR
8,4	0126 - DIRLEI VON BORSTEL DA SILVEIRA	3º LUGAR
8,2	0528 - LUANA PAULA BRESSAN	4º LUGAR
8,2	0092 - ROSILENE DUTRA	5º LUGAR
8,2	0380 - ADRIANA DA SILVA	6º LUGAR
8,2	0148 - TEREZINHA B. COLOMBO	7º LUGAR
8,0	0658 - VANESSA APARECIDA S.A.DOS REIS	8º LUGAR
8,0	0774 - LUCIANE DURIGON	9º LUGAR
8,0	0775 - SIMONE ANTUNES DE ALMEIDA P.	10º LUGAR
8,0	0048 - NEIVA REBELATTO	11º LUGAR
7,8	0303 - CRISTINA STECKLING	12º LUGAR
7,8	0171 - ESTELA MACIEL	13º LUGAR
7,8	0455 - ANA CRSITINA BACHER	14º LUGAR
7,8	0360 - NEUZA TEREZINHA STEFANIAK	15º LUGAR
7,8	0640 - TANIA MARIA DALAVEQUIA ERCOLES	16º LUGAR
7,8	0669 - LUSIANA ANGELI HACHMANN	17º LUGAR
7,6	0033 - MONICA FATIMA DA LUZ BEAZE	18º LUGAR
7,6	0808 - ANA CLAUDIA LAUX	19º LUGAR
7,6	0429 - JULIANA PAULA MASSON	20º LUGAR
7,6	0104 - LUANE IONE STUMPF	21º LUGAR
7,6	0496 - JOSEANE CARDOSO EVARISTO	22º LUGAR
7,6	0335 - CLAUDIANE KLEEMANN	23º LUGAR
7,6	0098 - ADERLEI TEREZINHA DE ARAUJO	24º LUGAR
7,6	0485 - ILENIR SCAPIM DO AMARAL	25º LUGAR
7,6	0202 - MARINES APARECIDA T. VARGAS	26º LUGAR
7,4	0820 - EDINA DOS REIS ANGELI	27º LUGAR
7,4	0732 - CLEIA MARA DEMIN	28º LUGAR
7,4	0552 - ANA PAULA DE OLIVEIRA	29º LUGAR
7,4	0174 - DIANA CLARA KLEMMANN	30º LUGAR
7,4	0480 - JUCIMARA DA LUZ	31º LUGAR

**A MÉDIA FINAL É RESULTADO CONFORME CONSTA EM EDITAL ITEM 8.2.1 e ITEM, 8.2.2.  
O CRITÉRIO DE DESEMPATE SE BASEIA NO ITEM 8.4 DO REFERIDO EDITAL.  
PARA OS CARGOS DE PROFESSORES É ACRESCENTADO O PESO DOS TÍTULOS.**

<b>M.F</b>	<b>AG.SERV.GERAIS - ED. DEMAIS SECRETARIAS - (Continuação)</b>	<b>CLASSIFICAÇÃO</b>
7,4	0523 - DAIANE SAIONARA LIOTTO	32º LUGAR
7,4	0419 - ELISIANE SLOGO	33º LUGAR
7,4	0070 - ODETE RODRIGUES	34º LUGAR
7,4	0258 - MARISTELA DE ASSIS	35º LUGAR
7,4	0748 - VIVIANE SCHEURMANN	36º LUGAR
7,2	0095 - LILIANE BRANDINI	37º LUGAR
7,2	0137 - LOENI A. DA LUZ ANDRADE	38º LUGAR
7,2	0067 - ZIRLEI T. BERGAMO HACHAMANN	39º LUGAR
7,2	0049 - SONIA MARIA LISBOA	40º LUGAR
7,2	0236 - IVANI WIRTH AZEVEDO E SILVA	41º LUGAR
7,2	0567 - MIRIAN THAISY DA COSTA DOS REIS	42º LUGAR
7,2	0161 - DANIELA APARECIDA VIERO DE SOUZA	43º LUGAR
7,0	0695 - MICHELI OLIVERIO DA COSTA	44º LUGAR
7,0	0799 - MELANIA DE SOUZA	45º LUGAR
7,0	0791 - NERCY RODRIGUES DA SILVA	46º LUGAR
7,0	0651 - CLEONI PELEGEIRO CHUMA	47º LUGAR
7,0	0440 - IRACEMA MACHADO	48º LUGAR
7,0	0580 - TANIA CELIA DA COSTA DOS REIS	49º LUGAR
7,0	0538 - ANDREIA APARECIDA BONASSI	50º LUGAR
6,8	0009 - ROSELI VIEIRA LOPES	51º LUGAR
6,8	0643 - LUCIELA GROSS	52º LUGAR
6,8	0574 - LUCIANA DE LIMA	53º LUGAR
6,8	0359 - IRENE WIRTH HORLE	54º LUGAR
6,6	0356 - IVANICE WIRTH ZASTROW	55º LUGAR
6,6	0362 - SINAIRA DE AQUAR DE ALMEIDA	56º LUGAR
6,6	0765 - DAIANE APARECIDA PEREIRA	57º LUGAR
6,4	0030 - ARACELI ALVES DA SILVEIRA	58º LUGAR
6,4	0103 - MARLENE TEREZINHA HELLER	59º LUGAR
6,4	0107 - EDICLEA DIDEA MUNERON	60º LUGAR
6,4	0116 - SARA CRISTIANE DOS SANTOS	61º LUGAR
6,4	0195 - SALETE CELIBERTI PARIS	62º LUGAR
6,4	0250 - IRENE MACHADO GRAUER	63º LUGAR
6,4	0255 - LEONICE DOS SANTOS BILIBIO	64º LUGAR
6,4	0513 - GLECIA DA SILVA	65º LUGAR
6,4	0588 - CLAUZIA JANETTE TONIAL COLOMBO	66º LUGAR
6,4	0746 - JANETE ALBINA CAMPIONI MASSON	67º LUGAR
6,2	0040 - FRANCIELI APARECIDA FERREIRA	68º LUGAR
6,2	0044 - MARISA FATIMA CARNIEL DAMACENA	69º LUGAR
6,2	0269 - JANAINA GONCALVES DA SILVA	70º LUGAR
6,2	0331 - VERA TEREZINHA LOPES DUARTE	71º LUGAR
6,0	0036 - ADELAIDE MARIA SCHUSTER FERREIRA	72º LUGAR
6,0	0062 - MICHELE APARECIDA ANTUNES	73º LUGAR
6,0	0141 - LUCIANA SILVA AMORIN	74º LUGAR
6,0	0208 - JUCELI MAUSOLF	75º LUGAR
6,0	0474 - ANA CLAUDIA ALVES	76º LUGAR
6,0	0575 - PATRICIA APARECIDA VIEIRA	77º LUGAR
6,0	0703 - TANDARA MARQUES CABRAL	78º LUGAR
6,0	0715 - JUCIANE SANTOS TRINDADE	79º LUGAR
6,0	0731 - LUCIANA CORDEIRO	80º LUGAR
5,8	0003 - MARIA CRISTINA HINZ MORESCO	81º LUGAR

**A MÉDIA FINAL É RESULTADO CONFORME CONSTA EM EDITAL ITEM 8.2.1 e ITEM, 8.2.2.  
O CRITÉRIO DE DESEMPATE SE BASEIA NO ITEM 8.4 DO REFERIDO EDITAL.  
PARA OS CARGOS DE PROFESSORES É ACRESCENTADO O PESO DOS TÍTULOS.**

<b>M.F</b>	<b>AG.SERV.GERAIS - ED. DEMAIS SECRETARIAS</b>	<b>CLASSIFICAÇÃO</b>
5,8	0017 - CLAUDETE LOPES BATISTA	82º LUGAR
5,8	0123 - ELIANE DANIELA TIEPO	83º LUGAR
5,8	0127 - VANESSA ANTUNES TIEPO	84º LUGAR
5,8	0147 - AURIDEA ARAUJO	85º LUGAR
5,8	0183 - LETICIA MENDES RODRIGUES	86º LUGAR
5,8	0307 - VANILDA DOS SANTOS	87º LUGAR
5,8	0390 - ANDREIA DOS SANTOS	88º LUGAR
5,8	0500 - VIDALVINA DE RAMOS	89º LUGAR
5,8	0787 - VANUZA FIOR	90º LUGAR
5,6	0158 - DERCY SCHIMDT SOARES DE MELLO	91º LUGAR
5,6	0288 - FABIANA FRANCO DOS SANTOS	92º LUGAR
5,6	0407 - JOSIANE MARA ANGELI	93º LUGAR
5,6	0549 - CARINA RAQUEL SCHUTZ BASEI	94º LUGAR
5,6	0742 - DEISI FRANCIELI MASCARELO	95º LUGAR
5,4	0029 - BEATRIZ FERREIRA CAVALI	96º LUGAR
5,4	0227 - MARCIA DA FONSECA	97º LUGAR
5,2	0087 - SIMONE DA SILVA K. ZENI	98º LUGAR
5,2	0293 - GENESIA IRENE DE LIMA CORDEIRO	99º LUGAR
5,2	0299 - ZELIA ANTONIA DE AZEVEDO ZINI	100º LUGAR
5,2	0306 - LIDIANI DA SILVA	101º LUGAR
5,2	0385 - VERA LUCIA KUNRATH	102º LUGAR
5,2	0536 - RAQUIEL ELOI NESSELLO	103º LUGAR
5,2	0591 - CLECI HACHMANN BOARETO	104º LUGAR
5,2	0772 - JENIFER CAROSI	105º LUGAR
5,0	0389 - DILVA TEREZINHA BONASSI	106º LUGAR
4,8	0585 - CLAUDINEIA DE LOURDES CARLETE	107º LUGAR
4,8	0743 - JERUSA MACHADO	108º LUGAR
4,8	0803 - SOLANGE CRISTINA DE ANDRADE	109º LUGAR
4,6	0379 - MARILENE MACHADO	110º LUGAR
4,4	0150 - LAIRDE MAGENTANZ MANTHEI	111º LUGAR
4,4	0490 - CLAUDIA MARIA DALL ORSOLETTA	112º LUGAR
4,4	0699 - SOELI DE JESUS DOS PASSOS	113º LUGAR
4,4	0788 - SAIONARA A. DOS SANTOS SCHIMDT	114º LUGAR
4,2	0328 - ADRIANA THEODORO DA SILVA	115º LUGAR
4,0	0020 - ANDREIA VIEIRA	116º LUGAR
4,0	0256 - IRENE PILGER DA LUZ	117º LUGAR
4,0	0298 - MARCIA MOMBACH PEREIRA	118º LUGAR
4,0	0773 - KELLY CRISTINE F. GRACIAS	119º LUGAR

**Classificação Geral - Edital 027.2010 - Prova Prática****CLASSIFICAÇÃO DO SELETIVO 027/2010**

(RELAÇÃO DAS APROVAÇÕES COM NOTAS MAIOR OU IGUAL A QUATRO)

A MÉDIA FINAL É RESULTADO CONFORME CONSTA EM EDITAL ITEM 8.2.1 e ITEM, 8.2.2.  
O CRITÉRIO DE DESEMPATE SE BASEIA NO ITEM 8.4 DO REFERIDO EDITAL.  
PARA OS CARGOS DE PROFESSORES É ACRESCENTADO O PESO DOS TÍTULOS.

NPE	NPP	MF	CARPINTEIRO	CLASSIFICAÇÃO
7,4	8,0	7,7	0816 - LUIZ EUGENIO STIEHL	1º LUGAR
7,6	7,0	7,3	0372 - HILTON DE VARGAS	2º LUGAR
7,0	5,0	6,0	0325 - PAULO ROBERTO L. DE OLIVEIRA	3º LUGAR

NPE	NPP	MF	PEDREIRO	CLASSIFICAÇÃO
6,6	8,0	7,3	0165 - EDSON FRANCISCO RIBEIRO	1º LUGAR
5,4	7,0	6,2	0736 - GERSON LUIZ RIBEIRO	2º LUGAR
4,2	6,0	5,1	0181 - ELCIO ANTONIO SCHEUERMANN	3º LUGAR

NPE	NPP	MF	OPERADOR DE MÁQUINA LEVE	CLASSIFICAÇÃO
8,2	10,0	9,1	0200 - JUCIANO DORIGON	1º LUGAR
7,4	9,0	8,2	0435 - CESAR INACIO TRZCINSKI	2º LUGAR
4,8	10,0	7,4	0437 - LAURI JOSE VARGAS	3º LUGAR
7,0	4,0	5,5	0444 - LUCINEI MARQUES	4º LUGAR
4,4	6,0	5,2	0750 - OSMAR CUSSO	5º LUGAR

NPE	NPP	MF	OPERADOR MÁQUINA - PESADA	CLASSIFICAÇÃO
8,4	10,0	9,2	0122 - ANTONIO JOSE COELI	1º LUGAR
7,4	10,0	8,7	0502 - LEANDRO LUIZ VARELA	2º LUGAR
6,2	10,0	8,1	0189 - VILMAR LEAL DA SILVA	3º LUGAR
6,6	8,0	7,3	0634 - JOAO PAULO DA SILVA	4º LUGAR
5,2	9,0	7,1	0290 - FLAVIO CASSUBA	5º LUGAR
7,2	7,0	7,1	0267 - ROQUE JOSE DA SILVA	6º LUGAR
4,2	9,0	6,6	0117 - ANILDO CARLOS DA SILVA	7º LUGAR
4,8	6,0	5,4	0776 - RAFAEL RECALCATI	8º LUGAR
4,2	5,0	4,6	0451 - ANTONINHO DA SILVEIRA	9º LUGAR
6,4	2,0	4,2	0744 - ALAOR FELIPE GRAMAZIO LIMONGI	10º LUGAR

NPE	NPP	MF	MOTORISTA	CLASSIFICAÇÃO
7,8	10,0	9,3	0089 - FERNANDO ROSA DE FREITAS	1º LUGAR
8,0	10,0	9,0	0243 - ODAIR JOSE PEZZOLE	2º LUGAR
7,6	10,0	8,8	0076 - SIDNEI PEREIRA	3º LUGAR
7,8	9,0	8,4	0560 - ALDOCIR RECALCATTI	4º LUGAR
6,4	10,0	8,2	0734 - RONALDO CRISPIN MACHADO	5º LUGAR
7,0	9,0	8,0	0677 - VALDECIR EXPEDITO MAZIERO	6º LUGAR
6,6	9,0	7,8	0021 - BELMIRO PELISSER	7º LUGAR
6,6	9,0	7,8	0064 - SIDNEI LAZAROTTO	8º LUGAR
6,0	9,0	7,5	0006 - AUGUSTO IVO PERIN	9º LUGAR
5,4	9,5	7,5	0151 - ANTONIO JUNIOR DA SILVA	10º LUGAR
4,8	10,0	7,4	0001 - JOSE DE ANDRADE	11º LUGAR
6,8	8,0	7,4	0149 - GILBERTO PADILHA	12º LUGAR
5,0	9,5	7,3	0367 - JOÃO RODRIGUES DE LIMA SOBRINHO	13º LUGAR
8,6	6,0	7,3	0745 - SÉRGIO GIRIOLI	14º LUGAR
4,2	10,0	7,1	0570 - VITOR FRANCISCO DE SOUZA	15º LUGAR
8,0	6,0	7,0	0002 - LUCIMAR PATRICIO BURILE	16º LUGAR
7,0	7,0	7,0	0433 - LAERSON MORO	17º LUGAR
5,4	8,5	7,0	0245 - ROQUE DIVANIR LOPES	18º LUGAR
4,6	9,0	6,8	0434 - ALDAIR ALVES DA FONSECA	19º LUGAR



A MÉDIA FINAL É RESULTADO CONFORME CONSTA EM EDITAL ITEM 8.2.1 e ITEM, 8.2.2.  
O CRITÉRIO DE DESEMPATE SE BASEIA NO ITEM 8.4 DO REFERIDO EDITAL.  
PARA OS CARGOS DE PROFESSORES É ACRESCENTADO O PESO DOS TÍTULOS.

NPE	NPP	MF	MOTORISTA	CLASSIFICAÇÃO
7,8	5,0	6,4	0753 - RUDIMAR ANTONIO DA SILVA	20º LUGAR
7,4	5,0	6,2	0812 - EVERTON AUGUSTO CASSANIGA	21º LUGAR
7,2	5,0	6,1	0517 - JOSE CARLOS DA SILVA	22º LUGAR
5,8	6,0	5,9	0507 - LUIZ CARLOS DA COSTA	23º LUGAR
7,6	4,0	5,8	0125 - SULIMAR MARCOS MOREIRA	24º LUGAR
6,8	4,0	5,4	0811 - CLAUDINOR COLOMBO	25º LUGAR
6,6	4,0	5,3	0636 - JOAO PEDRO ANDRADE	26º LUGAR
6,4	4,0	5,2	0043 - ALISON ANDRE SONZA	27º LUGAR
5,0	5,0	5,0	0026 - GIOVANE FIGUEIRO DE JESUS	28º LUGAR
5,0	5,0	5,0	0159 - RONEI NEUDO BECKER	29º LUGAR
4,8	5,0	4,9	0005 - DIRCEU ALVES DE OLIVEIRA	30º LUGAR
5,6	4,0	4,8	0568 - SERGIO CLEIN	31º LUGAR
5,0	4,0	4,5	0215 - GENILDO ENIO FERRARI	32º LUGAR
4,0	5,0	4,5	0805 - VALDECIR LUIZ	33º LUGAR
4,6	4,0	4,3	0368 - ELONONI SERAFINI	34º LUGAR

# Chapadão do Lageado

## PREFEITURA MUNICIPAL

### Lei Nº 0495/2010 de 22.12.2010

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO  
LEI Nº 0495 de 22.12.2010

“ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO PARA O EXERCÍCIO DE 2011 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

#### TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS Capítulo Único

Art.1º O Orçamento Fiscal do Município de Chapadão do Lageado, para o exercício financeiro de 2011, referente aos Poderes do Município e ao Fundo Municipal de Saúde, será instituído na forma desta Lei.

#### TÍTULO II DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE

Art.2º O Orçamento Geral do Município de Chapadão do Lageado para o exercício financeiro de 2011, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 7.646.771,64 (sete milhões, seiscentos e quarenta e seis mil, setecentos e setenta e um reais e sessenta e quatro centavos).

#### Capítulo I DA ESTIMATIVA DA RECEITA Seção Única

Art.3º As receitas decorrentes da arrecadação de tributos, contribuições e de outras receitas correntes e de capital, previstas na legislação vigente, discriminadas no anexo integrante desta Lei, são estimadas com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1-RECEITAS CORRENTES	R\$ 7.379.184,14
RECEITA TRIBUTÁRIA	R\$ 244.000,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES R\$ 20.000,00	
RECEITA PATRIMONIAL	R\$ 13.862,50
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	R\$ 6.997.026,64
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 104.295,00
2-RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 21.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	R\$ 1.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	R\$ 20.000,00
RECEITAS DE OUTRAS FONTES DE ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA, INCLUSIVE FUNDOS, (excluídas as Transferências do Tesouro do Município)	
3 - RECEITAS CORRENTES	R\$ 246.587,50
RECEITA PATRIMONIAL	R\$ 650,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	R\$ 245.937,50
TOTAL	R\$ 7.646.771,64

#### Capítulo II DA FIXAÇÃO DA DESPESA

##### Seção I DA DESPESA TOTAL

Art.4º A despesa total do orçamento fiscal, no mesmo valor da receita, é fixado em R\$ R\$ 7.646.771,64 (sete milhões, seiscentos e quarenta e seis mil, setecentos e setenta e um reais e sessenta e quatro centavos).

##### Seção II DA DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA POR ÓRGÃOS

Art.5º A despesa fixada a conta de recursos previstos neste título, observada a programação constante do Anexo IV, apresenta por órgão, o seguinte desdobramento:

##### Distribuição por Órgãos

##### ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Câmara Municipal de Vereadores	R\$ 425.000,00
Gabinete do Prefeito	R\$ 250.000,00
Secretarias:	
Administração e Planejamento	R\$ 332.753,32
Fazenda	R\$ 707.250,00
Educação, Cultura e Esportes	R\$ 1.960.066,65
Agricultura, Indústria e Comércio	R\$ 426.750,00
Transportes, Obras e Serviços Urbanos	R\$ 1.761.894,67
Meio Ambiente e Turismo	R\$ 141.500,00
Desenvolvimento Social	
- Fundo Municipal da Infância e Adolescência	R\$ 19.000,00
- Fundo Municipal da Assistência Social	R\$ 323.000,00
- Fundo da Habitação e Interesse Social	R\$ 21.000,00
Reserva de Contingência	R\$ 60.000,00

##### ADMINISTRAÇÃO DIRETA DESCENTRALIZADA

Fundo Municipal de Saúde	R\$ 1.218.557,00
TOTAL GERAL	R\$ 7.646.771,64

#### Capítulo III DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Art.6º Fica o Poder Executivo autorizado a:

I - contratar operações de crédito, por antecipação de receita (AROS), até o limite definido pelo Banco Central.

II - contratar operações de créditos internas, até o limite da capacidade de endividamento do município, nos termos estabelecidos em Resolução do Senado Federal, para atender despesas de capital.

§ 1º O Poder Executivo poderá oferecer em garantia dos empréstimos contraídos, nos termos desta Lei, o produto da arrecadação de quaisquer receitas do orçamento, inclusive quota-parte dos fundos federal e estadual.

§2º O Executivo Municipal poderá, para fins do disposto nos incisos I e II deste artigo, dar em garantia a instituições financeiras bens móveis que vierem a ser adquiridos.

## Capítulo IV DA AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITOS

Art.7º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a:

I - abrir, durante o exercício financeiro, créditos adicionais suplementares, com a finalidade de atender insuficiência de dotações orçamentárias, até o limite de 50 % (cinquenta por cento) do orçamento, observado o disposto art.43 da Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964;

II - abrir créditos suplementares à conta do produto de operações de crédito até o limite dos valores autorizados em lei;

III - abrir créditos suplementares até o limite consignado sob a denominação de Reserva de Contingência, no limite de 50 % (cinquenta por cento) da receita corrente líquida, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

IV - abrir crédito suplementar por conta do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, nos termos do art.43, parágrafo 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4320/64.

V - reduzir, total ou parcialmente, os saldos de dotações consignadas e não comprometidas nos últimos três meses do exercício financeiro de 2011, para suplementar, exclusivamente, despesas com pessoal e encargos sociais, inclusive as decorrentes de exercícios anteriores, serviços da dívida e precatórios judiciais;

VI - efetuar, por decreto, o remanejamento, a transposição ou transferência de uma dotação orçamentária para outra dentro da mesma categoria de programação, desde que não implique em aumento ou diminuição dos recursos alocados;

VII - tomar, durante a execução orçamentária, as medidas necessárias para ajustar a programação das despesas autorizadas ao efetivo ingresso de receitas, dentro dos limites constitucionais e legais.

§1º Ficam excluídos do limite a que se refere o inciso I deste artigo, os créditos suplementares para atender:

I - despesas com pessoal, encargos sociais, planos de previdência e saúde dos servidores do Município, serviços da dívida e débitos constantes de precatórios judiciais;

II - despesas programadas à conta de receitas vinculadas;

III - despesas programadas à conta de receitas próprias de entidades da administração indireta, inclusive fundos.

IV - o remanejamento, transferência ou transposição de recursos orçamentários dentro da mesma categoria de programação (mesmo projeto, atividade ou operação especial).

§2º As dotações consignadas a pessoal e encargos sociais, serviços da dívida e precatórios judiciais só poderão ser anuladas para servirem como fonte de recursos às respectivas finalidades.

§3º A Secretaria de Fazenda poderá, sem a necessidade de ato de alteração orçamentária, alterar através do sistema informatizado de execução orçamentária, a modalidade de aplicação da natureza da despesa e o identificador de uso (iduso) da fonte de recurso.

§4º Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos e eventos fiscais, caso não se concretizem até o dia 31 de Outubro de 2010, poderão ser usados, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, para abertura de créditos adicionais suplementares de

dotações com saldo insuficientes.

Art.8º As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiverem assegurados o seu ingresso no fluxo de caixa.

## TÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art.9º Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênios com a União, o Estado e outros Municípios e respectivos órgãos e instituições, mediante autorização legislativa.

Parágrafo único. Nos Convênios em que for parte interessada, o Fundo Municipal de Saúde, atuará naqueles instrumentos como parte interveniente.

Art.10. Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal como fonte de recursos para abertura de créditos especiais de projetos, atividades ou operações especiais.

Art.11. Fica o Executivo Municipal autorizado a destinar recursos financeiros em forma de subvenções sociais para instituições privadas sem fins lucrativos e de caráter médico, assistencial, educacional, cultural e esportivo, de acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2011.

Art.12. Fica o Executivo Municipal autorizado a destinar recursos financeiros a pessoas jurídicas, observando as condições previstas no art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000, e de acordo com o que dispuser a Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município.

Art.13. As receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de crédito e outras, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação.

Art.14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art.15. Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2011, revogadas as disposições em contrário.

Município de Chapadão do Lageado, 22 de dezembro de 2010.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO  
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

## A N E X O S

Lei Orçamentária Anual - LOA/2011

I - Demonstrativo da receita e despesa, segundo as categorias econômicas;

II - Demonstrativo da receita por categorias econômicas;

III - Demonstrativo da natureza da despesa por categorias econômicas;

IV - Programa de Trabalho de Governo;

V - Programa de Trabalho de Governo - demonstrativo de funções, sub-funções, programas, projetos, atividades e operações especiais;

VI - Demonstrativo da despesa por funções, sub-funções e programas, conforme o vínculo com os recursos;

VII - Quadro Demonstrativo da Despesa por órgãos e funções (QDD);

VIII - Quadro Demonstrativo da Evolução da Receita;  
IX - Quadro Demonstrativo da Evolução da Despesa - consolidado;  
X - Demonstrativo da origem e aplicação dos recursos obtidos da alienação de ativos;  
XI - Demonstrativo da origem e destinação dos recursos previstos para 2011;  
XII - Demonstrativo de funções e subfunções de Governo.

### **Lei Nº 0497 de 22.12.2010**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

LEI Nº 0497 de 22.12.2010

“INSTITUI O SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL DE TRANSPORTE ESCOLAR NO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o serviço público municipal de transporte escolar para alunos matriculados na Educação Básica em escolas públicas do município.

Parágrafo único. Os alunos da Educação Básica regularmente matriculados na rede estadual de educação poderão ser atendidos pelo serviço público municipal de transporte escolar, desde que haja convênio de cooperação financeira firmado entre o Estado e o Município, para ressarcimento dos custos diretos e indiretos do transporte.

Art. 2º O serviço público municipal de transporte escolar atenderá somente alunos que estejam regularmente matriculados em unidades escolares localizadas na área geográfica do município.

Art. 3º O serviço de transporte escolar compreende o deslocamento de ida e volta de alunos para a escola mais próxima de sua residência, situada no território municipal.

Parágrafo único. Ante a ausência comprovada de vagas em escola mais próxima, o aluno poderá ser deslocado até a escola onde efetivar sua matrícula, mediante requerimento fundamentado dirigido ao Secretário Municipal de Educação.

Art. 4º Fica preservado o direito de transporte ao aluno originário de escola isolada, enquanto perdurar o termo de compromisso firmado em razão de sua nucleação.

Art. 5º O Poder Público municipal elaborará e publicará anualmente o Plano Municipal de Transporte Escolar que deverá conter:

- I - definição das rotas com seus horários de saída, chegada e retorno;
- II - definição dos pontos de embarque e desembarque dos alunos, com previsão de horários;
- III - definição da demanda a ser atendida e a capacidade de transporte escolar.

Parágrafo único. Próximo aos pontos de embarque e desembarque de alunos definidos pelo Poder Público Municipal, as rodovias deverão estar sinalizadas com placas de advertência padrão de trânsito, com o dístico: “Atenção - ‘\`CRIANÇAS\`’ - velocidade máxima de 40 quilômetros por hora”.

Art. 6º O serviço público municipal de transporte escolar atenderá obrigatoriamente os alunos que residirem a partir de 3.000 metros da escola.

Parágrafo único. Para os alunos residentes às margens das vias de trânsito rápido, de tráfego intenso e no trajeto onde circula o

transporte escolar, não haverá limite de distância para prestação dos serviços previstos nesta lei, desde que estes embarquem nos pontos pré definidos para cada linha.

Art. 7º O aluno com deficiência física que apresentar dificuldade de locomoção terá direito ao transporte escolar independente de distância mínima fixada nesta lei, devendo seus responsáveis legais protocolar requerimento junto à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 8º É de uso exclusivo do serviço público municipal de transporte escolar no âmbito do seu território, os veículos adquiridos para essa finalidade, podendo empreender viagem para outro município, com alunos acompanhados do seu professor, em atividade pedagógica programada pela Secretaria da Educação, desde que devidamente autorizado pelo órgão estadual de trânsito, incumbido da fiscalização do transporte coletivo.

Art. 9º Quando as unidades escolares da rede Estadual de Ensino não cumprirem o calendário previamente estabelecido em convênio entre as partes, caberá ao Estado arcar com o transporte de seus alunos, nos dias ou períodos alterados.

Art. 10. O Poder Público municipal elaborará e distribuirá aos alunos, seus pais e ou seus responsáveis legais orientação dos direitos e deveres do uso do transporte escolar.

Art. 11. É de responsabilidade dos pais de alunos ou seus responsáveis, o seu embarque e o desembarque no veículo escolar, nos pontos e nos horários previstos no Plano Municipal de Transporte Escolar.

Art. 12. A Secretaria Municipal de Educação providenciará a partir da publicação desta lei, a forma de melhor identificação dos alunos usuários do serviço público municipal de transporte escolar.

Art. 13. O veículo do serviço público municipal de transporte escolar deverá estar sob cobertura de seguro, caracterizado, licenciado e equipado, na forma exigida pelo Código Nacional de Trânsito e outras normas pertinentes, bem como o seu motorista deverá estar devidamente habilitado e identificado para o transporte escolar.

Art. 14. O serviço público municipal de transporte escolar poderá ser terceirizado, obedecendo às condições previstas nesta lei e na legislação de trânsito.

Art. 15. Fica o chefe do poder executivo municipal autorizado a firmar convênio de cooperação técnica e financeira com entes públicos municipal e estadual, para atender alunos com transporte escolar, objetivando o atendimento aos princípios da economicidade e eficiência dos serviços públicos, mediante estudo apresentado pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 16. O Município implantará, no prazo de até 05 (cinco) anos a partir da publicação desta lei, abrigos nos pontos de embarque e desembarque de alunos.

Art. 17. O Chefe do Poder Executivo poderá regulamentar a presente lei no que for necessário.

Art. 18. As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 19. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 20. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2011.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 22 de dezembro de 2010.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO  
Prefeito Municipal



**ANEXOS DA LEI Nº 0495/2010 DE 22.12.2010****Estado de Santa Catarina**

Página: 1/1

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO**

Data: 22/12/2010

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas (Anexo 1 da Lei nº 4.320/64)

Receitas	Valor	Despesas	Valor
RECEITAS CORRENTES	7.625.771,64	DESPESAS CORRENTES	5.883.148,69
RECEITA TRIBUTARIA	244.000,00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.416.826,36
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	20.000,00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	45.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	14.512,50	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.421.322,33
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	7.242.964,14		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	104.295,00		
		Superavit	1.742.622,95
Total	7.625.771,64	Total	7.625.771,64
Superavit do orçamento corrente	1.742.622,95		
RECEITAS DE CAPITAL	21.000,00	DESPESAS DE CAPITAL	1.703.622,95
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.000,00	INVESTIMENTOS	1.543.622,95
ALIENAÇÃO DE BENS	20.000,00	AMORTIZACAO DA DIVIDA	160.000,00
		Superavit	60.000,00
Total	1.763.622,95	Total	1.763.622,95
Resumo			
RECEITAS CORRENTES	7.625.771,64	99,73 %	DESPESAS CORRENTES 5.883.148,69 76,94 %
RECEITAS DE CAPITAL	21.000,00	0,27 %	DESPESAS DE CAPITAL 1.703.622,95 22,28 %
			RESERVA DE CONTINGENCIA 60.000,00 0,78 %
Total	7.646.771,64	100,00 %	Total 7.646.771,64 100,00 %

Página: 1/3  
Data: 22/12/2010

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	Receitas			
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			7.379.184,14
4.1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTARIA		244.000,00	
4.1.1.1.0.00.00.00.00.00	IMPOSTOS		166.000,00	
4.1.1.1.2.00.00.00.00.00	Impostos s/ o Patrimônio e a Renda	113.000,00		
4.1.1.1.2.02.00.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	83.000,00		
4.1.1.1.2.02.00.01.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana 60%	51.000,00		
4.1.1.1.2.02.00.02.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana 25%	21.250,00		
4.1.1.1.2.02.00.03.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana 15%	12.750,00		
9.1.1.1.2.02.01.00.00.00	Redutor 20% Desconto IPTU 60%	-1.200,00		
9.1.1.1.2.02.02.00.00.00	Redutor 20% Desconto IPTU 25%	-500,00		
9.1.1.1.2.02.03.00.00.00	Redutor 20% Desconto IPTU 15%	-300,00		
4.1.1.1.2.04.00.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	10.000,00		
4.1.1.1.2.04.01.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza 60%	6.000,00		
4.1.1.1.2.04.02.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza 25%	2.500,00		
4.1.1.1.2.04.03.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza 15%	1.500,00		
4.1.1.1.2.08.00.00.00.00	Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	20.000,00		
4.1.1.1.2.08.01.00.00.00	Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir 60%	12.000,00		
4.1.1.1.2.08.02.00.00.00	Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir 25%	5.000,00		
4.1.1.1.2.08.03.00.00.00	Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir 15%	3.000,00		
4.1.1.1.3.00.00.00.00.00	Imposto s/ a Produção e a Circulação	53.000,00		
4.1.1.1.3.05.00.00.00.00	Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza	53.000,00		
4.1.1.1.3.05.01.00.00.00	Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza 60%	33.000,00		
9.1.1.1.3.05.01.00.00.00	Dedução de Outros Tributos ISS 60%	-1.200,00		
4.1.1.1.3.05.02.00.00.00	Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza 25%	13.750,00		
9.1.1.1.3.05.02.00.00.00	Dedução de Outros Tributos ISS 25%	-500,00		
4.1.1.1.3.05.03.00.00.00	Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza 15%	8.250,00		
9.1.1.1.3.05.03.00.00.00	Dedução de Outros Tributos ISS 15%	-300,00		
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS		48.000,00	
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00	Tx p/ Exercício do Poder de Policia	33.000,00		
4.1.1.2.1.22.00.00.00.00	Tx de Serviços Administrativos	16.250,00		
4.1.1.2.1.29.00.00.00.00	Tx de Licença para Execução de Obras	16.750,00		
4.1.1.2.2.00.00.00.00.00	Tx pela Prestacao de Servicos	15.000,00		
4.1.1.2.2.99.00.00.00.00	Outras Taxas de Prestação de Serviços	15.000,00		
4.1.1.3.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUICAO DE MELHORIA		30.000,00	
4.1.1.3.0.04.00.00.00.00	Contrib p/ Pavimentação e Obras Complementares	10.000,00		
4.1.1.3.0.99.00.00.00.00	Outras Contrib de Melhoria	20.000,00		
4.1.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		20.000,00	
4.1.2.3.0.00.00.00.00.00	Contribuicao Custeio Servico Iluminacao Publica Cosip		20.000,00	
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		13.862,50	
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS		1.100,00	
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	1.100,00		
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	1.100,00		
4.1.3.2.5.01.02.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc.- FUNDEF	100,00		
4.1.3.2.5.01.02.01.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc.- FUNDEF 60%	60,00		
4.1.3.2.5.01.02.02.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc.- FUNDEF 40%	40,00		
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Rec. de Remun.de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc.	1.000,00		
4.1.3.9.0.00.00.00.00.00	Outras Rec. Patrimoniais		12.762,50	
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		6.997.026,64	
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		6.997.026,64	
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transf. da União	4.162.388,27		
4.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Participação na Rec. da União	3.668.242,43		
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	3.941.562,43		
9.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - FPM	-302.500,00		
4.1.7.2.1.01.02.01.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios 60%	2.364.937,46		
4.1.7.2.1.01.02.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios 25%	985.390,61		
4.1.7.2.1.01.02.03.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios 15%	591.234,36		
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	225,00		
9.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - ITR	-45,00		

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO**  
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011  
 Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 2/3  
 Data: 22/12/2010

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 1 PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO</b>				
<b>RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS</b>				
4.1.7.2.1.01.05.01.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural 60%	135,00		
4.1.7.2.1.01.05.02.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural 25%	56,25		
4.1.7.2.1.01.05.03.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural 15%	33,75		
4.1.7.2.1.01.12.00.00.00	Cota-Parte do IPI - Estados Export. Prod. Industr.	36.250,00		
9.1.7.2.1.01.12.00.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEF- IPI Exp.	-7.250,00		
4.1.7.2.1.01.12.01.00.00	Cota-Parte do IPI - Estados Export. Prod. Industr.60%	21.750,00		
4.1.7.2.1.01.12.02.00.00	Cota-Parte do IPI - Estados Export. Prod. Industr.25%	9.062,50		
4.1.7.2.1.01.12.03.00.00	Cota-Parte do IPI - Estados Export. Prod. Industr.15%	5.437,50		
4.1.7.2.1.22.00.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	38.000,00		
4.1.7.2.1.22.70.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	25.000,00		
4.1.7.2.1.22.90.00.00.00	Transferencia Financeira CEX-MP 193/2004	13.000,00		
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	12.500,00		
4.1.7.2.1.35.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	122.500,00		
4.1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transf. do Salário-Educação	7.500,00		
4.1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNAE	40.000,00		
4.1.7.2.1.35.04.00.00.00	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNATE	75.000,00		
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C.Nº 87/96	37.500,00		
9.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Dedução de Receita Formação do FUNDEF - LC 87/96 60%	-4.604,16		
4.1.7.2.1.36.01.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C.Nº 87/96 60%	22.500,00		
4.1.7.2.1.36.02.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C.Nº 87/96 25%	9.375,00		
4.1.7.2.1.36.03.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C.Nº 87/96 15%	5.625,00		
4.1.7.2.1.99.00.00.00.00	Outras Transferencias da Uniao	288.250,00		
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	2.434.638,37		
4.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Rec. dos Estados	2.035.305,05		
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	2.139.925,89		
9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEF - ICMS 60%	-214.416,66		
4.1.7.2.2.01.01.01.00.00	Cota-Parte do ICMS 60%	1.283.955,53		
4.1.7.2.2.01.01.02.00.00	Cota-Parte do ICMS 25%	534.981,47		
4.1.7.2.2.01.01.03.00.00	Cota-Parte do ICMS 15%	320.988,89		
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	76.000,00		
4.1.7.2.2.01.02.01.00.00	Cota-Parte do IPVA 60%	57.000,00		
4.1.7.2.2.01.02.02.00.00	Cota-Parte do IPVA 25%	23.750,00		
4.1.7.2.2.01.02.03.00.00	Cota-Parte do IPVA 15%	14.250,00		
9.1.7.2.2.01.02.04.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEF - ICMS 25%	-19.000,00		
4.1.7.2.2.01.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib. de Intervenção no Dom. Econ	30.000,00		
4.1.7.2.2.01.99.00.00.00	Outras Participações na Rec. dos Estados	3.795,82		
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transf. dos Estados	399.333,32		
4.1.7.2.2.99.01.00.00.00	RECURSOS TRANSPORTE ESCOLAR	75.000,00		
4.1.7.2.2.99.02.00.00.00	TRANSFERENCIA DE RECURSOS PARA PAVIMENTACAO	180.000,00		
4.1.7.2.2.99.07.00.00.00	TRANSFERENCIA DE CONVENIOS COM O ESTADO	139.333,32		
4.1.7.2.2.99.10.00.00.00	Recursos Salário Educação do Estado	5.000,00		
4.1.7.2.4.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	400.000,00		
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	400.000,00		
4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF 60%	240.000,00		
4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF 40%	160.000,00		
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		104.295,00	
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora		27.000,00	
4.1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	26.000,00		
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	26.000,00		
4.1.9.1.1.38.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU- 60%	15.600,00		
4.1.9.1.1.38.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU- 25%	6.500,00		
4.1.9.1.1.38.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU- 15%	3.900,00		
4.1.9.1.9.00.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	1.000,00		
4.1.9.1.9.15.00.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	1.000,00		
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		6.000,00	
4.1.9.2.1.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES	6.000,00		
4.1.9.2.1.99.00.00.00.00	Outras Indenizações	6.000,00		
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DIVIDA ATIVA		4.000,00	
4.1.9.3.1.00.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Tributaria	4.000,00		

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO**  
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011  
 Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 3/3  
 Data: 22/12/2010

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 1 PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	4.000,00		
4.1.9.3.1.11.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU 60%	3.000,00		
9.1.9.3.1.11.01.00.00.00	Dedução Receita Própria Dívida Ativa 60%	-600,00		
4.1.9.3.1.11.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU 25%	1.250,00		
9.1.9.3.1.11.02.00.00.00	Dedução Receita Própria Dívida Ativa 25%	-250,00		
4.1.9.3.1.11.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU 15%	750,00		
9.1.9.3.1.11.03.00.00.00	Dedução Receita Própria Dívida Ativa 15%	-150,00		
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS		67.295,00	
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	67.295,00		
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL			21.000,00
4.2.1.0.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO		1.000,00	
4.2.1.1.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS		1.000,00	
4.2.1.1.4.00.00.00.00.00	Operações de Crédito Internas - Contratual	1.000,00		
4.2.1.1.4.08.00.00.00.00	Operação de Crédito	1.000,00		
4.2.2.0.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS		20.000,00	
4.2.2.1.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		20.000,00	
4.2.2.1.9.00.00.00.00.00	Alien. de Outros Bens Móveis	20.000,00		
		<b>Total das receitas:</b>		<b>7.400.184,14</b>
		<b>Total por entidade:</b>		<b>7.400.184,14</b>
<b>Entidade: 3 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	Receitas			
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			246.587,50
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		650,00	
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		650,00	
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	650,00		
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	650,00		
4.1.3.2.5.01.03.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Fundo Saúde	650,00		
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		245.937,50	
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		245.937,50	
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transf. da União	244.000,00		
4.1.7.2.1.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	204.500,00		
4.1.7.2.1.33.01.00.00.00	RECURSOS DO PSF	79.750,00		
4.1.7.2.1.33.02.00.00.00	RECURSOS DA FARMACIA BÁSICA	7.500,00		
4.1.7.2.1.33.03.00.00.00	RECURSOS DO PAB	35.000,00		
4.1.7.2.1.33.04.00.00.00	RECURSOS DA EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOENÇAS	4.000,00		
4.1.7.2.1.33.05.00.00.00	RECURSOS VIGILÂNCIA SANITÁRIA	9.000,00		
4.1.7.2.1.33.06.00.00.00	RECURSOS DO PACS	30.000,00		
4.1.7.2.1.33.07.00.00.00	RECURSO SAÚDE BUCAL	19.250,00		
4.1.7.2.1.33.99.00.00.00	DEMAIS TRANSFERÊNCIAS DO SUS	20.000,00		
4.1.7.2.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências da União	39.500,00		
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	1.937,50		
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transf. dos Estados	1.937,50		
4.1.7.2.2.99.08.00.00.00	Recursos do Programa Saúde Bucal	1.000,00		
4.1.7.2.2.99.09.00.00.00	Recursos Vigilância Sanitária - Estado	937,50		
		<b>Total das receitas:</b>		<b>246.587,50</b>
		<b>Total por entidade:</b>		<b>246.587,50</b>
		<b>Total geral:</b>		<b>7.646.771,64</b>



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO**

Página: 1/1  
 Data: 22/12/2010

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64) (Consolidado)

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica/Valor
<b>DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS</b>				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			5.883.148,69
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		2.416.826,36	
3.1.71.00.00.00.00.00	Transferencias a Consorcios Publicos		3.125,40	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		2.413.700,96	
3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA		45.000,00	
3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		45.000,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		3.421.322,33	
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu		110.200,00	
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferencias a Consorcios Publicos		29.906,40	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		3.281.215,93	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			1.703.622,95
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		1.543.622,95	
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferencias a Consorcios Publicos		5.268,80	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		1.538.354,15	
4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZACAO DA DIVIDA		160.000,00	
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		160.000,00	
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA			60.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		60.000,00	
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		60.000,00	
<b>Total das despesas:</b>				<b>7.646.771,64</b>
<b>Total geral:</b>				<b>7.646.771,64</b>

**Estado de Santa Catarina**

Página: 1/7

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO**

Data: 22/12/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011**

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1</b>	<b>PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO</b>	<b>1.263.666,64</b>	<b>4.739.548,00</b>	<b>0,00</b>	<b>6.003.214,64</b>
<b>Órgão: 02.00</b>	<b>GABINETE DO PREFEITO E VICE</b>	<b>0,00</b>	<b>250.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>250.000,00</b>
<b>Unidade: 02.02</b>	<b>GABINETE DO PREFEITO E VICE</b>	<b>0,00</b>	<b>250.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>250.000,00</b>
04	Administração		250.000,00		250.000,00
04.122	Administração Geral		250.000,00		250.000,00
04.122.3	GESTAO ADMINISTRATIVA SUPERIOR		250.000,00		250.000,00
04.122.3 .2.002	MANUTENCAO DO GABINETE DO PREFEITO E VICE		250.000,00		250.000,00
<b>Órgão: 03.00</b>	<b>SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO</b>	<b>55.000,00</b>	<b>277.753,32</b>	<b>0,00</b>	<b>332.753,32</b>
<b>Unidade: 03.03</b>	<b>SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO</b>	<b>55.000,00</b>	<b>277.753,32</b>	<b>0,00</b>	<b>332.753,32</b>
04	Administração	55.000,00	277.753,32		332.753,32
04.122	Administração Geral	55.000,00	277.753,32		332.753,32
04.122.5	ADMINISTRAÇÃO GERAL	55.000,00	277.753,32		332.753,32
04.122.5 .1.005	REFORMA E AMPLIACAO	30.000,00			30.000,00
04.122.5 .1.006	AQUISICAO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS	25.000,00			25.000,00
04.122.5 .2.003	MANUTENCAO DA SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO		277.753,32		277.753,32
<b>Órgão: 04.00</b>	<b>SECRETARIA DA FAZENDA</b>	<b>17.500,00</b>	<b>689.750,00</b>	<b>0,00</b>	<b>707.250,00</b>
<b>Unidade: 04.04</b>	<b>SECRETARIA DA FAZENDA</b>	<b>17.500,00</b>	<b>689.750,00</b>	<b>0,00</b>	<b>707.250,00</b>
04	Administração	17.500,00	689.750,00		707.250,00
04.123	Administração Financeira	17.500,00	689.750,00		707.250,00
04.123.9	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	17.500,00	689.750,00		707.250,00
04.123.9 .1.097	AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	17.500,00			17.500,00
04.123.9 .2.005	MANUTENCAO/PESSOAL GERENCIAMENTO E CONTROLE DA SECRETARIA		597.250,00		597.250,00
04.123.9 .2.006	PROCESSAMENTO DE DIVIDAS DE EXERCICIOS ANTERIORES		2.500,00		2.500,00
04.123.9 .2.007	CONTRIBUICAO A ENTIDADES MUNICIPALISTAS		50.000,00		50.000,00
04.123.9 .2.008	CONTRIBUICAO AO PASEP		37.500,00		37.500,00
04.123.9 .2.080	CAPACITAÇÃO DE PESSOAL - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA		2.500,00		2.500,00
<b>Órgão: 05.00</b>	<b>SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES</b>	<b>469.416,64</b>	<b>1.490.650,01</b>	<b>0,00</b>	<b>1.960.066,65</b>
<b>Unidade: 05.01</b>	<b>DIVISÃO DE ENSINO</b>	<b>441.416,66</b>	<b>1.380.150,01</b>	<b>0,00</b>	<b>1.821.566,67</b>
12	Educação	441.416,66	1.380.150,01		1.821.566,67
12.361	Ensino Fundamental	346.416,66	1.275.650,01		1.622.066,67
12.361.11	EDUCAÇÃO PARA TODOS	346.416,66	1.275.650,01		1.622.066,67
12.361.11 .1.010	AQUISICAO E MANUTENCAO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS	65.000,00			65.000,00
12.361.11 .1.013	CONSTRUCAO, REFORMA E AMPLIACAO REDE DE ENSINO FUNDAMENTAL	141.666,66			141.666,66

**Estado de Santa Catarina**

Página: 2/7

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO**

Data: 22/12/2010

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1</b>	<b>PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO</b>	<b>1.263.666,64</b>	<b>4.739.548,00</b>	<b>0,00</b>	<b>6.003.214,64</b>
<b>Órgão: 05.00</b>	<b>SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES</b>	<b>469.416,64</b>	<b>1.490.650,01</b>	<b>0,00</b>	<b>1.960.066,65</b>
<b>Unidade: 05.01</b>	<b>DIVISÃO DE ENSINO</b>	<b>441.416,66</b>	<b>1.380.150,01</b>	<b>0,00</b>	<b>1.821.566,67</b>
12	Educação	441.416,66	1.380.150,01		1.821.566,67
12.361	Ensino Fundamental	346.416,66	1.275.650,01		1.622.066,67
12.361.11	EDUCAÇÃO PARA TODOS	346.416,66	1.275.650,01		1.622.066,67
12.361.11 .1.014	CONSTRUCAO REFORMA E AMPLIACAO DOS CENTROS ESPORTIVOS E CULT.	36.000,00			36.000,00
12.361.11 .1.016	IMPLANTACAO DE HORTAS ESCOLARES	5.000,00			5.000,00
12.361.11 .1.017	AQUISICAO E DESAPROPRIACAO DE IMOVEIS.	55.000,00			55.000,00
12.361.11 .1.018	AQUISICAO E MANUTENCAO DE VEICULO EDUCACAO.	43.750,00			43.750,00
12.361.11 .2.009	FORMACAO CONTINUADA DE PROFESSORES		16.000,00		16.000,00
12.361.11 .2.010	DISTRIBUICAO DE MATERIAL DIDATICO		27.000,00		27.000,00
12.361.11 .2.012	CURSOS DE INFORMATICA		8.500,00		8.500,00
12.361.11 .2.013	DISTRIBUICAO DE MATERIAL ESCOLAR		33.000,00		33.000,00
12.361.11 .2.014	MANUTENCAO DO PROGRAMA DA MERENDA ESCOLAR		100.000,00		100.000,00
12.361.11 .2.015	MANUTENCAO DO PROGRAMA DO TRANSPORTE ESCOLAR		300.000,00		300.000,00
12.361.11 .2.016	MANUTENCAO/ PESSOAL DO ENSINO FUNDAMENTAL		753.150,01		753.150,01
12.361.11 .2.049	DISTRIBUIÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES		38.000,00		38.000,00
12.365	Educação Infantil	95.000,00	104.500,00		199.500,00
12.365.11	EDUCAÇÃO PARA TODOS	95.000,00	104.500,00		199.500,00
12.365.11 .1.012	CONSTRUCAO DE PREDIO PARA CRECHE E ED. INFANTIL	85.000,00			85.000,00
12.365.11 .1.047	REFORMA, APMPLIAÇÃO E MELHORIAS NOS PARQUES INFANTIS	10.000,00			10.000,00
12.365.11 .2.017	MANUTENCAO/ PESSOAL DO ENSINO INFANTIL		104.500,00		104.500,00
<b>Unidade: 05.02</b>	<b>DIVISÃO DE CULTURA</b>	<b>3.000,00</b>	<b>18.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>21.000,00</b>
13	Cultura	3.000,00	18.000,00		21.000,00
13.392	Difusão Cultural	3.000,00	18.000,00		21.000,00
13.392.13	RESGATE DA CULTURA	3.000,00	18.000,00		21.000,00
13.392.13 .1.020	INCENTIVO A CRIACAO DE GRUPOS CULTIRAIS	2.000,00			2.000,00
13.392.13 .1.021	IMPLANTACAO DO MUSEU MUNICIPAL	1.000,00			1.000,00
13.392.13 .2.018	REALIZACAO DE EVENTOS		8.000,00		8.000,00
13.392.13 .2.019	MANUTENCAO / PESSOAL		10.000,00		10.000,00

**Estado de Santa Catarina**

Página: 3/7

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO**

Data: 22/12/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011**

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1</b>	<b>PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO</b>	<b>1.263.666,64</b>	<b>4.739.548,00</b>	<b>0,00</b>	<b>6.003.214,64</b>
<b>Órgão: 05.00</b>	<b>SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES</b>	<b>469.416,64</b>	<b>1.490.650,01</b>	<b>0,00</b>	<b>1.960.066,65</b>
<b>Unidade: 05.03</b>	<b>DIVISÃO DE ESPORTES</b>	<b>24.999,98</b>	<b>92.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>117.499,98</b>
27	Desporto e Lazer	24.999,98	92.500,00		117.499,98
27.812	Desporto Comunitário	24.999,98	92.500,00		117.499,98
27.812.15	ESPORTE É VIDA	24.999,98	92.500,00		117.499,98
27.812.15 .1.022	CONSTRUCAO REFORMA E AMPLIACAO DE GINASIOS, QUADRAS ESPORTIVAS E ESTADIO MUN	24.999,98			24.999,98
27.812.15 .2.020	MANUTENCAO DA DIVISAO DE ESPORTES		92.500,00		92.500,00
<b>Órgão: 07.00</b>	<b>SECRETARIA DA AGRICULTURA</b>	<b>67.000,00</b>	<b>359.750,00</b>	<b>0,00</b>	<b>426.750,00</b>
<b>Unidade: 07.01</b>	<b>DIVISÃO DE AGRICULTURA</b>	<b>67.000,00</b>	<b>359.750,00</b>	<b>0,00</b>	<b>426.750,00</b>
11	Trabalho		57.500,00		57.500,00
11.334	Fomento ao Trabalho		57.500,00		57.500,00
11.334.39	GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA		57.500,00		57.500,00
11.334.39 .2.067	INCENTIVO A INSTALAÇÃO DE NOVOS EMPREENDIMENTOS E AOS JÁ EXISTENTES - EMPREGO		25.000,00		25.000,00
11.334.39 .2.068	LOCAÇÃO DE IMÓVEIS PARA INSTALAÇÃO DE NOVOS EMPREENDIMENTOS - EMPREGO E REND		20.000,00		20.000,00
11.334.39 .2.069	INCENTIVO A CRIAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES FORMAIS DE PRODUTORES RURAIS, COMERCIANTI		500,00		500,00
11.334.39 .2.070	SUBVENÇÃO SOCIAL A ASSOCIAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS DO MUNICIPIO - EMPREGO E REI		12.000,00		12.000,00
20	Agricultura	67.000,00	302.250,00		369.250,00
20.602	Promoção da Produção Animal	18.000,00	1.000,00		19.000,00
20.602.43	APOIO E FOMENTO A APICULTURA	18.000,00	1.000,00		19.000,00
20.602.43 .1.080	IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE DE BENEFICIAMENTO DE MEL	13.000,00			13.000,00
20.602.43 .1.081	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA BENEFICIAMENTO DE MEL E SUBPRODUTOS	5.000,00			5.000,00
20.602.43 .2.072	INCENTIVO A COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS APICOLAS		1.000,00		1.000,00
20.606	Extensão Rural	49.000,00	301.250,00		350.250,00
20.606.27	ASSISTENCIA AOS PRODUTORES RURAIS		194.000,00		194.000,00
20.606.27 .2.041	CELEBRACAO DE CONVENIOS		20.000,00		20.000,00
20.606.27 .2.060	REALIZAÇÃO DA EXPOFEIRA DOS PRODUTOS LOCAIS E FESTA DO COLONO		22.500,00		22.500,00
20.606.27 .2.061	REALIZAÇÃO DE CURSOS PROFISSIONALIZANTES		1.250,00		1.250,00
20.606.27 .2.062	REALIZAÇÃO DE DIAS DE CAMPO		1.250,00		1.250,00
20.606.27 .2.063	MANUTENÇÃO/PESSOAL DA SERCRETARIA, COM VEÍCULOS PARA ASSISTENCIA TECNICA		149.000,00		149.000,00
20.606.37	APOIO E FOMENTO A ATIVIDADE LEITEIRA E BOVINOCULTURA		16.750,00		16.750,00
20.606.37 .2.084	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL		10.500,00		10.500,00
20.606.37 .2.085	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIP. PARA IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA ROTATIVO DE PASTAGEI		6.250,00		6.250,00
20.606.45	APOIO E FOMENTO A FRUTICULTURA	5.000,00	4.000,00		9.000,00
20.606.45 .1.086	IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DEMONSTRATIVAS DE PRODUÇÃO - FRUTICULTURA	5.000,00			5.000,00
20.606.45 .2.088	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS INSUMOS E MUDAS - FRUTICULTURA		4.000,00		4.000,00

**Estado de Santa Catarina**

Página: 4/7

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO**

Data: 22/12/2010

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1</b>	<b>PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO</b>	<b>1.263.666,64</b>	<b>4.739.548,00</b>	<b>0,00</b>	<b>6.003.214,64</b>
<b>Órgão: 07.00</b>	<b>SECRETARIA DA AGRICULTURA</b>	<b>67.000,00</b>	<b>359.750,00</b>	<b>0,00</b>	<b>426.750,00</b>
<b>Unidade: 07.01</b>	<b>DIVISÃO DE AGRICULTURA</b>	<b>67.000,00</b>	<b>359.750,00</b>	<b>0,00</b>	<b>426.750,00</b>
20	Agricultura	67.000,00	302.250,00		369.250,00
20.606	Extensão Rural	49.000,00	301.250,00		350.250,00
20.606.47	HORTAS FAMILIARES, COMUNITÁRIAS E ESCOLARES	4.000,00	4.500,00		8.500,00
20.606.47 .1.088	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS PARA INSTALAÇÃO DE VIVEIROS	4.000,00			4.000,00
20.606.47 .2.090	AQUISIÇÃO DE INSUMOS, MUDAS DE HORTALIÇAS E DE PLANTAS MEDICINAIS - HORTAS		4.500,00		4.500,00
20.606.49	PAMEC	40.000,00	82.000,00		122.000,00
20.606.49 .1.091	AQUISIÇÃO DE MAQUINAS, EQUIPAMENTOS, IMPLEMENTOS AGRICOLAS E VEICULOS DE TRAN	40.000,00			40.000,00
20.606.49 .2.074	MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS, IMPLEMENTOS AGRICOLAS E VEÍCULOS DE TR		17.500,00		17.500,00
20.606.49 .2.075	CONSTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS, IMPLEMENTOS AGRICOLAS E		64.500,00		64.500,00
<b>Órgão: 08.00</b>	<b>SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS</b>	<b>606.250,00</b>	<b>1.155.644,67</b>	<b>0,00</b>	<b>1.761.894,67</b>
<b>Unidade: 08.01</b>	<b>DIVISÃO DE SERVIÇOS URBANOS</b>	<b>366.250,00</b>	<b>121.750,00</b>	<b>0,00</b>	<b>488.000,00</b>
15	Urbanismo	318.750,00	121.750,00		440.500,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	318.750,00	14.250,00		333.000,00
15.451.31	URBANISMO	213.750,00	14.250,00		228.000,00
15.451.31 .1.043	CONSTRUCAO DE PRACAS E JARDINS	176.500,00			176.500,00
15.451.31 .1.044	AQUISICAO E DESAPROPRIACAO DE IMOVEIS	16.000,00			16.000,00
15.451.31 .1.054	CONSTRUÇÃO DE CALÇADAS NA AVENIDA 29 DE NOVEMBRO	20.000,00			20.000,00
15.451.31 .1.059	CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE EVENTOS	1.250,00			1.250,00
15.451.31 .2.065	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE SANEAMENTO BASICO NO CENTRO DA CIDADE		14.250,00		14.250,00
15.451.33	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA	105.000,00			105.000,00
15.451.33 .1.060	PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA DE RUAS E SERRAS	105.000,00			105.000,00
15.452	Serviços Urbanos		107.500,00		107.500,00
15.452.31	URBANISMO		107.500,00		107.500,00
15.452.31 .2.043	MANUTENCAO E CONSERVACAO DE RUAS		25.000,00		25.000,00
15.452.31 .2.044	MANUTENCAO E AMPLIAÇÃO DOS SERVICOS DE ILUMINACAO PUBLICA		20.000,00		20.000,00
15.452.31 .2.045	MANUTENCAO/PESSOAL		62.500,00		62.500,00
26	Transporte	47.500,00			47.500,00
26.782	Transporte Rodoviário	47.500,00			47.500,00
26.782.29	ESTRADAS VICINAIS	47.500,00			47.500,00
26.782.29 .1.038	CONSTRUCAO DE PONTES E BUEIROS	47.500,00			47.500,00



**Estado de Santa Catarina**

Página: 5/7

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO**

Data: 22/12/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011**

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1</b>	<b>PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO</b>	<b>1.263.666,64</b>	<b>4.739.548,00</b>	<b>0,00</b>	<b>6.003.214,64</b>
<b>Órgão: 08.00</b>	<b>SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS</b>	<b>606.250,00</b>	<b>1.155.644,67</b>	<b>0,00</b>	<b>1.761.894,67</b>
<b>Unidade: 08.02</b>	<b>DIVISÃO DO D.M.E.R.</b>	<b>240.000,00</b>	<b>1.033.894,67</b>	<b>0,00</b>	<b>1.273.894,67</b>
15	Urbanismo	145.000,00	662.050,00		807.050,00
15.452	Serviços Urbanos	145.000,00	662.050,00		807.050,00
15.452.29	ESTRADAS VICINAIS	145.000,00	662.050,00		807.050,00
15.452.29 .1.051	ABERTURA E PAVIMENTAÇÃO DE SERRAS	130.000,00			130.000,00
15.452.29 .1.053	AQUISIÇÃO DE BRITADOR	5.000,00			5.000,00
15.452.29 .1.055	SINALIZAÇÃO VIÁRIA	10.000,00			10.000,00
15.452.29 .2.092	MANUTENÇÃO/PESSOAL - ESTRADAS VICINAIS		298.000,00		298.000,00
15.452.29 .2.093	MANUTENCAO DAS ESTRADAS VICINAIS - URBANISMO		364.050,00		364.050,00
26	Transporte	95.000,00	371.844,67		466.844,67
26.782	Transporte Rodoviário	95.000,00	371.844,67		466.844,67
26.782.29	ESTRADAS VICINAIS	95.000,00	371.844,67		466.844,67
26.782.29 .1.040	AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS	95.000,00			95.000,00
26.782.29 .2.042	MANUTENCAO DAS ESTRADAS VICINAIS - TRANSPORTES		371.844,67		371.844,67
<b>Órgão: 09.00</b>	<b>SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL</b>	<b>41.000,00</b>	<b>322.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>363.000,00</b>
<b>Unidade: 09.01</b>	<b>DIVISÃO DO FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL</b>	<b>15.000,00</b>	<b>308.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>323.000,00</b>
08	Assistência Social	15.000,00	308.000,00		323.000,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		50.500,00		50.500,00
08.243.21	ATENÇÃO A CRIANÇA		50.500,00		50.500,00
08.243.21 .2.030	MANUTENCAO/ PESSOAL DO PROG. DE ERRADICACAO DO TRAB.INFANTIL		50.500,00		50.500,00
08.244	Assistência Comunitária	15.000,00	257.500,00		272.500,00
08.244.19	DESENVOLVIMENTO SOCIAL	15.000,00	257.500,00		272.500,00
08.244.19 .1.027	AQUISICAO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE.	15.000,00			15.000,00
08.244.19 .2.027	AUXILIO A PESSOAS DE BAIXA RENDA		30.000,00		30.000,00
08.244.19 .2.028	MANUTENCAO/PESSOAL DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL		162.250,00		162.250,00
08.244.19 .2.029	CRIACAO DE GRUPOS DE MAES, IDOSOS E JOVENS		1.000,00		1.000,00
08.244.19 .2.051	REALIZAÇÃO DE CONFERENCIA		4.000,00		4.000,00
08.244.19 .2.052	IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE REFERENCIA DE ASSISTENCIA SOCIAL - CRAS		43.750,00		43.750,00
08.244.19 .2.053	IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS SOCIAIS		14.000,00		14.000,00
08.244.19 .2.082	CAPACITAÇÃO DE PESSOAL - DESENVOLVIMENTO SOCIAL		2.500,00		2.500,00

**Estado de Santa Catarina**

Página: 6/7

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO**

Data: 22/12/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011**

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1</b>	<b>PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO</b>	<b>1.263.666,64</b>	<b>4.739.548,00</b>	<b>0,00</b>	<b>6.003.214,64</b>
<b>Órgão: 09.00</b>	<b>SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL</b>	<b>41.000,00</b>	<b>322.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>363.000,00</b>
<b>Unidade: 09.02</b>	<b>DIVISÃO DO FUNDO HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL</b>	<b>21.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>21.000,00</b>
08	Assistência Social	21.000,00			21.000,00
08.244	Assistência Comunitária	21.000,00			21.000,00
08.244.19	DESENVOLVIMENTO SOCIAL	21.000,00			21.000,00
08.244.19 .1.026	CONSTRUCAO DE CASAS POPULARES	21.000,00			21.000,00
<b>Unidade: 09.03</b>	<b>DIVISÃO DO FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCENCIA</b>	<b>5.000,00</b>	<b>14.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>19.000,00</b>
08	Assistência Social	5.000,00	14.000,00		19.000,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	5.000,00	14.000,00		19.000,00
08.243.21	ATENÇÃO A CRIANÇA	5.000,00	14.000,00		19.000,00
08.243.21 .1.028	AQUISICAO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS - ATENÇÃO A CRIANÇA	5.000,00			5.000,00
08.243.21 .2.055	IMPLANTAR E IMPLEMENTAR POLITICAS QUE ASSEGUREM O FUNCIONAMENTO DO ECA		14.000,00		14.000,00
<b>Órgão: 10.00</b>	<b>SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E TURISMO</b>	<b>7.500,00</b>	<b>134.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>141.500,00</b>
<b>Unidade: 10.01</b>	<b>DIVISAO DO MEIO AMBIENTE</b>	<b>7.500,00</b>	<b>134.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>141.500,00</b>
18	Gestão Ambiental	7.500,00	134.000,00		141.500,00
18.511	Saneamento Básico Rural		8.500,00		8.500,00
18.511.25	PROTEÇÃO AMBIENTAL		8.500,00		8.500,00
18.511.25 .2.032	FISCALIZACAO SANITARIA NAS RESIDENCIAS		5.000,00		5.000,00
18.511.25 .2.033	PROTECAO DE FONTES DE AGUA E RECUPERACAO DAS NACENTES.		3.500,00		3.500,00
18.512	Saneamento Básico Urbano		7.750,00		7.750,00
18.512.25	PROTEÇÃO AMBIENTAL		7.750,00		7.750,00
18.512.25 .2.034	COLETA SELETIVA E RECICLAGEM DE LIXO RURAL		7.750,00		7.750,00
18.541	Preservação e Conservação Ambiental		17.500,00		17.500,00
18.541.23	CHAPADÃO DO LAGEADO TURÍSTICO		17.500,00		17.500,00
18.541.23 .2.056	IMPLANTAÇÃO DE SANEAMENTO BASICO NAS RESIDENCIAS		12.500,00		12.500,00
18.541.23 .2.057	INCENTIVO A IMPLANTAÇÃO DA ÁREA DE RESERVA LEGAL NAS PROPRIEDADES		5.000,00		5.000,00
18.542	Controle Ambiental	7.500,00			7.500,00
18.542.23	CHAPADÃO DO LAGEADO TURÍSTICO	7.500,00			7.500,00
18.542.23 .1.031	INCENTIVO A EMPREENDIMENTOS TURISTICOS	7.500,00			7.500,00
18.695	Turismo		100.250,00		100.250,00
18.695.23	CHAPADÃO DO LAGEADO TURÍSTICO		100.250,00		100.250,00
18.695.23 .2.031	MANUTENCAO/PESSOAL		100.250,00		100.250,00

**Estado de Santa Catarina**

Página: 7/7

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO**

Data: 22/12/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011**

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1</b>	<b>PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO</b>	<b>1.263.666,64</b>	<b>4.739.548,00</b>	<b>0,00</b>	<b>6.003.214,64</b>
<b>Órgão: 90.00</b>	<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>0,00</b>	<b>60.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>60.000,00</b>
<b>Unidade: 90.99</b>	<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>0,00</b>	<b>60.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>60.000,00</b>
99	Reserva de Contingência		60.000,00		60.000,00
99.999	Reserva de Contingência		60.000,00		60.000,00
99.999.99	RESERVA DE CONTINGENCIA		60.000,00		60.000,00
99.999.99 .2.094	RESERVA DE CONTINGENCIA		60.000,00		60.000,00
<b>Entidade: 2</b>	<b>CAMARA DE VEREADORES</b>	<b>20.000,00</b>	<b>405.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>425.000,00</b>
<b>Órgão: 01.00</b>	<b>CAMARA DE VEREADORES</b>	<b>20.000,00</b>	<b>405.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>425.000,00</b>
<b>Unidade: 01.01</b>	<b>CAMARA DE VEREADORES</b>	<b>20.000,00</b>	<b>405.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>425.000,00</b>
01	Legislativa	20.000,00	405.000,00		425.000,00
01.031	Ação Legislativa	20.000,00	405.000,00		425.000,00
01.031.1	PROCESSO LEGISLATIVO	20.000,00	405.000,00		425.000,00
01.031.1 .1.001	AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	20.000,00			20.000,00
01.031.1 .2.001	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DA CAMARA DE VEREADORES		405.000,00		405.000,00
<b>Entidade: 3</b>	<b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE</b>	<b>157.500,00</b>	<b>1.061.057,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.218.557,00</b>
<b>Órgão: 06.00</b>	<b>SECRETARIA DA SAUDE</b>	<b>157.500,00</b>	<b>1.061.057,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.218.557,00</b>
<b>Unidade: 06.01</b>	<b>DIVISÃO DO FUNDO DE SAÚDE</b>	<b>157.500,00</b>	<b>1.061.057,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.218.557,00</b>
10	Saúde	157.500,00	1.061.057,00		1.218.557,00
10.301	Atenção Básica	157.500,00	1.042.119,50		1.199.619,50
10.301.17	SAÚDE PARA TODOS	157.500,00	1.042.119,50		1.199.619,50
10.301.17 .1.023	AQUISICAO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS	32.500,00			32.500,00
10.301.17 .1.024	AQUISICAO DE VEICULO	55.000,00			55.000,00
10.301.17 .1.096	AMPLIAÇÃO E REFORMA DOS POSTOS DE SAÚDE	70.000,00			70.000,00
10.301.17 .2.021	MANUTENCAO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE		839.557,00		839.557,00
10.301.17 .2.026	EXECUCAO E MANUTENCAO DO PROGRAMA SAUDE DA FAMILIA		202.562,50		202.562,50
10.304	Vigilância Sanitária		12.968,75		12.968,75
10.304.17	SAÚDE PARA TODOS		12.968,75		12.968,75
10.304.17 .2.024	MANUTENCAO/PESSOAL DO SISTEMA DE VIGILANCIA SANITARIA.		12.968,75		12.968,75
10.305	Vigilância Epidemiológica		5.968,75		5.968,75
10.305.17	SAÚDE PARA TODOS		5.968,75		5.968,75
10.305.17 .2.025	MANUTENCAO/ PESSOAL DO SISTEMA DE VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA.		5.968,75		5.968,75
<b>Total geral:</b>					<b>7.646.771,64</b>

**Estado de Santa Catarina**

Página: 1/3

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO**

Data: 22/12/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011**

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
01	Legislativa	20.000,00	405.000,00		425.000,00
01.031	Ação Legislativa	20.000,00	405.000,00		425.000,00
01.031.1	PROCESSO LEGISLATIVO	20.000,00	405.000,00		425.000,00
04	Administração	72.500,00	1.217.503,32		1.290.003,32
04.122	Administração Geral	55.000,00	527.753,32		582.753,32
04.122.3	GESTAO ADMINISTRATIVA SUPERIOR		250.000,00		250.000,00
04.122.5	ADMINISTRAÇÃO GERAL	55.000,00	277.753,32		332.753,32
04.123	Administração Financeira	17.500,00	689.750,00		707.250,00
04.123.9	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	17.500,00	689.750,00		707.250,00
08	Assistência Social	41.000,00	322.000,00		363.000,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	5.000,00	64.500,00		69.500,00
08.243.21	ATENÇÃO A CRIANÇA	5.000,00	64.500,00		69.500,00
08.244	Assistência Comunitária	36.000,00	257.500,00		293.500,00
08.244.19	DESENVOLVIMENTO SOCIAL	36.000,00	257.500,00		293.500,00
10	Saúde	157.500,00	1.061.057,00		1.218.557,00
10.301	Atenção Básica	157.500,00	1.042.119,50		1.199.619,50
10.301.17	SAÚDE PARA TODOS	157.500,00	1.042.119,50		1.199.619,50
10.304	Vigilância Sanitária		12.968,75		12.968,75
10.304.17	SAÚDE PARA TODOS		12.968,75		12.968,75
10.305	Vigilância Epidemiológica		5.968,75		5.968,75
10.305.17	SAÚDE PARA TODOS		5.968,75		5.968,75
11	Trabalho		57.500,00		57.500,00
11.334	Fomento ao Trabalho		57.500,00		57.500,00
11.334.39	GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA		57.500,00		57.500,00
12	Educação	441.416,66	1.380.150,01		1.821.566,67
12.361	Ensino Fundamental	346.416,66	1.275.650,01		1.622.066,67
12.361.11	EDUCAÇÃO PARA TODOS	346.416,66	1.275.650,01		1.622.066,67
12.365	Educação Infantil	95.000,00	104.500,00		199.500,00
12.365.11	EDUCAÇÃO PARA TODOS	95.000,00	104.500,00		199.500,00
13	Cultura	3.000,00	18.000,00		21.000,00
13.392	Difusão Cultural	3.000,00	18.000,00		21.000,00
13.392.13	RESGATE DA CULTURA	3.000,00	18.000,00		21.000,00

**Estado de Santa Catarina**

Página: 2/3

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO**

Data: 22/12/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011**

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
15	Urbanismo	463.750,00	783.800,00		1.247.550,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	318.750,00	14.250,00		333.000,00
15.451.31	URBANISMO	213.750,00	14.250,00		228.000,00
15.451.33	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA	105.000,00			105.000,00
15.452	Serviços Urbanos	145.000,00	769.550,00		914.550,00
15.452.29	ESTRADAS VICINAIS	145.000,00	662.050,00		807.050,00
15.452.31	URBANISMO		107.500,00		107.500,00
18	Gestão Ambiental	7.500,00	134.000,00		141.500,00
18.511	Saneamento Básico Rural		8.500,00		8.500,00
18.511.25	PROTEÇÃO AMBIENTAL		8.500,00		8.500,00
18.512	Saneamento Básico Urbano		7.750,00		7.750,00
18.512.25	PROTEÇÃO AMBIENTAL		7.750,00		7.750,00
18.541	Preservação e Conservação Ambiental		17.500,00		17.500,00
18.541.23	CHAPADÃO DO LAGEADO TURÍSTICO		17.500,00		17.500,00
18.542	Controle Ambiental	7.500,00			7.500,00
18.542.23	CHAPADÃO DO LAGEADO TURÍSTICO	7.500,00			7.500,00
18.695	Turismo		100.250,00		100.250,00
18.695.23	CHAPADÃO DO LAGEADO TURÍSTICO		100.250,00		100.250,00
20	Agricultura	67.000,00	302.250,00		369.250,00
20.602	Promoção da Produção Animal	18.000,00	1.000,00		19.000,00
20.602.43	APOIO E FOMENTO A APICULTURA	18.000,00	1.000,00		19.000,00
20.606	Extensão Rural	49.000,00	301.250,00		350.250,00
20.606.27	ASSISTENCIA AOS PRODUTORES RURAIS		194.000,00		194.000,00
20.606.37	APOIO E FOMENTO A ATIVIDADE LEITEIRA E BOVINOCULTURA		16.750,00		16.750,00
20.606.45	APOIO E FOMENTO A FRUTICULTURA	5.000,00	4.000,00		9.000,00
20.606.47	HORTAS FAMILIARES, COMUNITÁRIAS E ESCOLARES	4.000,00	4.500,00		8.500,00
20.606.49	PAMEC	40.000,00	82.000,00		122.000,00
26	Transporte	142.500,00	371.844,67		514.344,67
26.782	Transporte Rodoviário	142.500,00	371.844,67		514.344,67
26.782.29	ESTRADAS VICINAIS	142.500,00	371.844,67		514.344,67
27	Desporto e Lazer	24.999,98	92.500,00		117.499,98
27.812	Desporto Comunitário	24.999,98	92.500,00		117.499,98
27.812.15	ESPORTE É VIDA	24.999,98	92.500,00		117.499,98



**Estado de Santa Catarina**

Página: 3/3

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO**

Data: 22/12/2010

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
99	Reserva de Contingência		60.000,00		60.000,00
99.999	Reserva de Contingência		60.000,00		60.000,00
99.999.99	RESERVA DE CONTINGENCIA		60.000,00		60.000,00
<b>Total:</b>		<b>1.441.166,64</b>	<b>6.205.605,00</b>	<b>0,00</b>	<b>7.646.771,64</b>
<b>Total geral:</b>		<b>1.441.166,64</b>	<b>6.205.605,00</b>	<b>0,00</b>	<b>7.646.771,64</b>

**Estado de Santa Catarina**

Página: 1/3

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO**

Data: 22/12/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011**

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
01	Legislativa	425.000,00		425.000,00
01.031	Ação Legislativa	425.000,00		425.000,00
01.031.0001	PROCESSO LEGISLATIVO	425.000,00		425.000,00
04	Administração	1.290.003,32		1.290.003,32
04.122	Administração Geral	582.753,32		582.753,32
04.122.0003	GESTAO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	250.000,00		250.000,00
04.122.0005	ADMINISTRAÇÃO GERAL	332.753,32		332.753,32
04.123	Administração Financeira	707.250,00		707.250,00
04.123.0009	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	707.250,00		707.250,00
08	Assistência Social	323.000,00	40.000,00	363.000,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	55.000,00	14.500,00	69.500,00
08.243.0021	ATENÇÃO A CRIANÇA	55.000,00	14.500,00	69.500,00
08.244	Assistência Comunitária	268.000,00	25.500,00	293.500,00
08.244.0019	DESENVOLVIMENTO SOCIAL	268.000,00	25.500,00	293.500,00
10	Saúde	992.619,50	225.937,50	1.218.557,00
10.301	Atenção Básica	989.619,50	210.000,00	1.199.619,50
10.301.0017	SAÚDE PARA TODOS	989.619,50	210.000,00	1.199.619,50
10.304	Vigilância Sanitária	2.000,00	10.968,75	12.968,75
10.304.0017	SAÚDE PARA TODOS	2.000,00	10.968,75	12.968,75
10.305	Vigilância Epidemiológica	1.000,00	4.968,75	5.968,75
10.305.0017	SAÚDE PARA TODOS	1.000,00	4.968,75	5.968,75
11	Trabalho	54.500,00	3.000,00	57.500,00
11.334	Fomento ao Trabalho	54.500,00	3.000,00	57.500,00
11.334.0039	GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA	54.500,00	3.000,00	57.500,00
12	Educação	1.476.400,01	345.166,66	1.821.566,67
12.361	Ensino Fundamental	1.332.150,01	289.916,66	1.622.066,67
12.361.0011	EDUCAÇÃO PARA TODOS	1.332.150,01	289.916,66	1.622.066,67
12.365	Educação Infantil	144.250,00	55.250,00	199.500,00
12.365.0011	EDUCAÇÃO PARA TODOS	144.250,00	55.250,00	199.500,00
13	Cultura	19.000,00	2.000,00	21.000,00
13.392	Difusão Cultural	19.000,00	2.000,00	21.000,00
13.392.0013	RESGATE DA CULTURA	19.000,00	2.000,00	21.000,00
15	Urbanismo	886.300,00	361.250,00	1.247.550,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	115.500,00	217.500,00	333.000,00
15.451.0031	URBANISMO	90.500,00	137.500,00	228.000,00

**Estado de Santa Catarina**

Página: 2/3

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO**

Data: 22/12/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011**

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
15	Urbanismo	886.300,00	361.250,00	1.247.550,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	115.500,00	217.500,00	333.000,00
15.451.0033	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA	25.000,00	80.000,00	105.000,00
15.452	Serviços Urbanos	770.800,00	143.750,00	914.550,00
15.452.0029	ESTRADAS VICINAIS	663.300,00	143.750,00	807.050,00
15.452.0031	URBANISMO	107.500,00		107.500,00
18	Gestão Ambiental	138.500,00	3.000,00	141.500,00
18.511	Saneamento Básico Rural	8.500,00		8.500,00
18.511.0025	PROTEÇÃO AMBIENTAL	8.500,00		8.500,00
18.512	Saneamento Básico Urbano	7.750,00		7.750,00
18.512.0025	PROTEÇÃO AMBIENTAL	7.750,00		7.750,00
18.541	Preservação e Conservação Ambiental	16.500,00	1.000,00	17.500,00
18.541.0023	CHAPADÃO DO LAGEADO TURÍSTICO	16.500,00	1.000,00	17.500,00
18.542	Controle Ambiental	5.500,00	2.000,00	7.500,00
18.542.0023	CHAPADÃO DO LAGEADO TURÍSTICO	5.500,00	2.000,00	7.500,00
18.695	Turismo	100.250,00		100.250,00
18.695.0023	CHAPADÃO DO LAGEADO TURÍSTICO	100.250,00		100.250,00
20	Agricultura	351.750,00	17.500,00	369.250,00
20.602	Promoção da Produção Animal	18.500,00	500,00	19.000,00
20.602.0043	APOIO E FOMENTO A APICULTURA	18.500,00	500,00	19.000,00
20.606	Extensão Rural	333.250,00	17.000,00	350.250,00
20.606.0027	ASSISTENCIA AOS PRODUTORES RURAIS	191.500,00	2.500,00	194.000,00
20.606.0037	APOIO E FOMENTO A ATIVIDADE LEITEIRA E BOVINOCULTURA	16.750,00		16.750,00
20.606.0045	APOIO E FOMENTO A FRUTICULTURA	7.500,00	1.500,00	9.000,00
20.606.0047	HORTAS FAMILIARES, COMUNITÁRIAS E ESCOLARES	8.000,00	500,00	8.500,00
20.606.0049	PAMEC	109.500,00	12.500,00	122.000,00
26	Transporte	484.844,67	29.500,00	514.344,67
26.782	Transporte Rodoviário	484.844,67	29.500,00	514.344,67
26.782.0029	ESTRADAS VICINAIS	484.844,67	29.500,00	514.344,67
27	Desporto e Lazer	107.833,32	9.666,66	117.499,98
27.812	Desporto Comunitário	107.833,32	9.666,66	117.499,98
27.812.0015	ESPORTE É VIDA	107.833,32	9.666,66	117.499,98

**Estado de Santa Catarina**

Página: 3/3

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO**

Data: 22/12/2010

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
99	Reserva de Contingência			60.000,00
99.999	Reserva de Contingência			60.000,00
99.999.0099	RESERVA DE CONTINGENCIA			60.000,00
<b>Total:</b>		<b>6.609.750,82</b>	<b>1.037.020,82</b>	<b>7.646.771,64</b>
<b>Total geral:</b>		<b>6.609.750,82</b>	<b>1.037.020,82</b>	<b>7.646.771,64</b>

**Estado de Santa Catarina**

Página: 1/15

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO**

Data: 22/12/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

**Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO**

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
02.00 - GABINETE DO PREFEITO E VICE		0,00	0,00	0,00	250.000,00	0,00	0,00
03.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		0,00	0,00	0,00	332.753,32	0,00	0,00
04.00 - SECRETARIA DA FAZENDA		0,00	0,00	0,00	707.250,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA DA AGRICULTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08.00 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09.00 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.00 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E TURISMO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
90.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.290.003,32</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>



**Estado de Santa Catarina**

Página: 2/15

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO**

Data: 22/12/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

**Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO**

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
02.00 - GABINETE DO PREFEITO E VICE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - SECRETARIA DA FAZENDA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.821.566,67
07.00 - SECRETARIA DA AGRICULTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	57.500,00	0,00
08.00 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09.00 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL		0,00	363.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.00 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E TURISMO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
90.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>363.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>57.500,00</b>	<b>1.821.566,67</b>

**Estado de Santa Catarina**

Página: 3/15

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO**

Data: 22/12/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

**Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO**

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
02.00 - GABINETE DO PREFEITO E VICE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - SECRETARIA DA FAZENDA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		21.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA DA AGRICULTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08.00 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS		0,00	0,00	1.247.550,00	0,00	0,00	0,00
09.00 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.00 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E TURISMO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	141.500,00
90.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>21.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.247.550,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>141.500,00</b>

**Estado de Santa Catarina**

Página: 4/15

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO**

Data: 22/12/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

**Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO**

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
02.00 - GABINETE DO PREFEITO E VICE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - SECRETARIA DA FAZENDA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA DA AGRICULTURA		0,00	369.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08.00 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09.00 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.00 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E TURISMO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
90.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>369.250,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**Estado de Santa Catarina**

Página: 5/15

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO**

Data: 22/12/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

**Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO**

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
02.00 - GABINETE DO PREFEITO E VICE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00
03.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	332.753,32
04.00 - SECRETARIA DA FAZENDA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	707.250,00
05.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		0,00	0,00	117.499,98	0,00	0,00	1.960.066,65
07.00 - SECRETARIA DA AGRICULTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	426.750,00
08.00 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS		0,00	514.344,67	0,00	0,00	0,00	1.761.894,67
09.00 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	363.000,00
10.00 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E TURISMO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	141.500,00
90.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00	60.000,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>514.344,67</b>	<b>117.499,98</b>	<b>0,00</b>	<b>60.000,00</b>	<b>6.003.214,64</b>

**Estado de Santa Catarina**

Página: 6/15

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO**

Data: 22/12/2010

## LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 2 - CAMARA DE VEREADORES

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
01.00 - CAMARA DE VEREADORES		425.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Total:</b>	<b>425.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>



**Estado de Santa Catarina**

Página: 7/15

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO**

Data: 22/12/2010

## LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 2 - CAMARA DE VEREADORES

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
01.00 - CAMARA DE VEREADORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**Estado de Santa Catarina**

Página: 8/15

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO**

Data: 22/12/2010

## LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 2 - CAMARA DE VEREADORES

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
01.00 - CAMARA DE VEREADORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**Estado de Santa Catarina**

Página: 9/15

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO**

Data: 22/12/2010

## LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 2 - CAMARA DE VEREADORES

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
01.00 - CAMARA DE VEREADORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**Estado de Santa Catarina**

Página: 10/15

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO**

Data: 22/12/2010

## LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 2 - CAMARA DE VEREADORES

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
01.00 - CAMARA DE VEREADORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	425.000,00
	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>425.000,00</b>

**Estado de Santa Catarina**

Página: 11/15

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO**

Data: 22/12/2010

## LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
06.00 - SECRETARIA DA SAUDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>



**Estado de Santa Catarina**

Página: 12/15

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO**

Data: 22/12/2010

## LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
06.00 - SECRETARIA DA SAUDE		0,00	0,00	0,00	1.218.557,00	0,00	0,00
	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.218.557,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**Estado de Santa Catarina**

Página: 13/15

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO**

Data: 22/12/2010

## LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
06.00 - SECRETARIA DA SAUDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**Estado de Santa Catarina**

Página: 14/15

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO**

Data: 22/12/2010

## LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
06.00 - SECRETARIA DA SAUDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**Estado de Santa Catarina**

Página: 15/15

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO**

Data: 22/12/2010

## LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
06.00 - SECRETARIA DA SAUDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.218.557,00
	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.218.557,00</b>
	<b>Total geral:</b>						<b>7.646.771,64</b>

**Estado de Santa Catarina**

Página: 1/6

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO**

Data: 22/12/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011**

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2007	2008	2009	2010	2011
Entidade: 1 PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO						
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	Receitas	7.062.338,65	7.955.487,07	9.481.993,78	7.614.014,14	7.400.184,14
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	7.572.523,37	7.558.270,07	9.408.693,78	7.096.514,14	7.379.184,14
4.1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTARIA	230.540,09	184.603,77	204.546,82	213.750,00	244.000,00
4.1.1.1.0.00.00.00.00.00	IMPOSTOS	218.768,40	164.712,03	175.863,92	136.000,00	166.000,00
4.1.1.1.2.00.00.00.00.00	Impostos s/ o Patrimônio e a Renda	118.218,00	102.391,03	103.613,54	113.000,00	113.000,00
4.1.1.1.2.01.01.00.00.00	Imposto s/ a Propriedade Territorial Rural 60%	137,40	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.1.1.2.01.02.00.00.00	Imposto s/ a Propriedade Territorial Rural 25%	57,24	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.1.1.2.01.03.00.00.00	Imposto s/ a Propriedade Territorial Rural 15%	212,34	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.1.1.2.02.00.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	28.286,37	25.242,63	27.920,03	83.000,00	83.000,00
4.1.1.1.2.02.00.01.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana 60%	16.971,76	15.145,51	16.737,95	51.000,00	51.000,00
4.1.1.1.2.02.00.02.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana 25%	7.071,50	6.310,61	6.988,82	21.250,00	21.250,00
4.1.1.1.2.02.00.03.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana 15%	4.243,11	3.786,51	4.193,26	12.750,00	12.750,00
9.1.1.1.2.02.01.00.00.00	Redutor 20% Desconto IPTU 60%	0,00	0,00	0,00	-1.200,00	-1.200,00
9.1.1.1.2.02.02.00.00.00	Redutor 20% Desconto IPTU 25%	0,00	0,00	0,00	-500,00	-500,00
9.1.1.1.2.02.03.00.00.00	Redutor 20% Desconto IPTU 15%	0,00	0,00	0,00	-300,00	-300,00
4.1.1.1.2.04.00.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	61.836,06	55.712,51	53.957,52	10.000,00	10.000,00
4.1.1.1.2.04.01.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza 60%	37.101,11	33.426,80	32.374,16	6.000,00	6.000,00
4.1.1.1.2.04.02.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza 25%	15.458,39	13.927,62	13.489,56	2.500,00	2.500,00
4.1.1.1.2.04.03.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza 15%	9.276,56	8.358,09	8.093,80	1.500,00	1.500,00
4.1.1.1.2.08.00.00.00.00	Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	27.688,59	21.435,89	21.735,99	20.000,00	20.000,00
4.1.1.1.2.08.01.00.00.00	Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir 60%	16.613,08	12.861,43	13.041,55	12.000,00	12.000,00
4.1.1.1.2.08.02.00.00.00	Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir 25%	6.922,05	5.358,84	5.434,02	5.000,00	5.000,00
4.1.1.1.2.08.03.00.00.00	Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir 15%	4.153,46	3.215,62	3.260,42	3.000,00	3.000,00
4.1.1.1.3.00.00.00.00.00	Imposto s/ a Produção e a Circulação	100.550,40	62.321,00	72.250,38	23.000,00	53.000,00
4.1.1.1.3.05.00.00.00.00	Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza	100.550,40	62.321,00	72.250,38	23.000,00	53.000,00
4.1.1.1.3.05.01.00.00.00	Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza 60%	60.329,60	37.242,88	43.349,73	15.000,00	33.000,00
9.1.1.1.3.05.01.00.00.00	Dedução de Outros Tributos ISS 60%	0,00	0,00	0,00	-1.200,00	-1.200,00
4.1.1.1.3.05.02.00.00.00	Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza 25%	25.136,34	15.517,23	18.062,94	6.250,00	13.750,00
9.1.1.1.3.05.02.00.00.00	Dedução de Outros Tributos ISS 25%	0,00	0,00	0,00	-500,00	-500,00
4.1.1.1.3.05.03.00.00.00	Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza 15%	15.084,46	9.560,89	10.837,71	3.750,00	8.250,00
9.1.1.1.3.05.03.00.00.00	Dedução de Outros Tributos ISS 15%	0,00	0,00	0,00	-300,00	-300,00
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS	5.716,85	4.989,78	5.440,90	48.250,00	48.000,00
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00	Tx p/ Exercício do Poder de Polícia	3.613,78	4.989,78	5.440,90	36.250,00	33.000,00
4.1.1.2.1.22.00.00.00.00	Tx de Serviços Administrativos	3.524,04	4.989,78	5.330,55	11.250,00	16.250,00
4.1.1.2.1.29.00.00.00.00	Tx de Licença para Execução de Obras	89,74	0,00	110,35	25.000,00	16.750,00
4.1.1.2.2.00.00.00.00.00	Tx pela Prestacao de Servicos	2.103,07	0,00	0,00	12.000,00	15.000,00
4.1.1.2.2.99.00.00.00.00	Outras Taxas de Prestação de Serviços	2.103,07	0,00	0,00	12.000,00	15.000,00
4.1.1.3.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUICAO DE MELHORIA	6.054,84	14.901,96	23.242,00	29.500,00	30.000,00
4.1.1.3.0.02.00.00.00.00	Contrib Melhoria Expans Rede Iluminação Púb Cidade	6.054,84	14.901,96	23.242,00	0,00	0,00
4.1.1.3.0.04.00.00.00.00	Contrib p/ Pavimentação e Obras Complementares	0,00	0,00	0,00	18.000,00	10.000,00
4.1.1.3.0.99.00.00.00.00	Outras Contrib de Melhoria	0,00	0,00	0,00	11.500,00	20.000,00
4.1.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	20.000,00	20.000,00
4.1.2.3.0.00.00.00.00.00	Contribuicao Custeio Servico Iluminacao Publica Cosip	0,00	0,00	0,00	20.000,00	20.000,00



**Estado de Santa Catarina**

Página: 2/6

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO**

Data: 22/12/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011**

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2007	2008	2009	2010	2011
Entidade: 1 PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO						
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	29.701,18	27.454,98	41.838,63	46.862,50	13.862,50
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	29.701,18	26.549,98	40.810,26	100,00	1.100,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	29.701,18	26.549,98	40.810,26	100,00	1.100,00
4.1.3.2.5.00.02.00.00.00	Renumeraçao de Depositos Bancarios	29.698,58	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	2,60	16.185,75	40.810,26	100,00	1.100,00
4.1.3.2.5.01.02.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc.- FUNDEF	0,00	0,00	26,12	100,00	100,00
4.1.3.2.5.01.02.01.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc.- FUNDEF 60%	0,00	0,00	0,00	60,00	60,00
4.1.3.2.5.01.02.02.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc.- FUNDEF 40%	0,00	0,00	0,00	40,00	40,00
4.1.3.2.5.01.03.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Fundo Saude	2,60	0,00	1.928,29	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Rec. de Remun.de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc.	0,00	16.185,75	38.855,85	0,00	1.000,00
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc.	0,00	10.364,23	0,00	0,00	0,00
4.1.3.3.9.99.00.00.00.00	Outras Receitas de Concessões e Permissões	0,00	905,00	0,00	0,00	0,00
4.1.3.9.0.00.00.00.00.00	Outras Rec. Patrimoniais	0,00	0,00	1.028,37	46.762,50	12.762,50
4.1.4.9.0.00.00.00.00.00	Outras Rec. Agropecuárias	0,00	0,00	1.299,75	0,00	0,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	7.302.023,38	7.313.950,79	8.915.733,51	6.712.606,64	6.997.026,64
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	7.302.023,38	7.313.950,79	8.915.733,51	6.712.606,64	6.997.026,64
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transf. da União	3.634.615,74	3.692.234,02	3.709.049,66	4.141.295,77	4.162.388,27
4.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Participação na Rec. da União	3.244.596,71	3.284.765,43	2.930.100,29	3.547.399,93	3.668.242,43
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	3.209.308,42	3.282.144,85	2.928.963,38	3.518.219,93	3.639.062,43
9.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - FPM	0,00	0,00	0,00	-302.500,00	-302.500,00
4.1.7.2.1.01.02.01.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios 60%	1.925.584,91	2.379.944,93	2.197.419,90	2.292.431,96	2.364.937,46
9.1.7.2.1.01.02.01.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - FPM 60%	0,00	-420.387,19	-440.041,89	0,00	0,00
4.1.7.2.1.01.02.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios 25%	802.326,96	1.001.778,23	915.591,68	955.179,98	985.390,61
9.1.7.2.1.01.02.02.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - FPM 25%	0,00	-175.161,32	-183.350,82	0,00	0,00
4.1.7.2.1.01.02.03.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios 15%	481.396,55	601.067,29	549.355,01	573.107,99	591.234,36
9.1.7.2.1.01.02.03.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - FPM 15%	0,00	-105.097,09	-110.010,50	0,00	0,00
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	0,00	2.620,58	1.136,91	180,00	180,00
9.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - ITR	0,00	0,00	0,00	-45,00	-45,00
4.1.7.2.1.01.05.01.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural 60%	0,00	1.836,77	852,63	135,00	135,00
9.1.7.2.1.01.05.01.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - ITR 60%	0,00	-264,40	-170,46	0,00	0,00
4.1.7.2.1.01.05.02.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural 25%	0,00	765,29	355,27	56,25	56,25
9.1.7.2.1.01.05.02.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - ITR 25%	0,00	-110,15	-71,06	0,00	0,00
4.1.7.2.1.01.05.03.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural 15%	0,00	459,24	213,17	33,75	33,75
9.1.7.2.1.01.05.03.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - ITR 15%	0,00	-66,17	-42,64	0,00	0,00
4.1.7.2.1.01.12.00.00.00	Cota-Parte do IPI - Estados Export. Prod. Industr.	35.288,29	0,00	0,00	29.000,00	29.000,00
9.1.7.2.1.01.12.00.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEF- IPI Exp.	0,00	0,00	0,00	-7.250,00	-7.250,00
4.1.7.2.1.01.12.01.00.00	Cota-Parte do IPI - Estados Export. Prod. Industr.60%	21.172,86	0,00	0,00	21.750,00	21.750,00
4.1.7.2.1.01.12.02.00.00	Cota-Parte do IPI - Estados Export. Prod. Industr.25%	8.821,98	0,00	0,00	9.062,50	9.062,50
4.1.7.2.1.01.12.03.00.00	Cota-Parte do IPI - Estados Export. Prod. Industr.15%	5.293,45	0,00	0,00	5.437,50	5.437,50
4.1.7.2.1.09.01.01.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C.Nº 87/96 60%	8.246,07	7.909,35	8.208,24	0,00	0,00
9.1.7.2.1.09.01.01.00.00	Dedução de Receita Formação do FUNDEF - LC 87/96 60%	0,00	-1.489,86	-1.641,60	0,00	0,00
4.1.7.2.1.09.01.02.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C.Nº 87/96 25%	3.435,85	3.295,52	3.420,12	0,00	0,00
9.1.7.2.1.09.01.02.00.00	Dedução de Receita Formação do FUNDEF - LC 87/96 25%	0,00	-620,77	-684,00	0,00	0,00

**Estado de Santa Catarina**

Página: 3/6

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO**

Data: 22/12/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011**

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2007	2008	2009	2010	2011
Entidade: 1 PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO						
4.1.7.2.1.09.01.03.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C.Nº 87/96 15%	2.061,57	1.977,38	2.052,12	0,00	0,00
9.1.7.2.1.09.01.03.00.00	Dedução de Receita Formação do FUNDEF - LC 87/96 15%	0,00	-372,54	-410,40	0,00	0,00
4.1.7.2.1.10.00.00.00.00	Transferencias de Convenios com a UNIAO	0,00	0,00	75.929,24	0,00	0,00
4.1.7.2.1.11.00.00.00.00	TRANSF. RECURSOS CONVENIO UNIAO PRONAT	0,00	0,00	89.325,36	0,00	0,00
4.1.7.2.1.22.00.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	85.724,78	73.952,97	54.408,43	38.000,00	38.000,00
4.1.7.2.1.22.70.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	56.098,30	48.173,94	38.983,52	25.000,00	25.000,00
4.1.7.2.1.22.70.01.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP 60%	32.006,48	20.988,28	23.390,07	0,00	0,00
4.1.7.2.1.22.70.02.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP 25%	13.336,01	8.745,10	9.745,90	0,00	0,00
4.1.7.2.1.22.70.03.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP 15%	10.755,81	18.440,56	5.847,55	0,00	0,00
4.1.7.2.1.22.90.00.00.00	Transferencia Financeira CEX-MP 193/2004	29.626,48	25.779,03	15.424,91	13.000,00	13.000,00
4.1.7.2.1.22.90.01.00.00	Transferencia Financeira CEX-MP 193/2004 60%	16.808,38	15.467,42	9.254,94	0,00	0,00
4.1.7.2.1.22.90.02.00.00	Transferencia Financeira CEX-MP 193/2004 25%	7.003,50	6.444,75	3.856,23	0,00	0,00
4.1.7.2.1.22.90.03.00.00	Transferencia Financeira CEX-MP 193/2004 15%	5.814,60	3.866,86	2.313,74	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.01.00.00.00	RECURSOS DO PSF	68.777,57	66.000,00	72.196,24	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.02.00.00.00	RECURSOS DA FARMACIA BASICA	0,00	0,00	35.801,47	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.03.00.00.00	RECURSOS DO PAB	34.943,75	39.440,49	55.780,52	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.04.00.00.00	RECURSOS DA EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOENC	10.912,64	14.380,44	14.377,48	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.05.00.00.00	RECURSOS VIGILANCIA SANITARIA	0,00	0,00	146,28	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.06.00.00.00	RECURSOS DO PACS	34.524,00	51.015,67	44.588,50	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.99.00.00.00	DEMAIS TRANSFERENCIAS DO SUS	0,00	0,00	6.119,62	0,00	0,00
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	32.138,08	30.312,58	53.511,90	12.500,00	12.500,00
4.1.7.2.1.34.01.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	0,00	30.312,58	53.511,90	0,00	0,00
4.1.7.2.1.34.04.00.00.00	Transferencias de Recursos FNAS - PBT	16.803,08	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.34.06.00.00.00	Transferencias de Recursos FNAS - BOLSA PETI	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.34.07.00.00.00	Transf. de Recursos FNAS - PETI BOLSA FAMILIA	4.625,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.34.08.00.00.00	Transf de Recursos FNAS-PETI JORNADA AMPLIADA	10.460,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.35.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	109.254,72	121.667,36	131.384,77	132.500,00	122.500,00
4.1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transf. do Salário-Educação	53.212,45	62.648,25	49.133,09	7.500,00	7.500,00
4.1.7.2.1.35.02.00.00.00	Transf Diretas do FNDE referentes ao PDDE	0,00	504,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNAE	29.172,00	28.164,40	31.812,00	50.000,00	40.000,00
4.1.7.2.1.35.04.00.00.00	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNATE	26.870,27	30.350,71	50.439,68	75.000,00	75.000,00
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C.Nº 87/96	0,00	0,00	0,00	32.895,84	32.895,84
9.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Dedução de Receita Formação do FUNDEF - LC 87/96 60%	0,00	0,00	0,00	-4.604,16	-4.604,16
4.1.7.2.1.36.01.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C.Nº 87/96 60%	0,00	0,00	0,00	22.500,00	22.500,00
4.1.7.2.1.36.02.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C.Nº 87/96 25%	0,00	0,00	0,00	9.375,00	9.375,00
4.1.7.2.1.36.03.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C.Nº 87/96 15%	0,00	0,00	0,00	5.625,00	5.625,00
4.1.7.2.1.99.00.00.00.00	Outras Transferencias da Uniao	0,00	0,00	134.435,08	378.000,00	288.250,00
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	3.162.713,68	3.007.221,82	4.569.590,18	2.171.310,87	2.434.638,37
4.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Rec. dos Estados	1.435.924,47	1.400.072,51	1.542.367,66	1.643.727,55	2.035.305,05
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	1.341.589,41	1.288.729,31	1.421.080,90	1.533.931,73	1.925.509,23
9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEF - ICMS 60%	0,00	0,00	0,00	-214.416,66	-214.416,66
4.1.7.2.2.01.01.01.00.00	Cota-Parte do ICMS 60%	804.953,40	951.243,08	1.065.543,79	1.049.009,03	1.283.955,53
9.1.7.2.2.01.01.01.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEF - ICMS 60%	0,00	-173.635,26	-212.895,24	0,00	0,00

**Estado de Santa Catarina**

Página: 4/6

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO**

Data: 22/12/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011**

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2007	2008	2009	2010	2011
Entidade: 1 PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO						
4.1.7.2.2.01.01.02.00.00	Cota-Parte do ICMS 25%	335.397,17	388.926,37	443.976,70	437.087,10	534.981,47
9.1.7.2.2.01.01.02.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEF - ICMS 25%	0,00	-72.347,90	-88.706,50	0,00	0,00
4.1.7.2.2.01.01.03.00.00	Cota-Parte do ICMS 15%	201.238,84	237.952,30	266.385,99	262.252,26	320.988,89
9.1.7.2.2.01.01.03.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEF - ICMS 15%	0,00	-43.409,28	-53.223,84	0,00	0,00
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	0,00	0,00	0,00	-19.000,00	0,00
4.1.7.2.2.01.02.01.00.00	Cota-Parte do IPVA 60%	38.515,31	37.381,68	46.956,83	57.000,00	57.000,00
9.1.7.2.2.01.02.01.00.00	Dedução de Rec. p/ Formação Fundeb - IPVA 60%	0,00	-4.855,06	-9.384,52	0,00	0,00
4.1.7.2.2.01.02.02.00.00	Cota-Parte do IPVA 25%	16.047,95	15.575,58	19.565,58	23.750,00	23.750,00
9.1.7.2.2.01.02.02.00.00	Dedução de Rec. p/ Formação Fundeb - IPVA 25%	0,00	-2.022,78	-3.910,35	0,00	0,00
4.1.7.2.2.01.02.03.00.00	Cota-Parte do IPVA 15%	9.629,26	9.346,12	11.739,23	14.250,00	14.250,00
9.1.7.2.2.01.02.03.00.00	Dedução de Rec. p/ Formação Fundeb - IPVA 15%	0,00	-1.214,42	-2.346,21	0,00	0,00
9.1.7.2.2.01.02.04.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEF - ICMS 25%	0,00	0,00	0,00	0,00	-19.000,00
4.1.7.2.2.01.04.01.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação 60%	0,00	28.672,03	22.290,91	0,00	0,00
9.1.7.2.2.01.04.01.00.00	Dedução de Rec.p/Formação FUNDEF - IPI Exp. 60%	0,00	-4.614,20	-4.338,39	0,00	0,00
4.1.7.2.2.01.04.02.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação 25%	0,00	11.946,64	9.287,96	0,00	0,00
9.1.7.2.2.01.04.02.00.00	Dedução de Rec.p/Formação FUNDEF - IPI Exp. 25%	0,00	-1.922,51	-1.807,68	0,00	0,00
4.1.7.2.2.01.04.03.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação 15%	0,00	7.168,28	5.572,73	0,00	0,00
9.1.7.2.2.01.04.03.00.00	Dedução de Rec.p/Formação FUNDEF - IPI Exp. 15%	0,00	-1.153,77	-1.084,62	0,00	0,00
4.1.7.2.2.01.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib. de Intervenção no Dom. Econ	30.142,54	17.035,61	10.226,51	30.000,00	30.000,00
4.1.7.2.2.01.13.01.00.00	Cota-Parte da Contrib. de Intervenção no Dom. Econ 60%	18.085,50	3.031,17	6.135,91	0,00	0,00
4.1.7.2.2.01.13.02.00.00	Cota-Parte da Contrib. de Intervenção no Dom. Econ 25%	7.535,62	1.262,99	2.556,63	0,00	0,00
4.1.7.2.2.01.13.03.00.00	Cota-Parte da Contrib. de Intervenção no Dom. Econ 15%	4.521,42	12.741,45	1.533,97	0,00	0,00
4.1.7.2.2.01.99.00.00.00	Outras Participações na Rec. dos Estados	0,00	0,00	18.518,78	3.795,82	3.795,82
4.1.7.2.2.01.99.01.00.00	Outras Participações na Rec. dos Estados 60%	0,00	0,00	11.111,26	0,00	0,00
4.1.7.2.2.01.99.02.00.00	Outras Participações na Rec. dos Estados 25%	0,00	0,00	4.629,70	0,00	0,00
4.1.7.2.2.01.99.03.00.00	Outras Participações na Rec. dos Estados 15%	0,00	0,00	2.777,82	0,00	0,00
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transf. dos Estados	1.726.789,21	1.607.149,31	3.027.222,52	527.583,32	399.333,32
4.1.7.2.2.99.01.00.00.00	RECURSOS TRANSPORTE ESCOLAR	62.106,16	86.533,00	92.177,01	75.000,00	75.000,00
4.1.7.2.2.99.02.00.00.00	TRANSFERENCIA DE RECURSOS PARA PAVIMENTACAO	1.606.197,29	1.265.176,77	0,00	197.500,00	180.000,00
4.1.7.2.2.99.03.00.00.00	Transf Recursos Farmacia Basica Estado	39.785,76	130.000,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.99.07.00.00.00	TRANSFERENCIA DE CONVENIOS COM O ESTADO	0,00	46.750,20	2.814.489,23	250.083,32	139.333,32
4.1.7.2.2.99.07.01.00.00	TRANSFERENCIA DE CONVENIOS COM O ESTADO	0,00	46.750,20	2.714.489,23	0,00	0,00
4.1.7.2.2.99.07.02.00.00	OUTRAS TRANSFERENCIA CONVENIO ESTADO	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.99.08.01.00.00	Recursos do Programa Saúde Bucal	18.700,00	28.689,34	21.900,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.99.09.01.00.00	Recursos Vigilancia Sanitaria - Estado	0,00	0,00	10.656,28	0,00	0,00
4.1.7.2.2.99.10.00.00.00	Recursos Salário Educação do Estado	0,00	0,00	0,00	5.000,00	5.000,00
4.1.7.2.2.99.11.00.00.00	Transferencia Recursos Est. Infra Estrutura	0,00	50.000,00	88.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.4.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	504.693,96	614.494,95	637.093,67	400.000,00	400.000,00
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	504.693,96	614.494,95	637.093,67	400.000,00	400.000,00
4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF 60%	236.183,43	368.696,72	382.256,01	240.000,00	240.000,00
4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF 40%	98.409,70	153.623,57	159.273,58	160.000,00	160.000,00
4.1.7.2.4.01.03.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF 15%	170.100,83	92.174,66	95.564,08	0,00	0,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	10.258,72	32.260,53	245.275,07	103.295,00	104.295,00

**Estado de Santa Catarina**

Página: 5/6

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO**

Data: 22/12/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011**

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2007	2008	2009	2010	2011
Entidade: 1 PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO						
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	3.578,34	18.874,09	1.124,33	26.000,00	27.000,00
4.1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	0,00	271,63	1.124,33	26.000,00	26.000,00
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	0,00	263,38	1.124,33	26.000,00	26.000,00
4.1.9.1.1.38.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU- 60%	0,00	157,96	674,57	15.600,00	15.600,00
4.1.9.1.1.38.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU- 25%	0,00	65,83	281,11	6.500,00	6.500,00
4.1.9.1.1.38.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU- 15%	0,00	39,59	168,65	3.900,00	3.900,00
4.1.9.1.1.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora de Outros Tributos	0,00	8,25	0,00	0,00	0,00
4.1.9.1.9.00.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	3.578,34	18.602,46	0,00	0,00	1.000,00
4.1.9.1.9.15.00.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	3.578,34	18.602,46	0,00	0,00	1.000,00
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	6.443,73	1.374,65	32.139,61	6.000,00	6.000,00
4.1.9.2.0.01.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES 60%	3.866,22	824,78	19.283,75	0,00	0,00
4.1.9.2.0.02.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES 25%	1.610,92	343,66	8.034,91	0,00	0,00
4.1.9.2.0.03.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES 15%	966,59	206,21	4.820,95	0,00	0,00
4.1.9.2.1.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00	6.000,00	6.000,00
4.1.9.2.1.99.00.00.00.00	Outras Indenizações	0,00	0,00	0,00	6.000,00	6.000,00
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DIVIDA ATIVA	236,65	1.183,99	4.799,01	4.000,00	4.000,00
4.1.9.3.1.00.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Tributaria	236,65	1.183,99	4.799,01	4.000,00	4.000,00
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	236,65	1.183,99	4.799,01	4.000,00	4.000,00
4.1.9.3.1.11.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU 60%	141,99	710,38	2.879,40	3.000,00	3.000,00
9.1.9.3.1.11.01.00.00.00	Dedução Receita Própria Divida Ativa 60%	0,00	0,00	0,00	-600,00	-600,00
4.1.9.3.1.11.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU 25%	59,16	295,95	1.199,77	1.250,00	1.250,00
9.1.9.3.1.11.02.00.00.00	Dedução Receita Própria Divida Ativa 25%	0,00	0,00	0,00	-250,00	-250,00
4.1.9.3.1.11.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU 15%	35,50	177,66	719,84	750,00	750,00
9.1.9.3.1.11.03.00.00.00	Dedução Receita Própria Divida Ativa 15%	0,00	0,00	0,00	-150,00	-150,00
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	0,00	10.827,80	207.212,12	67.295,00	67.295,00
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	0,00	10.827,80	207.212,12	67.295,00	67.295,00
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	254.483,33	397.217,00	73.300,00	517.500,00	21.000,00
4.2.1.0.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	200.649,00	0,00	500.000,00	1.000,00
4.2.1.1.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	200.649,00	0,00	500.000,00	1.000,00
4.2.1.1.4.00.00.00.00.00	Operações de Crédito Internas - Contratuais	0,00	200.649,00	0,00	500.000,00	1.000,00
4.2.1.1.4.08.00.00.00.00	Operação de Crédito	0,00	0,00	0,00	500.000,00	1.000,00
4.2.1.1.4.99.00.00.00.00	Outras Operações de Crédito Internas - Contratuais	0,00	200.649,00	0,00	0,00	0,00
4.2.2.0.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	6.500,00	3.251,00	73.300,00	17.500,00	20.000,00
4.2.2.1.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	6.500,00	3.251,00	73.300,00	17.500,00	20.000,00
4.2.2.1.9.00.00.00.00.00	Alien. de Outros Bens Móveis	6.500,00	3.251,00	73.300,00	17.500,00	20.000,00
4.2.2.1.9.01.00.00.00.00	Alien. de Outros Bens Móveis	6.500,00	3.251,00	73.300,00	0,00	0,00
4.2.4.7.1.05.01.00.00.00	Transf. conv. União Calc. Rua Bernardo Hilleinshe	78.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.2.4.7.1.05.02.00.00.00	Transf. Recursos Convenio Uniao - Pocos Artesianos	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.2.4.7.1.99.01.00.00.00	Transf.Conv.União Pavimentação Avenida 29 Novembro	0,00	97.500,00	0,00	0,00	0,00
4.2.4.7.1.99.02.00.00.00	Transf.Conv.União Const.Unid.Prod.Transf.Alimentos	0,00	45.817,00	0,00	0,00	0,00
4.2.4.7.2.98.00.00.00.00	TRANSF CONV AQUIS EQUIP POSTO SAUDE	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00
4.2.4.7.2.99.01.00.00.00	RECURSO TRANSF CONV PAV AV 29 NOVEMBRO	119.983,33	0,00	0,00	0,00	0,00
9.9.7.2.1.01.02.01.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - FPM 60%	-316.538,23	0,00	0,00	0,00	0,00

**Estado de Santa Catarina**

Página: 6/6

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO**

Data: 22/12/2010

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2007	2008	2009	2010	2011
Entidade: 1 PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO						
9.9.7.2.1.01.02.02.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - FPM 25%	-131.890,83	0,00	0,00	0,00	0,00
9.9.7.2.1.01.02.03.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - FPM 15%	-79.134,91	0,00	0,00	0,00	0,00
9.9.7.2.1.01.12.01.00.00	Dedução de Receita p/Form do FUNDEF- IPI Exp. 60%	-3.397,66	0,00	0,00	0,00	0,00
9.9.7.2.1.01.12.02.00.00	Dedução de Receita p/Form do FUNDEF- IPI Exp. 25%	-1.415,63	0,00	0,00	0,00	0,00
9.9.7.2.1.01.12.03.00.00	Dedução de Receita p/Form do FUNDEF- IPI Exp. 25%	-849,68	0,00	0,00	0,00	0,00
9.9.7.2.1.09.01.01.00.00	Dedução de Receita Formação do FUNDEF - LC 87/96 60%	-1.372,94	0,00	0,00	0,00	0,00
9.9.7.2.1.09.01.02.00.00	Dedução de Receita Formação do FUNDEF - LC 87/96 25%	-572,06	0,00	0,00	0,00	0,00
9.9.7.2.1.09.01.03.00.00	Dedução de Receita Formação do FUNDEF - LC 87/96 15%	-343,24	0,00	0,00	0,00	0,00
9.9.7.2.2.01.01.01.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEF - ICMS 60%	-132.409,66	0,00	0,00	0,00	0,00
9.9.7.2.2.01.01.02.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEF - ICMS 25%	-55.170,56	0,00	0,00	0,00	0,00
9.9.7.2.2.01.01.03.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEF - ICMS 15%	-33.102,84	0,00	0,00	0,00	0,00
9.9.7.2.2.01.02.00.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEF - ICMS 25%	-8.469,81	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total por entidade:	7.062.338,65	7.955.487,07	9.481.993,78	7.614.014,14	7.400.184,14
Entidade: 3 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE						
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	Receitas	0,00	0,00	0,00	237.337,50	246.587,50
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	237.337,50	246.587,50
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	650,00	650,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	0,00	0,00	0,00	650,00	650,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	0,00	0,00	0,00	650,00	650,00
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	650,00	650,00
4.1.3.2.5.01.03.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Fundo Saude	0,00	0,00	0,00	650,00	650,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	236.687,50	245.937,50
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	0,00	236.687,50	245.937,50
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transf. da União	0,00	0,00	0,00	216.750,00	244.000,00
4.1.7.2.1.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	0,00	0,00	0,00	187.250,00	204.500,00
4.1.7.2.1.33.01.00.00.00	RECURSOS DO PSF	0,00	0,00	0,00	79.750,00	79.750,00
4.1.7.2.1.33.02.00.00.00	RECURSOS DA FARMACIA BASICA	0,00	0,00	0,00	7.500,00	7.500,00
4.1.7.2.1.33.03.00.00.00	RECURSOS DO PAB	0,00	0,00	0,00	30.000,00	35.000,00
4.1.7.2.1.33.04.00.00.00	RECURSOS DA EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOENC	0,00	0,00	0,00	5.000,00	4.000,00
4.1.7.2.1.33.05.00.00.00	RECURSOS VIGILANCIA SANITARIA	0,00	0,00	0,00	5.000,00	9.000,00
4.1.7.2.1.33.06.00.00.00	RECURSOS DO PACS	0,00	0,00	0,00	30.000,00	30.000,00
4.1.7.2.1.33.07.00.00.00	RECURSO SAUDE BUCAL	0,00	0,00	0,00	0,00	19.250,00
4.1.7.2.1.33.99.00.00.00	DEMAIS TRANSFERENCIAS DO SUS	0,00	0,00	0,00	30.000,00	20.000,00
4.1.7.2.1.99.00.00.00.00	Outras Transferencias da Uniao	0,00	0,00	0,00	29.500,00	39.500,00
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	0,00	0,00	0,00	19.937,50	1.937,50
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transf. dos Estados	0,00	0,00	0,00	19.937,50	1.937,50
4.1.7.2.2.99.08.00.00.00	Recursos do Programa Saúde Bucal	0,00	0,00	0,00	19.000,00	1.000,00
4.1.7.2.2.99.09.00.00.00	Recursos Vigilancia Sanitaria - Estado	0,00	0,00	0,00	937,50	937,50
	Total por entidade:	0,00	0,00	0,00	237.337,50	246.587,50
	Total geral:	7.062.338,65	7.955.487,07	9.481.993,78	7.851.351,64	7.646.771,64



**Estado de Santa Catarina**

Página: 1/1

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO**

Data: 22/12/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011**

Demonstrativo da Evolução da Despesa (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64) (Consolidado)

Código	Especificação	Realizado			Fixado	LOA
		2007	2008	2009	2010	2011
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	4.966.698,48	6.015.387,52	5.571.412,34	5.662.417,49	5.883.148,69
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.705.356,96	2.375.677,65	2.636.607,31	2.174.777,96	2.416.826,36
3.1.71.00.00.00.00.00	Transferencias a Consorcios Publicos	0,00	0,00	0,00	3.065,00	3.125,40
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1.705.356,96	2.375.677,65	2.636.607,31	2.171.712,96	2.413.700,96
3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	0,00	0,00	258,92	5.000,00	45.000,00
3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	0,00	258,92	5.000,00	45.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.261.341,52	3.639.709,87	2.934.546,11	3.482.639,53	3.421.322,33
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	112.070,75	46.792,24	65.768,22	61.500,00	110.200,00
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferencias a Consorcios Publicos	0,00	0,00	19.270,00	14.460,00	29.906,40
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	3.149.270,77	3.592.917,63	2.849.507,89	3.406.679,53	3.281.215,93
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	1.855.722,24	2.202.264,99	3.106.598,44	2.128.934,15	1.703.622,95
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	1.855.722,24	2.202.264,99	3.053.916,98	2.053.934,15	1.543.622,95
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferencias a Consorcios Publicos	0,00	0,00	0,00	5.580,00	5.268,80
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1.855.722,24	2.202.264,99	3.053.916,98	2.048.354,15	1.538.354,15
4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZACAO DA DIVIDA	0,00	0,00	52.681,46	75.000,00	160.000,00
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	0,00	52.681,46	75.000,00	160.000,00
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	60.000,00	60.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	60.000,00	60.000,00
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	60.000,00	60.000,00
<b>Total geral:</b>		<b>6.822.420,72</b>	<b>8.217.652,51</b>	<b>8.678.010,78</b>	<b>7.851.351,64</b>	<b>7.646.771,64</b>

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO**

Página: 1/1  
 Data: 22/12/2010

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos

LRF, art. 4º, § 2º, inciso III

RECEITAS REALIZADAS	2009 (a)	2008 (d)	2007
RECEITAS DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	73.300,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	73.300,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>73.300,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

DESPESAS EMPENHADAS	2009 (b)	2008 (e)	2007
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização / Refinanciamento da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DO RPPS	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

	(c) = (a - b) + (f)	(f) = (d - e) + (g)	(g)
<b>SALDO FINANCEIRO</b>	<b>73.300,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

## Estado de Santa Catarina

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

## LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

## Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Previstos para 2011

Seleção: Alteração em 01/01/2011 (C)

Página: 1/2  
Data: 22/12/2010

ORIGEM			DESTINAÇÃO	
Conta	Fonte de Recursos	Valor	Programa	Valor
4.1.1.1.2.02.00.00.00.00 - Imposto s/ Propriedade F	0.1.0000 - Recursos Ordinários	51.000,00	1 - PROCESSO LEGISLATIVO	425.000,00
4.1.1.1.2.04.00.00.00.00 - Imposto s/ Renda e Prov	0.1.0000 - Recursos Ordinários	6.000,00	13 - RESGATE DA CULTURA	19.000,00
4.1.1.1.2.08.00.00.00.00 - Imposto s/Transm Inter V	0.1.0000 - Recursos Ordinários	12.000,00	15 - ESPORTE É VIDA	107.833,32
4.1.1.1.3.05.00.00.00.00 - Imposto s/ Serviços de Q	0.1.0000 - Recursos Ordinários	33.000,00	19 - DESENVOLVIMENTO SOCIAL	268.000,00
4.1.1.2.1.22.00.00.00.00 - Tx de Serviços Administ	0.1.0000 - Recursos Ordinários	16.250,00	21 - ATENÇÃO A CRIANÇA	55.000,00
4.1.1.2.1.29.00.00.00.00 - Tx de Licença para Exec	0.1.0000 - Recursos Ordinários	16.750,00	23 - CHAPADÃO DO LAGEADO TURÍSTICO	122.250,00
4.1.1.2.2.99.00.00.00.00 - Outras Taxas de Prestaç	0.1.0000 - Recursos Ordinários	15.000,00	25 - PROTEÇÃO AMBIENTAL	16.250,00
4.1.1.3.0.04.00.00.00.00 - Contrib p/ Pavimentação	0.1.0000 - Recursos Ordinários	10.000,00	27 - ASSISTENCIA AOS PRODUTORES RURAIS	191.500,00
4.1.1.3.0.99.00.00.00.00 - Outras Contrib de Melhor	0.1.0000 - Recursos Ordinários	20.000,00	29 - ESTRADAS VICINAIS	1.133.144,67
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00 - Rec. de Remun. de Outro	0.1.0000 - Recursos Ordinários	1.000,00	3 - GESTAO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	250.000,00
4.1.3.9.0.00.00.00.00.00 - Outras Rec. Patrimoniais	0.1.0000 - Recursos Ordinários	12.762,50	31 - URBANISMO	178.000,00
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00 - Cota-Parte do Fundo de	0.1.0000 - Recursos Ordinários	2.364.937,46	33 - PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA	25.000,00
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00 - Cota-Parte do Imp. s/ a F	0.1.0000 - Recursos Ordinários	135,00	37 - APOIO E FOMENTO A ATIVIDADE LEITEIRA E BOVINOC	16.750,00
4.1.7.2.1.01.12.00.00.00 - Cota-Parte do IPI - Estad	0.1.0000 - Recursos Ordinários	21.750,00	39 - GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA	54.500,00
4.1.7.2.1.22.70.00.00.00 - Cota-Parte do Fundo Esq	0.1.0000 - Recursos Ordinários	25.000,00	43 - APOIO E FOMENTO A APICULTURA	18.500,00
4.1.7.2.1.22.90.00.00.00 - Transferencia Financeira	0.1.0000 - Recursos Ordinários	13.000,00	45 - APOIO E FOMENTO A FRUTICULTURA	7.500,00
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00 - Transf. Financ. ICMS - D	0.1.0000 - Recursos Ordinários	22.500,00	47 - HORTAS FAMILIARES, COMUNITÁRIAS E ESCOLARES	8.000,00
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00 - Cota-Parte do ICMS	0.1.0000 - Recursos Ordinários	1.283.955,53	49 - PAMEC	109.500,00
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00 - Cota-Parte do IPVA	0.1.0000 - Recursos Ordinários	57.000,00	5 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	332.753,32
4.1.7.2.2.01.13.00.00.00 - Cota-Parte da Contrib. de	0.1.0000 - Recursos Ordinários	30.000,00	9 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	707.250,00
4.1.7.2.2.01.99.00.00.00 - Outras Participações na I	0.1.0000 - Recursos Ordinários	3.795,82	99 - RESERVA DE CONTINGENCIA	60.000,00
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00 - Multas/Juros de Mora s/	0.1.0000 - Recursos Ordinários	15.600,00		
4.1.9.1.9.15.00.00.00.00 - Multas Previstas na Legis	0.1.0000 - Recursos Ordinários	1.000,00	<b>Subtotal:</b>	<b>4.105.731,31</b>
4.1.9.2.1.99.00.00.00.00 - Outras Indenizações	0.1.0000 - Recursos Ordinários	6.000,00		
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00 - Rec. Div. Ativ. do IPTU	0.1.0000 - Recursos Ordinários	3.000,00		
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00 - Outras Receitas	0.1.0000 - Recursos Ordinários	67.295,00		
9.1.1.1.2.02.00.00.00.00 - Redutor 20% Desconto II	0.1.0000 - Recursos Ordinários	-1.200,00		
9.1.1.1.3.05.00.00.00.00 - Dedução de Outros Tribu.	0.1.0000 - Recursos Ordinários	-1.200,00		
9.1.9.3.1.11.00.00.00.00 - Dedução Receita Própria	0.1.0000 - Recursos Ordinários	-600,00		
	<b>Subtotal:</b>	<b>4.105.731,31</b>		
4.1.1.1.2.02.00.00.00.00 - Imposto s/ Propriedade F	0.1.0001 - Receitas de Impostos e Transferênc	21.250,00	11 - EDUCAÇÃO PARA TODOS	1.063.800,01
4.1.1.1.2.04.00.00.00.00 - Imposto s/ Renda e Prov	0.1.0001 - Receitas de Impostos e Transferênc	2.500,00		
4.1.1.1.2.08.00.00.00.00 - Imposto s/Transm Inter V	0.1.0001 - Receitas de Impostos e Transferênc	5.000,00	<b>Subtotal:</b>	<b>1.063.800,01</b>
4.1.1.1.3.05.00.00.00.00 - Imposto s/ Serviços de Q	0.1.0001 - Receitas de Impostos e Transferênc	13.750,00		
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00 - Cota-Parte do Fundo de	0.1.0001 - Receitas de Impostos e Transferênc	985.390,61		
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00 - Cota-Parte do Imp. s/ a F	0.1.0001 - Receitas de Impostos e Transferênc	56,25		
4.1.7.2.1.01.12.00.00.00 - Cota-Parte do IPI - Estad	0.1.0001 - Receitas de Impostos e Transferênc	9.062,50		
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00 - Transf. Financ. ICMS - D	0.1.0001 - Receitas de Impostos e Transferênc	9.375,00		
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00 - Cota-Parte do ICMS	0.1.0001 - Receitas de Impostos e Transferênc	534.981,47		
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00 - Cota-Parte do IPVA	0.1.0001 - Receitas de Impostos e Transferênc	23.750,00		
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00 - Multas/Juros de Mora s/	0.1.0001 - Receitas de Impostos e Transferênc	6.500,00		
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00 - Rec. Div. Ativ. do IPTU	0.1.0001 - Receitas de Impostos e Transferênc	1.250,00		
9.1.1.1.2.02.00.00.00.00 - Redutor 20% Desconto II	0.1.0001 - Receitas de Impostos e Transferênc	-500,00		
9.1.1.1.3.05.00.00.00.00 - Dedução de Outros Tribu.	0.1.0001 - Receitas de Impostos e Transferênc	-500,00		
9.1.7.2.1.01.02.00.00.00 - Dedução de Receita p/ F	0.1.0001 - Receitas de Impostos e Transferênc	-302.500,00		
9.1.7.2.1.01.05.00.00.00 - Dedução de Receita p/ F	0.1.0001 - Receitas de Impostos e Transferênc	-45,00		
9.1.7.2.1.01.12.00.00.00 - Dedução de Receita p/Fc	0.1.0001 - Receitas de Impostos e Transferênc	-7.250,00		
9.1.7.2.1.36.00.00.00.00 - Dedução de Receita For	0.1.0001 - Receitas de Impostos e Transferênc	-4.604,16		
9.1.7.2.2.01.01.00.00.00 - Dedução de Receita p/Fc	0.1.0001 - Receitas de Impostos e Transferênc	-214.416,66		
9.1.7.2.2.01.02.00.00.00 - Dedução de Receita p/Fc	0.1.0001 - Receitas de Impostos e Transferênc	-19.000,00		
9.1.9.3.1.11.00.00.00.00 - Dedução Receita Própria	0.1.0001 - Receitas de Impostos e Transferênc	-250,00		
	<b>Subtotal:</b>	<b>1.063.800,01</b>		
4.1.1.1.2.02.00.00.00.00 - Imposto s/ Propriedade F	0.1.0002 - Receitas de Impostos e Transferênc	12.750,00	17 - SAÚDE PARA TODOS	967.619,50
4.1.1.1.2.04.00.00.00.00 - Imposto s/ Renda e Prov	0.1.0002 - Receitas de Impostos e Transferênc	1.500,00		
4.1.1.1.2.08.00.00.00.00 - Imposto s/Transm Inter V	0.1.0002 - Receitas de Impostos e Transferênc	3.000,00	<b>Subtotal:</b>	<b>967.619,50</b>
4.1.1.1.3.05.00.00.00.00 - Imposto s/ Serviços de Q	0.1.0002 - Receitas de Impostos e Transferênc	8.250,00		
4.1.3.2.5.01.03.00.00.00 - Rec. de Remun. Dep. Ba	0.1.0002 - Receitas de Impostos e Transferênc	650,00		
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00 - Cota-Parte do Fundo de	0.1.0002 - Receitas de Impostos e Transferênc	591.234,36		
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00 - Cota-Parte do Imp. s/ a F	0.1.0002 - Receitas de Impostos e Transferênc	33,75		
4.1.7.2.1.01.12.00.00.00 - Cota-Parte do IPI - Estad	0.1.0002 - Receitas de Impostos e Transferênc	5.437,50		
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00 - Transf. Financ. ICMS - D	0.1.0002 - Receitas de Impostos e Transferênc	5.625,00		
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00 - Cota-Parte do ICMS	0.1.0002 - Receitas de Impostos e Transferênc	320.988,89		
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00 - Cota-Parte do IPVA	0.1.0002 - Receitas de Impostos e Transferênc	14.250,00		
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00 - Multas/Juros de Mora s/	0.1.0002 - Receitas de Impostos e Transferênc	3.900,00		
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00 - Rec. Div. Ativ. do IPTU	0.1.0002 - Receitas de Impostos e Transferênc	750,00		
9.1.1.1.2.02.00.00.00.00 - Redutor 20% Desconto II	0.1.0002 - Receitas de Impostos e Transferênc	-300,00		
9.1.1.1.3.05.00.00.00.00 - Dedução de Outros Tribu.	0.1.0002 - Receitas de Impostos e Transferênc	-300,00		
9.1.9.3.1.11.00.00.00.00 - Dedução Receita Própria	0.1.0002 - Receitas de Impostos e Transferênc	-150,00		
	<b>Subtotal:</b>	<b>967.619,50</b>		
4.1.2.3.0.00.00.00.00.00 - Contribuicao Custeio Ser	0.1.0017 - Contribuição para o Custeio dos Ser	20.000,00	31 - URBANISMO	20.000,00
	<b>Subtotal:</b>	<b>20.000,00</b>	<b>Subtotal:</b>	<b>20.000,00</b>
4.1.3.2.5.01.02.00.00.00 - Rec. de Remun. Dep. Ba	0.1.0018 - Transferências do FUNDEB - 60%	60,00	11 - EDUCAÇÃO PARA TODOS	240.060,00
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00 - Transf. de Recursos do F	0.1.0018 - Transferências do FUNDEB - 60%	240.000,00		
	<b>Subtotal:</b>	<b>240.060,00</b>	<b>Subtotal:</b>	<b>240.060,00</b>
4.1.3.2.5.01.02.00.00.00 - Rec. de Remun. Dep. Ba	0.1.0019 - Transferências do FUNDEB - 40%	40,00	11 - EDUCAÇÃO PARA TODOS	160.040,00
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00 - Transf. de Recursos do F	0.1.0019 - Transferências do FUNDEB - 40%	160.000,00		
	<b>Subtotal:</b>	<b>160.040,00</b>	<b>Subtotal:</b>	<b>160.040,00</b>
4.1.7.2.2.99.01.00.00.00 - RECURSOS TRANSPOR	0.1.0022 - Transferências de Convênios - Educ	75.000,00	11 - EDUCAÇÃO PARA TODOS	75.000,00
	<b>Subtotal:</b>	<b>75.000,00</b>	<b>Subtotal:</b>	<b>75.000,00</b>
4.1.7.2.1.99.00.00.00.00 - Outras Transferencias de	0.1.0023 - Transferências de Convênios - Saúd	39.500,00	17 - SAÚDE PARA TODOS	39.500,00
	<b>Subtotal:</b>	<b>39.500,00</b>	<b>Subtotal:</b>	<b>39.500,00</b>



## Estado de Santa Catarina

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Previstos para 2011

Seleção: Alteração em 01/01/2011 (C)

Página: 2/2  
Data: 22/12/2010

ORIGEM			DESTINAÇÃO	
Conta	Fonte de Recursos	Valor	Programa	Valor
4.1.7.2.1.99.00.00.00.00 - Outras Transferências de	0.1.0024 - Transferências de Convênios - Outrc	288.250,00	11 - EDUCAÇÃO PARA TODOS	155.166,66
4.1.7.2.2.99.02.00.00.00 - TRANSFERENCIA DE R	0.1.0024 - Transferências de Convênios - Outrc	180.000,00	13 - RESGATE DA CULTURA	2.000,00
4.1.7.2.2.99.07.00.00.00 - TRANSFERENCIA DE C	0.1.0024 - Transferências de Convênios - Outrc	139.333,32	15 - ESPORTE É VIDA	9.666,66
	<b>Subtotal:</b>	<b>607.583,32</b>	19 - DESENVOLVIMENTO SOCIAL	25.500,00
			21 - ATENÇÃO A CRIANÇA	2.000,00
			23 - CHAPADÃO DO LAGEADO TURÍSTICO	3.000,00
			27 - ASSISTENCIA AOS PRODUTORES RURAIS	2.500,00
			29 - ESTRADAS VICINAIS	172.250,00
			31 - URBANISMO	137.500,00
			33 - PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA	80.000,00
			39 - GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA	3.000,00
			43 - APOIO E FOMENTO A APICULTURA	500,00
			45 - APOIO E FOMENTO A FRUTICULTURA	1.500,00
			47 - HORTAS FAMILIARES, COMUNITÁRIAS E ESCOLARES	500,00
			49 - PAMEC	12.500,00
			<b>Subtotal:</b>	<b>607.583,32</b>
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00 - Transf. de Recursos do F	0.1.0052 - Outras Transferências de Recursos	12.500,00	21 - ATENÇÃO A CRIANÇA	12.500,00
	<b>Subtotal:</b>	<b>12.500,00</b>	<b>Subtotal:</b>	<b>12.500,00</b>
4.1.7.2.1.35.01.00.00.00 - Transf. do Salário-Educa	0.1.0058 - Salário Educação	7.500,00	11 - EDUCAÇÃO PARA TODOS	12.500,00
4.1.7.2.2.99.10.00.00.00 - Recursos Salário Educaç	0.1.0058 - Salário Educação	5.000,00	<b>Subtotal:</b>	<b>12.500,00</b>
	<b>Subtotal:</b>	<b>12.500,00</b>		
4.1.7.2.1.35.03.00.00.00 - Transf Diretas do FNDE	0.1.0060 - Programa Nacional de Alimentação	40.000,00	11 - EDUCAÇÃO PARA TODOS	40.000,00
	<b>Subtotal:</b>	<b>40.000,00</b>	<b>Subtotal:</b>	<b>40.000,00</b>
4.1.7.2.1.35.04.00.00.00 - Transf Diretas do FNDE	0.1.0061 - Programa Nacional de Apoio ao Trai	75.000,00	11 - EDUCAÇÃO PARA TODOS	75.000,00
	<b>Subtotal:</b>	<b>75.000,00</b>	<b>Subtotal:</b>	<b>75.000,00</b>
4.1.7.2.1.33.01.00.00.00 - RECURSOS DO PSF	0.1.0064 - Atenção Básica	79.750,00	17 - SAÚDE PARA TODOS	165.000,00
4.1.7.2.1.33.03.00.00.00 - RECURSOS DO PAB	0.1.0064 - Atenção Básica	35.000,00	<b>Subtotal:</b>	<b>165.000,00</b>
4.1.7.2.1.33.06.00.00.00 - RECURSOS DO PACS	0.1.0064 - Atenção Básica	30.000,00		
4.1.7.2.1.33.07.00.00.00 - RECURSO SAUDE BUC	0.1.0064 - Atenção Básica	19.250,00		
4.1.7.2.2.99.08.00.00.00 - Recursos do Programa S	0.1.0064 - Atenção Básica	1.000,00		
	<b>Subtotal:</b>	<b>165.000,00</b>		
4.1.7.2.1.33.04.00.00.00 - RECURSOS DA EPIDEA	0.1.0066 - Vigilância em Saúde	4.000,00	17 - SAÚDE PARA TODOS	13.937,50
4.1.7.2.1.33.05.00.00.00 - RECURSOS VIGILANCIA	0.1.0066 - Vigilância em Saúde	9.000,00	<b>Subtotal:</b>	<b>13.937,50</b>
4.1.7.2.2.99.09.00.00.00 - Recursos Vigilancia Sani	0.1.0066 - Vigilância em Saúde	937,50		
	<b>Subtotal:</b>	<b>13.937,50</b>		
4.1.7.2.1.33.02.00.00.00 - RECURSOS DA FARMA	0.1.0067 - Assistência Farmacêutica Básica	7.500,00	17 - SAÚDE PARA TODOS	7.500,00
	<b>Subtotal:</b>	<b>7.500,00</b>	<b>Subtotal:</b>	<b>7.500,00</b>
4.1.7.2.1.33.99.00.00.00 - DEMAIS TRANSFEREN	0.1.0071 - Outros Recursos do Fundo Nacional	20.000,00	17 - SAÚDE PARA TODOS	20.000,00
	<b>Subtotal:</b>	<b>20.000,00</b>	<b>Subtotal:</b>	<b>20.000,00</b>
4.2.1.1.4.08.00.00.00.00 - Operação de Crédito	0.1.0083 - Operações de Credito Internas - Out	1.000,00	29 - ESTRADAS VICINAIS	1.000,00
	<b>Subtotal:</b>	<b>1.000,00</b>	<b>Subtotal:</b>	<b>1.000,00</b>
4.2.2.1.9.00.00.00.00.00 - Alien. de Outros Bens M	0.1.0089 - Alienação de Bens Destinados a Ou	20.000,00	17 - SAÚDE PARA TODOS	5.000,00
	<b>Subtotal:</b>	<b>20.000,00</b>	29 - ESTRADAS VICINAIS	15.000,00
			<b>Subtotal:</b>	<b>20.000,00</b>
<b>Total geral:</b>		<b>7.646.771,64</b>		<b>7.646.771,64</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011  
Funções e Subfunções de Governo (Anexo 5 da Lei nº 4.320/64)

Página: 1/1  
Data: 22/12/2010

Funções	Subfunções
1 Legislativa	31 Ação Legislativa
4 Administração	122 Administração Geral
	123 Administração Financeira
8 Assistência Social	243 Assistência à Criança e ao Adolescente
	244 Assistência Comunitária
10 Saúde	301 Atenção Básica
	304 Vigilância Sanitária
	305 Vigilância Epidemiológica
11 Trabalho	334 Fomento ao Trabalho
12 Educação	361 Ensino Fundamental
	365 Educação Infantil
13 Cultura	392 Difusão Cultural
15 Urbanismo	451 Infra-Estrutura Urbana
	452 Serviços Urbanos
18 Gestão Ambiental	511 Saneamento Básico Rural
	512 Saneamento Básico Urbano
	541 Preservação e Conservação Ambiental
	542 Controle Ambiental
	695 Turismo
20 Agricultura	602 Promoção da Produção Animal
	606 Extensão Rural
26 Transporte	782 Transporte Rodoviário
27 Desporto e Lazer	812 Desporto Comunitário
99 Reserva de Contingência	999 Reserva de Contingência



# Concórdia

## PREFEITURA MUNICIPAL

### Resolução 020, 09 de dezembro de 2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CONCÓRDIA

Rua Leonel Mosele, 285 fone/fax: 3442-0118 /3442-0119.

cmas@concordia.sc.gov.br

RESOLUÇÃO 020, 09 de dezembro de 2010.

Dispõe sobre o Cronograma de reuniões do Conselho Municipal de Assistência Social para o exercício de 2011.

O Plenário do Conselho Municipal de Assistência Social de Concórdia em reunião ordinária realizada no dia 09 de dezembro de 2010 no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei 8.742 de 07 de dezembro de 1993 - LOAS, a Política Nacional de Assistência Social - PNAS, Lei Municipal nº 2.940, de 09 de setembro de 1996 e suas alterações, RESOLVE:

Art. 1º - Deliberar sobre o Cronograma de reuniões do Conselho Municipal de Assistência Social, para o exercício de 2011.

§ 1º - O cronograma de reuniões ordinárias para o exercício de 2011 ficou assim estabelecido: 10 de fevereiro; 10 de março; 14 de abril; 12 de maio; 09 de junho; 14 de julho; 11 de agosto; 08 de setembro; 13 de outubro; 10 de novembro e 08 de dezembro.  
§ 2º - As reuniões extraordinárias serão realizadas quando necessário.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 09 de dezembro de 2010.

TÂNIA APARECIDA PEREIRA DA CUNHA

Presidente CMAS

### Aplicação de Sanções - Pregão Presencial Nº 6/2010 - FMEC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

APLICAÇÃO DE SANÇÕES

Edital de Pregão Presencial nº 6/2010

Contrato nº 31/2010

Contratada: ROANI COMÉRCIO DE MÁQUINAS LTDA

APLICA-SE à empresa ROANI COMÉRCIO DE MÁQUINAS LTDA, inscrita no CNPJ nº 82.842.691/0001-35, representada pela sua proprietária, Sra. Elizete Roani, portador do CPF nº 893.340.949-15, com sede na Rua Orestes Farina, 93, Centro, Concórdia, SC, CEP 89700-000, pelo inadimplemento contratual, as sanções de:

- multa de 20% (vinte por cento), totalizando o valor de R\$ 1.256,00 (um mil, duzentos e cinquenta e seis reais), sobre o valor da obrigação não cumprida;
- declarar a empresa impedida de licitar e contratar com a União, Estado, Distrito Federal e Municipal, além de descredenciá-la do SICAF e do Cadastro de Fornecedores do Município de Concórdia, pelo prazo de 05 (cinco) anos a contar desta data.

Entretanto, abre-se prazo para recurso, nos termos do § 3º inciso IV do art. 87, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, bem como, previsto no art. 7º da Lei Federal 10.520/02, sem efeito suspensivo.

Concórdia, SC, 22 de dezembro de 2010.

BEATRIZ F. C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

### Aviso de Licitação Modalidade Pregão Eletrônico Nº 26/2010 PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 26/2010 - PMC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para possível aquisição, durante o exercício de 2011, de gêneros alimentícios para os Grupos de Convivência de Idosos, com base na Lei Municipal nº 2.752 de 13 de dezembro de 1993.

Forma de Pregão: Eletrônico.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até às 08:15 do dia 19/01/2011.

Início da Sessão: dia 19/01/2011, às 08:30, no endereço eletrônico [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br), horário de Brasília - DF.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br).

Quaisquer informações sobre o edital poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo fone (0\*\*49) 3441-2163.

Concórdia, SC, 20 de dezembro de 2010

BEATRIZ F. C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

### Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 144/2010 PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 144/2010- PMC

Objeto: Contratação de empresa(s) do ramo de transporte coletivo de passageiros para a prestação, em regime de fretamento, de serviço de transporte de alunos da rede municipal e estadual do ensino fundamental, durante o ano letivo de 2011.

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço.

Recebimento das propostas: até as 08h15min do dia 12/01/2011.

Abertura: dia 12/01/2011, às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2163.

Concórdia, SC, 21 de dezembro de 2010

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

### Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 20/2010 FMAS

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 20/2010 - FMAS

Objeto: Contratação de empresa do ramo fisioterápico, para prestação de serviços de equoterapia para crianças, adolescentes e adultos, em atendimento à determinações judiciais.

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até as 13h45min do dia 12/01/2011.

Abertura: dia 12/01/2011, às 14h.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo fone (49) 3441-2163.

Concórdia, SC, 21 de dezembro de 2010.

MAURO KICHEL

Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social

### **Edital de Notificação Salário Educação**

MUNICÍPIO DE CONCORDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente do SALÁRIO EDUCAÇÃO, no valor de R\$ 134.714,58 (cento e trinta e quatro mil setecentos e quatorze reais e cinquenta e oito centavos).

Concórdia SC, 22 de dezembro de 2010.

VILMA INEZ STRINGHINI

Secretária Municipal de Finanças

## **Cordilheira Alta**

### **PREFEITURA MUNICIPAL**

#### **Portaria Nº443/2010**

PORTARIA N.º 443/2010

CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA PÚBLICA, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, em especial o Art. 70 da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidos 02 (dois) dias de licença, para tratamento de saúde, sendo nos dias 21 e 22 de dezembro de 2010, a Servidora Sra. MARTA KOLHS, ocupante do cargo de Enfermeira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, de acordo com atestado médico em anexo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam as disposições em contrário.

Cordilheira Alta - SC, 21 de dezembro de 2010.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrada e Publicada em data supra.

### **Extrato de Pregão Presencial**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 54/2010

PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2010

A Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta, nos termos da Lei 10.520/02 e Decreto Municipal 017, de 17 de janeiro de 2007, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar Licitação na Modalidade Pregão Presencial nº 29/2010, do tipo Menor Preço Unitário, tendo como objeto: Contratação de empresa de Assessoria Administrativa na área Pública, com profissional especializado em prestação de serviços de Assessoria Contábil, Controle Interno, Tributação, na elaboração das informações ao Tribunal de Contas, inspeções in loco, dentre outros, nos termos estabelecidos no Edital e seus Anexos. Os envelopes serão aceitos até as 09:00 horas do dia 05 de janeiro de 2011, e Credenciamento será realizado a partir das 09:00 horas do dia 05 de janeiro de 2011. Abertura da sessão será realizada às 09:30 horas do mesmo dia, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta. Informações: de segunda a sexta, no horário de expediente da Prefeitura Municipal, Rua Celso Tozzo, 27, centro ou pelo fone (49) 3358-9100.

Cordilheira Alta, em 21 de dezembro de 2010.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

**Notificação de Recebimento Recursos Federais dia 16/12/2010****Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2010

Data do Recebimento: 16/12/2010

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		<b>1.166,09</b>
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	5,00
4.1.7.2.1.01.00.00.00	Participação na Rec. da União	5,00
4.1.7.2.1.01.05.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	5,00
4.1.7.2.1.01.05.01.00	Cota Parte do ITR - 60 %	3,00
4.1.7.2.1.01.05.02.00	Cota Parte do ITR - 25%	1,25
4.1.7.2.1.01.05.03.00	Cota Parte do ITR - 15%	0,75
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	1.162,09
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.162,09
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	697,25
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	464,84
9.1.7.2.1.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-1,00
9.1.7.2.1.01.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-1,00
9.1.7.2.1.01.05.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	-1,00

**Notificação de Recebimento Recursos Federais dia 17/12/2010****Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2010

Data do Recebimento: 17/12/2010

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		809,46
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	104,95
4.1.7.2.1.01.00.00.00	Participação na Rec. da União	104,95
4.1.7.2.1.01.05.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	104,95
4.1.7.2.1.01.05.01.00	Cota Parte do ITR - 60 %	62,97
4.1.7.2.1.01.05.02.00	Cota Parte do ITR - 25%	26,24
4.1.7.2.1.01.05.03.00	Cota Parte do ITR - 15%	15,74
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	725,50
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	725,50
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	435,30
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	290,20
9.1.7.2.1.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-20,99
9.1.7.2.1.01.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-20,99
9.1.7.2.1.01.05.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	-20,99

**Notificação de Recebimento Recursos Federais dia 20/12/2010****Santa Catarina**

Betha Sistemas

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Exercício de 2010

Data do Recebimento: 20/12/2010

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		<b>138.551,98</b>
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	158.984,45
4.1.7.2.1.01.00.00.00	Participação na Rec. da União	140.907,72
4.1.7.2.1.01.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municípios	140.907,72
4.1.7.2.1.01.02.01.00	FPM - 60 %	84.544,63
4.1.7.2.1.01.02.02.00	FPM - 25%	35.226,93
4.1.7.2.1.01.02.03.00	FPM - 15%	21.136,16
4.1.7.2.1.22.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	4.037,45
4.1.7.2.1.22.70.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	4.037,45
4.1.7.2.1.33.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	14.039,28
4.1.7.2.1.33.03.00.00	Agentes Comunitários de Saúde - ACS	4.998,00
4.1.7.2.1.33.04.00.00	Saúde da Família - SF	6.400,00
4.1.7.2.1.33.07.00.00	Teto Financeiro de Vigilância em Saúde - TFVS	2.641,28
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	7.749,05
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	7.749,05
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.649,43
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	3.099,62
9.1.7.2.1.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-28.181,52
9.1.7.2.1.01.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-28.181,52
9.1.7.2.1.01.02.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - FPM	-28.181,52



**Notificação de Recebimento Recursos Federais dia 21/12/2010**  
**Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2010

Data do Recebimento: 21/12/2010

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		1.172,93
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	1.172,93
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.172,93
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	703,76
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	469,17

# Curitibanos

## PREFEITURA MUNICIPAL

### Resumo do Instrumento de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNIC. DA CRIANÇA E DO ADOLESC. DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitibanos - SC Novembro/2010  
Resumo do Instrumento de Contrato

Contratado: SC COPIAS LTDA  
CNPJ: 03.367.127/0002-12  
Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços  
Numero da Licitação: 0/0 Numero do Processo:  
Numero do Contrato ou Aditivo: 4/2010  
Fundamento Legal:  
Objeto: ADITIVO DE VALOR DE MAIS R\$ 3,78 REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DIGITALIZAÇÃO DE 3.043 DOCUMENTOS REFERENTE AO ANO DE 2009.

Data da Assinatura: 23/11/2010  
Data da Publicação no Diário Oficial: 23/11/2010  
Vigência: 23/11/2010 a 31/12/2010  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero:  
Numero do Empenho:  
Valor: 3,78 Forma de Pagamento: APÓS PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E NOTA FISCAL

### Resumo do Instrumento de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNREBOM DE CURITIBANOS  
CNPJ: 00.883.387/0001-71  
Rua Altino Gonçalves de Farias, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitibanos - SC Novembro/2010  
Resumo do Instrumento de Contrato

Contratado: ELETRO REFRIGERAÇÃO TROPICAL LTDA EPP  
CNPJ: 80.694.185/0002-10  
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
Numero da Licitação: 10/2010 Numero do Processo: 10/2010  
Numero do Contrato ou Aditivo: 29/2010  
Fundamento Legal:  
Objeto: AQUISIÇÃO DE CONDICIONADOR DE AR DEVIDAMENTE INSTALADOS CONFORME SOLICITAÇÃO DO BOMBEIRO MILITAR, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES MINIMAS DESCRITAS NO ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 26/11/2010  
Data da Publicação no Diário Oficial: 26/11/2010  
Vigência: 26/11/2010 a 31/12/2010  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero:  
Numero do Empenho:  
Valor: 6.820,00 Forma de Pagamento:

### Resumo do Instrumento de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitibanos - SC Novembro/2010  
Resumo do Instrumento de Contrato

Contratado: DA CAPITAL TOUR TURISMO LTDA ME  
CNPJ: 07.540.755/0001-28  
Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços  
Numero da Licitação: 0/0 Numero do Processo:  
Numero do Contrato ou Aditivo: 64/2010  
Fundamento Legal:  
Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DE 18 PESSOAS DO GRUPO DA 3ª IDADE NO DIA 20/11/2010 IDA E VOLTA NO MUNICIPIO DE BRUNOPOLIS PARA APRESENTAÇÃO NA NOITE CULTURAL DO MUNICIPIO.

Data da Assinatura: 05/11/2010  
Data da Publicação no Diário Oficial: 05/11/2010  
Vigência: 05/11/2010 a 05/12/2010  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero:  
Numero do Empenho:  
Valor: 200,00 Forma de Pagamento: CONFORME PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E NOTA FISCAL

### Resumo do Instrumento de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitibanos - SC Novembro/2010  
Resumo do Instrumento de Contrato

Contratado: CASA FAGUNDES COM VAR EM GERAL LTDA - ME  
CNPJ: 73.222.994/0001-64  
Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços  
Numero da Licitação: 21/2010 Numero do Processo: 21/2010  
Numero do Contrato ou Aditivo: 65/2010  
Fundamento Legal:  
Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DO ABRIGO TEMPORARIO MUNICIPAL, PETI E CASA DE PROTEÇÃO INFANTO JUVENIL NA FORMA DO ART. 24 INCISO IV DA LEI Nº8.666/93, TENDO EM VISTA A EMISSÃO DE NOVO PROCESSO SOB Nº19/2010.

Data da Assinatura: 08/11/2010  
Data da Publicação no Diário Oficial: 08/11/2010  
Vigência: 08/11/2010 a 08/12/2010  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero:  
Numero do Empenho:  
Valor: 182,07 Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL

### Resumo do Instrumento de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitibanos - SC Novembro/2010  
Resumo do Instrumento de Contrato

Contratado: DINAMICA COM DE SUP P INFORM E ESCRIT LTDA ME  
CNPJ: 07.072.908/0001-50  
Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços

Numero da Licitação: 21/2010 Numero do Processo: 21/2010  
Numero do Contrato ou Aditivo: 66/2010  
Fundamento Legal:  
Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DO ABRIGO TEMPORARIO MUNICIPAL, PETI E CASA DE PROTEÇÃO INFANTO JUVENIL NA FORMA DO ART. 24 INCISO IV DA LEI Nº8.666/93, TENDO EM VISTA A EMISSÃO DE NOVO PROCESSO SOB Nº19/2010.

Data da Assinatura: 08/11/2010  
Data da Publicação no Diário Oficial: 08/11/2010  
Vigência: 08/11/2010 a 08/12/2010  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero:  
Numero do Empenho:  
Valor: 599,36 Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL

### Resumo do Instrumento de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Novembro/2010  
Resumo do Instrumento de Contrato

Contratado: ROBERTO TESARO E CIA LTDA  
CNPJ: 85.248.680/0001-10  
Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços  
Numero da Licitação: 21/2010 Numero do Processo: 21/2010  
Numero do Contrato ou Aditivo: 67/2010  
Fundamento Legal:  
Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DO ABRIGO TEMPORARIO MUNICIPAL, PETI E CASA DE PROTEÇÃO INFANTO JUVENIL NA FORMA DO ART. 24 INCISO IV DA LEI Nº8.666/93, TENDO EM VISTA A EMISSÃO DE NOVO PROCESSO SOB Nº19/2010.

Data da Assinatura: 08/11/2010  
Data da Publicação no Diário Oficial: 08/11/2010  
Vigência: 08/11/2010 a 08/12/2010  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero:  
Numero do Empenho:  
Valor: 106,29 Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL

### Resumo do Instrumento de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Novembro/2010  
Resumo do Instrumento de Contrato

Contratado: MARIA REGINA RONZANI  
CPF: 036.881.369-00  
Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços  
Numero da Licitação: 0/0 Numero do Processo: 0/0  
Numero do Contrato ou Aditivo: 68/2010  
Fundamento Legal:  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA PARA MINISTRAR AS AULAS DE ARTESANATO, COM DURAÇÃO DE 180 HORAS/AULA, SENDO QUE ESTE CURSO É OFERECIDO NOS SEGUINTE LOCAIS: CRAS, BAIRRO SANTO ANTONIO, RECURSO PSB INFANCIA.

Data da Assinatura: 09/11/2010  
Data da Publicação no Diário Oficial: 09/11/2010  
Vigência: 09/11/2010 a 22/12/2010  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero:  
Numero do Empenho:  
Valor: 3.600,00 Forma de Pagamento: CFE HORAS AULA PRESTADAS E NOTA FISCAL

### Resumo do Instrumento de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Novembro/2010  
Resumo do Instrumento de Contrato

Contratado: INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA  
CNPJ: 83.054.924/0001-06  
Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços  
Numero da Licitação: 22/2010 Numero do Processo: 22/2010  
Numero do Contrato ou Aditivo: 69/2010  
Fundamento Legal:  
Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PERECIVEIS E NÃO PERECIVEIS PARA MANUTENÇÃO DO PETI NO PERIODO DE 09/11/2010 A 17/11/2010 NA FORMA DO ART. 24 INCISO IV DA LEI Nº8.666/93 CONSIDERANDO QUE O PREGÃO PRESENCIAL Nº73/2010 FOI LANÇADO E ATE O PRESENTE MOMENTO NÃO FOI CONCLUIDO.

Data da Assinatura: 09/11/2010  
Data da Publicação no Diário Oficial: 09/11/2010  
Vigência: 09/11/2010 a 09/12/2010  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero:  
Numero do Empenho:  
Valor: 473,40 Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL

### Resumo do Instrumento de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Novembro/2010  
Resumo do Instrumento de Contrato

Contratado: SQ SUPERMERCADOS LTDA  
CNPJ: 03.551.654/0001-00  
Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços  
Numero da Licitação: 22/2010 Numero do Processo: 22/2010  
Numero do Contrato ou Aditivo: 70/2010  
Fundamento Legal:  
Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PERECIVEIS E NÃO PERECIVEIS PARA MANUTENÇÃO DO PETI NO PERIODO DE 09/11/2010 A 17/11/2010 NA FORMA DO ART. 24 INCISO IV DA LEI Nº8.666/93 CONSIDERANDO QUE O PREGÃO PRESENCIAL Nº73/2010 FOI LANÇADO E ATE O PRESENTE MOMENTO NÃO FOI CONCLUIDO.

Data da Assinatura: 09/11/2010  
Data da Publicação no Diário Oficial: 09/11/2010  
Vigência: 09/11/2010 a 09/12/2010  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero:

Numero do Empenho:  
Valor: 802,82 Forma de Pagamento: APÓS ENREGA E NOTA FISCAL

**Resumo do Instrumento de Contrato**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Novembro/2010  
Resumo do Instrumento de Contrato

Contratado: SUPERMERCADO FRANCIOSI LTDA EPP  
CNPJ: 10.623.654/0001-00  
Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços  
Numero da Licitação: 22/2010 Numero do Processo: 22/2010  
Numero do Contrato ou Aditivo: 71/2010  
Fundamento Legal:  
Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE GENE-ROS ALIMENTICIOS PERECIVEIS E NÃO PERECIVEIS PARA MANU-TENÇÃO DO PETI NO PERIODO DE 09/11/2010 A 17/11/2010 NA FORMA DO ART. 24 INCISO IV DA LEI Nº8.666/93 CONSIDERAN-DO QUE O PREGÃO PRESENCIAL Nº73/2010 FOI LANÇADO E ATE O PRESENTE MOMENTO NÃO FOI CONCLUÍDO.

Data da Assinatura: 09/11/2010  
Data da Publicação no Diário Oficial: 09/11/2010  
Vigência: 09/11/2010 a 09/12/2010  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero:  
Numero do Empenho:  
Valor: 262,70 Forma de Pagamento: APÓS ENREGA E NOTA FISCAL

**Resumo do Instrumento de Contrato**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Novembro/2010  
Resumo do Instrumento de Contrato

Contratado: SOELI MARIA CASSUL  
CNPJ: 665.607.059-00  
Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços  
Numero da Licitação: 0/0 Numero do Processo:  
Numero do Contrato ou Aditivo: 72/2010  
Fundamento Legal:  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA PARA MINISTRAR AS AULAS DE TRICO, COM DURAÇÃO DE 80 HORAS/AULA, SENDO QUE ESTE CURSO É OFERECIDO NOS SEGUINTE LOCAIS: CRAS, BAIRRO SÃO LUIZ, BAIRRO GETULIO VARGAS, BAIRRO BOM JE-SUS, BAIRRO NOSSA SENHORA APARECIDA, CENTRO, SANTO ANTONIO. RECURSO PSBINFANCIA.

Data da Assinatura: 11/11/2010  
Data da Publicação no Diário Oficial: 11/11/2010  
Vigência: 11/11/2010 a 22/12/2010  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero:  
Numero do Empenho:  
Valor: 960,00 Forma de Pagamento: CFE HORAS AULA PRESTA-DAS E NOTA FISCAL

**Resumo do Instrumento de Contrato**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Novembro/2010  
Resumo do Instrumento de Contrato

Contratado: INDUATRIAL MOAGEIRA LTDA  
CNPJ: 83.054.924/0001-06  
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
Numero da Licitação: 20/2010 Numero do Processo: 20/2010  
Numero do Contrato ou Aditivo: 73/2010  
Fundamento Legal:  
Objeto: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PERECIVEIS E NÃO PERECIVEIS PARA MANUTENÇÃO DO ABRIGO TEMPORARIO MUNICIPAL, PETI, CASA DE PROTEÇÃO INFANTO JUVENIL, NO PERIODO DE NOVEMBRO A DEZEMBRO.

Data da Assinatura: 11/11/2010  
Data da Publicação no Diário Oficial: 11/11/2010  
Vigência: 11/11/2010 a 22/12/2010  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero:  
Numero do Empenho:  
Valor: 960,00 Forma de Pagamento: CFE HORAS AULA PRESTA-DAS E NOTA FISCAL

**Resumo do Instrumento de Contrato**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Novembro/2010  
Resumo do Instrumento de Contrato

Contratado: OSNI PEREIRA  
CNPJ: 750.123.599-68  
Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços  
Numero da Licitação: 0/0 Numero do Processo:  
Numero do Contrato ou Aditivo: 74/2010  
Fundamento Legal:  
Objeto: SERVIÇO DE MAO DE OBRA PARA PINTURA INTERNA ME-DINDO 380 METROS E EXTERNA MEDINDO 230 METROS DA CASA DE PROTEÇÃO INFANTO-JUVENIL. RECURSO ABRIGO FEDERAL.

Data da Assinatura: 23/11/2010  
Data da Publicação no Diário Oficial: 23/11/2010  
Vigência: 23/11/2010 a 23/12/2010  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero:  
Numero do Empenho:  
Valor: 2.600,00 Forma de Pagamento: APÓS PRESTAÇÃO DE SER-VIÇO E NOTA FISCAL

**Resumo do Instrumento de Contrato**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Novembro/2010  
Resumo do Instrumento de Contrato

Contratado: SC COPIAS LTDA



CNPJ: 03.367.127/0002-12  
Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços  
Número da Licitação: 0/0 Número do Processo:  
Número do Contrato ou Aditivo: 75/2010  
Fundamento Legal:  
Objeto: ADITIVO DE VALOR DE MAIS R\$ 62,58 REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DIGITALIZAÇÃO DE 15.830 DOCUMENTOS REFERENTE AO ANO DE 2009.

Data da Assinatura: 23/11/2010  
Data da Publicação no Diário Oficial: 23/11/2010  
Vigência: 23/11/2010 a 23/12/2010  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero:  
Número do Empenho:  
Valor: 2.600,00 Forma de Pagamento: APÓS PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E NOTA FISCAL

### Resumo do Instrumento de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Novembro/2010  
Resumo do Instrumento de Contrato

Contratado: AMANDA COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA  
CNPJ: 04.835.184/0002-60  
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
Número da Licitação: 19/2010 Número do Processo: 19/2010  
Número do Contrato ou Aditivo: 76/2010  
Fundamento Legal:  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DO ABRIGO MUNICIPAL, CASA DE PROTEÇÃO INFANTO JUVENIL E PETI, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 24/11/2010  
Data da Publicação no Diário Oficial: 24/11/2010  
Vigência: 24/11/2010 a 31/12/2010  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero:  
Número do Empenho:  
Valor: 448,92 Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL

### Resumo do Instrumento de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Novembro/2010  
Resumo do Instrumento de Contrato

Contratado: DINAMICA COM DE SUP P INFORM E ESCRIT LTDA ME  
CNPJ: 07.072.908/0001-50  
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
Número da Licitação: 19/2010 Número do Processo: 19/2010  
Número do Contrato ou Aditivo: 77/2010  
Fundamento Legal:  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DO ABRIGO MUNICIPAL, CASA DE PROTEÇÃO INFANTO JUVENIL E PETI, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 24/11/2010

Data da Publicação no Diário Oficial: 24/11/2010  
Vigência: 24/11/2010 a 31/12/2010  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero:  
Número do Empenho:  
Valor: 395,19 Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL

### Resumo do Instrumento de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Novembro/2010  
Resumo do Instrumento de Contrato

Contratado: ROBERTO TESSARO E CIA LTDA  
CNPJ: 85.248.680/0001-10  
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
Número da Licitação: 19/2010 Número do Processo: 19/2010  
Número do Contrato ou Aditivo: 78/2010  
Fundamento Legal:  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DO ABRIGO MUNICIPAL, CASA DE PROTEÇÃO INFANTO JUVENIL E PETI, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 24/11/2010  
Data da Publicação no Diário Oficial: 24/11/2010  
Vigência: 24/11/2010 a 31/12/2010  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero:  
Número do Empenho:  
Valor: 698,16 Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL

### Resumo do Instrumento de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Novembro /2010  
Resumo do Instrumento de Contrato

Contratado: FABRICA DE ESQUADRIAS SANTA EDWIGES LTDA ME  
CNPJ: 79.247.656/0026-63  
Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços  
Número da Licitação: 74/2010 Número do Processo: 74/2010  
Número do Contrato ou Aditivo: 193/2010  
Fundamento Legal:  
Objeto: AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE DIVISÓRIAS NAS SALAS DO DEPARTAMENTO DE ENSINO E DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PARA O NÚCLEO MUNICIPAL LEONIZA CARVALHO AGOSTINI, NA FORMA DO ART. 24 INCISO V DA LEI Nº 8.666/93, TENDO EM VISTA QUE O EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 50/2010, NÃO HOUVE INTERESSADOS.

Data da Assinatura: 03/11/2010  
Data da Publicação no Diário Oficial: 03/11/2010  
Vigência: 03/11/2010 a 31/12/2010  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero:  
Número do Empenho:  
Valor: 6.435,00 Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL



**Resumo do Instrumento de Contrato**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Novembro /2010

Resumo do Instrumento de Contrato

Contratado: CACP LIVRARIA EDITORA LTDA

CNPJ: 06.877.556/0026-47

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 67/2010 Número do Processo: 67/2010

Número do Contrato ou Aditivo: 194/2010

Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE ENCICLOPÉDIAS PARA USO NOS NÚCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 05/11/2010

Data da Publicação no Diário Oficial: 05/11/2010

Vigência: 05/11/2010 a 31/12/2010

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número:

Gestão/Número:

Número do Empenho:

Valor: 27.300,00 Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL

**Resumo do Instrumento de Contrato**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Novembro /2010

Resumo do Instrumento de Contrato

Contratado: AMANDA COMERCIO DE PAPEIS E EMBALAGENS LTDA  
CNPJ: 04.835.184/0026-60

Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços

Número da Licitação: 75/2010 Número do Processo: 75/2010

Número do Contrato ou Aditivo: 195/2010

Fundamento Legal:

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DOS NÚCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIS NA FORMA DO ART. 24 INCISO IV DA LEI Nº 8.666/93, TENDO EM VISTA A EMISSÃO DE NOVO PROCESSO SOB Nº71/2010.

Data da Assinatura: 08/11/2010

Data da Publicação no Diário Oficial: 08/11/2010

Vigência: 08/11/2010 a 08/12/2010

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número:

Gestão/Número:

Número do Empenho:

Valor: 1.568,70 Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL

**Resumo do Instrumento de Contrato**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Novembro /2010

Resumo do Instrumento de Contrato

Contratado: CASA FAGUNDES COM VARIED EM GERAL LTDA ME  
CNPJ: 73.222.994/0001-64

Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços

Número da Licitação: 75/2010 Número do Processo: 75/2010

Número do Contrato ou Aditivo: 196/2010

Fundamento Legal:

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DOS NÚCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIS NA FORMA DO ART. 24 INCISO IV DA LEI Nº 8.666/93, TENDO EM VISTA A EMISSÃO DE NOVO PROCESSO SOB Nº71/2010.

Data da Assinatura: 08/11/2010

Data da Publicação no Diário Oficial: 08/11/2010

Vigência: 08/11/2010 a 08/12/2010

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número:

Gestão/Número:

Número do Empenho:

Valor: 1.268,40 Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL

**Resumo do Instrumento de Contrato**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Novembro /2010

Resumo do Instrumento de Contrato

Contratado: DINAMICA COM DE SUPR P INFORM E ESCRIT LTDA ME

CNPJ: 07.072.908/0001-50

Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços

Número da Licitação: 75/2010 Número do Processo: 75/2010

Número do Contrato ou Aditivo: 197/2010

Fundamento Legal:

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DOS NÚCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIS NA FORMA DO ART. 24 INCISO IV DA LEI Nº 8.666/93, TENDO EM VISTA A EMISSÃO DE NOVO PROCESSO SOB Nº71/2010.

Data da Assinatura: 08/11/2010

Data da Publicação no Diário Oficial: 08/11/2010

Vigência: 08/11/2010 a 08/12/2010

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número:

Gestão/Número:

Número do Empenho:

Valor: 2.015,31 Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL

**Resumo do Instrumento de Contrato**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Novembro /2010

Resumo do Instrumento de Contrato

Contratado: ROBERTO TESSARO E CIA LTDA

CNPJ: 85.248.680/0001-10

Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços

Número da Licitação: 75/2010 Número do Processo: 75/2010

Número do Contrato ou Aditivo: 198/2010

Fundamento Legal:

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DOS NÚCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIS NA FORMA DO ART. 24 INCISO IV DA LEI Nº 8.666/93, TENDO EM VISTA A EMISSÃO DE NOVO PROCESSO SOB Nº71/2010.

Data da Assinatura: 08/11/2010  
Data da Publicação no Diário Oficial: 08/11/2010  
Vigência: 08/11/2010 a 08/12/2010  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero:  
Numero do Empenho:  
Valor: 726,13 Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL

### Resumo do Instrumento de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Novembro /2010  
Resumo do Instrumento de Contrato

Contratado: TRANSVAN LTDA ME  
CNPJ: 01.905.143/0001-05  
Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços  
Numero da Licitação: 0/0 Numero do Processo:  
Numero do Contrato ou Aditivo: 199/2010  
Fundamento Legal:  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE VEICULO " TRENZINHO", DESTINADO A REALIZAÇÃO DE PASSEIOS PARA A COMUNIDADE PELA CIDADE, NO PERÍODO DE 05/12/2010 A 12/12/2010, NUM PERCURSO DE 04K KM, EM VIRTUDE DOS FESTEJOS NATALINOS.

Data da Assinatura: 08/11/2010  
Data da Publicação no Diário Oficial: 08/11/2010  
Vigência: 08/11/2010 a 12/12/2010  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero:  
Numero do Empenho:  
Valor: 7.552,00 Forma de Pagamento: APÓS PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E NOTA FISCAL

### Resumo do Instrumento de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Novembro /2010  
Resumo do Instrumento de Contrato

Contratado: INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA  
CNPJ: 83.054.924/0001-06  
Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços  
Numero da Licitação: 76/2010 Numero do Processo: 76/2010  
Numero do Contrato ou Aditivo: 200/2010  
Fundamento Legal:  
Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS E NÃO-PERECÍVEIS PARA MANUTENÇÃO DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIS NO PERÍODO DE 09/11/2010 A 17/11/2010 NA FORMA DO ART. 24 INCISO IV DA LEI Nº 8.666/93 CONSIDERANDO QUE O PREGÃO PRESENCIAL Nº73/2010 FOI LANÇADO E ATE O PRESENTE MOMENTO NÃO FOI CONCLUÍDO.

Data da Assinatura: 09/11/2010  
Data da Publicação no Diário Oficial: 09/11/2010  
Vigência: 09/11/2010 a 09/12/2010  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero:  
Numero do Empenho:  
Valor: 2.462,00 Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL

### Resumo do Instrumento de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Novembro /2010  
Resumo do Instrumento de Contrato

Contratado: SQ SUPERMERCADOS LTDA  
CNPJ: 03.551.654/0001-00  
Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços  
Numero da Licitação: 76/2010 Numero do Processo: 76/2010  
Numero do Contrato ou Aditivo: 201/2010  
Fundamento Legal:

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS E NÃO-PERECÍVEIS PARA MANUTENÇÃO DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIS NO PERÍODO DE 09/11/2010 A 17/11/2010 NA FORMA DO ART. 24 INCISO IV DA LEI Nº 8.666/93 CONSIDERANDO QUE O PREGÃO PRESENCIAL Nº73/2010 FOI LANÇADO E ATE O PRESENTE MOMENTO NÃO FOI CONCLUÍDO.

Data da Assinatura: 09/11/2010  
Data da Publicação no Diário Oficial: 09/11/2010  
Vigência: 09/11/2010 a 09/12/2010  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero:  
Numero do Empenho:  
Valor: 11.246,90 Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL

### Resumo do Instrumento de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Novembro /2010  
Resumo do Instrumento de Contrato

Contratado: SUPERMERCADO FRANCIOSI LTDA EPP  
CNPJ: 10.623.678/0001-84  
Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços  
Numero da Licitação: 76/2010 Numero do Processo: 76/2010  
Numero do Contrato ou Aditivo: 202/2010  
Fundamento Legal:

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS E NÃO-PERECÍVEIS PARA MANUTENÇÃO DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIS NO PERÍODO DE 09/11/2010 A 17/11/2010 NA FORMA DO ART. 24 INCISO IV DA LEI Nº 8.666/93 CONSIDERANDO QUE O PREGÃO PRESENCIAL Nº73/2010 FOI LANÇADO E ATE O PRESENTE MOMENTO NÃO FOI CONCLUÍDO.

Data da Assinatura: 09/11/2010  
Data da Publicação no Diário Oficial: 09/11/2010  
Vigência: 09/11/2010 a 09/12/2010

Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero:  
Numero do Empenho:  
Valor: 1.378,00 Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL

**Resumo do Instrumento de Contrato**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Novembro /2010  
Resumo do Instrumento de Contrato

Contratado: AUTO MECANICA LTDA  
CNPJ: 83.750.703/0001-64  
Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços  
Numero da Licitação: 77/2010 Numero do Processo: 77/2010  
Numero do Contrato ou Aditivo: 207/2010  
Fundamento Legal:  
Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO DO VEICULO ONIBUS COMIL SVELTO, PLACAS MCY8901 KM 238.881, DEVIDO A EMERGENCIA CARACTERIZADA NO MEMORANDO 127/2010 NA FORMA DO ART. 24 INCISO IV DA LEI Nº8.666/93.

Data da Assinatura: 11/11/2010  
Data da Publicação no Diário Oficial: 11/11/2010  
Vigência: 11/11/2010 a 11/05/2010  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero:  
Numero do Empenho:  
Valor: 1.932,00 Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E NOTA FISCAL

**Resumo do Instrumento de Contrato**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Novembro /2010  
Resumo do Instrumento de Contrato

Contratado: SUPERMERCADO FERANCIOSI LTDA EPP  
CNPJ: 10.623.678/0001-84  
Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços  
Numero da Licitação: 79/2010 Numero do Processo: 79/2010  
Numero do Contrato ou Aditivo: 208/2010  
Fundamento Legal:  
Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PERECIVEIS E NÃO PERECIVEIS PARA MANUTENÇÃO DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIS NO PERIODO DE 12/11/2010 A 17/11/2010 NA FORMA DO ART. 24 INCISO IV DA LEI Nº 8.666/93 CONSIDERANDO QUE O PREGÃO PRESENCIAL Nº73/2010 FOI LANÇADO E ATE O PRESENTE MOMENTO NÃO FOI CONCLUIDO.

Data da Assinatura: 12/11/2010  
Data da Publicação no Diário Oficial: 12/11/2010  
Vigência: 12/11/2010 a 12/12/2010  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero:  
Numero do Empenho:  
Valor: 5.268,00 Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL

**Resumo do Instrumento de Contrato**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Novembro /2010  
Resumo do Instrumento de Contrato

Contratado: DIAL DEPARTAMENTOS LTDA  
CNPJ: 09.008.570/0001-00  
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
Numero da Licitação: 66/2010 Numero do Processo: 66/2010  
Numero do Contrato ou Aditivo: 210/2010  
Fundamento Legal:  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA MANUTENÇÃO DOS NUCLEOS MUNICIPAIS E CENTROS E EDUCAÇÃO INFANTIL NO PERIODO DE NOVEMBRO A ABRIL DE 2011.

Data da Assinatura: 16/11/2010  
Data da Publicação no Diário Oficial: 16/11/2010  
Vigência: 16/11/2010 a 30/04/2011  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero:  
Numero do Empenho:  
Valor: 2.216,20 Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL

**Resumo do Instrumento de Contrato**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Novembro /2010  
Resumo do Instrumento de Contrato

Contratado: DINAMICA COM DE SUPR P INFORM E ESCRIT LTDA ME  
CNPJ: 07.072.908/0001-50  
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
Numero da Licitação: 66/2010 Numero do Processo: 66/2010  
Numero do Contrato ou Aditivo: 211/2010  
Fundamento Legal:  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA MANUTENÇÃO DOS NUCLEOS MUNICIPAIS E CENTROS E EDUCAÇÃO INFANTIL NO PERIODO DE NOVEMBRO A ABRIL DE 2011.

Data da Assinatura: 16/11/2010  
Data da Publicação no Diário Oficial: 16/11/2010  
Vigência: 16/11/2010 a 30/04/2011  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero:  
Numero do Empenho:  
Valor: 5.378,80 Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL

**Resumo do Instrumento de Contrato**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Novembro /2010  
Resumo do Instrumento de Contrato

Contratado: ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA

CNPJ: 00.748.569/0001-30  
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
Numero da Licitação: 66/2010 Numero do Processo: 66/2010  
Numero do Contrato ou Aditivo: 212/2010  
Fundamento Legal:  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA MANUTENÇÃO DOS NUCLEOS MUNICIPAIS E CENTROS E EDUCAÇÃO INFANTIL NO PERIODO DE NOVEMBRO A ABRIL DE 2011.

Data da Assinatura: 16/11/2010  
Data da Publicação no Diário Oficial: 16/11/2010  
Vigência: 16/11/2010 a 30/04/2011  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero:  
Numero do Empenho:  
Valor: 4.657,46 Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL

### Resumo do Instrumento de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Novembro /2010  
Resumo do Instrumento de Contrato

Contratado: NATALICIO DE JESUS GERALDO EPP  
CNPJ: 78.216.058/0001-64  
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
Numero da Licitação: 66/2010 Numero do Processo: 66/2010  
Numero do Contrato ou Aditivo: 213/2010  
Fundamento Legal:  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA MANUTENÇÃO DOS NUCLEOS MUNICIPAIS E CENTROS E EDUCAÇÃO INFANTIL NO PERIODO DE NOVEMBRO A ABRIL DE 2011.

Data da Assinatura: 16/11/2010  
Data da Publicação no Diário Oficial: 16/11/2010  
Vigência: 16/11/2010 a 30/04/2011  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero:  
Numero do Empenho:  
Valor: 3.239,50 Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL

### Resumo do Instrumento de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Novembro /2010  
Resumo do Instrumento de Contrato

Contratado: NET DONIL ASSIST TEC EM INFORMATICA LTDA  
CNPJ: 04.258.483/0001-80  
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
Numero da Licitação: 66/2010 Numero do Processo: 66/2010  
Numero do Contrato ou Aditivo: 214/2010  
Fundamento Legal:  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA MANUTENÇÃO DOS NUCLEOS MUNICIPAIS E CENTROS E EDUCAÇÃO INFANTIL NO PERIODO DE NOVEMBRO A ABRIL DE 2011.

Data da Assinatura: 16/11/2010  
Data da Publicação no Diário Oficial: 16/11/2010

Vigência: 16/11/2010 a 30/04/2011  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero:  
Numero do Empenho:  
Valor: 6.318,60 Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL

### Resumo do Instrumento de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Novembro /2010  
Resumo do Instrumento de Contrato

Contratado: ROBERTO TESSARO E CIA LTDA  
CNPJ: 85.248.680/0001-10  
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
Numero da Licitação: 66/2010 Numero do Processo: 66/2010  
Numero do Contrato ou Aditivo: 215/2010  
Fundamento Legal:  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA MANUTENÇÃO DOS NUCLEOS MUNICIPAIS E CENTROS E EDUCAÇÃO INFANTIL NO PERIODO DE NOVEMBRO A ABRIL DE 2011.

Data da Assinatura: 16/11/2010  
Data da Publicação no Diário Oficial: 16/11/2010  
Vigência: 16/11/2010 a 30/04/2011  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero:  
Numero do Empenho:  
Valor: 5.927,20 Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL

### Resumo do Instrumento de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Novembro /2010  
Resumo do Instrumento de Contrato

Contratado: DINAMICA COM DE SUPR P INFORM E ESCRIT LTDA ME  
CNPJ: 07.072.908/0001-50  
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
Numero da Licitação: 72/2010 Numero do Processo: 72/2010  
Numero do Contrato ou Aditivo: 216/2010  
Fundamento Legal:  
Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O PROJETO DE AVALIAÇÃO DE AUDIOMETRIA TOTAL LIMAR E PROCESSO AUTIVO CENTRAL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 18/11/2010  
Data da Publicação no Diário Oficial: 18/11/2010  
Vigência: 18/11/2010 a 31/12/2010  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero:  
Numero do Empenho:  
Valor: 806,00 Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL



**Resumo do Instrumento de Contrato**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Novembro /2010  
Resumo do Instrumento de Contrato

Contratado: LIMED COMERCIO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA  
CNPJ: 07.208.730/0001-21  
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
Numero da Licitação: 72/2010 Numero do Processo: 72/2010  
Numero do Contrato ou Aditivo: 217/2010  
Fundamento Legal:  
Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O PROJETO DE AVALIAÇÃO DE AUDIOMETRIA TOTAL LIMIAR E PROCESSO AUTIVO CENTRAL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 18/11/2010  
Data da Publicação no Diário Oficial: 18/11/2010  
Vigência: 18/11/2010 a 31/12/2010  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero:  
Numero do Empenho:  
Valor: 2.290,00 Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL

**Resumo do Instrumento de Contrato**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Novembro /2010  
Resumo do Instrumento de Contrato

Contratado: NATALICIO DE JESUS GERALDO EPP  
CNPJ: 78.216.058/0001-64  
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
Numero da Licitação: 72/2010 Numero do Processo: 72/2010  
Numero do Contrato ou Aditivo: 218/2010  
Fundamento Legal:  
Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O PROJETO DE AVALIAÇÃO DE AUDIOMETRIA TOTAL LIMIAR E PROCESSO AUTIVO CENTRAL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 18/11/2010  
Data da Publicação no Diário Oficial: 18/11/2010  
Vigência: 18/11/2010 a 31/12/2010  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero:  
Numero do Empenho:  
Valor: 464,00 Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL

**Resumo do Instrumento de Contrato**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Novembro /2010  
Resumo do Instrumento de Contrato

Contratado: INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA

CNPJ: 83.054.924/0001-06  
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
Numero da Licitação: 73/2010 Numero do Processo: 73/2010  
Numero do Contrato ou Aditivo: 220/2010  
Fundamento Legal:  
Objeto: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PERECIVEIS E NÃO PERECIVEIS PARA MANUTENÇÃO DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E NUCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO NO PERÍODO DE NOVEMBRO A DEZEMBRO/2010 CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 18/11/2010  
Data da Publicação no Diário Oficial: 18/11/2010  
Vigência: 18/11/2010 a 31/12/2010  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero:  
Numero do Empenho:  
Valor: 64.040,35 Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL

**Resumo do Instrumento de Contrato**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Novembro /2010  
Resumo do Instrumento de Contrato

Contratado: DA CAZ AUTO PEÇAS LTDA  
CNPJ: 85.349.579/0001-55  
Modalidade: Convite p/ Compras e Serviços  
Numero da Licitação: 78/2010 Numero do Processo: 78/2010  
Numero do Contrato ou Aditivo: 222/2010  
Fundamento Legal:  
Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO DOS VEICULOS VW/KOMBI MFZ 4050 KM 142.313 E MCJ 5260 KM 130.493 CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 23/11/2010  
Data da Publicação no Diário Oficial: 23/11/2010  
Vigência: 23/11/2010 a 23/12/2010  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero:  
Numero do Empenho:  
Valor: 2.661,85 Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL

**Resumo do Instrumento de Contrato**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Novembro /2010  
Resumo do Instrumento de Contrato

Contratado: AMANDA COMERCIO DE PAPEIS E EMBALAGENS LTDA  
CNPJ: 04.835.184/0001-60  
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
Numero da Licitação: 71/2010 Numero do Processo: 71/2010  
Numero do Contrato ou Aditivo: 223/2010  
Fundamento Legal:  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DOS NUCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIS NO PERÍODO DE NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2010. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.



Data da Assinatura: 25/11/2010  
Data da Publicação no Diário Oficial: 25/11/2010  
Vigência: 25/11/2010 a 31/12/2010  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero:  
Numero do Empenho:  
Valor: 4.811,04 Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL

### Resumo do Instrumento de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Novembro /2010  
Resumo do Instrumento de Contrato

Contratado: DINAMICA COM DE SUP P INFORM E ESCRIT LTDA ME  
CNPJ: 07.072.908/0001-50  
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
Numero da Licitação: 71/2010 Numero do Processo: 71/2010  
Numero do Contrato ou Aditivo: 224/2010  
Fundamento Legal:  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DOS NUCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIS NO PERIODO DE NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2010. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 25/11/2010  
Data da Publicação no Diário Oficial: 25/11/2010  
Vigência: 25/11/2010 a 31/12/2010  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero:  
Numero do Empenho:  
Valor: 5.510,28 Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL

### Resumo do Instrumento de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Novembro /2010  
Resumo do Instrumento de Contrato

Contratado: ROBERTO TESSARO E CIA LTDA  
CNPJ: 85.248.680/0001-10  
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
Numero da Licitação: 71/2010 Numero do Processo: 71/2010  
Numero do Contrato ou Aditivo: 225/2010  
Fundamento Legal:  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DOS NUCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIS NO PERIODO DE NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2010. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 25/11/2010  
Data da Publicação no Diário Oficial: 25/11/2010  
Vigência: 25/11/2010 a 31/12/2010  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero:  
Numero do Empenho:  
Valor: 13.043,15 Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL

### Resumo do Instrumento de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Novembro /2010  
Resumo do Instrumento de Contrato

Contratado: HUMBERTO LUIZ DALPIZZOL  
CPF: 543.680.659-72  
Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços  
Numero da Licitação: 0/0 Numero do Processo:  
Numero do Contrato ou Aditivo: 226/2010  
Fundamento Legal:

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA CAPACITAÇÃO COM O TEMA: "INTELIGENCIA EMOCIONAL" PARA 20 PESSOAS, ENTRE GESTORES, PROFESSORES E FUNCIONARIOS DO ENSINO INFANTIL MUNICIPAL, QUE ACONTECERA ENTRE OS DIAS 02 E 02/12/2010 NO SITIO AYNÍ EM VIDEIRA.

Data da Assinatura: 26/11/2010  
Data da Publicação no Diário Oficial: 26/11/2010  
Vigência: 26/11/2010 a 26/12/2010  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero:  
Numero do Empenho:  
Valor: 1.193,00 Forma de Pagamento: APÓS PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E NOTA FISCAL

### Resumo do Instrumento de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Novembro /2010  
Resumo do Instrumento de Contrato

Contratado: DA CAPITAL TOUR TURISMO LTDA ME  
CNPJF: 07.540.755/0001-28  
Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços  
Numero da Licitação: 0/0 Numero do Processo:  
Numero do Contrato ou Aditivo: 227/2010  
Fundamento Legal:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA TRANSPORTE DE FUNCIONARIOS DESTA SECRETARIA (DIRETORES ESPECIALISTAS E SECRETARIAS DAS ESCOLAS), PARA A CAPACITAÇÃO "INTELIGENCIA EMOCIONAL" NA CIDADE DE VIDEIRA - SC NO SITIO DO BETO - PROXIMO A VIDEPLAST, COM CAPACIDADE PARA 18 PESSOAS, SENDO: SAIDA 02/12/2010 - QUINTA HORARIO 07:00 - COM DESTINIO A VIDEIRA - SC EM FRENTE A PREFEITURA MUNICIPAL, E RETORNO DIA 03/12/2010 - SEXTA - HORARIO 17:00 - RETORNO A CURITIBANOS.

Data da Assinatura: 30/11/2010  
Data da Publicação no Diário Oficial: 30/11/2010  
Vigência: 30/11/2010 a 30/12/2010  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero:  
Numero do Empenho:  
Valor: 750,00 Forma de Pagamento: APÓS PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E NOTA FISCAL

**Resumo do Instrumento de Contrato**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Novembro /2010  
Resumo do Instrumento de Contrato

Contratado: USS CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA  
CNPJ: 04.389.422/0001-51  
Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv Engenharia  
Numero da Licitação: 68/2010 Numero do Processo: 68/2010  
Numero do Contrato ou Aditivo: 228/2010  
Fundamento Legal:  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL SÃO JOSE UNIDADE I NO BAIRRO SÃO JOSE COM AREA DE 455,89 M² E UNIDADE II COM AREA DE 628,05 M², CONFORME MEMORIAIS DESCRITIVOS EM ANEXO.

Data da Assinatura: 30/11/2010  
Data da Publicação no Diário Oficial: 30/11/2010  
Vigência: 30/11/2010 a 28/02/2011  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero:  
Numero do Empenho:  
Valor: 499.063,16 Forma de Pagamento: CFE MEDIÇÕES E NOTA FISCAL

**Resumo do Instrumento de Contrato**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Novembro /2010  
Resumo do Instrumento de Contrato

Contratado: COMACO CONSTRUTORA E INCORPORADORA DE IMOVEIS LTDA  
CNPJ: 10.637.480/0001-50  
Modalidade: Tomada de Preços p/ Obras e Serv Engenharia  
Numero da Licitação: 64/2010 Numero do Processo: 64/2010  
Numero do Contrato ou Aditivo: 229/2010  
Fundamento Legal:  
Objeto: SERVIÇOS DE REVESTIMENTO DE 574M2 DE CALÇADA DO PATIO INTERNO DO NUCLEO MUNICIPAL ALIRIO L. DE ALMEIDA, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

Data da Assinatura: 30/11/2010  
Data da Publicação no Diário Oficial: 30/11/2010  
Vigência: 30/11/2010 a 30/01/2011  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero:  
Numero do Empenho:  
Valor: 15.439,00 Forma de Pagamento:

**Resumo do Instrumento de Contrato**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Novembro/2010  
Resumo do Instrumento de Contrato

Contratado: DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME  
CNPJ: 09.008.570/0001-00  
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
Numero da Licitação: 111/2010 Numero do Processo: 111/2010  
Numero do Contrato ou Aditivo: 276/2010  
Fundamento Legal:  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, ESPORTES E LAZER, IND E COMERCIO, OBRAS, MEIO AMBIENTE, PROCURADORIA, GABINETE, PROCON, POLICIA MILITAR E VICIL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 03/11/2010  
Data da Publicação no Diário Oficial: 03/11/2010  
Vigência: 03/11/2010 a 31/05/2011  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero:  
Numero do Empenho:  
Valor: 7.276,50 Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL

**Resumo do Instrumento de Contrato**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Novembro/2010  
Resumo do Instrumento de Contrato

Contratado: DINAMICA COM DE SUP P INFORMATICA E ESCR LTDA ME  
CNPJ: 07.072.908/0001-50  
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
Numero da Licitação: 111/2010 Numero do Processo: 111/2010  
Numero do Contrato ou Aditivo: 277/2010  
Fundamento Legal:  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, ESPORTES E LAZER, IND E COMERCIO, OBRAS, MEIO AMBIENTE, PROCURADORIA, GABINETE, PROCON, POLICIA MILITAR E VICIL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 03/11/2010  
Data da Publicação no Diário Oficial: 03/11/2010  
Vigência: 03/11/2010 a 31/05/2011  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero:  
Numero do Empenho:  
Valor: 1.087,60 Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL

**Resumo do Instrumento de Contrato**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Novembro/2010  
Resumo do Instrumento de Contrato

Contratado: ESCRIMATE COMERCIO DE MATERIAIS DE ESCRITORIO  
CNPJ: 00.748.569/0001-30  
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
Numero da Licitação: 111/2010 Numero do Processo: 111/2010  
Numero do Contrato ou Aditivo: 278/2010

**Fundamento Legal:**

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, ESPORTES E LAZER, IND E COMERCIO, OBRAS, MEIO AMBIENTE, PROCURADORIA, GABINETE, PROCON, POLICIA MILITAR E VICIL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 03/11/2010

Data da Publicação no Diário Oficial: 03/11/2010

Vigência: 03/11/2010 a 31/05/2011

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor: 9.952,88 Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL

**Resumo do Instrumento de Contrato**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Novembro/2010

Resumo do Instrumento de Contrato

Contratado: INFOTRIZ INFORMATICA

CNPJ: 04.586.694/0001-41

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Numero da Licitação: 111/2010 Numero do Processo: 111/2010

Numero do Contrato ou Aditivo: 279/2010

Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, ESPORTES E LAZER, IND E COMERCIO, OBRAS, MEIO AMBIENTE, PROCURADORIA, GABINETE, PROCON, POLICIA MILITAR E VICIL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 03/11/2010

Data da Publicação no Diário Oficial: 03/11/2010

Vigência: 03/11/2010 a 31/05/2011

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor: 10.914,88 Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL

**Resumo do Instrumento de Contrato**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Novembro/2010

Resumo do Instrumento de Contrato

Contratado: NATALICIO DE JESUS GERALDO EPP

CNPJ: 78.216.058/0001-64

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Numero da Licitação: 111/2010 Numero do Processo: 111/2010

Numero do Contrato ou Aditivo: 280/2010

Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, ESPORTES E LAZER, IND E COMERCIO, OBRAS, MEIO AMBIENTE, PROCURADORIA, GABINETE, PROCON, POLICIA MILITAR E VICIL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 03/11/2010

Data da Publicação no Diário Oficial: 03/11/2010

Vigência: 03/11/2010 a 31/05/2011

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor: 1.542,20 Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL

**Resumo do Instrumento de Contrato**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Novembro/2010

Resumo do Instrumento de Contrato

Contratado: ROBERTO TESSARO E CIA LTDA ME

CNPJ: 85.248.680/0001-10

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Numero da Licitação: 111/2010 Numero do Processo: 111/2010

Numero do Contrato ou Aditivo: 281/2010

Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, ESPORTES E LAZER, IND E COMERCIO, OBRAS, MEIO AMBIENTE, PROCURADORIA, GABINETE, PROCON, POLICIA MILITAR E VICIL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 03/11/2010

Data da Publicação no Diário Oficial: 03/11/2010

Vigência: 03/11/2010 a 31/05/2011

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor: 5.360,00 Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL

**Resumo do Instrumento de Contrato**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Novembro/2010

Resumo do Instrumento de Contrato

Contratado: MARTARELLO E CIA LTDA

CNPJ: 82.940.396/0001-11

Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços

Numero da Licitação: 0/0 Numero do Processo:

Numero do Contrato ou Aditivo: 282/2010

Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE 120 UNIDADES DE MARMITAS P/ SERVIDORES QUE TRABALHARÃO A PARTIR DO DIA 18/11/2010, NA MANUTENÇÃO DE CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS E BUEIROS NO ASSENTAMENTO SANTO EXPEDITO.

Data da Assinatura: 05/11/2010

Data da Publicação no Diário Oficial: 05/11/2010

Vigência: 05/11/2010 a 05/12/2010

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor: 1.176,00 Forma de Pagamento: APÓS PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E NOTA FISCAL

**Resumo do Instrumento de Contrato**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Novembro/2010  
Resumo do Instrumento de Contrato

Contratado: SC COPIAS LTDA  
CNPJ: 03.367.127/0002-12  
Modalidade: Convite p/ Compras e Serviços  
Número da Licitação: 113/2010 Número do Processo: 113/2010  
Número do Contrato ou Aditivo: 284/2010  
Fundamento Legal:  
Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DIGITALIZAÇÃO PARA DIVERSOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL CONFORME ANEXO I DO EDITAL REFERENTE AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2009.

Data da Assinatura: 09/11/2010  
Data da Publicação no Diário Oficial: 09/11/2010  
Vigência: 09/11/2010 a 30/06/2011  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Número:  
Gestão/Número:  
Número do Empenho:  
Valor: 48.352,50 Forma de Pagamento: CFE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E NOTA FISCAL

**Resumo do Instrumento de Contrato**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Novembro/2010  
Resumo do Instrumento de Contrato

Contratado: LOCOMAQ COM E LOCAÇÃO DE MAQ E EQUIP LTDA  
CNPJ: 10.527.352/0002-53  
Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços  
Número da Licitação: 122/2010 Número do Processo: 122/2010  
Número do Contrato ou Aditivo: 285/2010  
Fundamento Legal:  
Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS DESTINADAS A MANUTENÇÃO DA CARREGADEIRA MICHIGAN 55-A, NA FORMA DO ART. 24 INCISO IV DA LEI Nº8.666/93, CARACTERIZADO A EMERGENCIA ATRAVES DO MEMORANDO 293 DE 10.11.2010

Data da Assinatura: 10/11/2010  
Data da Publicação no Diário Oficial: 10/11/2010  
Vigência: 10/11/2010 a 10/12/2011  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Número:  
Gestão/Número:  
Número do Empenho:  
Valor: 1.351,44 Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL

**Resumo do Instrumento de Contrato**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Novembro/2010  
Resumo do Instrumento de Contrato

Contratado: LOCOMAQ COM E LOCAÇÃO DE MAQ E EQUIP LTDA  
CNPJ: 10.527.352/0001-53  
Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços  
Número da Licitação: 124/2010 Número do Processo: 124/2010  
Número do Contrato ou Aditivo: 287/2010  
Fundamento Legal:  
Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS DESTINADAS A MANUTENÇÃO DA CARREGADEIRA MICHIGAN 55-1, NA FORMA DO ART. 24 INCISO IV DA LEI Nº8.666/93, CARACTERIZANDO A EMERGENCIA ATRAVES DO MEMORANDO 300 DE 16.11.2010.

Data da Assinatura: 17/11/2010  
Data da Publicação no Diário Oficial: 17/11/2010  
Vigência: 17/11/2010 a 17/12/2010  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Número:  
Gestão/Número:  
Número do Empenho:  
Valor: 910,60 Forma de Pagamento: APOS ENTREGA E NOTA FISCAL

**Resumo do Instrumento de Contrato**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Novembro/2010  
Resumo do Instrumento de Contrato

Contratado: AUTO POSTO CIDADE DE CURITIBANOS LTDA  
CNPJ: 03.268.180/0001-85  
Modalidade: Convite p/ Compras e Serviços  
Número da Licitação: 121/2010 Número do Processo: 121/2010  
Número do Contrato ou Aditivo: 288/2010  
Fundamento Legal:  
Objeto: AQUISIÇÃO DE OLEO LUBRIFICANTE PARA USO DA FROTA MUNICIPAL NOS VEICULOS DA SECRETARIA DE OBRAS, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E ESTRADAS VICINAIS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 17/11/2010  
Data da Publicação no Diário Oficial: 17/11/2010  
Vigência: 17/11/2010 a 31/12/2010  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Número:  
Gestão/Número:  
Número do Empenho:  
Valor: 18.169,00 Forma de Pagamento:

**Resumo do Instrumento de Contrato**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Novembro/2010  
Resumo do Instrumento de Contrato

Contratado: GERHARDT E PELEGRINI LTDA  
CNPJ: 82.156.977/0001-67  
Modalidade: Convite p/ Compras e Serviços  
Número da Licitação: 121/2010 Número do Processo: 121/2010  
Número do Contrato ou Aditivo: 289/2010  
Fundamento Legal:  
Objeto: AQUISIÇÃO DE OLEO LUBRIFICANTE PARA USO DA FROTA MUNICIPAL NOS VEICULOS DA SECRETARIA DE OBRAS, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E ESTRADAS VICINAIS, CONFORME



**ANEXO I DESTE EDITAL.**

Data da Assinatura: 17/11/2010  
Data da Publicação no Diário Oficial: 17/11/2010  
Vigência: 17/11/2010 a 31/12/2010  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero:  
Numero do Empenho:  
Valor: 5.661,50 Forma de Pagamento:

**Resumo do Instrumento de Contrato**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Novembro/2010  
Resumo do Instrumento de Contrato

Contratado: COMACO COM MAT DE CONSTRUÇÃO LTDA  
CNPJ: 83.101.337/0001-12  
Modalidade: Convite p/ Compras e Serviços  
Numero da Licitação: 119/2010 Numero do Processo: 119/2010  
Numero do Contrato ou Aditivo: 290/2010  
Fundamento Legal:  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELETRICOS PARA INSTALAÇÃO DA DECORAÇÃO NAS RUAS E AV SALOMÃO CARNEIRO DE ALMEIDA, PAÇO MUNICIPAL E PRINCIPAIS PRAÇAS DA CIDADE, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 17/11/2010  
Data da Publicação no Diário Oficial: 17/11/2010  
Vigência: 17/11/2010 a 17/12/2010  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero:  
Numero do Empenho:  
Valor: 10.086,80 Forma de Pagamento: APOS ENTREGA E NOTA FISCAL

**Resumo do Instrumento de Contrato**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Novembro/2010  
Resumo do Instrumento de Contrato

Contratado: ELETRONILES COMERCIO E INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA  
CNPJ: 10.349.258/0001-51  
Modalidade: Convite p/ Compras e Serviços  
Numero da Licitação: 119/2010 Numero do Processo: 119/2010  
Numero do Contrato ou Aditivo: 291/2010  
Fundamento Legal:  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELETRICOS PARA INSTALAÇÃO DA DECORAÇÃO NAS RUAS E AV SALOMÃO CARNEIRO DE ALMEIDA, PAÇO MUNICIPAL E PRINCIPAIS PRAÇAS DA CIDADE, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 17/11/2010  
Data da Publicação no Diário Oficial: 17/11/2010  
Vigência: 17/11/2010 a 17/12/2010  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero:  
Numero do Empenho:

Valor: 29.260,00 Forma de Pagamento: APOS ENTREGA E NOTA FISCAL

**Resumo do Instrumento de Contrato**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Novembro/2010  
Resumo do Instrumento de Contrato

Contratado: PONTO CERTO LTDA  
CNPJ: 00.510.282/0001-77  
Modalidade: Convite p/ Compras e Serviços  
Numero da Licitação: 119/2010 Numero do Processo: 119/2010  
Numero do Contrato ou Aditivo: 292/2010  
Fundamento Legal:  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELETRICOS PARA INSTALAÇÃO DA DECORAÇÃO NAS RUAS E AV SALOMÃO CARNEIRO DE ALMEIDA, PAÇO MUNICIPAL E PRINCIPAIS PRAÇAS DA CIDADE, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 17/11/2010  
Data da Publicação no Diário Oficial: 17/11/2010  
Vigência: 17/11/2010 a 17/12/2010  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero:  
Numero do Empenho:  
Valor: 932,80 Forma de Pagamento: APOS ENTREGA E NOTA FISCAL

**Resumo do Instrumento de Contrato**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Novembro/2010  
Resumo do Instrumento de Contrato

Contratado: SANDRI COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS  
CNPJ: 05.911.411/0001-52  
Modalidade: Convite p/ Compras e Serviços  
Numero da Licitação: 119/2010 Numero do Processo: 119/2010  
Numero do Contrato ou Aditivo: 293/2010  
Fundamento Legal:  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELETRICOS PARA INSTALAÇÃO DA DECORAÇÃO NAS RUAS E AV SALOMÃO CARNEIRO DE ALMEIDA, PAÇO MUNICIPAL E PRINCIPAIS PRAÇAS DA CIDADE, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 17/11/2010  
Data da Publicação no Diário Oficial: 17/11/2010  
Vigência: 17/11/2010 a 17/12/2010  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero:  
Numero do Empenho:  
Valor: 3.505,00 Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL

**Resumo do Instrumento de Contrato**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34



Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba/SC - 11/11/2010  
Resumo do Instrumento de Contrato

Contratado: ACACIA LTDA ME  
CNPJ: 12.672.329/0001-88  
Modalidade: Convite p/ Compras e Serviços  
Número da Licitação: 120/2010 Número do Processo: 120/2010  
Número do Contrato ou Aditivo: 294/2010  
Fundamento Legal:  
Objeto: LOCAÇÃO DE PEÇAS PARA USO NAS DECORAÇÕES NATALINAS DAS AV SALOMÃO CARNEIRO DE ALMEIDA, PAÇO MUNICIPAL E PRINCIPAIS PRAÇAS DA CIDADE, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 17/11/2010  
Data da Publicação no Diário Oficial: 17/11/2010  
Vigência: 17/11/2010 a 17/12/2010  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Número:  
Gestão/Número:  
Número do Empenho:  
Valor: 15.573,00 Forma de Pagamento: APOS ENTREGA E NOTA FISCAL

#### Resumo do Instrumento de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba/SC - 11/11/2010  
Resumo do Instrumento de Contrato

Contratado: COMERCIAL MULTISOM LTDA ME  
CNPJ: 00.842.605/0001-20  
Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços  
Número da Licitação: 126/2010 Número do Processo: 126/2010  
Número do Contrato ou Aditivo: 295/2010  
Fundamento Legal:  
Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE SHOW NATALINO, COMPANHIA ARTISTICA PARA APRESENTAÇÃO NO DIA 12/12/2010 EM SILKER SHOW, VIRTUDE DOS FESTEJOS NATALINOS COM DURAÇÃO DE DUAS HORAS E HORARIO PREVISTO DE INICIO AS 17:00 HORAS.

Data da Assinatura: 17/11/2010  
Data da Publicação no Diário Oficial: 17/11/2010  
Vigência: 17/11/2010 a 17/12/2010  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Número:  
Gestão/Número:  
Número do Empenho:  
Valor: 4.500,00 Forma de Pagamento: APÓS PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E NOTA FISCAL

#### Resumo do Instrumento de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba/SC - 11/11/2010  
Resumo do Instrumento de Contrato

Contratado: BAYER E CIA LTDA  
CNPJ: 83.453.290/0001-56  
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
Número da Licitação: 118/2010 Número do Processo: 118/2010

Número do Contrato ou Aditivo: 296/2010  
Fundamento Legal:  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DEVIDAMENTE INSTALADOS E CONFECCIONADOS PARA A CANCHA MUNICIPAL DE BOLÃO ROMEO KOCHHANN, SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER, ALMOXARIFADO DO GINÁSIO DE ESPORTES ONOFRE SANTO AGOSTINI E VESTIÁRIOS DO ESTÁDIO MUNICIPAL WILMAR ORTIGARI, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 18/11/2010  
Data da Publicação no Diário Oficial: 18/11/2010  
Vigência: 18/11/2010 a 31/12/2010  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Número:  
Gestão/Número:  
Número do Empenho:  
Valor: 2.590,00 Forma de Pagamento: APOS ENTREGA E NOTA FISCAL

#### Resumo do Instrumento de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba/SC - 11/11/2010  
Resumo do Instrumento de Contrato

Contratado: REIS RAMOS E CIA LTDA EPP  
CNPJ: 02.882.399/0002-98  
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
Número da Licitação: 118/2010 Número do Processo: 118/2010  
Número do Contrato ou Aditivo: 297/2010  
Fundamento Legal:  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DEVIDAMENTE INSTALADOS E CONFECCIONADOS PARA A CANCHA MUNICIPAL DE BOLÃO ROMEO KOCHHANN, SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER, ALMOXARIFADO DO GINÁSIO DE ESPORTES ONOFRE SANTO AGOSTINI E VESTIÁRIOS DO ESTÁDIO MUNICIPAL WILMAR ORTIGARI, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 18/11/2010  
Data da Publicação no Diário Oficial: 18/11/2010  
Vigência: 18/11/2010 a 31/12/2010  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Número:  
Gestão/Número:  
Número do Empenho:  
Valor: 2.683,79 Forma de Pagamento: APOS ENTREGA E NOTA FISCAL

#### Resumo do Instrumento de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba/SC - 11/11/2010  
Resumo do Instrumento de Contrato

Contratado: DA CAPITAL TOUR TURISMO LTDA ME  
CNPJ: 07.540.755/0001-28  
Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços  
Número da Licitação: 0/0 Número do Processo:  
Número do Contrato ou Aditivo: 299/2010  
Fundamento Legal:  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE VAN DE ATE 18 LUGARES, COM ARCONDICIONADO, PARA TRANSPORTE DA COMITIVA QUE PARTICIPARÁ DO EVENTO DA PREMIAÇÃO MUNICÍPIOS QUE FAZEM

RENDER MAIS, NO DIA 25/11/2010, NA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE JOINVILLE, PREVISÃO DE SAÍDA 06:00H, COM RETORNO NO MESMO DIA.

Data da Assinatura: 23/11/2010  
Data da Publicação no Diário Oficial: 23/11/2010  
Vigência: 23/11/2010 a 23/12/2010  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero:  
Numero do Empenho:  
Valor: 750,00 Forma de Pagamento: APÓS PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E NOTA FISCAL

### Resumo do Instrumento de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Novembro/2010  
Resumo do Instrumento de Contrato

Contratado: DA CAZ AUTO PEÇAS LTDA  
CNPJ: 85.349.579/0002-55  
Modalidade: Convite p/ Compras e Serviços  
Numero da Licitação: 123/2010 Numero do Processo: 123/2010  
Numero do Contrato ou Aditivo: 301/2010  
Fundamento Legal:  
Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS ORIGINAIS E SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO DO VEICULO FORD CARGO MCJ8906 KM 217521 COM GARANTIA DE 6(SEIS) MESES, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 23/11/2010  
Data da Publicação no Diário Oficial: 23/11/2010  
Vigência: 23/11/2010 a 23/12/2010  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero:  
Numero do Empenho:  
Valor: 13.073,32 Forma de Pagamento:

### Resumo do Instrumento de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Novembro/2010  
Resumo do Instrumento de Contrato

Contratado: LUCILENE SOUZA CAMARGO SILVA ME  
CNPJ: 05.730.175/0001-78  
Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços  
Numero da Licitação: 0/0 Numero do Processo:  
Numero do Contrato ou Aditivo: 304/2010  
Fundamento Legal:  
Objeto: LOCAÇÃO DE PARQUE INFANTIL PARA O DIA 12/12/2010, ONDE ACONTECERÁ O CAMPEONATO DE ENCERRAMENTO DE ATIVIDADES DO PROJETO "CRIANÇA EM MOVIMENTO".

Data da Assinatura: 30/11/2010  
Data da Publicação no Diário Oficial: 30/11/2010  
Vigência: 30/11/2010 a 30/12/2010  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero:  
Numero do Empenho:

Valor: 4.500,00 Forma de Pagamento:

### Resumo do Instrumento de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Novembro/2010  
Resumo do Instrumento de Contrato

Contratado: DALLASIL FABRI DE ESQUADRIAS METALICAS LTDA EPP  
CNPJ: 02.402.629/0001-93  
Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv Engenharia  
Numero da Licitação: 116/2010 Numero do Processo: 116/2010  
Numero do Contrato ou Aditivo: 305/2010  
Fundamento Legal:  
Objeto: REFORMA DA COBERTURA INTERNA E EXTERNAMENTE COM MANTA ASFALTICA E REFORÇOS ESTRUTURAIS NO GINÁSIO DE ESPORTES ONOFRE SANTO AGOSTINI, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

Data da Assinatura: 30/11/2010  
Data da Publicação no Diário Oficial: 30/11/2010  
Vigência: 30/11/2010 a 15/01/2011  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero:  
Numero do Empenho:  
Valor: 64.517,70 Forma de Pagamento: CFE MEDIÇÃO E NOTA FISCAL

### Resumo do Instrumento de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Novembro/2010  
Resumo do Instrumento de Contrato

Contratado: DA CAZ AUTO PEÇAS LTDA  
CNPJ: 85.349.579/0001-55  
Modalidade: Convite p/ Compras e Serviços  
Numero da Licitação: 128/2010 Numero do Processo: 128/2010  
Numero do Contrato ou Aditivo: 306/2010  
Fundamento Legal:  
Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS COM GARANTIA MÍNIMA DE 6 MESES PARA MANUTENÇÃO DA RETROESCAVADEIRA MF86-HD4 ANO 1990 HORA 1086, MOTOR PERKINS 4 CILINDROS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 30/11/2010  
Data da Publicação no Diário Oficial: 30/11/2010  
Vigência: 30/11/2010 a 30/12/2010  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero:  
Numero do Empenho:  
Valor: 7.404,16 Forma de Pagamento:

### Resumo do Instrumento de Termo Aditivo

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNREBOM DE CURITIBANOS  
CNPJ: 00.883.387/0001-71  
Rua Altino Gonçalves de Farias, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Novembro/2010  
Resumo do Instrumento de Termo Aditivo

Contratado: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA  
CNPJ: 81.706.251/0002-98  
Modalidade: Convite p/ Compras e Serviços  
Número da Licitação: 9/2010 Número do Processo: 9/2010  
Número do Contrato ou Aditivo: 25/2010  
Fundamento Legal:  
Objeto: ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO ATÉ DIA 23/11/2010 REFERENTE À AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, SERVIÇO E MATERIAIS PARA ATENDIMENTO PRÉ HOSPITALAR, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

Data da Assinatura: 03/11/2010  
Data da Publicação no Diário Oficial: 03/11/2010  
Vigência: 03/11/2010 a 23/12/2010  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Número:  
Gestão/Número:  
Número do Empenho:  
Valor: Forma de Pagamento:

#### Resumo do Instrumento de Termo Aditivo

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNREBOM DE CURITIBANOS  
CNPJ: 00.883.387/0001-71  
Rua Altino Gonçalves de Farias, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Novembro/2010  
Resumo do Instrumento de Termo Aditivo

Contratado: SC COPIAS LTDA ME  
CNPJ: 03.367.127/0002-12  
Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços  
Número da Licitação: 0/0 Número do Processo:  
Número do Contrato ou Aditivo: 28/2010  
Fundamento Legal:  
Objeto: ADITIVO DE VALOR DE MAIS R\$ 40,95 REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DIGITALIZAÇÃO DE 6.494 DOCUMENTOS REFERENTE AO ANO DE 2009.

Data da Assinatura: 23/11/2010  
Data da Publicação no Diário Oficial: 23/11/2010  
Vigência: 23/11/2010 a 31/12/2010  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Número:  
Gestão/Número:  
Número do Empenho:  
Valor: 40,95 Forma de Pagamento: APOS PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E NOTA FISCAL

#### Resumo do Instrumento de Termo Aditivo

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNREBOM DE CURITIBANOS  
CNPJ: 00.883.387/0001-71  
Rua Altino Gonçalves de Farias, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Novembro/2010  
Resumo do Instrumento de Termo Aditivo

Contratado: AUTO ELETRICA RAFAELI LTDA  
CNPJ: 83.235.234/0002-45  
Modalidade: Convite p/ Compras e Serviços  
Número da Licitação: 5/2010 Número do Processo: 5/2010  
Número do Contrato ou Aditivo: 99/2010  
Fundamento Legal:  
Objeto: ADITIVO DE VALOR DE MAIS R\$ 300,00 REFERENTE A SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO EM VIATURAS

DO 2º BATALHÃO DE BOMBEIRO MILITAR.

Data da Assinatura: 12/11/2010  
Data da Publicação no Diário Oficial: 12/11/2010  
Vigência: 12/11/2010 a 31/12/2010  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Número:  
Gestão/Número:  
Número do Empenho:  
Valor: 300,00 Forma de Pagamento: CFE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E NOTA FISCAL

#### Resumo do Instrumento de Termo Aditivo

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Novembro /2010  
Resumo do Instrumento de Termo Aditivo

Contratado: ALUIR NOVAKOSKI DE PAULA  
CNPJ: 10.514.195/0001-41  
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
Número da Licitação: 2/2009 Número do Processo: 2/2009  
Número do Contrato ou Aditivo: 203/2010  
Fundamento Legal:  
Objeto: ADITIVO DE VALOR DE MAIS R\$ 79,04 REFERENTE À LINHA 26 - FAZENDA DO BUTIÁ - D. ITALIA, DE MAIS 32 KM, AO PERÍODO DE 10/11/2010 A 17/12/2010, 32 DIAS, O ADITAMENTO REFERE-SE À ADEQUAÇÃO DA LINHA À MEDIÇÃO REALIZADA.

Data da Assinatura: 10/11/2010  
Data da Publicação no Diário Oficial: 10/11/2010  
Vigência: 10/11/2010 a 17/12/2011  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Número:  
Gestão/Número:  
Número do Empenho:  
Valor: 79,04 Forma de Pagamento: CFE KM RODADOS E NOTA FISCAL

#### Resumo do Instrumento de Termo Aditivo

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Novembro /2010  
Resumo do Instrumento de Termo Aditivo

Contratado: MARCO ANTONIO DA SILVA TRANSPORTE ESCOLAR  
CNPJ: 11.305.920/0001-34  
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
Número da Licitação: 2/2009 Número do Processo: 2/2009  
Número do Contrato ou Aditivo: 206/2010  
Fundamento Legal:  
Objeto: ADITIVO DE VALOR DE MAIS R\$ 424,00 REFERENTE À LINHA 2 - CABANAIS DO MEIO II, DE MAIS 160 KM, AO PERÍODO DE 10/11/2010 A 17/12/2010, 32 DIAS, O ADITAMENTO REFERE-SE À ADEQUAÇÃO DA LINHA À MEDIÇÃO REALIZADA.

Data da Assinatura: 10/11/2010  
Data da Publicação no Diário Oficial: 10/11/2010  
Vigência: 10/11/2010 a 17/12/2011  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Número:  
Gestão/Número:  
Número do Empenho:

Valor: 79,04 Forma de Pagamento: CFE KM RODADOS E NOTA FISCAL

**Resumo do Instrumento de Termo Aditivo**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Novembro /2010

Resumo do Instrumento de Termo Aditivo

Contratado: TRANSMACIEL LTDA ME

CNPJF: 10.525.755/0001-63

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 2/2009 Número do Processo: 2/2009

Número do Contrato ou Aditivo: 204/2010

Fundamento Legal:

Objeto: ADITIVO DE VALOR DE MAIS R\$ 188,80 REFERENTE A LINHA 15 - FAZENDA DA CADEIA, AO PERÍODO DE 10/11/2010 A 17/12/2010, 32 DIAS, O ADITAMENTO REFERE-SE A ASEQUAÇÃO DA LINHA A MEDIÇÃO REALIZADA.

Data da Assinatura: 10/11/2010

Data da Publicação no Diário Oficial: 10/11/2010

Vigência: 10/11/2010 a 17/12/2011

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número:

Gestão/Número:

Número do Empenho:

Valor: 188,80 Forma de Pagamento: CFE KM RODADOS E NOTA FISCAL

**Resumo do Instrumento de Termo Aditivo**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Novembro /2010

Resumo do Instrumento de Termo Aditivo

Contratado: ADRIANO ALVES TRANSPORTE ME

CNPJF: 11.369.896/0001-05

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 2/2009 Número do Processo: 2/2009

Número do Contrato ou Aditivo: 205/2010

Fundamento Legal:

Objeto: ADITIVO DE VALOR DE MAIS R\$ 102,08 REFERENTE A LINHA 14 - CARTÃO SBTAVATTI, DE MAIS 32KM, AO PERÍODO DE 10/11/2010 A 17/12/2010, 32 DIAS, O ADITAMENTO REFERE-SE A ASEQUAÇÃO DA LINHA A MEDIÇÃO REALIZADA.

Data da Assinatura: 10/11/2010

Data da Publicação no Diário Oficial: 10/11/2010

Vigência: 10/11/2010 a 17/12/2011

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número:

Gestão/Número:

Número do Empenho:

Valor: 102,08 Forma de Pagamento: CFE KM RODADOS E NOTA FISCAL

**Resumo do Instrumento de Termo Aditivo**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Novembro /2010

Resumo do Instrumento de Termo Aditivo

Contratado: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO CONTESTADO - UNC/MAFRA

CNPJF: 83.395.912/0001-28

Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços

Número da Licitação: 65/2010 Número do Processo: 65/2010

Número do Contrato ou Aditivo: 209/2010

Fundamento Legal:

Objeto: ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO ATÉ DIA 30/11/2010 REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CAPACITAÇÃO PARA UNIDADE MOVEL COM 5 PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO COM O OBJETIVO DE CAPACITA-LOS A TRABALHAR NA UNIDADE MOVEL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, O CURSO ACONTECERÁ ENTRE OS DIAS 18 DE OUTUBRO A 09 DE NOVEMBRO DE 2010, NA FORMA DO ARTIGO 25 INCISO II DA LEI Nº 8.666/93.

Data da Assinatura: 12/11/2010

Data da Publicação no Diário Oficial: 12/11/2010

Vigência: 30/11/2010 a 30/11/2010

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número:

Gestão/Número:

Número do Empenho:

Valor: Forma de Pagamento:

**Resumo do Instrumento de Termo Aditivo**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Novembro /2010

Resumo do Instrumento de Termo Aditivo

Contratado: PRUMO ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA

CNPJF: 07.895.117/0001-20

Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv Engenharia

Número da Licitação: 52/2010 Número do Processo: 52/2010

Número do Contrato ou Aditivo: 221/2010

Fundamento Legal:

Objeto: ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO ATÉ DIA 31/12/2010 REFERENTE A CONSTRUÇÃO DE CALÇADAS TIPO PAVIMENTAÇÃO CO M LADRILHO HIDRAULICO E LAJOTA TATIL COM ÁREA DE 736M² NO NÚCLEO MUNICIPAL ROTARY; 751M² NO NÚCLEO MUNICIPAL TEREZA LEMOS PRETO; 182M² NO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL SANTA RITA ; 328 M², NO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL ALFREDO LEMZER; 210M² NO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL NORMA BERNECK.

Data da Assinatura: 22/11/2010

Data da Publicação no Diário Oficial: 22/11/2010

Vigência: 22/11/2010 a 31/12/2010

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número:

Gestão/Número:

Número do Empenho:

Valor: Forma de Pagamento:

**Resumo do Instrumento de Termo Aditivo**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Novembro /2010



**Resumo do Instrumento de Termo Aditivo**

Contratado: INFOEL SISTEMAS DE INFORMATICA LTDA ME  
CNPJ: 03.596.850/0001-92

Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços

Numero da Licitação: 0/0 Numero do Processo:

Numero do Contrato ou Aditivo: 230/2010

Fundamento Legal:

Objeto: ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO ATE DIA 08/12/2010 REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DISPONIBILIZAÇÃO DE SITE E BANCO DE DADOS PARA INSCRIÇÃO DO PROCESSO SELETIVO ACT'S 2010 DE NUCLEOS MUNICIPAIS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, JUNTO AO PORTAL DO MUNICIPIO.

Data da Assinatura: 30/11/2010

Data da Publicação no Diário Oficial: 30/11/2010

Vigência: 30/11/2010 a 08/12/2010

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor: Forma de Pagamento:

**Resumo do Instrumento de Termo Aditivo**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Novembro /2010

Resumo do Instrumento de Termo Aditivo

Contratado: DACRUZ PRODUTOS AGRICOLAS LTDA

CNPJ: 01.036.395/0001-45

Modalidade: Convite p/ Compras e Serviços

Numero da Licitação: 17/2010 Numero do Processo: 17/2010

Numero do Contrato ou Aditivo: 231/2010

Fundamento Legal:

Objeto: ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO ATE DIA 31/01/2011 REFERENTE A AQUISIÇÃO DE BOTIÕES DE GAS E CARGAS DE GAS PARA MANUTENÇÃO DOS CEI E NUCLEOS MUNICIPAIS.

Data da Assinatura: 30/11/2010

Data da Publicação no Diário Oficial: 30/11/2010

Vigência: 30/11/2010 a 31/01/2011

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor: Forma de Pagamento:

**Resumo do Instrumento de Termo Aditivo**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Novembro /2010

Resumo do Instrumento de Termo Aditivo

Contratado: PRUMO ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA

CNPJ: 07.895.117/0001-20

Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv Engenharia

Numero da Licitação: 57/2010 Numero do Processo: 57/2010

Numero do Contrato ou Aditivo: 232/2010

Fundamento Legal:

Objeto: ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO ATE DIA

31/01/2011 REFERENTE A ITEM 1 - CONSTRUÇÃO DA COBERTURA DA QUADRA DO NUCLEO MUNICIPAL ALIRIO DE ALMEIDA COM AREA DE 800M²; ITEM 2 - CONSTRUÇÃO DA COBERTURA DA QUADRA DO NUCLEO MUNICIPAL GETULIO VARGAS COM AREA DE 800M².

Data da Assinatura: 30/11/2010

Data da Publicação no Diário Oficial: 30/11/2010

Vigência: 30/11/2010 a 31/01/2011

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor: Forma de Pagamento:

**Resumo do Instrumento de Termo Aditivo**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Novembro/2010

Resumo do Instrumento de Termo Aditivo

Contratado: DINAMICA COM SUPR PARA INFORMATICA LTDA ME

CNPJ: 07.072.908/0001-50

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Numero da Licitação: 29/2010 Numero do Processo: 29/2010

Numero do Contrato ou Aditivo: 283/2010

Fundamento Legal:

Objeto: ADITIVO DE VALOR DE MAIS R\$ 41,25 REFERENTE A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA MANUTENÇÃO DOS SETORES E SECRETARIAS: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE OBRAS, GABINETE DO PREFEITO, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, INDUSTRIA E COMERCIO, DELEGACIA REGIONAL, 8ª GUARNIÇÃO DA POLICIA MILITAR.

Data da Assinatura: 08/11/2010

Data da Publicação no Diário Oficial: 08/11/2010

Vigência: 08/11/2010 a 31/12/2010

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor: 41,25 Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL

**Resumo do Instrumento de Termo Aditivo**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Novembro/2010

Resumo do Instrumento de Termo Aditivo

Contratado: TUCANO OBRAS E SERVIÇOS LTDA

CNPJ: 72.332.778/0001-09

Modalidade: Concorrência p/ Compras e Serviços

Numero da Licitação: 69/2008 Numero do Processo: 69/2008

Numero do Contrato ou Aditivo: 286/2010

Fundamento Legal:

Objeto: ADITIVO DE MAIS 585,14 TONELADAS DE RESIDUOS SOLIDOS DOMICILIARES E COMPACTAVEIS GERADOS DENTRO DOS LIMITES DO PERIMETRO URBANO DE CURITIBANOS, BEM COMO SEU DEPOSITO NO ATERRO SANITARIO DESTE MUNICIPIO.

Data da Assinatura: 16/11/2010

Data da Publicação no Diário Oficial: 16/11/2010



Vigência: 16/11/2010 a 31/12/2010  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero:  
Numero do Empenho:  
Valor: 45.640,92 Forma de Pagamento: MENSAL POR TONELADA

#### Resumo do Instrumento de Termo Aditivo

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Novembro/2010  
Resumo do Instrumento de Termo Aditivo

Contratado: VIGA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA  
CNPJ: 09.223.659/0001-81  
Modalidade: Tomada de Preços p/ Compras e Serviços  
Numero da Licitação: 25/2010 Numero do Processo: 25/2010  
Numero do Contrato ou Aditivo: 298/2010  
Fundamento Legal:  
Objeto: ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO ATE DIA 13/12/2010

Data da Assinatura: 16/11/2010  
Data da Publicação no Diário Oficial: 16/11/2010  
Vigência: 16/11/2010 a 31/12/2010  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero:  
Numero do Empenho:  
Valor: Forma de Pagamento:

#### Resumo do Instrumento de Termo Aditivo

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Novembro/2010  
Resumo do Instrumento de Termo Aditivo

Contratado: ACACIA LTDA ME  
CNPJ: 12.672.329/0001-88  
Modalidade: Convite p/ Compras e Serviços  
Numero da Licitação: 120/2010 Numero do Processo: 120/2010  
Numero do Contrato ou Aditivo: 300/2010  
Fundamento Legal:  
Objeto: ADITIVO DE REDUÇÃO NO VALOR DE R\$ 3.324,00 REFERENTE A TRAVESSIA CONSTELAÇÃO, CONSIDERANDO A REDUÇÃO NO TAMANHO DA TRAVESSIA QUE ERA DE 1,08X5,26 (A X L) E PASSOU A SER DE 0,95X4,00 (A X L) CONFORME MEMORANDO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE 23.11.2010, NA FORMA DO ART. 65 INCISO I ALÍNEA "A" DA LEI Nº 8.666/93, SENDO QUE O VALOR A SER PAGO A UNIDADE É DE R\$ 408,30, TOTALIZANDO R\$ 12.249,00.

Data da Assinatura: 23/11/2010  
Data da Publicação no Diário Oficial: 23/11/2010  
Vigência: 23/11/2010 a 31/12/2010  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero:  
Numero do Empenho:  
Valor: Forma de Pagamento:

#### Resumo do Instrumento de Termo Aditivo

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Novembro/2010  
Resumo do Instrumento de Termo Aditivo

Contratado: BAYER E CIA LTDA  
CNPJ: 83.453.290/0001-56  
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
Numero da Licitação: 118/2010 Numero do Processo: 118/2010  
Numero do Contrato ou Aditivo: 303/2010  
Fundamento Legal:  
Objeto: ADITIVO DE VALOR DE MAIS R\$ 100,00 REFERENTE A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DEVIDAMENTE INSTALADOS E CONFECCIONADOS PARA A CANCHA MUNICIPAL DE BOLÃO ROMEO KOCCHANN, SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER, ALMOXARIFADO DO GINÁSIO DE ESPORTES ONOFRE SANTO AGOSTINI E Vestiários do Estádio Municipal Wilmar Ortigari.

Data da Assinatura: 29/11/2010  
Data da Publicação no Diário Oficial: 29/11/2010  
Vigência: 29/11/2010 a 31/12/2010  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero:  
Numero do Empenho:  
Valor: 100,00 Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL

**Ermo**

#### PREFEITURA MUNICIPAL

#### Decreto N.º 092, de 14 de dezembro de 2010.

DECRETO N.º 092, de 14 de dezembro de 2010.  
Suplementa Dotação Orçamentária e dá outras providências.

MARCOS LEONE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 4, inciso I da Lei nº 252/09 de 15/12/2009 (Lei Orçamentária Anual);

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementada a dotação orçamentária do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde de Ermo no valor de R\$ 59.000,00 (Cinquenta e nove mil reais), a saber:

09.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
10.301.0037.2.051 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde e PSF  
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0002.0 (1) Aplicações Diretas R\$ 55.000,00  
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0064.0 81) Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

Art. 2º. A suplementação de que trata o Art.1º, correrá por conta do excesso de arrecadação de recursos recebidos da Fonte 2 (recursos próprios) e fonte 64 (recursos ACS).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 14 de dezembro de 2010.

MARCOS LEONE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CÁSSIO ANDREI FONTANA SIMÃO  
Secretário de Administração e Finanças

### **Decreto N.º 093, de 14 de dezembro de 2010.**

DECRETO N.º 093, de 14 de dezembro de 2010.  
Suplementa Dotações Orçamentárias e dá outras providências.

MARCOS LEONE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 4, inciso I da Lei nº 252/09 de 15/12/2009 (Lei Orçamentária Anual);

#### **DECRETA:**

Art. 1º. Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal de Ermo no valor de R\$ 91.000,00 (Noventa e um mil reais), a saber:

03.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINAÇAS  
04.122.0020.2.003 - Manutenção da Secretaria de Administração e Finaças  
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0080.0 (38) Aplicações Diretas R\$ 25.000,00  
05.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO  
12.361.0035.2.008 - Manutenção do Ensino Fundamental  
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0018.0 (56) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00  
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0019.0 (57) Aplicações Diretas R\$ 20.000,00  
27.812.0028.2.011 - Manutenção do Esporte Amador  
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0080.0 (7) Aplicações Diretas R\$ 3.000,00  
06.01 - SECR DE OBRAS, VIAÇÃO, TRANSP E SERVIÇOS URBANOS  
26.782.0033.2.021 - Manut da Sec de Obras, Viação, Transp e Serv Urbanos  
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0080.0 (20) Aplicações Diretas R\$ 33.000,00

Art. 2º. A suplementação de que trata o Art.1º, correrá à conta do Excesso de arrecadação de recursos assim discriminados:  
Recurso 80.0 (Recursos Proprios) R\$ 61.000,00  
Recurso 18.0 ( Fundeb) R\$ 10.000,00  
Recurso 19.0 ( Fundeb) R\$ 20.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 14 de dezembro de 2010.  
MARCOS LEONE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CÁSSIO ANDREI FONTANA SIMÃO  
Secretário de Administração e Finanças

### **Decreto N.º. 094, de 22 de dezembro de 2010.**

DECRETO N.º. 094, de 22 de dezembro de 2010.  
Determina Ponto Facultativo nas Repartições Públicas Municipais e dá outras providências.

MARCOS LEONE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o

disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a legislação vigente;

#### **DECRETA:**

Art. 1º Ponto facultativo nas repartições públicas municipais no dia 24 de dezembro de 2010 (sexta-feira) em virtude das comemorações de Natal.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 22 de dezembro de 2010.  
MARCOS LEONE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CÁSSIO ANDREI FONTANA SIMÃO  
Secretario de Administração e Finanças Interino

## **Forquilha**

### **PREFEITURA MUNICIPAL**

### **Lei Nº 1.614, de 20 de Dezembro de 2010.**

LEI Nº 1.614, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010.  
DÁ NOVA REDAÇÃO A DISPOSITIVOS E A TABELA I DA LEI Nº 274, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1993 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA,  
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Ficam alterados os incisos I a III do artigo 37, da Lei nº. 274, de 21 de dezembro de 1993, passando a vigorar com a seguinte redação:

"I - Nas infrações leves, de 1 a 1500 UFM;  
II - Nas infrações graves, de 1501 a 3000 UFM;  
III - Nas infrações gravíssimas, de 3001 a 5000 UFM."

Art. 2º Fica alterada a Tabela I da Lei nº. 274, de 21 de dezembro de 1993, que versa sobre os Atos de Vigilância Sanitária, passando a vigorar com a seguinte redação:

"TABELA I  
ATOS DA SAÚDE PÚBLICA  
ATOS DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA

#### **INDÚSTRIA DE ALIMENTOS:**

MAIOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	UFM
Conservas de produtos de origem vegetal	113,00
Doces/produtos de confeitaria (c/creme)	113,00
Massas frescas	113,00
Panificação (fab. / distr.)	113,00
Produtos alimentícios infantis	113,00
Produtos congelados	113,00
Produtos dietéticos	113,00
Refeições industriais	113,00
Sorvetes similares	113,00
Congêneres	113,00

MENOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	UFM
Aditivos	91,00
Água mineral	91,00
Amido e derivados	91,00
Bebidas analcolicas, sucos e outros	91,00
Biscoitos e bolachas	91,00
Cacau, chocolates e sucedâneos	91,00
Cerealista, depósito e beneficiamento de grãos	91,00
Condimentos molhos e especiarias	91,00
Confeitos, caramelos, bombons e similares	91,00
Desidratadora de frutas (uva-passa, banana, maçã, etc)	91,00
Farinhas (moinhos) e similares	91,00
Gelatinas, pudins pós para sobremesas e sorvetes	91,00
Gelo	91,00
Gorduras, óleos, azeites, cremes (fab. / ref. / envasadoras)	91,00
Marmeladas, doces e xaropes	91,00
Massas secas	91,00
Refinadora e envasadora de açúcar	91,00
Refinadora e envasadora de sal	91,00
Salgadinhos / batata frita (empacotado)	91,00
Salgadinhos e frituras	91,00
Suplementos alimentares enriquecidos	91,00
Tempero à base de sal	91,00
Torrefadora de café	91,00
Congêneres	91,00

## LOCAL DE ELABORAÇÃO E/OU VENDA ALIMENTOS:

MAIOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	UFM
Açougue	69,00
Assadora de aves e outros tipos de carnes	23,00
Cantina escolar	23,00
Casa de carnes	23,00
Casa de frios (laticínios e embutidos)	23,00
Casa de sucos / caldo de cana e similares	23,00
Comércio atacadista de alimentos	69,00
Confeitaria	69,00
Cozinha de escolas	23,00
Cozinha clube / hotel / motel / creche / boate / pensão / similares	46,00
Cozinha de lactários / hospitais / maternidades / casas de saúde	23,00
Feira livre (comércio de carnes e derivados, leite e derivados, pescados, produtos de confeitaria, ovos, outros)	23,00
Lanchonete / café colonial e petiscarias	46,00
Mercados / Super / Mini (Somatório das Atividades)	46,00
Mercearia / armazém (única atividade)	23,00
Padaria / panificadora	46,00
Pastelaria	23,00
Peixaria (pescados e frutos do mar)	46,00
Pizzaria	46,00
Produtos congelados	69,00
Restaurante / buffet / churrascaria	69,00
Rotisserie	46,00
Serv-carro / drive-in/ quiosque / trailer e similares	23,00
Sorveteria e /ou posto de vendas	23,00
Depósito de alimentos	69,00
Transportador e / ou transportadora de alimentos (por veículo)	23,00
Venda ambulante (cachorro-quente, crepe, sanduíche, churros, outros)	23,00
Congêneres	23,00

Estabelecimentos com mais de uma das atividades acima mencionadas, o valor da taxa será a soma, em UFM das atividades exercidas.

MENOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	UFM
Bar / boate / uisqueria	23,00
Bomboniere	23,00
Café	23,00
Depósito de bebidas	23,00
Depósito de frutas e verduras	23,00
Depósito de alimentos	23,00
Envasadora de chás / cafés / condimentos / especiarias	23,00
Feira livre (comércio de frutas, legumes)	23,00
Quitanda , frutas e verduras	23,00
Venda ambulante (comércio de pipoca, milho verde, algodão-doce, outros)	23,00
Comércio atacadista de alimentos	46,00
Transportador e / ou transportadora de alimentos (por veículo)	23,00
Congêneres	23,00

## INDÚSTRIA DE PRODUTOS DE INTERESSE DA SAÚDE:

MAIOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	UFM
Produtos tóxicos e ou faz uso	92,00
Cosméticos, perfumes e produtos de higiene pessoal	92,00
Insumos farmacêuticos	92,00
Produtos farmacêuticos (medicamentos em geral e ou correlatos estéreis)	92,00
Produtos biológicos	92,00
Produtos de consumo laboratorial de análises clínicas	92,00
Produtos de consumo médicos / hospitalar	92,00
Produtos de consumo odontológico	92,00
Material implantável	92,00
Saneantes domissanitários	92,00
Produtos de consumo radiológico	92,00
Educação física, embelezamento ou correção estética (órteses)	92,00
Congêneres	92,00

MENOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	UFM
Embalagens	69,00
Equipamentos ou aparelhos ou instrumentos laboratoriais	69,00
Equipamentos ou aparelhos ou instrumentos médico / hospitalares	69,00
Equipamentos ou aparelhos ou instrumentos odontológicos	69,00
Produtos veterinários	69,00
Artefatos de cimento de esgotamento sanitário	69,00
Equipamentos ou aparelhos ou instrumentos radiológicos	69,00
Congêneres	69,00

## COMÉRCIO DE PRODUTOS DE INTERESSE A SAÚDE:

MAIOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	UFM
Comércio de produtos tóxicos	92,00
Distribuidora de medicamentos	69,00
Comércio de produtos laboratorial de análises clínicas	69,00
Comércio de produtos de consumo médico / hospitalar	69,00
Comércio de produtos de consumo odontológico	69,00
Comércio de produtos veterinários	69,00
Comércio de produtos saneantes domissanitários	69,00
Comércio de produtos químicos ( tintas, solventes, vernizes, outros)	69,00
Distribuidora de produtos tóxicos	69,00
Transportadora de produtos tóxicos (por veículo)	69,00
Transportadora de medicamentos (por veículo)	69,00
Distribuidora de produtos de consumo laboratorial de análises clínicas	69,00
Transportadora de produtos de consumo laboratorial de análises clínicas (por veículo)	69,00
Distribuidora de produtos de consumo médico/ hospitalar	69,00

Transportadora de produtos de consumo médico / hospitalar (por veículo)	69,00
Distribuidora de produtos de consumo odontológico	69,00
Transportadora de produtos de consumo odontológico (por veículo)	69,00
Comércio de produtos de consumo radiológico	69,00
Distribuidora de produtos de consumo radiológicos	69,00
Transportadora de produtos de consumo radiológicos (por veículo)	69,00
Distribuidora de produtos veterinários	69,00
Transportadora de produtos veterinários (por veículo)	69,00

<b>MENOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO</b>	<b>UFM</b>
Comércio de produtos destinados à alimentação animal	23,00
Distribuidora de produtos destinados à alimentação animal	23,00
Embalagens	69,00
Comércio de equipamentos ou aparelhos ou instrumentos agrícolas ou ferragens	46,00
Comércio de equipamentos ou aparelhos ou instrumentos de uso laboratorial	46,00
Comércio de equipamentos ou aparelhos ou instrumentos de uso médico / hospitalar	46,00
Comércio de equipamentos ou aparelhos ou instrumentos de uso odontológico	46,00
Comércio de equipamentos ou aparelhos ou instrumentos destinados à educação física, embelezamentos ou correção estética	46,00
Comércio de sementes ou mudas	46,00
Transportadora de produtos destinados à alimentação animal (por veículo)	46,00
Distribuidora de equipamentos ou aparelhos ou instrumentos destinados à educação física, embelezamento ou correção estética	46,00
Transportadora de equipamentos ou aparelhos ou instrumentos destinados à educação física, embelezamento ou correção estética (por veículo)	46,00
Distribuidora de embalagens	46,00
Transportadora de embalagens (por veículo)	46,00
Distribuidora de equipamentos ou aparelhos ou instrumentos de uso laboratorial	46,00
Distribuidora de equipamentos ou aparelhos ou instrumentos de uso laboratorial	46,00
Transportadora de equipamentos ou aparelhos ou instrumentos de uso laboratorial (por veículo)	46,00
Distribuidora de equipamentos ou aparelhos ou instrumentos de uso méd. / hospitalar	46,00
Transportadora de equipamentos ou aparelhos ou instrumentos de uso méd. / hospitalar (por veículo)	46,00
Distribuidora de equipamentos ou aparelhos ou instrumentos para uso em odontologia	46,00
Transportadora de equipamentos ou aparelhos ou instrumentos para uso em odontologia (por veículo)	46,00
Comércio de equipamentos ou aparelhos ou instrumentos para uso em radiologia	46,00
Distribuidora de equipamentos ou aparelhos ou instrumentos para uso em radiologia	46,00
Transportadora de equipamentos ou aparelhos ou instrumentos para uso em radiologia (por veículo)	46,00
Distribuidora de sementes ou mudas	46,00
Transportadora de sementes ou mudas (por veículo)	46,00
Agropecuária * (soma de todas as atividades desenvolvidas pelo respectivo estabelecimento)	46,00
Comércio de pequenos animais (aves, peixes e outros)	46,00
Gongêneres	46,00

**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE:**

<b>MAIOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO</b>	<b>UFM</b>
Ambulatório médico	69,00
Ambulatório odontológico	113,00
Ambulatório veterinário	23,00
Clínica médica	69,00
Clínica veterinária	23,00

<b>MENOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO</b>	<b>UFM</b>
Clínica de fisioterapia e ou habilitação	69,00
Clínica de psicoterapia / desintoxicação	69,00
Clínica de psicanálise	69,00
Clínica de odontologia	69,00
Clínica de tratamento e repouso	69,00
Clínica de ortopedia	69,00
Ultrassonografia	46,00
Clínica de fonoaudiologia	46,00
Consultório médico	46,00
Consultório nutricional	46,00
Consultório odontológico	46,00
Consultório de psicanálise / psicologia	46,00
Consultório veterinário	46,00
Estabelecimento de massagem	46,00
Laboratório ou oficina de prótese dentária	46,00
Laboratório de prótese auditiva	46,00
Laboratório de prótese ortopédica	46,00
Laboratório de ótica	46,00
Ótica	46,00
Consultório psico-pedagógico	46,00
Estabelecimentos saúde de propriedades da União, Estado e Município	Isento
Clínica psico-pedagógico	69,00
Congêneres	23,00

**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERESSE DA SAÚDE:**

<b>MAIOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO</b>	<b>UFM</b>
Asilo e similares	69,00
Desinsetizadora e / ou desratizadora	113,00
Escola de natação e similares	46,00
Estação hidromineral / termal / climatério	69,00
Estabelecimento de ensino, pré-escolar, maternal, pré-escolar creche, pré-escolar jardim de inf..	46,00
Estabelecimento ensino 1o, 2o, 3o graus e similares	46,00
Estabelecimento ensino (todos os graus) regime internato	46,00
Piscina coletiva	46,00
Radiologia industrial	92,00
Sauna	69,00
Zoológico	23,00
Estabelecimento de propriedade da união, estado e municípios	Isento
Centro de formação de condutores	46,00
Hotel infantil	46,00
Serviço de coleta, transporte e destino de resíduos	145,00
Serviço de limpeza e ou desinfecção de poços	145,00
Serviço de limpeza e ou desinfecção de caixas da água	145,00
Serviço de limpeza e conservação de ambientes	145,00
Serviço de capina química	145,00
Motel (hospedagem) (por cômodo)	23,00
Desentupidora de rede de esgotamento sanitário	92,00
Congêneres	46,00

<b>MENOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO</b>	<b>UFM</b>
Hotel de pequenos animais	23,00
Academia de ginástica / danças / artes marciais e similares	46,00



Agência bancária e similares	23,00
Barbearia	23,00
Camping	23,00
Cárcere / penitenciária e similares	Isento
Casa de espetáculos (discoteca / baile, similares)	23,00
Casa de diversões (jogos eletrônicos, boliches, similares)	23,00
Cemitério / necrotério / crematório	69,00
Cinema / auditório / teatro	23,00
Circo / rodeio / hípica / parque de diversões	23,00
Comércio geral (eletrodoméstico, calçado, tecido, disco, vest., etc.)	23,00
Dormitório (por cômodo)	5,00
Escritório em geral	23,00
Estação de tratamento de água para abastecimento público	23,00
Estação de tratamento de esgoto	46,00
Estética facial / maquiagem	23,00
Floricultura / plantas / mudas	23,00
Garagem / estabelecimento coberto	23,00
Hotel (hospedagem) (por cômodo)	10,00
Igrejas e similares	23,00
Lavanderia	23,00
Tabacaria	23,00
Oficina / consertos em geral	23,00
Orfanato / patronato	23,00
Parque natural / campo de turismo	23,00
Pensão (por cômodos)	5,00
Posto de combustível / lubrificantes	69,00
Quartel	Isento
Salão de beleza / manicuro / pedicuro / cabelereiro	23,00
Shopping (área comum) exceto estabelecimentos	23,00
Salão de beleza para pequenos animais	23,00
Pet shop	23,00
Serviço de lavagem de veículo	23,00
Colônia de férias	5,00
Estabelecimentos de propriedade da união, estado e município	Isento
congenêres	46,00

**ALVARÁ SANITÁRIO PARA HABITAÇÃO:**

ÁREA CONSTRUÍDA EM M²	UFM
Apartamento (prédio) (p/ m²)	0,23
Residência (casa) (p/ m²)	0,23
Ampliação (p/ m²)	0,23
Habitação popular até 40m²	0,16
Sala comercial (p/ m²)	0,16
Ginásio / estádio e similares (p/ m²)	0,16
Galpão / depósito e similares (p/ m²)	0,16
Garagem / estacionamento coberto (p/ m²)	0,16
Estabelecimento de saúde (p/ m²)	0,23
Estabelecimento de ensino (p/ m²)	0,23
Estabelecimento de ginástica / natação e lazer (p/ m²)	0,23
Maternal / creche / jardim infância (p/ m²)	0,23
Habitação coletiva – internato e similares (p/ m²)	0,23
Cemitérios e afins (p/ m²)	0,02
Hotel, motel, cabana (p/ m²)	0,23
Hotel infantil (p/ m²)	0,23
Congêneres (p/ m²)	0,23

Análise de projetos	UFM
Apartamento, residência e similares (p/m²)	0,05
Estabelecimento de ginástica, laser e similares (por m²)	0,05
Estabelecimento e locais de trabalho	0,05
Asilo	0,07

Cemitérios e afins	0,02
Congêneres acima	0,05

Serviços diversos	UFM
Segunda via de alvará sanitário	23,00
Vistoria a pedido do interessado de natureza simples	23,00
Vistoria a pedido do interessado de natureza complexa	46,00

Guias	UFM
Livre trânsito produto sujeito fiscalização Sanitária (p/ guia)	69,00

Licenças	UFM
Importação de produtos sujeitos fiscalização sanitária	69,00

Liberação de produtos de interesse da saúde	UFM
Liberação petit plaquet (por volume)	2,41
Liberação colix postaux (por volume)	2,41

Registros	UFM
Certidões	12,00
Baixa de alvará sanitário	5,00
Mudança de endereço (estabelecimento sujeito à fiscalização sanitária)	7,00
Cadastramento de empresas	7,00
Segunda via de laudo análise	2,00
Emissão de edital	7,00
Atestados de antecedentes	7,00
Certidão qualquer natureza	7,00
Diplomas e certidões	7,00
Certificado	6,00
Apostilamentos	5,00

Autenticação	UFM
Livros de farmácia/hospital Laboratório protético, ótica, creche e banco de órgãos sim (p/ folha)	2,00
Transferência de responsabilidade técnica baixa de livro (por livro)	2,00

Certidão de qualquer natureza	UFM
Laudo técnico	46,00
Comunicação vacância unidade residência/comercial e industrial (até 500m²)	46,00

Certificado / expediente	UFM
Certificado de regularidade sanitária	46,00
Requerimento diverso	8,00
Certificado de livre comercialização de produtos	46,00

<b>MULTAS</b>
1- Início das atividades sem alvará sanitário implicará em multa de 50% do valor da taxa atualizada.
2 - Revalidação de alvará sanitário fora do prazo, implicará nas sanções do art. 474 da Lei Municipal 494 de 17 de dezembro de 1.998."

Art. 3º Esta lei entra em vigor 1º de janeiro de 2011.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrario.

Forquilha/SC, 20 de dezembro de 2010.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em 20 de dezembro de 2010.

DIEGO PASSARELA

Secretário de Administração e Finanças



**Lei Nº 1.615, de 20 de Dezembro de 2010.**

LEI Nº 1.615, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010.

REAJUSTA A UNIDADE FISCAL MUNICIPAL - UFM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA,  
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica reajustada em 5,39% (cinco inteiros e trinta e nove centésimos por cento) a Unidade Fiscal Municipal - UFM, passando 1 (uma) UFM a valer em 1º de janeiro de 2011, o equivalente a R\$ 1,95 (um real e noventa e cinco centavos), que será utilizada como valor de correção dos tributos municipais.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 20 de dezembro de 2010.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em 20 de dezembro de 2010.

DIEGO PASSARELA

Secretário de Administração e Finanças

**Decreto Nº. 107, de 20 de Dezembro de 2010.**

DECRETO Nº. 107, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010.

DECRETA LUTO OFICIAL NO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o falecimento de FRIDOLINO STEINER ocorrido no dia 20 de dezembro do corrente ano;

CONSIDERANDO que Fridolino Steiner nasceu em 12 de dezembro de 1919, em Forquilha/SC, teve atuação decisiva na estruturação de Forquilha, ajudou na construção da primeira Casa das Irmãs do Colégio Sagrada Família, da Casa Paroquial, da Igreja, do São Paroquial, bem como, participou da União Colonial, Cooperativa de Eletrificação Rural - COOPERA, Ideal Esporte Clube, Frigorífico Sul Catarinense S/A - FRISULCA, entre outros;

CONSIDERANDO que em 23/04/2008, Fridolino Steiner recebeu o Título Honorífico de Cidadão Honorário de Forquilha;

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado luto oficial por 03 (três) dias, no Município de Forquilha, em homenagem a FRIDOLINO STEINER, devendo a bandeira do Município ser hasteada a meia verga, na sede do Paço Municipal e nas repartições municipais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura.

Forquilha/SC, 20 de dezembro de 2010.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 20 de dezembro de 2010.

DIEGO PASSARELA

Secretário de Governo

**Extrato de Contrato PMF Nº. 205/2010.**

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 205/2010.

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - LIZANDRA KALFELD ME - LS MÓVEIS

OBJETO - aquisição de móveis de apoio para uso no Espaço Educacional e C.E.I. Sonho Mágico, no Bairro Cidade Alta e Centro, por meio da Secretaria de Educação do Município de Forquilha/SC. VALOR - R\$ 34.740,00 (trinta e quatro mil setecentos e quarenta reais).

VIGÊNCIA - 395 (trezentos e noventa e cinco) dias

DOTAÇÃO - 0501.2013.4490 (61), 0501.2014.4490 (67), (68)

FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93 e Carta Convite nº. 119/PMF/2010.

DATA DA ASSINATURA - 16 de dezembro de 2010.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

**Fraiburgo****PREFEITURA MUNICIPAL****Decreto Nº 0381/2010**

DECRETO Nº 0381, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010.

HOMOLOGA RESULTADO DA CLASSIFICAÇÃO FINAL DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0005 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2010, DA AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO - SANEFRAI.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o resultado da classificação final do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0005, de 18 de novembro de 2010, conforme listas anexas.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Fraiburgo, SC, 22 de Dezembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

**Anexo Decreto nº 0381/2010 - Código 1**

Estado de Santa Catarina

Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - Saneafrai

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER  
TEMPORÁRIO – ACT Nº 0005 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2010****Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**Cargo: **Agente Operacional** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**Código: **1** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**Disciplina: **Agente Operacional***Crítérios de Desempate*

1º 2º 3º 4º 5º

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Habilit.	Soma de Pontos	Cursos Atualiz.	Tempo Serviço	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	3	ADRIANA APARECIDA DENARDI	1	6	0	0	2	NÃO	11/4/1988



Estado de Santa Catarina  
Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - Saneafrai

### Anexo Decreto nº 0381/2010 - Código 2

EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER  
TEMPORÁRIO – ACT Nº 0005 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2010

#### Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Calceteiro** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**  
Código: **2** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**  
Disciplina: **Calceteiro**

#### *CrITÉrios de Desempate*

1º 2º 3º 4º 5º

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Habilit.	Soma de Pontos	Prova Prática	Cursos Atualiz.	Tempo Serviço	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	2	JESUS DANILO ANTUNES LACORTT	1	46	42	0	4	0	NÃO	18/11/1952



Estado de Santa Catarina  
Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - Saneafrai

### Anexo Decreto nº 0381/2010 - Código 3

EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER  
TEMPORÁRIO – ACT Nº 0005 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2010

#### Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Tecnólogo em Saneamento** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **3** Área de Atuação: **Ensino Superior em Tecnologia de Saneamen**

Disciplina: **Tecnólogo em Saneamento**

#### *CrITÉrios de Desempate*

1º 2º 3º 4º 5º

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Habilit.	Soma de Pontos	Prova Prática	Cursos Atualiz.	Tempo Serviço	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	1	IVAN PADILHA DE GOES	1	49	43	2	3	0	NÃO	29/10/1979

**Portaria Nº 2651/2010**

PORTARIA N.º 2.651 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n. 019 de 21 de setembro de 2010 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de ENFERMEIRO, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, LICEIA RINALDI RAMOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 029.431.399-04, na função de ENFERMEIRO PSF, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 03 de janeiro de 2011 até 30 de dezembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2652/2010**

PORTARIA N.º 2.652, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010.

Dispõe sobre o afastamento por Aposentadoria por Tempo de Serviço de Professor

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais:

Considerando o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, no qual se compromete a não permitir que servidores aposentados, em decorrência do exercício de cargos públicos permaneçam trabalhando, salvo quando aprovados em novo concurso público e optarem por vencimentos do cargo atual, renunciando desta forma aos proventos da aposentadoria;

E considerando, a decisão exarada pelo Prefeito Municipal no Processo Administrativo n.º 3.224, de 02 de julho de 2010;

**RESOLVE:**

Art. 1º Afastar em 30 de dezembro de 2010, a servidora MARINEZ GHELLER, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 511.878.689-49, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR E ESPECIALISTA GRUPO OCUPACIONAL PÓS GRADUAÇÃO PG, com carga horária de 40 horas semanais, por Aposentadoria por Tempo de Serviço de Professor, com data de início fixada em 01 de março de 2010 e data da concessão em 15 de junho de 2010, Benefício nº 1435958710.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento.

**Portaria Nº 2653/2010**

PORTARIA N.º 2.653, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010.

Dispõe sobre o afastamento por Aposentadoria por Idade

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais:

Considerando o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, no qual se compromete a não permitir que servidores aposentados, em decorrência do exercício de cargos públicos permaneçam trabalhando, salvo quando aprovados em novo concurso público e optarem por vencimentos do cargo atual, renunciando desta forma aos proventos da aposentadoria;

E considerando, a decisão exarada pelo Prefeito Municipal no Processo Administrativo n.º 3.851, de 17 de setembro de 2010;

**RESOLVE:**

Art. 1º Afastar em 30 de dezembro de 2010, a servidora MARIA ANDRÉ BACK, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 076.672.139-68, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR GRUPO OCUPACIONAL MAGISTÉRIO, com carga horária de 40 horas semanais, por Aposentadoria por Idade, com data de início fixada em 25 de fevereiro de 2010 e data da concessão em 17 de abril de 2010, Benefício nº 1475435557.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento.

**Portaria Nº 2654/2010**

PORTARIA N.º 2.654, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010.

Dispõe sobre o afastamento por Aposentadoria por Tempo de Contribuição

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais:

Considerando o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, no qual se compromete a não permitir que servidores aposentados, em decorrência do exercício de cargos públicos permaneçam trabalhando, salvo quando aprovados em novo concurso público e optarem por vencimentos do cargo atual, renunciando desta forma aos proventos da aposentadoria;

E considerando, a decisão exarada pelo Prefeito Municipal no Processo Administrativo n.º 3.225, de 02 de julho de 2010;

**RESOLVE:**

Art. 1º Afastar em 30 de dezembro de 2010, o servidor ADALBERTO JOSE BILIBIO, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 485.109.989-49, nomeado no cargo de provimento efetivo de MOTORISTA, com carga horária de 40 horas semanais, por Aposentadoria por Tempo de Contribuição, com data de início fixada em 13 de abril de 2010 e data da concessão em 15 de junho de 2010, Benefício nº 1475437614.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.



Fraiburgo, 21 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNNAU  
Secretário de Administração e Planejamento.

#### **Portaria Nº 2655/2010**

PORTARIA N.º 2.655, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010.  
Dispõe sobre o afastamento por Aposentadoria por Tempo de Serviço de Professor

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais:

Considerando o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, no qual se compromete a não permitir que servidores aposentados, em decorrência do exercício de cargos públicos permaneçam trabalhando, salvo quando aprovados em novo concurso público e optarem por vencimentos do cargo atual, renunciando desta forma aos proventos da aposentadoria;  
E considerando, a decisão exarada pelo Prefeito Municipal no Processo Administrativo n.º 3.850, de 17 de setembro de 2010;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Afastar em 31 de dezembro de 2010, a servidora CLAUDETE GHELLER MATHIAS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 501.829.609-78, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR E ESPECIALISTA GRUPO OCUPACIONAL PG, com carga horária de 40 horas semanais, por Aposentadoria por Tempo de Serviço de Professor, com data de início fixada em 22 de abril de 2010 e data da concessão em 06 de junho de 2010, Benefício nº 1475437940.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de dezembro de 2010.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNNAU  
Secretário de Administração e Planejamento.

#### **Portaria Nº 2656/2010**

PORTARIA N.º 2.656 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n. 019 de 21 de setembro de 2010 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de ENFERMEIRO, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;  
Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, MARIANE FRUET, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 008.766.259-01, na função de ENFERMEIRO PSF, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 03 de janeiro de 2011 até 30 de dezembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de dezembro de 2010.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNNAU  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **Portaria Nº 2657/2010**

PORTARIA Nº 2.657, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010.  
Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar, a pedido, o servidor FERNANDO ANDRÉ MARQUES, brasileiro, casado, inscrito no C.P.F. sob o nº 813.997.159-68, nomeado no cargo de provimento em comissão de DIRETOR GERAL DE ESPORTES, com lotação na Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 21 de dezembro de 2010.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de dezembro de 2010.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNNAU  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **Portaria Nº 2658/2010**

PORTARIA Nº 2.658, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010.  
Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 004 de 13 de janeiro de 2010;

Considerando a necessidade de contratação temporária de MÉDICO, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde; Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato do servidor MARCEL CALIXTO MAINARDES, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 035.974.059-67, na função de MÉDICO, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2011 a 30 de janeiro de 2011, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de dezembro de 2010.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNNAU  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2659/2010**

PORTARIA Nº 2.659, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

## RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a pedido, a servidora DAIANE PAULA FERNEDA, brasileira, solteira, inscrita no C.P.F. sob o nº 078.197.459-32, nomeada no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, por 40 horas semanais, a partir de 31 de dezembro de 2010.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2660/2010**

PORTARIA Nº 2.660, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010.

Revoga Portaria de Exoneração

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

## RESOLVE:

Art. 1º. Revogar a portaria 2.606, de 14 de dezembro de 2010, que exonerou a servidora CRISTIANE APARECIDA ROSA BIERHALZ, brasileira, casada, inscrita no C.P.F. sob o nº 036.317.569-50, do cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2661/2010**

PORTARIA Nº 2.661, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

## RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a servidora CLEUNICE APARECIDA MARTINELLI, brasileira, solteira, inscrita no C.P.F. sob o nº 084.839.609-07, nomeada no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, por 40 horas semanais, a partir de 21 de dezembro de 2010.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2662/2010**

PORTARIA Nº 2.662 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n. 003 de 13 de janeiro de 2010 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de PROFESSOR - EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL - SALA INFORMATIZADA, para atender excepcional interesse público, na área da Educação; Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

## RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora SIRLENE SANTOS DOMINGUES, brasileira, convivente em união estável, inscrita no CPF sob o nº 024.234.869-60, no cargo de PROFESSOR - EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL - SALA INFORMATIZADA - HABILITAÇÃO 200, com carga horária de 40 horas semanais, pelo período de 18 de dezembro de 2010 até 03 de abril de 2011 .

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2663/2010**

PORTARIA Nº 2.663, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

## RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a pedido, a servidora CRISTIANE APARECIDA ROSA BIERHALZ, brasileira, casada, inscrita no C.P.F. sob o nº 036.317.569-50, nomeada no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, por 40 horas semanais, a partir de 21 de dezembro de 2010.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2664/2010**

PORTARIA N.º 2.664, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010.

Revoga portarias de redução de carga horária

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Revogar a portaria 0121SSBE, de 01 de novembro de 2004, que concedeu redução de carga horária e a portaria 1.413 de 15 de abril de 2010 que ratificou a redução de carga horária da servidora CLEIDIMAR COSTENARO BRANDES, brasileira, casada, inscrita no C.P.F. sob o nº 564.595.489-00, nomeada no cargo de provimento efetivo de MÉDICO, a partir de 01 de janeiro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2665/2010**

PORTARIA Nº 2.665, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº. 020, de 13 de novembro de 2009 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de MÉDICO - CLÍNICO GERAL - PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde; Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora RENATA MENDONÇA DE BARROS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº. 029.456.119-61, para desempenhar a função de MÉDICO - CLÍNICO GERAL - PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2011 a 14 de janeiro de 2011, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2666/2010**

PORTARIA N.º 2.666 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição

Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n. 025 de 17 de novembro de 2010 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de MÉDICO - CLÍNICO GERAL - PSF, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, YARA MARIA GOMES, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o n.º 671.661.569-53, na função de MÉDICO - CLÍNICO GERAL - PSF, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 03 de janeiro de 2011 até 30 de janeiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

**Aviso de Pregão Presencial Nº 0028/2010-SF**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0028/2010 - SF

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0013/2010

A Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI, torna público que realizará licitação na modalidade de Pregão Presencial, conforme segue: Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando aquisições futuras de produtos químicos para uso no tratamento de água da ETA (Estação de Tratamento de Água) e da ETE (Estação de Tratamento de Efluentes) deste município. Validade da Ata: Fevereiro de 2011 a Janeiro de 2012. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 09:15 horas do dia 14/01/2011. Abertura: Às 09:15 horas do mesmo dia. Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo(SC), 21 de dezembro de 2010.

ADEMIR PEDRO PERIN

Presidente da SANEFRAI

---

**CÂMARA DE VEREADORES**

---

**Decreto Legislativo Nº 16/2010**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 16/2010

HOMOLOGA TERMO DE CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO E A ASSOCIAÇÃO ATITUDE E VIDA DE FRAIBURGO - AAVE.

JOSÉ BUFFON, Presidente da Câmara Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º. Fica homologado o convênio entre o MUNICÍPIO DE FRAIBURGO e a ASSOCIAÇÃO ATITUDE E VIDA DE FRAIBURGO

- AAVE, firmado em 01.12.2010, para auxiliar na manutenção e no atendimento de alunos portadores de necessidades especiais, com a realização de vários tipos de atendimento e acompanhamento aos alunos e realização de atividades pedagógicas, que estimulem o desenvolvimento dos alunos, mediante repasse mensal de R\$ 1.700,00 (um mil e setecentos reais), em 12 (doze) parcelas, no período de 01/01/2011 a 31/12/2011, para contratação de profissionais capacitados para desenvolvimento das atividades da Associação.

Art. 2º. As despesas com a execução do convênio correrão por conta da dotação orçamentária específica da Prefeitura Municipal, nos seguintes elementos de despesa:

Órgão 11-00 - SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL

Unidade 11-01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Funcional 08.242.0025.2.054-Manutenção do Programa de Atenção a pessoas com necessidades especiais

Elemento 3.3.50.00 - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos

Art. 3º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 21 de dezembro de 2010.

JOSÉ BUFFON

Presidente

ADILSON JOSÉ DIAS

Administrador do Legislativo

### **Decreto Legislativo Nº 17/2010**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 17/2010

HOMOLOGA TERMO DE CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO E A ASSOCIAÇÃO ECOLÓGICA MIRIAN VIECELLI ZAGO.

JOSÉ BUFFON, Presidente da Câmara Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º. Fica homologado o convênio entre o MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, e a ASSOCIAÇÃO ECOLÓGICA MIRIAN VIECELLI ZAGO, firmado em 01/12/2010 para o atendimento de crianças portadoras de necessidades especiais, através de Equoterapia, oferecendo melhores condições de aprendizado, estimulando e melhorando o condicionamento físico e mental dos alunos, mediante repasse mensal, em 11 (onze) parcelas, no valor total de R\$ 18.300,00 (dezoito mil e trezentos reais), no período de 01/01/2011 a 31/12/2011.

Art. 2º. As despesas com a execução do convênio correrão por conta da dotação orçamentária específica da Prefeitura Municipal, nos seguintes elementos de despesa:

Órgão 11-00 SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL

Unidade 11-01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Funcional 08.242.0025.2.054 - Manutenção do Programa de Atenção a pessoas com necessidades especiais

Elemento 3.3.50.00 - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos

Art. 3º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 21 de dezembro de 2010.

JOSÉ BUFFON

Presidente

ADILSON JOSÉ DIAS

Administrador do Legislativo

### **Decreto Legislativo Nº 18/2010**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 18/2010

HOMOLOGA TERMO DE CONVÊNIO DE PARCERIA CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS "MARIA FREY" DE FRAIBURGO - APAE.

JOSÉ BUFFON, Presidente da Câmara Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º. Fica homologado o Convênio de Parceria entre o MUNICÍPIO DE FRAIBURGO e a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS "MARIA FREY" DE FRAIBURGO - APAE, firmado em 01.12.2010, visando auxiliar na manutenção da Escola Especial que atende alunos portadores de necessidades educacionais especiais, mediante a concessão no valor de R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais), em 12 (doze) parcelas mensais de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), no período de 01/01/2011 a 31/12/2011.

Art. 2º. As despesas com a execução do convênio correrão por conta da dotação orçamentária específica da Prefeitura Municipal, nos seguintes elementos de despesa:

Órgão 11-00 - SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL

Unidade 11-01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Funcional 08.242.0005.2.010 - Manutenção ao Programa de Apoio ao Portador de Deficiência

Elemento 3.3.50.00 - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos

Art. 3º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 21 de dezembro de 2010.

JOSÉ BUFFON

Presidente

ADILSON JOSÉ DIAS

Administrador do Legislativo

### **Decreto Legislativo Nº 19/2010**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 19/2010

FIXA O NÚMERO DE VEREADORES PARA ELEIÇÃO DE 2012.

JOSÉ BUFFON, Presidente da Câmara Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º. Fica fixado em 13 (treze) o número de Vereadores à Câmara Municipal de Fraiburgo, de conformidade com a letra "c", do inciso IV, do artigo 29 da Constituição Federal, com redação introduzida pela Emenda Constitucional nº 58, de 23 de setembro de 2009.

Art. 2º. O número de habitantes do Município de Fraiburgo, utilizado como base de cálculo do número de vereadores provém do CENSO 2010 do IBGE, publicado no Diário Oficial da União do dia 04/11/2010, na ordem de 34.491 (trinta e quatro mil, quatrocentos e noventa e um).

Art. 3º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



Sala das Sessões, 21 de dezembro de 2010.

JOSÉ BUFFON

Presidente

ADILSON JOSÉ DIAS

Administrador do Legislativo

## Garopaba

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### **Resolução CMEG Nº 11/2010**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

GESTÃO 2009/2011

RESOLUÇÃO CMEG Nº 11/2010

Autorização de funcionamento da

Escola Infantil MiniMundo.

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GAROPABA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no inciso IV - art.1º, inciso IV - art.2º, art.5º da Lei 1116 de 2006 e no inciso XII, do art. 15 do regimento Interno do Conselho Municipal de Educação homologado pelo decreto 003/2010, com base no Parecer CMEG 04/2010 e na deliberação da reunião do Conselho Municipal de educação de Garopaba de 08 de dezembro de 2010, RESOLVE:

Art. 1º - Esta resolução dispõe sobre a autorização de funcionamento da Escola de Educação Infantil Hilgemann Ltda. ME com nome fantasia de Escola de Educação Infantil Minimundo.

Art. 2º - Fica concedida autorização de funcionamento, em caráter provisório, da referida Escola, nos termos do Parecer 04/2010 pelo prazo de 6 (seis) meses a contar da publicação desta Resolução.

Par. 1º - O prazo de 6 (seis) meses é estabelecido para que a Escola atenda às recomendações estabelecidas no Parecer 04/2010, em especial o projeto de acessibilidade, o quadro de docentes, atualização do Projeto Pedagógico e do Regimento Escolar nos termos das Resoluções emanadas do Conselho municipal de educação de Garopaba..

Art. 3º - Esta resolução entre em vigência após a sua publicação no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Garopaba E NO MURAL DO Conselho Municipal de Educação de Garopaba.

JOÃO PACHECO DE SOUZA

Presidente

#### **Resolução CMEG Nº. 09/2010**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

GESTÃO 2009/2011

Resolução CMEG Nº. 09/2010

Cria Comissão Especial sobre Plano de Carreira

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GAROPABA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no inciso XV do art. 6º Lei 1347 de 2009, nos incisos IV e XI do artigo 15, nos artigo 22 e 26 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Educação homologado pelo decreto 003/2010 e a deliberação do Plenário RESOLVE:

Art. 1º - Criar Comissão Especial com a finalidade de analisar e emitir parecer sobre a lei que instituiu o plano de carreira para o magistério do município de Garopaba.

Art. 2º - A Comissão será constituída pelos Conselheiros João Pacheco de Souza, Rosilene Pacheco de Lima, Fernando Bitencourt

e Luciane Bernardo.

Art. 3º - A Comissão tem o prazo de 1 ( um ) ano contar do dia cinco ( 5 ) de maio de 2010 para apresentar relatório dos trabalhos.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigência na data de sua publicação.

JOÃO PACHECO DE SOUZA

Presidente

#### **Resolução CMEG Nº. 10/2010**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

GESTÃO 2009/2011

RESOLUÇÃO CMEG Nº. 10/2010

Fixa as Diretrizes para a matrícula no

Ensino Fundamental e Educação infantil

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GAROPABA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no inciso III, art.2º da Lei 1116 de 2006 e no inciso XI, do art. 15 do regimento Interno do Conselho Municipal de Educação homologado pelo decreto 003/2010, de e tendo em vista a Resolução 1/2010 CMEG e Resolução 02/2010 CMEG, Resolução nº. 6, de 20 de outubro de 2010 CNE/CEB e com fundamento no parecer 12/2010 CNE/CBE, RESOLVE:

Art. 1º - Os entes federados, as escolas e as famílias devem garantir o atendimento do direito público subjetivo das crianças com 6 (seis) anos de idade, matriculando-as e mantendo-as em escolas de Ensino Fundamental, nos termos da Lei nº. 11.274/2006.

Art. 2º - Para o ingresso na Pré-Escola, a criança deverá ter idade de 4 (quatro) anos completos até o dia 31 de março do ano que ocorrer a matrícula.

Art. 3º - Para o ingresso no primeiro ano do Ensino Fundamental, a criança deverá ter idade de 6 (seis) anos completos até o dia 31 de março do ano em que ocorrer a matrícula.

§ 1º As escolas de Ensino Fundamental e seus respectivos sistemas de ensino que matricularam crianças, para ingressarem no primeiro ano, e que completaram 6 (seis) anos de idade após o dia 31 de março, devem, em caráter excepcional, dar prosseguimento ao percurso educacional dessas crianças, adotando medidas especiais de acompanhamento e avaliação do seu desenvolvimento global.

§ 2º Os sistemas de ensino poderão, em caráter excepcional, no ano de 2011, dar prosseguimento para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos às crianças de 5 (cinco) anos de idade, independentemente do mês do seu aniversário de 6 (seis) anos, que no seu percurso educacional estiveram matriculadas e freqüentaram, comprovadamente, até o final de 2010, por 2 (dois) anos ou mais a Pré-Escola.

Art. 4º - As crianças que completarem 6 (seis) anos de idade após a data definida no artigo 3º deverão ser matriculadas na Pré-Escola.

Art. 5º - Esta resolução entre em vigência após a sua publicação no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Garopaba e no mural do Conselho Municipal de Educação de Garopaba.

JOÃO PACHECO DE SOUZA

Presidente

#### **Aviso de Dispensa de Licitação Nº 12/2010**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

AVISO DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Garopaba, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, torna público que, de



acordo com o Inciso III, artigo 25 da Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, contratou por INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Processo nº. 134/2010; IL nº. 12/2010; Contratada: Diane Kirtis Wiethorn - ME, CNPJ: 01.047.262/0001-74; Objeto: Contratação de apresentação artística para o show de reveillon 2010/2011 na praia central de Garopaba com as bandas "Art Popular", "Catuipe e Banda" e "Taz Fontana"; Valor: R\$ 51.000,00 (cinquenta e um mil reais); Data da Assinatura: 17/12/2010.

LUIZ CARLOS LUIZ  
Prefeito Municipal

#### **Aviso de Dispensa de Licitação Nº 43/2010**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA  
DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Garopaba, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, torna público que, de acordo com o inciso XXVI do artigo 24 da Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, contratou por DISPENSA DE LICITAÇÃO:

Processo nº. 137/2010; DL nº. 43/2010; Contratada: Consorcio de Informática na Gestão Publica Municipal (CIGA); Objeto: Prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de Garopaba no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), administrado pelo CIGA.; Valor: R\$ 4.704,00 (quatro mil setecentos e quatro reais); Data da contratação: 20/12/2010.

LUIZ CARLOS LUIZ  
Prefeito Municipal

#### **Aviso de Extrato de Termo Aditivo 01.Proc.100**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA  
EXTRATO DE CONTRATO

1º Termo Aditivo; Ata de Registro de Preço nº. 30/2010; Processo nº. 100/2010; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratada: Vera Lucia Espínola Moreira; Objeto: Acrescentar a Ata Registro de Preço nº. 30/2010, de 25/08/2010, o valor de R\$ 4.850,00 (quatro mil oitocentos e cinquenta reais), referentes ao aumento quantitativo de seu objeto; Data da Assinatura: 20/12/2010.

#### **Aviso de Extrato de Termo Aditivo 01.Proc.99**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA  
EXTRATO DE CONTRATO

1º Termo Aditivo; Ata de Registro de Preço nº. 29/2010; Processo nº. 99/2010; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratada: Mecânica e Acessórios Auto Arroio Ltda.; Objeto: Acrescentar a Ata de Registro de Preço nº. 29/2010, de 25/08/2010, o valor de R\$ 21.000,00 (Vinte e um mil reais), referentes ao aumento quantitativo de seu objeto. Sendo serviço de manutenção no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) e R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) no fornecimento de peças; Data da Assinatura: 08/12/2010.

#### **Aviso de Extrato de Termo Aditivo 03.Proc.26/2009**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA  
EXTRATO DE CONTRATO

3º Termo Aditivo; Processo nº. 26/2009; Contrato: 25/2009; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratada: Brasil Assessoria Contábil Governamental Ltda.; Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do referido Contrato por 12 meses, que vigorará de 01/01/2011 até 31/12/2011; Data da Assinatura: 20/12/2010.

#### **Aviso de Extrato de Contrato Nº 61/2010**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA  
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 61/2010; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratada: Consorcio de Informática na Gestão Publica Municipal (CIGA); Objeto: Prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de Garopaba no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), administrado pelo CIGA; Valor: R\$ 4.704,00; Data da Assinatura: 20/12/2010.

#### **Aviso de Extrato de de Contrato 001/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA  
INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE GAROPABA - IPREGOBA  
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 001/2011; Contratante: Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Garopaba - IPREGOBA; Contratada: Somma Investimentos S/S; Objeto: Contratação de serviço técnico de consultoria especializada no mercado financeiro, prestado por pessoa jurídica á Regime Próprio de Previdência Social Municipal, fornecendo o suporte técnico necessário nas questões relacionadas aos investimentos financeiros, nos termos da Resolução BACEN 3.922/2010 e suas respectivas alterações, conforme discriminado no Anexo I, parte indissociável deste instrumento contratual; Valor: R\$ 7.800,00; Data da Assinatura: 03/01/2011.

#### **Extrato de Contrato PROVIAS**

EXTRATO DE CONTRATO PROVIAS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Garopaba  
CONTRATADO: Banco do Brasil S.A  
OBJETO: Contrato de abertura de crédito fixo para execução do Programa de Intervenções Viárias - Provias  
CNPJ: 82.836.057/0001-90  
PRAZO: 1.668 (um mil, seiscentos e sessenta e oito) dias;  
VIGÊNCIA: 20/12/2010 A 15/07/2015  
VALOR: 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais)  
AMPARO LEGAL: Lei municipal nº 1.476, de 02/12/2010 e autorização da Secretaria de Tesouro Nacional - STN, por meio dos Ofícios nº 5082 e 5083/2010/ COPEM/SUBSEC4/STN/ MF-DF de 01/10/2010.  
SIGNATÁRIOS: Luiz Carlos Luiz - Prefeito Municipal de Garopaba - e Zulma Candido - Banco do Brasil S.A.  
DATA DA ASSINATURA: 20/12/2010

LUIZ CARLOS LUIZ  
Prefeito Municipal

**CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM ENSINO NOVEMBRO / 2010**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

**CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM ENSINO**  
**MES DE NOVEMBRO DE 2010 - EMPENHADO**

<b>1 - BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS</b>	
Receitas Oriundas de Impostos	Arrecadação Até o Mês
1.1 - IPTU	2.363.585,60
1.2 - ITBI	756.872,63
1.3 - ISS	930.422,89
1.4 - FPM	5.791.007,32
1.5 - IRRF	230.694,21
1.6 - ICMS	4.062.637,06
1.7 - IPI	85.442,21
1.8 - IPVA	989.324,73
1.9 - ITR	16.142,12
1.10 - Cota-Parte do Fundo de Compensação do ICMS Exportação	26.384,60
1.11 - Dívida Ativa de Impostos	698.583,37
1.12 - Multas e Juros de Mora	115.620,01
<b>TOTAL</b>	<b>16.066.716,75</b>

<b>2 - ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO</b>	
Especificação	Acumulado até o Mês
2.1 - 25% das Receitas Oriundas de Impostos	4.016.679,19
2.2 - Cota-Parte do FUNDEB	3.022.107,84
2.3 - Rendimento de Aplicação - FUNDEB	16.038,78
2.3 - Convênios	1.734.133,56
<b>TOTAL</b>	<b>8.788.959,37</b>

<b>3 - APLICAÇÃO</b>			
Especificação	Exigência Legal (1)	Realizada (2)	Diferença (3)
3.1 - Contribuição ao FUNDEB	2.194.187,61	2.195.794,14	1.606,53
3.2 - Professor em Efetivo Exercício	1.822.887,97	2.462.566,73	639.678,76
3.3 - Manutenção do Ensino	3.037.750,23	2.375.496,62	-662.253,61
3.4 - Convênio	1.734.133,56	1.647.133,56	-87.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>8.788.959,37</b>	<b>8.680.991,05</b>	<b>-107.968,32</b>

**OBS.: 1 - Este formulário deverá ser publicado bimestralmente. Art. 72 da Lei de Diretrizes e Bases.**

2 - O atendimento aos percentuais mínimos exigidos, deverão ser apurados trimestralmente;

Art. 69, § 4º da Lei de Diretrizes de Bases.

Garopaba, 09 de dezembro de 2010.

**% APLICADO : 24,87%**

Aplicado a menor : 20.968,32

PREFEITO MUNICIPAL

TEC. CONTABILIDADE

SECR. MUNIC. DA EDUCAÇÃO

**CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM SAUDE NOVEMBRO / 2010****PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA****CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM SAÚDE****MÊS DE NOVEMBRO DE 2010**

<b>1 - BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS</b>	
<b>Receitas Oriundas de Impostos</b>	<b>Arrecadação Até o Mês</b>
1.1 - IPTU	2.363.585,60
1.2 - ITBI	756.872,63
1.3 - ISS	930.422,89
1.4 - FPM	5.791.007,32
1.5 - IRRF	230.694,21
1.6 - ICMS	4.062.637,06
1.7 - IPI	85.442,21
1.8 - IPVA	989.324,73
1.9 - ITR	16.142,12
1.10 - Cota-Parte do Fundo de Compensação do ICMS Exportação	26.384,60
1.11 - Dívida Ativa de Impostos	698.583,37
1.12 - Multas e Juros de Mora	115.620,01
<b>TOTAL</b>	<b>16.066.716,75</b>

<b>2 - ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS A SAÚDE</b>	
<b>Especificação</b>	<b>Acumulado até o Mês</b>
2.1 - 15% das Receitas Oriundas de Impostos	2.410.007,51
2.2 - Rendimento de Aplicação	28.926,12
2.3 - Convênios PAB / PSF / PACS / etc.	2.842.529,72
<b>TOTAL</b>	<b>5.281.463,35</b>

<b>3 - APLICAÇÃO</b>			
<b>Especificação</b>	<b>Exigência Legal ( 1 )</b>	<b>Realizada ( 2 )</b>	<b>Diferença ( 3 )</b>
3.1 - Gastos com Saúde	2.410.007,51	3.490.392,08	1.080.384,57
3.2 - (-) Convênios	2.871.455,84	2.721.455,84	-150.000,00
			0,00
			0,00
			0,00
<b>TOTAL</b>	<b>5.281.463,35</b>	<b>6.211.847,92</b>	<b>930.384,57</b>

% aplicado = 21,72%

Aplicado a maior = 1.080.384,57

Garopaba, 09 de dezembro de 2010.

**PREFEITO MUNICIPAL****TEC. CONTABILIDADE****SECR. MUNIC. DA SAÚDE**

**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**

## RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL

**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**DEZEMBRO/2009 A NOVEMBRO/2010**

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	11.739.671,64	183,00
Pessoal Ativo	11.628.391,64	183,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	111.280,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	461.104,91	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	441.012,68	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	20.092,23	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)</b>	<b>11.278.566,73</b>	<b>183,00</b>
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)</b>	<b>11.278.749,73</b>	
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>		<b>VALOR</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)</b>		<b>25.894.356,85</b>
<b>% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100</b>		<b>43,56</b>
<b>LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 54%</b>		<b>13.982.952,70</b>
<b>LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,3%</b>		<b>13.283.805,06</b>
<b>FONTE: SECRETARIA DE FAZENDA</b>		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;  
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

GAROPABA, 09/12/2010

\_\_\_\_\_  
Luiz Carlos Luiz  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
Artur Emilio Lopes  
Secretário de Fazenda

\_\_\_\_\_  
Ronaldo Gabriel Antonio  
Diretor Controle Interno

\_\_\_\_\_  
Edinei José Vieira  
Tec. Cont. - CRC 19288

# Gaspar

## PREFEITURA MUNICIPAL

### Lei Complementar Nº. 48, de 20 de Dezembro de 2010.

LEI COMPLEMENTAR Nº. 48, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010.  
DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - AGIR NO MODELO CONSORCIAL DA LEI FEDERAL Nº. 11.107/2005, INSTITUI ENTIDADE AUTÁRQUICA INTERFEDERATIVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída, como associação pública, a Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, na forma do Código Civil Brasileiro e da Lei Federal nº. 11.107/2005 e seus regulamentos.

Parágrafo único. Fica autorizado ao Chefe do Poder Executivo participar da gestão associada de serviços públicos no modelo consorcial adotado.

Art. 2º Fica ratificado o protocolo de intenções da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, na forma do Anexo Único, integrante desta Lei.

§ 1º Fica autorizado o ingresso, no Consórcio Público de que trata esta Lei, de ente da Federação não mencionado no protocolo de intenções como possível integrante do consórcio público desde que sua inclusão seja aprovada por 2/3 (dois terços) dos votos em Assembléia Geral da AGIR.

§ 2º Ocorrendo a hipótese de que trata o parágrafo anterior, caberá à Assembléia Geral aprovar a alteração necessária no respectivo contrato de consórcio público na forma a ser estabelecida no estatuto da AGIR.

§ 3º O produto da arrecadação do imposto de renda, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, pelo Consórcio Público constitui recurso financeiro deste para custeio de suas atividades.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, 20 de dezembro de 2010.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito

### Lei Complementar Nº. 49, de 20 de Dezembro de 2010.

LEI COMPLEMENTAR Nº. 49, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010.  
ALTERA O ANEXO I DA LEI COMPLEMENTAR Nº. 3, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2001, QUE DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DA TAXA DE SERVIÇOS RURAIS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE GASPAR, E MODIFICAÇÕES POSTERIORES.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica substituído o Anexo I da Lei Complementar nº. 3, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a instituição da taxa de serviços rurais no âmbito do Município de Gaspar, e modificações posteriores, pelo Anexo I desta Lei.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, 20 de dezembro de 2010.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito

### Lei Nº. 3.279, de 10 de Dezembro de 2010.

LEI Nº. 3.279, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2010.  
AUTORIZA O MUNICÍPIO DE GASPAR A ANULAR E SUPLEMENTAR SALDOS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E CRIA CRÉDITO ESPECIAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Gaspar autorizado a anular a seguinte dotação, no valor de R\$ 96.000,00 (noventa e seis mil reais), constantes do orçamento da Administração Direta e Indireta:

Órgão: 13 - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE  
Unidade: 26 - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE  
Função: 17 - Saneamento  
Sub-Função: 512 - Saneamento Básico Urbano  
Programa: 0025 - Melhoria e Manutenção dos Serviços de Saneamento  
Destino: 2 - Atividade  
Ação: 2.200114 - Coleta de Lixo  
Despesa: 4  
Modalidade de Aplicação: 3.3.3.9.0 - Aplicações Diretas  
R\$ 46.000,00

Órgão: 06 - Fundo Municipal de Saúde  
Unidade: 11 - Fundo Municipal de Saúde  
Função: 10 - Saúde  
Sub-Função: 301 - Atenção Básica  
Programa: 0026 - Gestão do Fundo Municipal de Saúde  
Destino: 2 - Atividade  
Ação: 2.200140 - Ampliar e Manter aquisição de Medicamentos conforme preconiza NOAS/SUS  
Despesa: 86  
Modalidade de Aplicação: 3.3.3.9.0 - Aplicações Diretas  
R\$ 50.000,00

Art. 2º Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, fica o Município de Gaspar autorizado a suplementar o valor de R\$ 46.000,00 (quarenta e seis mil reais), anulados conforme o artigo 1º desta Lei, na dotação orçamentária abaixo discriminada:

Órgão: 13 - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE  
Unidade: 26 - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE



Função: 17 - Saneamento  
Sub-Função: 512 - Saneamento Básico Urbano  
Programa: 0025 - Melhoria e Manutenção dos Serviços de Saneamento  
Destino: 2 - Atividade  
Ação: 2.200110 - Manutenção da Estrutura Administrativa da Autarquia  
Despesa: 1  
Modalidade de Aplicação: 3.3.1.9.0 - Aplicações Diretas  
R\$ 30.000,00

Órgão: 13 - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE  
Unidade: 26 - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Função: 17 - Saneamento  
Sub-Função: 512 - Saneamento Básico Urbano  
Programa: 0025 - Melhoria e Manutenção dos Serviços de Saneamento  
Destino: 2 - Atividade  
Ação: 2.200110 - Manutenção da Estrutura Administrativa da Autarquia  
Despesa: 2  
Modalidade de Aplicação: 3.3.3.9.0 - Aplicações Diretas  
R\$ 16.000,00

Art. 3º Fica o Município de Gaspar autorizado a criar o crédito especial abaixo, junto ao quadro orçamentário da Administração Direta, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), anulado conforme art. 1º.

Órgão: 06 - Fundo Municipal de Saúde  
Unidade: 11 - Fundo Municipal de Saúde  
Função: 10 - Saúde  
Sub-Função: 301 - Atenção Básica  
Programa: 0026 - Gestão do Fundo Municipal de Saúde  
Destino: 2 - Atividade  
Ação: 2.200140 - Ampliar e Manter Aquisição de Medicamentos conforme preconiza a NOAS/SUS  
Modalidade de Aplicação: 3.3.3.7.1 - Aplicações Diretas  
R\$ 50.000,00

Art. 4º Os valores das despesas previstas para o ano de 2010, constantes no art. 1º da Lei nº. 3.163, de 27 de novembro de 2009, com suas modificações, deverão levar em conta as alterações orçamentárias previstas nesta Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, 10 de dezembro de 2010.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito

### **Lei Nº. 3.280, de 15 de Dezembro de 2010.**

LEI Nº. 3.280, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.  
REVOGA DISPOSITIVO DA LEI Nº. 3.054, DE 24 DE SETEMBRO DE 2008, QUE DENOMINA VIAS SITUADAS NO MUNICÍPIO DE GASPARG.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica revogado o artigo 2º da Lei nº. 3.054, de 24 de setembro de 2008, que denomina vias situadas no Município de Gaspar.

Parágrafo único. A respectiva via denominar-se-á Avenida das

Comunidades, conforme estipulado inicialmente na Lei Municipal nº. 588, de 27 de abril de 1978.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, 15 de dezembro de 2010.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito

### **Lei Nº. 3.281, de 15 de Dezembro de 2010.**

LEI Nº. 3.281, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.  
DENOMINA VIAS SITUADAS NO MUNICÍPIO DE GASPARG.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,  
Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de Rua Nelson Becher a via com início na Rua Angelina Muller, sendo a segunda rua do lado direito, distante 550,00m (quinhentos e cinquenta metros) da Rua Manoel Bittencourt, e seu final na Rua Oriente, com as seguintes coordenadas geográficas:

I - longitude: - 48º56'12.2"; e  
II - latitude: - 26º55'15.5".

Parágrafo único. A via ora denominada possui:

I - extensão de 48,00m (quarenta e oito metros);  
II - largura de 12,00m (doze metros);  
III - caixa de rolamento de 8,00m (oito metros); e  
IV - passeio de 2,00m (dois metros) de cada lado da via.

Art. 2º Fica denominada de Rua Luciano Francisco Spengler, a via com início na Rodovia Jorge Lacerda, ao lado da Cooperativa ViaCred e em frente à Empresa BUNGE Brasil, com as seguintes coordenadas geográficas:

I - latitude: - 26º54'55.45"S; e  
II - longitude: - 48º54'28.33"O.

Parágrafo único. A via ora denominada possui:

I - extensão de 100,00m (cem metros);  
II - largura de 7,00m (sete metros); e  
III - caixa de rolamento de 7,00m (sete metros).

Art. 3º Fica denominada de Rua Mario Francisco Spengler, a via com início na Rua Itajaí, em frente ao Ginásio João dos Santos, com as seguintes coordenadas geográficas:

I - Latitude: - 26º54'37.53"S; e  
II - Longitude: - 48º56'7.62"O.

Parágrafo único. A via ora denominada possui:

I - extensão de 100,00m (cem metros);  
II - largura de 10,00m (dez metros);  
III - caixa de rolamento de 7,00m (sete metros); e  
IV - passeio de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) de cada lado da via.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, em 15 de dezembro de 2010.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito

**Lei Nº. 3.282, de 20 de Dezembro de 2010.**

LEI Nº. 3.282, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010.

INSTITUI GRATIFICAÇÃO PARA OS SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,  
Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O servidor efetivo do Magistério Público Municipal de Gaspar, pelo exercício dos cargos de Diretor de Escola Municipal; Diretor de Centro de Educação Infantil; Diretor Adjunto de Escola, das escolas de Educação Básica com atendimento dos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental e dos Centros de Desenvolvimento Infantil poderá optar entre o valor de referência estabelecido para o cargo em comissão, constante no Anexo X da Lei nº. 2.612/2005, ou a remuneração de seu cargo efetivo acrescido de gratificação especial.

Art. 2º A gratificação especial a que alude o art. 1º será calculada com base na referência do cargo de provimento efetivo que o servidor estiver ocupando, conforme os Anexos II, III e IV da Lei nº. 1.358/1992.

Art. 3º A gratificação especial, pelo exercício de direção de Unidades Escolares do Ensino Fundamental, observará a tipologia das escolas e a quantidade de alunos, e corresponderá a:

I - 40% para os Diretores de EEB com atendimento de 1ª até 8ª série ou 9º ano e com mais de 500 (quinhentos) alunos;

II - 25% para os Diretores de EEB com atendimento de 1ª até 8ª série ou 9º ano e com menos de 500 (quinhentos) alunos;

III - 20% (vinte por cento) para Diretores de EEB com atendimento de 1ª até 4ª série ou 5º ano; e

IV - 15% (quinze por cento) para os Diretores Adjuntos de Escola.

Art. 4º A gratificação especial, pelo exercício de direção nos Centros de Educação Infantil, observará a tipologia dos CDIs, o número de crianças e corresponderá a:

I - 25% (vinte e cinco por cento) para Diretores de CDIs com atendimento de mais de 200 (duzentas) crianças;

II - 20% (vinte por cento) para Diretores de CDIs com atendimento de 101 (cento e uma) até 200 (duzentas) crianças; e

III - 15% (quinze por cento) para os Diretores de CDIs com atendimento de até 100 (cem) crianças.

Art. 5º O professor de escolas multisseriadas designado como responsável pela unidade escolar, além da remuneração do cargo, fará jus a uma gratificação especial de 15% (quinze por cento), calculada sobre a referência de seu cargo.

Art. 6º A presente gratificação é de caráter transitório, sendo atrelada ao exercício da função de direção e em nenhuma hipótese será incorporada para efeito de vencimento ou remuneração do servidor.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, 20 de dezembro de 2010.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito

**Lei Nº. 3.283, de 20 de Dezembro de 2010.**

LEI Nº. 3.283, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010.

INSTITUI O PROGRAMA MUTIRÃO PARA SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO E REURBANIZAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei institui e regulamenta o Programa Mutirão para realização de Serviços de Pavimentação e Reurbanização de vias públicas do Município de Gaspar.

Art. 2º As vias públicas do Município de Gaspar poderão ser pavimentadas e reurbanizadas sob o regime de mutirão, regulamentado por esta Lei.

Parágrafo único. Considera-se regime de mutirão a forma de execução de serviços ou obras nas quais haja a participação conjunta do Poder Público Municipal e dos participantes interessados.

Art. 3º Os participantes interessados deverão ser proprietários, possuidores ou interessados do domínio útil de imóveis lindeiros, interessados na pavimentação e reurbanização, organizados através de comissão, entidades ou associações que os representem.

Art. 4º Para constituir o Programa de Mutirão destinado à execução dos serviços de pavimentação ou reurbanização de determinada rua ou avenida, os interessados firmarão um Termo de Adesão ao Programa.

§ 1º Somente será autorizada a negociação para a execução dos serviços nas ruas onde a adesão for igual ou superior a 70% (setenta por cento) dos proprietários ou possuidores lindeiros e após a aprovação do estudo de viabilidade pelo órgão competente da Administração Municipal.

§ 2º Em caso de não haver adesão de 70% ou mais dos proprietários ou possuidores lindeiros será autorizada a negociação para início das obras desde que haja adesão de 70% ou mais das testadas (unidades) representadas pelos seus proprietários.

§ 3º Ajustado o Termo de Acordo com os interessados que aderiram à execução da pavimentação e havendo proprietários ou possuidores cujos imóveis venham a ser beneficiados com a obra e que não tenham manifestado adesão em relação a esta, realizar-se-ão os trâmites necessários para o devido lançamento e cobrança da contribuição de melhoria dos mesmos.

§ 4º Os interessados deverão indicar um representante, delegando a ele os poderes de representação junto ao Município, no que se refere à pavimentação ou reurbanização da rua.

§ 5º O Município poderá arcar com as despesas inerentes à pavimentação de que trata esta Lei, até o limite de 15% (quinze por cento) do número de proprietários ou possuidores de imóveis lindeiros à via a ser pavimentada, cuja carência impeça o pagamento, desde que tal situação seja informada por escrito pelos representantes a que se refere o artigo 2º, que deverá ser regularmente comprovada, mediante estudo social realizado por profissional habilitado do Município.

Art. 5º Aos que aderirem ao Programa Mutirão para serviços de pavimentação caberá o fornecimento e assentamento de pavimentação de pistas e do meio fio.

§ 1º As vias a serem pavimentadas pelo regime de mutirão deverão ser dotadas de calçadas, que se não existirem deverão ser construídas, cabendo aos respectivos proprietários ou possuidores

o custeio integral das mesmas, tendo estes o prazo de 12 (doze) meses para a realização do passeio, a contar da conclusão da pavimentação da via, cujo projeto será disponibilizado pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento.

§ 2º Não atendido ao disposto no § 1º deste artigo, ficará o Município autorizado a executar os serviços necessários à construção do respectivo passeio, às custas do proprietário ou possuidor do imóvel lindeiro, seja ele aderente ou não, lançando e cobrando integralmente a correspondente contribuição de melhoria, na forma disciplinada no Código Tributário Municipal.

Art. 6º A reurbanização, de acordo com projetos específicos, poderá compreender a realização das seguintes obras e serviços:

- I - remoção do pavimento existente;
- II - serviços de terraplanagem (corte e aterro);
- III - sistema de captação de águas pluviais;
- IV - sistema de captação de esgoto sanitário;
- V - adequação da via pública;
- VI - serviços de pavimentação de pista e calçadas;
- VII - assentamento de meio fio;
- VIII - instalação de mobiliário urbano;
- IX - ajardinamento;
- X - obras de redes, infraestrutura aérea e subterrânea (água, energia elétrica, comunicação, gás e outros);
- XI - adequação da sinalização viária; e
- XII - serviços de topografia.

Parágrafo único. Todo o material existente no local das obras e serviços e não utilizado na nova obra reverterá ao Município para outras aplicações.

Art. 7º Caberá ao Município a realização do serviço de topografia e adequação da infraestrutura básica necessária.

§ 1º Para as obras de adequação da infraestrutura básica, o Município será responsável pelo projeto e execução da obra.

§ 2º Para serviços de pavimentação da rua, o Município desenvolverá o projeto básico, cronograma físico-financeiro e a fiscalização da obra.

§ 3º Todos os projetos de pavimentação ou reurbanização, antes do início das obras, deverão obter aprovação da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento.

Art. 8º As obras em regime de mutirão serão executadas por empresas habilitadas junto ao órgão competente do Município, sob sua responsabilidade técnica, cabendo a ambos o apontamento conjunto na Anotação de Responsabilidade Técnica - ART e a obediência ao que preceitua a Lei Federal nº 8.666/1993, Lei das Licitações.

§ 1º Para a habilitação de que trata este artigo, exigir-se-á dos interessados documentação relativa a:

- I - habilitação jurídica;
- II - regularidade fiscal;
- III - qualificação técnica; e
- IV - qualificação econômico-financeira.

§ 2º As empresas habilitadas deverão respeitar o preço máximo estabelecido pelo Município no edital de credenciamento.

Art. 9º A contratação da empresa credenciada para pavimentação decorrerá às expensas dos proprietários aderentes ao sistema de mutirão de que trata esta Lei.

§ 1º O Poder Público Municipal efetuará o credenciamento das empreiteiras interessadas mediante a apresentação dos documentos exigidos no edital de credenciamento em vigor.

§ 2º Escolhida a empreiteira credenciada, o Município liberará a obra e a empresa somente iniciará a cobrança pelo serviço quando houver coincidência de prazos de execução entre o planejamento dos trabalhos da Secretaria de Obras e a programação apresentada pela empreiteira para o início da obra;

§ 3º No caso de a empreiteira credenciada não honrar o compromisso para pavimentação, no todo ou em parte, caberá ao Município executá-lo ou concluí-lo, deduzindo-se os valores eventualmente pagos pelos proprietários lindeiros e transferindo-se direitos e obrigações ao Município de Gaspar.

Art. 10. O valor a ser pago para a empresa que executar os serviços será medido pelo Município através do preço unitário por metro linear de testada, o qual será obtido dividindo-se o custo total da obra pela extensão total das testadas dos que aderirem ao Programa Mutirão.

Art. 11. O Município efetuará o pagamento dos valores que sejam de sua responsabilidade para a empresa executora da pavimentação, mensalmente, após a realização da respectiva medição de serviços.

Art. 12. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta de dotação orçamentária própria, consignadas no orçamento vigente.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as Leis nºs. 2.183/2001 e 2.283/2002, suas modificações posteriores e demais disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, 20 de dezembro de 2010.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito

### **Lei Nº. 3.284, de 20 de Dezembro de 2010.**

LEI Nº. 3.284, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE GASPAR A REALIZAR REPASSE FINANCEIRO EM FAVOR DO CENTRO DE RECUPERAÇÃO JOVENS LIVRES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Gaspar autorizado a conceder repasse financeiro ao Centro de Recuperação Jovens Livres, pessoa jurídica de direito privado, com sede em Blumenau-SC, inscrita no CNPJ (Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica) sob o nº. 00.129.000/0001-96, na quantia mensal de até R\$ 800,00 (oitocentos reais) por leito, durante doze meses, oriundos de repasse realizado pelo Governo Federal, destinados à utilização com despesas de manutenção da entidade.

Parágrafo único. A quantidade mensal de leitos a que se refere o caput deste artigo não será superior a 10 (dez).

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotação própria, consignada no orçamento da Secretaria Municipal de Saúde, suplementada por excesso de arrecadação.

Art. 3º A entidade beneficiada com os recursos financeiros previstos nesta Lei, sujeitar-se-á à prestação de contas de sua correta

aplicação, diretamente ao Município de Gaspar, de acordo com o regulamento municipal.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, 20 de dezembro de 2010.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito

### **Lei Nº. 3.285, de 20 de Dezembro de 2010.**

LEI Nº. 3.285, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010.

ALTERA DISPOSITIVO DA LEI Nº. 3.053, DE 19 DE SETEMBRO DE 2008, QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A REALIZAR REPASSE FINANCEIRO MENSAL À ENTIDADE CASA GERIÁTRICA DE REPOUSO DE BRUSQUE, DESTINADO AO INTERNAMENTO DE PESSOAS QUE NECESSITAM DE ACOMPANHAMENTO ESPECIAL E ENCONTRAM-SE EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O artigo 1º da Lei nº. 3.053, de 19 de setembro de 2008, que autoriza o Poder Executivo a realizar repasse financeiro mensal à entidade Casa Geriátrica de Repouso de Brusque, destinado ao internamento de pessoas que necessitam de acompanhamento especial e encontram-se em situação de vulnerabilidade social, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica o Município autorizado a efetuar repasse financeiro mensal à entidade Casa Geriátrica de Repouso de Brusque, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº. 01.317.532/0001-10, com sede na cidade de Brusque/SC, no valor mensal de até R\$ 15.600,00 (quinze mil e seiscentos reais), destinado ao internamento de pessoas que necessitam de acompanhamento especial e encontram-se em situação de vulnerabilidade social.”

Art. 2º O valor ora reajustado deverá vigorar a partir do mês janeiro de 2011.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, 20 de dezembro de 2010.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito

### **Lei Nº. 3.286, de 20 de Dezembro de 2010.**

LEI Nº. 3.286, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010.

ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº. 3.269/2010, QUE AUTORIZA O MUNICÍPIO DE GASPAR A RECEBER EM DOAÇÃO UMA ÁREA DE TERRAS LOCALIZADA NO BAIRRO BARRAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o caput do artigo 1º da Lei Municipal nº 3.269/2010 que autoriza o Município de Gaspar a receber em doação uma área de terras localizada no Bairro Barracão e dá outras providências, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica o Município de Gaspar autorizado a receber em doação uma área de terras, localizada na Rua João Barbieri, contendo a área de 1.039,57 m², limitando-se na frente, em 22,96 metros, confrontando com a Rua João Barbieri; fundos, em 23,70 metros com a área remanescente pertencente ao Governo do Estado - Secretaria da Educação; lado direito, em 40,95 metros com a Rua Braz Toledo dos Santos; e do lado esquerdo, em 48,85 metros, confrontando com Lurdes Maria Testoni, com benfeitorias, matriculada perante o Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca no Livro nº. 2, sob o nº. 21.305;”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, 20 de dezembro de 2010.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito

### **Lei Nº. 3.287, de 20 de Dezembro de 2010.**

LEI Nº. 3.287, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010.

DENOMINA VIAS SITUADAS NO MUNICÍPIO DE GASPAR.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de Rua Alfredo Michel a via com início na Rua Itajaí, 216,00m (duzentos e dezesseis metros) antes da Rua Madre Paulina, no Bairro Sete de Setembro, com as seguintes coordenadas geográficas:

I - latitude: -26º54'47.50"S; e

II - longitude: -48º56'26.80"O.

Parágrafo único. A via ora denominada possui:

I - extensão de 200,00m (duzentos metros);

II - largura de 12,00m (doze metros);

III - caixa de rolamento de 8,00m (oito metros); e

IV - passeio de 2,00m (dois metros) de cada lado da via.

Art. 2º Fica denominada de Rua Antonio Francisco de Borba, a via que é um prolongamento da Rua Rodolfo Guinther, sem saída, nas proximidades da Oficina do Charles, no Bairro Margem Esquerda, com as seguintes coordenadas geográficas:

I - latitude: -26º55'16.94"S; e

II - longitude: -48º57'38.94"O.

Parágrafo único. A via ora denominada possui:

I - extensão de 85,00m (oitenta e cinco metros);

II - largura de 6,00m (seis metros); e

III - caixa de rolamento de 6,00m (seis metros).

Art. 3º Fica denominada de Rua João Coradini, a via com início na Rua Carlos Coradini, a 500,00m (quinhentos metros) da Rua Itália, no Bairro Alto Gasparinho, com as seguintes coordenadas geográficas:

I - latitude: -26º59'56.84"S; e

II - longitude: -48º58'2.08"O.

Parágrafo único. A via ora denominada possui:

I - extensão de 300,00m (trezentos metros);

II - largura de 12,00m (doze metros);



III - caixa de rolamento de 8,00m (oito metros); e  
IV - passeio de 2,00m (dois metros) de cada lado da via.

Art. 4º Fica denominada de Rua Alberto Pedro Graf, a via com início na Rua João Matias Zimmermann, a 150,00m (cento e cinquenta metros) da Rodovia Ivo Silveira, no Bairro Gasparinho, com as seguintes coordenadas geográficas:

I - latitude: -26º58'12.11"S; e  
II - longitude: -48º54'58.42"O.

Parágrafo único. A via ora denominada possui:

I - extensão de 250,00m (duzentos e cinquenta metros);  
II - largura de 5,00m (cinco metros); e  
III - caixa de rolamento de 5,00m (cinco metros).

Art. 5º Fica denominada de Rua Osni Fermino de Andrade, a via que é uma transversal à direita da Rua César Blank (transversal da Rua Artur Poffo), no Bairro Santa Teresinha.

Parágrafo único. A via ora denominada possui:

I - extensão de 70,00m (setenta metros);  
II - largura de 6,00m (seis metros); e  
III - caixa de rolamento de 6,00m (seis metros).

Art. 6º Fica denominada de Rua Leontino da Rocha, a via com início na Rua Leopoldo Alberto Schramm, a 230,00m (duzentos e trinta metros) da Rua Frei Solano, no Bairro Gasparinho, com as seguintes coordenadas geográficas:

I - latitude: -26º48'52.48"S; e  
II - longitude: -49º02'8.08"O.

Parágrafo único. A via ora denominada possui:

I - extensão de 70,00m (setenta metros);  
II - largura de 9,00m (nove metros); e  
III - caixa de rolamento de 9,00m (nove metros).

Art. 7º Fica denominada de Rua Pio Bornhausen, a via com início na Rua Manoel Pedra, a 560,00m (quinhentos e sessenta metros) da Rua Frei Solano, no Bairro Gasparinho, com as seguintes coordenadas geográficas:

I - latitude: -26º56'42.40"S; e  
II - longitude: -48º58'18.43"O.

Parágrafo único. A via ora denominada possui:

I - extensão de 100,00m (cem metros);  
II - largura de 12,00m (doze metros);  
III - caixa de rolamento de 8,00m (oito metros); e  
IV - passeio de 2,00m (dois metros) de cada lado da via.

Art. 8º Fica denominada de Rua Salustrino José de Oliveira, a via que inicia na Rua Rodolfo Vieira Pamplona, a 30,00m (trinta metros) da ponte existente no término desta, no Bairro Gaspar Mirim, com as seguintes coordenadas geográficas:

I - latitude: -26º57'53.44"S; e  
II - longitude: -48º57'26.61"O.

Parágrafo único. A via ora denominada possui:

I - extensão de 360,00m (trezentos e sessenta metros);  
II - largura de 10,00m (dez metros);  
III - caixa de rolamento de 7,00m (sete metros); e  
IV - passeio de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) de

cada lado da via.

Art. 9º Fica denominada de Rua Rosina Reitz Gesser a via que tem início na Rua Bonifacio Haendchen, distante 100,00m (cem metros) do Descascador Arroz Belchior, Bairro Belchior Alto, com as seguintes coordenadas geográficas:

I - latitude: -26º50'18.12"S; e  
II - longitude: -49º1'53.79"O.

Parágrafo único. A via ora denominada possui:

I - extensão de 60,00m (sessenta metros);  
II - largura de 5,00m (cinco metros); e

III - caixa de rolamento de 5,00m (cinco metros).

Art. 10. Fica denominada de Rua João Claudino dos Santos a via com início na Rodovia Ivo Silveira, nas proximidades do Restaurante Brasuca, no Bairro Gasparinho, com as seguintes coordenadas geográficas:

I - latitude: 26º57'46.44"S; e  
II - longitude: 48º55'7.08"O.

Parágrafo único. A via ora denominada possui:

I - extensão de 70,00m (setenta metros);  
II - largura de 10,00m (dez metros);  
III - caixa de rolamento de 7,00m (sete metros); e  
IV - passeio de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) de cada lado da via.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Fica revogada a Lei nº. 2.472, de 19 de abril de 2004.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, em 20 de dezembro de 2010.

PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito

### **Lei Nº. 3.288, de 20 de Dezembro de 2010.**

LEI Nº. 3.288, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010.

DENOMINA VIAS SITUADAS NO MUNICÍPIO DE GASPAR.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de Rua Edésio Maya a via com início na Rua Rodolfo Vieira Pamplona, lado direito, distante 615,00 (seiscentos e quinze metros) da Rua Barão do Rio Branco, Bairro Santa Terezinha.

Parágrafo único. A via ora denominada possui:

I - extensão de 120,00m (cento e vinte metros);  
II - largura de 6,00m (seis metros); e  
III - caixa de rolamento de 6,00m (seis metros).

Art. 2º Fica denominada de Rua Estrogildo da Silveira a via que tem início na Rua Alino Próspero de Aguiar, paralela à Rua Otto Nuss, no Bairro Gaspar Grande, com as seguintes coordenadas geográficas:



I - latitude: -26°56'46.17"S; e  
II - longitude: -48°58'55.29"O.

Parágrafo único. A via ora denominada possui:

I - extensão de 170,00m (cento e setenta metros);  
II - largura de 10,00m (dez metros);  
III - caixa de rolamento de 7,00m (sete metros); e  
IV - passeio 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) de cada lado da via.

Art. 3º Fica denominada de Rua José Francisco Sabel a via com início na BR-470, a 1.800,00m (um mil e oitocentos metros) do trevo da Rua Hercílio Fides Zimmermann, no Bairro Margem Esquerda, com as seguintes coordenadas geográficas:

I - latitude: - 26°54'24.40"S; e  
II - longitude: - 48°56'31.14"O.

Parágrafo único. A via ora denominada possui:

I - extensão de 200m (duzentos metros);  
II - largura de 10,00m (dez metros);  
III - caixa de rolamento de 7,00m (sete metros); e  
IV - passeio de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) de cada lado da via.

Art. 4º Fica denominada de Rua Pedro Maximiliano Zonta a via com início na Rodovia Ivo Silveira, a 130,00m (cento e trinta metros) da Rua Eugênio Marchi, no Bairro Santa Teresinha, com as seguintes coordenadas geográficas:

I - latitude: -26°57'13.35"S; e  
II - longitude: -48°55'43.87"O.

Parágrafo único. A via ora denominada possui:

I - extensão de 400,00m (quatrocentos metros);  
II - largura de 8,00m (oito metros); e  
III - caixa de rolamento de 8,00m (oito metros).

Art. 5º Fica denominada de Rua Silvio Zimmermann, a via com início na Estrada Geral Águas Negras, a 500,00m (quinhentos metros) da Rua João Izidoro Schramm, no Bairro Figueira, com as seguintes coordenadas geográficas:

I - latitude: -26°55'35.02"S; e  
II - longitude: -49°0'23.71"O.

Parágrafo único. A via ora denominada possui:

I - extensão de 200,00m (duzentos metros);  
II - largura de 10,00m (dez metros);  
III - caixa de rolamento de 7,00m (sete metros); e  
IV - passeio de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) de cada lado da via.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogado o artigo 2º da Lei nº. 2.462, de 25 de março de 2004, bem como a Lei nº. 2.485, de 19 de maio de 2004.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, em 20 de dezembro de 2010.

PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito

## Lei Nº. 3.289, de 20 de Dezembro de 2010.

LEI Nº. 3.289, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010.

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE GASPAR PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2011.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O orçamento do Município de Gaspar, compreendendo os Poderes Legislativo e Executivo, a Fundação Municipal de Esportes e o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro do ano de 2011 em R\$ 228.864.105,00 (duzentos e vinte e oito milhões, oitocentos e sessenta e quatro mil e cento e cinco reais), de acordo com as especificações abaixo e com os anexos que integram esta Lei, assim desdobrado:

	RECEITA	DESPESA
Administração Direta	208.488.305,00	190.422.410,00
Câmara de Vereadores	-	2.927.000,00
Fundação Municipal de Esportes	476.680,00	1.546.680,00
Fundo Municipal de Saúde	7.110.900,00	17.010.900,00
Fundo Municipal de Assistência Social	611.920,00	4.249.315,00
Fundo Municipal de Atendimento da Criança e do Adolescente	850.000,00	1.381.500,00
Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar – SAMAE	11.326.300,00	11.326.300,00
Total	228.864.105,00	228.864.105,00

Art. 2º A receita da Administração Direta será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras receitas, seguindo a metodologia de cálculo constante nos anexos, na forma da legislação em vigor, com os seguintes desdobramentos:

Receitas Correntes	
Receita Tributária	14.065.245,00
Receita Patrimonial	1.598.000,00
Transferências Correntes	62.783.000,00
Outras Receitas Correntes	6.852.000,00
Receita de Contribuições	1.800.000,00
Dedução para Formação do FUNDEB	- 8.765.000,00
Subtotal	78.333.245,00

Receitas de Capital	
Operação de crédito	30.817.000,00
Transferências de Capital	99.138.060,00
Alienação de Bens	200.000,00
Subtotal	130.155.060,00
Total	208.488.305,00

Art. 3º A despesa fixada da Administração Direta observará a programação por unidade orçamentária, constante nos anexos incluídos, como segue:

Gabinete do Prefeito	1.470.000,00
Secretaria Municipal de Administração e Finanças	8.808.080,00
Secretaria Municipal de Educação	32.394.725,00
Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio	3.356.000,00
Secretaria Municipal da Agricultura	3.038.245,00
Secretaria Municipal de Transportes e Obras	14.726.000,00
Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento	125.936.360,00

Procuradoria-Geral do Município	693.000,00
Total	190.422.410,00

Art. 4º A receita da Câmara de Vereadores, da Administração Indireta e dos Fundos Municipais especificados será realizada na forma da Lei, sendo estimada de acordo com o constante nos anexos, observados os seguintes desdobramentos:

**I – Câmara de Vereadores:**

Transferências Financeiras	2.927.000,00
Total	2.927.000,00

**II – Fundação Municipal de Esportes:**

Transferências Financeiras	1.070.000,00
Transferências Correntes	197.740,00
Receita Patrimonial	10.000,00
Capital	268.940,00
Total	1.546.680,00

**III – Fundo Municipal de Saúde:**

Transferências Financeiras	9.900.000,00
Receita Tributária	170.000,00
Receita Patrimonial	162.900,00
Transferências Correntes	6.298.000,00
Capital	480.000,00
Total	17.010.900,00

**IV – Fundo Municipal de Assistência Social:**

Transferências Financeiras	3.637.395,00
Transferências Correntes	584.040,00
Receita Patrimonial	27.880,00
Total	4.249.315,00

**V – Fundo Municipal de Atendimento da Criança e do Adolescente:**

Transferências Financeiras	531.500,00
Transferências Correntes	850.000,00
Total	1.381.500,00

**VI – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE:**

Receita Tributária	2.800.00,00
Receita Patrimonial	40.000,00
Receita de Serviços	7.634.930,00
Outras Receitas Correntes	710.000,00
Outros Recursos Correntes Intra Orçamentário	4.300,00
Receita de Serviços Intra Orçamentário	137.070,00
Total	11.326.300,00

Art. 5º A despesa fixada da Câmara de Vereadores, da Administração Indireta e dos Fundos Municipais especificados observará a programação constante nos anexos inclusos, com o seguinte desdobramento:

Câmara de Vereadores	2.927.000,00
Fundação Municipal de Esportes	1.546.680,00
Fundo Municipal de Saúde	17.010.900,00
Fundo Municipal de Assistência Social	4.249.315,00
Fundo Municipal de Atendimento da Criança e do Adolescente	1.381.500,00

Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE	11.326.300,00
Total	38.441.695,00

Art. 6º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a:

I – tomar as medidas necessárias para ajustar o fluxo dos dispêndios ao efetivo comportamento da arrecadação, ao longo do exercício financeiro;

II – remanejar, dentro de cada projeto ou atividade, em nível de modalidade, através de Decreto do Executivo, o saldo das dotações de despesa que as compõem;

III – realizar operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, limitado o valor das primeiras ao disposto no art. 167, inciso III, da Constituição Federal;

IV – abrir crédito suplementar através de Decreto do Executivo até o limite de trinta por cento do total da receita estimada, fixada nesta Lei, nos termos do artigo 7º e artigo 43, § 1º, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964;

V – abrir crédito suplementar correspondente à aplicação de receitas vinculadas, até o limite do excesso de arrecadação efetivamente realizado;

VI – abrir crédito suplementar correspondente ao superávit financeiro do exercício de 2010;

VII – firmar convênios com entidades e/ou organizações governamentais e intergovernamentais, visando o desenvolvimento de programas de governo, de acordo com o estabelecido na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

VIII – abrir crédito especial através de Lei, para os recursos de Convênios, Operações de Crédito, Contratos de Repasse a Fundo Perdido, Emendas Parlamentares e Termos de Responsabilidade firmados com a União e o Estado não previstos nos orçamentos da receita, ou para o seu excesso de arrecadação.

Art. 7º Fica assegurado à Câmara de Vereadores o repasse mensal de até seis por cento da receita corrente líquida arrecadada no mês imediatamente anterior.

Art. 8º A Reserva de Contingência da Administração Direta e Indireta será destinada, por ato do Poder Executivo, a atender os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 9º Os valores das dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual serão atualizados em 1º de janeiro de 2011 com base na variação do Índice Nacional de Preço ao Consumidor – INPC, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, apurado no período compreendido entre 1º de julho e 31 de dezembro de 2010.

Art. 10. Os valores constantes dos Anexos 1, 2, 6, 7, 8 e 9 desta Lei considerarão as alterações contidas no Anexo 10 e o valores dos quadros dos artigos 1º, 2º, 3º, 4º e 5º desta Lei.

Art. 11. Esta Lei entrará em vigor no dia 1º de janeiro de 2011.

Prefeitura do Município de Gaspar – SC, 20 de dezembro de 2010.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito

**Anexo Lei 3.289/10**

## ANEXO 10

MUNICÍPIO DE GASPAR: Lei Orçamentaria Anual - LOA 2011

Anexo de Ações Alteradas pelas Emendas aprovadas ao Projeto de Lei nº. 94/2010

Classificação	Especificação	Código
Órgão	Gabinete Prefeito e Vice-Prefeito	02
Unidade	Diretoria Comunicação	03
Função	Administração	04
Sub-Função	Comunicação Social	131
Programa	Manutenção Diretoria Comunicação	0.0.0.5
Projeto/Atividade/Op. Esp.	Manutenção da Comunicação	2.0.0.0.2.0

Código da Ação	Descrição da Ação	Valor R\$
2.0.0.0.2.0	Manutenção da Comunicação	R\$ 182.000,00
TOTAL		R\$ 182.000,00

Código Natureza da Despesa	Especificação	Valor R\$
3.3.1.70.00.00	Transferências a Instituições Multigovernamentais Nacionais	R\$ 5.500,00
3.3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	R\$ 70.000,00
3.3.3.70.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	R\$ 3.500,00
3.3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	R\$ 101.500,00
3.4.4.70.00.00	Transferências a Instituições Multigovernamentais Nacionais	R\$ 1.500,00
TOTAL		R\$ 182.000,00

## ANEXO 10

MUNICÍPIO DE GASPAR: Lei Orçamentaria Anual - LOA 2011

Anexo de Ações Alteradas pelas Emendas aprovadas ao Projeto de Lei nº. 94/2010

Classificação	Especificação	Código
Órgão	Secretaria de Administração e Finanças	03
Unidade	Secretaria de Administração e Finanças	04
Função	Administração	04
Sub-Função	Administração Financeira	123
Programa	Gestão da Secretaria de Administração e Finanças	0.0.0.0.6
Projeto/Atividade/Op. Esp.	Modernização Administrativa e Fiscal	1.0.0.0.1.3

Código da Ação	Descrição da Ação	Valor R\$
1.0.0.0.1.3	Modernização Administrativa e Fiscal	R\$ 1.325.420,00
TOTAL		R\$ 1.325.420,00

Código Natureza da Despesa	Especificação	Valor R\$
3.3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	R\$ 1.038.770,00
3.4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	R\$ 286.650,00
TOTAL		R\$ 1.325.420,00

## ANEXO 10

MUNICÍPIO DE GASPAR: Lei Orçamentaria Anual - LOA 2011

Anexo de Ações Alteradas pelas Emendas aprovadas ao Projeto de Lei nº. 94/2010

Classificação	Especificação	Código
Órgão	Secretaria de Administração e Finanças	03
Unidade	Secretaria de Administração e Finanças	04
Função	Administração	04
Sub-Função	Administração Financeira	123
Programa	Gestão da Secretaria de Administração e Finanças	0.0.0.0.6
Projeto/Atividade/Op. Esp.	Construção da Sede	1.0.0.0.1.5

Código da Ação	Descrição da Ação	Valor R\$
1.0.0.0.1.5	Construção da Sede	R\$ 650.000,00
TOTAL		R\$ 650.000,00

Código Natureza da Despesa	Especificação	Valor R\$
3.4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	R\$ 650.000,00
TOTAL		R\$ 650.000,00



## ANEXO 10

MUNICÍPIO DE GASPAR: Lei Orçamentaria Anual - LOA 2011

Anexo de Ações Alteradas pelas Emendas aprovadas ao Projeto de Lei nº. 94/2010

Classificação	Especificação	Código
Órgão	Secretaria de Administração e Finanças	03
Unidade	Secretaria de Administração e Finanças	04
Função	Reserva de Contingência	99
Sub-Função	Reserva de Contingência	999
Programa	Reserva de Contingência	0.0.0.7
Projeto/Atividade/Op. Esp.	Reserva de Contingência	2.9.9.9.9.9

Código da Ação	Descrição da Ação	Valor R\$
2.9.9.9.9.9	Reserva de Contingência	R\$ 5.000,00
TOTAL		R\$ 5.000,00

Código Natureza da Despesa	Especificação	Valor R\$
3.9.9.90.00.00	Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00
TOTAL		R\$ 5.000,00

## ANEXO 10

MUNICÍPIO DE GASPAR: Lei Orçamentaria Anual - LOA 2011

Anexo de Ações Alteradas pelas Emendas aprovadas ao Projeto de Lei nº. 94/2010

Classificação	Especificação	Código
Órgão	Secretaria Municipal de Educação	04
Unidade	Educação Infantil	06
Função	Educação	12
Sub-Função	Educação Infantil	365
Programa	Gestão de Educação Infantil	0.0.0.9
Projeto/Atividade/Op. Esp.	Construção, Ampliação e Reforma de CDI e Salas Multifuncionais	1.0.0.0.2.1

Código da Ação	Descrição da Ação	Valor R\$
1.0.0.0.2.1	Construção, Ampliação e Reforma de CDI e Salas Multifuncionais	R\$ 105.000,00
TOTAL		R\$ 105.000,00

Código Natureza da Despesa	Especificação	Valor R\$
3.4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	R\$ 105.000,00
TOTAL		R\$ 105.000,00

## ANEXO 10

MUNICÍPIO DE GASPAR: Lei Orçamentaria Anual - LOA 2011

Anexo de Ações Alteradas pelas Emendas aprovadas ao Projeto de Lei nº. 94/2010

**ITEM VETADO**

Classificação	Especificação	Código
Órgão	Secretaria Municipal de Educação	04
Unidade	Educação Infantil	06
Função	Educação	12
Sub-Função	Educação Infantil	365
Programa	Gestão de Educação Infantil	0.0.0.9
Projeto/Atividade/Op. Esp.	Ampliação do Centro de Desenvolvimento Infantil Maria da Silva (CDI Vovó Lica), no Bairro Margem Esquerda	

Código da Ação	Descrição da Ação	Valor R\$
	Ampliação do Centro de Desenvolvimento Infantil Maria da Silva (CDI Vovó Lica), no Bairro Margem Esquerda	R\$ 55.000,00
TOTAL		R\$ 55.000,00

Código Natureza da Despesa	Especificação	Valor R\$
3.4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	R\$ 55.000,00
TOTAL		R\$ 55.000,00

## ANEXO 10

MUNICÍPIO DE GASPAR: Lei Orçamentaria Anual - LOA 2011

Anexo de Ações Alteradas pelas Emendas aprovadas ao Projeto de Lei nº. 94/2010

**ITEM VETADO**

Classificação	Especificação	Código
Órgão	Secretaria Municipal de Educação	04
Unidade	Educação Infantil	06
Função	Educação	12
Sub-Função	Educação Infantil	365
Programa	Gestão de Educação Infantil	0.0.0.9
Projeto/Atividade/Op. Esp.	Construção de Centro de Desenvolvimento Infantil no Bairro Margem Esquerda	

Código da Ação	Descrição da Ação	Valor R\$
	Construção de Centro de Desenvolvimento Infantil no Bairro Margem Esquerda	R\$ 195.000,00
TOTAL		R\$ 195.000,00

Código Natureza da Despesa	Especificação	Valor R\$
3.4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	R\$ 195.000,00
TOTAL		R\$ 195.000,00

## ANEXO 10

MUNICÍPIO DE GASPAR: Lei Orçamentaria Anual - LOA 2011

Anexo de Ações Alteradas pelas Emendas aprovadas ao Projeto de Lei nº. 94/2010

**ITEM VETADO**

Classificação	Especificação	Código
Órgão	Secretaria Municipal de Educação	04
Unidade	Educação Especial	09
Função	Educação	12
Sub-Função	Educação Especial	367
Programa	Gestão da Educação Especial	0.0.1.1
Projeto/Atividade/Op. Esp.	Manutenção da Educação Especial	2.0.0.0.4.8

Código da Ação	Descrição da Ação	Valor R\$
2.0.0.0.4.8	Manutenção da Educação Especial	R\$ 504.000,00
TOTAL		R\$ 504.000,00

Código Natureza da Despesa	Especificação	Valor R\$
3.3.3.50.00.00	Transferência a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos	R\$ 395.000,00
3.3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	R\$ 11.500,00
3.4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	R\$ 97.500,00
TOTAL		R\$ 504.000,00



## ANEXO 10

MUNICÍPIO DE GASPAR: Lei Orçamentaria Anual - LOA 2011

Anexo de Ações Alteradas pelas Emendas aprovadas ao Projeto de Lei nº. 94/2010

Classificação	Especificação	Código
Órgão	Secretaria Turismo Indústria e Comércio	5
Unidade	Secretaria Turismo Indústria e Comércio	10
Função	Comércio e Serviços	23
Sub-Função	Turismo	695
Programa	Gestão da Secretaria de Turismo Indústria e Comércio	0.0.1.3
Projeto/Atividade/Op. Esp.	Construção de Centro de Eventos/Pórticos	1.0.0.0.3.7

Código da Ação	Descrição da Ação	Valor R\$
1.0.0.0.3.7	Construção de Centro de Eventos/Pórticos	R\$ 800.000,00
TOTAL		R\$ 800.000,00

Código Natureza da Despesa	Especificação	Valor R\$
3.4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	R\$ 800.000,00
TOTAL		R\$ 800.000,00

## ANEXO 10

MUNICÍPIO DE GASPAR: Lei Orçamentaria Anual - LOA 2011

Anexo de Ações Alteradas pelas Emendas aprovadas ao Projeto de Lei nº. 94/2010

Classificação	Especificação	Código
Órgão	Secretaria Turismo Indústria e Comércio	5
Unidade	Secretaria Turismo Indústria e Comércio	10
Função	Desporto e Lazer	27
Sub-Função	Lazer	813
Programa	Gestão da Secretaria de Turismo Indústria e Comércio	0.0.1.3
Projeto/Atividade/Op. Esp.	Festival de Inverno e Expo Gaspar	2.0.0.1.8.2

Código da Ação	Descrição da Ação	Valor R\$
2.0.0.1.8.2	Festival de Inverno e Expo Gaspar	R\$ 120.000,00
TOTAL		R\$ 120.000,00

Código Natureza da Despesa	Especificação	Valor R\$
3.4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	R\$ 120.000,00
TOTAL		R\$ 120.000,00

## ANEXO 10

MUNICÍPIO DE GASPAR: Lei Orçamentaria Anual - LOA 2011

Anexo de Ações Alteradas pelas Emendas aprovadas ao Projeto de Lei nº. 94/2010

**ITEM VETADO**

Classificação	Especificação	Código
Órgão	Secretaria Municipal de Agricultura	07
Unidade	Secretaria Municipal de Agricultura	12
Função	Agricultura	20
Sub Função	Extensão Rural	606
Programa	Apoio Desenvolvimento Agrícola	0.0.2.1
Projeto/Atividade/Op. Esp.	Manutenção das Atividades Agrícolas	2.0.0.1.0.4

Código da Ação	Descrição da Ação	Valor R\$
2.0.0.1.0.4	Manutenção das Atividades Agrícolas	R\$ 2.097.145,00
TOTAL		R\$ 2.097.145,00

Código Natureza da Despesa	Especificação	Valor R\$
3.3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	R\$ 1.027.245,00
3.3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	R\$ 1.050.900,00
3.4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00
TOTAL		R\$ 2.097.145,00

## ANEXO 10

MUNICÍPIO DE GASPAR: Lei Orçamentaria Anual - LOA 2011

Anexo de Ações Alteradas pelas Emendas aprovadas ao Projeto de Lei nº. 94/2010

**ITEM VETADO**

Classificação	Especificação	Código
Órgão	Secretaria Municipal de Agricultura	07
Unidade	Secretaria Municipal de Agricultura	12
Função	Agricultura	20
Sub-Função	Extensão Rural	606
Programa	Apoio Desenvolvimento Agrícola	0.0.2.1
Projeto/Atividade/Op.-Esp.	Aquisição de Retroescavadeira	

Código da Ação	Descrição da Ação	Valor R\$
	Aquisição de Retroescavadeira	R\$ 300.000,00
TOTAL		R\$ 300.000,00

Código Natureza da Despesa	Especificação	Valor R\$
3.4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	R\$ 300.000,00
TOTAL		R\$ 300.000,00

## ANEXO 10

MUNICÍPIO DE GASPAR: Lei Orçamentaria Anual - LOA 2011

Anexo de Ações Alteradas pelas Emendas aprovadas ao Projeto de Lei nº. 94/2010

Classificação	Especificação	Código
Órgão	Secretaria de Transportes e Obras	08
Unidade	Secretaria de Transportes e Obras	13
Função	Urbanismo	15
Sub-Função	Infraestrutura Urbana	451
Programa	Gestão da Secretaria de Transp. E Obras	0.0.1.4
Projeto/Atividade/Op. Esp.	Pavimentação de Ruas	1.0.0.2.5.3

Código da Ação	Descrição da Ação	Valor R\$
1.0.0.2.5.3	Pavimentação de Ruas	R\$ 1.000.000,00
TOTAL		R\$ 1.000.000,00

Código Natureza da Despesa	Especificação	Valor R\$
3.3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	R\$ 746.000,00
3.4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	R\$ 254.000,00
TOTAL		R\$ 1.000.000,00



## ANEXO 10

MUNICÍPIO DE GASPAR: Lei Orçamentaria Anual - LOA 2011

Anexo de Ações Alteradas pelas Emendas aprovadas ao Projeto de Lei nº. 94/2010

**ITEM VETADO**

Classificação	Especificação	Código
Órgão	Secretaria de Transportes e Obras	08
Unidade	Secretaria de Transportes e Obras	13
Função	Urbanismo	15
Sub-Função	Infraestrutura Urbana	451
Programa	Gestão da Secretaria de Transp. E Obras	0.0.1.4
Projeto/Atividade/Op. Esp.	Pavimentação da Rua Hilda Lenfers — Margem Esquerda, da Rua Lagoa Vermelha — Margem Esquerda, da Rua São Francisco — Margem Esquerda, da Rua Penha — Margem Esquerda, Rua Olga Bohn — Coloninha, da Rua Arnoldo Kock — Coloninha, e da Rua Amaro Muller — Margem Esquerda	

Código da Ação	Descrição da Ação	Valor R\$
	Pavimentação da Rua Hilda Lenfers — Margem Esquerda, da Rua Lagoa Vermelha — Margem Esquerda, da Rua São Francisco — Margem Esquerda, da Rua Penha — Margem Esquerda, Rua Olga Bohn — Coloninha, da Rua Arnoldo Kock — Coloninha, e da Rua Amaro Muller — Margem Esquerda	R\$ 336.000,00
TOTAL		R\$ 336.000,00

Código Natureza da Despesa	Especificação	Valor R\$
3.3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	R\$ 300.000,00
3.4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	R\$ 36.000,00
TOTAL		R\$ 336.000,00

## ANEXO 10

MUNICÍPIO DE GASPAR: Lei Orçamentaria Anual - LOA 2011

Anexo de Ações Alteradas pelas Emendas aprovadas ao Projeto de Lei nº. 94/2010

Classificação	Especificação	Código
Órgão	Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento	09
Unidade	Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento	19
Função	Habitação	16
Sub-Função	Habitação Urbana	482
Programa	Gestão na Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento	0.0.1.9
Projeto/Atividade/Op. Esp.	Programa de Regularização de Assentamentos Informais e Cadastro Imobiliário	1.0.0.1.1.1

Código da Ação	Descrição da Ação	Valor R\$
1.0.0.1.1.1	Programa de Regularização de Assentamentos Informais e Cadastro Imobiliário	R\$ 7.000.000,00
TOTAL		R\$ 7.000.000,00

Código Natureza da Despesa	Especificação	Valor R\$
3.4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	R\$ 7.000.000,00
TOTAL		R\$ 7.000.000,00

## ANEXO 10

MUNICÍPIO DE GASPAR: Lei Orçamentaria Anual - LOA 2011

Anexo de Ações Alteradas pelas Emendas aprovadas ao Projeto de Lei nº. 94/2010

**ITEM VETADO**

Classificação	Especificação	Código
Órgão	Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento	09
Unidade	Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento	49
Função	Habitação	46
Sub-Função	Habitação Urbana	482
Programa	Gestão na Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento	0.0.1.9
Projeto/Atividade/Op. Esp.	Regularização de assentamento informal situado na Rua José Junges, no Bairro Arraial	

Código da Ação	Descrição da Ação	Valor R\$
	Regularização de assentamento informal situado na Rua José Junges, no Bairro Arraial	R\$ 573.000,00
TOTAL		R\$ 573.000,00

Código Natureza da Despesa	Especificação	Valor R\$
3.4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	R\$ 573.000,00
TOTAL		R\$ 573.000,00

## ANEXO 10

MUNICÍPIO DE GASPAR: Lei Orçamentaria Anual - LOA 2011

Anexo de Ações Alteradas pelas Emendas aprovadas ao Projeto de Lei nº. 94/2010

Classificação	Especificação	Código
Órgão	Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento	09
Unidade	Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento	19
Função	Urbanismo	15
Sub-Função	Infraestrutura Urbana	451
Programa	Gestão na Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento	0.0.1.9
Projeto/Atividade/Op. Esp.	Implantação de ciclovias, bicicletários, pistas de caminhadas e calçadas	1.0.0.1.0.7

Código da Ação	Descrição da Ação	Valor R\$
1.0.0.1.0.7	Implantação de ciclovias, bicicletários, pistas de caminhadas e calçadas	R\$ 450.000,00
TOTAL		R\$ 450.000,00

Código Natureza da Despesa	Especificação	Valor R\$
3.4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	R\$ 450.000,00
TOTAL		R\$ 450.000,00

## ANEXO 10

MUNICÍPIO DE GASPAR: Lei Orçamentaria Anual - LOA 2011

Anexo de Ações Alteradas pelas Emendas aprovadas ao Projeto de Lei nº. 94/2010

**ITEM VETADO**

Classificação	Especificação	Código
Órgão	Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento	09
Unidade	Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento	19
Função	Urbanismo	15
Sub-Função	Infraestrutura Urbana	451
Programa	Gestão na Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento	0.0.1.9
Projeto/Atividade/Op. Esp.	Construção de bicicletários no Bairro Margem Esquerda e Santa Teresinha	

Código da Ação	Descrição da Ação	Valor R\$
	Construção de bicicletários no Bairro Margem Esquerda e Santa Teresinha	R\$ 50.000,00
TOTAL		R\$ 50.000,00

Código Natureza da Despesa	Especificação	Valor R\$
3.4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	R\$ 50.000,00
TOTAL		R\$ 50.000,00



## ANEXO 10

MUNICÍPIO DE GASPAR: Lei Orçamentaria Anual - LOA 2011

Anexo de Ações Alteradas pelas Emendas aprovadas ao Projeto de Lei nº. 94/2010

Classificação	Especificação	Código
Órgão	Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento	09
Unidade	Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento	19
Função	Administração	15
Sub-Função	Serviços Urbanos	452
Programa	Gestão na Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento	0.0.1.9
Projeto/Atividade/Op. Esp.	Aquisição de Terrenos e Desapropriações	1.0.0.1.1.7

Código da Ação	Descrição da Ação	Valor R\$
1.0.0.1.1.7	Aquisição de Terrenos e Desapropriações	R\$ 2.650.000,00
TOTAL		R\$ 2.650.000,00

Código Natureza da Despesa	Especificação	Valor R\$
3.4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	R\$ 2.650.000,00
TOTAL		R\$ 2.650.000,00

## ANEXO 10

MUNICÍPIO DE GASPAR: Lei Orçamentaria Anual - LOA 2011

Anexo de Ações Alteradas pelas Emendas aprovadas ao Projeto de Lei nº. 94/2010

**ITEM VETADO**

Classificação	Especificação	Código
Órgão	Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento	09
Unidade	Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento	49
Função	Administração	45
Sub-Função	Serviços Urbanos	452
Programa	Gestão na Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento	0.0.1.9
Projeto/Atividade/Op. Esp.	Aquisição de terreno destinado à implantação de ginásio de esportes no Bairro-Margem Esquerda	

Código da Ação	Descrição da Ação	Valor R\$
	Aquisição de terreno destinado à implantação de ginásio de esportes no Bairro-Margem Esquerda	R\$ 800.000,00
TOTAL		R\$ 800.000,00

Código Natureza da Despesa	Especificação	Valor R\$
3.4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	R\$ 800.000,00
TOTAL		R\$ 800.000,00

## ANEXO 10

MUNICÍPIO DE GASPAR: Lei Orçamentaria Anual - LOA 2011

Anexo de Ações Alteradas pelas Emendas aprovadas ao Projeto de Lei nº. 94/2010

Classificação	Especificação	Código
Órgão	Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento	09
Unidade	Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento	19
Função	Urbanismo	15
Sub-Função	Infraestrutura Urbana	451
Programa	Gestão na Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento	0.0.1.9
Projeto/Atividade/Op. Esp.	Pavimentação de Vias e Corredores	1.0.0.0.9.5

Código da Ação	Descrição da Ação	Valor R\$
1.0.0.0.9.5	Pavimentação de Vias e Corredores	R\$ 25.472.860,00
TOTAL		R\$ 25.472.860,00

Código Natureza da Despesa	Especificação	Valor R\$
3.4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	R\$ 25.472.860,00
TOTAL		R\$ 25.472.860,00

## ANEXO 10

MUNICÍPIO DE GASPAR: Lei Orçamentaria Anual - LOA 2011

Anexo de Ações Alteradas pelas Emendas aprovadas ao Projeto de Lei nº. 94/2010

**ITEM VETADO**

Classificação	Especificação	Código
Órgão	Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento	09
Unidade	Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento	49
Função	Urbanismo	45
Sub-Função	Infraestrutura Urbana	451
Programa	Gestão na Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento	0.0.1.9
Projeto/Atividade/Op. Esp.	<del>Pavimentação da Rua Renato Manoel Peixoto — Poço Grande, da Estrada Geral Poço Grande — Lagoa; da Rua Francisco Scheidt — Figueira, e da Rua Alessandro Amorin-da Silva — Santa Teresinha</del>	

Código da Ação	Descrição da Ação	Valor R\$
	<del>Pavimentação da Rua Renato Manoel Peixoto — Poço Grande, da Estrada Geral Poço Grande — Lagoa; da Rua Francisco Scheidt — Figueira, e da Rua Alessandro Amorin-da Silva — Santa Teresinha</del>	R\$ 1.800.000,00
<b>TOTAL</b>		R\$ 1.800.000,00

Código Natureza da Despesa	Especificação	Valor R\$
3.4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	R\$ 1.800.000,00
<b>TOTAL</b>		R\$ 1.800.000,00

## ANEXO 10

MUNICÍPIO DE GASPAR: Lei Orçamentaria Anual - LOA 2011

Anexo de Ações Alteradas pelas Emendas aprovadas ao Projeto de Lei nº. 94/2010

**ITEM VETADO**

Classificação	Especificação	Código
Órgão	Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento	09
Unidade	Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento	49
Função	Urbanismo	45
Sub-Função	Infraestrutura Urbana	451
Programa	Gestão na Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento	0.0.1.9
Projeto/Atividade/Op. Esp.	Pavimentação da Rua Maranhão - Bairro Sete de Setembro	

Código da Ação	Descrição da Ação	Valor R\$
	Pavimentação da Rua Maranhão - Bairro Sete de Setembro	R\$ 50.000,00
TOTAL		R\$ 50.000,00

Código Natureza da Despesa	Especificação	Valor R\$
3.4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	R\$ 50.000,00
TOTAL		R\$ 50.000,00



## ANEXO 10

MUNICÍPIO DE GASPAR: Lei Orçamentaria Anual - LOA 2011

Anexo de Ações Alteradas pelas Emendas aprovadas ao Projeto de Lei nº. 94/2010

**ITEM VETADO**

Classificação	Especificação	Código
Órgão	Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento	09
Unidade	Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento	49
Função	Urbanismo	45
Sub-Função	Infraestrutura Urbana	451
Programa	Gestão na Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento	0.0.1.9
Projeto/Atividade/Op. Esp.	Pavimentação da Rua Mathilde Bernz - Bairro Sete de Setembro	

Código da Ação	Descrição da Ação	Valor R\$
	Pavimentação da Rua Mathilde Bernz - Bairro Sete de Setembro	R\$ 50.000,00
TOTAL		R\$ 50.000,00

Código Natureza da Despesa	Especificação	Valor R\$
3.4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	R\$ 50.000,00
TOTAL		R\$ 50.000,00

## ANEXO 10

MUNICÍPIO DE GASPAR: Lei Orçamentaria Anual - LOA 2011

Anexo de Ações Alteradas pelas Emendas aprovadas ao Projeto de Lei nº. 94/2010

**ITEM VETADO**

Classificação	Especificação	Código
Órgão	Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento	09
Unidade	Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento	49
Função	Urbanismo	45
Sub-Função	Infraestrutura Urbana	451
Programa	Gestão na Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento	0.0.1.9
Projeto/Atividade/Op. Esp.	Pavimentação da Rua Fermínio Fachini	

Código da Ação	Descrição da Ação	Valor R\$
	Pavimentação da Rua Fermínio Fachini	R\$ 30.000,00
TOTAL		R\$ 30.000,00

Código Natureza da Despesa	Especificação	Valor R\$
3.4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	R\$ 30.000,00
TOTAL		R\$ 30.000,00

## ANEXO 10

MUNICÍPIO DE GASPAR: Lei Orçamentaria Anual - LOA 2011

Anexo de Ações Alteradas pelas Emendas aprovadas ao Projeto de Lei nº. 94/2010

**ITEM VETADO**

Classificação	Especificação	Código
Órgão	Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento	09
Unidade	Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento	49
Função	Urbanismo	45
Sub-Função	Infraestrutura Urbana	451
Programa	Gestão na Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento	0.0.1.9
Projeto/Atividade/Op. Esp.	Pavimentação da Rua Anselmo Paschoal da Silva	

Código da Ação	Descrição da Ação	Valor R\$
	Pavimentação da Rua Anselmo Paschoal da Silva	R\$ 40.000,00
TOTAL		R\$ 40.000,00

Código Natureza da Despesa	Especificação	Valor R\$
3.4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	R\$ 40.000,00
TOTAL		R\$ 40.000,00

## ANEXO 10

MUNICÍPIO DE GASPAR: Lei Orçamentaria Anual - LOA 2011

Anexo de Ações Alteradas pelas Emendas aprovadas ao Projeto de Lei nº. 94/2010

**ITEM VETADO**

Classificação	Especificação	Código
Órgão	Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento	09
Unidade	Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento	49
Função	Urbanismo	45
Sub-Função	Infraestrutura Urbana	451
Programa	Gestão na Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento	0.0.1.9
Projeto/Atividade/Op. Esp.	Pavimentação da Rua Maria da Silva – Bairro Coloninha	

Código da Ação	Descrição da Ação	Valor R\$
	Pavimentação da Rua Maria da Silva – Bairro Coloninha	R\$ 35.000,00
TOTAL		R\$ 35.000,00

Código Natureza da Despesa	Especificação	Valor R\$
3.4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	R\$ 35.000,00
TOTAL		R\$ 35.000,00

## ANEXO 10

MUNICÍPIO DE GASPAR: Lei Orçamentaria Anual - LOA 2011

Anexo de Ações Alteradas pelas Emendas aprovadas ao Projeto de Lei nº. 94/2010

Classificação	Especificação	Código
Órgão	Fundo Municipal de Saúde	06
Unidade	Fundo Municipal de Saúde	11
Função	Saúde	10
Sub-Função	Atenção Básica	301
Programa	Gestão do Fundo Municipal de Saúde	0.0.2.6
Projeto/Atividade/Op. Esp.	Ampliar, Manter e Equipar as Unidades de Saúde	2.0.0.1.2.2

Código da Ação	Descrição da Ação	Valor R\$
2.0.0.1.2.2	Ampliar, Manter e Equipar as Unidades de Saúde	R\$ 994.400,00
TOTAL		R\$ 994.400,00

Código Natureza da Despesa	Especificação	Valor R\$
3.3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	R\$ 554.500,00
3.3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	R\$ 399.900,00
3.4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	R\$ 40.000,00
TOTAL		R\$ 994.400,00

## ANEXO 10

MUNICÍPIO DE GASPAR: Lei Orçamentaria Anual - LOA 2011

Anexo de Ações Alteradas pelas Emendas aprovadas ao Projeto de Lei nº. 94/2010

Classificação	Especificação	Código
Órgão	Fundo Municipal de Saúde	06
Unidade	Fundo Municipal de Saúde	11
Função	Saúde	10
Sub-Função	Atenção Básica	301
Programa	Gestão do Fundo Municipal de Saúde	0.0.2.6
Projeto/Atividade/Op. Esp.	Ampliar, Manter e Equipar as Unidades de Saúde	2.0.0.1.5.2

Código da Ação	Descrição da Ação	Valor R\$
2.0.0.1.5.2	Ampliar, Manter e Equipar as Unidades de Saúde	R\$ 5.994.000,00
TOTAL		R\$ 5.994.000,00

Código Natureza da Despesa	Especificação	Valor R\$
3.3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	R\$ 5.676.471,45
3.3.3.50.00.00	Transferência a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos	R\$ 1.000,00
3.3.3.70.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	R\$ 1.000,00
3.3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	R\$ 314.528,55
3.4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	R\$ 1.000,00
TOTAL		R\$ 5.994.000,00



## ANEXO 10

MUNICÍPIO DE GASPAR: Lei Orçamentaria Anual - LOA 2011

Anexo de Ações Alteradas pelas Emendas aprovadas ao Projeto de Lei nº. 94/2010

**ITEM VETADO**

Classificação	Especificação	Código
Órgão	Fundo Municipal de Saúde	06
Unidade	Fundo Municipal de Saúde	11
Função	Saúde	10
Sub-Função	Atenção Básica	301
Programa	Gestão do Fundo Municipal de Saúde	0.0.2.6
Projeto/Atividade/Op. Esp.	Transferência a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos - Rede Feminina de Combate ao Câncer	

Código da Ação	Descrição da Ação	Valor R\$
	Transferência a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos - Rede Feminina de Combate ao Câncer	R\$ 100.000,00
TOTAL		R\$ 100.000,00

Código Natureza da Despesa	Especificação	Valor R\$
3.3.3.50.00.00	Transferência a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos	R\$ 100.000,00
TOTAL		R\$ 100.000,00

## ANEXO 10

MUNICÍPIO DE GASPAR: Lei Orçamentaria Anual - LOA 2011

Anexo de Ações Alteradas pelas Emendas aprovadas ao Projeto de Lei nº. 94/2010

Classificação	Especificação	Código
Órgão	Fundo Municipal de Saúde	06
Unidade	Fundo Municipal de Saúde	11
Função	Saúde	10
Sub-Função	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	302
Programa	Gestão do Fundo Municipal de Saúde	0.0.2.6
Projeto/Atividade/Op. Esp.	Convênio Hospital Nossa Senhora Perpétuo Socorro	2.0.0.1.3.4

Código da Ação	Descrição da Ação	Valor R\$
2.0.0.1.3.4	Convênio Hospital Nossa Senhora Perpétuo Socorro	R\$ 2.300.000,00
TOTAL		R\$ 2.300.000,00

Código Natureza da Despesa	Especificação	Valor R\$
3.3.3.50.00.00	Transferências a Instituições Provadas Sem Fins Lucrativos	R\$ 2.300.000,00
TOTAL		R\$ 2.300.000,00

## ANEXO 10

MUNICÍPIO DE GASPAR: Lei Orçamentaria Anual - LOA 2011

Anexo de Ações Alteradas pelas Emendas aprovadas ao Projeto de Lei nº. 94/2010

**ITEM VETADO**

Classificação	Especificação	Código
Órgão	Fundação Municipal de Esportes	12
Unidade	Fundação Municipal de Esportes	25
Função	Desporto e Lazer	27
Sub-Função	Desporto Comunitário	812
Programa	Gestão da Fundação Municipal de Esportes de Gaspar	0.0.2.8
Projeto/Atividade/Op. Esp.	Reforma do Ginásio do Bairro Bela Vista	

Código da Ação	Descrição da Ação	Valor R\$
	Reforma do Ginásio do Bairro Bela Vista	R\$ 30.000,00
TOTAL		R\$ 30.000,00

Código Natureza da Despesa	Especificação	Valor R\$
3.4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	R\$ 30.000,00
TOTAL		R\$ 30.000,00

## ANEXO 10

MUNICÍPIO DE GASPAR: Lei Orçamentaria Anual - LOA 2011

Anexo de Ações Alteradas pelas Emendas aprovadas ao Projeto de Lei nº. 94/2010

Classificação	Especificação	Código
Órgão	Fundação Municipal de Esportes	12
Unidade	Fundação Municipal de Esportes	25
Função	Desporto e Lazer	27
Sub-Função	Desporto Comunitário	812
Programa	Gestão da Fundação Municipal de Esportes de Gaspar	0.0.2.8
Projeto/Atividade/Op. Esp.	Construção, ampliação e reforma de espaços esportivos	1.0.0.1.8.5

Código da Ação	Descrição da Ação	Valor R\$
1.0.0.1.8.5	Construção, ampliação e reforma de espaços esportivos	R\$ 50.000,00
TOTAL		R\$ 50.000,00

Código Natureza da Despesa	Especificação	Valor R\$
3.4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	R\$ 50.000,00
TOTAL		R\$ 50.000,00

**Decreto Nº 4.116 de 20 de Dezembro de 2010.**

DECRETO Nº 4.116 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010.

FIXA O VALOR DA UFM - UNIDADE FISCAL DO MUNICÍPIO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, com fundamento no § 1º do artigo 293, do Código Tributário do Município de Gaspar e no § 2º do artigo 97, do Código Tributário Nacional,

DECRETA:

Art. 1º Os tributos, os preços públicos e as multas municipais serão atualizados monetariamente em 1º de janeiro de 2011, pelo índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M, acumulado entre os meses de dezembro de 2009 e novembro de 2010, no percentual de 10,2717%.

Art. 2º Fica fixado em R\$ 69,20 (sessenta e nove reais e vinte centavos), o valor da UFM - Unidade Fiscal do Município, a partir de 1º de janeiro de 2011, corrigido com base no índice do artigo anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2011.

Gaspar, 20 de dezembro de 2010.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

**Decreto Nº 4.117 de 20 de Dezembro de 2010.**

DECRETO Nº 4.117 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010.

FIXA O VALOR DA UFM - UNIDADE FISCAL DO MUNICÍPIO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, com fundamento no § 1º do artigo 293, do Código Tributário do Município de Gaspar e no § 2º do artigo 97, do Código Tributário Nacional,

DECRETA:

Art. 1º Os tributos, os preços públicos e as multas municipais serão atualizados monetariamente em 1º de janeiro de 2011, pelo índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M, acumulado entre os meses de dezembro de 2009 e novembro de 2010, no percentual de 10,2717%.

Art. 2º Fica fixado em R\$ 69,20 (sessenta e nove reais e vinte centavos), o valor da UFM - Unidade Fiscal do Município, a partir de 1º de janeiro de 2011, corrigido com base no índice do artigo anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2011.

Gaspar, 20 de dezembro de 2010.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

**Decreto Nº. 4.118 de 20 de Dezembro de 2010.**

DECRETO Nº. 4.118 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010.

DELEGA PODERES PARA ASSINAR, EM CONJUNTO, CHEQUES EMITIDOS DAS CONTAS DO FUNDO MUNICIPAL DE ATENDIMENTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art.

72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica delegado à Diretora-Geral de Desenvolvimento Social, GIANA CRISTINE WAGNER, inscrita no CPF sob nº. 963.684.209-44, e à Ordenadora de Despesas do F.I.A., MARIA SALETE DA SILVA SCHMITT, inscrita no CPF sob nº. 475.843.279-15, poderes exclusivos para assinar, em conjunto, os cheques emitidos do Fundo Municipal de Atendimento da Criança e do Adolescente, das contas bancárias aqui descritas, consultar extratos e saldos das respectivas, ou ainda, eventuais contas a serem abertas em nome deste Fundo Municipal:

I - 45-0 FIA Fundo da Infância e Adolescência (Banco: 104 Ag.:1073 Banco:Caixa)

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 20 de dezembro de 2010.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

**Decreto Nº. 4.103, de 1º de Dezembro de 2010.**

DECRETO Nº. 4.103, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2010.

ANULA E SUPLEMENTA SALDOS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO VIGENTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pelo artigo 6º, incisos II e V, da Lei Municipal nº. 3.163, de 27 de novembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º Ficam anulados, nos valores indicados, os seguintes saldos de dotações do orçamento vigente da Secretaria Municipal de Educação.

4 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

6 EDUCAÇÃO INFANTIL

00012.00365.00009 GESTÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

2.200038 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Dotação 47 - 3.3.1.9.0 Aplicações diretas R\$ 23.188,56

Dotação 45 - 3.3.3.9.0 Aplicações diretas R\$ 55.823,97

Dotação 46 - 3.3.3.9.0 Aplicações diretas R\$ 22.522,25

7 EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL

00012.00361.00010 GESTÃO DE EDUCAÇÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL

2.200042 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL

Dotação 97 - 3.3.1.9.0 Aplicações diretas R\$ 78.676,95

8 EDUCAÇÃO JOVENS E ADULTOS

00012.00366.00012 GESTÃO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

2.200050 MANUTENÇÃO EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Dotação 126 - 3.3.1.9.0 Aplicações diretas R\$ 13.740,80

Art. 2º Por conta dos recursos anulados no artigo 1º, ficam suplementados, nos valores indicados, os seguintes saldos de dotações orçamentárias.

4 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

6 EDUCAÇÃO INFANTIL

00012.00365.00009 GESTÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

2.200038 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Dotação 43 - 3.3.1.9.0 Aplicações diretas R\$ 22.522,25

Dotação 44 - 3.3.1.9.0 Aplicações diretas R\$ 55.823,97  
Dotação 51 - 3.3.3.9.0 Aplicações diretas R\$ 23.188,56  
7 EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL  
00012.00361.00010 GESTÃO DE EDUCAÇÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL  
2.200042 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL  
Dotação 99 - 3.3.3.9.0 Aplicações diretas R\$ 78.676,95  
8 EDUCAÇÃO JOVENS E ADULTOS  
00012.00366.00012 GESTÃO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS  
2.200050 MANUTENÇÃO EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS  
Dotação 127 - 3.3.3.9.0 Aplicações diretas R\$ 13.740,80

Art. 3º Ficam suplementados, por excesso de arrecadação, com os valores indicados, os saldos de dotações orçamentárias a seguir.

4 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
6 EDUCAÇÃO INFANTIL  
00012.00365.00009 GESTÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL  
2.200038 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL  
Dotação 43 - 3.3.1.9.0 Aplicações diretas R\$ 203.800,18  
7 EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL  
00012.00361.00010 GESTÃO DE EDUCAÇÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL  
2.200042 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL  
Dotação 93 - 3.3.1.9.0 Aplicações diretas R\$ 196.967,72  
Dotação 94 - 3.3.1.9.0 Aplicações diretas R\$ 161.385,80  
Dotação 95 - 3.3.3.9.0 Aplicações diretas R\$ 23.973,90  
7 EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL  
00012.00361.00010 GESTÃO DE EDUCAÇÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL  
2.200044 TRANSPORTE ESCOLAR  
Dotação 92 - 3.3.3.9.0 Aplicações diretas R\$ 10.644,42

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 1º de dezembro de 2010.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito Municipal

### **Decreto Nº. 4.112, de 10 de Dezembro de 2010.**

DECRETO Nº. 4.112, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2010.

ANULA E SUPLEMENTA SALDOS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO MUNICÍPIO DE GASPAR.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei nº. 3.279, de 10 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º Ficam anulados os seguintes saldos de dotação orçamentária, nos valores indicados.

Órgão: 13 - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE  
Unidade: 26 - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE  
Função: 17 - Saneamento  
Sub-Função: 512 - Saneamento Básico Urbano  
Programa: 0025 - Melhoria e Manutenção dos Serviços de Saneamento  
Destino: 2 - Atividade  
Ação: 2.200114 - Coleta de Lixo  
Despesa: 4  
Modalidade de Aplicação: 3.3.3.9.0 - Aplicações Diretas R\$ 46.000,00

Órgão: 06 - Fundo Municipal de Saúde  
Unidade: 11 - Fundo Municipal de Saúde  
Função: 10 - Saúde  
Sub-Função: 301 - Atenção Básica  
Programa: 0026 - Gestão do Fundo Municipal de Saúde  
Destino: 2 - Atividade  
Ação: 2.200140 - Ampliar e Manter aquisição de Medicamentos conforme preconiza NOAS/SUS  
Despesa: 86  
Modalidade de Aplicação: 3.3.3.9.0 - Aplicações Diretas R\$ 39.526,72

Art. 2º Por conta dos recursos a que se refere o artigo 1º, ficam suplementadas, nos valores indicados, as dotações orçamentárias a seguir.

Órgão: 13 - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE  
Unidade: 26 - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE  
Função: 17 - Saneamento  
Sub-Função: 512 - Saneamento Básico Urbano  
Programa: 0025 - Melhoria e Manutenção dos Serviços de Saneamento  
Destino: 2 - Atividade  
Ação: 2.200110 - Manutenção da Estrutura Administrativa da Autarquia  
Despesa: 1  
Modalidade de Aplicação: 3.3.1.9.0 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Órgão: 13 - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE  
Unidade: 26 - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE  
Função: 17 - Saneamento  
Sub-Função: 512 - Saneamento Básico Urbano  
Programa: 0025 - Melhoria e Manutenção dos Serviços de Saneamento  
Destino: 2 - Atividade  
Ação: 2.200110 - Manutenção da Estrutura Administrativa da Autarquia  
Despesa: 2  
Modalidade de Aplicação: 3.3.3.9.0 - Aplicações Diretas R\$ 16.000,00

Art. 3º Por conta dos recursos anulados no art. 1º, fica ainda criado o crédito especial abaixo, junto ao quadro orçamentário da Administração Direta, conforme a tabela a seguir.

Órgão: 06 - Fundo Municipal de Saúde  
Unidade: 11 - Fundo Municipal de Saúde  
Função: 10 - Saúde  
Sub-Função: 301 - Atenção Básica  
Programa: 0026 - Gestão do Fundo Municipal de Saúde  
Destino: 2 - Atividade  
Ação: 2.200140 - Ampliar e Manter Aquisição de Medicamentos conforme preconiza a NOAS/SUS  
Despesa: 109  
Modalidade de Aplicação: 3.3.3.7.1 - Aplicações Diretas R\$ 39.526,72

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, 10 de dezembro de 2010.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito



**Decreto Nº. 4.115, de 15 de Dezembro de 2010.**

DECRETO Nº. 4.115, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.

ANULA E SUPLEMENTA SALDOS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DO SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pelo artigo 6º, incisos II e V, da Lei Municipal nº. 3.163, de 27 de novembro de 2009,

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam anulados, nos valores indicados, os seguintes saldos de dotações do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde e do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto.

6 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

00010.00301.00026 GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.200124 AMPLIAR E MANTER AS EQUIPES DO PROG. DE AGENTES COMUNITÁRIOS EM SAÚDE

Dotação 8 - 3.3.3.9.0 Aplicações diretas R\$ 30.000,00

2.200152 AMPLIAR, MANTER E EQUIPAR O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Dotação 63 - 3.3.3.9.0 Aplicações diretas R\$ 5.000,00

00010.00302.00026 GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.200150 MANTER E EQUIPAR O CENTRO DE ACOLHIMENTO DE RISCO

Dotação 59 - 3.3.3.9.0 Aplicações diretas R\$ 4.000,00

Dotação 60 - 3.4.4.9.0 Aplicações diretas R\$ 4.313,84

00010.00304.00026 GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.200128 AMPLIAR, MANTER E EQUIPAR AS VIGILÂNCIAS SANITÁRIAS

Dotação 14 - 3.3.3.9.0 Aplicações diretas R\$ 5.000,00

Dotação 17 - 3.3.3.9.0 Aplicações diretas R\$ 5.000,00

13 SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

26 SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

00017.00512.00025 MELHORIA E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO

2.200110 MANUTENÇÃO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA AUTARQUIA

Dotação 2 - 3.3.3.9.0 Aplicações diretas R\$ 22.500,00

Art. 2º Ficam suplementados, com os recursos anulados no art. 1º, os saldos de dotações seguintes.

6 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

00010.00301.00026 GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.200124 AMPLIAR E MANTER AS EQUIPES DO PROG. DE AGENTES COMUNITÁRIOS EM SAÚDE

Dotação 7 - 3.3.1.9.0 Aplicações diretas R\$ 30.000,00

2.200152 AMPLIAR, MANTER E EQUIPAR O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Dotação 61 - 3.3.1.9.0 Aplicações diretas R\$ 5.000,00

00010.00302.00026 GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.200150 MANTER E EQUIPAR O CENTRO DE ACOLHIMENTO DE RISCO

Dotação 58 - 3.3.1.9.0 Aplicações diretas R\$ 8.313,84

00010.00304.00026 GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.200128 AMPLIAR, MANTER E EQUIPAR AS VIGILÂNCIAS SANITÁRIAS

Dotação 13 - 3.3.1.9.0 Aplicações diretas R\$ 5.000,00

Dotação 16 - 3.3.1.9.0 Aplicações diretas R\$ 5.000,00

13 SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

26 SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE  
00017.00512.00025 MELHORIA E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO

2.200110 MANUTENÇÃO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA AUTARQUIA

Dotação 1 - 3.3.1.9.0 Aplicações diretas R\$ 22.500,00

Art. 3º Fica suplementado, por excesso de arrecadação, no valor indicado, o seguinte saldo de dotação do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto.

13 SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE  
26 SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE  
00017.00512.00025 MELHORIA E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO

2.200110 MANUTENÇÃO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA AUTARQUIA

Dotação 1 - 3.3.1.9.0 Aplicações diretas R\$ 260.000,00

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 15 de dezembro de 2010.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

**Extrato da Dispensa Nº 133/2010**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Extrato da Dispensa nº 133/2010

OBJETO: contratação de empresa especializada em vigilância patrimonial desarmada. CONTRATADO: ORSEVIG - ORGANIZAÇÃO DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA (80.496.086/0001-24). VALOR TOTAL: R\$ 21.320,00 (vinte e um mil, trezentos e vinte reais). BASE LEGAL: Artigo 24, inciso IV da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), 20 de Dezembro de 2010.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

---

**SAMAE**

---

**Extrato Contrato Nº 42/2010 - SAMAE**

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE  
EXTRATO CONTRATOS / 2010

Número do contrato: 42/2010

Data vigência: 15/12/2010

Data vencimento: 31/12/2010

Número da Licitação: 48/2010 - Modalidade: Pregão

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: ELSTER MEDIÇÃO DE ÁGUA S/A - CNPJ/CPF do contratado: 21.581.509/0001-45

Objeto: Aquisição de conexões e hidrômetros, visando a manutenção, ampliação e reparos necessários ao funcionamento dos sistemas e redes de água existentes no Município.

Valor: R\$ 9.987,50 (nove mil, novecentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).

Gaspar (SC), em 15 de dezembro de 2010.

LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI

Diretor Presidente

## Governador Celso Ramos

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### **Pregão Presencial 105-2010 prensa de entulhos e caminhão**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE GOVERNADORCELSE RAMOS  
SETOR DE LICITAÇÕES  
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL N.º. 105/2010

Objeto: Aquisição de 02 prensa compactadora de entulho e 01 caminhão, conforme determina o edital e seus anexos. Data de Abertura da Documentação e Proposta de Preços: Dia 04 de janeiro de 2011, às 15:00 horas. Local para retirada do Edital: No setor de licitações sito à Praça 06 de novembro, 01, Centro - Gov. Celso Ramos/SC. Maiores informações poderão ser obtidas pelo Fone: (48) 3262-0141 Ramal 202.

Governador Celso Ramos, 21 de dezembro de 2010.  
ANÍSIO ANATÓLIO SOARES  
Prefeito Municipal

#### **Extrato de Termo Aditivo 005-2010 ao contrato 093-2009 .Aline C.E.I Canto**

PREFEITURA MUN. DE GOV. CELSO RAMOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº. 005/2010 AO CONTRATO Nº. 093/2009. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Gov. Celso Ramos. CONTRATADO: ALINE CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA OBJETO: Contratação de empresa para reforma com fornecimento de material, de parte do C.E. I Dulce Godinho Nazário, conforme edital, memorial descritivo, projeto e planilha orçamentária. CLÁUSULA SEGUNDA - PRAZO: Fica prorrogado o prazo do Contrato original, para até 17 de janeiro de 2010, em consonância com disposto no art. 57, Inciso II da Lei 8.666/93. CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR. Fica aditado ao valor do contrato original a quantia de R\$ 10.287,16 (Dez mil e duzentos e oitenta e sete reais e dezesseis centavos), passando o valor global do contrato a ser de R\$ 229.167,07 (Duzentos e vinte e nove mil e cento e sessenta e sete reais e sete centavos).

Governador Celso Ramos, 17 de dezembro de 2010.  
ANÍSIO ANATÓLIO SOARES.  
Prefeito Municipal.

## Guaramirim

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### **Extrato de Termo Aditivo**

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM - SC  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO  
Processo 77/2010  
Espécie: 1º Termo Aditivo ao Contrato nº. 139/2010

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC  
Contratada: LP Elevadores Ltda  
Objeto: Prorrogação do prazo do contrato, ou seja, de 01 de janeiro de 2011 até 02 de março de 2011, com base no artigo 57,

inciso II da Lei 8.666/93

Assinatura: 21 de dezembro de 2010

Signatários: Pelo Município o Sr. Nilson Bylaardt - Prefeito Municipal e pela Empresa: Lourival Patrício

Guaramirim-SC, 21 de dezembro de 2010

NILSON BYLAARDT

Prefeito Municipal

## Imbituba

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### **Lei 3.811.2010**

Lei nº 3.811, de 21 de dezembro de 2010.

Altera os anexos XIII e XVI do Art. 3º da Lei Municipal nº 2.990, de 21 de novembro de 2006, que estabelece a divisão político-administrativa do Município de Imbituba e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA,

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam alteradas as divisões geométricas dos bairros Village e Centro, consoante o anexo I desta lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogados os Anexos XIII e XVI do Art. 3º da Lei Municipal nº 2.990, de 21 de novembro de 2006.

Imbituba, 21 de dezembro de 2010.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

#### **Lei Nº 3.810.2010**

Lei nº 3.810, de 21 de dezembro de 2010.

Denomina vias no bairro de Sambaqui, Município de Imbituba/SC, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA,

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam ratificadas com acréscimo da designação "D.S.", observado o que dispõe o art. 6º da Lei Municipal nº 3.736, de 05 de agosto de 2010, as seguintes denominações de logradouros:

I - D.S. Rua AURINO ALVES DE SOUZA, com início na BR 101 e término na D.S. Rua da Balsa;

II - D.S. Rua DO CAMPO, com início na D.S. Rua Aurino Alves de Souza, sem saída;

III - D.S. Rua DOMINGOS MANOEL FELICIANO, com início na D.S. Rua Aurino Alves de Souza e término na D.S. Rua Da Balsa;

IV - D.S. Rua DOMÍCIO PEDRO DA ROSA, com início na D.S. Rua Aurino Alves de Souza e término na D.S. Rua Emílio Antônio Martins;

V - D.S. Rua ANTÔNIO LEOVEGILDO DE OLIVEIRA, com início na D.S. Rua Da Balsa, sem saída;

VI - D.S. Rua DA BALSA, com início na D.S. Rua Antônio Leovegildo

de Oliveira e término no Rio D'UNA;  
VII - D.S. Rua EMÍLIO ANTÔNIO MARTINS, com início na D.S. Rua Antônio Leovegildo de Oliveira e término na BR 101;  
VIII - D.S. Rua JOÃO SILVÉRIO DE ARAÚJO, com início na Rua João de Carvalho e término na D.S. Rua Da Balsa.

Art. 2º As vias abaixo indicadas, pertencentes ao Bairro Sambaqui, ficam socialmente denominadas com as seguintes nomenclaturas:  
I - D.S. Viela 7 DE SETEMBRO com início na D.S. Rua Do Campo e término na D.S. Viela Jaciná Américo da Silva;  
II - D.S. Viela JACINÁ AMÉRICO DA SILVA, com início na D.S. Rua Aurino Alves de Souza, sem saída;  
III - D.S. Rua DEMÉTRIOS, com início na D.S. Rua Aurino Alves de Souza, sem saída;  
IV - D.S. Viela ADEMIR BERNARDO DA SILVA, com início na D.S. Rua Aurino Alves de Souza, sem saída;  
V - D.S. Viela EMÍLIA DOLORES LOPES, com início na D.S. Rua da Balsa, sem saída;  
VI - D.S. Viela ALGEMIRO DA SILVA, com início na D.S. Rua Antônio Leovegildo de Oliveira, sem saída.

Art. 3º Fica criado o Anexo I (mapa do bairro), parte integrante desta Lei.

Art. 4º Ficam revogadas as Leis nos 3.233, de 12 de dezembro de 2007, e 1.506, de 28 de setembro de 1995.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 21 de dezembro de 2010.

JOSÉ ROBERTO MARTINS  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### **Publicação de Extrato de Dispensa 81/2010 (PMI)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
PROCESSO Nº 209/2010  
DISPENSAS Nº 81/2010

Objeto: Implantação da pavimentação, com peças pré-moldadas de concreto - PCC, da rua 56, situada na Vila Nova.

Valor Total: R\$ 13.175,62

Empresa: Construvila Ltda.

Fundamento: Artigo 24, II da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 23 de dezembro de 2010.

JOSÉ ROBERTO MARTINS  
Prefeito Municipal

**Iomerê**

**PREFEITURA MUNICIPAL**

**Resultado do Edital de Chamamento Nº 0001/2010**  
CHAMAMENTO PÚBLICO DE FABRICANTES E/OU FORNECEDORES  
PARA CADASTRAMENTO DE PRODUTOS Nº 0001/2010

MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE

### **RESULTADO DE APROVAÇÃO**

ITENS	DESCRIÇÃO	MARCAS
1	Água sanitária Hipoclorito de sódio, hidróxido de sódio, cloreto de sódio e água. Teor do cloro 2,0 a 2,5 % p/p. Acondicionada em embalagem plástica, contendo 1litro.	QBOA
2	Álcool 92,8º: Composição: Álcool etílico hidratado 92,8º INPM, contendo 01 litro.	MINAS ALCOOL – DA ILHA
3	Amaciante de roupas: aspecto físico líquido viscoso. Composição: Tensoativo, não iônico, coadjuvante, alcalinizante, características adicionais líquido concentrado, solúvel em água, base neutra.	ENVOLV – GIRANDO SOL BONDMANN
4	Bolsa alvejada de no mínimo 62x80cm, composta de 90 a 95% de algodão e de 5 a 10% de outras fibras, com peso mínimo de 140g.	MARTIMPANOS
5	Cera em pasta incolor: Composição: solvente, coadjuvantes, emulsificante, ativos, corante e silicone. Acondicionado em embalagem de metal, contendo 375gr.	BRAVO
6	Cera líquida incolor Composição: Cera natural acrílico, resina fumarica, plastificantes. Alcalizante, corante, e perfume, com formador de filme. Acondicionada em embalagem plástica, contendo 750 ml. Antiderrapante	BRAVO – POLWAX – INGLESA
7	Cera líquida vermelha Composição: Cera natural acrílico, resina fumarica, plastificantes. Alcalizante, corante, e perfume, com formador de filme Acondicionada em embalagem plástica, contendo 750 ml. Antiderrapante.	BRAVO – POLWAX – INGLESA
8	Copo descartável resistente – 200 ml	COPOSUL - COPOBRAS
9	Copo descartável resistente – 300 ml	COPOSUL - COPOBRAS
10	Copo descartável resistente – 50 ml	COPOSUL - COPOBRAS
11	Desinfetante líquido femme Composição: água, cloreto de benzalcônio, essência nonil fenol etoxilado (germicida, bactericida, concentrado)	GIRANDO SOL BONDMANN
12	Desinfetante líquido floral Composição: água, cloreto de benzalcônio, essência nonil fenol etoxilado (germicida, bactericida, concentrado)	GIRANDO SOL BONDMANN
13	Desinfetante líquido Lavanda Composição: água, cloreto de benzalcônio, essência nonil fenol etoxilado (germicida, bactericida, concentrado)	GIRANDO SOL BONDMANN
14	Detergente de cozinha	YPÊ
15	Detergente limpa pisos com brilho diluível	POLWAX
16	Esponja dupla face 110 x 75 x 23mm Composição Espuma de poliuretano e fibra sintética com abrasivo	SCOTCHBRITE
17	Limpa vidro: Associados de tensoativa, aniônicos, sinergizantes, solubilizantes, coadjuvante, sequestrantes, essências, água e corante, contendo 500 ml.	VIDREX
18	Lixeira de plástico resistente com tampa, 50 litros	TRITAC
19	Lustra móveis: Composição veículos Ativos, Espessante, Emulsificante, Cloreto de Cetil Trimetil Amônio, formaldeído à 37% e Essência, contendo 200 ml.	LUSTRAX

20	Luva de borracha tamanho grande: Luva elaborada com látex 100% natural, forradas com 100% algodão, flexíveis e resistentes.	DANNY SILVER, DANNY SANRO - VOLK
21	Luva de borracha tamanho médio Luva elaborada com látex 100% natural, forradas com 100% algodão, flexíveis e resistentes.	DANNY SILVER, DANNY SANRO - VOLK
22	Luva de borracha tamanho pequeno: Luva elaborada com látex 100% natural, forradas com 100% algodão, flexíveis e resistentes.	DANNY SILVER, DANNY SANRO - VOLK
23	Papel higiênico: branco	FOFINHO
24	Papel Higiênico: branco, folha dupla	NEVE – BOB – SCOTCH
25	Papel toalha branco interfolhado 2 dobras, folhas com tamanho mínimo de 20X21cm; fardo com 1000 folhas	SMART – NOBRE
26	Papel toalha branco: embalagem com 02 rolos	CLEAN
27	Rodo com espuma para passar cera com cabo de madeira	ODIM – BETTANI
28	Rodo de plástico com 40cm, com cabo de madeira revestido em plástico.	LIMPAMANIA – BETTANI
29	Sabão em pó: Composição, tensoativo amfônico, tanponantes, coadjuvantes, sinergista, corantes, enzimas, branqueador óptico, essência, água, alvejante e carga. Embalagem de 1Kg.	BRILHANTE – OMO
30	Sabonete comum: Composição: seboato de sódio, palmistato de sódio, glicerina fragância, cloreto de sódio, CI19140, CI 74160, CI 77891, distirilbifenil dissulfonato dissódico, EDTA tetrassódico, etidronato tetrassódico, hidróxido de sódio, proteína de trigo hidrolisada, proteína de amêndoa-doce hidrolisada, proteína de aveia hidrolisada, formaldeído e água, contendo 90 gramas.	PALMOLIVE - IARA
31	Sabonete infantil: composição: sabão base neutro, amido de mandioca, fragância de derivado de diestiriu bifinil, sais boliaminocarbocilicos e dióxido de titânio, contendo 80 gramas.	SNOOPY
32	Sabonete líquido 05 litros Composição: tensoativos aniônicos, amins de côco, lanolina, espessantes, agentes aromatizados, fragrâncias florais.	BIOLUX – CLARA- LUX BONDMANN
33	Sacos para Lixo (100 litros): Saco para lixo em rolo picotado, contendo 25 sacos de 100 litros.	GIOPACK – PRO- LIXO
34	Sacos para Lixo (30 litros): Saco para lixo em rolo picotado, contendo 50 sacos de 30 litros.	GIOPACK – PRO- LIXO
35	Sacos para Lixo (50 litros): Saco para lixo em rolo picotado, contendo 50 sacos de 50 litros.	GIOPACK – PRO- LIXO
36	Saponáceo líquido cremoso - 300 ml sem detergente.	RADIUM
37	Toalha de rosto composta de 100% algodão; tamanho 48 x 68 cm; peso mínimo de 100 gramas	LDA VIAPANO
38	Toalha grande para limpeza de chão	LDA VIAPANO
39	Toalhas de louça composta de 100% algodão, branca	MARTIMPANOS

40	Vassoura de nylon: Vassoura de nylon com cabo de madeira.	NOVIÇA – CONDOR
41	Xampu: infantil - 350 ml	SNOOPY

Avaliado pela Comissão na data de 17 de dezembro de 2010.

CARLA CANDIAGO

Presidente

JUCEMARA PAGANINI

Membro

ELIZETE BARICHELO BALDO

Membro

JAQUELINE DEON

Membro

### Resultado Edital de Chamamento Nº 0002/2010

CHAMAMENTO PÚBLICO DE FABRICANTES E/OU FORNECEDORES  
PARA CADASTRAMENTO DE PRODUTOS Nº 0002/2010  
MATERIAL DE EXPEDIENTE

#### ANEXO III RESULTADO DE APROVAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCAS
1	Caixa de arquivo morto – papelão marron	Frama - Sampa
2	Caneta esferográfica azul – ponta grossa	Fabber Castell – Bic Compactor
3	Caneta esferográfica preta – ponta grossa	Fabber Castell – Bic Compactor
4	Caneta esferográfica verde – ponta grossa	Fabber Castell – Bic Compactor
5	Caneta esferográfica vermelha – ponta grossa	Fabber Castell – Bic Compactor
6	Cola dimensional alto relevo - tubo com 35ml	Acrilex
7	Fita Adesiva – marrom de papel - 16mm x 50 metros.	Scotch
8	Fita Adesiva – marrom de papel - 45mm x 45 metros.	3M Tartan Scotch
9	Fita adesiva dupla face 12mm x 30 metros	Adelbras - Scotch
10	Fita adesiva transparente 12mm x 10 metros. Deverá ter boa aderência, constituição homogênea isenta de furos, devendo a cola ser contínua sem falhas e sem materiais estranhos a sua textura.	Adelbras – 3M
11	Fita adesiva transparente 12mm x 40 metros. Deverá ter boa aderência, constituição homogênea isenta de furos, devendo a cola ser contínua sem falhas e sem materiais estranhos a sua textura.	Adelbras – 3M
12	Fita Adesiva transparente 25mm x 45 metros. Deverá ter boa aderência, constituição homogênea isenta de furos, devendo a cola ser contínua sem falhas e sem materiais estranhos a sua textura.	Adelbras – 3M



13	Fita Adesiva transparente 45mm x 45 metros. Deverá ter boa aderência, constituição homogênea isenta de furos, devendo a cola ser contínua sem falhas e sem materiais estranhos a sua textura.	Adelbras – 3M
14	Fita crepe branca – 18mm x 50 metros	3M
15	Grampeador para grampo 26/6 base com 20cm.	Maxprint Cis
16	Grampo 26/6 cobreado – caixa com 5000 unidades.	Frama – Bachi
17	Grampo 26/6 galvanizado – caixa com 5000 unidades.	Frama – Bachi – Lyke - Grampline
18	Papel sulfite A4 – 210 x 297 mm – 75 g/m2 – com 500 folhas, cor branca	Chamex - Office
19	Pasta catálogo com 100 folhas	Tn Percalux Stampa Jeans
20	Pincel atômico para quadro branco - cor azul	Pilot – Mercur - Fabber
21	Pincel atômico para quadro branco - cor preto	Pilot – Mercur - Fabber
22	Pincel atômico para quadro branco - cor verde	Pilot – Mercur - Fabber
23	Pincel atômico para quadro branco - cor vermelho	Pilot – Mercur - Fabber
24	Pincel atômico ponta chanfrada – cor azul	Pilot – Mercur - Fabber
25	Pincel atômico ponta chanfrada – cor preto	Pilot – Mercur - Fabber
26	Pincel atômico ponta chanfrada – cor verde	Pilot – Mercur - Fabber
27	Pincel atômico ponta chanfrada – cor vermelho	Pilot – Mercur - Fabber
28	Tinta para tecido – expansível – tubo com 35ml	Acrilex

Avaliado pela Comissão na data de 20 de dezembro de 2010.

CARLA CANDIAGO  
Presidente

JAQUELINE DEON  
Membro

ELIZETE BARICHELLO BALDO  
Membro

## Irineópolis

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### Lei 1541/2010

LEI N.º 1541/2010.

Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de IRINEOPOLIS para o Exercício de 2011.

WANDERLEI LEZAN, Prefeito Municipal de IRINEOPOLIS, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do município que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte:

LEI  
Do Orçamento do Município

Artigo 1.º - O Orçamento Geral do Município de IRINEOPOLIS, abrangendo a administração direta, seus fundos, órgãos e

autarquia, para o exercício financeiro de 2011, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 28.322.200,00(vinte e oito milhões, trezentos e vinte e dois mil e duzentos reais), discriminados nos anexos integrantes desta Lei.

#### Do Orçamento das Unidades Gestoras

Artigo 2.º - O Orçamento Consolidado para o exercício de 2011 estima a Receita em R\$ 28.322.200,00(vinte e oito milhões, trezentos e vinte e dois mil e duzentos reais), e fixa a Despesa em R\$28.322.200,00(vinte e oito milhões, trezentos e vinte e dois mil e duzentos reais), sendo R\$ 3.344.940,00 (três milhões, trezentos e quarenta e quatro mil e novecentos e quarenta reais) as transferências financeiras recebidas e concedidas.

§ 1.º - A Receita da Prefeitura, Fundos e Autarquias, será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento.

4. RECEITAS 28.322.200,00  
4.1. RECEITAS CORRENTES 16.444.500,00  
4.2. RECEITAS DE CAPITAL 11.877.700,00

TOTAL GERAL 28.322.200,00

§ 2.º - A Despesa Consolidada será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira.

#### I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

01 - Poder Legislativo 755.040,00  
02 - Poder Executivo 22.083.260,00  
03 - Hospital Municipal Bom Jesus 816.000,00  
04 - Fundo Municipal de Saúde 4.292.900,00  
05 - Fundo Municipal de Assistência Social 262.000,00  
99 - Reserva de Contingência 113.000,00

TOTAL GERAL 28.322.200,00

#### II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01 - Legislativa 755.040,00  
04 - Administração 3.388.000,00  
06 - Segurança Pública 96.500,00  
08 - Assistência Social 1.153.000,00  
10 - Saúde 5.098.900,00  
12 - Educação 7.381.125,00  
13 - Cultura 199.000,00 15 - Urbanismo 4.201.935,00  
16 - Habitação 618.750,00  
17 - Saneamento 20.000,00  
20 - Agricultura 1.574.250,00  
22 - Indústria 261.000,00  
23 - Comércio e Serviços 281.000,00  
25 - Energia 140.000,00  
26 - Transporte 3.030.700,00  
99 - Reserva de Contingência 123.000,00

TOTAL GERAL 28.322.200,00

#### III - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

0001 - Processo Legislativo 755.040,00  
0007 - Administração 2.514.000,00  
0008 - Administração Financeira 380.000,00  
0018 - Promoção e Extensão Rural 1.574.250,00  
0030 - Segurança Pública 96.500,00  
0041 - Educação da Criança de 0 a 6 anos 2.007.000,00

0042 - Ensino Fundamental 5.134.125,00  
 0044 - Ensino Superior 91.000,00  
 0045 - Ensino Supletivo 3.000,00  
 0046 - Educação Física e Desportos 112.000,00  
 0047 - Assistência a Educandos 22.000,00  
 0048 - Cultura 87.000,00  
 0049 - Educação Especial 20.000,00  
 0051 - Energia Elétrica 140.000,00  
 0057 - Habitação 618.750,00  
 0058 - Urbanismo 4.201.935,00  
 0062 - Indústria 261.000,00  
 0065 - Turismo 281.000,00  
 0075 - Saúde 5.093.900,00  
 0076 - Saneamento 20.000,00  
 0081 - Assistência 1.019.000,00  
 0084 - PASEP 134.000,00  
 0088 - Transporte 3.030.700,00  
 0099 - Reserva de Contingência 123.000,00  
 0100 - Gestão Administrativa Superior 494.000,00  
 0102 - Despesas Gerais em Educação 4.000,00  
 0103 - Despesas Gerais em Saúde 5.000,00  
 0105 - Programa de Alimentos Escolar 100.000,00

TOTAL GERAL 28.322.200,00

#### IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES 16.295.664,00  
 3.1.00.00.00.00.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais 8.211.156,00  
 3.2.00.00.00.00.00.00 - Juros e Encargos da Dívida 67.976,00  
 3.3.00.00.00.00.00.00 - Outras Despesas Correntes 8.016.532,00  
 DESPESAS DE CAPITAL 11.903.536,00  
 4.4.00.00.00.00.00.00 - Investimentos 11.343.536,00  
 4.5.00.00.00.00.00.00 - Inversões Financeiras 310.000,00  
 4.6.00.00.00.00.00.00 - Amortização da Dívida 250.000,00  
 RESERVA DE CONTINGÊNCIA 123.000,00  
 9.9.00.00.00.00.00.00 - Reserva de Contingência 123.000,00

TOTAL GERAL 28.322.200,00

#### Do Orçamento da Prefeitura Municipal de Irineópolis

Artigo 3.º - O Orçamento da entidade Prefeitura Municipal de Irineópolis para o exercício de 2011 estima a Receita em R\$ 25.533.200,00(vinte e cinco milhões, quinhentos e trinta e três mil e duzentos reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 3.344.940,00 (três milhões, trezentos e quarenta e quatro mil, novecentos e quarenta reais) e fixa a Despesa em R\$ 22.188.260,00(vinte e dois milhões, cento e oitenta e oito mil e duzentos e sessenta reais).

§ 1.º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de Outras Esferas de Governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

4. RECEITAS 25.533.200,00  
 4.1. RECEITAS CORRENTES 14.387.500,00  
 4.2. RECEITAS DE CAPITAL 11.145.700,00

TOTAL GERAL 25.533.200,00

§ 2.º - A Despesa da Entidade Prefeitura Municipal de Irineópolis será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídos da seguinte forma:

#### II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

04 - Administração 3.388.000,00  
 06 - Segurança Pública 96.500,00  
 08 - Assistência Social 891.000,00  
 12 - Educação 7.381.125,00  
 13 - Cultura 199.000,00  
 15 - Urbanismo 4.201.935,00  
 16 - Habitação 618.750,00  
 17 - Saneamento 20.000,00  
 20 - Agricultura 1.574.250,00  
 22 - Indústria 261.000,00  
 23 - Comércio e Serviços 281.000,00  
 25 - Energia 140.000,00  
 26 - Transporte 3.030.700,00  
 99 - Reserva de Contingência 105.000,00  
 SOMA 22.188.260,00  
 TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS  
 3.344.940,00

SOMA 25.533.200,00

#### IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES 11.188.164,00  
 3.1.00.00.00.00.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais 5.191.016,00  
 3.2.00.00.00.00.00.00 - Juros e Encargos da Dívida 60.976,00  
 3.3.00.00.00.00.00.00 - Outras Despesas Correntes 5.936.172,00  
 DESPESAS DE CAPITAL 10.895.096,00  
 4.4.00.00.00.00.00.00 - Investimentos 10.355.096,00  
 4.5.00.00.00.00.00.00 - Inversões Financeiras 310.000,00  
 4.6.00.00.00.00.00.00 - Amortização da Dívida 230.000,00  
 RESERVA DE CONTINGÊNCIA 105.000,00  
 9.9.00.00.00.00.00.00 - Reserva de Contingência 105.000,00  
 SOMA 22.188.260,00

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS  
 3.344.940,00

SOMA 25.533.200,00

#### Do Orçamento do Hospital Municipal Bom Jesus

Artigo 4.º - O Orçamento da entidade Hospital Municipal Bom Jesus para o exercício de 2011 estima a Receita em R\$ 498.000,00(duzentos e oitenta e três mil reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 325.000,00 (trezentos e vinte cinco mil reais) e fixa a Despesa em R\$ 823.000,00(quinhetos e sessenta e três mil reais).

§ 1.º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de Outras Esferas de Governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

4. RECEITAS 498.000,00  
 4.1. RECEITAS CORRENTES 413.000,00  
 4.2. RECEITAS DE CAPITAL 85.000,00

SOMA 498.000,00

TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA RECEBIDA 325.000,00

TOTAL GERAL 823.000,00

§ 2.º - A Despesa da Entidade Hospital Municipal Bom Jesus será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídos da seguinte forma:



**II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO**

10 - Saúde 816.000,00  
 99 - Reserva de Contingência 7.000,00  
**TOTAL GERAL 823.000,00**

**V - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA**

DESPESAS CORRENTES 686.000,00  
 3.1.00.00.00.00.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais 396.000,00  
 3.2.00.00.00.00.00.00 - Juros e Encargos da Dívida 7.000,00  
 3.3.00.00.00.00.00.00 - Outras Despesas Correntes 283.000,00  
 DESPESAS DE CAPITAL 130.000,00  
 4.4.00.00.00.00.00.00 - Investimentos 110.000,00  
 4.6.00.00.00.00.00.00 - Amortização da Dívida 20.000,00  
 RESERVA DE CONTINGÊNCIA 7.000,00  
 9.9.99.99.00.00.00.00 - Reserva de Contingência 7.000,00  
**TOTAL GERAL 823.000,00**

Do Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis

Artigo 5.º - O Orçamento da entidade Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis para o exercício de 2011 estima a Receita em R\$ 2.072.500,00 (dois milhões, setenta e dois mil e quinhentos reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 2.220.400,00 (dois milhões, duzentos e vinte mil e quatrocentos reais) e fixa a Despesa em R\$ 4.292.900,00 (quatro milhões, duzentos e noventa e dois mil e novecentos reais).

§ 1.º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de Outras Esferas de Governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

4. RECEITAS 2.072.500,00  
 4.1. RECEITAS CORRENTES 1.425.500,00  
 4.2. RECEITAS DE CAPITAL 647.000,00

SOMA 2.072.500,00  
 TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA RECEBIDA 2.220.400,00

**TOTAL GERAL 4.292.900,00**

§ 2.º - A Despesa da Entidade Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídos da seguinte forma:

**II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO**

10 - Saúde 4.282.900,00  
 99 - Reserva de Contingência 10.000,00

**TOTAL 4.292.900,00**

**IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA**

DESPESAS CORRENTES 3.473.460,00  
 3.1.00.00.00.00.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais 2.019.140,00  
 3.3.00.00.00.00.00.00 - Outras Despesas Correntes 1.454.320,00  
 DESPESAS DE CAPITAL 809.440,00  
 4.4.00.00.00.00.00.00 - Investimentos 809.440,00  
 RESERVA DE CONTINGÊNCIA 10.000,00  
 9.9.00.00.00.00.00.00 - Reserva de Contingência 10.000,00

**TOTAL GERAL 4.292.900,00**

Do Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de

Irineópolis

Artigo 6.º - O Orçamento da entidade Fundo Municipal de Assistência Social de Irineópolis para o exercício de 2011 estima a Receita em R\$ 218.500,00 (duzentos e dezoito mil e quinhentos reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 44.500,00 (quarenta e quatro mil e quinhentos reais) e fixa a Despesa em R\$ 263.000,00 (duzentos e sessenta e três mil reais).

§ 1.º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de Outras Esferas de Governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

4. RECEITAS 218.500,00  
 4.1. RECEITAS CORRENTES 218.500,00

SOMA 218.500,00  
 TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA RECEBIDA 44.500,00

**TOTAL GERAL 263.000,00**

§ 2.º - A Despesa da Entidade Fundo Municipal de Assistência Social de Irineópolis será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídos da seguinte forma:

**II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO**

08 - Assistência Social 262.000,00  
 99 - Reserva de Contingência 1.000,00  
**TOTAL GERAL 263.000,00**  
**V - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA**

DESPESAS CORRENTES 223.000,00  
 3.1.00.00.00.00.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais 35.000,00  
 3.3.00.00.00.00.00.00 - Outras Despesas Correntes 188.000,00

DESPESAS DE CAPITAL 39.000,00  
 4.4.00.00.00.00.00.00 - Investimentos 39.000,00

RESERVA DE CONTINGÊNCIA 1.000,00  
 9.9.00.00.00.00.00.00 - Reserva de Contingência 1.000,00

**TOTAL GERAL 263.000,00**

Do Orçamento da Câmara Municipal de Irineópolis

Artigo 7.º - O Orçamento da entidade Câmara Municipal para o exercício de 2011 estima a Transferência Financeira do Tesouro Municipal em R\$ 755.040,00 (setecentos e cinquenta e cinco mil e quarenta reais) e fixa a Despesa em R\$ 755.040,00 (setecentos e cinquenta e cinco mil e quarenta reais)

§ 1.º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

§ 2.º - A Despesa da Entidade Câmara Municipal será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

**II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO**

01 - Legislativa 755.040,00  
**TOTAL GERAL 755.040,00**

**V - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA**

DESPESAS CORRENTES 725.040,00

3.1.00.00.00.00.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais 570.000,00

3.3.00.00.00.00.00.00 - Outras despesas correntes 155.040,00

DESPESAS DE CAPITAL 30.000,00

4.4.00.00.00.00.00.00 - Investimentos 30.000,00

TOTAL GERAL 755.040,00

Artigo 8.º - Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, superávit orçamentário e para obtenção de resultado primário positivo, conforme abaixo:

§ 1.º - A utilização dos recursos de Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando o limite para cada evento de riscos fiscais especificados neste artigo.

§ 2.º - Para efeito desta lei entende-se como "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçados ou orçados a menor.

§ 3.º - Não se efetivando até o dia 10/12/2011 os riscos fiscais relacionados a passivos contingentes e intempéries previstos neste artigo, os recursos a ele reservados poderão ser utilizados por ato do chefe do Poder Executivo Municipal para atender "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", conforme definido no § 2.º deste artigo, desde que o Orçamento para 2012 tenha reservados para os mesmos riscos fiscais.

Artigo 09 - As despesas por conta das dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

Artigo 10 - Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, mediante prévia autorização do Poder Legislativo.

Artigo 11 - As receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de crédito e outras, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Artigo 12 - Durante o exercício de 2011 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta Lei, mediante prévia autorização do Poder Legislativo.

Artigo 13 - Os saldos das modalidades de cada unidade gestora poderão ser alterados entre si, dentro de cada ação ou operações especiais.

Artigo 14 - Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Artigo 15 - Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta, mediante prévia autorização do Poder Legislativo.

Artigo 16 - No decorrer do exercício de 2011 se a variação do IGPM-FGV (Índice Geral de Preços do Mercado da Fundação Getúlio Vargas) acumulada a partir de 01 de janeiro de 2011 atingir 5% (cinco por cento), fica a Administração Municipal autorizada a promover a atualização monetária dos valores constantes das Propostas Orçamentárias aprovadas por essa Lei, procedendo da mesma maneira posteriormente, até o encerramento do exercício, em cada oportunidade que esta variação atingir cumulativamente mais de 05% (cinco por cento), bem como, utilizar-se dos termos do art. 7º da Lei Federal nº4.320/64, conforme as disposições do art. 43 da referida Lei.

Parágrafo Único - Excluem-se deste limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Artigo 17 - Esta Lei atualiza as metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2011, para as receitas e despesas de todas as unidades gestoras que compõe o Orçamento Municipal.

Artigo 18 - Esta Lei vigorará durante o exercício de 2011, a partir de 1.º de Janeiro de 2011 revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 21 de dezembro de 2010.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

**Lei 1542**

Lei nº 1542 de 22 de dezembro de 2010.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WANDERLEI LEZAN, Prefeito Municipal de Irineópolis, faz saber a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º - Ficam anuladas parcialmente no Orçamento Geral do Município de Irineópolis, no exercício corrente, as dotações a seguir especificadas, no montante de R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais).

**02 - PODER EXECUTIVO****02.05 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO**

1.002 - Obras e Reformas de Escolas e Quadras Municipais - Ensino Fundamental

4.4.90.00.00.00.00.0205 (25) Aplicações Diretas R\$ 170.000,00

-----

T O T A L R\$ 170.000,00

Art. 2º - Por conta das anulações previstas no artigo anterior, ficam suplementadas as dotações a seguir especificadas, que tem previsão de dispêndio no exercício dos valores atribuídos.

**02 - PODER EXECUTIVO****02.05 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO**

2.006 - Manutenção do Ensino Fundamental

3.1.90.00.00.00.00.0193 (31) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

3.1.90.00.00.00.00.0194 (32) Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

2.011 - Manutenção do Ensino Infantil

3.1.90.00.00.00.00.0193 (52) Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

**02.09 - SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA**

2.018 - Manutenção do Transporte Rodoviário

4.4.90.00.00.00.00.0100 (86) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

02.13 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL  
1.009 - Construção de Casas Populares  
4.4.90.00.00.00.00.0100 (118) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

-----  
T O T A L R\$ 170.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 22 de dezembro de 2010.  
WANDERLEI LEZAN  
Prefeito Municipal

### Lei 1543/2010

Lei nº 1543 de 22 de dezembro de 2010 .

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WANDERLEI LEZAN, Prefeito Municipal de Irineópolis, faz saber a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º - Ficam anuladas no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde do Município de Irineópolis, no exercício corrente, as dotações a seguir especificadas, no montante de R\$ 11.500,00 (onze mil e quinhentos reais), conforme discriminação seguinte:

04 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.034 - Manutenção do Programa Saúde da Família

3.1.90.00.00.00.00.00.0221 (16) Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0251 (17) Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0251 (19) Aplicações Diretas R\$ 3.500,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0216 (20) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

-----  
T O T A L R\$ 11.500,00

Art. 2º - Por conta das anulações previstas no artigo anterior, ficam suplementadas as dotações a seguir especificadas, que tem previsão de dispêndio no exercício dos valores atribuídos.

04 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.034 - Manutenção do Programa Saúde da Família

3.1.90.00.00.00.00.00.0216 (15) Aplicações Diretas R\$ 11.500,00

-----  
T O T A L R\$ 11.500,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 22 de dezembro de 2010.  
WANDERLEI LEZAN  
Prefeito Municipal

### Decreto 2065/2010

Decreto nº 2065/2010.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizado pela Lei 1542/10 de 22 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam anuladas parcialmente no Orçamento Geral do Município de Irineópolis, no exercício corrente, as dotações a seguir

especificadas, no montante de R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais).

02 - PODER EXECUTIVO

02.05 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

1.002 - Obras e Reformas de Escolas e Quadras Municipais - Ensino Fundamental

4.4.90.00.00.00.00.0205 (25) Aplicações Diretas R\$ 170.000,00

-----  
T O T A L R\$ 170.000,00

Art. 2º - Por conta das anulações previstas no artigo anterior, ficam suplementadas as dotações a seguir especificadas, que tem previsão de dispêndio no exercício dos valores atribuídos.

02 - PODER EXECUTIVO

02.05 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

2.006 - Manutenção do Ensino Fundamental

3.1.90.00.00.00.00.0193 (31) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

3.1.90.00.00.00.00.0194 (32) Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

2.011 - Manutenção do Ensino Infantil

3.1.90.00.00.00.00.0193 (52) Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

02.09 - SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA

2.018 - Manutenção do Transporte Rodoviário

4.4.90.00.00.00.00.0100 (86) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

02.13 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

1.009 - Construção de Casas Populares

4.4.90.00.00.00.00.0100 (118) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

-----  
T O T A L R\$ 170.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 22 de dezembro de 2010.  
WANDERLEI LEZAN  
Prefeito Municipal

### Decreto Nº 2066/10

Decreto nº 2066/ 2010 .

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizado pela Lei 1543/10 de 22 de dezembro de 2010,  
DECRETA:

Art. 1º - Ficam anuladas no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde do Município de Irineópolis, no exercício corrente, as dotações a seguir especificadas, no montante de R\$ 11.500,00 (onze mil e quinhentos reais), conforme discriminação seguinte:

04 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.034 - Manutenção do Programa Saúde da Família

3.1.90.00.00.00.00.00.0221 (16) Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0251 (17) Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0251 (19) Aplicações Diretas R\$ 3.500,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0216 (20) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

-----  
T O T A L R\$ 11.500,00

Art. 2º - Por conta das anulações previstas no artigo anterior, ficam suplementadas as dotações a seguir especificadas, que tem previsão de dispêndio no exercício dos valores atribuídos.

04 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
2.034 - Manutenção do Programa Saúde da Família  
3.1.90.00.00.00.00.0216 (15) Aplicações Diretas R\$ 11.500,00

-----  
T O T A L R\$ 11.500,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 22 de dezembro de 2010.  
WANDERLEI LEZAN  
Prefeito Municipal

**Itapoá**

**PREFEITURA MUNICIPAL**

### **Concorrência Pública Nº 01/2010**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

O Município de Itapoá-SC torna público que fará realizar no dia 07/02/2010 às 11h:00m a Sessão Pública de abertura de envelopes de habilitação e propostas, e até as 10h:00m estará recebendo envelopes dos possíveis interessados em participar do certame em epígrafe, que se realizará em sua sede administrativa, sita à Rua Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, n.º 430, a Licitação na modalidade Concorrência Pública nº 01/2010 - Processo nº 114/2010, para a Concessão dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário na área de concessão, em caráter de exclusividade, obedecida a legislação vigente e as disposições do edital, a ser prestado pela concessionária aos usuários que se localizam na área de concessão, no Município de Itapoá, Estado de Santa Catarina. O Edital contendo especificações em partes, poderá ser retirado no site [www.itapoa.sc.gov.br](http://www.itapoa.sc.gov.br) e para retirada da complementação e anexos do edital, se dará na sede da Prefeitura especificamente na Secretaria de Administração e Finanças/ Setor de Licitações e Contratos, e será cobrado uma taxa de R\$ 10,00 (dez reais) correspondente ao custo do CD/ROM. O horário disponível para retirada é das 07:30h às 12:00h e 13:30h às 17:00h.

Itapoá, 22 de dezembro de 2010.

ERVINO SPERANDIO  
Município de Itapoá/SC  
Prefeito Municipal

### **Esclarecimentos REF. Edital do Concorrência Pública Nº 01/2010**

ESCLARECIMENTOS

REF. EDITAL DO CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2010 -  
PROCESSO Nº 114/2010  
Prot. Nº 004125/2010.

CONSULENTE: RIO VIVO AMBIENTAL LTDA

#### **RESPOSTA À CONSULTA PÚBLICA**

A empresa Rio Vivo Ambiental Ltda. foi a única que formulou consulta pública sobre o edital de Concorrência Pública nº 01/2010, que tem por objeto a concessão dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.

A primeira consulta tem o seguinte teor:

É de conhecimento da Administração Pública, que a qualificação de uma empresa está contida nos atestados técnicos dos seus profissionais, logo a Nota Técnica deve ser complementar e não fator decisivo na definição da empresa vencedora da licitação, para evitar o favorecimento de alguma concorrente e procedimentos anticoncorrenciais. Pergunta-se: Qual será o critério a ser adotado pela Comissão para a avaliação das propostas?

Resposta:

A premissa que parte a consulente é errada. A qualificação técnica é requisito de habilitação, que não se relaciona com o julgamento das propostas. O critério para o julgamento das propostas é o decorrente da combinação do menor valor da tarifa com o de melhor técnica, como previsto já no item 1 do edital e expressamente permitido no inciso V do artigo 15 da Lei nº 8.987/95. Os anexos III e IV do edital detalham os critérios e tudo o que será levado em consideração para o julgamento das propostas.

A segunda consulta foi vazada nos seguintes termos:

É correto o entendimento que o Acervo Técnico de uma empresa é constituído pelo somatório do Acervo Técnico dos seus profissionais legalmente contratados conforme Resolução do CONFEA nº 1025 de 30 de outubro de 2009?

Resposta:

É errado. A Resolução do CONFEA nº 1025/09 não veicula tal prescrição. O artigo 49 da aludida Resolução enuncia que a capacidade técnico-profissional de uma pessoa jurídica é representada pelo conjunto de acervos técnicos dos profissionais integrantes de seu quadro permanente. O consulente, neste sentido, confunde capacidade técnico profissional e a operacional.

Aliás, sobre o assunto, leiam-se os comentários do Professor Joel de Menezes Niebuhr:

Os atestados de capacitação técnica são de dois tipos: profissionais e operacionais. Ao apresentar atestado de capacitação técnico-profissional, o licitante comprova à Administração que conta em sua equipe com profissional que já tenha executado algo semelhante ao objeto da licitação. Ao apresentar atestado de capacitação técnico-operacional, o licitante comprova que ele mesmo já executou algo semelhante ao objeto da licitação. Trocando-se em miúdos, o atestado profissional refere-se à experiência dos profissionais que fazem parte da equipe do licitante, e o atestado operacional à experiência do próprio licitante.

Discute-se a legalidade dos atestados de capacitação técnica operacional. A polêmica ocorre porque o inciso II do § 1º do artigo 30 da Lei nº 8.666/93, que previa parâmetros para a capacitação técnica operacional, foi vetado pelo Presidente da República. Por isso, muitos advogam que a exigência do atestado opõe-se à legalidade. Demais disso, costuma-se alegar, ainda, a ofensa ao princípio da competitividade. Sucede que empresas novas e pouco experientes, conquanto possam contar com profissionais qualificados e experientes, jamais conseguirão, se for exigida experiência delas, participar de certas licitações, na medida em que elas provavelmente não dispõem dos referidos atestados de capacitação técnica operacional.

Todavia, apesar do veto presidencial sobre o inciso II do § 1º do artigo 30 da Lei nº 8.666/93, boa parte da doutrina e da jurisprudência pátria vêm reconhecendo a legalidade da exigência de atestado de capacitação técnica operacional. Ocorre que o inciso II do caput do artigo 30 exige dos licitantes a "comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação". Ou seja, o inciso II do caput do artigo requer comprovação de aptidão do licitante, e que ele, portanto, demonstre sua experiência, o que emprestaria fundamento de validade para a exigência de atestado técnico-operacional.

De mais a mais, tem-se aceito que tão ou mais importante do que se analisar a capacidade de membro da equipe que executará o



contrato, é analisar a capacidade do licitante, da empresa que será encarregada de executar o contrato. O aumento da complexidade do objeto dos contratos agregados à crescente especialização dos profissionais faz com que os contratos não sejam cumpridos por esta ou aquela pessoa individualmente, mas por uma empresa com estrutura operacional própria. É a empresa que precisa do know-how técnico para organizar a execução contratual, por isso avalia-la.

Atualmente vem se admitindo, de modo amplo, a exigência de atestados de capacitação técnica profissional e operacional. A título ilustrativo, confirmam-se a Decisão nº 285/2000, do Tribunal de Contas da União, e o Recurso Especial nº 172.232, julgado pelo Superior Tribunal de Justiça. (NIEBUHR, Joel de Menezes. Licitação Pública e Contrato Administrativo. Curitiba: Zênite, 2008, p. 242).

Aliás, a jurisprudência é absolutamente pacífica. Dentre vários julgados, citam-se os seguintes:

2. Da análise dos autos verifica-se que, nos termos do Edital de licitação, para a comprovação da capacidade técnico-operacional necessário se faz que as declarações, certidões ou atestados, fornecidos em nome do profissional habilitado, informem que a empresa licitante já realizou serviço de natureza similar ao objeto da licitação. Assim, a prova da capacidade para a execução do serviço não só é do profissional, mas também da empresa que irá realizar o objeto licitado;

3. Tal disposição editalícia não padece de qualquer ilegalidade vez que está respaldada no art. 30, parágrafo 1º, I, da Lei nº 8.666/93. Ao estabelecer requisitos de capacidade técnica da empresa, o legislador ordinário buscou, em termos gerais, excluir a possibilidade de colocar em risco a execução satisfatória da futura contratação. Precedente do STJ;

(Tribunal Regional Federal da 5ª Região, Agravo de Instrumento n. 102532/PB - 2009.05.00.107415-0, Relator(a): Paulo Roberto de Oliveira Lima, Órgão Julgador: 3ª Turma, Julgamento: 14/01/2010)

DIREITO ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO CÍVEL. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA. PROFISSIONAL E OPERACIONAL. DIFERENÇA. COMPROVAÇÃO DA APTIDÃO TÉCNICA DA PESSOA JURÍDICA. EXIGÊNCIA CABÍVEL. A qualificação técnica exigida para a habilitação do licitante pode se referir tanto à pessoa jurídica propriamente dita (operacional) quanto às pessoas físicas que prestam serviços à empresa licitante (profissional), desde que haja previsão expressa no edital e que seja imprescindível para a escolha do licitante, em função da importância e natureza das obras. SENTENÇA MANTIDA.

APELO CONHECIDO E DESPROVIDO.

(Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Apelação Cível n. 484.732-5, Relator(a): Abraham Lincoln Calixto, Órgão Julgador: 4ª Câmara Cível, Julgamento: 25/05/2009)

As certidões de fls. 37/47, a meu ver, não se prestam a comprovação especificada no edital, porquanto como bem restou consignado na decisão singular, a capacidade técnica profissional não se confunde com a capacidade técnica operacional, sendo que ambas estão amparadas no artigo 30 da Lei nº 8.666/1993 e, portanto, podem ser exigidas.

Assim, o fato de a impetrante ter comprovado a capacidade técnica dos seus profissionais não é o bastante para demonstrar que foi cumprida a exigência constante do edital, uma vez que seria necessária a demonstração efetiva da certidão de capacidade técnica da própria empresa. Isto porque, uma vez, deixando a empresa os profissionais qualificados, perderia essa a sua capacidade técnica, pelo que necessária a demonstração de que a firma detém recursos humanos e financeiros para mantê-los, ou mesmo estrutura técnica para a feitura dos serviços.

(Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, Mandado de

Segurança: 1.0024.05.699290-2/003, Relator(a): Silas Vieira, Órgão Julgador: 8ª Câmara Cível, Julgamento: 17/05/2007)

Logo, segundo a dicção da norma transcrita impõe-se a comprovação prévia, como condição para participar da licitação, tanto da "capacidade técnico-operacional" como da "capacidade técnico-profissional". Ora, nada impede, mas tudo justifica que a empresa interessada em adjudicar o objeto da licitação comprove previamente, nos termos do edital e com supedâneo na lei de regência, reunir os requisitos mínimos que permitam honrar e levar a bom termo a avença que será celebrada, objetivo último e primordial do procedimento licitatório e sua verdadeira meta optata.

( )

As condições mínimas exigidas no Edital, como pressuposto indispensável para licitar, quando estabelecidas objetivamente e valendo para todos os interessados em participar da licitação, encontra supedâneo no art. 30, inc. II da Lei n.º 8.666/93, que autoriza deles exigir capacidade técnica operacional e profissional, bem como de pessoal técnico adequado.

(Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Apelação Cível n. 994.05.157146-9, Relator(a): Rui Stoco, Órgão Julgador: 4ª Câmara de Direito Público, Julgamento: 11/08/2010)

Por corolário, a exigência de atestados de capacidade técnico operacional e profissional é legal e legítima, em consonância com a doutrina e a jurisprudência. Não há qualquer oposição com as normativas do CONFEA.

Divulgue-se a presente resposta no site [www.itapoa.sc.gov.br](http://www.itapoa.sc.gov.br), conforme regulamento da audiência e consulta pública.

Itapoa, 20 de dezembro de 2010.

ERVINO SPERANDIO

Município de Itapoa/SC

Prefeito Municipal de Itapoa

## Joaçaba

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### Portaria n.º 2.480

PORTARIA Nº 2.480 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFI-CA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

CONCEDER a(o) Servidor(a) DULCE DE OLIVEIRA BARROS FRANÇA, Auxiliar de Serviços Internos, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, pedido deferido através de memorando da Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, referente aos períodos de 01 de janeiro de 2007 a 31 de janeiro de 2007 (12 dias) e 01 de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2008 (12 dias), por um período de 24 (vinte e quatro) dias, a partir de 20 de dezembro de 2010 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 20 de dezembro de 2010, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 20 de dezembro de 2010.

RAFAEL LASKE

**Portaria n.º 2.481**

PORTARIA Nº 2.481 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010  
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFI-  
CA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

CONCEDER a(o) Servidor(a) VERONICA SALETE ALVES PEREIRA, Atendente de Consultório Dentário, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, pedido deferido através de memorando n.º 211/2010 da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período de 01 de janeiro de 2006 a 31 de janeiro de 2006 (12 dias), por um período de 12 (doze) dias, a partir de 27 de dezembro de 2010 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 27 de dezembro de 2010, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 20 de dezembro de 2010.  
RAFAEL LASKE

**Portaria n.º 2.482**

PORTARIA Nº 2.482 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010  
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFI-  
CA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

CONCEDER a(o) Servidor(a) JOSE ELUI DOS SANTOS, Cirurgião Dentista, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, pedido deferido através de memorando n.º 211/2010 da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período de 01 de janeiro de 2005 a 31 de janeiro de 2005 (12 dias), por um período de 12 (doze) dias, a partir de 27 de dezembro de 2010 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 27 de dezembro de 2010, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 20 de dezembro de 2010.  
RAFAEL LASKE

**Portaria n.º 2.483**

PORTARIA Nº 2.483 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010  
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFI-  
CA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

CONCEDER a(o) Servidor(a) SONIA MARIA POZZA, Auxiliar de Enfermagem, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, pedido deferido através de memorando n.º 181/2010 da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período de 01 de janeiro de 2005 a 31 de janeiro de 2005 (12 dias), por um período de 12 (doze) dias, a partir de 27 de dezembro de 2010 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 27 de dezembro de 2010, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 20 de dezembro de 2010.  
RAFAEL LASKE

**Portaria n.º 2.484**

PORTARIA N.º 2.484 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010  
"AUTORIZA A CONVERSÃO EM PECUNIA DE LICENÇA-PREMIO DE  
SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004, resolve;

CONVERTER EM PECÚNIA o período de 12 (doze) dias de licença-Premio do(a) Servidor(a) ROBERTO MINATI, Técnico de Administração, conforme requerimento protocolado sob n.º 105.737 de 04 de agosto de 2008, referente ao período de 01 de janeiro de 2006 a 31 de dezembro de 2006, de acordo com o Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 24 de novembro de 2010.  
RAFAEL LASKE

**Portaria n.º 2.485**

PORTARIA N.º 2.485 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010  
"AUTORIZA A CONVERSÃO EM PECUNIA DE LICENÇA-PREMIO DE  
SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004, resolve;

CONVERTER EM PECÚNIA o período de 12 (doze) dias de licença-Premio do(a) Servidor(a) GRACIELA GLASSENAPP, Fiscal de Obras e Posturas, conforme requerimento protocolado sob n.º 105.744 de 05 de agosto de 2008, referente ao período de 01 de janeiro de 2007 a 31 de dezembro de 2007, de acordo com o Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 24 de novembro de 2010.  
RAFAEL LASKE

**Portaria n.º 2.486**

PORTARIA N.º 2.486 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010  
"AUTORIZA A CONVERSÃO EM PECUNIA DE LICENÇA-PREMIO DE  
SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004, resolve;

CONVERTER EM PECÚNIA o período de 12 (doze) dias de licença-Premio do(a) Servidor(a) JULIANA DARTORA BESBATI, Técnico de Administração, conforme requerimento protocolado sob n.º 105.950 de 18 de agosto de 2008, referente ao período de 01 de janeiro de 2005 a 31 de dezembro de 2005, de acordo com o Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004.



Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecendo o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 24 de novembro de 2010.  
RAFAEL LASKE

#### **Portaria n.º 2.487**

PORTARIA N.º 2.487 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010

"AUTORIZA A CONVERSÃO EM PECUNIA DE LICENÇA-PREMIO DE SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004, resolve;

CONVERTER EM PECÚNIA o período de 12 (doze) dias de licença-Premio do(a) Servidor(a) NEWDIBERTO NIVALDO ANTONIO GHI-GGI, Técnico de Administração, conforme requerimento protocolado sob n.º 106.176 de 05 de setembro de 2008, referente ao período de 01 de janeiro de 2006 a 31 de dezembro de 2006, de acordo com o Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecendo o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 24 de novembro de 2010.  
RAFAEL LASKE

#### **Portaria n.º 2.488**

PORTARIA N.º 2.488 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010

"AUTORIZA A CONVERSÃO EM PECUNIA DE LICENÇA-PREMIO DE SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004, resolve;

CONVERTER EM PECÚNIA o período de 12 (doze) dias de licença-Premio do(a) Servidor(a) MARISTELA ROSA ABATTI SCHULER, Assistente Social, conforme requerimento protocolado sob n.º 106.186 de 08 de setembro de 2008, referente ao período de 01 de janeiro de 2006 a 31 de dezembro de 2006, de acordo com o Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecendo o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 24 de novembro de 2010.  
RAFAEL LASKE

#### **Portaria n.º 2.489**

PORTARIA Nº 2.489 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010

"EXONERA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA."

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º - EXONERAR EM VIRTUDE DE SUA APOSENTADORIA, o(a) Senhor(a) ADELAIDE DA SILVA, do cargo de Auxiliar de Serviços Internos, com lotação na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis

Complementares nº 76 e 77 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Fica declarada a vacância do cargo conforme Art. 81, § 4º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 30 de dezembro de 2010, obedecendo o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 20 de dezembro de 2010.  
RAFAEL LASKE

#### **Extrato Homologação TP 15/2010/PMJ - PL 83/2010/PMJ**

PREFEITURA DE JOAÇABA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 83/2010/PMJ

O Prefeito de Joaçaba, RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 83/2010/PMJ, nos seguintes termos:

- Modalidade: Tomada de Preços nº 15/2010/PMJ.

Objeto: Contratação de empresa para a execução dos serviços e o fornecimento do material necessário, para a construção do Posto Avançado do Corpo de Bombeiros, com área total de 272,24 m², no acesso ao Aeroporto Municipal, à Rua Severino Remor, Bairro São Brás, neste Município.

- Empresa Vencedora:

EGITO ENGENHARIA LTDA

- Valor total: R\$ 241.369,50 (duzentos e quarenta e um mil, trezentos e sessenta e nove reais e cinquenta centavos).

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 21 de dezembro de 2010.

RAFAEL LASKE

Prefeito

---

### **IMPRES**

---

#### **Portarias de aposentadoria**

PORTARIA 075/2010 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010.

A Diretora-Presidente e a Diretora de Previdência e Atuária do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba - IMPRES, no uso de suas atribuições conferidas pelos arts. 79 e 80, inciso I, respectivamente, da Lei Complementar 099/2005, de 24 de junho de 2005, e tendo em vista o que consta do processo nº 076 de 06 de dezembro de 2010, RESOLVEM:

Art. 1º. Conceder aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, com proventos integrais, a MARISA CONCEIÇÃO ALVES, inscrita no CPF sob o nº 485.293.119-49, portadora do RG nº 11/R 937.539, inscrita no PASEP sob o nº 120.18888.05-8, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Externos, lotada na Secretaria de Administração, do quadro efetivo da Prefeitura de Joaçaba, matrícula funcional nº 2.453, nos termos do art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003 da Constituição Federal, c/c o art. 22, da Lei Complementar nº 099/2005.

Art. 2º. Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) da última remuneração da servidora.

Parágrafo único. Os proventos serão reajustados nos termos do art. 53 da Lei Complementar nº 99/2005.

Art. 3º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de janeiro de 2011.

Joaçaba-SC, 20 de dezembro de 2010.  
ELISABET MARIA ZANELA SARTORI GEOVANA  
Diretora Presidente

APARECIDA DENARDI FACIN  
Diretora de Previdência e Atuária

### Política de Investimentos 2011 IMPRES Joaçaba

Política de Investimento conforme Anexo

## SIMAE

### Homologação CV 004/2010

Protocolo 2975/2010  
Convite JHL 0004/2010

#### DESPACHO:

1- Homologo o Julgamento da Comissão de Licitações para a empresa Secchi Serviços de Terraplanagem Ltda EPP e encaminhando ao SMT, para a emissão das Notas de Empenho para exercício 2011 dos seguintes materiais:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VL R TOTAL
001	Serviços de Escavadeira hidráulica com equipamento rompedor	100hr	33.000,00
002	Serviços de Escavadeira Hidráulica com concha	50hr	8.500,00

2- Comunique-se.

Joaçaba-SC, 21 de dezembro de 2010.  
ELISABET MARIA ZANELA SARTORI  
Diretor Presidente do SIMAE

### Resumo Contrato JHL 0100/2010

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA  
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0100/2010  
CONVITE JHL Nº 0004/2010

PROCESSO Nº 2975/2010

Data: 21/12/2010

Objeto: SERVIÇOS DE ESCAVADEIRA HIDRAULICA POR HORA TRABALHADA, A SER UTILIZADA NO EXERCÍCIO 2011.

Contratado: SECCHI SERVIÇO DE TERRAPLANAGEM LTDA - EPP  
Valor do Contrato: R\$ 330,00 (trezentos e trinta reais) a hora trabalhada na escavação com equipamento hidráulico para romper rochas em valas.

R\$ 170,00 (Cento e setenta reais) a hora trabalhada na escavação com concha hidráulica para retirada de matacoes de valas.

PROJETO/ATIVIDADE: 14.01.1051 14.01.1052

ELEMENTO: 4.4.90.51.99

Prazo de vigência: 03/01/2011 a 31/12/2011.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI  
Diretora Presidente do SIMAE.

### Resumo de Contrato JHL 0099/2010

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA  
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 099/2010  
CONVITE JHL Nº 0005/2010

PROCESSO Nº 3042/2010

Data: 21/12/2010

Objeto: SERVIÇOS DE DETONAÇÃO POR METRO LINEAR, A SER UTILIZADA NO EXERCÍCIO 2011.

Contratado: BRANPIX DETONAÇÕES E EXPLORAÇÃO DE MINÉRIOS LTDA

Valor do Contrato: R\$ 41,54 (Quarenta e um reais e cinquenta e quatro centavos) a o metro linear de detonação.

PROJETO/ATIVIDADE: 14.01.1051 14.01.1052

ELEMENTO: 4.4.90.51.99

Prazo de vigência: 03/01/2011 a 31/12/2011.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI  
Diretora Presidente do SIMAE.

## Massaranduba

### PREFEITURA MUNICIPAL

### Lei Nº1265/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA  
Rua Paulo Cardoso - 166 - Centro - Fone Fax: (0XX 47) 3379-1571  
e-mail: cvm@netuno.com.br - CEP: 89.108-000 - Massaranduba - Santa Catarina  
CNPJ: 83.539.668/0001-39 - Site: www.cvmassaranduba.sc.gov.br

LEI Nº1265/2010

Autoriza o Pagamento de Abono de Natal

INÁCIO BESEN, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e constitucionais faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele promulga a seguinte LEI:

Art. 1º Fica autorizado a pagar o abono de Natal no valor de R\$350,00 (trezentos e cinquenta reais) aos Servidores Efetivos e Comissionados da Câmara Municipal de Massaranduba.

Art. 2º O abono de Natal será pago em parcela única e restringe-se exclusivamente ao exercício de 2010, não ficando agregado ou incorporado a vencimentos e/ou salários.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Massaranduba (SC), em 21 de Dezembro de 2010.

INÁCIO BESEN  
Presidente da Câmara

Publicado no expediente da data supra

JAIR MICHELUZZI  
Assistente Legislativo

**Lei Complementar Nº036/2010**

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

Rua Paulo Cardoso – 166 – Centro - Fone Fax: (0XX 47) 3379-1571  
e-mail: cvm@netuno.com.br - CEP: 89.108-000 – Massaranduba – Santa Catarina

CNPJ: 83.539.668/0001-39 Site: www.cvmassaranduba.sc.gov.br  
LEI COMPLEMENTAR Nº036/2010

Fixa os Vencimentos e institui o Plano de Carreira dos Servidores da Câmara de Vereadores do Município de Massaranduba.

INÁCIO BESEN, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor,

Faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga a seguinte

**LEI COMPLEMENTAR:****CAPÍTULO I****DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Esta Lei Complementar fixa os vencimentos para os cargos criados pela Resolução nº 18/2010, as gratificações e licenças aos Servidores Públicos da Câmara de Vereadores, bem como institui o Plano de Carreira, estabelecendo as diretrizes sobre a movimentação funcional, com o objetivo de assegurar a eficiência da ação administrativa e a qualidade do serviço público.

**CAPÍTULO II****DOS CONCEITOS**

Art. 2º Para a aplicação desta Lei, considera-se:

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

Rua Paulo Cardoso – 166 – Centro - Fone Fax: (0XX 47) 3379-1571  
e-mail: cvm@netuno.com.br - CEP: 89.108-000 – Massaranduba – Santa Catarina

CNPJ: 83.539.668/0001-39 Site: www.cvmassaranduba.sc.gov.br

I – CARGO – o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura administrativa da Câmara de Vereadores de Massaranduba, que devem ser cometidas a um servidor;

II – CATEGORIA FUNCIONAL – o conjunto de cargos reunidos em segmentos distintos, de acordo com a área de atuação e habilitação profissional;

III – VENCIMENTO – a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado nesta Lei;

IV – REMUNERAÇÃO – o vencimento dos cargos públicos, acrescidos das vantagens pecuniárias, permanentes ou temporárias, estabelecidos em lei;

V – GRUPO OCUPACIONAL – o conjunto de cargos reunidos segundo formação, qualificação, atribuições, grau de complexidade e responsabilidade;

VI – REFERÊNCIA – a graduação horizontal ascendente, existente no vencimento do cargo, em função do tempo de serviço do servidor público;

VII – CLASSE – a graduação vertical ascendente, em função da graduação do servidor público;

VIII – PROGRESSÃO FUNCIONAL – o deslocamento do servidor na tabela de referências e classes;

IX – GRATIFICAÇÃO – valor atribuído a servidor efetivo que vier a desempenhar atividade(s) que exceda as suas atribuições normais do cargo;

§ 1º Fica garantida a revisão geral anual dos vencimentos dos Servidores Públicos da Câmara de Vereadores, será sempre

concomitante a revisão geral anual dos vencimentos dos demais servidores do Município, por iniciativa do Poder Executivo Municipal.

§ 2º O vencimento do servidor ocupante de cargo efetivo acrescido das vantagens de caráter permanente, é irredutível, e compõe a Remuneração.

**CAPÍTULO III****DOS VENCIMENTOS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

Rua Paulo Cardoso – 166 – Centro - Fone Fax: (0XX 47) 3379-1571  
e-mail: cvm@netuno.com.br - CEP: 89.108-000 – Massaranduba – Santa Catarina

CNPJ: 83.539.668/0001-39 Site: www.cvmassaranduba.sc.gov.br

Art. 3º Os cargos da Câmara de Vereadores serão providos por servidores públicos ocupantes de cargos efetivos, de cargos em comissão, e de funções gratificadas, nos termos da Resolução nº18/2010, com os vencimentos definidos em Tabelas e Anexos desta Lei.

**DAS PROGRESSÕES FUNCIONAIS**

Art. 4º As Progressões Funcionais dos Servidores Públicos da Câmara de Vereadores, efetivos, será de forma Horizontal, em Referências e Vertical, em Classes.

§ 1º A Progressão Funcional Horizontal é a movimentação do servidor público de sua Referência para outra seguinte, gradativamente, observando-se os limites máximos de sua Classe.

§ 2º A Progressão Funcional Vertical é a movimentação do servidor público de sua Classe para a outra seguinte, gradativamente, pela sua melhor qualificação, dentro do mesmo cargo.

**CAPÍTULO IV****DA PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL DE REFERÊNCIA - POR TEMPO DE SERVIÇO - ANTIGUIDADE**

Art. 5º A Progressão Funcional Horizontal de Referência, por Tempo de Serviço, consiste no acréscimo de cinco por cento (05%) sobre o vencimento dos Servidores Públicos da Câmara de Vereadores, efetivos, a ser concedido automaticamente a cada três (03) anos de efetivo exercício, em qualquer cargo efetivo do Poder Legislativo, conforme o Anexo IV, desta Lei.

Parágrafo único. Fica limitado a vinte e sete por cento (27%) o total das Progressões Funcionais Horizontais de Referências, por Tempo de Serviço.

Art. 6º Acarretará a suspensão da contagem de tempo para fins da Progressão Funcional Horizontal de Referência, por Tempo de Serviço:

I – as licenças e afastamento por interesse particular, sem direito a remuneração;

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

Rua Paulo Cardoso – 166 – Centro - Fone Fax: (0XX 47) 3379-1571  
e-mail: cvm@netuno.com.br - CEP: 89.108-000 – Massaranduba – Santa Catarina

CNPJ: 83.539.668/0001-39 Site: www.cvmassaranduba.sc.gov.br

II – as licenças para tratamento de saúde no que excederem a noventa dias, exceto as decorrentes de acidente em serviço.

III – as licenças para tratamento de saúde em pessoa da família, no que excederem a trinta dias.

Parágrafo único. O servidor público ocupante de cargo de provimento efetivo, nomeado para ocupar cargo em comissão ou função gratificada, terá garantido os adicionais por tempo de serviço e a licença prevista no art. 10 desta Lei.

Art. 7º Interrompe a contagem de tempo de efetivo exercício no cargo, para efeito de Progressão Funcional Horizontal de Referência, por Tempo de Serviço as:

I – Três faltas injustificadas;

III – condenações em processo administrativo disciplinar.

Parágrafo único. Sempre que interrompida a contagem de tempo de efetivo exercício no cargo, será reiniciada uma nova contagem, para fins de progressão.

#### CAPÍTULO V

##### DA PROGRESSÃO FUNCIONAL VERTICAL EM CLASSES

Art. 8º Aos Servidores Públicos da Câmara de Vereadores, efetivos, que requererem e comprovarem a conclusão de cursos de graduação e cursos de pós-graduação, na área de sua atuação no Poder Legislativo, será concedido o direito à Progressão Funcional Vertical, em Classes, incidente sobre o vencimento, nos seguintes percentuais, alterando verticalmente a sua Classe, conforme o Anexo IV, desta Lei:

I - cinco por cento ( 05% ) sobre o valor do vencimento do cargo de provimento efetivo, para Formação em curso superior, na área de atuação do servidor.

I – oito por cento ( 08% ) sobre o valor do vencimento do cargo de provimento efetivo, para os servidores com Pós-Graduação, em nível de especialização na área pública;

II - onze por cento (11% ) sobre o valor de vencimento do cargo de provimento efetivo, para os servidores com Pós-Graduação, em nível de mestrado na área pública;

#### ESTADO DE SANTA CATARINA

##### CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

Rua Paulo Cardoso – 166 – Centro - Fone Fax: (0XX 47) 3379-1571

e-mail: cvm@netuno.com.br - CEP: 89.108-000 – Massaranduba

– Santa Catarina

CNPJ: 83.539.668/0001-39 Site: www.cvmassaranduba.sc.gov.br

III - quatorze por cento ( 14% ) sobre o valor de vencimento do cargo efetivo, para os servidores com Pós-Graduação, em nível de doutorado na área pública.

§ 1º. Os atuais cargos de provimento efetivo pertencentes ao Quadro de pessoal da Câmara Municipal de Vereadores, na data de publicação desta Lei, serão reenquadrados de acordo com o Anexo IV, assegurado ao servidor o enquadramento no cargo correspondente no nível inicial ou correspondente a graduação atual.

§ 2º. Os Servidores Públicos da Câmara de Vereadores, efetivos que cursarem os cursos de graduação e cursos de pós-graduação, especialização na área, farão jus a Progressão Funcional Vertical, em Classes, após a conclusão da avaliação periódica de desempenho – Estágio Probatório-, na forma da lei.

§ 3º. Para fins desta lei Complementar as tabelas do anexo IV seguirão os níveis discriminados:

I – Ensino Fundamental

II – Ensino médio

III – Ensino superior

IV – Ensino superior com especialização

V – Ensino superior com mestrado

VI – Ensino superior com doutorado

#### CAPÍTULO VI

##### DAS FUNÇÕES GRATIFICAS PARA OS SERVIDORES QUE EXERCEM FUNÇÕES DE DIREÇÃO, CHEFIA E ASSESSORAMENTO

Art. 9º Os Servidores Públicos da Câmara de Vereadores, efetivos, que vierem a ocupar funções de direção, chefia ou assessoramento, nos termos da Resolução nº 18/2010, farão jus a gratificação prevista no Anexo III desta Lei.

#### ESTADO DE SANTA CATARINA

#### CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

Rua Paulo Cardoso – 166 – Centro - Fone Fax: (0XX 47) 3379-1571

e-mail: cvm@netuno.com.br - CEP: 89.108-000 – Massaranduba

– Santa Catarina

CNPJ: 83.539.668/0001-39 Site: www.cvmassaranduba.sc.gov.br

#### CAPÍTULO VII

##### DA LICENÇA-PRÊMIO

Art. 10. Após cada cinco (05) anos de efetivo exercício na Câmara Municipal de Massaranduba, conceder-se-á ao servidor efetivo Licença-Prêmio de dois (02) meses, com todos os direitos e vantagens inerentes ao cargo efetivo.

§ 1º Os direitos e as vantagens serão os do cargo em comissão ou gratificação por atividade, quando se tratar de servidor efetivo, que esteja no exercício dos mesmos.

§ 2º Será suspensa a contagem da Licença-Prêmio ao servidor efetivo que tiver :

I - as faltas não justificadas ao serviço até o limite de dez (10), que retardarão a concessão da Licença-Prêmio prevista, na proporção de dois (02) mês de trabalho para cada dia de falta.

II - exceder a sessenta (60) dias, nos casos de licença não remunerada para tratamento de saúde, por motivo de doença em pessoa da família, para o serviço militar obrigatório, por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro.

§ 3º Não se concederá Licença-Prêmio ao servidor efetivo que tiver:

I - faltas não justificadas que ultrapassem o limite de dez (10), perderá o seu período aquisitivo, sendo que o novo período iniciará a partir da décima terceira (11ª) falta.

II - sofrido penalidade administrativa;

III - suspensão disciplinar;

IV - prisão administrativa ou decorrente de decisão judicial

Art. 11. O período em que o servidor estiver em gozo da Licença-Prêmio será considerado de efetivo exercício para todos os efeitos legais.

Art. 12. O gozo ou conversão em pecúnia da Licença-Prêmio deve ser requerida pelo servidor público, sendo que a concessão dependerá de autorização do Presidente da Câmara de Vereadores, que considerará, para tal, a autorização expressa do chefe imediato do servidor público requerente para o gozo da mesma ou a disponibilidade financeira, para o caso de conversão em pecúnia, na seguinte proporção:

#### ESTADO DE SANTA CATARINA

##### CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

Rua Paulo Cardoso – 166 – Centro - Fone Fax: (0XX 47) 3379-1571

e-mail: cvm@netuno.com.br - CEP: 89.108-000 – Massaranduba

– Santa Catarina

CNPJ: 83.539.668/0001-39 Site: www.cvmassaranduba.sc.gov.br

I - uma parcela trinta (30) dias, gozando trinta dias de licença-prêmio;

II - duas parcelas de trinta (30) dias, sem o gozo da licença-prêmio; ou

III - pagamento integral em uma só parcela.

Art. 13. O servidor efetivo fará jus ao gozo da Licença-Prêmio ou o pagamento em pecúnia no prazo máximo de três (03) anos após a aprovação do requerimento.

#### CAPÍTULO VIII

##### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14. Os atuais ocupantes de cargos de provimento efetivo da Câmara de Vereadores, estáveis passarão a integrar automaticamente o Plano de Carreira dos Servidores posto por esta Lei, não perdendo a contagem do adicional por tempo de serviço previsto pela lei 20/2008.



Art. 15. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotações orçamentais próprias do Poder Legislativo de Massaranduba.

Art. 16. Esta Lei Complementar revoga as Leis Complementares de Nº 005/2003, 016/2007 e 020/2008.

Art. 17. São partes integrantes desta Lei Complementar os Anexos I A IV.

Art. 18. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Massaranduba (SC) em 21 de Dezembro de 2010.

INÁCIO BESEN

Presidente da Câmara

Publicado no expediente da data supra

JAIR MICHELUZZI

Assistente Legislativo

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

Rua Paulo Cardoso – 166 – Centro - Fone Fax: (0XX 47) 3379-1571

e-mail: cvm@netuno.com.br - CEP: 89.108-000 – Massaranduba

– Santa Catarina

CNPJ: 83.539.668/0001-39 Site: www.cvmassaranduba.sc.gov.br

#### ANEXO I

##### QUADRO DE SERVIDORES EFETIVOS

CARGO	CLASSE NÍVEL	REFERÊNCIA	Nº DE VAGAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL
Contador	III a VI	A a J	01	40
Procurador Jurídico	IV a VI	A a J	01	10
Assistente Legislativo	II a VI	A a J	01	40
Assistente Administrativo	II a VI	A a J	01	40
Auxiliar Administrativo	II a VI	A a J	01	40
Auxiliar de Serviços Gerais	I	A a J	01	40

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

Rua Paulo Cardoso – 166 – Centro - Fone Fax: (0XX 47) 3379-1571

e-mail: cvm@netuno.com.br - CEP: 89.108-000 – Massaranduba

– Santa Catarina

CNPJ: 83.539.668/0001-39 Site: www.cvmassaranduba.sc.gov.br

#### ANEXO II

##### QUADRO DE CARGO EM COMISSÃO E VENCIMENTOS

CARGO	VENCIMENTO R\$	Nº DE VAGAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL
Diretor Administrativo	4.300,00	01	40

#### ANEXO III

##### QUADRO DE FUNÇÕES GRATIFICADAS

FUNÇÃO GRATIFICADA	SÍMBOLO	QUANTIDADE	PERCENTUAL %
Chefe do setor Financeiro e Gestão de Pessoas	FG - I	01	25
Chefe do legislativo e Comunicação	FG - I	01	25

#### Decreto Nº. 2122 de 20 de Dezembro de 2010

DECRETO Nº. 2122 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC) no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº. 1134 de 17 de Novembro de 2009, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 8.000,00 (Oito mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

0602 - GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

0602.010.301.0100.2030 - Manutenção das atividades ESF

0602 - 31900400 - Contratações por Tempo Determinado

0602 - 16402 - Programa Saúde da Família - PSF R\$ 8.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 8.000,00 (Oito mil reais) do programa e verba abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

0602 - GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

0602.010.301.0100.2030 - Manutenção das atividades ESF

0602 - 31901300 - Obrigações Patronais

0602 - 16402 - Programa Saúde da Família - PSF R\$ 8.000,00

Art. 3º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 20 de Dezembro de 2010

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

MAURICIO PRAWUTZKI

Secretário de Adm. e Finanças

#### Decreto Nº. 2123 de 20 de Dezembro de 2010

DECRETO Nº. 2123 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC) no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº. 1134 de 17 de Novembro de 2009, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 3.000,00 (Três mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

0602 - GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

0602.010.301.0100.2031 - Manutenção das atividades do PACS

0602 - 31900400 - Contratações por Tempo Determinado

0602 - 10200 - Receita de Impostos e Transf. Impostos- Saúde

R\$ 3.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 3.000,00 (Três mil reais) do programa e verbas abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
0602 - GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA  
0602.010.301.0100.2031 - Manutenção das atividades do PACS  
0602 - 31901100 - Vencimentos e vantagens fixas - Pessoal Civil  
0602 - 10200 - Receita de Impostos e Transf. Impostos- Saúde  
R\$ 2.000,00  
0602 - 44905200 - Equipamento e Material Permanente  
0602 - 10200 - Receita de Impostos e Transf. Impostos- Saúde  
R\$ 1.000,00

Art. 3º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 20 de Dezembro de 2010  
MÁRIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

MAURICIO PRAWUTZKI  
Secretário de Adm. e Finanças

#### **Decreto Nº. 2124 de 20 de Dezembro de 2010**

DECRETO Nº. 2124 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010

Abre Créditos Suplementares

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC) no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº. 1134 de 17 de Novembro de 2009, DECRETA:

Art.1º. Ficam abertos os créditos suplementares no valor de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais), conforme programa e verbas abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
0602 - GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA  
0602.010.301.0100.2033 - Atendimento à População  
0602 - 31900400 - Contratações por Tempo Determinado  
0602 - 10200 - Receita de Impostos e Transf. Impostos - Saúde  
R\$ 7.000,00  
0602 - 31901100 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil  
0602 - 10200 - Receita de Impostos e Transf. Impostos - Saúde  
R\$ 8.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão da anulação no valor de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais) do programa e verbas abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
0602 - GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA  
0602.010.301.0100.2033 - Atendimento à População  
0602 - 33504100 - Contribuições  
0602 - 10200 - Receita de Impostos e Transf. Impostos - Saúde  
R\$ 10.000,00  
0602 - 33504300 - Subvenções Sociais  
0602 - 10200 - Receita de Impostos e Transf. Impostos - Saúde  
R\$ 5.000,00

Art. 3º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 20 de Dezembro de 2010  
MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

MAURICIO PRAWUTZKI  
Secretário de Adm. e Finanças

#### **Decreto Nº. 2125 de 20 de Dezembro de 2010**

DECRETO Nº. 2125 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC) no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº. 1134 de 17 de Novembro de 2009, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 2.000,00 (Dois mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
0602 - GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA  
0602.010.304.0100.2038 - Programa de Vigilância Sanitária  
0602 - 31901100 - Vencimentos e vantagens fixas - Pessoal Civil  
0602 - 10200 - Receita de Impostos e Transf. Impostos- Saúde  
R\$ 2.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 2.000,00 (Dois mil reais) do programa e verbas abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
0602 - GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA  
0602.010.304.0100.2038 - Programa de Vigilância Sanitária  
0602 - 33903600 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física  
0602 - 10200 - Receita de Impostos e Transf. Impostos- Saúde  
R\$ 1.000,00  
0602 - 33903900 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica  
0602 - 10200 - Receita de Impostos e Transf. Impostos- Saúde  
R\$ 1.000,00

Art. 3º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 20 de Dezembro de 2010  
MÁRIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

MAURICIO PRAWUTZKI  
Secretário de Adm. e Finanças

#### **Decreto Nº. 2126 de 20 de Dezembro de 2010**

DECRETO Nº. 2126 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC) no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº. 1134 de 17 de Novembro de 2009, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
0602 - GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA  
0602.010.302.0100.2037 - Manutenção do Hospital de Massaranduba  
0602 - 31900400 - Contratações por Tempo Determinado  
0602 - 30200 - Receita de Impostos e Transf. Impostos- Saúde



R\$ 5.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais) do programa e verba abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
0602 - GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA  
0602.010.304.0100.2037 - Manutenção do Hospital de Massaranduba  
0602 - 31901100 - Vencimentos e vantagens fixas - Pessoal Civil  
0602 - 30200 - Receita de Impostos e Transf. Impostos- Saúde  
R\$ 5.000,00

Art. 3º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 20 de Dezembro de 2010  
MÁRIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

MAURICIO PRAWUTZKI  
Secretário de Adm. e Finanças

### **Decreto Nº. 2127 de 20 de Dezembro de 2010**

DECRETO Nº. 2127 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC) no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº. 1134 de 17 de Novembro de 2009, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0200 - GABINETE DO PREFEITO  
0201 - GABINETE DO PREFEITO  
0201.004.122.0040.2005 - Manutenção da Assessoria Jurídica  
0201 - 31901100 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil  
0201 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 4.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais) do programa e verba abaixo discriminados:

0200 - GABINETE DO PREFEITO  
0201 - GABINETE DO PREFEITO  
0201.004.122.0040.2005 - Manutenção da Assessoria Jurídica  
0201 - 44905200 - Equipamento e Material Permanente  
0201 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 4.000,00

Art. 3º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 20 de Dezembro de 2010  
MÁRIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

MAURICIO PRAWUTZKI  
Secretário de Adm. e Finanças

### **Decreto Nº. 2128 de 20 de Dezembro de 2010**

DECRETO Nº. 2128 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC) no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº. 1134 de 17 de Novembro de 2009, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 34.600,00 (Trinta e quatro mil e seiscentos reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO  
0501 - GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO  
0501.012.361.0120.2044 - Manutenção do Ensino Fundamental  
0501 - 31901100 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil  
0501 - 11800 - Transferências Fundeb (aplic profis) R\$ 34.600,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 34.600,00 (Trinta e quatro mil e seiscentos reais) do programa e verbas abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO  
0501 - GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO  
0501.012.361.0120.2044 - Manutenção do Ensino Fundamental  
0501 - 31901300 - Obrigações Patronais  
0501 - 11800 - Transferências Fundeb (aplic profis) R\$ 18.500,00  
0501 - 33903000 - Material de Consumo  
0501 - 11900 - Transferências Fundeb ( outras aplic) R\$ 1.700,00  
0501 - 33903200 - Material de Distribuição Gratuita  
0501 - 11900 - Transferências Fundeb ( outras aplic) R\$ 2.700,00  
0501 - 44905200 - Equipamento e Material Permanente  
0501 - 11900 - Transferências Fundeb ( outras aplic) R\$ 11.700,00

Art. 3º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 20 de Dezembro de 2010  
MÁRIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

MAURICIO PRAWUTZKI  
Secretário de Adm. e Finanças

### **Decreto Nº. 2129 de 20 de Dezembro de 2010**

DECRETO Nº. 2129 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC) no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº. 1134 de 17 de Novembro de 2009, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 34.600,00 (Trinta e quatro mil e seiscentos reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO  
0501 - GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO  
0501.012.365.0122.2054 - Manutenção da Educação Infantil  
0501 - 31901100 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil  
0501 - 11800 - Transferências Fundeb (aplic profis) R\$ 24.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 34.600,00 (Trinta e quatro mil e seiscentos reais) do programa e verbas abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO  
0501 - GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO  
0501.012.365.0122.2054 - Manutenção da Educação Infantil  
0501 - 31901300 - Obrigações Patronais  
0501 - 11800 - Transferências Fundeb (aplic profis) R\$ 20.500,00  
0501 - 44905200 - Equipamento e Material Permanente  
0501 - 11900 - Transferências Fundeb ( outras aplic) R\$ 3.500,00

Art. 3º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 20 de Dezembro de 2010  
MÁRIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

MAURICIO PRAWUTZKI  
Secretário de Adm. e Finanças

### **Decreto Nº. 2130 de 20 de Dezembro de 2010**

DECRETO Nº. 2130 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010  
Abre Créditos Suplementares

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC) no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº. 1134 de 17 de Novembro de 2009, DECRETA:

Art.1º. Ficam abertos os créditos suplementares no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), conforme programa e verbas abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO  
0501 - GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO  
0501.012.361.0120.2044 - Manutenção do Ensino Fundamental  
0501 - 31901100 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil  
0501 - 10100 - Receita de Impostos e Transf. Impostos- Educação R\$ 5.000,00  
0501 - 31901300 - Obrigações Patronais  
0501 - 10100 - Receita de Impostos e Transf. Impostos- Educação R\$ 5.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão da anulação no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) do programa e verba abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO  
0501 - GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO  
0501.012.361.0120.2044 - Manutenção do Ensino Fundamental  
0501 - 31900400 - Contratações por Tempo Determinado  
0501 - 10100 - Receita de Impostos e Transf. Impostos- Educação R\$ 10.000,00

Art. 3º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 20 de Dezembro de 2010  
MÁRIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

MAURICIO PRAWUTZKI  
Secretário de Adm. e Finanças

### **Errada de Publicação**

ERRADA DE PUBLICAÇÃO  
CONTRATO Nº. 42/2010  
CONTRATO ADITIVO Nº. 42/1  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 23/2010

MODALIDADE: Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia nº. 02/2010

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA  
CONTRATADO: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

OBJETO: Este aditamento de prazo se faz necessário pelas seguintes razões:

- Alteração no projeto geométrico: o que acarretou diversos serviços de terraplanagem, com alto volume de aterros e cortes;
- Alteração do projeto de drenagem: o que acarretou implantação de elementos de drenagem em toda a pista. O projeto original apresentava elementos em apenas alguns pontos da pista.

DATA DA VIGENCIA: 22.11.2010 a 22.03.2011

MÁRIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

### **CÂMARA DE VEREADORES**

### **Portaria Nº062/2010**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA  
Rua Paulo Cardoso - 166 - Centro - Fone Fax: (0XX 47) 3379-1571  
e-mail: cvm@netuno.com.br - CEP: 89.108-000 - Massaranduba - Santa Catarina  
CNPJ: 83.539.668/0001-39 Site: www.cvmassaranduba.sc.gov.br  
P O R T A R I A Nº 62/2010 DE 21/12/2010

INÁCIO BESEN, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 51, inciso II do Regimento Interno (RI) da Câmara Municipal de Massaranduba:

#### **R E S O L V E:**

Artigo 1º - Conceder gratificação de função ( FG ) de 25 % ( vinte e cinco por cento ) sobre vencimento do servidor DIONISIO KEMCZYNSKI, agregar a Função Gratificada ( FG ), Chefe do Setor Financeiro e Gestão de Pessoas, Conforme Lei Complementar 036/2010 de 21 de Dezembro de 2010.

Artigo 2º Esta portaria revoga a portaria 56/2009.

Artigo 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Massaranduba, 21 de Dezembro de 2010.  
INÁCIO BESEN  
Presidente

### **Portaria Nº063/2010**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA  
Rua Paulo Cardoso - 166 - Centro - Fone Fax: (0XX 47) 3379-1571  
e-mail: cvm@netuno.com.br - CEP: 89.108-000 - Massaranduba - Santa Catarina  
CNPJ: 83.539.668/0001-39 Site: www.cvmassaranduba.sc.gov.br  
P O R T A R I A Nº 063/2010 DE 21/12/2010

INÁCIO BESEN, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de

Massaranduba, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 51, inciso II do Regimento Interno (RI) da Câmara Municipal de Massaranduba:

**R E S O L V E:**

Artigo 1º - Conceder gratificação de função ( FG ) de 25 % ( vinte e cinco por cento ) sobre vencimento do servidor JAIR MICHELUZZI, agregar a Função Gratificada ( FG ), Chefe do legislativo e Comunicação, conforme Lei Complementar 036/2010 de 21 de Dezembro de 2010.

Artigo 2º Esta portaria revoga a portaria 57/2009.

Artigo 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Massaranduba, 21 de Dezembro de 2010.  
INÁCIO BESEN  
Presidente

## Meleiro

### PREFEITURA MUNICIPAL

**Decreto n.º 082/2010**

DECRETO n.º 082/2010  
DECRETA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 51, inciso VI da lei Orgânica Municipal, RESOLVE,  
D E C R E T A R

Art. 1.º Ponto facultativo nas Repartições Públicas do Município nos dias 24 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2010.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revoga-se as demais disposições em contrário.

Meleiro, 22 de Dezembro de 2010.  
JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA  
Secret. Adm. e Finanças

**Portaria n.º 380/2010**

PORTARIA n.º 380/2010  
TRATA DA EXONERAÇÃO DE MONITOR DE MÚSICA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e edital do Processo Seletivo, RESOLVE:  
EXONERAR

Art. 1.º O Senhor HENRIQUE GOMES, ocupante do cargo de Monitor de Música, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, vinculada a Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Cultura e Turismo.  
Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário em especial a Portaria nº 100/2010.

Meleiro, 21 de dezembro de 2010.  
JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA  
Secret. Adm. e Finanças

**Pregão Presencial N.º 063/2010**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 063/2010

O MUNICÍPIO DE MELEIRO, torna público para conhecimento dos interessados que no dia 07/01/2011, às 09:30 horas estará realizando a reunião de recebimento das propostas de PREGÃO PRESENCIAL N.º 063/2010, objetivando a AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS (ÓLEO DIESEL, GASOLINA E ALCOOL), PARA O EXERCÍCIO DE 2011. A integral do Edital e maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, 371 - Meleiro/SC, no horário das 7:00 às 13:00 horas, de Segunda a Sexta-Feira ou pelo fone 0XX48-5371110. A retirada do Edital poderá ser feita no site [www.meleiro.sc.gov.br](http://www.meleiro.sc.gov.br).

Meleiro, 22 de dezembro de 2010.  
JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

**Pregão Presencial N.º 064/2010**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 064/2010

O MUNICÍPIO DE MELEIRO, torna público para conhecimento dos interessados que no dia 06/01/2011, às 09:00 horas estará realizando a reunião de recebimento das propostas de PREGÃO PRESENCIAL N.º 064/2010, objetivando a AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR, COM ENTREGAS FUTURAS E DE FORMA PARCELADA PARA O EXERCÍCIO DE 2011. A integral do Edital e maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, 371 - Meleiro/SC, no horário das 7:00 às 13:00 horas, de Segunda a Sexta-Feira ou pelo fone 0XX48-5371110. A retirada do Edital poderá ser feita no site [www.meleiro.sc.gov.br](http://www.meleiro.sc.gov.br).

Meleiro, 22 de dezembro de 2010.  
JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

**Contrato Nº. 104/2010**

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 104/2010  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
Contratado: TRATOWEL COMERCIO DE MAQUINAS AGRICOLAS

LTDA.

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGRICOLAS PARA AMPLIAÇÃO DA FROTA DE EQUIPAMENTOS DA SECRETARIA DE AGRICULTURA MUNICIPAL.

Valor: R\$ 41.660,00

Vigência: Início: 22/12/2010 Término: 30/04/2011.

Data da assinatura: 22 de dezembro de 2010.

## Monte Carlo

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### Edital do Pregão Presencial Nº 07/2010

PROCESSO LICITAÇÃO Nº 113/2010

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2010

REGISTRO DE PREÇOS

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 04.923.189/0001-45, representado neste ato pelo seu Gestor Sr. Marcos Nei Correa de Siqueira no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL visando o REGISTRO DE PREÇO para contratações futuras do objeto abaixo indicado. Os envelopes de "PROPOSTA DE PREÇOS" e "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser entregues no Setor de Licitações, localizado na sede deste Município - Rodovia SC 456 Km 15, Centro, Monte Carlo, SC. Os envelopes deverão ser entregues até as 13:45 horas do dia 05/01/2011 ou do primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nesta data. Abertura da sessão no mesmo dia às 14:00 horas. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, consoante as condições estatuídas neste Edital e será regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

#### 1 - DO OBJETO

1.1 - O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras MEDICAMENTO HOSPITALAR, MATERIAIS HOSPITALARES, MATERIAL CURATIVO, EQUIPAMENTO E MEDICAMENTOS DA FARMÁCIA BÁSICA PARA SEREM UTILIZADOS NOS POSTOS DE SAÚDE E UNIDADE MISTA DE SAÚDE, DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MONTE CARLO.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Prefeitura Municipal de Monte Carlo, sala de Licitações da Secretaria de Administração e Finanças, situada na Rodovia SC 456 km 15. HORÁRIO: Das 12:00 às 18:00HS. TELEFONE/FAX: (049) 3546- 0194. Home Page: [www.montecarlo.sc.gov.br](http://www.montecarlo.sc.gov.br)

Monte Carlo, 21 de dezembro de 2010

MARCOS NEI CORREA DE SIQUEIRA

Gestor do Fundo

#### Edital do Pregão Presencial Nº 30/2010

PROCESSO LICITAÇÃO Nº 60/2010

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2010

REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL visando o REGISTRO DE PREÇO para contratações futuras do objeto abaixo indicado. Os envelopes de "PROPOSTA

DE PREÇOS" e "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser entregues no Setor de Licitações, localizado na sede deste Município - Rodovia SC 456 Km 15, Centro, Monte Carlo, SC. Os envelopes deverão ser entregues até as 13:45 horas do dia 06/01/2011 ou do primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nesta data. Abertura da sessão no mesmo dia às 14:00 horas. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, consoante as condições estatuídas neste Edital e será regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

#### 1 - DO OBJETO

1.1 - O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS DE VALOR MENSAL E DE HORAS/HOMEM PARA PRESTAR OS SERVIÇOS descritos e enumerados abaixo, COM O FORNECIMENTO DE PEÇAS SEM EXCLUSIVIDADE:

Item	Especificação e Marca do Produto	Quant.
1	valor hora/homem manutenção mecânica automóveis e utilitários	4.000 hs
2	valor hora/homem manutenção mecânica caminhões e ônibus	4.000 hs
3	valor hora/homem manutenção maquinas pesadas e tratores	4.000 hs
4	valor hora/homem manutenção elétrica em automóveis, caminhões, ônibus e maquinas pesadas	4.000 hs
5	valor hora/homem manutenção mecânica e elétrica de motos	1.000 hs
6	valor hora/homem de chapeação e pintura	2.000 hs
7	valor hora/homem manutenção mecânica motores eletrônicos e injeção eletrônica	3.000 hs
8	valor hora/homem montagem, confecção e manutenção calhas	2.000 hs
9	valor hora/homem montagem, confecção e manutenção esquadrias de ferro	2.000 hs
10	valor hora/homem montagem, confecção e manutenção boca de lobo	2.000 hs
11	valor hora/homem montagem, troca e reposição de vidros	2.000 hs
12	valor hora/homem de serviços de pedreiro	6.000 hs
13	valor hora/homem de serviços de carpinteiro	6.000 hs
14	valor hora/homem de serviços de pintor predial	6.000 hs
15	valor hora/homem de serviços Gerais para limpeza e manutenção pública	6.000 hs
16	Valor Mensal por homem/mulher para prestar serviços de Serviços Gerais	180 hom./ANO

OBS.: O TERMO SEM EXCLUSIVIDADE TEM O SIGNIFICADO LEGAL DE QUE O FORNECEDOR DOS SERVIÇOS, QUANDO DA NECESSIDADE DO USO DE PEÇAS E OU MATERIAIS, DEVERÁ EFETUAR ORÇAMENTO DE PREÇOS, EM NO MÍNIMO 03 FORNECEDORES DO REFERIDO MATERIAL, PARA APROVAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO, PARA DEPOIS EFETIVAR A AQUISIÇÃO, SENDO EMITIDA A RESPECTIVA NOTA FISCAL (NORMAL OU ELETRÔNICA), DE ACORDO COM O ENQUADRAMENTO DA FORNECEDORA DA PEÇA, CONTRA A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, QUE SE RESPONSABILIZARÁ PELO PAGAMENTO.

NÃO SE ADMITIRÁ DE FORMA ALGUMA ORÇAMENTOS REPETITIVOS E NEM VIA FAX, SENDO ACEITO POR E-MAIL OU ORIGINAL.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Prefeitura Municipal de Monte Carlo, sala de Licitações da Secretaria de Administração e Finanças, situada na Rodovia SC 456 km 15. HORÁRIO: Das 12:00 às 18:00HS. TELEFONE/FAX: (049) 3546- 0194. Home Page: [www.montecarlo.sc.gov.br](http://www.montecarlo.sc.gov.br)



Monte Carlo, 21 de dezembro de 2010  
ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES  
Prefeito Municipal

### **Edital de Chamamento para Cadastro e Renovação de Cadastro de Fornecedor**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARLO  
EDITAL DE CHAMAMENTO PARA CADASTRO E RENOVAÇÃO DE CADASTRO DE FORNECEDOR

ANTONINHO GONÇALVES TIBURCIO, Prefeito Municipal de Monte Carlo Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que de acordo com a Lei Federal 8.666/93 artigos 34, 35 e 36, e Lei 8.883/94, faz saber, que se encontra aberta a possibilidade geral e irrestrita para proceder o registro cadastral bem como a renovação do cadastro para potenciais fornecedores da Prefeitura Municipal de Monte Carlo-SC.

Os documentos necessários são os previstos na lei citada acima. Maiores informações poderão ser obtidas no Departamento de Compras e Licitações, sito a Rodovia SC 456, Km 15 - Centro, no Município de Monte Carlo, de segunda a sexta feira no horário das 13:00 hs às 18:00 hs, ou pelo fone 049 3546 0194.

Monte Carlo-SC, 21 de dezembro de 2010.  
ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES  
Prefeito Municipal

## **Pinheiro Preto**

### **PREFEITURA MUNICIPAL**

#### **Lei Nº 1.472, de 22 de Dezembro de 2010**

LEI Nº 1.472, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010  
AUTORIZA O MUNICÍPIO A RECEBER DOAÇÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Município de Pinheiro Preto, através do Chefe do Poder Executivo, autorizado a receber do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, por intermédio da Comarca de Tangará, a quantia em espécie de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Art. 2º Os recursos de que trata o art. 1º serão utilizados na instalação de sistema de segurança e monitoramento urbano por imagens, através da instalação de câmeras de segurança

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 22 de Dezembro de 2010.  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

#### **Decreto Nº 3.295, de 16 de Dezembro de 2010.**

DECRETO Nº 3.295, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2010.  
DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e conforme artigo 16º da Lei Municipal nº 1.390 de 10 de Novembro de 2009.

#### **DECRETA:**

Art. 1º Fica anulada a dotação do orçamento vigente no valor de R\$ 16.000,00 (Dezesseis mil reais) da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto abaixo discriminado;

#### **02 CHEFIA DO EXECUTIVO**

0201 Secretaria de Administração e Planejamento

0201.04 Administração

0201.04.122 Administração Geral

0201.04.122.0002 Administração e Planejamento

0201.04.122.0002.2003 Manutenção da Sec. de Administração e Planejamento

31900000 Aplicações Diretas R\$16.000,00

Fonte de Recursos 00

Art. 2º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, no valor de R\$ 16.000,00 (Dezesseis mil reais) conforme abaixo discriminado;

#### **02 CHEFIA DO EXECUTIVO**

0201 Secretaria de Administração e Planejamento

0201.04 Administração

0201.04.122 Administração Geral

0201.04.122.0002 Administração e Planejamento

0201.04.122.0002.2003 Manutenção da Sec. de Administração e Planejamento

44900000 Aplicações Diretas R\$11.200,00

Fonte de Recursos 00

#### **02 CHEFIA DO EXECUTIVO**

0201 Secretaria de Administração e Planejamento

0201.04 Administração

0201.04.122 Administração Geral

0201.04.122.0002 Administração e Planejamento

0201.04.122.0002.2003 Manutenção da Sec. de Administração e Planejamento

33900000 Aplicações Diretas R\$ 4.800,00

Fonte de Recursos 00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto-SC, 16 de dezembro de 2010.

EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

#### **Decreto Nº 3.296, de 16 de Dezembro de 2010.**

DECRETO Nº 3.296, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2010.  
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme artigo 16º § 4º da Lei Municipal nº 1.390/2009 de 10 de Novembro de 2009; considerando o disposto no item 4.2 da Nota Técnica nº 509/2006-GEAAC/CCONT-STN de 27 de Março de 2006, expedida pelo Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional.

#### **DECRETA**

Art. 1º Fica aberto na contadoria da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto crédito adicional suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais):

Órgão: 02 Chefia do Executivo

Unidade Orçamentária: 02.01 - Secretaria de Administração e Planejamento  
 Função: 04 - Administração  
 Sub-função: 122 - Administração Geral  
 Programa: 0002 - Administração e Planejamento  
 Projeto Atividade: 2003 - Manutenção da Sec. de Administração e Planejamento  
 Aplicações Diretas: 44900000 - R\$ 20.000,00  
 Fonte de recurso 01.00.55

Art. 2º Os recursos necessários para a suplementação do artigo anterior correrão à conta do Recurso da doação do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais), tendo como objeto a transferência de recursos financeiros destinados à aquisição de Câmeras de Segurança.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto-SC, 16 de Dezembro de 2010.

EUZEBIO CALISTO VIECELI  
 Prefeito Municipal

### Aviso de Licitação Nº 065/2010

AVISO DE LICITAÇÃO  
 MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
 EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 065/2010  
 MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 14 de janeiro de 2011, licitação modalidade Pregão Presencial n. 065/2010, visando a AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR PARA EXERCÍCIO DE 2011.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 14/01/2011, até às 09:15 hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 09:30 hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone 49-3562 2000

Centro Administrativo de Pinheiro Preto-SC, 14 de Dezembro de 2010.

EUZEBIO CALISTO VIECELI  
 Prefeito Municipal

**Porto Belo**

**PREFEITURA MUNICIPAL**

### Lei Municipal Nº 1.883/2010

LEI MUNICIPAL Nº 1.883/2010

"Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Porto Belo para o Exercício de 2011".

ALBERT STADLER, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município que Câmara de Vereadores aprovou, e eu sanciono a presente Lei:

### DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º O Orçamento Geral do Município de Porto Belo para o exercício de 2011 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 42.700.000,00 (Quarenta e dois milhões e setecentos mil reais), dividido da seguinte forma:

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	R\$ 850.000,00
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO	R\$ 12.266.181,29
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	R\$ 8.294.206,88
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	R\$ 5.927.878,02
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$ 432.369,86
FUNDO M. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	R\$ 97.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO	R\$ 11.966.663,95
FUNDO M. REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS	R\$ 60.000,00
FUNDO PREVIDENCIÁRIO FINANCEIRO	R\$ 870.000,00
FUNDO PREVIDENCIÁRIO CAPITALIZADO	R\$ 570.000,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	R\$ 211.550,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA	R\$ 297.150,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE TURISMO	R\$ 787.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 70.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 42.700.000,00</b>

§ 1º A Receita do Município será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da Legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos da presente Lei, com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS CORRENTES	R\$ 30.974.186,05
Receita Tributária	R\$ 8.037.000,00
Receita de Contribuições	R\$ 1.420.000,00
Receita Patrimonial	R\$ 97.000,00
Receita de Serviços	R\$ 4.660.000,00
Transferências Correntes	R\$ 15.576.230,76
Outras Receitas Correntes	R\$ 1.183.955,29
2. RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 10.775.813,95
Operações de Crédito	R\$ 2.450.300,00
Transferências de Capital	R\$ 8.325.513,95
7. RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	R\$ 950.000,00
Receita de Contribuições	R\$ 830.000,00
Receita de Serviços	R\$ 120.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 42.700.000,00</b>

§ 2º A Despesa do Município será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza distribuídos da seguinte maneira:

#### I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

01 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	R\$ 850.000,00
02 - GABINETE DO PREFEITO	R\$ 1.010.000,00
03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	R\$ 1.390.728,00
04 - SECRETARIA DA FAZENDA	R\$ 1.721.500,00
05 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	R\$ 7.061.953,29
06 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE	R\$ 752.000,00
07 - SECRETARIA DE PESCA E AGRICULTURA	R\$ 330.000,00
08 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	R\$ 8.294.206,88
09 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	R\$ 5.927.878,02
10 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$ 432.369,86
11 - FUNDO M. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	R\$ 97.000,00
13 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL	R\$ 11.966.663,95
14 - FUNDO M. DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE	



BOMBEIROS	R\$ 60.000,00
15 - FUNDO PREVIDENCIÁRIO FINANCEIRO	R\$ 870.000,00
16 - FUNDO PREVIDENCIÁRIO CAPITALIZADO	R\$ 570.000,00
19 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	R\$ 211.550,00
20 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA	R\$ 297.150,00
21 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE TURISMO	R\$ 787.000,00
99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 70.000,00
TOTAL	R\$ 42.700.000,00

## II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01 - LEGISLATIVA	R\$ 850.000,00
02 - JUDICIARIA	R\$ 80.000,00
04 - ADMINISTRAÇÃO	R\$ 3.113.028,00
06 - SEGURANÇA PÚBLICA	R\$ 129.000,00
08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$ 625.369,86
09 - PREVIDÊNCIA SOCIAL	R\$ 1.440.000,00
10 - SAÚDE	R\$ 6.461.138,02
12 - EDUCAÇÃO	R\$ 7.664.946,88
13 - CULTURA	R\$ 297.150,00
15 - URBANISMO	R\$ 7.812.953,29
17 - SANEAMENTO	R\$ 11.966.663,95
20 - AGRICULTURA	R\$ 330.000,00
23 - COMÉRCIO E SERVIÇOS	R\$ 787.000,00
24 - COMUNICAÇÕES	R\$ 1.000,00
27 - DESPORTO E LAZER	R\$ 211.550,00
28 - ENCARGOS ESPECIAIS	R\$ 860.200,00
99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 70.000,00
TOTAL	R\$ 42.700.000,00

## III - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

0000 - OPERAÇÕES ESPECIAIS	R\$ 860.200,00
0001 - PROCESSO LEGISLATIVO	R\$ 850.000,00
0002 - AÇÕES JUDICIÁRIAS	R\$ 80.000,00
0003 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	R\$ 3.865.028,00
0004 - SEGURANÇA PÚBLICA	R\$ 129.000,00
0005 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	R\$ 296.369,86
0006 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL MÉDIA COMPLEXIDADE.	R\$ 92.000,00
0007 - PROTEÇÃO SOCIAL ALTA COMPLEXIDADE	R\$ 44.000,00
0008 - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA	R\$ 870.000,00
0009 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE	R\$ 184.320,12
0010 - ATENÇÃO BÁSICA	R\$ 5.094.692,00
0011 - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	R\$ 196.588,80
0012 - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	R\$ 408.277,10
0013 - MERENDA ESCOLAR	R\$ 533.260,00
0014 - ENSINO FUNDAMENTAL	R\$ 4.978.786,40
0015 - ENSINO MÉDIO	R\$ 243,54
0016 - DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	R\$ 97.000,00
0017 - EDUCAÇÃO INFANTIL	R\$ 2.469.496,94
0018 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	R\$ 15.000,00
0019 - EDUCAÇÃO ESPECIAL	R\$ 107.420,00
0020 - DIFUSÃO CULTURAL	R\$ 297.150,00
0021 - OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	R\$ 7.017.953,29
0023 - SANEAMENTO AMBIENTAL	R\$ 11.966.663,95
0024 - PESCA E AGRICULTURA	R\$ 330.000,00
0025 - GESTÃO MODERNA, ESTRATÉGICA E INTEGRADA TURISMO	R\$ 596.000,00
0026 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO PELO TURISMO	R\$ 191.000,00
0027 - DESPORTO E LAZER	R\$ 211.550,00
0028 - CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO MUNICIPAL	R\$ 155.000,00
0029 - CONSELHO TUTELAR	R\$ 96.000,00
0096 - EMERGÊNCIA E CALAMIDADE PÚBLICA	R\$ 27.000,00
0098 - RESERVAS MATEMÁTICAS	R\$ 570.000,00
9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 70.000,00
TOTAL	R\$ 42.700.000,00

## IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	R\$ 28.311.122,85
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 15.228.271,20
JUROS E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 240.000,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 12.842.851,65
DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 13.748.877,15
INVESTIMENTOS	R\$ 13.424.877,15
INVERSÕES FINANCEIRAS	R\$ 74.000,00
AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA	R\$ 250.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 70.000,00
RESERVA DO RPPS	R\$ 570.000,00
TOTAL	R\$ 42.700.000,00

## DO ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Art. 2º O Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores de Porto Belo para o exercício de 2011 estima as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 850.000,00 (Oitocentos e cinquenta mil reais) e fixa a despesa em R\$ 850.000,00 (Oitocentos e cinquenta mil reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

Transferências Financeiras	R\$ 850.000,00
TOTAL	R\$ 850.000,00

§ 2º A Despesa da Câmara Municipal de Vereadores de Porto Belo será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação funcional-programática e natureza, distribuída da seguinte forma:

## I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01 - Legislativa	R\$ 850.000,00
TOTAL	R\$ 850.000,00

## II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	R\$ 830.000,00
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 740.000,00
Outras Despesas Correntes	R\$ 90.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 20.000,00
Investimentos	R\$ 20.000,00
TOTAL	R\$ 850.000,00

## DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA

Art. 3º O Orçamento da Prefeitura para o exercício de 2011 estima a Receita em R\$ 22.457.665,29 (Vinte e dois milhões, quatrocentos e cinquenta e sete mil, seiscentos e sessenta e cinco reais e vinte e nove centavos) e fixa a Despesa em R\$ 12.336.181,29 (Doze milhões, trezentos e trinta e seis mil, cento e oitenta e um reais e vinte e nove centavos) e as Transferências Financeiras Concedidas no valor de R\$ 10.121.484,00 (Dez milhões, cento e vinte e um mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais).

§ 1º A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da Legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos da presente Lei, com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS CORRENTES	R\$ 19.246.515,29
Receita Tributária	R\$ 8.037.000,00
Receita de Contribuições	R\$ 810.000,00
Receita Patrimonial	R\$ 97.000,00
Transferências Correntes	R\$ 9.118.560,00
Outras Receitas Correntes	R\$ 1.183.955,29
2. RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 3.211.150,00
Operações de Crédito	R\$ 2.450.300,00
Transferências de Capital	R\$ 760.850,00

TOTAL R\$ 22.457.665,29

§ 2º A Despesa da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza distribuídos da seguinte maneira:

#### I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

Transferências Financeiras à CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES R\$ 850.000,00  
 02 - GABINETE DO PREFEITO R\$ 1.010.000,00  
 03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO R\$ 1.390.728,00  
 04 - SECRETARIA DA FAZENDA R\$ 1.721.500,00  
 05 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. PÚBLICOS R\$ 7.061.953,29  
 06 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE R\$ 752.000,00  
 07 - SECRETARIA DE PESCA E AQUICULTURA R\$ 330.000,00  
 Transferências Financeiras ao FUNDO M. DE EDUCAÇÃO R\$ 3.493.944,00  
 Transferências Financeiras ao FUNDO M. DE SAÚDE R\$ 3.879.840,00  
 Transferências Financeiras ao FUNDO M. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL R\$ 343.000,00  
 Transferências Financeiras ao FUNDO M. DIREITOS CRIANÇA E ADOLESC. R\$ 97.000,00  
 Transferências Financeiras ao FUNDO M. DE SANEAMENTO AMBIENTAL R\$ 102.000,00  
 Transferências Financeiras ao FUNDO M. DE REEQ. CORPO BOMBEIROS R\$ 60.000,00  
 Transferências Financeiras a FUNDAÇÃO M. DE ESPORTES R\$ 211.550,00  
 Transferências Financeiras a FUNDAÇÃO M. DE CULTURA R\$ 297.150,00  
 Transferências Financeiras a FUNDAÇÃO M. DE TURISMO R\$ 787.000,00  
 RESERVA DE CONTINGÊNCIA R\$ 70.000,00  
 TOTAL R\$ 22.457.665,29

#### II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

Transferências Financeiras à CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES R\$ 850.000,00  
 02 - JUDICIÁRIA R\$ 80.000,00  
 04 - ADMINISTRAÇÃO R\$ 3.113.028,00  
 06 - SEGURANÇA PÚBLICA R\$ 69.000,00  
 15 - URBANISMO R\$ 7.812.953,29  
 20 - AGRICULTURA R\$ 330.000,00  
 24 - COMUNICAÇÕES R\$ 1.000,00  
 28 - ENCARGOS ESPECIAIS R\$ 860.200,00  
 Transferências Financeiras ao FUNDO M. DE EDUCAÇÃO R\$ 3.493.944,00  
 Transferências Financeiras ao FUNDO M. DE SAÚDE R\$ 3.879.840,00  
 Transferências Financeiras ao FUNDO M. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL R\$ 343.000,00  
 Transferências Financeiras ao FUNDO M. DIREITOS CRIANÇA E ADOLESC. R\$ 97.000,00  
 Transferências Financeiras ao FUNDO M. DE SANEAMENTO AMBIENTAL R\$ 102.000,00  
 Transferências Financeiras ao FUNDO M. DE REEQ. CORPO BOMBEIROS R\$ 60.000,00  
 Transferências Financeiras a FUNDAÇÃO M. DE ESPORTES R\$ 211.550,00  
 Transferências Financeiras a FUNDAÇÃO M. DE CULTURA R\$ 297.150,00  
 Transferências Financeiras a FUNDAÇÃO M. DE TURISMO R\$ 787.000,00  
 RESERVA DE CONTINGÊNCIA R\$ 70.000,00  
 TOTAL R\$ 22.457.665,29

#### III - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES R\$ 7.942.328,09  
 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS R\$ 4.130.619,20  
 JUROS E ENCARGOS SOCIAIS R\$ 240.000,00  
 OUTRAS DESPESAS CORRENTES R\$ 3.571.708,89  
 DESPESAS DE CAPITAL R\$ 4.323.853,20  
 INVESTIMENTOS R\$ 4.072.853,20  
 INVERSÕES FINANCEIRAS R\$ 1.000,00  
 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA R\$ 250.000,00  
 RESERVA DE CONTINGÊNCIA R\$ 70.000,00  
 TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS R\$ 10.121.484,00  
 TOTAL R\$ 22.457.665,29

#### DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Art. 4º O Orçamento do Fundo Municipal de Educação de Porto Belo para o exercício de 2011 estima a Receita em R\$ 4.800.262,88 (Quatro milhões, oitocentos mil, duzentos e sessenta e dois reais e oitenta e oito centavos) e as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 3.493.944,00 (Três milhões, quatrocentos e noventa e três mil, novecentos e quarenta e quatro reais) e fixa a despesa em R\$ 8.294.206,88 (Oito milhões, duzentos e noventa e quatro mil, duzentos e seis reais e oitenta e oito centavos).

§ 1º A Receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, Transferências de outras esferas do Governo na forma da legislação em vigor e Transferências Financeiras do Tesouro Municipal discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

Receitas Correntes	R\$ 4.800.262,88
Transferências Financeiras	R\$ 3.493.944,00
TOTAL	R\$ 8.294.206,88

§ 2º A Despesa do Fundo Municipal de Educação de Porto Belo será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta presente Lei, obedecendo a classificação funcional-programática e natureza, distribuída da seguinte forma:

#### I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

08 - Assistência Social	R\$ 96.000,00
10 - Saúde	R\$ 533.260,00
12 - Educação	R\$ 7.664.946,88
TOTAL	R\$ 8.294.206,88

#### II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	R\$ 7.238.646,88
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 4.846.000,00
Outras Despesas Correntes	R\$ 2.392.646,88
DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 1.055.560,00
Investimentos	R\$ 983.560,00
Inversões Financeiras	R\$ 72.000,00
TOTAL	R\$ 8.294.206,88

#### DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 5º O Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Porto Belo para o exercício de 2011 estima a Receita em R\$ 2.048.038,02 (Dois milhões, quarenta e oito mil, trinta e oito reais e dois centavos) e as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 3.879.840,00 (Três milhões, oitocentos e setenta e nove mil, oitocentos e quarenta reais) e fixa a despesa em R\$ 5.927.878,02 (Cinco milhões, novecentos e vinte e sete mil, oitocentos e setenta e oito reais e dois centavos).

§ 1º A Receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, Transferências de outras esferas do Governo na forma da legislação em vigor e Transferências Financeiras do Tesouro Municipal discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

Receitas Correntes	R\$ 1.568.038,02
Receitas de Capital	R\$ 480.000,00
Transferências Financeiras	R\$ 3.879.840,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 5.927.878,02</b>

§ 2º A Despesa do Fundo Municipal de Saúde de Porto Belo será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta presente Lei, obedecendo a classificação funcional-programática e natureza, distribuída da seguinte forma:

#### I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

10 - Saúde	R\$ 5.927.878,02
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 5.927.878,02</b>

#### II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	R\$ 5.219.378,02
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 3.972.852,00
Outras Despesas Correntes	R\$ 1.246.526,02
DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 708.500,00
Investimentos	R\$ 708.500,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 5.927.878,02</b>

#### DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 6º O Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Porto Belo para o exercício de 2011 estima a Receita em R\$ 89.369,86 (Oitenta e nove mil, trezentos e sessenta e nove reais e oitenta e seis centavos) e as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 343.000,00 (Trezentos e quarenta e três mil reais) e fixa a despesa em R\$ 432.369,86 (Quatrocentos e trinta e dois mil e trezentos e sessenta e nove reais e oitenta e seis centavos).

§ 1º A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal e Transferências de outras esferas do Governo na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

Receitas Correntes	R\$ 89.369,86
Transferências Financeiras	R\$ 343.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 432.369,86</b>

§ 2º A Despesa do Fundo Municipal de Assistência Social de Porto Belo será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta presente Lei, obedecendo a classificação funcional-programática e natureza, distribuída da seguinte forma:

#### I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

08 - Assistência Social	R\$ 432.369,86
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 432.369,86</b>

#### II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	R\$ 309.369,86
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 159.000,00
Outras Despesas Correntes	R\$ 150.369,86
DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 123.000,00
Investimentos	R\$ 123.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 432.369,86</b>

#### DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Art. 7º O Orçamento do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Porto Belo para o exercício de 2011 estima as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 97.000,00 (Noventa e sete mil reais) e fixa a despesa em R\$ 97.000,00 (Noventa e sete mil reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, conforme discriminadas nos quadros

anexos, com o seguinte desdobramento:

Transferências Financeiras	R\$ 97.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 97.000,00</b>

§ 2º A Despesa do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Porto Belo será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação funcional-programática e natureza, distribuída da seguinte forma:

#### I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

08 - Assistência Social	R\$ 97.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 97.000,00</b>

#### II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	R\$ 92.000,00
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 1.100,00
Outras Despesas Correntes	R\$ 90.900,00
DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 5.000,00
Investimentos	R\$ 5.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 97.000,00</b>

#### DO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE TURISMO

Art. 8º O Orçamento da Fundação Municipal de Turismo de Porto Belo para o exercício de 2011 estima as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 787.000,00 (Setecentos e oitenta e sete mil reais) e fixa a despesa em R\$ 787.000,00 (Setecentos e oitenta e sete mil reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

Transferências Financeiras	R\$ 787.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 787.000,00</b>

§ 2º A Despesa da Fundação Municipal de Turismo de Porto Belo será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação funcional-programática e natureza, distribuída da seguinte forma:

#### I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

23 - Comércio e Serviços	R\$ 787.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 787.000,00</b>

#### II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	R\$ 541.200,00
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 282.600,00
Outras Despesas Correntes	R\$ 258.600,00
DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 245.800,00
Investimentos	R\$ 244.800,00
Inversões Financeiras	R\$ 1.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 787.000,00</b>

#### DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL

Art. 9º O Orçamento do Fundo Municipal de Saneamento Ambiental de Porto Belo para o exercício de 2011 estima a Receita em R\$ 11.864.663,95 (Onze milhões, oitocentos e sessenta e quatro mil, seiscentos e sessenta e três reais e noventa e cinco centavos) e as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 102.000,00 (Cento e dois mil reais) e fixa a despesa em R\$ 11.966.663,95 (Onze milhões, novecentos e sessenta e seis mil, seiscentos e sessenta e três reais e noventa e cinco centavos).

§ 1º A Receita será realizada mediante as Transferências de Capital e Transferências Financeiras do Tesouro Municipal discriminadas



nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

Receitas Correntes	R\$ 4.660.000,00
Receitas Correntes - Intra-Orçamentárias	R\$ 120.000,00
Receitas de Capital	R\$ 7.084.663,95
Transferências Financeiras	R\$ 102.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 11.966.663,95</b>

§ 2º A Despesa do Fundo Municipal de Saneamento Ambiental de Porto Belo será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta presente Lei, obedecendo a classificação funcional-programática e natureza, distribuída da seguinte forma:

#### I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

17 - Saneamento	R\$ 11.966.663,95
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 11.966.663,95</b>

#### II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	R\$ 4.755.000,00
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 2.100,00
Outras Despesas Correntes	R\$ 4.752.900,00
DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 7.211.663,95
Investimentos	R\$ 7.211.663,95
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 11.966.663,95</b>

#### DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS

Art. 10. O Orçamento do Fundo Municipal do Reequipamento do Corpo de Bombeiros de Porto Belo para o exercício de 2011 estima as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais) e fixa a despesa em R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, conforme discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

Transferências Financeiras	R\$ 60.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 60.000,00</b>

§ 2º A Despesa do Fundo Municipal do Reequipamento do Corpo de Bombeiros de Porto Belo será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação funcional-programática e natureza, distribuída da seguinte forma:

#### I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

06 - Segurança Pública	R\$ 60.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 60.000,00</b>

#### II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	R\$ 30.000,00
Outras Despesas Correntes	R\$ 30.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 30.000,00
Investimentos	R\$ 30.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 60.000,00</b>

#### DO ORÇAMENTO DO FUNDO PREVIDENCIÁRIO FINANCEIRO

Art. 11. O Orçamento do Fundo Previdenciário Financeiro de Porto Belo para o exercício de 2011 estima a Receita em R\$ 870.000,00 (Oitocentos e setenta mil reais) e fixa a despesa em R\$ 870.000,00 (Oitocentos e setenta mil reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante Receitas Correntes - Contribuição do Servidor Ativo Civil e das Receitas Correntes Intra-Orçamentárias - Contribuição Patronal do Servidor Ativo Civil, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

Receitas Correntes	R\$ 350.000,00
Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	R\$ 520.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 870.000,00</b>

§ 2º A Despesa do Fundo Previdenciário Financeiro de Porto Belo será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta presente Lei, obedecendo a classificação funcional-programática e natureza, distribuída da seguinte forma:

#### I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

09 - Previdência Social	R\$ 870.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 870.000,00</b>

#### II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	R\$ 811.000,00
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 781.000,00
Outras Despesas Correntes	R\$ 30.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 9.000,00
Investimentos	R\$ 9.000,00
RESERVA DO RPPS	R\$ 50.000,00
Investimentos	R\$ 50.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 870.000,00</b>

#### DO ORÇAMENTO DO FUNDO PREVIDENCIÁRIO CAPITALIZADO

Art. 12. O Orçamento do Fundo Previdenciário Capitalizado de Porto Belo para o exercício de 2011 estima a Receita em R\$ 570.000,00 (Quinhentos e setenta mil reais) e fixa a despesa em R\$ 570.000,00 (Quinhentos e setenta mil reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante Receitas Correntes - Contribuição do Servidor Ativo Civil e das Receitas Correntes Intra-Orçamentárias - Contribuição Patronal do Servidor Ativo Civil na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

Receitas Correntes	R\$ 260.000,00
Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	R\$ 310.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 570.000,00</b>

§ 2º A Despesa do Fundo Previdenciário Capitalizado de Porto Belo será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta presente Lei, obedecendo a classificação funcional-programática e natureza, distribuída da seguinte forma:

#### I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

09 - Previdência Social	R\$ 570.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 570.000,00</b>

#### II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	R\$ 45.000,00
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 25.000,00
Outras Despesas Correntes	R\$ 20.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 5.000,00
Investimentos	R\$ 5.000,00
RESERVA DO RPPS	R\$ 520.000,00
Investimentos	R\$ 520.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 570.000,00</b>

#### DO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

Art. 13. O Orçamento da Fundação Municipal de Esportes de Porto Belo para o exercício de 2011 estima as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 211.550,00 (Duzentos e onze mil e quinhentos cinquenta reais) e fixa a despesa em R\$ 211.550,00 (Duzentos e onze mil e quinhentos e cinquenta reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

Transferências Financeiras	R\$ 211.550,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 211.550,00</b>

§ 2º A Despesa da Fundação Municipal de Esportes de Porto Belo será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta presente Lei, obedecendo a classificação funcional-programática e natureza, distribuída da seguinte forma:

#### I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

27 - Desporto e Lazer	R\$ 211.550,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 211.550,00</b>

#### II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	R\$ 209.050,00
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 110.000,00
Outras Despesas Correntes	R\$ 99.050,00
DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 2.500,00
Investimentos	R\$ 2.500,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 211.550,00</b>

#### DO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

Art. 14. O Orçamento da Fundação Municipal de Cultura para o exercício de 2011 estima as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 297.150,00 (Duzentos e noventa e sete mil e cento e cinquenta reais) e fixa a despesa em R\$ 297.150,00 (Duzentos e noventa e sete mil e cento e cinquenta reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

Transferências Financeiras	R\$ 297.150,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 297.150,00</b>

§ 2º A Despesa da Fundação Municipal de Cultura de Porto Belo será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta presente Lei, obedecendo a classificação funcional-programática e natureza, distribuída da seguinte forma:

#### I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

13 - Cultura	R\$ 297.150,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 297.150,00</b>

#### II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	R\$ 288.150,00
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 178.000,00
Outras Despesas Correntes	R\$ 110.150,00
DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 9.000,00
Investimentos	R\$ 9.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 297.150,00</b>

Art. 15. Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, demais riscos fiscais passivos e superávit orçamentário para obtenção de resultado primário positivo, conforme abaixo:

I - Passivos Contingentes	R\$ 40.000,00
II - Demais Riscos Fiscais Passivos	R\$ 5.000,00
III - Obtenção de Resultado Primário Positivo	R\$ 25.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 70.000,00</b>

§ 1º A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observado o limite para cada evento de riscos fiscais, especificado neste artigo.

§ 2º Para efeito deste Projeto de Lei entende-se como "Demais Riscos Fiscais Passivos", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçadas ou orçadas a menor.

§ 3º Não se efetivando até o dia 10/12/2011 os riscos fiscais relacionados a passivos contingentes e intempéries previstos neste artigo, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para atender "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", conforme definido no § 2º deste artigo, desde que o Orçamento para 2012 tenha reservado recursos para os mesmos riscos fiscais.

Art. 16. Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de um elemento de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Art. 17. O Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 40% (Quarenta por cento) do Orçamento das Despesas, utilizando como fontes de recursos:

- I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;
- II - a anulação de saldo de dotações orçamentárias desde que não comprometidas;
- III - o superávit financeiro do exercício anterior;
- IV - o produto de operações de crédito autorizadas.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei Federal nº 4.320/1964 será realizado em cada fonte de recursos e respectivos detalhamentos identificados nos orçamentos da Receita e Despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da Lei Complementar n. 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 2º O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das fontes de recursos e respectivos detalhamentos, conforme disposto nos artigos 8º, 42 e 50, I da Lei Complementar n. 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 3º Excluem-se deste limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de Leis Municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 18. As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 19. Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 20. Durante o exercício de 2011 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta Lei.

Art. 21. Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 22. Fica o Executivo Municipal Autorizado a firmar convênio com os Governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da Administração direta.

Art. 23. A presente Lei vigorará durante o exercício de 2011, a partir de 1º de Janeiro, revogadas as disposições em contrário.



Centro Administrativo "Prefeito Antônio Stadler Filho",  
em Porto Belo - SC, aos 17 dias do mês de dezembro de 2010.  
ALBERT STADLER  
Prefeito

**Decreto Nº 852/2010**

DECRETO Nº 852/2010

"Revoga a Concessão de Uso objeto da Lei Municipal nº 1.472/2006,  
e dá outras providências".

ALBERT STADLER, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, bem como a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e,  
Considerando o término do prazo concedido à Associação Comercial e Industrial de Porto Belo - ACIPB referente a construção de sua sede em área pública, conforme previsto na Lei Municipal nº 1.472/2006, que tornou a mesma sem efeito,  
Considerando que após vistoria in loco constatou-se que não há nenhuma construção no imóvel objeto da referida concessão de uso,

Considerando o interesse da Câmara de Dirigentes Lojistas de Porto Belo - CDL em construir sua sede na referida área,  
Considerando a inércia da Associação Comercial e Industrial de Porto Belo - ACIPB,

Decreta:

Art. 1º Fica revogada a Concessão de Uso formalizada entre o Município de Porto Belo e a Associação Comercial e Industrial de Porto Belo - ACIPB, referente ao lote 01, matrícula 14.878, em conformidade com a Lei Municipal nº 1.472/2006.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Centro Administrativo "Prefeito Antônio Stadler Filho",  
em Porto Belo - SC, aos 22 dias do mês de novembro de 2010.

ALBERT STADLER  
Prefeito

**Decreto Nº 854/2010**

DECRETO Nº 854/2010

"Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, autorizado pela Lei Municipal n. 1.866, de 30 de novembro de 2010, e dá outras providências".

ALBERT STADLER, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município,  
DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar na importância de R\$ 25.631,15 (Vinte e cinco mil, seiscentos e trinta e um reais e quinze centavos), que será concedido conforme a seguinte classificação orçamentária ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 03 - Secretaria de Administração  
Unidade: 01 - Secretaria de Administração  
Funcional-Programática: 06.182.0004  
Atividade: 2.008 - Convênio Trânsito/Polícia Militar  
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
Fonte de Recursos: 504 (0.1.0054) - Recursos: Convênio Trânsito-Militar  
Código Reduzido: 18  
Valor: R\$ 5.000,00

Órgão: 09 - Fundo Municipal de Saúde  
Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde  
Funcional-Programática: 10.301.0010

Atividade: 2.037 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde  
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos: 502 (0.1.0002) - Recursos: Impostos e Transferências de Impostos - Saúde

Código Reduzido: 35

Valor: R\$ 20.631,15

Art. 2º Os créditos abertos nos artigo anterior serão cobertos com os recursos provenientes das anulações das dotações abaixo descritas, na importância de R\$ 25.631,15 (Vinte e cinco mil, seiscentos e trinta e um reais e quinze centavos):

Órgão: 03 - Secretaria de Administração

Unidade: 01 - Secretaria de Administração

Funcional-Programática: 06.182.0004

Atividade: 2.008 - Convênio Trânsito/Polícia Militar

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos: 504 (0.1.0054) - Recursos: Convênio Trânsito-Militar

Código Reduzido: 17

Valor: R\$ 5.000,00

Órgão: 09 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde

Funcional-Programática: 10.301.0010

Atividade: 2.036 - Manutenção do Gabinete do Secretário de Saúde

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos: 502 (0.1.0002) - Recursos: Impostos e Transferências de Impostos - Saúde

Código Reduzido: 31

Valor: R\$ 14.356,15

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos: 502 (0.1.0002) - Recursos: Impostos e Transferências de Impostos - Saúde

Código Reduzido: 32

Valor: R\$ 6.275,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Centro Administrativo "Prefeito Antônio Stadler Filho",  
em Porto Belo - SC, aos 3 dias do mês de dezembro de 2010.

ALBERT STADLER  
Prefeito

**Decreto Nº 857/2010**

DECRETO Nº 857/2010

"Anula o Processo Licitatório, Modalidade Convite nº 062/2010".

ALBERT STADLER, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, bem como a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e,  
Considerando o teor da Ata de Reunião da Comissão de Licitação comunicando erro na Planilha Orçamentária no qual os valores licitados não condizem com a realidade da obra,

Decreta:

Art. 1º Fica anulado o Processo Licitatório, Modalidade Convite nº 062/2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos ao dia 20 de outubro do ano em curso.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Centro Administrativo "Prefeito Antônio Stadler Filho",  
em Porto Belo - SC, aos 3 dias do mês de dezembro de 2010.  
ALBERT STADLER  
Prefeito

**Decreto Nº 858/2010**

DECRETO Nº 858/2010

"Fixa calendário de vencimento dos Tributos Municipais para o Exercício de 2011".

ALBERT STADLER, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, bem como a Lei Municipal nº 1.071/98 - Código Tributário Municipal, DECRETA:

Art. 1º O calendário de vencimentos dos tributos municipais para o exercício de 2011, nos termos do artigo 243 e parágrafos da Lei Municipal nº 1.071/98, será o que segue:

I - Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU:

- a) 1ª parcela única - 31 de janeiro, com o desconto de 10%;
- b) 2ª parcela única - 28 de fevereiro, com o desconto de 5%;
- c) Pagamento parcelado - em até 10 parcelas, com vencimento da primeira parcela em 31 de janeiro de 2011, e as demais no último dia de cada mês subsequente;
- d) Desconto adicional - Ao contribuinte que no ano de 2010, efetuou o pagamento com desconto, na 1ª ou na 2ª cota única, até o vencimento, será concedido o desconto adicional de 5%, desde que o imposto seja pago, novamente, em cota única, até os vencimentos previstos acima.

II - Impostos sobre Serviços de qualquer natureza - ISS:

- a) Vencimento dia 10 de cada mês.

III - Taxa de licença de localização:

- a) Vencimento até 28 de fevereiro.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Centro Administrativo "Prefeito Antônio Stadler Filho",  
em Porto Belo - SC, aos 9 dias do mês de dezembro de 2010.

ALBERT STADLER  
Prefeito

**Decreto Nº 859/2010**

DECRETO Nº 859/2010

"Cria Comissão de Análise do Procedimento Licitatório, Pregão Presencial nº 030/2010 e nomeia membros".

ALBERT STADLER, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, bem como a Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores, e,

Considerando a Comunicação Interna nº 002/10 da Comissão Permanente de Licitações, referente ao não cumprimento do Contrato nº 039/2010, do Fundo Municipal de Educação,

DECRETA:

Art. 1º Fica criada a Comissão de Análise do Procedimento Licitatório Pregão Presencial nº 030/2010, referente ao não cumprimento do Contrato nº 030/2009, do Fundo Municipal de Educação, especificadamente, pela não entrega do item: "fogão industrial de aço inox com 6 bocas de 40 x 40, queimadores duplos de alta pressão, tampo escovado e o restante polido, queimadores e grelhas em

ferro fundido, forno em aço inox com revestimento interno de lâ de vidro, prevista na Autorização de Fornecimento nº 405/2010, cujo valor é de R\$ 1.499,00 (mil quatrocentos e noventa e nove reais)".

Art. 2º A presente Comissão será composta pelos seguintes membros:

- a) Presidente: Lisiane Dutra Glavam;
- b) Membro: Robson Decezario Testoni;
- c) Membro: Leonor Baltazar Serpa.

Art. 3º O prazo de validade da presente Comissão será de 60 (sessenta) dias, prorrogável por igual período.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Centro Administrativo "Prefeito Antônio Stadler Filho",  
em Porto Belo - SC, aos 9 dias do mês de dezembro de 2010.

ALBERT STADLER  
Prefeito

**Decreto Nº 861/2010**

DECRETO Nº 861/2010

"Reajusta a planta de valores no Município de Porto Belo".

ALBERT STADLER, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, bem como a Lei Municipal nº 1.071/98 - Código Tributário Municipal, DECRETA:

Art. 1º Fica reajustada em 10,46% (dez vírgula quarenta e seis por cento) a planta de valores de que trata o artigo 236 e o anexo I da Lei Municipal nº 1.071/98 - Código Tributário Municipal, considerando o IGP-M dos últimos 12 (doze) meses, que servirá de base para o cálculo do valor venal dos imóveis, bem como da correção dos valores da dívida ativa no Município de Porto Belo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Centro Administrativo "Prefeito Antônio Stadler Filho",  
em Porto Belo - SC, aos 16 dias do mês de dezembro de 2010.

ALBERT STADLER  
Prefeito

**Decreto Nº 863/2010**

DECRETO Nº 863/2010

"Decreta ponto facultativo no Município de Porto Belo e dá outras providências".

ALBERT STADLER, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, DECRETA:

Art. 1º Fica decretado ponto facultativo nos dias 24 e 31 de dezembro do ano em curso, nos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal Direta.

Art. 2º O disposto neste Decreto não abrange os serviços considerados de natureza essencial.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Centro Administrativo "Prefeito Antônio Stadler Filho",  
em Porto Belo - SC, aos 20 dias do mês de dezembro de 2010.

ALBERT STADLER  
Prefeito

**Aviso de Licitação PRG 038/2010****AVISO DE LICITAÇÃO**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2010

OBJETO - CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA A PRESTAÇÃO SERVIÇOS DE ATENDIMENTO À SAÚDE, DE FORMA COMPLEMENTAR, NA MODALIDADE DE CLÍNICA GERAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA, QUE INTEGRA ESTE EDITAL COMO ANEXO II.

TIPO DE LICITAÇÃO - MENOR PREÇO GLOBAL

REGIMENTO - Lei Federal nº 8.666/1993 e 10520/2002 e demais alterações.

ABERTURA DAS PROPOSTAS - Às 15:00h do dia 10/01/2011, na Secretaria de Administração, sito Avenida Governador Celso Ramos, nº 2500, centro de Porto Belo - SC.

MAIS INFORMAÇÕES - Pessoalmente no endereço acima citado ou pelo fone (47) 3369-4111, ramal 213

RETIRADA DO EDITAL - No endereço acima mencionado ou no site [www.portobelo.sc.gov.br](http://www.portobelo.sc.gov.br)

Aoilton Motta Porto Marco Aurélio Pereira  
Secretário de Administração Pregoeiro

Porto Belo - SC, 23 de dezembro de 2010.

**Porto União****PREFEITURA MUNICIPAL****Lei Nº 3.837/2010**

LEI Nº 3.837, de 17 de dezembro de 2010.

Autoriza o ingresso do Município de Porto União no consórcio público denominado de Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o ingresso do Município de Porto União no consórcio público denominado de Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS, nos termos do Protocolo de Intenções em anexo.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 17 de dezembro de 2010.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

LEI Nº 3.837, de 17 de dezembro de 2010.

Autoriza o ingresso do Município de Porto União no consórcio público denominado de Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o ingresso do Município de Porto União no consórcio público denominado de Agência Reguladora

Intermunicipal de Saneamento - ARIS, nos termos do Protocolo de Intenções em anexo.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 17 de dezembro de 2010.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

**Lei Nº 3.839/2010**

LEI Nº 3.839, de 21 de dezembro de 2010.

Denomina o Posto de Saúde localizado no Bairro São Pedro, rua Leoberto Leal de "Anna Andruchio".

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominado o Posto de Saúde localizado no Bairro São Pedro na rua Leoberto Leal de Anna Andruchio.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 21 de dezembro de 2010.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal em Exercício

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

ANEXO ÚNICO DA LEI Nº 3.839, de 21 de dezembro de 2010.

**JUSTIFICATIVA**

Anna Andruchio, nasceu no dia três de maio de um mil novecentos e sete na Colônia Barreiros Porto União, Estado de Santa Catarina. Filha de Lucas Cucher e Tecla Cucher.

Casou-se com Estácio Andruchio no dia quinze de maio de um mil novecentos e vinte e cinco. Desta união tiveram os seguintes filhos: Iracema, Ilidia, Laura, Hilário, Damião, Joana, Ivo e Bores.

Estudou com professor particular na Colônia Barreiros. Pela manhã estudava português e a noite ucraniano.

No ano de 1960 veio morar no antigo bairro Tocos, hoje Bairro São Pedro.

Devido a doença do seu esposo Sr. Estácio, Anna passou a sustentar sozinha a sua família. O Sr. Estácio faleceu no ano de 1968.

Pessoa humana e preocupada com o bem estar da comunidade ajudou durante anos a Igreja do Bairro São Pedro.

Após o falecimento do seu esposo Anna passou a morar com seu filho Ivo e sua nora Iraci no próprio Bairro.

No ano de 1987 Anna teve problemas de saúde que foram se agravando. Faleceu no dia vinte e nove de maio de um mil novecentos e oitenta e oito.

# Rio do Sul

## PREFEITURA MUNICIPAL

### Portaria N.º 1551/RH

PORTARIA N.º 1551/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

#### RESOLVE:

Art.1º Suspender por 30 (trinta)dias, contados a partir de 23 de dezembro de 2010, os trabalhos das comissões de processos administrativos e sindicância em andamento, em virtude do município ter concedido férias coletivas aos servidores.

Art. 2º Os trabalhos das comissões citadas acima deverão reiniciar-se em 22 de janeiro de 2011.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 21 de dezembro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Lso

### Concorrência Pública 146/2010

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA 146/2010

O Município de Rio do Sul/SC, torna público, que fará realizar na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal, localizada na Praça 25 de Julho, nº 01, Centro, licitação na modalidade de CONCORRÊNCIA PÚBLICA, execução por empreitada por preço global do tipo TÉCNICA E PREÇO, objetivando a contratação de empresa para fornecer licença de uso de sistemas integrados e especializados, voltados a melhoria e automação dos processos da administração pública, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, pelas normas, especificações e condições contidas no edital e seus anexos.

O edital e seus anexos, estarão à disposição dos interessados para verificação, na Divisão de Processos Licitatórios do Município, no endereço constante no preâmbulo deste, no horário de expediente da Prefeitura Municipal.

Os envelopes contendo as documentações de habilitação e propostas serão recebidos até às 08:30 horas do dia 10 de fevereiro de 2011, devendo ser protocolados na Divisão de Suprimentos da Prefeitura Municipal. A abertura dos envelopes de habilitação será efetuada às 09:00 horas do dia 10 de fevereiro de 2011, na Sala de Licitações do Prédio Central da Prefeitura Municipal.

Rio do Sul, 21 de dezembro de 2010.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

### Edital de Contribuição de Melhoria Nº 0020/2010

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº. 20/2010

O Prefeito Municipal de RIO DO SUL, Sr. MILTON HOBUS e o Secretário Municipal de Fazenda Sr. EUGÊNIO VICENZI, no exercício de suas atribuições e de acordo com os artigos 386 e seguintes do Código Tributário Municipal, fazem saber a todos os interessados

que a Prefeitura Municipal efetuou obras de DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, na(o) RUA JUSTINA DEBARBA LEDRA, Bairro SANTANA, e que começa a vigorar, com a publicação deste Edital, o prazo legal para lançamento da respectiva CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, para os proprietários e moradores não aderentes da pavimentação subsidiada, prevista na Lei Municipal nº 3.452/99. A obra obedecerá o projeto técnico e memorial descritivo que integram este Edital.

#### 1. DA DELIMITAÇÃO DA OBRA

A obra de DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA da(o) RUA JUSTINA DEBARBA LEDRA tem extensão de 417,51 metros e área a ser pavimentada de 4.062,05 m², atingindo o presente edital apenas os proprietários da referida Rua.

#### 2. DO PROJETO E DO MEMORIAL DESCRITIVO

O projeto de engenharia, bem como o memorial descritivo da obra, são partes integrantes deste edital e traduzem as seguintes informações básicas:

2.1 A pavimentação será precedida de implantação de rede de drenagem em ambos os lados da rua de acordo com o projeto, com tubos de concreto de 30 e 40 cm de diâmetro, assentados sobre brita e rejuntados com argamassa. A vala será preenchida com material proveniente da escavação de jazida, devendo ser compactado. A coleta de águas superficiais será feita através de caixas coletoras, dispostas no leito da rua de acordo com o especificado no projeto técnico.

2.2 A sub-base será de rachão com 15,00 cm de espessura, e a base em camada única de 15,00 cm de brita graduada. Impri-mação será com asfalto diluído CM 30, predece-se a pintura de ligação e logo após aplica-se o CAUQ sendo a espessura de 5 cm sobre a área de 4.062,05 m². A colocação dos meio-fios em concreto numa extensão de 417,51m.

#### 3. DO ORÇAMENTO

Conforme orçamento elaborado pela Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente da Prefeitura e de acordo com o custo da obra e inferior à avaliação dos imóveis, antes da DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA e depois dela concretizada, o valor total previsto para os 4.062,05 m² referidos neste edital é de R\$ 301.570,37 (trezentos e um mil, quinhentos e setenta reais e trinta e sete centavos), sendo o preço unitário orçado de R\$ 49,98 (quarenta e nove reais e noventa e oito centavos) por m² de pavimento. Orçamento e avaliação dos imóveis encontram-se a disposição dos contribuintes interessados, junto à Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Rio do Sul.

#### 4. DA RELAÇÃO DO PROPRIETÁRIO BENEFICIADO PELA OBRA

##### 4.1. Relação dos proprietários beneficiados com as obras:

Proprietário	Cadastro	Testada	Área Pav.	Valor R\$
ANITA DUMKE PEREIRA	32098.6	26,62	106,48	5.321,87
ARNALDO FERREIRA	15291.9	34,25	137,00	6.847,26
DAURA BECKER	14748.6	256,50	1.026,00	51.279,48
DEISE WOLFF LEDRA BACH-MANN	33941.5	38,20	152,80	7.636,94
EUCLIDES LUIS CENSI	38510.7	34,49	137,96	6.895,24
EUGENIA LEONI LEDRA	33942.3	12,13	48,52	2.425,03
IRMA MARIA DE FREITAS	4733.3	31,58	126,32	6.313,47
ITACIR JOSE TEDESCO	32097.8	37,65	150,60	7.526,99
JAIRO LUIS PASQUALINI	38512.3	34,50	138,00	6.897,24
JOSE LOPES	14679.0	34,35	137,40	6.867,25
JOSE LOPES	14680.3	34,35	137,40	6.867,25
JOSE LOPES	15326.5	34,22	136,88	6.841,26
LAURI JOSE GIACHIM	32103.6	35,41	141,64	7.079,17
LEONTINA LEDRA ZAGHENI	15289.7	106,58	426,32	21.307,47
MARCOS AUGUSTO VIEL	38511.5	34,41	137,64	6.879,25
MARIA FONTANIVE	15329.0	12,75	51,00	2.548,98
MARISTELA WOLFF LEDRA	15330.3	37,14	148,56	7.425,03
ODAIR DONIZETI LICHTEN-FELZ E OUTRO	4709.0	3,22	12,88	643,74



ROBERTO ANDRADE BASTOS	38509.3	34,43	137,72	6.883,25
WERNER E FILHOS LTDA	32127.3	34,70	138,80	6.937,22
ÁREA COMUM (PREFEITURA MUNICIPAL)				120.146,97
TOTAL GERAL		907,48	3.629,92	301.570,37

#### 4.2. Das áreas comuns:

A Prefeitura Municipal arcará com os custos da pavimentação das áreas que não estão contíguas à testadas de lotes privados (Cruzamentos e Outros).

#### 5. DA FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento do valor lançado deverá ser efetuado nas bases acordadas com a Secretaria da Fazenda do Município, obedecidos aos prazos estipulados na respectiva Notificação de Contribuição de Melhoria, nos termos da Lei supra mencionada.

#### 6. DOS PRAZOS RECURSAIS

Ficam cientificados os contribuintes beneficiados pela obra, que o prazo de recurso contra os itens supra relatados é de 30 (trinta) dias, a contar da publicação do presente Edital, refere-se a custos de mercado atual, na forma de preço à vista.

Rio do Sul 11 de novembro de 2010

JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO

Fiscal de Tributos

EUGÊNIO VICENZI

Secretário da Fazenda

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

### Instrução Normativa Nº 03 e Anexo 1

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 03, de 06/11/2010.

Orienta quanto aos procedimentos de instalação e vistoria periódica obrigatória nos playgrounds e brinquedos de uso infantil no município de Rio do Sul.

O Secretário Interino de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente do município de Rio do Sul, considerando o que determinam os artigos 100 e 118 da Lei Complementar 163/2006, esclarece:

Art. 1º – Quando da instalação de playground ou brinquedos infantis no município de Rio do Sul, deverá ser exigida ART – Anotação de Responsabilidade Técnica, a ser fornecida pela empresa fornecedora do equipamento ou responsável técnico pela mesma. Parágrafo Único – Os equipamentos deverão estar de acordo com a NBR 14350, constando na ART – Anotação de Responsabilidade Técnica, que o projeto e instalação respeitam tais normas.

Art. 2º – Para segurança nestes locais, os brinquedos devem possuir identificações que determinem a qual faixa etária é destinado, utilizar superfícies que absorvam o impacto durante as quedas, em baixo e ao redor dos brinquedos (borracha, produtos de cortiça e de madeira, areia, grama e cascalho fino).

§ 1º- Para brinquedos fixos a área a ser coberta por este material que reduz o impacto, durante as quedas, deve estender-se por pelo menos 1,75 m a partir da extremidade do equipamento.

§ 2º- Para os brinquedos móveis a área a ser protegida deve ser de 1,75 m, além do deslocamento máximo do equipamento.

Art. 3º - Antes de utilizar os brinquedos deve-se checar a temperatura das superfícies de metal antes das crianças utilizá-las, pois a luz do sol pode causar queimaduras em poucos segundos.

Art. 4º - Será exigida existência de barreira física para impedir a saída das crianças para a rua, evitando assim possíveis atropelamentos, bem como, se há riscos óbvios ao redor dos equipamentos para as crianças.

Art. 5º - Os brinquedos devem atender aos seguintes requisitos mínimos:

#### a) Escorregador

Deve possuir corrimão, sendo preciso prover no topo um espaço que permita a criança sentar com facilidade e segurança. Serem confeccionados de material que evite acúmulo excessivo de energia solar, de forma a prevenir queimaduras e que a parte deslizante seja constituída de chapa única, evitando escoriações, cortes ou ainda que a criança possa enroscar peças do vestiário, o que aconteceria no caso de mais de uma placa. No final da descida do equipamento, é necessário uma discreta elevação para amortecer a queda.

#### b) Balanço

Os assentos para lactentes devem ser do tipo cadeira, com encosto e proteção nas laterais, com alças de correntes fortes para a criança se segurar, sendo esta protegida de plástico, para não machucarem a mão. Ao redor do grupo de balanço devem ser erguidas barreiras de segurança, ou seja, devem ser isolados por cerca, e a entrada deve ser projetada de forma a restringir a velocidade de entrada dos usuários. Devem ser utilizados exclusivamente para menores de 12 anos.

#### c) Gangorra

São indicadas para menores de 5 anos, devem possuir alças, que permita a criança segurar-se adequadamente. A superfície superior não deve ultrapassar o limite de um metro acima do nível do chão, e deve possuir uma cadeira no local de assento da criança, de material confortável. O mecanismo de engrenagem deve ser fechado para evitar acesso indevido das crianças, ocasionando ferimentos principalmente nos dedos. Promover um movimento contido progressivamente até chegar aos pontos extremos de movimento, de maneira que nenhuma parada, ou repentina reversão do movimento, possa ocorrer.

#### d) Gira-gira

Deve existir uma barreira física (cerca) para evitar acesso indevido, possuir alças para a criança se segurar em todo local. Não é indicado para menores de dois anos. Deve possuir encaixe perfeito da parte giratória com o eixo do brinquedo, com um dispositivo que limite à velocidade de rotação em 5m/s a 30 rotações por minuto (rpm). Deve ter uma altura baixa, porém o suficiente para que a criança não prenda o pé no chão.

#### e) Trepá-trepá

Recomenda-se o uso deste brinquedo por criança, após cinco anos de idade. A altura total deste equipamento, não importando se independente, ou vinculado à outra aparelhagem, não deve exceder 2 metros, com barras bem fixadas ao solo, e serem um equipamento aberto.

#### f) Tanque de areia

A areia deve ser limpa a cada três meses realizando a retirada de objetos, materiais estranhos. Deve ainda ser trocada a cada dois anos e revirada a uma profundidade de 50 cm anualmente. Usar produtos adequados para limpeza. É necessário deixar coberto a noite para evitar acesso de animais e de preferência ser na sombra.

Art. 6º - As rosas de parafusos salientes acessíveis devem ter acabamentos de proteção, para que não permaneçam cantos afiados. Porcas, pinos e parafusos devem ser resguardados contra afrouxamento com o uso. Os componentes não devem ter quaisquer cantos afiados ou agudos, ou protuberâncias em qualquer posição que representem perigo para uma criança. As superfícies de todas as partes devem ser protegidas por revestimentos ou impregnação superficiais. O revestimento ou a impregnação superficial não devem conter substâncias capazes de prejudicar a saúde.

Art. 7º - As partes de madeira dos playgrounds não devem ser tratadas com preservantes tóxicos, como o pentaclorofenol ou seus sais. As superfícies e cantos acessíveis de madeira devem ter acabamento liso, livre de lascas, rebarbas ou farpas. Deve-se verificar se os mesmos não possuem bordas afiadas e pontas agudas.

Art. 8º - Todas as superfícies destinadas a entrar em contato com os pés devem ser horizontais e uniformes. Pisos ou degraus devem



ser espaçados por igual. Corrimãos ou grades de proteção devem ser providos em todos os casos em que o acesso ao equipamento, com exceção de estruturas para escalar, se localiza a mais de 500 mm do nível do chão ou outro tipo de superfície adjacente.

Art. 9º – As superfícies dos escorregadores abertos não deverão conter junções, mas onde estas forem necessárias, as superfícies adjacentes devem ser conectadas por meios que garantam uma superfície contínua, coberta ou sobreposta, de forma que não apareça descontinuidade nas superfícies acabadas quando olhadas na direção do movimento.

Art. 10 - Equipamentos de balanço que exigem o uso de mecanismos acionados pelos pés ou pelas mãos, ou ambos, quando em uso, devem ser projetados de forma que os mecanismos possam ser manejados enquanto os usuários estão sentados.

Art. 11 - Para desencorajar crianças a correr para dentro da área do trajeto dos balanços em movimento, devem ser erguidas barreiras de segurança em torno de grupo de balanços. Elas devem ser projetadas de forma a inibir o seu uso como aparelhos de ginástica e prevenir acessos não previstos. Deve-se dispensar atenção também às prováveis correntes de tráfego dentro do playground, a fim de evitar, por exemplo, a necessidade de as crianças passarem próximo a um equipamento ao se deslocarem de um deles a outro.

Art. 12 - A montagem de equipamentos para brincar deve ser executada pelos próprios fabricantes, pelos responsáveis ou por empreiteiros competentes, estritamente de acordo com as recomendações do fabricante.

Art. 13- Depois de concluída a montagem do equipamento e antes de ser colocado em funcionamento, o equipamento e o local da instalação devem ser inspecionados e verificados, na presença do encarregado do serviço de montagem e do comprador ou de seu representante. As inspeções visuais ou de simples caráter mecânico devem ser realizadas antes que o equipamento seja posto em uso. Deverá ser verificado nas plantas do fabricante se os componentes foram montados nos lugares corretos (por exemplo, assentos tipo berço, anéis, barras de trapézio etc.), já que podem ter sido trocadas as respectivas posições de componentes providos com suportes semelhantes.

Art. 14 - Em relação à manutenção, deverá obedecer o que segue: Vistoria diária: para identificação de corpos estranhos ao brinquedo;

Vistoria periódica registrada: a cada três meses, checando presença de superfícies cortantes, parafusos soltos, alterações e desgastes nas engrenagens, sendo esta realizada por profissional especializado. Os defeitos observados devem ser comunicados imediatamente aos responsáveis, e se necessário o mesmo deve ser interditado, não esquecer de observar o ambiente quanto à presença de materiais de risco (lasca de madeira, parafusos, objetos cortantes, excretos de animais, dentre outros). os resultados anotados em um registro permanente, que deve ficar à disposição para exame, se solicitado

Vistoria certificada: que deverá ser realizada por profissional especializado (a cada 8 a 12 meses). Sendo que os defeitos observados devem ser comunicados imediatamente aos responsáveis pelo parque e se necessário o brinquedo deve ser interditado.

Art. 15 - Deve haver um livro permanente, disponível ao público geral, para registro de ocorrências e problemas ocorridos. Em todo parque deve haver indicação do local e do responsável pela guarda deste livro. Em intervalos não superiores a 12 meses convém que seja realizada inspeção detalhada por técnico especializado, devendo os resultados ser anotados em um registro permanente.

§ 1º - Se qualquer defeito for observado, deve ser comunicado imediatamente ao responsável pela edificação e, se necessário, o equipamento deve ser interditado. Entende-se como responsável

pela edificação: o(a) diretor(a) no caso de unidade escolar, o(a) síndico(a) no caso de condomínio residencial ou misto, o(a) Secretário(a) Municipal responsável por praças, parques e demais espaços públicos.

§ 2º - O defeito deve ser sanado tão logo quanto possível.

§ 3º - Os detalhes dos defeitos e a ação adotada para eliminá-los devem ser anotados no registro permanente.

Art. 16 – A presente IN entra em vigor a partir de 20 de dezembro de 2010.

Rio do Sul, 20 de dezembro de 2010.

ANDRÉ DA LANÇA MARCON

Secretário Interino de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente

ANEXO 1 - VISTORIA DE PLAYGROUND E BRINQUEDOS INFANTIS  
NOME DO ESTABELECIMENTO:

DATA:     /     /

VISTORIADOR:

Nº	Item a ser vistoriado	Sim	Não	Observação
01	O espaço possui placa indicativa de faixa etária permitida?			Caso não exista deverá ser colocada.
02	O piso abaixo e no entorno até 1,75 m dos brinquedos é de areia, grama, cortiça ou outro material macio?			Caso o piso seja de material "duro", deverá ser substituído. Caso o material macio não atinja a metragem necessária deverá ser regularizado.
03	O escorregador possui corrimão? Em bom estado?			Caso não exista corrimão, deverá ser instalado. Caso esteja danificado, o brinquedo deverá ser interditado e o corrimão deverá ser consertado.
04	O escorregador é formado por chapa única?			Caso não seja em chapa única e possua relevos ou reentrâncias, as mesmas deverão ser corrigidas de modo a manter o nivelamento e a superfície lisa.
05	O escorregador possui elevação no final para desaceleração?			Caso não exista deverá ser adequado.
06	O balanço para crianças menores de 5 anos possui cadeira com encosto e proteção lateral?			Caso não exista deverão ser instalados.
07	O balanço possui alça de correntes revestida com material tipo plástico ou borracha em bom estado de conservação?			Caso não exista deverão ser colocadas proteções até a altura de alcance das mãos. Caso existam cordas no lugar de correntes as mesmas deverão ser substituídas.
08	A área dos balanços é isolada por cerca?			Caso não exista isolamento o mesmo deverá ser executado.
09	A gangorra possui alça para segurar?			Caso não exista deverão ser instalados.
10	A altura máxima da gangorra em sua extremidade, quando em movimento é superior a 1,00 m?			Caso a altura máxima seja superior a 1,00 m, deverá ser instalado mecanismo para controlar a altura do brinquedo.
11	Existe proteção na engrenagem da gangorra para que não seja possível colocar a mão?			Caso não exista deverão ser instalados.
12	A gangorra possui movimento constante, sem paradas ou reversões de movimento?			Caso não atenda o requisito, o mesmo deverá ser adequado para não acontecer paradas bruscas ou reversão do movimento.

13	O gira-gira possui cerca ao seu redor?		Caso não exista deverão ser instalados.
14	Existem alças de apoios para a criança se segurar no gira-gira?		Caso não exista deverão ser instalados.
15	O gira-gira possui limitação de velocidade?		Caso o brinquedo não possua limitação de velocidade, deverá ser instalado mecanismo para atender ao requisito.
16	A engrenagem do gira-gira é acessível à mão da criança?		Caso a criança alcance o mecanismo, deverá ser instalada proteção para que isso não ocorra.
17	A altura do gira-gira é adequada ao tamanho da criança?		Caso não seja, deverá ser adequada.
18	A altura do gira-gira permite que a criança prenda os pés no chão com o brinquedo em movimento?		Caso a criança alcance os pés no chão, o mesmo deverá ser elevado para que não seja possível trancar os pés com o brinquedo em movimento.
19	O trepa-trepa possui altura superior a 2,00 m?		Caso a altura seja superior a 2,00 m, o mesmo deverá ser redimensionado e adequado a altura máxima de 2,00 m.
20	O trepa-trepa está bem fixado ao chão, sem a possibilidade de deslocamento?		Caso esteja frouxo, o mesmo deverá ser fixado de modo a evitar acidentes.
21	A areia foi trocada há menos de 2 anos?		Caso a areia não tenha sido trocada no período máximo de 2 anos, a mesma deverá ser substituída na sua totalidade.
22	A cancha de areia foi revirada há menos de 2 anos?		Caso a areia não tenha sido revirada no período máximo de 2 anos, a mesma deverá revirada na sua totalidade, até a altura de 50 cm.
23	A altura da cancha de areia é inferior a 50 cm?		Caso a cancha de areia tenha menos de 50 cm de profundidade, a mesma deverá ser completada.
24	A cancha de areia é coberta à noite?		Caso não, deverá ser providenciada cobertura para os períodos sem utilização.
25	As roscas e parafusos salientes possuem proteção de plástico ou borracha?		Caso não exista deverão ser instalados.
26	As porcas, pinos e parafusos estão bem apertados?		Caso não estejam deverão ser apertados de modo a não causar acidentes ou desprendimento das peças.
27	Existem protuberâncias, ressaltos ou cantos afiados em algum dos brinquedos?		Caso existam, as mesmas deverão ser adequadas de forma a não existirem mais.
28	As superfícies dos brinquedos estão pintadas?		Caso não esteja, deverá ser pintado com tinta apropriada, não tóxica.
29	Alguma parte de madeira possui lascas, rebarbas ou farpas?		Caso existam, as mesmas deverão ser eliminadas e/ou lixadas de modo a se tornarem superfície lisa e nivelada.
30	Os degraus dos brinquedos estão nivelados e contínuos?		Caso não estejam deverão ser adequados.

31	Os usuários dos balanços alcançam os pés no chão quando sentados?		Caso a criança não alcance os pés no chão quando sentada, a altura dos balanços deverá ser regulada para que alcancem.
32	Algum dos elementos possui objetos ou pontas cortantes?		Caso existam, os mesmos deverão ser eliminados.
33	Algum dos brinquedos possui aberturas ou vãos onde é possível a criança inserir o dedo, inserir pernas e braços ou prender a cabeça?		Caso existam aberturas ou vãos que permitam que a criança prenda alguma parte do corpo, os mesmos deverão ser vedados ou reduzidos de modo a diminuir os vãos e eliminar buracos.
34	A areia ou gramado possui objetos diversos, sujeira ou elementos onde é possível se cortar ou outro tipo de acidente?		Caso existam objetos ou elementos tipo tocos, placas ou outros que possam causar acidentes, os mesmos deverão ser removidos ou relocados.
35	As fundações dos brinquedos possuem pontas, ressaltos ou desnível que possa ocasionar acidentes?		Caso as fundações possuam pontas, ressaltos ou desnível, as mesmas deverão ser adequadas ou isoladas de modo que impeçam acidentes.

## Salto Veloso

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### Edital - Pregão Presencial N. 0001/2011

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N. 0001/2011

MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Travessa das Flores, 058, Centro, em Salto Veloso, SC., torna público, para conhecimento dos interessados, que de acordo com as Leis Federais n. 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações, realizará Licitação Pública na Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL para REGISTRO DE PREÇOS, tipo menor preço por item, com a finalidade de contratar mão de obra para prestação de serviços diversos, para este Município, conforme autorização do Sr. Prefeito Municipal, constante no Processo Licitatório n. 0001/2011 e condições estabelecidas no respectivo ato convocatório. O Edital poderá ser retirado junto ao Setor de Compras e Licitações, de 2ª a 6ª feiras, das 07:00h às 13:00 horas, por meio de fotocópia às expensas do interessado, mediante pagamento do valor das cópias, de acordo com o número de folhas, a ser efetivado por funcionário do Executivo, ou por via eletrônica no site municipal: [www.saltoveloso.sc.gov.br](http://www.saltoveloso.sc.gov.br). O recebimento e abertura dos envelopes "PROPOSTA" e "DOCUMENTAÇÃO", dar-se-á na sede da Prefeitura Municipal, no endereço indicado acima, às 10:00h do dia 10 de janeiro de 2011, tendo início pela abertura dos envelopes "PROPOSTA". Maiores informações poderão ser obtidas através do telefone 49 3536-0146, no horário de expediente mencionado anteriormente.

Salto Veloso, 23 de Dezembro de 2010.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

**Extrato de Ata SRP Nº 0056/2010 - Dicave Gartner Dist. Catarinense de Veiculos Ltda**

Extrato Ata de Sistema de Registro de Preços nº 0056/2010  
PREFEITURA DE SALTO VELOSO

Contratada: Dicave Gartner Dist. Catarinense De Veiculos Ltda  
Objeto: Registro de Preço para Aquisição de caminhão novo  
Vigência: dezembro/2010 à dezembro/2010.  
Base Legal: Processo Licitatório Nº 0080/2010 na Modalidade Licitatória: PP Nº 0017/2010  
Lei nº 8.666/93, 10.520/02 e 123/06 com suas alterações posteriores.

Salto Veloso, 16 de dezembro de 2010.  
PEDRINHO ANSILIERO  
Prefeito Municipal

**Extrato de Ata SRP Nº 0056/2010 - Florkar Maq. e Equip. Ltda**

Extrato Ata de Sistema de Registro de Preços nº 0056/2010  
PREFEITURA DE SALTO VELOSO

Contratada: Florkar Maq. E Equip. Ltda  
Objeto: Registro de Preço para Aquisição de Distribuidor de adubo orgânico acoplado.  
Vigência: dezembro/2010 à dezembro/2010.  
Base Legal: Processo Licitatório Nº 0080/2010 na Modalidade Licitatória: PP Nº 0017/2010  
Lei nº 8.666/93, 10.520/02 e 123/06 com suas alterações posteriores.

Salto Veloso, 16 de dezembro de 2010.  
PEDRINHO ANSILIERO  
Prefeito Municipal

## Santa Terezinha do Progresso

### PREFEITURA MUNICIPAL

**Decreto Nº 362/2010**

DECRETO Nº 362/2010

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 01/2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial a Lei Orgânica Municipal e Lei nº 942 de 10 de novembro de 2010,

Considerando que até a presente data não houve nenhum protocolo de requerimento e nem ao menos manifestação de interessados na concessão de que trata o Edital nº 01/2010, Considerando que em virtude de intempéries climáticas as instalações a serem concedidas ainda não estão totalmente concluídas, Considerando o interesse do município na implantação de empresa na área da concessão e a necessidade de geração de emprego e renda no Município a fim de garantir melhor qualidade de vida a população

DECRETA:

Art. 1º. Fica prorrogado pelo prazo de 30 (trinta) dias o prazo para apresentação de requerimento e de documentos a que se refere o Edital de Chamamento nº 01/2010.

Art. 2º. As demais normas e disposições do Edital de Chamamento

nº 01/2010 continuam inalteradas.

Art. 3º. As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, SC, em 17 de Dezembro de 2010.

ITACIR DETOFOL  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

REASILVA BEATRIZ DILL SOARES RAIMONDI  
Assessora de Planejamento  
Matricula nº 1022/7

**Processo Licitatório Nº 650/2010**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 650/2010

MODALIDADE: Pregão Presencial N. 38/2010

O Município de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, torna público para o conhecimento dos interessados que está realizando Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial para LOCAÇÃO DE VEICULO PARA O GABINETE DO PREFEITO. Os envelopes de documentação e proposta de preços deverão ser entregues até as 08:00 horas do dia 04/01/2011, junto ao Setor de Compras e Licitações do Município. Os quais serão abertos às 08:30 horas, no mesmo local. Maiores informações, bem como cópia do edital poderão ser obtidos junto ao Setor de Compras e Licitações do Município, sito na Avenida Tancredo Neves, 337 ou pelo fone (0xx49) 3657-0001 e site [www.staterezinha-progresso.sc.gov.br](http://www.staterezinha-progresso.sc.gov.br).

Santa Terezinha do Progresso (SC), 21 de Dezembro de 2010.

Itacir Detofol  
Prefeito Municipal

**Edital de Chamamento Nº 01/2010**

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 01/2010

O Município de Santa Terezinha do Progresso, SC, por seu Prefeito Municipal, comunica aos interessados que, com base na Lei 942, de 10 de Novembro de 2010, está aberto para as empresas que possuem interesse na concessão de direito real de uso de espaço físico de imóvel destinado à implantação de Laticínio, localizado na Linha Boa Vista, interior do município, com área de terras de 60.000 m2 e benfeitorias existentes, o período para apresentação de requerimento e documentação a fim de que, após análise e parecer do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico de Santa Terezinha do Progresso - COMDEC seja escolhida a proposta que melhor atenda os interesses do Município.

Cláusula 1ª - O período de recebimento dos requerimentos será de 30 (trinta) dias a contar da publicação deste edital.

Cláusula 2ª - O requerimento com a documentação deve ser apresentado junto a Prefeitura Municipal de Santa Terezinha do Progresso (SC), setor de protocolo, no horário normal de expediente.

Cláusula 3ª - As empresas interessadas na concessão de uso acima descrita deverão apresentar requerimento destinado ao Prefeito Municipal, solicitando o enquadramento na Lei nº 942 de 10 de Novembro de 2010, apresentando ainda memorial descritivo com as seguintes informações e documentação: a. quantidade de metros quadrados de área de terra necessária para a implantação do empreendimento; b. quantidade de empregos a serem criados



pela empresa já no início das atividades; c. atividade a ser desenvolvida; d. matéria prima utilizada e sua origem; e. início das atividades; f. cópia do Contrato Social ou Declaração de Firma Individual, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado; g. quantidade de metros quadrados de área a ser construída; h. cópia da ata de instituição, em se tratando de associação ou cooperativa; i. Declaração de faturamento anual estimado da empresa; j. Certidão Negativa de Débito, relativo a Fazenda Nacional, Estadual e Municipal da empresa no município de sua localização e no Município de Santa Terezinha do Progresso, bem como de seus sócios; k. Observações gerais que a empresa julgar necessário, notadamente quanto aos aspectos de produtividade e de resultados operacionais; l. Apresentação de Certidão Negativa de Protesto de Títulos; m. Prova de regularidade com a Seguridade Social (INSS) prova da regularidade para com o Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço (FGTS); n. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ); p. Certidão Negativa de falência, concordata e recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da comarca sede do proponente, com data de emissão igual ou inferior a 90 dias. q. Declaração sob as penas da Lei, expedida pela empresa, de que a mesma não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso, ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Cláusula 4ª - A documentação exigida neste edital poderá ser apresentada em original, em cópia autenticada ou cópia simples acompanhada do respectivo original para conferência, juntamente com o Requerimento para o cadastramento, assinado pelo titular da empresa ou seu representante legal. O COMDEC poderá, a seu critério e a qualquer momento, realizar diligências para comprovação das alegações do interessado. No caso de documentos expedidos via internet, os mesmos poderão ser objetos de confirmação de sua autenticidade pelo COMDEC. Os documentos, que não possuírem data de validade, serão aceitos se emitidos em até 60 (sessenta) dias anteriores à data de entrega dos mesmos.

Cláusula 5ª - Os requerimentos e documentação serão analisados pelo COMDEC e a seleção da melhor proposta será feita pelo Poder Executivo, levando-se em consideração o parecer do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Cláusula 6ª - A qualquer tempo, o presente Edital de Chamamento Público poderá ser revogado ou anulado, no todo ou em parte, seja por decisão unilateral do Poder Executivo, seja por motivo de interesse público ou exigência legal, sem que isso implique direitos à indenização ou reclamação de qualquer natureza.

Cláusula 7ª - Não se admitirá a agregação de documentos e substituições, acréscimos ou modificações no conteúdo das propostas encaminhadas depois de esgotado o prazo fixado para recebimento de propostas.

Cláusula 8ª - Não serão aceitas propostas enviadas com itens e/ou componentes incompletos, inadequados, com prazo de validade vencido ou em formato diferente do padrão estabelecido por este Edital, o que resultará na desclassificação da proponente.

Cláusula 9ª - O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase deste Edital. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado.

Cláusula 10ª - A contagem dos prazos estabelecidos neste Edital excluirá o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Prefeitura de Santa Terezinha do Progresso.

Cláusula 11ª- Para Celebração do Termo de Concessão a Proponente deverá manter as mesmas condições exigidas para a participação neste Edital de Chamamento Público.

Cláusula 12ª - As disposições deste Edital de Chamamento Público, bem como a proposta da Proponente, farão parte integrante e complementar de cada instrumento jurídico assinado, independentemente de transcrição, para todos os efeitos legais.

Cláusula 13ª - O presente Edital regula-se pelos preceitos de

direito público, a participação da proponente implica na aceitação de todos os termos deste Edital e seus Anexos, bem como das normas legais e regulamentares que regem a matéria, Cláusula 14ª - O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital o da Comarca de Campo Erê, SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que o seja, competente para dirimir controvérsias que possam decorrer da execução do presente Edital.

Cláusula 15ª - O resultado da seleção será amplamente divulgado, inclusive, com publicação em órgão oficial. Por sua vez, as regras da concessão serão disciplinadas no contrato de concessão de direito real de uso de bem público a ser formalizado com a empresa escolhida.

Cláusula 16ª - Maiores informações serão prestadas aos interessados no horário das 7:00 às 13:00 horas na Prefeitura Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC ou pelo telefone (49) 3657-0001.

Cláusula 17ª - Os casos omissos e as situações não previstas neste Edital de Chamamento Público serão resolvidos pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico - COMDEC

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, SC, em 16 de Novembro de 2010.

ITACIR DETOFOL  
Prefeito Municipal

## São Lourenço do Oeste

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### **Lei Nº 1.919, de 22 de Dezembro de 2010.**

LEI Nº 1.919, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010.

Altera a Lei nº 833, de 27 de outubro de 1993 e dá outras providências.

O PREFEITO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O inciso VIII, do artigo 3º da Lei nº 833, de 27 de outubro de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.3º

VIII - 01 (um) representante do Ensino Superior.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 22 de dezembro de 2010.  
TOMÉ FRANCISCO ETGES  
Prefeito Municipal

#### **Lei Nº 1.920, de 22 de Dezembro de 2010.**

LEI Nº 1.920, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010.

Dispõe sobre o conselho municipal antidrogas - COMAD e dá outras providências.

O PREFEITO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Conselho Municipal Antidrogas - COMAD

de São Lourenço do Oeste, órgão normativo de deliberação coletiva, que se integrará na ação conjunta e articulada de todos os órgãos de níveis federal, estadual e municipal que compõem o Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão de Entorpecentes, de que trata o Decreto Federal nº 110 de 2 de setembro de 1980 e pelo Decreto Estadual nº 18.505, de 26 de novembro de 1982.

Art. 2º São objetivos do Conselho Municipal Antidrogas de São Lourenço do Oeste:

- I - propor programa municipal de prevenção ao uso indevido e abuso de drogas e entorpecentes, compatibilizando-o com a respectiva política estadual, proposta pelo Conselho Estadual, bem como acompanhar a sua execução;
- II - coordenar, desenvolver e estimular programas e atividades de prevenção da disseminação de tráfico e do uso indevido e abuso de drogas;
- III - estimular e cooperar com serviços que visam ao encaminhamento e tratamento de dependentes de drogas e entorpecentes;
- IV - colaborar, acompanhar e formular sugestões para as ações de fiscalização e repressão, executadas pelo Estado e pela União;
- V - estimular estudos e pesquisas sobre o problema do uso indevido e abuso de drogas, entorpecentes e substâncias que determinem dependência física e psíquica;
- VI - propor ao Prefeito Municipal medidas que visem a atender os objetivos previstos nos incisos anteriores;
- VII - apresentar sugestões sobre a matéria, para fins de encaminhamento a autoridade e órgãos de outros municípios, estaduais e federais.

Art. 3º O Conselho Municipal Antidrogas de São Lourenço do Oeste será integrado pelos seguintes membros, nomeados pelo Prefeito Municipal:

I - Um representante titular e um suplente dos seguintes órgãos e segmentos:

- a) Procuradoria Jurídica do Município;
- b) Secretaria da Saúde do Município;
- c) Secretaria da Educação do Município;
- d) Unidade Educacional do Estado no Município;
- e) Ministério Público indicado pelo Procurador Geral da Justiça;
- f) Polícia Civil;
- g) Polícia Militar;
- h) Ensino Superior no Município;
- i) Associação de Escola de Pais do Brasil;
- j) Unidade Sanitária do DSP no Município;
- k) Médico indicado pela Associação Médica do Município;
- l) Advogado indicado pela OAB/SC no Município;
- m) Conselho Tutelar;
- n) ONGs e/ou Clubes de Serviços;
- o) Conselhos Comunitários.

Parágrafo único. Os membros do Conselho terão mandato de 2 (dois) anos, permitida recondução.

Art. 4º O Conselho será presidido por um dos seus membros escolhido pelos seus pares e nomeado pelo Prefeito Municipal.

Art. 5º As funções de membro do Conselho não serão remuneradas, porém, consideradas de relevante serviço público.

Art. 6º O presidente do Conselho, mediante indicação do Prefeito Municipal, poderá requisitar servidor ou servidores da Administração para implantação e funcionamento do órgão.

Art. 7º O Conselho poderá dispor de uma Secretaria, dirigida por funcionário indicado pelo seu Presidente e nomeado pelo Prefeito Municipal.

Art. 8º As despesas decorrentes da presente lei serão atendidas pelas verbas próprias do orçamento municipal, suplementadas, se

necessário.

Art. 9º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogando o Decreto nº 1.770, de 09 de junho de 1998.

São Lourenço do Oeste, SC, 22 de dezembro de 2010.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

### **Aviso de Licitação 144/2010**

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. Prefeito Municipal, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará no dia 07/01/2011, às 15:00 no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 144/2010, PREGÃO PRESENCIAL Nº 81 - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA RECAPAGENS DE PNEUS E AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS . Informações licitações@saolourenco.sc.gov.br.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

### **Aviso de Licitação 142/2010**

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. Prefeito Municipal, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará no dia 07/01/2011, às 9:00 no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 142/2010, PREGÃO PRESENCIAL Nº 79 - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE TORNO MECÂNICO, SERVIÇO MECÂNICO, CONserto DE PNEUS. Informações licitações@saolourenco.sc.gov.br.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

### **Aviso de Licitação 143/2010**

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. Prefeito Municipal, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará no dia 07/01/2011, às 14:00 no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 143/2010, PREGÃO PRESENCIAL Nº 80 - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE ASSESSORIA CONTÁBIL E ORIENTAÇÕES AOS TÉCNICOS. Informações licitações@saolourenco.sc.gov.br.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

### **Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços Convem Devedores Distribuídos - Associações/Clientes - SERASA, de 22/04/2010.**

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONVEM DEVEDORES DISTRIBUÍDOS - ASSOCIAÇÕES/CLIENTES - SERASA, DE 22/04/2010.

CONTRATANTE: Município de São Lourenço do Oeste - CNPJ: 83.021.873/0001-08

CONTRATADA: Serasa S.A. - CNPJ: 62.173.620/0001-80

DISTRIBUIDOR: Associação Comercial e Industrial de São Lourenço do Oeste - ACI São Lourenço do Oeste - CNPJ: 75.433.946/0001-40

DO PRAZO - O prazo de vigência do Contrato fica prorrogado a contar da assinatura deste Termo Aditivo até o dia 31/12/2012, admitindo-se prorrogação.

DA RATIFICAÇÃO - Ficam ratificadas as demais condições



expressas nas cláusulas do instrumento ora aditado, e que não conflitem com o presente Termo Aditivo.

PREVISÃO LEGAL: Lei nº 8.666, de 21 de Junho de 1993.

DATA DE ASSINATURA: 22/12/2010.

VIGÊNCIA: De 22/12/2010, até 31/12/2012.

SIGNATÁRIOS: Tomé Francisco Etges - pelo Contratante, e Rodrigo Costa - pelo Distribuidor.

## São Pedro de Alcântara

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### Decreto n.º 458/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 - Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO n.º 458/2010

FIXA O ÍNDICE PARA O REAJUSTE DO IM-POSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO - IPTU - E TAXAS DO EXERCÍCIO DE 2011

O Prefeito Municipal DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, no uso das atribuições conferidas pelo inciso IV do artigo 45 da Lei Orgânica do Município e com fundamento no art. 282 da Lei Complementar Municipal n.º 02/1997,

DECRETA:

Art. 1.º- O Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU - e as Taxas, referentes ao Exercício de 2011, serão reajustados com base no Índice Geral de Preços de Mercado (IGPM) acumulado dos últimos doze meses - mês referência novembro de 2010, qual seja, 10,2717%.

Art. 2.º- Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara/SC, 21 de dezembro de 2010.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

#### Decreto n.º 459/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 - Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO n.º 459/2010

ATUALIZA OS VALORES DO CÓDIGO TRI-BUTÁRIO MUNICIPAL EXPRESSOS EM MOEDA CORRENTE

O Prefeito Municipal DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, no uso das atribuições conferidas pelo inciso IV do artigo 45 da Lei Orgânica do Município e com fundamento no art. 282 da Lei Complementar Municipal n.º 02/1997,

DECRETA:

Art. 1.º- Os valores do Código Tributário Municipal - Lei Complementar Municipal n.º 02/1997, referentes ao Exercício de 2011, serão reajustados com base no Índice Geral de Preços de Mercado (IGPM) acumulado dos últimos doze meses - mês referência novembro de 2011, qual seja, 10,2717%.

Art. 2.º- Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara/SC, 21 de dezembro de 2010.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

#### Decreto Nº 455/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

SECRETARIA DE ADM., FINANÇAS E PLANEJAMENTO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01- Fone/Fax: (048) 3277-0122

CEP: 88125-000 - São Pedro de Alcântara - SC

CGC 01.613.101/0001-09

DECRETO Nº 455/2010

Fixa a data limite para o pagamento do IPTU/2010 para os municípios que entraram com requerimento até o dia 15/07/2010.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a autorização que lhe confere o Artigo 150 e 167 do Código Tributário Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Por questão de solicitações feitas através do requerimento com relação ao IPTU e Taxas/2010 até a data de 15/07/2010 no Setor de Tributação, fica definido como data limite para o pagamento de Cota Única ou quatro parcelas, o dia 30 de dezembro de 2010.

Art. 2º - O pagamento deverá ser feito na tesouraria deste município até a data determinada no Art. 1º. Após a referida data os Valores do Imposto Predial e Territorial Urbano com suas taxas/2010 serão acrescidos de multa e juros consoante determinação legal.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 20 de dezembro de 2010.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2010

#### Decreto Nº454/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro

CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº454/2010

TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

ERNEI JOSE STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 5º da Lei 558/09.

DECRETA:

Art. 1º - Fica transferido saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação.

04 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DESPORTO

04.01.12.365.4.2008 - Funcionamento e Manutenção da

Educação Infantil R\$ 1.885,22

Anula:  
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0081 - Aplicações Diretas R\$ 1.885,22

Suplementa:  
3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.0081 - Aplicações Diretas R\$ 1.885,22

04.01.27.812.7.2010 - Funcionamento e Manutenção do  
Esporte Amador R\$ 2.500,00  
Anula:

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00  
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas R\$ 500,00  
Suplementa:

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas R\$ 2.500,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

São Pedro de Alcântara, 20 de dezembro de 2010.  
ERNEI JOSE STAHELIN  
Prefeito Municipal

### **Decreto Nº456/2010**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO

Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro  
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

[www.pmspa.sc.gov.br/](http://www.pmspa.sc.gov.br/) gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº456/2010

Abre Crédito Suplementar por conta do Excesso de Arrecadação do FUNDEB no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara.

ERNEI JOSE STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a o art. 6º da Lei nº 558/09:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) por conta do excesso de Arrecadação do FUNDEB nas dotações abaixo identificadas:

04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

04.01.12.365.04.2.008 - Func. e Manut. do Ensino Infantil R\$ 40.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0139- Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

São Pedro de Alcântara, 20 de dezembro de 2010.  
ERNEI JOSE STAHELIN  
Prefeito Municipal

### **Decreto Nº457/2010**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000  
- Fone: 48-32770122 [www.pmspa.sc.gov.br](http://www.pmspa.sc.gov.br) - gabinete@pmspa.

sc.gov.br

DECRETO n.º 457/2010

CONCEDE PONTO FACULTATIVO AOS SERVIDORES PÚBLICO MUNICIPAL E INSTITUI EXPEDIENTE DE FINAL DE ANO.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no artigo 45, inciso IV, da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º - Nos dias 24 e 31 (vinte quatro e trinta um) de dezembro de 2010, será Ponto Facultativo aos Servidores Público Municipal.

Art. 2º - Nos dias 23 e 30 (vinte e três e trinta) de dezembro de 2010, o expediente da Administração Municipal será das 13:00 às 17:00 horas.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 21 de dezembro de 2010.  
ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2010.

**Schroeder****ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER****PREFEITURA MUNICIPAL**

Página: 1/1

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2010****Ata de REGSITRO de PREÇO PR 09/2010-FMS****Número do Registro de Preços: 6/2010****Data do Registro: 23/03/2010****Válido até: 23/03/2011**

**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de medicamentos para farmácia básica para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
1	Alendronato de sódio 70mg comprimido	UN	CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)	ELOFAR	0,2980	1
2	Alopurinol 300mg comprimido	UN	PRODIET FARMACEUTICA LTDA (10868)	PRATIDONADUZZI	0,0750	1
			CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)	PRATI D	0,0890	2
3	Carvedilol 12,5mg comprimido	UN	CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)	TORRENT	0,1350	1
			SULMEDI COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7157)	TORRENT	0,1360	2
5	Ivermectina 60mg comprimido	UN	PRODIET FARMACEUTICA LTDA (10868)	CIFARMA	0,3400	1
			CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)	CIFARMA	0,5500	2
6	Levedopa + benserazida 100mg + 25mg comprimido	UN	PRODIET FARMACEUTICA LTDA (10868)	ROCHE	1,1050	1
			CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)	ROCHE	1,3980	2
7	Lidocaína, cloridrato gel 2% Bisnaga com 30gr	UN	CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)	HIPOLABOR	1,6600	1
			PRODIET FARMACEUTICA LTDA (10868)	HIPOLABOR	2,0000	2
8	Losartana potassica 50mg comprimido	UN	PRODIET FARMACEUTICA LTDA (10868)	PRATIDONADUZZI	0,0450	1
			CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)	PRATI D	0,0570	2
9	Oleo mineral frasco com 100ml	UN	CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)	MARIOL	1,4000	1
10	Varfarina sódica 5mg comprimido	UN	CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)	TEUTO	0,0840	1

SCHROEDER, 23 de Março de 2010.

# Siderópolis

## PREFEITURA MUNICIPAL

### Portaria 319

PORTARIA Nº 319 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010

Rescinde o Contrato Temporário da funcionária ADRIANA ROSSI e dá outras providências.

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.860 16/12/2009;

#### RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir o contrato temporária da funcionária ADRIANA ROSSI, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 05689591912, da função de PROFESSOR MAG LP LEI 1860/2009, da Secretaria de Educação, Esporte e Cultura, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN  
Em, 17 de Dezembro de 2010.  
DOUGLAS GLEEN WARMLING  
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO  
Secretária de Administração  
Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 17 de Dezembro de 2010.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI  
Agente Administrativo

### Portaria Nº320

PORTARIA Nº 320 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010

Rescinde o Contrato Temporário da funcionária ALESSANDRA RAMIRO e dá outras providências.

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.860 16/12/2009;

#### RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir o contrato temporária da funcionária ALESSANDRA RAMIRO, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 89922395991, da função de PROFESSOR MAG LP LEI 1860/2009, da Secretaria de Educação, Esporte e Cultura, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN  
Em, 17 de Dezembro de 2010.  
DOUGLAS GLEEN WARMLING  
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO  
Secretária de Administração  
Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 17 de Dezembro de 2010.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI  
Agente Administrativo

### Portaria Nº321

PORTARIA Nº 321 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010

Rescinde o Contrato Temporário da funcionária ANDREIA VAZ FRANCO DA SILVA CAMARGO e dá outras providências.

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.860 16/12/2009;

#### RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir o contrato temporária da funcionária ANDREIA VAZ FRANCO DA SILVA CAMARGO, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 99943115904, da função de PROFESSOR MAG LP LEI 1860/2009, da Secretaria de Educação, Esporte e Cultura, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN  
Em, 17 de Dezembro de 2010.  
DOUGLAS GLEEN WARMLING  
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO  
Secretária de Administração  
Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 17 de Dezembro de 2010.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI  
Agente Administrativo

### Portaria Nº322

PORTARIA Nº 322 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010

Rescinde o Contrato Temporário da funcionária ANDREZA PATEL e dá outras providências.

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.860 16/12/2009;

#### RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir o contrato temporária da funcionária ANDREZA PATEL, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 02784631931, da função de PROFESSOR MAG LP LEI 1860/2009, da Secretaria de Educação, Esporte e Cultura, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN  
Em, 17 de Dezembro de 2010.  
DOUGLAS GLEEN WARMLING  
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO  
Secretária de Administração  
Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 17 de Dezembro de 2010.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI  
Agente Administrativo

### Portaria Nº323

PORTARIA Nº 323 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010

Rescinde o Contrato Temporário da funcionária ANGELICA VIVIANE DE SOUZA SAVARIS e dá outras providências.

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.860 16/12/2009;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Rescindir o contrato temporária da funcionária ANGELICA VIVIANE DE SOUZA SAVARIS, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 86870491968, da função de PROFESSOR MAG LP LEI 1860/2009, da Secretaria de Educação, Esporte e Cultura, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN  
Em, 17 de Dezembro de 2010.  
DOUGLAS GLEEN WARMLING  
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO  
Secretária de Administração  
Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 17 de Dezembro de 2010.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI  
Agente Administrativo

**Portaria Nº324**

PORTARIA Nº 324 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010  
Rescinde o Contrato Temporário da funcionária CIBELE APARECIDA DAVID SIMÃO e dá outras providências.

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.860 16/12/2009;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Rescindir o contrato temporária da funcionária CIBELE APARECIDA DAVID SIMÃO, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 05048544960, da função de AXILIAR DE ENSINO DE EDUCAÇÃO INFANTIL E CRECHE, da Secretaria de Educação, Esporte e Cultura, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN  
Em, 17 de Dezembro de 2010.  
DOUGLAS GLEEN WARMLING  
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO  
Secretária de Administração  
Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 17 de Dezembro de 2010.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI  
Agente Administrativo

**Portaria Nº325**

PORTARIA Nº 325 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010  
Rescinde o Contrato Temporário da funcionária DANUZA GONCALVES MIRANDA e dá outras providências.

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.860 16/12/2009;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Rescindir o contrato temporária da funcionária DANUZA GONCALVES MIRANDA, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 03948924961, da função de PROFESSOR MAG LP LEI 1860/2009, da Secretaria de Educação, Esporte e Cultura, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN  
Em, 17 de Dezembro de 2010.  
DOUGLAS GLEEN WARMLING  
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO  
Secretária de Administração  
Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 17 de Dezembro de 2010.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI  
Agente Administrativo

**Portaria Nº326**

PORTARIA Nº 326 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010  
Rescinde o Contrato Temporário da funcionária DENISE OLIVO e dá outras providências.

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.860 16/12/2009;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Rescindir o contrato temporária da funcionária DENISE OLIVO, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 03713916950, da função de PROFESSOR MAG LP LEI 1860/2009, da Secretaria de Educação, Esporte e Cultura, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN  
Em, 17 de Dezembro de 2010.  
DOUGLAS GLEEN WARMLING  
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO  
Secretária de Administração  
Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 17 de Dezembro de 2010.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI  
Agente Administrativo

**Portaria Nº327**

PORTARIA Nº 327 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010  
Rescinde o Contrato Temporário da funcionária ELIANE ELIZABETH FRASSETTO e dá outras providências.

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.860 16/12/2009;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Rescindir o contrato temporária da funcionária ELIANE ELIZABETH FRASSETTO, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 37881868953, da função de PROFESSOR MAG LP LEI 1860/2009, da Secretaria de Educação, Esporte e Cultura, a contar desta data.



Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN  
Em, 17 de Dezembro de 2010.  
DOUGLAS GLEEN WARMLING  
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO  
Secretária de Administração  
Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 17 de Dezembro de 2010.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI  
Agente Administrativo

#### **Portaria Nº328**

PORTARIA Nº 328 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010  
Rescinde o Contrato Temporário da funcionária ELIZABETH CARVALHO DE SOUZA e dá outras providências.

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.860 16/12/2009;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Rescindir o contrato temporária da funcionária ELIZABETH CARVALHO DE SOUZA, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 34144048934, da função de PROFESSOR MAG LP LEI 1860/2009, da Secretaria de Educação, Esporte e Cultura, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN  
Em, 17 de Dezembro de 2010.  
DOUGLAS GLEEN WARMLING  
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO  
Secretária de Administração  
Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 17 de Dezembro de 2010.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI  
Agente Administrativo

#### **Portaria Nº329**

PORTARIA Nº 329 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010  
Rescinde o Contrato Temporário da funcionária FABIANA COMIN e dá outras providências.

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.860 16/12/2009;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Rescindir o contrato temporária da funcionária FABIANA COMIN, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 03671088958, da função de PROFESSOR MAG LP LEI 1860/2009, da Secretaria de Educação, Esporte e Cultura, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN  
Em, 17 de Dezembro de 2010.  
DOUGLAS GLEEN WARMLING

Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO  
Secretária de Administração  
Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 17 de Dezembro de 2010.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI  
Agente Administrativo

#### **Portaria Nº330**

PORTARIA Nº 330 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010  
Rescinde o Contrato Temporário da funcionária ISABEL CRISTINA DA ROLT e dá outras providências.

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.860 16/12/2009;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Rescindir o contrato temporária da funcionária ISABEL CRISTINA DA ROLT, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 020.842.779-14, da função de PROFESSOR MAG LP LEI 1860/2009, da Secretaria de Educação, Esporte e Cultura, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN  
Em, 17 de Dezembro de 2010.  
DOUGLAS GLEEN WARMLING  
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO  
Secretária de Administração  
Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 17 de Dezembro de 2010.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI  
Agente Administrativo

#### **Portaria Nº331**

PORTARIA Nº 331 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010  
Rescinde o Contrato Temporário da funcionária LISIANE BORTOLIN VALGA MESSAGGI e dá outras providências.

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.860 16/12/2009;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Rescindir o contrato temporária da funcionária LISIANE BORTOLIN VALGA MESSAGGI, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 01854999966, da função de PROFESSOR MAG LP LEI 1860/2009, da Secretaria de Educação, Esporte e Cultura, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN  
Em, 17 de Dezembro de 2010.  
DOUGLAS GLEEN WARMLING  
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO  
Secretária de Administração  
Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 17

de Dezembro de 2010.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI  
Agente Administrativo

**Portaria Nº332**

PORTARIA Nº 332 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010  
Rescinde o Contrato Temporário da funcionária MAITE BEZ BIROLO e dá outras providências.

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.860 16/12/2009;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Rescindir o contrato temporária da funcionária MAITE BEZ BIROLO, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 00913012971, da função de PROFESSOR MAG LP LEI 1860/2009, da Secretaria de Educação, Esporte e Cultura, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN  
Em, 17 de Dezembro de 2010.  
DOUGLAS GLEEN WARMLING  
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO  
Secretária de Administração  
Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 17 de Dezembro de 2010.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI  
Agente Administrativo

**Portaria Nº333**

PORTARIA Nº 333 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010  
Rescinde o Contrato Temporário da funcionária MARIA LUIZA RONCHI DA SILVA e dá outras providências.

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.860 16/12/2009;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Rescindir o contrato temporária da funcionária MARIA LUIZA RONCHI DA SILVA, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 83800816920, da função de PROFESSOR MAG LP LEI 1860/2009, da Secretaria de Educação, Esporte e Cultura, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN  
Em, 17 de Dezembro de 2010.  
DOUGLAS GLEEN WARMLING  
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO  
Secretária de Administração  
Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 17 de Dezembro de 2010.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI  
Agente Administrativo

**Portaria Nº334**

PORTARIA Nº 334 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010  
Rescinde o Contrato Temporário da funcionária MARIONI MACIEL e dá outras providências.

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.860 16/12/2009;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Rescindir o contrato temporária da funcionária MARIONI MACIEL, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 02527972993, da função de PROFESSOR MAG ST LEI 1860/2009, da Secretaria de Educação, Esporte e Cultura, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN  
Em, 17 de Dezembro de 2010.  
DOUGLAS GLEEN WARMLING  
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO  
Secretária de Administração  
Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 17 de Dezembro de 2010.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI  
Agente Administrativo

**Portaria Nº335**

PORTARIA Nº 335 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010  
Rescinde o Contrato Temporário da funcionária MICHELE ROMANCINI DE SOUZA e dá outras providências.

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.860 16/12/2009;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Rescindir o contrato temporária da funcionária MICHELE ROMANCINI DE SOUZA, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 04889432990, da função de PROFESSOR MAG LP LEI 1860/2009, da Secretaria de Educação, Esporte e Cultura, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN  
Em, 17 de Dezembro de 2010.  
DOUGLAS GLEEN WARMLING  
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO  
Secretária de Administração  
Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 17 de Dezembro de 2010.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI  
Agente Administrativo

**Portaria Nº336**

PORTARIA Nº 336 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010  
Rescinde o Contrato Temporário da funcionária MORGANA AMBROSO GROSS e dá outras providências.

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.860 16/12/2009;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Rescindir o contrato temporária da funcionária MORGANA AMBROSO GROSS, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 02963131909, da função de PROFESSOR MAG LP LEI 1860/2009, da Secretaria de Educação, Esporte e Cultura, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN  
Em, 17 de Dezembro de 2010.  
DOUGLAS GLEEN WARMLING  
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO  
Secretária de Administração  
Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 17 de Dezembro de 2010.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI  
Agente Administrativo

**Portaria Nº337**

PORTARIA Nº 337 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010  
Rescinde o Contrato Temporário da funcionária NORMA FONTANELLA DE NEZ e dá outras providências.

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.860 16/12/2009;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Rescindir o contrato temporária da funcionária NORMA FONTANELLA DE NEZ, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 41550641972, da função de PROFESSOR MAG LP LEI 1860/2009, da Secretaria de Educação, Esporte e Cultura, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN  
Em, 17 de Dezembro de 2010.  
DOUGLAS GLEEN WARMLING  
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO  
Secretária de Administração  
Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 17 de Dezembro de 2010.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI  
Agente Administrativo

**Portaria Nº338**

PORTARIA Nº 338 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010  
Rescinde o Contrato Temporário da funcionária REJANE MICHELE BETTIOL e dá outras providências.

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.860 16/12/2009;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Rescindir o contrato temporária da funcionária REJANE MICHELE BETTIOL, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 02577616910, da função de PROFESSOR MAG LP LEI 1860/2009, da Secretaria de Educação, Esporte e Cultura, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN  
Em, 17 de Dezembro de 2010.  
DOUGLAS GLEEN WARMLING  
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO  
Secretária de Administração  
Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 17 de Dezembro de 2010.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI  
Agente Administrativo

**Portaria Nº339**

PORTARIA Nº 339 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010  
Rescinde o Contrato Temporário da funcionária ROSANA PAULA DABOIT SALVARO e dá outras providências.

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.860 16/12/2009;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Rescindir o contrato temporária da funcionária ROSANA PAULA DABOIT SALVARO, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 02182512977, da função de PROFESSOR MAG LP LEI 1860/2009, da Secretaria de Educação, Esporte e Cultura, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN  
Em, 17 de Dezembro de 2010.  
DOUGLAS GLEEN WARMLING  
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO  
Secretária de Administração  
Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 17 de Dezembro de 2010.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI  
Agente Administrativo

**Timbó****PREFEITURA MUNICIPAL****Lei Complementar 395, de 23 de Dezembro de 2010**

LEI COMPLEMENTAR 395, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2010  
Altera a Lei Complementar 142, de 21 de dezembro de 1998 e dá outras providências.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC.  
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - A Lei Complementar nº 142, de 21 de dezembro de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:

## “CAPÍTULO VIII

### DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

( )

#### Título IV

#### DO PROCESSO CONTENCIOSO

( )

#### Seção II

##### Das Reclamações

Art. 207 ( )

§ 1º - A reclamação será dirigida, em petição, à autoridade julgadora de primeira instância, facultada a juntada de provas, em até 30 (trinta) dias da ciência do lançamento, notificação ou auto de infração.

( )

#### Seção III

##### Das Defesas

Art. 212 ( )

§ 1º - A defesa será dirigida, em petição, à autoridade julgadora de primeira instância, em até 30 (trinta) dias da ciência na notificação ou auto de infração.

( )

## LIVRO SEGUNDO

### PARTE ESPECIAL

#### Título I

#### DO SISTEMA TRIBUTÁRIO

##### Capítulo Único

##### DA ESTRUTURA

Art. 233 ( )

II - Taxas: ( )

b) Taxa de licença para o exercício da atividade do comércio eventual;

( )

g) REVOGADO

( )

i) REVOGADO

( )

#### Título II

#### DOS IMPOSTOS

##### Capítulo I

##### DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA

( )

#### Seção IV

##### Das Alíquotas

Art. 238 - ( )

§3º - REVOGADO

( )

#### Seção VI

##### Do Pagamento

( )

Art. 248 - Observada as limitações orçamentárias e financeiras fica facultado ao Prefeito conceder ao contribuinte um desconto de até 15% (quinze por cento) sobre o respectivo montante do pagamento integral do imposto até a data do vencimento da primeira parcela.

( )

#### Capítulo III

##### DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA

( )

#### Seção V

##### Da Base de Cálculo

( )

Art. 276-A Conforme determina o art. 18, § 22-A da Lei Complementar Federal nº 123/2006, o Imposto Sobre Serviços dos escritórios de serviços contábeis optantes pelo Simples Nacional, será recolhido mensalmente de forma fixa de acordo com a tabela

abaixo:

Faixa	Nº de pessoas cfe. § 3º do Art. 276-A	ISS Fixo - UFM's
1	1 a 3	50,00
2	4 a 6	75,00
3	7 a 9	100,00

§ 1º Os escritórios contábeis em que atuem mais de 9 (nove) pessoas, incluindo-se sócios e funcionários, recolherão o Imposto Sobre Serviços na razão de 8,00 (oito) UFM's para cada excedente do número máximo de pessoas estabelecido na faixa 3 da tabela acima.

§ 2º A forma utilizada para enquadrar os escritórios de serviços contábeis na tabela acima referida, se opera pelo somatório de sócios e funcionários dos estabelecimentos, excluindo-se faxineiras, diaristas e office-boys.

§ 3º Para a definição do valor devido do imposto e a fim de enquadramento nas faixas estabelecidas na tabela prevista no caput, os escritórios de serviços contábeis deverão informar à Municipalidade o número de sócios e funcionários conforme descrito no parágrafo anterior, através da emissão da Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP) ou qualquer outro documento comprobatório com validade legal do estabelecimento relativo ao mês de dezembro de cada exercício.

§ 4º A informação do número de sócios e funcionários deverá ser apresentada à Divisão de Tributação e Fiscalização do Município até o dia 15 (quinze) do mês de janeiro e servirá de base para o lançamento do imposto sobre serviços em caráter irretratável para todo o ano-calendário.

§ 5º A Fazenda Municipal fiscalizará se o número de sócios e funcionários informados pelos escritórios contábeis confere e, sendo constatada falsidade de informações ou omissão dos dados nos termos do § 4º, será aplicada multa punitiva prevista no art. 198, inciso III, alínea “a” do Código Tributário Municipal.

§ 6º Deverão também se subordinar às determinações do art. 276-A os escritórios de serviços contábeis não-optantes do Simples Nacional e os profissionais contábeis equiparados às pessoas jurídicas nos termos do art. 26, inciso II, “b” do Decreto Municipal nº 661/2006.

( )

#### Título III

#### DAS TAXAS

( )

##### Capítulo I

##### DA TAXA DE LICENÇA

#### Seção I

##### Das Disposições Gerais

##### Subseção I

##### Do Fato Gerador e Contribuinte

Art. 303 ( )

II - licença para o exercício da atividade do comércio eventual;

( )

VII - REVOGAR

( )

IX - REVOGAR

( )

#### Seção II

##### Taxa de Licença para Localização e Funcionamento

( )

##### Subseção V

##### Da Isenção

Art. 321 - ( )

I - ( )

II - ( )

III - as entidades imunes previstas no art. 150, VI, “b” e “c” da Constituição Federal;

IV - as associações declaradas de utilidade pública.

Parágrafo Único - Os contribuintes que se enquadram no artigo 321 ficam também isentos da cobrança da taxa de expediente



prevista no artigo 357, item 3, letra "a", exclusivamente no que se refere ao alvará de localização e funcionamento.

( )

### Seção III

Taxa de Licença para o Exercício de Comércio Eventual

#### Subseção I

Do Fato Gerador

Art. 322 - Qualquer pessoa que queira exercer o comércio eventual poderá fazê-lo mediante prévia licença da Prefeitura e pagamento da Taxa de Licença do Comércio Eventual.

§2º - REVOGADO

#### Subseção II

Da Fiscalização

Art. 323 - Ao comerciante eventual que satisfizer as exigências regulamentares, será concedido um cartão de habilitação contendo as características essenciais de sua inscrição, a ser apresentado, à Fiscalização de Posturas, quando solicitado.

Art. 324 - Respondem pela Taxa de Licença de Comércio Eventual as mercadorias encontradas em poder de vendedores, mesmo que pertençam a contribuintes que hajam pago a respectiva taxa.

( )

Art. 326 - A licença para o comércio eventual poderá ser cassada e determinada a proibição do seu exercício, a qualquer tempo, desde que deixem de existir as condições que legitimaram a concessão da licença, ou quando o contribuinte, mesmo após a aplicação das penalidades cabíveis, não cumprir as determinações da Prefeitura para regularizar a situação do exercício de sua atividade.

#### Subseção III

Dos Pagamentos

Art. 327 - A Taxa de Licença para o Exercício do Comércio Eventual será exigível:

( )

Art. 329 - A Taxa de licença para o exercício da atividade de comércio eventual será cobrada aos valores constantes da Tabela abaixo.

( )

### Capítulo III

#### DA TAXA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Art. 350 - Revogado

Art. 351 - Revogado

Art. 352 - Revogado

Art. 353 - Revogado

Art. 354 - Revogado

( )

### Capítulo VII

#### DA TAXA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

( )

### Seção IV

Da Taxa dos Atos de Vigilância Sanitária Municipal

( )

#### Subseção I

Da Incidência e dos Contribuintes

Art. 390 ( )

IX - REVOGADO

( )

### TÍTULO IV

#### DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

( )

### Seção III

Do Cálculo do Montante

( )

Art. 421-A ( )

§4º ( )

I - A valorização do imóvel será apurada após o término da obra, sendo a diferença entre os dois momentos: o primeiro, o valor do imóvel antes da obra ser iniciada; e o segundo, o valor do imóvel após a conclusão da obra.

II - O valor do imóvel antes da obra ser iniciada será fixado pela mesma Comissão de que trata o caput desse artigo, por meio de

avaliação, independentemente dos valores que constarem do cadastro imobiliário fiscal, sem prejuízo de consulta a este quando estiver atualizado em face do valor de mercado;

III - Para obter o valor do imóvel após a conclusão da obra, será observado pela comissão a porcentagem de valorização do imóvel verificando a zona de influência, a situação do imóvel, a ocupação, valor este que será acrescido no valor inicial do imóvel.

§5º A Comissão poderá valer-se de apoio técnico especializado para a avaliação e fixação do valor de mercado dos imóveis de que trata esse artigo."

Art. 2º - Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial as alíneas "g", "i" do inciso II do art. 233; §3º do art. 238; incisos VII, IX do art. 303; §2º do art. 322; art. 350; art. 351; art. 352; art. 353; art. 354; inciso IX do art. 390, todos da Lei Complementar nº 142/98.

Município de Timbó, em 23 de dezembro de 2010; 141º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Esta Lei Complementar foi publicada na forma regulamentar. Timbó, SC, 23 de dezembro de 2010.

SERGIO ALBERTO BARRETO FILHO

Assessor Executivo de Gabinete

### **Lei Nº 2495, de 23 de Dezembro de 2010**

LEI Nº 2495, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2010

Autoriza a concessão de auxílio financeiro ao Clube dos Universitários de Timbó - CEUTI.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Prefeito fica autorizado a conceder auxílio financeiro ao Clube dos Universitários de Timbó, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, inscrita no CGC/MF sob nº 83.634.469/0001-00, sediada na rua Germano Brandes Sênior, nº 311, Sala nº 406, Centro, nesta cidade, no valor total de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), destinado ao custeio parcial de suas atividades, em especial a concessão de transporte coletivo aos universitários no exercício de 2011.

Parágrafo único. Os recursos previstos no "caput" deste artigo, serão rateados em 12 (doze) parcelas mensais e iguais de R\$ 3.000,00 (três mil reais), ficando condicionadas à prestação de contas dos valores recebidos no mês anterior, conforme as normas aplicáveis à espécie.

Art. 2º O Clube dos Universitários de Timbó fica obrigado no prazo de 60 (sessenta) dias após a publicação desta Lei, apresentar ao Poder Executivo Plano de Trabalho Social, devidamente aprovado em reunião da Assembléia Geral, que os seus respectivos associados desenvolverão no Município.

Art. 3º A despesa com a execução desta lei, correrá à conta do seguinte Projeto/Atividade, Elemento e Unidade Orçamentária do Orçamento Programa 2011, da Secretaria da Articulação Política e Institucional:

02 Secretaria da Articulação Política e Institucional;

001 Assessoria do Gabinete;

04.122.0010.2004. Manutenção dos Gabinetes e Assessorias.

33504199 Outras Contribuições



TOTAL: R\$ 36.000,00

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Timbó, em 23 de dezembro de 2010; 141º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.  
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

Esta Lei foi publicada na forma regulamentar.  
Timbó, SC, 23 de dezembro de 2010.

SERGIO ALBERTO BARRETO FILHO  
Assessor Executivo de Gabinete

### **Lei Nº 2496, de 23 de Dezembro de 2010**

LEI Nº 2496, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2010

Autoriza a concessão de subvenção à APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Timbó, autoriza a cessão de servidores e dá outras providências.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC.  
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º O Prefeito fica autorizado a liberar recursos financeiros, através de subvenção social, para APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Timbó, durante o exercício de 2011, no valor de até R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), através de ato administrativo, consignados no orçamento-programa 2011:

16.012.008.244.0088.2288 - FMAS - FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL  
SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE  
300000.00 - DESPESAS CORRENTES  
330000.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
335000.00 - TRANSF. A INST. PRIVADAS S/ FINS LUCRATIVOS  
335043.00 - SUBVENÇÕES SOCIAIS

Parágrafo único A dotação orçamentária de que trata este artigo poderá ser dividida em parcelas mensais, respeitadas as prioridades financeiras do Município.

Art.2º O Chefe do Poder Executivo do Município, fica também autorizado, a colocar à disposição da APAE, durante o exercício de 2011, 02 (dois) servidores públicos municipais, mediante convênio, com encargos para a Municipalidade, ocupantes dos cargos abaixo, com as seguintes cargas horárias:

a) um (01) Professor, com carga horária de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, com a seguinte dotação:  
04 - Secretaria de Educação  
003 - Ensino Fundamental  
12.361.0022.2050 - Manutenção do Ensino Fundamental  
30000000000000 - Despesas Correntes  
31000000000000 - Pessoal e Encargos Sociais  
31900000000000 - Aplicações Diretas  
11800 - Transferências do FUNDEB

b) um (01) Auxiliar Operacional - com carga horária de trabalho, de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, com a seguinte dotação:  
04 - Secretaria de Educação  
003 - Ensino Fundamental  
12.361.0022.2050 - Manutenção do Ensino Fundamental  
30000000000000 - Despesas Correntes  
31000000000000 - Pessoal e Encargos Sociais

31900000000000 - Aplicações Diretas  
10100 - Rec. de Impostos e de Tansf de Imp-Educ.

Art.3º Fica ainda autorizado ao Prefeito, fornecer merenda escolar e material didático à APAE, durante o exercício de 2011, no valor de até R\$ 9.000,00 (nove mil reais), pelo mesmo procedimento praticado com os estabelecimentos de ensino municipais.

Art.4º A APAE, deverá atender a educação especial da rede municipal de ensino, bem como, prestar contas dos recursos recebidos, conforme as normas aplicáveis à espécie, inclusive quantificando os benefícios recebidos em seus balancetes mensais e anuais.

Art.5º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, com vigência estabelecida até 31/12/2011.

Município de Timbó, em 23 de dezembro de 2010; 141º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.  
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

Esta Lei foi publicada na forma regulamentar.  
Timbó, SC, 23 de dezembro de 2010.

SERGIO ALBERTO BARRETO FILHO  
Assessor Executivo de Gabinete

### **Lei Nº 2497, de 23 de Dezembro de 2010**

LEI Nº 2497, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2010

Autoriza a concessão de auxílio à Entidade Sem Fins Lucrativos Associação de Amparo a Terceira Idade e dá outras providências.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC.  
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º O Prefeito fica autorizado a repassar recursos financeiros para a Associação de Amparo à Terceira Idade, inscrita no CNPJ sob o nº 79.374.724/0001-55, declarada de utilidade pública pela Lei 1.817 de 22/12/1995, sediada na rua Lorena, nº 679, Bairro Capitais, neste município, na ordem de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), consignados no orçamento-programa anual.

§1º O repasse de que trata este artigo, será dividido em parcelas mensais de R\$ 3.000,00 (três mil reais), sendo a primeira em janeiro de 2011 e a última em dezembro de 2011, totalizando 36.000,00 (trinta e seis mil reais), respeitadas as prioridades financeiras do Município.

§2º As despesas com a execução desta lei, para o exercício financeiro de 2011, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

16.012.008.244.0088.2292 - FMAS - FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE  
300000.00 - DESPESAS CORRENTES  
330000.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
335000.00 - TRANSF. A INST. PRIVADAS S/ FINS LUCRATIVOS  
335043.00 - SUBVENÇÕES SOCIAIS

§3º O presidente da entidade beneficiada é responsável pelos recursos repassados, devendo prestar contas da subvenção recebida após sessenta (60) dias da concessão, conforme as normas aplicáveis à espécie.

Art.2º Os recursos repassados na forma desta lei, deverão ser

destinados para a manutenção da Entidade Sem Fins Lucrativos de Amparo a Terceira Idade, tendo como objetivo atender aos idosos que vierem a hospedar-se na instituição.

Art.3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Município de Timbó, em 23 de dezembro de 2010; 141º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

Esta Lei foi publicada na forma regulamentar.  
Timbó, SC, 23 de dezembro de 2010.

SERGIO ALBERTO BARRETO FILHO  
Assessor Executivo de Gabinete

### **Lei Nº 2498, de 23 de Dezembro de 2010**

LEI Nº 2498, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2010

Autoriza a concessão de auxílio financeiro à Rede Feminina de Combate ao Câncer de Timbó.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC.  
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Prefeito fica autorizado a conceder auxílio financeiro à Rede Feminina de Combate ao Câncer, inscrita no CGC/MF sob nº 00.091.237/0001-25, sediada na rua Germano Brandes Sênior, nº 436, nesta cidade, no valor total de R\$ 11.160,00 (onze mil, cento e sessenta reais), destinado ao custeio parcial de suas atividades no exercício de 2011.

Parágrafo único. Os recursos previstos no "caput" deste artigo, serão rateados em 12 (doze) parcelas mensais e iguais de R\$ 930,00 (novecentos e trinta reais), ficando condicionadas à prestação de contas dos valores recebidos no mês anterior a contar da competência 01/2011, conforme as normas aplicáveis à espécie.

Art. 2º A despesa com a execução desta lei, correrá à conta do seguinte Projeto/Atividade, Elemento e Unidade Orçamentária do Orçamento Programa 2011, do Fundo Municipal de Saúde:

15.02.010.302.0072.2164 - FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
15.02.010.302.0072.2164 - Assistência Hospitalar Ambulatorial  
15.02.010.302.0072.2164 - Manutenção das Atividades do MAC  
300000.00 - Despesas Correntes  
330000.00 - Outras Despesas Correntes  
335000.00 - Transf. a Inst. Privadas sem Fins Lucrativos  
335043.00 - Subvenções Sociais

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.  
MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 23 de dezembro de 2010; 141º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

Esta Lei foi publicada na forma regulamentar.  
Timbó, SC, 23 de dezembro de 2010.

SERGIO ALBERTO BARRETO FILHO  
Assessor Executivo de Gabinete

### **Lei Nº 2499, de 23 de Dezembro de 2010**

LEI Nº 2499, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2010

Autoriza a concessão de auxílio financeiro para manutenção de atividades culturais por entidades deste município.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC.  
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Diretor Presidente da Fundação Cultural de Timbó fica autorizado a conceder auxílio financeiro às entidades e nos valores e parcelas mencionados no presente artigo:

I - À Associação Folclórica Blauer Berg, inscrita no CNPJ sob nº 09.466.458/0001-05, com sede na rua Seara nº 233, Bairro Imigrantes, Timbó-SC, constituída pelos grupos folclóricos "Volkstanzgruppe Blauer Berg" - Adulto e Infante Juvenil, consistindo no valor mensal de R\$ 1.560,00 (um mil quinhentos e sessenta reais), em 10 parcelas, de março à dezembro de 2011, totalizando R\$ 15.600,00 (quinze mil e seiscentos reais) para o ano de 2011;

II - À Banda Municipal Professor "João Muller", inscrita no CNPJ sob nº 86.949.849/0001-21, com sede na Avenida Sete de Setembro, nº 414, Timbó, SC, consistindo no valor mensal de 95 (noventa e cinco) UFM's, no período de Fevereiro à Dezembro de 2011, a cada integrante da Banda Municipal Professor "João Muller", ficando o repasse limitado até 50 (cinquenta) componentes, totalizando como valor máximo no ano de 2011 a quantia de R\$ 125.065,60 (cento e vinte e cinco mil e sessenta e cinco reais e sessenta centavos) para utilização em apresentações, exposições, festas, inaugurações e demais eventos culturais, inclusive viagens e representações internacionais, sendo que, em caso de comprovada necessidade e mediante solicitação escrita, as parcelas mensais poderão ser antecipadas no todo, a critério da Administração, havendo neste caso, a necessidade da prestação de contas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, após o recebimento do valor;

III - À Orquestra de Câmara Municipal de Timbó, inscrita no CNPJ sob nº 07.749.478/0001-68, com sede na Avenida Sete de Setembro, nº 414, Timbó, SC, consistindo no valor mensal de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), no período de Fevereiro à Dezembro de 2011, totalizando R\$ 27.500,00 (vinte e sete mil e quinhentos reais) para o ano de 2011;

IV - À Sociedade Recreativa e Cultural Timbó, para custeio de despesas do Grupo Folclórico de Bandônios - "Os Cinquentões", vinculado à Sociedade Recreativa e Cultural Timbó. A referida Sociedade Recreativa Cultural Timbó, encontra-se inscrita no CNPJ sob nº 86.379.088/0001-10, com sede em Timbó, SC, consistindo no valor mensal de 85 (oitenta e cinco) UFM's, por integrante do Grupo, para o período de Fevereiro à Dezembro de 2011, ficando o repasse limitado até 15 (quinze) componentes, totalizando como valor máximo para o ano de 2011 a quantia de R\$ 33.570,24 (trinta e três mil quinhentos e setenta reais e vinte e quatro centavos).

Parágrafo único. Os valores ora repassados deverão ser destinados exclusivamente ao custeio parcial das despesas de manutenção das atividades dos grupos mencionados neste artigo.

Art. 2º As entidades beneficiadas pelo auxílio financeiro, autorizado por esta Lei, deverão prestar contas do valor repassado, até o dia 20 (vinte) do mês subsequente ao do repasse, junto ao Setor de Contabilidade do Município de Timbó, conforme as normas aplicáveis à espécie.

Art. 3º A despesa com a execução da presente lei, correrá à conta de dotação própria do Orçamento-Programa 2011 da Fundação Cultural de Timbó, com a seguinte classificação:

22.01.013.392.0094.2246. FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ  
22.01.013.392.0094.2246. MEMÓRIA, HISTÓRIA, CULTURA E ARTE  
22.01.013.392.0094.2246. TRANSFERENCIA DE RECURSOS

300000.00 - DESPESAS CORRENTES  
330000.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
335000.00 - TRANSF. A INST. PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS  
335041.00 - CONTRIBUIÇÕES

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Município de Timbó, em 23 de dezembro de 2010; 141º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Esta Lei foi publicada na forma regulamentar.

Timbó, SC, 23 de dezembro de 2010.

SERGIO ALBERTO BARRETO FILHO

Assessor Executivo de Gabinete

### **Lei Nº 2500, de 23 de Dezembro de 2010**

LEI Nº 2500, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2010

Altera a Lei nº 2.437, de 27 de outubro de 2009, que aprovou a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, para o exercício de 2010.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC.  
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Anexo III, Demonstrativo L, Demonstrativo de Ações - Produto \_ Unidade de Medida - Meta - Valor - Fonte de Recursos, da Lei nº 2.437, de 27 de outubro de 2009, passa a vigorar com as alterações dadas pela presente Lei, nos termos do anexo respectivo.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Timbó, em 23 de dezembro de 2010; 141º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Esta Lei foi publicada na forma regulamentar.

Timbó, SC, 23 de dezembro de 2010.

SERGIO ALBERTO BARRETO FILHO

Assessor Executivo de Gabinete

#### **ANEXO III**

##### **DEMONSTRATIVO L**

- PROGRAMAS DE GOVERNO - GERENTES DOS PROGRAMAS -  
DIAGNÓSTICOS - DIRETRIZES - OBJETIVOS;  
- DEMONSTRATIVO DE AÇÕES - PRODUTO - UNIDADE DE MEDIDA - META - VALOR - FONTE DE RECURSOS;  
- DESCRIÇÃO DAS AÇÕES E OBJETIVOS DOS PROGRAMAS DE GOVERNO.

**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0.018 – GESTÃO DA TÉCNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.**

**GERENTE DO PROGRAMA:**  
**SECRETÁRIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**

.....

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE DE RECURSOS
1.013	Equipamentos, Móveis e Utensílios	Unidade gestora	unidade	1	239.000,00	Recursos Fiscais
.....						
TOTAL DO PROGRAMA 0.018					515.200,00	

**DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA 0.018**

.....

**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0.020 - EDUCAÇÃO INFANTIL DE QUALIDADE**

**GERENTE DO PROGRAMA:**  
**SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO**

.....

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE DE RECURSOS
1015	Modernização dos NEIS	Equipamento	Unidade	419	143.000,00	Recursos Fiscais
1017	Construção, Ampliação e Reforma dos NEIS	Área	M²	2.395,82²	1.940.000,00	Recursos Fiscais
.....						
TOTAL DO PROGRAMA 0.020					10.356.000,00	

**DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA 0.020**

.....



**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0.022 – EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL DE QUALIDADE**

**GERENTE DO PROGRAMA:**  
**SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO**

.....

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE DE RECURSOS
2050	Manutenção do Ensino Fundamental e valorização do magistério	Unidade Gestora	Unidade	1	6.900.000,00	Recursos Fiscais
.....						
TOTAL DO PROGRAMA 0.022					8.284.000,00	

**DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA 0.022**

.....

**PROGRAMA DE GOVERNO**  
**:0.050 - REESTRUTURAÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS**  
**GERENTE DO PROGRAMA:**  
**SECRETÁRIO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS**  
 .....

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE DE RECURSOS
.....						
2092	Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos.	Unidade Gestora	Unidade	1	5.519.046,69	Recursos Fiscais
.....						
TOTAL DO PROGRAMA 0.050					7.032.601,09	

**DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA 0.050**  
 .....

Programa:						
AÇÕES		PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE DE RECURSOS
	RECEITAS LDO SUPERAVIT FINANCEIRO/ EXCESSO DE ARRECADAÇÃO				96.107.020,00 13.994.196,04	
TOTAL GERAL					110.101.216,04	

**Decreto Nº 2186, de 13 de Dezembro de 2010**

DECRETO Nº 2186, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2010

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 24.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 2443, de 17/12/2009,

**DECRETA:**

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2010:

03.01.004.122.0015.2012. SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

03.01.004.122.0015.2012. ADMINISTRAÇÃO GERAL

03.01.004.122.0015.2012. MAN. DA ADMINISTRAÇÃO GERAL

300000.00 DESPESAS CORRENTES

310000.00 PESSOAL E ENCARGOS

319000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.30000 VINCULO LIVRE 24.000,00

TOTAL 24.000,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2010, no valor de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

03.01.004.122.0015.2012. SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

03.01.004.122.0015.2012. ADMINISTRAÇÃO GERAL

03.01.004.122.0015.2012. MAN. DA ADMINISTRAÇÃO GERAL

300000.00 DESPESAS CORRENTES

330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10000 VINCULO LIVRE 19.250,00

400000.00 DESPESAS DE CAPITAL

440000.00 INVESTIMENTOS

449000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10000 VINCULO LIVRE 4.750,00

TOTAL 24.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 13 de dezembro de 2010; 141º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.  
Timbó, SC, 13 de dezembro de 2010.

SERGIO ALBERTO BARRETO FILHO  
Assessor Executivo do Gabinete

**Decreto Nº 2187, de 13 de Dezembro de 2010**

DECRETO Nº 2187, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2010

Abre Crédito Suplementar por conta do Excesso de Arrecadação, no valor de R\$ 447.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 2443, de 17 de dezembro de 2009,

**DECRETA:**

Art.1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2010, no valor de R\$ 447.000,00 (quatrocentos e quarenta e sete mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

04.01.012.365.0020.2042. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

04.01.012.365.0020.2042. NUCLEOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL

04.01.012.365.0020.2042. MANUTENÇÃO DOS NEI'S

300000.00 DESPESAS CORRENTES

310000.00 PESSOAL E ENCARGOS

319000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

11800 TRANSFERENCIA FUNDEB 102.200,00

0.10100 REC. IMPOSTOS E TRANSF. DA EDUCAÇÃO 123.000,00

TOTAL 225.200,00

04.03.012.361.0022.2050. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

04.03.012.361.0022.2050. ENSINO FUNDAMENTAL

04.03.012.361.0022.2050. MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL E VALO. DO MAGISTÉRIO

300000.00 DESPESAS CORRENTES

310000.00 PESSOAL E ENCARGOS

319000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

11800 TRANSFERENCIA FUNDEB 209.800,00

TOTAL 209.800,00

04.03.012.361.0022.2054. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

04.03.012.361.0022.2054. ENSINO FUNDAMENTAL

04.03.012.361.0022.2054. MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

300000.00 DESPESAS CORRENTES

310000.00 PESSOAL E ENCARGOS

319000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10100 REC. IMPOSTOS E TRANSF. DA EDUCAÇÃO 12.000,00

TOTAL 12.000,00

TOTAL 447.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 13 de dezembro de 2010; 141º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Este decreto foi publicado na forma regulamentar.  
Timbó, SC, 13 de dezembro de 2010.

SERGIO ALBERTO BARRETO FILHO  
Assessor Executivo do Gabinete

**Decreto Nº 2190, de 13 de Dezembro de 2010**

DECRETO Nº 2190, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2010

Abre Crédito Suplementar por conta do Excesso de Arrecadação, no valor de R\$ 21.449,70.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 2443, de 17 de dezembro de 2009,

**DECRETA:**

Art.1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2010, no valor de R\$ 21.449,70 (vinte e um mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e setenta centavos), mediante a utilização

dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

04.03.012.361.0022.2058. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
 04.03.012.361.0022.2058. ENSINO FUNDAMENTAL  
 04.03.012.361.0022.2058. MANUTENÇÃO DO PDDE  
 300000.00 DESPESAS CORRENTES  
 330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
 339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS  
 0.15900 PDDE 14.479,18  
 400000.00 DESPESAS DE CAPITAL  
 440000.00 INVESTIMENTOS  
 449000.00 APLICAÇÕES DIRETAS  
 0.15900 PDDE 6.970,52  
 TOTAL 21.449,70

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 13 de dezembro de 2010; 141º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.  
 LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
 Prefeito de Timbó/SC

Este decreto foi publicado na forma regulamentar.  
 Timbó, SC, 13 de dezembro de 2010.

SERGIO ALBERTO BARRETO FILHO  
 Assessor Executivo de Gabinete

### **Decreto Nº 2191, de 13 de Dezembro de 2010**

DECRETO Nº 2191, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2010

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 2.500,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 2443, de 17/12/2009,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2010:

24.01.026.782.0046.2260. FUNDO MUNICIPAL DE TRANSITO  
 24.01.026.782.0046.2260. DEMUTRAN  
 24.01.026.782.0046.2260. MANUTENÇÃO DO DEMUTRAN  
 300000.00 DESPESAS CORRENTES  
 330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
 339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS  
 0.10000 VINCULO LIVRE 2.500,00  
 TOTAL 2.500,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2010, no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

24.01.026.782.0046.2260. FUNDO MUNICIPAL DE TRANSITO  
 24.01.026.782.0046.2260. DEMUTRAN  
 24.01.026.782.0046.2260. MANUTENÇÃO DO DEMUTRAN  
 300000.00 DESPESAS CORRENTES  
 310000.00 PESSOAL E ENCARGOS  
 319000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10000 VINCULO LIVRE 2.500,00  
 TOTAL 2.500,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 13 de dezembro de 2010; 141º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.  
 LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
 Prefeito de Timbó/SC

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.  
 Timbó, SC, 13 de dezembro de 2010.

SERGIO ALBERTO BARRETO FILHO  
 Assessor Executivo do Gabinete

### **Decreto Nº 2192, de 13 de Dezembro de 2010**

DECRETO Nº 2192, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2010

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 11.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 2443, de 17/12/2009,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2010:

19.01.027.813.0090.2236. FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES  
 19.01.027.813.0090.2236. ESPORTE AMADOR, COMUNITÁRIO E DE RENDIMENTO  
 19.01.027.813.0090.2236. MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES  
 300000.00 DESPESAS CORRENTES  
 310000.00 PESSOAL E ENCARGOS  
 319100.00 APLIC. DIRETAS DEC. OPER. ENTRE ORGÃOS  
 0.10000 VINCULO LIVRE 6.000,00  
 330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
 339100.00 APLIC. DIRETAS DEC. OPER. ENTRE ORGÃOS  
 0.10000 VINCULO LIVRE 5.000,00  
 TOTAL 11.000,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2010, no valor de R\$ 11.000,00 (onze mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

19.01.027.813.0090.2236. FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES  
 19.01.027.813.0090.2236. ESPORTE AMADOR, COMUNITÁRIO E DE RENDIMENTO  
 19.01.027.813.0090.2236. MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES  
 300000.00 DESPESAS CORRENTES  
 310000.00 PESSOAL E ENCARGOS  
 319000.00 APLICAÇÕES DIRETAS  
 0.10000 VINCULO LIVRE 11.000,00  
 TOTAL 11.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 13 de dezembro de 2010; 141º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.  
Timbó, SC, 13 de dezembro de 2010.

SERGIO ALBERTO BARRETO FILHO  
Assessor Executivo do Gabinete

### **Decreto Nº 2.189 de 13 de Dezembro de 2010**

DECRETO Nº 2.189 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2010.

Aprova o DESMEMBRAMENTO de área urbana.

O Prefeito Municipal de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso XXV, e art. 70, inciso I, alínea "m" da Lei Orgânica do Município e Leis Complementares n.ºs 335/2007 e 345/2007.

#### **DECRETA:**

Artigo 1º - Fica aprovado o DESMEMBRAMENTO denominado "HAUS & GARTEN", situado no lado par da Rua João Tesch, distando pelo lado direito do imóvel, 40,27 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Áustria, nesta Cidade, com a área de 7.461,90m<sup>2</sup> (Sete mil, quatrocentos e sessenta e um metros e noventa décimos quadrados), processo D-021/2010 tudo conforme documentação apresentada pelo requerente ADMINISTRADORA HAUS & GARTEN LTDA. ME, acompanhando o requerimento protocolado sob nº 8.608, datado de 06 de maio de 2010.

Artigo 2º - O desmembramento a que se refere o art. 1º deste Decreto é do imóvel urbano matriculado no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó, sob nº 6.024, livro 2, que encontra-se cadastrado neste órgão fazendário sob nº 01.03.037.0725.001 e está assim constituído:

a) Desmembrar 07 (sete) lotes, e mais uma área remanescente;

01 - Lote nº 01 (um) - com área de 540,00m<sup>2</sup> (Quinhentos e quarenta metros quadrados), situado no lado par da Rua João Tesch, distando pelo lado direito do imóvel, 271,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Áustria; estremando na frente em 18,00 metros com o lado par da Rua João Tesch; fundos estrema em 18,00 metros, sendo em 1,10 metros com o lote nº06 de propriedade de Aloizio Buss, matrícula nº 2.967, livro 2, em 15,00 metros com o lote nº07 de propriedade de Osni Oscar Aurélio, matrícula nº 3.470, livro 2, e em 1,90 metros com o lote nº08 de propriedade de Paulo Nunes, matrícula nº 2.262, livro 2; lado direito estrema em 30,00 metros com o lote nº 02; e, lado esquerdo estrema em 30,00 metros com o lote nº 21 de propriedade de Odair Zermiani, matrícula nº 6.023, livro 2;

02 - Lote nº 02 (dois) - com área de 540,00m<sup>2</sup> (Quinhentos e quarenta metros quadrados), situado no lado par da Rua João Tesch, distando pelo lado direito do imóvel, 253,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Áustria; estremando na frente em 18,00 metros com o lado par da Rua João Tesch; fundos estrema em 18,00 metros, sendo em 13,10 metros com o lote nº08 de propriedade de Paulo Nunes, matrícula nº 2.262, livro 2, e em 4,90 metros com o lote nº09 de propriedade de Erhard Gumz, matrícula nº 2.550, livro 2; lado direito estrema em 30,00 metros com o lote nº 03; e, lado esquerdo estrema em 30,00 metros com o lote nº 01;

continuação do Decreto n.º 2.189/2010, fls. 02.

03 - Lote nº 03 (três) - com área de 540,00m<sup>2</sup> (Quinhentos e quarenta metros quadrados), situado no lado par da Rua João Tesch, distando pelo lado direito do imóvel, 235,00 metros da esquina

formada com o lado ímpar da Rua Áustria; estremando na frente em 18,00 metros com o lado par da Rua João Tesch; fundos estrema em 18,00 metros, sendo em 10,10 metros com o lote nº09 de propriedade de Erhard Gumz, matrícula nº 2.550, livro 2, e em 7,90 metros com terras de Thecla Gumz, matrícula nº 2.176, livro 2; lado direito estrema em 30,00 metros com o lote nº 04; e, lado esquerdo estrema em 30,00 metros com o lote nº 02;

04 - Lote nº 04 (quatro) - com área de 540,00m<sup>2</sup> (Quinhentos e quarenta metros quadrados), situado no lado par da Rua João Tesch, distando pelo lado direito do imóvel, 217,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Áustria; estremando na frente em 18,00 metros com o lado par da Rua João Tesch; fundos estrema em 18,00 metros, sendo, em 7,10 metros com terras de Thecla Gumz, matrícula nº 2.176, livro 2, e em 10,90 metros com terras de Lauro Buck Filho, Eliana Aparecida Buck, Elaine Aparecida Buck, Elisangela Cristiane Buck e Carlos Camilo Buck, matrícula nº 2.517, livro 2; lado direito estrema em 30,00 metros com o lote nº 05; e, lado esquerdo estrema em 30,00 metros com o lote nº 03;

05 - Lote nº 05 (cinco) - com área de 540,00m<sup>2</sup> (Quinhentos e quarenta metros quadrados), situado no lado par da Rua João Tesch, distando pelo lado direito do imóvel, 199,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Áustria; estremando na frente em 18,00 metros com o lado par da Rua João Tesch; fundos estrema em 18,00 metros, sendo, em 4,10 metros com terras de Lauro Buck Filho, Eliana Aparecida Buck, Elaine Aparecida Buck, Elisangela Cristiane Buck e Carlos Camilo Buck, matrícula nº 2.517, livro 2, e em 13,90 metros com o lote nº 12 de propriedade de Dalvino Slomp, matrícula nº 2.945, livro 2; lado direito estrema em 30,00 metros com o lote nº 06; e, lado esquerdo estrema em 30,00 metros com o lote nº 04;

06 - Lote nº 06 (seis) - com área de 540,00m<sup>2</sup> (Quinhentos e quarenta metros quadrados), situado no lado par da Rua João Tesch, distando pelo lado direito do imóvel, 181,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Áustria; estremando na frente em 18,00 metros com o lado par da Rua João Tesch; fundos estrema em 18,00 metros, sendo, em 0,30 metros com o lote nº 12 de propriedade de Dalvino Slomp, matrícula nº 2.945, livro 2, e em 17,70 metros com terras de Marcos Cavichioli e Valdevino Cavichioli, matrícula nº 2.439, livro 2; lado direito estrema em 30,00 metros com o lote nº 07; e, lado esquerdo estrema em 30,00 metros com o lote nº 05;

07 - Lote nº 07 (sete) - com área de 540,00m<sup>2</sup> (Quinhentos e quarenta metros quadrados), situado no lado par da Rua João Tesch, distando pelo lado direito do imóvel, 163,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Áustria; estremando na frente em 18,00 metros com o lado par da Rua João Tesch; fundos estrema em 18,00 metros, sendo, em 1,30 metros com terras de Marcos Cavichioli e Valdevino Cavichioli, matrícula nº 2.439, livro 2, e em 16,70 metros com terras de Wigand Steuck, matrícula nº 2.445, livro 2;

continuação do Decreto n.º 2.189/2010, fls. 03.

lado direito estrema em 30,00 metros com a área remanescente; e, lado esquerdo estrema em 30,00 metros com o lote nº 06;

08 - Área remanescente - com área de 3.681,90m<sup>2</sup> (Três mil, seiscentos e oitenta e um metros e noventa décimos quadrados), situado no lado par da Rua João Tesch, distando, pelo lado direito do imóvel 40,27 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Áustria; estremando na frente em 122,73 metros com o lado par da Rua João Tesch; fundos estrema em 122,73 metros, sendo, em 2,50 metros com terras de Wigand Steuck, matrícula nº 2.445, livro 2, e em 120,23 metros com terras de Erwin Kisner, matrícula nº 1.859, livro 2; lado direito estrema em 30,00 metros com o lote



nº 26 de propriedade da Prefeitura Municipal de Timbó, matrícula nº 5.748, livro 2; e, lado esquerdo estrema em 30,00 metros com o lote nº 07;

Artigo 3º - Apesar da aprovação do desmembramento feito por este decreto, o proprietário requerente está obrigado a atender todas às exigências a que está sujeito, conforme Lei Complementar n.º 335/2007 e suas regulamentações, dentro do prazo estabelecido no respectivo processo de desmembramento.

Artigo 4º - O proprietário, bem como seus herdeiros ou sucessores na titularidade do imóvel parcelado, ficam obrigados a atender o que determina a legislação Federal pertinente, mais precisamente às Leis n.ºs 4771/65 - Código Florestal, e 6766/79 - Parcelamento do Solo Urbano.

Artigo 5º - O presente Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Município de Timbó, 13 de dezembro de 2010.  
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó

O Decreto n.º 2.189/2010, foi publicado na forma da lei.  
Timbó/SC, 13 de dezembro de 2010.

SERGIO ALBERTO BARRETO FILHO  
Assessor Executivo de Gabinete

---

### **CÂMARA DE VEREADORES**

---

#### **Dispensa de Licitação Nº 12/2010**

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 12/2010: CAUSA ENSEJADORA: JUSTIFICATIVA, JUSTIFICAÇÃO DO PREÇO: Lei 8.666/93, art. 24, II c/c art. 23, II, alínea "a". Necessidade do sistema "Legislador" e "Legislador Mirim" para o desempenho das atividades legislativas da Câmara Municipal de Timbó. Valor da proposta (R\$ 439,90 mensais) compatível com os preços praticados no mercado e ficar aquém do limite estabelecido na Lei 8.666/93, art. 24, II c/c art. 23, II, alínea "a". RAZÃO DA ESCOLHA: Necessidade do sistema para organizar a tramitação das proposições e gerenciar os atos expedidos pelo poder legislativo municipal. OBJETO/CONTRATADA: O direito de uso, manutenção, atualização, suporte técnico do Sistema Legislador e Legislador Mirim, de propriedade da empresa Lancer Soluções em Informática Ltda. VALOR: R\$ 5.278,80. Timbó (SC), 16 de Dezembro 2010. Wiegold Starke, Presidente

#### **Dispensa de Licitação Nº 13/2010**

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 13/2010. CAUSA ENSEJADORA, JUSTIFICATIVA, JUSTIFICAÇÃO DO PREÇO: Artigo 24, II, da Lei 8.666/93. Valor da proposta R\$ 197,00 mensal, R\$ 2.364,00, para 01/01 a 31/12/11) inferior ao limite legal para a abertura de procedimento licitatório. RAZÃO DA ESCOLHA: Dentre as empresas consultadas foi o menor preço apresentado. Compatível com os praticados no mercado. OBJETO/CONTRATADA: Monitoramento remoto de equipamentos eletrônicos de alarme que na ocorrência de violação emitem sinais que recepcionados pelo centro de operações. Back Serviços de Vigilância e Segurança Ltda. VALOR: R\$ 2.364,00 (anual) Timbó (SC), 16 de Dezembro de 2010. Wiegold Starke, Presidente.

#### **Aditivo: 1º Aditivo AO Contrato Nº 09/2010**

ADITIVO: 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 09/2010: Contratada: JAILSON ROBERTO VAILATTI - ME. PRAZO - (Inciso II, do Art. 57

da Lei 8.666/93, Cláusula 11): Prorroga-se o prazo de vigência do Contrato 09/2010, pelo período de doze meses, até 31 de dezembro de 2011. DISP. FINAIS: Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato. Timbó (SC), 20 de Dezembro de 2010. Câmara Municipal de Timbó: Wiegold Starke, Jailson Roberto Vailatti - ME: Jailson Roberto Vailatti.

#### **Aditivo: 2º Aditivo AO Contrato Nº 04/2009**

ADITIVO: 2º ADITIVO AO CONTRATO nº 04/2009. Contratada: IPM - INFORMÁTICA PÚBLICA MUNICIPAL LTDA. PRAZO: prorrogado o prazo de vigência do presente contrato pelo período de doze meses, até 31 de dezembro de 2011. PREÇOS: R\$ 1.013,68, mensal. DISP. FINAIS: Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem. Timbó (SC), 16 de Dezembro de 2010. CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBÓ: Wiegold Starke, Presidente. IPM - Informática Pública Municipal: Aldo Luiz Mees.

#### **Contrato Nº 18/2010**

CONTRATO Nº 18/2010: Back Serviços de Vigilância e Segurança Ltda. OBJETO. Prestação de serviços de MONITORAMENTO REMOTO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS DE ALARME por parte da CONTRATADA à CONTRATANTE. Consiste na utilização de equipamentos eletrônicos, que na ocorrência de violação nas dependências monitoradas da CONTRATANTE, emitem sinais que serão recepcionados pelo centro de operações localizado na CONTRATADA, registrando hora, dependência e local, mediante cadastramento. PREÇO. R\$ 197,00 mensal, Valor total R\$ 2.364,00. PRAZO: 01/01/2011 a 31/12/2011. Timbó, 16 de Dezembro de 2010. Câmara Municipal de Timbó: Wiegold Starke Presidente, Back Serviços de Vigilância e Segurança Ltda: Maurelio Pinto Procurador.

#### **Contrato Nº 17/2010**

CONTRATO nº 17/2010 - Lancer Soluções em Informática Ltda. Objeto: Cessão do direito de uso, a manutenção, a atualização e suporte técnico dos programas de computador legislador e legislador mirim, produzido pela empresa Lancer Soluções em Informática Ltda. Preço: R\$ 439,90 - mensal. Vigência: 01/01/2011 a 31/12/2011. Timbó, 16 de dezembro de 2010. Câmara Municipal de Timbó: Wiegold Starke Presidente, Lancer Soluções em Informática Ltda: Jeser Mauri Alvarenga

## **Tunápolis**

---

### **PREFEITURA MUNICIPAL**

---

#### **Processo Nº 125/2010 Assessoria Jurídica**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 125/2010  
Convite para Compras e Serviços nº 34/2010

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Convite para compras e serviços, que tem por objeto a Contratação de serviços de assessoria jurídica para o exercício de 2011, conforme especificações e quantitativos constantes nos anexos, os quais passam a fazer parte integrante neste ato convocatório.

Entrega das propostas até às 9h00min do dia 04/01/2010  
Informações e íntegra do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone (0xx493)632-11-22.  
Email:compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 22 de dezembro de 2010.  
 ENOI SCHERER  
 Prefeito Municipal.

## Turvo

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### Decreto 104/2010

DECRETO Nº 104/10, de 17 de dezembro de 2010.  
 SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 1.982/09 (Lei Orçamentária Anual), de 28/12/2009

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Turvo no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), assim classificados:

11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0046.2.051 - MAN. DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E SF E ACS

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0002.0(14) - Aplicações Diretas  
 R\$ 50.000,00

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta do excesso de arrecadação do exercício de 2010.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo(SC), 17 de dezembro de 2010.

RONALDO CARLESSI  
 Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

NESTOR RECO

Secretário de Adm. e Finanças-designado.

#### Decreto 105/2010

DECRETO No 105/10, de 21 de dezembro de 2010.  
 DECRETA PONTO FACULTATIVO

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que estabelece a legislação vigente,

#### DECRETA

Art. 1º. Ponto facultativo em todas as repartições públicas municipais no dia 24 de dezembro de 2010 (sexta-feira) e 31 de dezembro de 2010 (sexta-feira)

Art. 2º. Os serviços que, por sua natureza não podem ser interrompidos, funcionarão na forma que os setores envolvidos determinarem.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo(SC), 21 de dezembro de 2010.

RONALDO CARLESSI  
 Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

NESTOR RECO

Secretário de Adm. e Finanças-designado.

## Videira

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### Lei Complementar Nº 102/10

LEI COMPLEMENTAR Nº 102/10, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010  
 Altera o item "C" (Planta Genérica de Valores), do anexo VIII, do Código Tributário Municipal, Lei nº 69/85, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Munícipes que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica alterado o item "C", do Anexo VIII, do Código Tributário Municipal, Lei 69/85, os imóveis com a localização e critérios constantes da relação abaixo:

"Anexo VIII – ...

#### C – PLANTA GENÉRICA DE VALORES

	NOME DA RUA	NÍVEL	SEÇÃO	VALOR M² UFM
RUA	10 DE SETEMBRO	6	50 X	18,4453
RUA	10 DE SETEMBRO	6	250 X	18,4453
RUA	10 DE SETEMBRO	6	400 E	18,4453
RUA	10 DE SETEMBRO	6	700 X	18,4453
RUA	10 DE SETEMBRO	6	750 D	18,4453
RUA	10 DE SETEMBRO	6	1100 X	18,4453
RUA	10 DE SETEMBRO	6	1400 X	18,4453
RUA	10 DE SETEMBRO	6	1500 X	18,4453
RUA	10 DE SETEMBRO	6	1600 X	18,4453
RUA	10 DE SETEMBRO	6	2000 X	18,4453
RUA	11 DE MAIO	12	60 X	3,4584
RUA	19 DE SETEMBRO	6	150 X	18,4453
RUA	19 DE SETEMBRO	6	250 X	18,4453
RUA	19 DE SETEMBRO	6	350 X	18,4453
RUA	19 DE SETEMBRO	6	400 X	18,4453
RUA	19 DE SETEMBRO	7	650 X	13,4497
TVA	26 DE JULHO	10	100 X	5,7641
TVA	26 DE JULHO	10	200 X	5,7641
RUA	30 DE NOVEMBRO	12	100 X	3,4584
RUA	30 DE NOVEMBRO	12	150 X	3,4584
RUA	30 DE NOVEMBRO	12	250 X	3,4584
RUA	5 DE DEZEMBRO	12	50 X	3,4584
RUA	6 - LOT.DOMINGOS LOCATELLI	7	50 X	13,4497

RUA	7 DE SETEMBRO	3	100 X	50,7246
RUA	8 DE DEZEMBRO	12	40 X	3,4584
RUA	A - LOT. FORLIN V	8	50 X	9,9912
RUA	A - LOT. ALTO DA BOA VISTA	7	100 X	13,4497
AVD	A - LOT. ALTO DA BOA VISTA	7	250 X	13,4497
RUA	ABRAAO BRANDALISE	7	150 X	13,4497
RUA	ABRAAO BRANDALISE	7	300 X	13,4497
RUA	ABRAAO BRANDALISE	10	550 X	5,7641
RUA	ABRAAO BRANDALISE	7	700 X	13,4497
RUA	ACIR PIOLLI	8	50 X	9,9912
RUA	ACIR PIOLLI	8	300 X	9,9912
RUA	ADÃO REYNALDO VAILATTI	8	150 X	9,9912
RUA	ADELAR PIROLI	12	200 X	3,4584
RUA	ADELINA DAS NEVES BORDIG- NON	8	150 X	9,9912
RUA	ADILSON ROBERTO CEDRON	7	100 X	13,4497
RUA	ADOLFO HAAS	12	200 X	3,4584
RUA	ADOLFO KONDER	5	150 X	26,8994
RUA	ADOLFO KONDER	5	250 X	26,8994
RUA	ADOLFO KONDER	7	400 X	13,4497
RUA	ADOLFO KONDER	7	480 X	13,4497
RUA	ADOLFO KONDER	6	550 X	18,4453
RUA	ADOLFO KONDER	6	620 X	18,4453
RUA	ADOLFO KONDER	6	700 X	18,4453
RUA	AFONSO BERWANGER	6	250 X	18,4453
RUA	AFONSO BERWANGER	6	500 X	18,4453
RUA	AFONSO MACHIENAVIE	10	400 X	5,7641
RUA	AFONSO MARCHIORO	7	50 X	13,4497
RUA	AFONSO MARCHIORO	7	200 X	13,4497
RUA	AFONSO MARCHIORO	7	300 X	13,4497
RUA	AFONSO THARUN	12	100 X	3,4584
RUA	AFONSO ULIANA	8	80 X	9,9912
RUA	AGOSTINHO LUIZ BARROS	11	300 X	4,6113
RUA	AGUA DOCE	12	200 X	3,4584
RUA	ALAGOAS	9	170 X	7,3012
RUA	ALBANO POSANSKE	11	200 X	4,6113
RUA	ALBERTO GRANDO	6	200 X	18,4453
RUA	ALBERTO GRANDO	6	270 D	18,4453
RUA	ALBERTO GRANDO	6	300 E	18,4453
RUA	ALBERTO GRANDO	6	420 X	18,4453
RUA	ALBERTO GRANDO	6	500 X	18,4453
RUA	ALBERTO GRANDO	6	570 X	18,4453
RUA	ALBERTO GRANDO	8	620 E	9,9912
RUA	ALBERTO GRANDO	8	660 X	9,9912
RUA	ALBERTO GRANDO	8	700 X	9,9912
RUA	ALBERTO GRANDO	9	730 E	7,3012
RUA	ALBERTO GRANDO	9	780 E	7,3012
RUA	ALBERTO GRANDO	9	1000 X	7,3012
RUA	ALBERTO JOAO BARONCELLO	9	210 X	7,3012
RUA	ALBERTO REICHERT	6	50 X	18,4453

RUA	ALBERTO REICHERT	6	300 X	18,4453
RUA	ALBERTO REICHERT	7	350 X	13,4497
RUA	ALBERTO REICHERT	7	450 X	13,4497
RUA	ALBERTO REICHERT	7	500 D	13,4497
RUA	ALBERTO REICHERT	7	550 X	13,4497
RUA	ALBERTO REICHERT	7	580 E	13,4497
RUA	ALBERTO REICHERT	9	650 X	7,3012
RUA	ALBERTO SZIGALSKI	8	200 X	9,9912
RUA	ALBERTO SZIGALSKI	10	300 X	5,7641
RUA	ALBERTO SZIGALSKI	10	400 X	5,7641
RUA	ALBERTO SZIGALSKI	10	550 X	5,7641
RUA	ALBERTO ZOLLER	3	150 X	50,7246
RUA	ALBERTO ZOLLER	5	250 X	26,8994
RUA	ALBERTO ZOLLER	5	300 X	26,8994
RUA	ALBERTO ZOLLER FILHO	10	120 X	5,7641
RUA	ALBINA TITTON	10	300 X	5,7641
RUA	ALBINO ALFREDO GRANDO	12	300 X	3,4584
RUA	ALBINO FORMIGHIERI	12	500 X	3,4584
RUA	ALBINO LANG	8	150 X	9,9912
RUA	ALEDIR FATIMA NUNES	9	160 X	7,3012
RUA	ALEIXO GUILL	6	50 X	18,4453
RUA	ALEX ABDALLA	5	200 D	26,8994
RUA	ALEXANDRE GAEDKE	11	200 X	4,6113
RUA	ALINDO LOPES DE ALBUQUER- QUE	12	200 X	3,4584
RUA	ALMO ROHREGGER	12	400 X	3,4584
RUA	ALOIS SPORR	9	120 X	7,3012
RUA	ALOISIO PEDRO KROEFF	7	280 X	13,4497
RUA	ALOISIO PEDRO KROEFF	7	350 X	13,4497
RUA	ALOISIO PEDRO KROEFF	7	500 X	13,4497
RUA	ALVARO B DE OLIVEIRA	12	300 X	3,4584
RUA	ALVIM SCHULER	10	100 X	5,7641
RUA	ALVISE CALDART	3	120 X	50,7246
RUA	AMANDIO SCHULLER	12	50 X	3,4584
RUA	AMAZONAS	9	150 X	7,3012
AVN	AMBROSIO FIORESE	12	350 X	3,4584
RUA	ANDRE PASQUAL	10	100 X	5,7641
RUA	ANDRE RAGADALLI	9	200 X	7,3012
RUA	ANGELIN GALAFASSI	8	700 X	9,9912
RUA	ANGELO ALBIERO	10	250 E	5,7641
RUA	ANGELO ALBIERO	10	300 X	5,7641
RUA	ANGELO ALBIERO	10	400 X	5,7641
RUA	ANGELO ALBIERO	10	600 X	5,7641
RUA	ANGELO ALBIERO	10	700 X	5,7641
RUA	ANGELO BORTOLOZZO	11	200 X	4,6113
RUA	ANGELO BRANCALIONE	9	220 X	7,3012
RUA	ANGELO DEMARTINI	9	300 X	7,3012
RUA	ANGELO GRAZZIOTIN	4	180 X	38,4277
RUA	ANGELO GRAZZIOTIN	4	350 X	38,4277
RUA	ANGELO GRAZZIOTIN	4	500 X	38,4277

RUA	ANGELO GRAZZIOTIN	4	600 X	38,4277
RUA	ANGELO LOCATELLI	9	200 X	7,3012
RUA	ANGELO PICCOLLI	10	200 X	5,7641
RUA	ANGELO ZAGO	11	200 X	4,6113
RUA	ANITA GARIBALDI	10	300 X	5,7641
RUA	ANITA GARIBALDI	10	600 X	5,7641
RUA	ANITA GARIBALDI	10	900 X	5,7641
RUA	ANITA GARIBALDI	10	1200 X	5,7641
RUA	ANITA GARIBALDI	10	1500 X	5,7641
RUA	ANSELMO ALUMO PAESE	8	80 X	9,9912
RUA	ANSELMO PIROLI	10	180 X	5,7641
RUA	ANTA GORDA	9	100 X	7,3012
DIS	ANTA GORDA	13	5000 X	2,1214
RUA	ANTONIO BATISTA JESUS	12	200 X	3,4584
RUA	ANTONIO DAL PIZZOL	9	100 X	7,3012
RUA	ANTONIO DAL PIZZOL	9	150 X	7,3012
RUA	ANTONIO DE CARLI	12	200 X	3,4584
RUA	ANTONIO DE CARLI	12	350 X	3,4584
RUA	ANTONIO DE CARLI	12	450 X	3,4584
RUA	ANTONIO DENARDI	3	150 X	50,7246
RUA	ANTONIO DEON	9	200 X	7,3012
RUA	ANTONIO FANTIN	11	100 X	4,6113
RUA	ANTONIO FANTIN	11	200 X	4,6113
RUA	ANTONIO FERLIN	4	150 X	38,4277
RUA	ANTONIO FERLIN	4	300 X	38,4277
RUA	ANTONIO FERLIN	4	500 X	38,4277
RUA	ANTONIO FERLIN	4	600 X	38,4277
RUA	ANTONIO MARAFON	5	50 D	26,8994
RUA	ANTONIO MARAFON	5	200 X	26,8994
RUA	ANTONIO MARAFON	7	300 D	13,4497
RUA	ANTONIO MARAFON	7	350 E	13,4497
RUA	ANTONIO MARAFON	7	450 X	13,4497
RUA	ANTONIO MARAFON	7	600 X	13,4497
RUA	ANTONIO MARAFON	7	700 X	13,4497
RUA	ANTONIO MARCON	5	150 X	26,8994
RUA	ANTONIO MARCON	5	300 X	26,8994
RUA	ANTONIO MARCON	5	350 X	26,8994
RUA	ANTONIO MENDES	11	250 X	4,6113
AVN	ANTONIO NICO FAVERO	3	700 X	50,7246
RUA	ANTONIO PICCOLI	10	400 X	5,7641
RUA	ANTONIO PINTO	5	200 X	26,8994
RUA	ANTONIO PINTO	5	300 X	26,8994
RUA	ANTONIO PINTO	5	400 X	26,8994
RUA	ANTONIO PINTO	9	500 X	7,3012
RUA	ANTONIO RAIMUNDO LAZZARI	8	120 X	9,9912
RUA	ANTONIO SZYGALSKI	11	100 X	4,6113
RUA	ANTONIO TESA	10	100 X	5,7641
RUA	ANTONIO TESTOLIN	7	50 X	13,4497
RUA	ANTONIO TESTOLIN	7	100 X	13,4497
RUA	ANTONIO TESTOLIN	8	150 X	9,9912

RUA	ANTONIO TESTOLIN	8	250 X	9,9912
RUA	ANTONIO TESTOLIN	8	350 X	9,9912
RUA	APARECIDA	7	100 X	13,4497
RUA	APARECIDA	7	180 D	13,4497
RUA	APARECIDA	7	250 D	13,4497
RUA	APARECIDA	7	300 X	13,4497
RUA	APARECIDA	7	500 X	13,4497
RUA	APARECIDA	7	670 X	13,4497
RUA	APARECIDA	7	720 X	13,4497
RUA	ARACATUBA	9	200 X	7,3012
RUA	ARARAS - FORLIN III	9	160 X	7,3012
RUA	ARARAS - FORLIN III	12	500 X	3,4584
RUA	ARCANGELO DAMO	6	120 X	18,4453
RUA	ARCANGELO DAMO	6	220 X	18,4453
RUA	ARLINDO CARLESSO	12	300 X	3,4584
RUA	ARLINDO DE MATTOS	5	150 E	26,8994
RUA	ARLINDO DE MATTOS	5	200 D	26,8994
RUA	ARLINDO DE MATTOS	5	250 E	26,8994
RUA	ARLINDO DE MATTOS	5	350 X	26,8994
RUA	ARLINDO DE MATTOS	7	500 X	13,4497
RUA	ARLINDO DRESCH	11	220 X	4,6113
RUA	ARLINDO LONGO	12	1500 X	3,4584
RUA	ARLINDO MARTINS	12	300 X	3,4584
RUA	ARMANDO SCHULLER	10	200 X	5,7641
RUA	ARNALDO FRANCISCO PAUL-MICHL	9	130 X	7,3012
RUA	ARNO POSANSKE	6	250 X	18,4453
RUA	ARTHUR BRANDALISE	5	100 X	26,8994
RUA	ARTHUR BRANDALISE	5	200 X	26,8994
RUA	ARTHUR BRANDALISE	5	350 X	26,8994
RUA	ARTHUR FORMIGHIERI	3	60 X	50,7246
RUA	ARTHUR FORMIGHIERI	3	130 X	50,7246
RUA	ARTHUR POSANSKE	6	120 X	18,4453
RUA	ARTHUR POSANSKE	6	300 X	18,4453
RUA	ARTHUR POSANSKE	6	350 X	18,4453
RUA	ASCANIO RIBEIRO CHAVES	12	350 X	3,4584
RUA	ASSUNCAO	6	150 X	18,4453
RUA	ASSUNCAO	6	340 X	18,4453
RUA	ASSUNCAO	6	550 X	18,4453
RUA	ASSUNCAO	9	660 X	7,3012
RUA	ASSUNCAO	9	720 X	7,3012
RUA	ATLANTICO	12	300 X	3,4584
RUA	AUGUSTO BENETTI	11	100 X	4,6113
RUA	AUGUSTO BENETTI	11	200 X	4,6113
RUA	AUGUSTO BENETTI	11	300 X	4,6113
RUA	AUGUSTO CALGARO	12	300 X	3,4584
RUA	AUGUSTO DE MARTINI	8	150 X	9,9912
RUA	AURELIO AFONSO SERAFINI	10	80 D	5,7641
RUA	AURELIO AFONSO SERAFINI	9	80 E	7,3012
RUA	AVELINO DE CARLI	12	100 X	3,4584



RUA	AVELINO DE CARLI	12	280 X	3,4584
RUA	AVELINO DE CARLI	12	350 X	3,4584
RUA	AYTIR ZANOTTO	12	750 X	3,4584
RUA	B LOT. FORLIN V	8	50 X	9,9912
RUA	B LOT. ALTO DA BOA VISTA	7	100 X	13,4497
RUA	BANDEIRANTES	12	120 X	3,4584
RUA	BASILIO ADADA	6	120 X	18,4453
RUA	BASILIO ADADA	6	240 X	18,4453
RUA	BASILIO ADADA	6	320 X	18,4453
RUA	BENJAMIN BOSS	12	180 X	3,4584
RUA	BENJAMIN BOSS	12	270 X	3,4584
RUA	BENJAMIN BOSS	12	400 X	3,4584
RUA	BENJAMIN BOSS	12	500 X	3,4584
RUA	BENJAMIN CHIMELO	11	200 X	4,6113
RUA	BENJAMIN GRAZZIOTIN	3	100 X	50,7246
RUA	BENJAMIN GRAZZIOTIN	3	200 X	50,7246
RUA	BENJAMIN GRAZZIOTIN	3	250 X	50,7246
RUA	BENVENUTO FRANCISCO MANDELLI	10	200 X	5,7641
RUA	BENVENUTO FRANCISCO MANDELLI	10	400 X	5,7641
RUA	BENVENUTO FRANCISCO MANDELLI	10	500 X	5,7641
RUA	BIAGIO DAL PIZZOL	8	100 X	9,9912
RUA	BIAGIO DAL PIZZOL	8	200 X	9,9912
RUA	BIAGIO DAL PIZZOL	8	250 X	9,9912
RUA	BOGONI	9	250 D	7,3012
RUA	BOGONI	9	300 E	7,3012
RUA	BOGONI	9	600 D	7,3012
RUA	BOGONI	9	800 E	7,3012
RUA	BOM SUCESSO	4	100 X	38,4277
RUA	BRASIL	1	50 X	92,2266
RUA	BRASIL	1	180 E	92,2266
RUA	BRASIL	1	200 D	92,2266
RUA	BRASIL	2	250 E	69,1699
RUA	BRASIL	2	300 X	69,1699
RUA	BRASIL	2	400 X	69,1699
RUA	BRASIL	4	550 X	38,4277
RUA	BRASIL	4	650 E	38,4277
RUA	BRASIL	6	700 D	18,4453
RUA	BRASIL	6	750 E	18,4453
RUA	BRASIL	6	900 X	18,4453
RUA	BRASIL	8	950 E	9,9912
RUA	BRASIL	8	1100 X	9,9912
RUA	BRASIL	8	1300 X	9,9912
RUA	BRASIL	8	1400 X	9,9912
RUA	BRASIL	8	1600 X	9,9912
RUA	BRASIL CORREA	9	150 X	7,3012
RUA	BRASIL CORREA	9	250 X	7,3012
RUA	BRASIL CORREA	9	400 X	7,3012
RUA	BRASIL CORREA	9	420 E	7,3012

RUA	BRASIL CORREA	9	600 X	7,3012
RUA	BRASIL CORREA	9	850 X	7,3012
RUA	BRASIL VIANNA	6	100 X	18,4453
RUA	BRASIL VIANNA	6	150 X	18,4453
RUA	BRASIL VIANNA	8	200X	9,9912
RUA	BULCAO VIANA	3	200 X	50,7246
RUA	BULCAO VIANA	4	400 X	38,4277
RUA	BULCAO VIANA	5	600 X	26,8994
RUA	BULCAO VIANA	5	700 X	26,8994
RUA	BULCAO VIANA	5	900 X	26,8994
RUA	BULCAO VIANA	6	1100 X	18,4453
RUA	BULCAO VIANA	6	1200 X	18,4453
RUA	BULCAO VIANA	6	1250 X	18,4453
RUA	C LTO. ALTO DA BOA VISTA	7	550 X	13,4497
RUA	C LSM	12	100 X	3,4584
RUA	C LSM	12	200 X	3,4584
RUA	CACADOR	10	160 X	5,7641
RUA	CACADOR	10	350 X	5,7641
RUA	CACADOR	10	550 X	5,7641
RUA	CALIXTO MENEGAT	8	200 X	9,9912
RUA	CAMBOIM	11	100 X	4,6113
RUA	CAMPINAS	9	650 X	7,3012
RUA	CAMPOS DO JORDAO	9	250 X	7,3012
RUA	CAMPOS NOVOS	3	60 X	50,7246
RUA	CAMPOS NOVOS	3	120 D	50,7246
RUA	CAMPOS NOVOS	3	220 X	50,7246
RUA	CAMPOS NOVOS	3	300 X	50,7246
RUA	CAPITAO FIDENCIO	7	150 X	13,4497
RUA	CAPITAO RIBAS	7	100 X	13,4497
RUA	CAPITAO RIBAS	7	200 X	13,4497
RUA	CARL HERMANN RAMSDORF	11	120 X	4,6113
RUA	CARL HERMANN RAMSDORF	11	300 X	4,6113
RUA	CARLOS ESPERANCA	8	50 X	9,9912
RUA	CARLOS ESPERANCA	8	300 X	9,9912
RUA	CARLOS ESPERANCA	10	500 X	5,7641
RUA	CARLOS PUTKAMER	6	100 X	18,4453
RUA	CAROLINA PASQUAL	10	100 X	5,7641
RUA	CASTELO BRANCO	11	200 X	4,6113
RUA	CASTELO BRANCO	11	1000 E	4,6113
RUA	CATANDUVAS	12	500 X	3,4584
RUA	CELEDONIA SELBACH	3	50 X	50,7246
RUA	CELEDONIA SELBACH	3	120 X	50,7246
RUA	CELEDONIA SELBACH	4	140 E	38,4277
RUA	CELEDONIA SELBACH	4	220 X	38,4277
RUA	CELEDONIA SELBACH	4	300 X	38,4277
RUA	CELESTINO MUNARO	9	160 X	7,3012
RUA	CELIA LOCATELLI	9	50 X	7,3012
RUA	CELIA LOCATELLI	9	100 X	7,3012
RUA	CELIA LOCATELLI	9	150 X	7,3012
RUA	CLERIO NICOLAU BASSO	6	100 X	18,4453



RUA	CONCEICAO	10	150 X	5,7641
RUA	CONCEICAO	10	300 X	5,7641
RUA	CONCEICAO	10	400 X	5,7641
RUA	CONCEICAO	8	700 X	9,9912
RUA	CONSTANTINO CRESTANI	11	450 X	4,6113
RUA	CONSTANTINO CRESTANI	6	510 D	18,4453
RUA	CORONEL ALBERTO SCHMIDT	1	100 X	92,2266
RUA	CORONEL ALBERTO SCHMIDT	1	200 X	92,2266
RUA	CORONEL FAGUNDES	3	100 X	50,7246
RUA	CORONEL FAGUNDES	3	200 X	50,7246
RUA	CORONEL FAGUNDES	5	350 X	26,8994
RUA	CORONEL FAGUNDES	5	500 X	26,8994
RUA	CORONEL FAGUNDES	5	750 X	26,8994
RUA	CORONEL FAGUNDES	5	1000 X	26,8994
RUA	D LTO. ALTO DA BOA VISTA	7	550 X	13,4497
RUA	D LSM	12	100 X	3,4584
AVN	D PEDRO II	1	100 X	92,2266
AVN	D PEDRO II	1	300 X	92,2266
AVN	D PEDRO II	1	500 D	92,2266
AVN	D PEDRO II	1	600 E	92,2266
AVN	D PEDRO II	3	650 X	50,7246
AVN	D PEDRO II	3	800 X	50,7246
AVN	D PEDRO II	3	900 X	50,7246
AVN	D PEDRO II	5	950 X	26,8994
AVN	D PEDRO II	5	1000 X	26,8994
RUA	D LTO VINHEDO VELHO ANTONIO	7	380 X	13,4497
RUA	DA LIBERDADE	7	100 X	13,4497
RUA	DANIEL VESCOVI	11	280 X	4,6113
RUA	DARCI FLORES	11	160 X	4,6113
RUA	DARCI VACCHI	12	200 X	3,4584
RUA	DARIO GIASSONI	8	100 X	9,9912
RUA	DARIO GIASSONI	8	120 E	9,9912
RUA	DAS ARARAS	12	60 X	3,4584
RUA	DAS CANELAS	5	170 X	26,8994
RUA	DAS HORTENCIAS	9	200 X	7,3012
RUA	DAS IMBUIAS	6	150 X	18,4453
RUA	DAS PALMEIRAS	8	160 X	9,9912
RUA	DAS PALMEIRAS	8	250 X	9,9912
RUA	DAS PALMEIRAS	8	400 X	9,9912
RUA	DAS PALMEIRAS	8	520 X	9,9912
RUA	DAS PEROBAS	6	250 X	26,8994
RUA	DAVID TITTON	8	300 X	9,9912
RUA	DELFINO M DOS SANTOS	8	80 D	9,9912
RUA	DIONISIO LOCATELLI	8	250 X	9,9912
RUA	DIONISIO LOCATELLI	8	500 X	9,9912
RUA	DIONISIO LOCATELLI	8	700 X	9,9912
RUA	DIONISIO LOCATELLI	9	800 X	7,3012
SER	DO ARROIO	12	150 X	3,4584
ESC	DO FORTE	12	80 X	3,4584

TVA	DO GUETO	12	50 X	3,4584
RUA	DO PICO -ENTRE XV E MARE-CHAL	11	100 X	4,6113
RUA	DOMINGOS FORLIN	11	160 X	4,6113
RUA	DOMINGOS LOCATELLI	10	200 X	5,7641
ROD	DOMINGOS LOCATELLI	12	750 E	3,4584
RUA	DOMINGOS LUIZ GUZZI	11	100 X	4,6113
RUA	DOMINGOS LUIZ GUZZI	11	200 X	4,6113
RUA	DOMINGOS LUIZ GUZZI	11	300 X	4,6113
RUA	DOMINGOS LYRA	12	100 X	3,4584
RUA	DORICO STRAPAZZON	12	100 X	3,4584
RUA	DORICO STRAPAZZON	12	250 X	3,4584
RUA	DORICO STRAPAZZON	12	300 X	3,4584
RUA	DORVALINO ROSTIROLA	12	250 X	3,4584
RUA	DOS AZULOES	12	200 X	3,4584
RUA	DOS AZULOES	12	250 X	3,4584
RUA	DOS AZULOES	12	400 X	3,4584
RUA	DOS CANARIOS	9	220 X	7,3012
RUA	DOS CEDROS	5	200 X	26,8994
RUA	DOS EUCALIPTOS	12	100 X	3,4584
AVN	DOS FRANCESES	5	500 X	26,8994
AVN	DOS FRANCESES	5	850 X	26,8994
AVN	DOS HOLANDESES	5	500 X	26,8994
AVN	DOS HOLANDESES	5	600 X	26,8994
RUA	DOS IPES	5	180 X	26,8994
RUA	DOS MOGNOS	5	530 X	26,8994
RUA	DOS MOGNOS	5	600 X	26,8994
RUA	DOS MOGNOS	5	700 X	26,8994
RUA	DOS MOGNOS	5	800 X	26,8994
RUA	DUQUE DE CAXIAS	3	100 X	50,7246
RUA	E LTO ALTO DA BOA VISTA	7	300 X	13,4497
RUA	EDIR TEREZINHA PERUCHIN	9	380 X	7,3012
RUA	EDUARDO MAURICIO BONDAN	11	200 X	4,6113
RUA	EGILDO CANEVER	10	300 D	5,7641
RUA	ELEONORA SCHULER	6	320 X	18,4453
RUA	EMA SCHMIDT MACHIENAVIE	7	350 X	13,4497
RUA	ELVIRA RIBEIRO DE DEUS	12	2000 X	3,4584
RUA	EMILIO VESCOVI	7	200 X	13,4497
RUA	ENÉSIO MOREIRA	11	150 X	4,6113
RUA	ENG. DONATO FREDERICO	12	750 X	3,4584
RUA	ERMES CARLETTO	12	130 X	3,4584
RUA	ERNESTO FANTIN	9	200 X	7,3012
RUA	ERNESTO FANTIN	9	430 E	7,3012
RUA	ERNESTO FANTIN	9	450 X	7,3012
RUA	ERNESTO FANTIN	9	700 X	7,3012
RUA	ERNESTO FANTIN	9	1000 X	7,3012
RUA	ERNESTO GRANDO	9	50 X	7,3012
RUA	ERNESTO GRANDO	9	300 X	7,3012
RUA	ERNESTO GRANDO	9	320 D	7,3012
RUA	ERNESTO LAZZAROTTO	12	100 X	3,4584

RUA	ERNESTO MIOTTO	12	200 X	3,4584
RUA	ERNESTO PAESE	11	800 X	4,6113
RUA	ERNESTO PONTIN	9	200 X	7,3012
RUA	ERNESTO PONTIN	9	300 X	7,3012
RUA	ERNESTO PONTIN	9	450 X	7,3012
RUA	ERNESTO PONTIN	9	500 X	7,3012
RUA	ERNESTO PONTIN	9	700 X	7,3012
RUA	ERNESTO ZORTEA	12	100 X	3,4584
RUA	ERNESTO ZORTEA	12	320 X	3,4584
RUA	ESPIRITO SANTO	9	50 X	7,3012
RUA	ESPIRITO SANTO	9	150 X	7,3012
RUA	ESTANISLAU KROLL	10	100 X	5,7641
RUA	ESTER MARMENTINI	6	120 X	18,4453
RUA	ESTER MARMENTINI	6	300 X	18,4453
RUA	ESTER MARMENTINI	6	350 X	18,4453
RUA	ESTEVÃO FELSKI	10	350 X	5,7641
RUA	EUGENIO BRANCALIONE	12	150 X	3,4584
RUA	EUGENIO FANTIN	11	300 X	4,6113
RUA	EUGENIO FANTIN	11	1000 X	4,6113
RUA	EUGENIO MENEGAZZO	9	200 X	7,3012
RUA	F LTO ALTO DA BOA VISTA	7	200 X	13,4497
RUA	FABRICIO RIBEIRO CHAVES	12	200 X	3,4584
RUA	FARROUPILHA	5	80 D	26,8994
RUA	FARROUPILHA	5	250 X	26,8994
RUA	FARROUPILHA	5	300 X	26,8994
RUA	FARROUPILHA	5	450 X	26,8994
RUA	FARROUPILHA	7	600 X	13,4497
RUA	FARROUPILHA	7	700 E	13,4497
RUA	FARROUPILHA	7	800 D	13,4497
RUA	FARROUPILHA	7	850 E	13,4497
RUA	FARROUPILHA	9	870 E	7,3012
RUA	FARROUPILHA	9	900 D	7,3012
RUA	FARROUPILHA	9	1000 X	7,3012
RUA	FARROUPILHA	9	1100 D	7,3012
RUA	FARROUPILHA	9	1200 X	7,3012
RUA	FARROUPILHA	14	2000 X	0,3675
RUA	FERNANDO BUCH	6	330 X	18,4453
RUA	FERNANDO EGGER	7	150 X	13,4497
RUA	FERNANDO EGGER	7	400 X	13,4497
RUA	FERNANDO MACHADO	6	100 X	18,4453
RUA	FERNANDO PANACIONE	12	200 X	3,4584
AVN	FIDENCIO RIBEIRO ALVES	12	350 X	3,4584
RUA	FIORAVANTE MACARI	11	160 X	4,6113
RUA	FIORAVANTE TOSATTI	12	200 X	3,4584
RUA	FIORINDO PIRES	5	60 X	26,8994
RUA	FIORINDO PIRES	9	120 X	7,3012
RUA	FIORINDO PIRES	10	180 X	5,7641
RUA	FIORINDO ZAGO	12	200 X	3,4584
RUA	FLORIANOPOLIS	6	100 X	18,4453
RUA	FRAIBURGO	7	50 X	13,4497

RUA	FRAIBURGO	7	100 X	13,4497
RUA	FRAIBURGO	7	150 X	13,4497
RUA	FRAIBURGO	9	200 X	7,3012
RUA	FRAIBURGO	9	300 X	7,3012
RUA	FRAIBURGO	9	400 X	7,3012
RUA	FRAIBURGO	9	500 X	7,3012
RUA	FRANCISCA RIBEIRO CHAVES	12	200 X	3,4584
RUA	FRANCISCO LUIZ LIRA	10	345 X	5,7641
RUA	FRANCISCO LUIZ LIRA	11	550 X	4,6113
RUA	FRANCISCO PRATO	11	150 X	4,6113
RUA	FRANCISCO VANZ	7	100 X	13,4497
RUA	FRANCISCO VANZ	7	200 X	13,4497
RUA	FRANCISCO VANZ	10	300 X	5,7641
RUA	FRANCISCO VANZ	10	400 X	5,7641
TVA	FRANZ SINZKER	5	50 X	26,8994
RUA	FREDERICO BORTOLAZ	6	100 X	18,4453
RUA	FREDERICO BORTOLAZ	10	250 X	5,7641
RUA	FREDERICO BORTOLAZ	10	450 X	5,7641
RUA	FREDERICO BORTOLAZ	10	700 X	5,7641
RUA	FREI ROGERIO	6	150 X	18,4453
RUA	FREI ROGERIO	6	350 X	18,4453
RUA	FREI ROGERIO	9	400 X	7,3012
RUA	FREI ROGERIO	9	470 E	7,3012
RUA	FREI ROGERIO	9	500 D	7,3012
RUA	FRITZ LORENZ	10	300 X	5,7641
RUA	FULGENCIO FURLIN	5	120 X	26,8994
RUA	FULGENCIO FURLIN	5	200 X	26,8994
RUA	FULGENCIO FURLIN	5	280 X	26,8994
RUA	FULGENCIO FURLIN	9	350 X	7,3012
RUA	G LTO ALTO DA BOA VISTA	7	350 X	13,4497
RUA	GASPARINO CODAGNONI	12	80 X	3,4584
RUA	GASPARINO ZORZI	12	50 X	3,4584
RUA	GAUDENCIO FERLIN	11	120 X	4,6113
RUA	GENEBRA FADANI	12	100 X	3,4584
RUA	GENELVIRA R. TORKATTO	8	200 X	9,9912
RUA	GENOVEVA BRANDALISE	9	200 X	7,3012
RUA	GEOVANE CARELLI	12	320 X	3,4584
RUA	GEOVANI CRESTANI	7	100 X	13,4497
RUA	GEOVANI CRESTANI	7	300 X	13,4497
RUA	GEOVANI CRESTANI	7	400 X	13,4497
RUA	GEOVANI CRESTANI	8	500 X	9,9912
RUA	GERALDO GRAZZIOTIN	12	400 X	3,4584
RUA	GERMANO DECKER	8	200 X	9,9912
ESC	GERMANO SCHWARTZ	8	80 X	9,9912
ESC	GERMANO SCHWARTZ	8	80 X	9,9912
ESC	GERMANO SCHWARTZ	8	150 X	9,9912
RUA	GERMANO SCHWARTZ	6	150 X	18,4453
RUA	GERONI POSANSKE	7	131 X	13,4497
RUA	GETULIO JANIL BRUSCHI	8	120 X	9,9912
RUA	GIACOMO DALPIZZOL	12	300 X	3,4584

RUA	GIOVANI RICARDO BRANDALISE	12	200 X	3,4584
RUA	GIOVANI SIMONETTO	10	300 X	5,7641
RUA	GIOVANNA PAN MENEGAT	8	200 X	9,9912
RUA	GOIAS	9	50 X	7,3012
RUA	GOMERCINDO SCOPEL	9	100 X	7,3012
RUA	GOMERCINDO SCOPEL	9	800 X	7,3012
RUA	GOVERNADOR LACERDA	6	140 X	18,4453
RUA	GOVERNADOR LACERDA	9	250 X	7,3012
RUA	GOVERNADOR LACERDA	9	340 D	7,3012
RUA	GRACILIO R. DE SOUZA	11	50 X	4,6113
RUA	GRACILIO R. DE SOUZA	11	120 X	4,6113
RUA	GUARAPUAVA	9	300 X	7,3012
RUA	GUERINA MARTA ANTUNES	9	90 X	7,3012
RUA	GUILHERME BRANDALISE	10	200 X	5,7641
RUA	GUILHERME MATHIAS	10	80 E	5,7641
RUA	GUILHERME MATHIAS	8	130 D	9,9912
RUA	GUILHERME MATHIAS	10	200 X	5,7641
RUA	GUILHERME MATHIAS	10	350 X	5,7641
RUA	GUSTAVO BEIMS	8	250 X	9,9912
RUA	G LTO ALTO DA BOA VISTA	7	150 X	13,4497
RUA	HENRIQUE GOLDBACH	12	200 X	3,4584
RUA	HENRIQUE SEBBEN	12	950 X	3,4584
RUA	HERCILIO BORGA	8	300 X	9,9912
RUA	HERMANN KOLBERG	6	550 X	18,4453
RUA	HETTORE BONALDO	9	300 X	7,3012
AV	HONÓRIO ALVES DE GOIS	12	300 X	3,4584
RUA	HUGO BRUNS	11	300 X	4,6113
RUA	HUMBERTO BON	9	120 X	7,3012
RUA	IBICARE	11	200 X	4,6113
RUA	IGILDO CANEVER	10	300 X	5,7641
RUA	ILSI RAGADALLI	3	100 X	50,7246
TVA	IMBUIAL	10	100 X	5,7641
RUA	IOMERE	9	100 X	7,3012
RUA	IOMERE	9	200 X	7,3012
RUA	IOMERE	6	400 X	18,4453
RUA	IOMERE	6	600 X	18,4453
RUA	IOMERE	6	800 X	18,4453
RUA	IOMERE	8	1000 X	9,9912
RUA	IOMERE	8	1100 X	9,9912
RUA	IOMERE	10	1300 X	5,7641
RUA	IOMERE	10	1700 X	5,7641
RUA	IOMERE	10	2800 X	5,7641
TVA	IRENA SCHULER	8	100 X	9,9912
RUA	IRENE BENEDETTI	12	180 X	3,4584
RUA	IRIO REOLON	11	450 X	4,6113
RUA	IRMA CONCILIA	10	50 X	5,7641
RUA	IRMA CONCILIA	10	250 X	5,7641
RUA	IRMA CONCILIA	10	300 X	5,7641
RUA	IRMAOS MELOTTO	10	100 X	5,7641

RUA	IRMAOS MELOTTO	10	200 X	5,7641
RUA	ISMAEL SAORIN	8	200 X	9,9912
RUA	IVETE VESCOVI DRESHMER	8	1200 X	9,9912
RUA	IVO LANG	11	175 X	4,6113
RUA	IVO LUIZ FANTIN	10	100 X	5,7641
RUA	IVO ROSTIROLLA	12	80 X	3,4584
RUA	IVO ROSTIROLLA	11	500 X	4,6113
RUA	JACANA	7	270 X	13,4497
RUA	JACANA	7	430 X	13,4497
AVN	JACINTO FORLIN	7	500 X	13,4497
AVN	JACINTO FORLIN	7	560 X	13,4497
AVN	JACINTO FORLIN	5	640 X	26,8994
AVN	JACINTO FORLIN	5	720 X	26,8994
AVN	JACINTO FORLIN	5	780 X	26,8994
AVN	JACINTO FORLIN	5	820 X	26,8994
AVN	JACINTO FORLIN	5	850 X	26,8994
AVN	JACINTO FORLIN	5	880 X	26,8994
RUA	JACOB GAIO	7	150 X	13,4497
RUA	JACOB GAIO	7	250 X	13,4497
RUA	JACOB GAIO	7	400 X	13,4497
RUA	JACOB GAIO	10	550 X	5,7641
RUA	JACOB GAIO	10	700 X	5,7641
RUA	JACOB GAIO	10	750 X	5,7641
RUA	JACQUES VACCHI	8	50 X	9,9912
RUA	JACQUES VACCHI	8	200 E	9,9912
RUA	JACQUES VACCHI	8	300 E	9,9912
RUA	JACQUES VACCHI	8	350 X	9,9912
RUA	JACQUES VACCHI	9	400 X	7,3012
RUA	JADIR A DALLE CORT	12	220 X	3,4584
RUA	JOACABA	10	80 X	5,7641
RUA	JOAO BATISTA GAIO	10	250 X	5,7641
RUA	JOAO BOGONI	11	230 X	4,6113
RUA	JOAO CARLOS TRENTIN	8	150 X	9,9912
RUA	JOAO CASAGRANDE	8	300 X	9,9912
RUA	JOAO CASAGRANDE	7	370 X	13,4497
RUA	JOAO CONTINI	8	100 X	9,9912
RUA	JOAO CONTINI	8	350 D	9,9912
RUA	JOAO CONTINI	8	500 E	9,9912
RUA	JOAO CONTINI	8	700 X	9,9912
RUA	JOAO CONTINI	8	750 D	9,9912
RUA	JOAO CONTINI	8	900 X	9,9912
RUA	JOAO CONTINI	8	1100 E	9,9912
RUA	JOAO DEGENHARDT	12	50 X	3,4584
RUA	JOAO FAVERO	6	120 X	18,4453
RUA	JOAO FERLIN SOBRINHO	7	100 X	13,4497
RUA	JOAO FERLIN SOBRINHO	7	150 X	13,4497
RUA	JOAO FERLIN SOBRINHO	7	220 X	13,4497
RUA	JOAO MACHIENAVIE	7	300 X	13,4497
RUA	JOAO MARIO CASTILHOS	7	200 X	13,4497
RUA	JOAO MENA CARDOSO	12	120 X	3,4584

RUA	JOAO NARDI	10	250 X	5,7641
RUA	JOÃO NELSON ANTUNES	9	450 D	7,3012
RUA	JOAO NOVELO	8	150 X	9,9912
RUA	JOAO NOVELO	8	250 X	9,9912
RUA	JOAO NOVELO	8	400 X	9,9912
RUA	JOAO NOVELO	8	500 X	9,9912
RUA	JOAO PELISSARO	6	100 X	18,4453
RUA	JOAO RIBEIRO DE DEUS	12	120 X	3,4584
RUA	JOAO STRADIOTTO	12	1000 X	3,4584
RUA	JOAO ZARDO	8	100 E	9,9912
RUA	JOAO ZARDO	8	350 D	9,9912
RUA	JOAO ZARDO	8	400 X	9,9912
RUA	JOAO ZARDO	8	450 X	9,9912
RUA	JOAO ZARDO	8	600 X	9,9912
RUA	JOAO ZARDO	8	800 E	9,9912
RUA	JOAO ZARDO	8	900 D	9,9912
RUA	JOAO ZARDO	10	1200 E	5,7641
RUA	JOAO ZARDO	10	1300 D	5,7641
RUA	JOAO ZARDO	10	1500 X	5,7641
RUA	JOAO ZARDO	10	2000 E	5,7641
RUA	JOAO ZARDO	10	2300 X	5,7641
RUA	JOAO ZITTERELL	12	100 X	3,4584
RUA	JOAQUIM MOREIRA DOS SANTOS	9	100 X	7,3012
RUA	JOAQUIM MOREIRA DOS SANTOS	6	200 X	18,4453
RUA	JOAQUIM PEREIRA FARIAS	8	200 X	9,9912
RUA	JOAQUIM PEREIRA FARIAS	8	400 X	9,9912
RUA	JORGE CLAUDIO LIMA	11	100 X	4,6113
RUA	JORGE HERGERT	12	350 X	3,4584
RUA	JOSE A BARONCELO	7	100 X	13,4497
RUA	JOSE ANCIUTTI	7	150 X	13,4497
RUA	JOSE BOITEUX	7	80 X	13,4497
RUA	JOSE BOITEUX	7	200 X	13,4497
RUA	JOSE BOITEUX	7	350 X	13,4497
RUA	JOSE BOITEUX	8	550 X	9,9912
RUA	JOSE BOITEUX	8	650 X	9,9912
RUA	JOSE BONALDO	8	80 X	9,9912
RUA	JOSE BONALDO	8	150 X	9,9912
RUA	JOSE BONALDO	9	350 X	7,3012
RUA	JOSE CARLOS TRENTIN	8	150 X	9,9912
RUA	JOSE CHAVES	10	100 X	5,7641
RUA	JOSE DAL PIZZOL	10	100 X	5,7641
RUA	JOSE DAL PIZZOL	10	300 X	5,7641
RUA	JOSE DAL PIZZOL	10	550 X	5,7641
RUA	JOSE DAL PIZZOL	10	700 X	5,7641
RUA	JOSE DAL PIZZOL ACESSO PARTIC.	11	100 X	4,6113
RUA	JOSE DOMINGOS FRANCO	7	50 X	13,4497
RUA	JOSE DOMINGOS FRANCO	7	100 D	13,4497
RUA	JOSE DOMINGOS FRANCO	7	250 X	13,4497

RUA	JOSE DORO	7	100 X	13,4497
RUA	JOSE DORO	7	200 X	13,4497
RUA	JOSE DORO	7	300 X	13,4497
RUA	JOSE FEITEN JUNIOR	9	47 X	7,3012
RUA	JOSE FERLIN	12	1000 X	3,4584
RUA	JOSE FERREIRA DA SILVA	9	180 X	7,3012
RUA	JOSE FORMIGHIERI	5	200 X	26,8994
RUA	JOSE FORMIGHIERI	5	400 X	26,8994
RUA	JOSE FORMIGHIERI	5	500 X	26,8994
RUA	JOSE LAZZARI	8	100 X	9,9912
RUA	JOSE LAZZARI	8	200 X	9,9912
RUA	JOSE MENDES DOS SANTOS	11	130 X	4,6113
RUA	JOSE OLIVOTTO	10	50 X	5,7641
RUA	JOSE PETRI	6	50 X	18,4453
RUA	JOSE PETRI	8	100 X	9,9912
RUA	JOSE PETRI	8	150 X	9,9912
RUA	JOSE PETRI	8	200 X	9,9912
RUA	JOSE SAVIAN	10	100 X	5,7641
ESC	JOSE ZANON	9	100 X	7,3012
RUA	JOSEFINA HENN	6	200 X	18,4453
RUA	JOSEFINA HENN	6	400 X	18,4453
RUA	JOSEFINA HENN	9	470 X	7,3012
RUA	JOSEFINA HENN	9	580 X	7,3012
RUA	JOSEFINA SOMMER	10	100 X	5,7641
RUA	JOSEFINA SOMMER	10	200 X	5,7641
RUA	JULIETA BIDUSCHI	6	80 X	18,4453
RUA	JULIETA BIDUSCHI	6	150 X	18,4453
RUA	JULIO DAL PIZZOL	8	100 X	9,9912
RUA	JULIO DAL PIZZOL	8	200 X	9,9912
RUA	JULIO MAYER	6	150 X	18,4453
RUA	JULIO ROSTIROLLA	9	250 X	7,3012
RUA	JUVELINO PIRES CURUCA	8	80 X	9,9912
RUA	JUVELINO PIRES CURUCA	8	150 X	9,9912
RUA	JUVELINO PIRES CURUCA	8	230 E	9,9912
RUA	JUVELINO PIRES CURUCA	7	230 X	13,4497
AVN	KROEFF	10	230 X	5,7641
AVN	KROEFF	10	350 X	5,7641
AVN	KROEFF	10	4500 X	5,7641
AVN	LAGES	12	2000 X	3,4584
RUA	LAGOA DAS LAGRIMAS	9	70 X	7,3012
RUA	LAGOA DAS LAGRIMAS	9	150 X	7,3012
RUA	LAURO MULLER	3	150 X	50,7246
RUA	LAURO MULLER	3	250 E	50,7246
RUA	LAURO MULLER	3	350 X	50,7246
RUA	LAURO MULLER	3	450 D	50,7246
RUA	LAURO MULLER	3	500 X	50,7246
RUA	LAURO WEISHEIMER	10	500 X	5,7641
RUA	LEBON REGIS	12	800 X	3,4584
RUA	LEO ZIERATZKI	6	200 X	18,4453
RUA	LEOBERTO LEAL	8	50 E	9,9912

RUA	LEOBERTO LEAL	8	100 D	9,9912
RUA	LEOBERTO LEAL	8	150 E	9,9912
RUA	LEOBERTO LEAL	9	200 D	7,3012
RUA	LEOBERTO LEAL	9	250 X	7,3012
RUA	LEONEL DE MOURA BRIZZOLA	11	100 X	4,6113
RUA	LIMEIRA	9	100 X	7,3012
RUA	LINDOIA	9	100 X	7,3012
RUA	LINO VALENTINI	12	80 X	3,4584
RUA	LINO VALENTINI	12	200 X	3,4584
RUA	LOURDES	12	500 X	3,4584
DIS	LOURDES	13	5000 X	2,1214
RUA	LORENÇO CLAUDIO FERLIN	7	450 X	13,4497
RUA	LUCILA APARECIDA A. RIBEIRO	12	300 X	3,4584
RUA	LUIS ABITANTE	9	400 X	7,3012
RUA	LUIS SCHULER	6	50 X	18,4453
RUA	LUIS SCHULER	6	110 X	18,4453
RUA	LUIS SCHULER	6	160 X	18,4453
RUA	LUIZ ANTONIO MORGAN	12	180 X	3,4584
RUA	LUIZ ARGENTA	7	50 X	13,4497
RUA	LUIZ ARGENTA	8	100 X	9,9912
RUA	LUIZ ARGENTA	8	250 X	9,9912
RUA	LUIZ ARGENTA	8	320 X	9,9912
RUA	LUIZ ARGENTA	10	500 X	5,7641
RUA	LUIZ ARGENTA	10	700 X	5,7641
RUA	LUIZ ARGENTA	10	900 X	5,7641
RUA	LUIZ ARGENTA	10	1200 X	5,7641
RUA	LUIZ ARGENTA	10	1600 X	5,7641
RUA	LUIZ BOM	8	250 X	9,9912
RUA	LUIZ CARLOS MACHIE NAVIE	10	100 X	5,7641
RUA	LUIZ FERLIN SENIOR	3	100 X	50,7246
RUA	LUIZ FERLIN SENIOR	5	200 X	26,8994
RUA	LUIZ LOCATELLI	9	105 D	7,3012
RUA	LUIZ MELO PEREIRA	11	100 X	4,6113
RUA	LUIZ MEZAROA	12	320 X	3,4584
RUA	LUIZ STRAPAZZON	9	400 E	7,3012
RUA	LUIZ VIECELLI	9	500 X	7,3012
RUA	LUIZ VIECELLI	9	1000 X	7,3012
RUA	LUIZ VIECELLI	12	3100 X	3,4584
RUA	MADALENA ROSTIROLLA	12	200 X	3,4584
RUA	MADRE PAULINA	10	100 X	5,7641
RUA	MANOEL ROQUE	3	60 X	50,7246
RUA	MANOEL ROQUE	3	200 X	50,7246
RUA	MANOEL ROQUE	3	300 X	50,7246
RUA	MAR NEGRO	12	100 X	3,4584
SER	MARABA	11	130 X	4,6113
RUA	MARANHAO	9	50 X	7,3012
RUA	MARANHAO	9	100 E	7,3012
RUA	MARANHAO	9	150 E	7,3012
RUA	MARANHAO	9	230 X	7,3012

RUA	MARCULINO BRUNETTA	11	200 X	4,6113
RUA	MARECHAL FLORIANO PEIXOTO	4	250 X	38,4277
RUA	MARECHAL FLORIANO PEIXOTO	4	400 X	38,4277
RUA	MARECHAL FLORIANO PEIXOTO	3	450 E	50,7246
RUA	MARECHAL FLORIANO PEIXOTO	3	550 X	50,7246
RUA	MARECHAL FLORIANO PEIXOTO	3	700 X	50,7246
RUA	MARECHAL FLORIANO PEIXOTO	3	900 X	50,7246
RUA	MARECHAL FLORIANO PEIXOTO	4	1100 X	38,4277
RUA	MARECHAL FLORIANO PEIXOTO	8	1200 X	9,9912
RUA	MARECHAL FLORIANO PEIXOTO	9	1400 E	7,3012
RUA	MARECHAL FLORIANO PEIXOTO	9	1500 D	7,3012
RUA	MARECHAL FLORIANO PEIXOTO	9	1600 X	7,3012
RUA	MARECHAL FLORIANO PEIXOTO	9	1800 X	7,3012
AVN	MARGINAL SUL	9	1500 X	7,3012
RUA	MARIA DALAZEN	12	50 X	3,4584
RUA	MARIA DALAZEN	12	100 X	3,4584
RUA	MARIA DALAZEN	12	200 X	3,4584
RUA	MARIA DALAZEN	12	260 X	3,4584
RUA	MARIA DALAZEN	12	300 X	3,4584
RUA	MARIA DALAZEN	12	450 X	3,4584
RUA	MARIA ELVIRA RIBEIRO	11	100 X	4,6113
RUA	MARIA GRAZZIOTIN	4	80 X	38,4277
RUA	MARIA GRAZZIOTIN	4	150 X	38,4277
RUA	MARIA INEZ ZILIO	9	100 X	7,3012
RUA	MARIA INEZ ZILIO	9	160 X	7,3012
RUA	MARIA INEZ ZILIO	9	300 X	7,3012
RUA	MARIA LOCATELLI PAESE	10	200 X	5,7641
RUA	MARIA TITTON	8	200 X	9,9912
RUA	MARIA VANZ	12	750 X	3,4584
RUA	MARIO PORTO LOPES	12	400 X	3,4584
RUA	MARIO PORTO LOPES	12	600 X	3,4584
RUA	MARTINA ROSA GONZATTI BARONCELLO	12	280 X	3,4584
AVN	MATO GROSSO	9	70 X	7,3012
AVN	MATO GROSSO	9	120 X	7,3012
AVN	MATO GROSSO	9	170 X	7,3012
AVN	MATO GROSSO	9	220 X	7,3012
AVN	MATO GROSSO	9	270 X	7,3012
AVN	MATO GROSSO	9	300 X	7,3012
RUA	MAURIEN AMARANTE	12	250 X	3,4584
RUA	MAX ENZ	6	120 X	18,4453
RUA	MAXIMINO FERLIN	7	250 X	13,4497
RUA	MAXIMO SANTINI	10	200 X	5,7641
RUA	MEXICO	12	50 X	3,4584



RUA	MEXICO	12	100 X	3,4584
RUA	MIGUEL JACOB	8	110 X	9,9912
RUA	MINAS GERAIS	9	140 X	7,3012
RUA	MINAS GERAIS	9	260 X	7,3012
RUA	MIRIAN SANTANA	12	100 X	3,4584
RUA	MORRO DA FUMACA	12	50 X	3,4584
RUA	MORRO DA FUMACA	12	200 X	3,4584
EST	MUNIC LINHA SCUSSIATTO	7	800 X	13,4497
ROD	MUNIC 429 VDA/SEDE ETEL-VINA	12	450 X	3,4584
ROD	MUNICIPAL JOSE GHELLER	12	1300 X	3,4584
RUA	N SENHORA DE LOURDES	9	150 X	7,3012
RUA	N SENHORA DE LOURDES	9	250 X	7,3012
RUA	N SENHORA DE LOURDES	9	400 X	7,3012
RUA	NELSIRO CAREGNATO	12	200 X	3,4584
RUA	NESTOR FERNANDES	3	75 D	50,7246
RUA	NICOLAU CAVON	2	350 X	69,1699
RUA	NICOLAU CAVON	2	500 X	69,1699
RUA	NICOLAU CAVON	5	600 X	26,8994
RUA	NICOLAU CAVON	9	700 X	7,3012
SER	NILTON ALANO	5	100 X	26,8994
RUA	Nº 01 - LOT. MUHLBRANDT	9	450 X	7,3012
RUA	Nº 01 - LOTEAMENTO HORT	9	160 E	7,3012
RUA	Nº 01 - LOTEAMENTO HORT	9	200 X	7,3012
RUA	Nº 01 LOTEAMENTO CENCI	12	100 X	3,4584
RUA	Nº 01 LOTEAMENTO OFICINA	12	1000 D	3,4584
RUA	Nº 02 - LOT. MUHLBRANDT	9	450 X	7,3012
RUA	Nº 02 - LOTEAMENTO HORT	9	160 E	7,3012
RUA	Nº 02 - LOTEAMENTO HORT	9	200 X	7,3012
RUA	NOSSA SENHORA DA SAUDE	12	400 X	3,4584
RUA	ONELIO ANTONIO DALLPOSSO	9	550 X	7,3012
TVA	ORESTES NOVELO	10	80 X	5,7641
TVA	ORESTES NOVELO	10	200 X	5,7641
RUA	OSWALDO CRUZ	2	100 X	69,1699
RUA	OSWALDO CRUZ	2	200 X	69,1699
RUA	OSWALDO CRUZ	5	450 X	26,8994
RUA	OSWALDO CRUZ	7	600 D	13,4497
RUA	OSWALDO CRUZ	7	700 E	13,4497
RUA	OSWALDO CRUZ	7	800 X	13,4497
RUA	OSWALDO CRUZ	7	900 X	13,4497
RUA	OTAVIO FRANCISCO SCHNEIDER	10	100 X	5,7641
RUA	OTILIA KROEFF	12	70 D	3,4584
RUA	OTILIA KROEFF	12	80 E	3,4584
RUA	OTTO KOELLER	7	100 X	13,4497
RUA	OTTO KOELLER	7	200 X	13,4497
RUA	PACIFICO	12	100 X	3,4584
RUA	PADRE ANCHIETA	2	100 X	69,1699
RUA	PADRE ANCHIETA	3	200 X	50,7246
RUA	PADRE ANCHIETA	3	300 X	50,7246
RUA	PADRE ANCHIETA	3	500 X	50,7246

RUA	PADRE ANCHIETA	3	700 X	50,7246
RUA	PADRE ANCHIETA	4	850 X	38,4277
RUA	PADRE ANCHIETA	4	1100 X	38,4277
RUA	PADRE ANCHIETA	4	1300 X	38,4277
RUA	PADRE FIDELIS	3	200 X	50,7246
RUA	PADRE SALVATORIANOS	6	80 E	18,4453
RUA	PADRE SALVATORIANOS	6	200 X	18,4453
RUA	PAESE	8	200 X	9,9912
RUA	PAESE	8	400 X	9,9912
RUA	PAESE	8	600 X	9,9912
RUA	PARA	9	20 D	7,3012
RUA	PARA	9	70 D	7,3012
RUA	PARA	9	120 X	7,3012
RUA	PARA	9	170 D	7,3012
RUA	PARA	9	230 X	7,3012
RUA	PARA	9	280 D	7,3012
RUA	PARA	9	330 X	7,3012
RUA	PARA	9	400 X	7,3012
RUA	PARAGUACU PEREIRA DE SOUZA	8	200 X	9,9912
RUA	PARANA	10	80 X	5,7641
RUA	PARANA	10	150 X	5,7641
RUA	PAULO ERMINIO CANANI	9	120 X	7,3012
RUA	PAULO FIORAVANTE PENSO	9	200 X	7,3012
RUA	PAULO FIORAVANTE PENSO	9	400 X	7,3012
RUA	PAULO GHELLER	5	200 X	26,8994
RUA	PAULO OGLIARI	7	150 X	13,4497
RUA	PAULO OGLIARI	7	300 X	13,4497
RUA	PAULO OGLIARI	10	500 X	5,7641
RUA	PAULO OGLIARI	10	600 X	5,7641
RUA	PAULO RICARDO SCOPEL	8	150 X	9,9912
RUA	PEDRINHO MAURINA	10	150 X	5,7641
RUA	PEDRO ANDREAZZA	1	200 X	92,2266
RUA	PEDRO DAL PIZZOL SENIOR	9	50 E	7,3012
RUA	PEDRO DAL PIZZOL SENIOR	9	80 X	7,3012
RUA	PEDRO DAL PIZZOL SENIOR	9	100 X	7,3012
RUA	PEDRO DAL PIZZOL SENIOR	9	200 X	7,3012
RUA	PEDRO GAIO	3	80 X	50,7246
RUA	PEDRO GAIO	3	200 X	50,7246
RUA	PEDRO GAIO	3	280 X	50,7246
RUA	PEDRO GIANELLO	11	200 X	4,6113
RUA	PEDRO GRAZZIOTIN	12	100 X	3,4584
RUA	PEDRO LIRA	10	300 X	5,7641
RUA	PERIMETRAL NORTE	9	210 X	7,3012
RUA	PERNAMBUCO	9	180 X	7,3012
RUA	PIERINA BROLESE	6	300 X	18,4453
RUA	PINHEIROS	7	50 X	13,4497
RUA	PINHEIROS	9	100 X	7,3012
RUA	PINHEIROS	9	150 X	7,3012
RUA	PINHEIROS	9	220 X	7,3012

RUA	PINHEIROS	9	400 X	7,3012
RUA	PORTO ALEGRE	12	400 X	3,4584
RUA	PREFEITO CESAR AUGUSTO FILHO	8	130 X	9,9912
RUA	PREFEITO CESAR AUGUSTO FILHO	8	300 X	9,9912
RUA	PREFEITO CESAR AUGUSTO FILHO	8	450 X	9,9912
RUA	PREFEITO CESAR AUGUSTO FILHO	8	600 D	9,9912
RUA	PREFEITO CESAR AUGUSTO FILHO	8	650 E	9,9912
RUA	PREFEITO CESAR AUGUSTO FILHO	8	750 X	9,9912
RUA	PREFEITO CESAR AUGUSTO FILHO	8	1200 X	9,9912
RUA	PREFEITO CESAR AUGUSTO FILHO	8	1500 X	9,9912
RUA	PRESIDENTE C BRANCO	12	100 D	3,4584
RUA	PRESIDENTE C BRANCO	12	500 X	3,4584
RUA	PRIMAVERA	10	100 X	5,7641
RUA	PRIMAVERA	10	250 X	5,7641
RUA	PRIMAVERA	10	350 X	5,7641
RUA	PRINCESA ISABEL	9	50 X	7,3012
RUA	PRINCESA ISABEL	9	120 X	7,3012
RUA	PRINCESA ISABEL	9	180 X	7,3012
RUA	PROF JOAQUIM AMARANTE	12	1050 X	3,4584
RUA	PROJ. I -VINHEDO VELHO ANTONIO	8	90 X	9,9912
RUA	PROJETADA	11	360 X	4,6113
RUA	PROJETADA A - LOT. SANTI	7	150 X	13,4497
RUA	PROJETADA B - LOT. SANTI	7	65 X	13,4497
RUA	QUERINO SCHULER	9	150 X	7,3012
RUA	QUERINO SCHULER	9	300 X	7,3012
RUA	QUERINO SCHULER	9	400 X	7,3012
RUA	RAIMUNDO GRAZZIOTIN	8	150 X	9,9912
RUA	RAIMUNDO GRAZZIOTIN	8	250 X	9,9912
RUA	RAIMUNDO GRAZZIOTIN	8	350 D	9,9912
RUA	RAIMUNDO GRAZZIOTIN	8	400 X	9,9912
RUA	RAIMUNDO GRAZZIOTIN	9	500 X	7,3012
RUA	RECIFE	12	250 D	3,4584
RUA	RENATO P GOMES	4	600 X	38,4277
RUA	RIBEIRAO PRETO	9	200 X	7,3012
RUA	RICARDO BRANDALISE	9	120 X	7,3012
RUA	RICARDO BRANDALISE	9	280 X	7,3012
RUA	RICARDO BRANDALISE	9	450 X	7,3012
RUA	RICARDO BRANDALISE	9	550 X	7,3012
RUA	RICARDO BRANDALISE	9	700 X	7,3012
RUA	RICARDO DEMENECK	9	500 X	7,3012
RUA	RICIERI SAUGO	9	150 X	7,3012
RUA	RIO CLARO	9	200 X	7,3012
RUA	RIO DE JANEIRO	9	70 X	7,3012
RUA	RIO DE JANEIRO	9	230 X	7,3012
RUA	RIO GRANDE DO SUL	9	120 X	7,3012

RUA	RIO GRANDE DO SUL	9	130 X	7,3012
RUA	RIO GRANDE DO SUL	9	190 E	7,3012
RUA	RIO GRANDE DO SUL	9	270 X	7,3012
RUA	RIO GRANDE DO SUL	9	300 X	7,3012
RUA	RODOLFO LANG	11	100 X	4,6113
RUA	RODOLFO REINALDO SKALEE	11	400 X	4,6113
RUA	ROSA L GAIO	8	250 X	9,9912
RUA	ROSA PAGNOCELLI	9	70 X	7,3012
RUA	ROSALENE BOGONI	11	160 X	4,6113
RUA	ROSALIO BOGONI	11	400 X	4,6113
RUA	ROSARIO	10	100 X	5,7641
RUA	ROSARIO	10	250 X	5,7641
RUA	ROUXINOL	7	200 X	13,4497
RUA	RUTIER ANKOSKI	12	150 X	3,4584
RUA	SABIA	7	180 X	13,4497
RUA	SABINA ZINI PASQUAL	12	200 X	3,4584
RUA	SALVADOR AGOSTINHO SALVADOR	8	200 X	9,9912
RUA	SANTA CATARINA	3	100 X	50,7246
RUA	SANTA ISABEL	11	140 X	4,6113
RUA	SANTA MARIA	12	250 X	3,4584
RUA	SANTA MARIA	12	350 X	3,4584
RUA	SANTA MARIA	12	500 D	3,4584
RUA	SANTA MARIA	12	600 X	3,4584
RUA	SANTA RECH DEMARTINI	12	600 X	3,4584
RUA	SANTOS DUMONT	9	200 X	7,3012
RUA	SANTOS DUMONT	9	400 X	7,3012
RUA	SAO FRANCISCO DE ASSIS	9	200 X	7,3012
RUA	SAO FRANCISCO DE ASSIS	9	450 X	7,3012
RUA	SAO JOSE	9	80 X	7,3012
RUA	SAO JOSE	9	150 X	7,3012
RUA	SAO JOSE	9	200 X	7,3012
RUA	SAO PAULO	9	100 X	7,3012
RUA	SAO PAULO	9	250 X	7,3012
RUA	SAO PAULO	9	280 X	7,3012
SER	SAO PEDRO	11	50 X	4,6113
RUA	SAO VICENTE	9	150 X	7,3012
RUA	SAUL BRANDALISE	1	200 X	92,2266
RUA	SAUL BRANDALISE	1	350 X	92,2266
RUA	SAUL BRANDALISE	1	450 E	92,2266
RUA	SAUL BRANDALISE	2	500 X	69,1699
RUA	SAUL BRANDALISE	2	600 X	69,1699
RUA	SAUL BRANDALISE	2	750 X	69,1699
RUA	SAUL BRANDALISE	3	900 X	50,7246
RUA	SAUL BRANDALISE	3	1050 X	50,7246
RUA	SAUL BRANDALISE	3	1200 D	50,7246
RUA	SAUL BRANDALISE	3	1300 X	50,7246
RUA	SAUL BRANDALISE	3	1500 X	50,7246
RUA	SAUL BRANDALISE	3	1700 X	50,7246
ROD	SC 303	10	150 X	5,7641

ROD	SC 303	10	200 X	5,7641
ROD	SC 303	10	350 X	5,7641
ROD	SC 303	10	3500 X	5,7641
ROD	SC 303	10	4200 X	5,7641
ROD	SC 303	10	4600 X	5,7641
ROD	SC 303	10	5000 X	5,7641
ROD	SC 453	10	1000 X	5,7641
ROD	SC 453	10	1500 E	5,7641
ROD	SC 453	10	1750 D	5,7641
ROD	SC 453	10	2000 E	5,7641
ROD	SC 453	10	2150 E	5,7641
ROD	SC 453	10	2300 X	5,7641
ROD	SC 453	8	2500 D	9,9912
ROD	SC 453	8	2600 E	9,9912
ROD	SC 453	8	2900 E	9,9912
ROD	SC 453	8	3000 D	9,9912
ROD	SC 453	8	3100 E	9,9912
ROD	SC 453	4	3300 X	38,4277
ROD	SC 453	11	4000 X	4,6113
ROD	SC 453 VID-IOMER ACESSO SECUND	12	1200 X	3,4584
ROD	SC 460 VIDEIRA ANTA GORDA	13	20000 X	2,2114
RUA	SEBASTIAO CORDEIRO GONCALVES	10	200 X	5,7641
RUA	SEBASTIAO RIBEIRO DE DEUS	12	2000 X	3,4584
RUA	SEFERINO FAVERO	8	200 X	9,9912
RUA	SEFERINO FAVERO	8	400 X	9,9912
RUA	SEVERINO VITORIO PAESE	8	350 X	9,9912
RUA	SEM SAIDA	8	200 X	9,9912
RUA	SEM SAIDA - JARDIM VENEZA	12	100 X	3,4584
RUA	SEM SAIDA - JARDIM VENEZA	12	200 X	3,4584
RUA	SEM SAIDA - JARDIM VENEZA	12	250 X	3,4584
RUA	SEM SAIDA - JARDIM VENEZA	12	400 X	3,4584
RUA	SERAFIN FURTADO TEDESCO	12	250 X	3,4584
RUA	SERGIO ALBIERO	9	250 X	7,3012
AV	SERGIO BOM	8	400 X	9,9912
AV	SERGIO BOM	7	600 X	13,4497
AV	SERGIO BOM	7	800 X	13,4497
RUA	SERGIPE	9	50 X	7,3012
RUA	SERGIPE	9	150 X	7,3012
RUA	SERRA NEGRA	9	200 X	7,3012
RUA	SETEMBRINO COMUNELLO	12	250 X	3,4584
RUA	SEVERINO JOSE PASQUAL	8	200 X	9,9912
RUA	SEVERINO JOSE PASQUAL	8	600 E	9,9912
RUA	SEVERINO JOSE PASQUAL	8	700 X	9,9912
RUA	SEVERINO JOSE PASQUAL	8	800 E	9,9912
RUA	SEVERINO JOSE PASQUAL	8	1000 E	9,9912
RUA	SEVERINO JOSE PASQUAL	8	1200 X	9,9912
RUA	SEVERINO JOSE PASQUAL	8	1500 E	9,9912
RUA	SEVERINO JOSE PASQUAL	8	1600 X	9,9912
RUA	SEVERINO JOSE PASQUAL	9	1700 E	7,3012

RUA	SEVERINO JOSE PASQUAL	9	2000 E	7,3012
RUA	SEZARIO DOMINGUES DE SOUZA	9	72 X	7,3012
RUA	SILDA TRENTA CANEVER	9	170 E	7,3012
RUA	SILDA TRENTA CANEVER	9	300 D	7,3012
RUA	SILDA TRENTA CANEVER	10	300 E	5,7641
RUA	SILVESTRE ANTONIO FANTIN	11	100 X	4,6113
RUA	SIMÃO BELLOZUPKO	12	100 X	3,4584
RUA	SIMÃO BELLOZUPKO	12	300 X	3,4584
RUA	SIMÃO BELLOZUPKO	12	550 X	3,4584
RUA	SONIA KROFF ANTUNES	12	80 X	3,4584
RUA	SONIA KROFF ANTUNES	12	180 X	3,4584
RUA	SONIA KROFF ANTUNES	12	250 X	3,4584
RUA	SONIA KROFF ANTUNES	12	400 X	3,4584
RUA	SONIA KROFF ANTUNES	12	500 X	3,4584
RUA	STRAPAZZON	12	50 X	3,4584
RUA	STRAPAZZON	12	200 X	3,4584
RUA	STRAPAZZON	12	400 X	3,4584
RUA	TAIO	9	200 X	7,3012
RUA	TANGARA	11	50 X	4,6113
RUA	TANGARA	11	100 X	4,6113
RUA	TANGARA	11	150 X	4,6113
RUA	TARGINO ANTUNES ABRAO	9	90 X	7,3012
RUA	TEREZA BERTO DORO	12	200 X	3,4584
RUA	TEREZINHA SCOPEL RUI	9	170 X	7,3012
RUA	THEODORO TURKOT	8	75 X	9,9912
RUA	TIRADENTES	8	250 X	9,9912
AVN	TREZE TILIAS	12	1000 X	3,4584
RUA	URBANO ZIMMERMANN	9	300 X	7,3012
RUA	URUSSANGA	8	50 X	9,9912
RUA	URUSSANGA	8	200 X	9,9912
RUA	URUSSANGA	8	350 X	9,9912
RUA	VALDECIR PITTOL	7	120 X	13,4497
RUA	VALDEMINO FRANCISCO MORESCO	11	300 X	4,6113
RUA	VALDIR GUEDES DE FREITAS	11	240 X	4,6113
RUA	VALDOMIRO SCUSSIATTO	7	80 X	13,4497
RUA	VALDOMIRO SCUSSIATTO	7	180 X	13,4497
RUA	VALDOMIRO SCUSSIATTO	7	300 X	13,4497
RUA	VALINHOS	9	200 X	7,3012
RUA	VALTER PEREIRA DIAS	12	100 X	3,4584
EST	VELHA VIDEIRA-FRAIBURGO-LOT. SITA	12	1200 X	3,4584
RUA	VENERIANO DOS PASSOS	3	80 X	50,7246
RUA	VENERIANO DOS PASSOS	3	180 D	50,7246
RUA	VENERIANO DOS PASSOS	3	400 X	50,7246
RUA	VENERIANO DOS PASSOS	3	500 X	50,7246
RUA	VENERIANO DOS PASSOS	3	600 X	50,7246
RUA	VER. LUIZ DE SOUZA PINTO	12	50 X	3,4584
RUA	VER. LUIZ DE SOUZA PINTO	12	100 X	3,4584
RUA	VER. LUIZ DE SOUZA PINTO	12	150 X	3,4584

RUA	VER. LUIZ DE SOUZA PINTO	12	250 X	3,4584
RUA	VER. LUIZ GOLIN	4	100 E	38,4277
RUA	VER. MIGUEL LOPES DA SILVA	12	200 X	3,4584
RUA	VER. MIGUEL LOPES DA SILVA	12	300 X	3,4584
RUA	VER. PEDRO E. COMELLI	10	200 X	5,7641
RUA	VER. PEDRO E. COMELLI	10	300 X	5,7641
RUA	VER. PEDRO E. COMELLI	10	400 X	5,7641
RUA	VER. PEDRO E. COMELLI	10	500 X	5,7641
TVA	VER. PEDRO PONZONI	10	150 X	5,7641
RUA	VERDE	11	100 X	4,6113
RUA	VEREADOR ADOLFO F. GROTH	10	100 X	5,7641
RUA	VEREADOR ABEL ABATTI	9	100 X	7,3012
RUA	VEREADOR AFONSO LETTI	11	250 X	4,6113
RUA	VEREADOR ALBERTO GELAIN	10	150 X	5,7641
TVA	VEREADOR ALBINO NICOLAU SCHMIT	11	100 X	4,6113
RUA	VEREADOR ALBINO SECCHI	12	500 X	3,4584
RUA	VEREADOR ALFREDO ODILON T RIBAS	12	200 X	3,4584
RUA	VEREADOR ANTONIO BREDAS	12	180 X	3,4584
RUA	VEREADOR ANTONIO CERBATO	10	100 X	5,7641
RUA	VEREADOR ANTONIO MARIA-NO ZARDO	12	100 X	3,4584
RUA	VEREADOR DANTE MARTORANO	11	300 X	4,6113
RUA	VEREADOR DINO MARAFON	11	150 X	4,6113
RUA	VEREADOR DORE	8	100 X	9,9912
RUA	VEREADOR DORE	8	200 X	9,9912
RUA	VEREADOR DORE	8	280 X	9,9912
RUA	VEREADOR DORE	8	350 X	9,9912
RUA	VEREADOR ETELVINO BASSO	11	200 X	4,6113
RUA	VEREADOR GUALTIERO R. PICCOLI	11	300 X	4,6113
RUA	VEREADOR HEINRICH ARNDT	11	200 X	4,6113
RUA	VEREADOR HERMINIO DE BORGAS	11	150 X	4,6113
RUA	VEREADOR JOAO D. CANTU	12	100 X	3,4584
RUA	VEREADOR JOAO D. CANTU	12	250 X	3,4584
RUA	VEREADOR JOAO D. CANTU	12	350 X	3,4584
RUA	VEREADOR JOAO D. CANTU	12	450 X	3,4584
RUA	VEREADOR JOAO D. CANTU	12	550 X	3,4584
RUA	VEREADOR JOAO D. CANTU	12	600 X	3,4584
RUA	VEREADOR JOAO D. CANTU	12	650 X	3,4584
RUA	VEREADOR JOSE GRASSI	10	150 D	5,7641
RUA	VEREADOR JOSE GRAZZIOTIN	10	100 D	5,7641
RUA	VEREADOR JOSE SERIGHELLI	10	150 D	5,7641
RUA	VEREADOR LUIZ FERLIN	7	460 X	13,4497
RUA	VEREADOR LUIZ VAZ DE ASSIS	9	500 X	7,3012
RUA	VEREADOR OSVALDO HEUSI	10	200 X	5,7641
RUA	VEREADOR OSVALDO HEUSI	10	250 X	5,7641
RUA	VEREADOR SERAFIN FERRO-NATO	12	200 X	3,4584
RUA	VERGILIO CASTOLDI	11	130 X	4,6113

RUA	VERINO COLLE	9	200 X	7,3012
RUA	VICENTE FERNANDES	12	50 X	3,4584
RUA	VICENTE FERNANDES	12	100 X	3,4584
RUA	VICENTE FERNANDES	12	500 X	3,4584
RUA	VICTOR MEIRELLES	3	100 X	50,7246
RUA	VICTOR MEIRELLES	3	200 X	50,7246
RUA	VICTOR MEIRELLES	3	400 X	50,7246
RUA	VICTOR MEIRELLES	3	520 X	50,7246
RUA	VICTOR MEIRELLES	4	650 X	38,4277
RUA	VICTOR MEIRELLES	4	850 X	38,4277
RUA	VICTOR MEIRELLES	4	1000 X	38,4277
RUA	VICTOR MEIRELLES	4	1150 X	38,4277
RUA	VICTORIO NAVARINI	12	1200 X	3,4584
EST	VIDEIRA- SANTA BARBARA	10	5000 E	5,7641
RUA	VIGARIO LOURENCO	7	100 X	13,4497
RUA	VIGARIO LOURENCO	7	180 X	13,4497
RUA	VIGARIO LOURENCO	7	250 X	13,4497
RUA	VIGARIO LOURENCO	7	320 X	13,4497
RUA	VIGARIO LOURENCO	7	360 X	13,4497
RUA	VINICIUS DE MORAIS	5	40 X	26,8994
RUA	VINICIUS DE MORAIS	5	80 X	26,8994
RUA	VIRGINIA BRUSCHI	10	450 X	5,7641
RUA	VISTA ALEGRE	10	50 X	5,7641
RUA	VISTA ALEGRE	10	150 X	5,7641
RUA	VITALINA ANTUNES LYRA	11	115 X	4,6113
RUA	VITALINA ANTUNES LYRA	12	230 X	3,4584
RUA	VITORIA	1	50 X	92,2266
RUA	VITORIO ANGELO GREGOLON	12	1000 X	3,4584
RUA	VITORIO DE MARCO	9	200 X	7,3012
AVN	WALDEMAR KLEINUBING	10	250 X	5,7641
AVN	WALDEMAR KLEINUBING	10	450 D	5,7641
ESC	WILLIBALDO ROHREGGER	8	100 X	9,9912
RUA	WILMAR CALDART	8	200 X	9,9912
RUA	WILMAR GEROLINO ARGENTON	8	200 X	9,9912
RUA	WILMAR GRAZZIOTIN	12	150 E	3,4584
RUA	WILMAR GRAZZIOTIN	12	1000 X	3,4584
RUA	WILSON MACEDO	7	100 X	13,4497
RUA	WILSON MACEDO	7	200 X	13,4497
RUA	XV DE NOVENBRO	4	100 D	38,4277
RUA	XV DE NOVENBRO	1	150 D	92,2266
RUA	XV DE NOVENBRO	1	200 E	92,2266
RUA	XV DE NOVENBRO	1	300 X	92,2266
RUA	XV DE NOVENBRO	1	450 X	92,2266
RUA	XV DE NOVENBRO	2	600 D	69,1699
RUA	XV DE NOVENBRO	2	700 E	69,1699
RUA	XV DE NOVENBRO	2	900 X	69,1699
RUA	XV DE NOVENBRO	4	1300 X	38,4277
RUA	XV DE NOVENBRO	7	1400 X	13,4497
RUA	XV DE NOVENBRO	12	1600 X	3,4584



RUA	XV DE NOVEMBRO	7	1800 E	13,4497
RUA	ZUIR DE OLIVEIRA	12	130 X	3,4584

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2011, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 20 de dezembro de 2010.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 20 dias do mês de dezembro de 2.010.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL  
Secretário de Administração

### **Lei Nº 2.465/10**

LEI Nº 2465/10, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a Firmar Convênio, através do Fundo Municipal de Assistência Social, com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA,  
Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a firmar Convênio, através do Fundo Municipal de Assistência Social, com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, nos termos da minuta de convênio anexa e que faz parte da presente Lei.

Art. 2º O objeto do presente convênio é a cooperação financeira do Município para a manutenção da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE.

Art. 3º Caberá ao Município o repasse anual de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) a serem pagos parceladamente, no decorrer do exercício de 2.011.

Parágrafo Único - O repasse fica condicionado à apresentação das Certidões Negativas de Débito Federal, Estadual, Municipal, FGTS, e INSS.

Art. 4º A prestação de contas referente ao repasse deverá ser realizada no prazo de 30 (trinta) dias e deverá constar, além dos previstos na Lei nº 4320/64, os seguintes documentos:

- I - Balancete da Prestação de Contas devidamente preenchido, datado e assinado pelo responsável;
- II - Documentos comprobatórios das despesas realizadas (notas fiscais) corretamente preenchidas e sem rasuras, com data de emissão compreendendo da data do recebimento do recurso até a data limite para a prestação de contas;
- III - Extrato bancário da conta especial, onde conste o depósito do recurso recebido e toda a sua movimentação;
- IV - Declaração do responsável, em cada documento de despesas, certificando que o material foi recebido ou o serviço prestado;
- V - Declaração passada pelo ordenador da despesa que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos.

Art. 5º As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta de dotação específica do Orçamento Municipal de 2011.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei

nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2011.

Videira, 20 de dezembro de 2010.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 20 dias do mês de dezembro de 2.010.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL  
Secretário de Administração

MINUTA DE CONVÊNIO  
LEI Nº 2465/10

Convênio que entre si celebram o MUNICÍPIO DE VIDEIRA, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS, pessoa jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa na Avenida Manoel Roque, nº 188, nesta cidade de Videira, SC, CNPJ nº 83.039.842/0002-65, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Senhor WILMAR CARELLI, e ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, entidade sem fins lucrativos, filantrópica, com sede na Rua Brasil Correa, nº 620, na cidade de Videira/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 82.829.284/0001-98, neste ato representada por seu Presidente, visando a colaboração financeira do Município.

Aos dias do mês de de , o MUNICÍPIO DE VIDEIRA e ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE resolvem, nos termos da Lei nº 2465/10, celebrar o presente Convênio em conformidade com as cláusulas e condições seguintes:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Constitui objeto do presente instrumento a cooperação dos convenientes para proporcionar aos portadores de deficiência, física ou mental, melhoria de qualidade de vida e garantia de respeito aos Direitos Humanos.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA**

- I- divulgar o presente Convênio em conformidade com a forma de atendimento, uso e finalidade a que se destina;
- II- repassar o valor de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) aprovado pela Lei autorizativa do presente convênio.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA APAE**

- I- colaborar com o Município na área social, amparando os portadores de necessidades educo-especiais;
- II- conscientizar a comunidade do seu papel na proteção dos portadores de deficiências;
- III- oferecer aos alunos programas de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Serviço de Atendimento ao Dependente, Serviço de Atendimento Operacional, Oficinas Pedagógicas e de Produção;
- IV- proporcionar aos portadores de deficiência condições para que tenham:
  - a) crescimento pessoal com atendimento educacional, social, psicológico, fonoaudiológico, fisioterápico, transporte, material didático e pedagógico;
  - b) alimentação adequada;
  - c) controle de doenças e tratamento das mesmas;
  - d) manutenção e limpeza da piscina térmica, a qual oferece o serviço de hidroterapia;
  - e) assistência médica e dentária;
  - f) orientação e controle da higiene;



- g) controle de vacinação;
- h) recreação e exercícios físicos;
- i) incentivo aos trabalhos manuais.

V - prestar contas, à Prefeitura, de todos os valores recebidos em até 30 (trinta) dias após o recebimento, sendo que, o prazo máximo para a prestação de contas da última parcela será até o dia 15 do mês de dezembro de 2011.

VI - Apresentar com a prestação de contas cópia, das guias de recolhimento de impostos e contribuições retidos, conforme legislação vigente, referente aos pagamentos efetuados com os recursos transferidos pelo Município.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS REPASSADOS

I - Os recursos repassados, conforme previsto no inciso II da Cláusula Segunda do presente convênio, poderão ser empregados desde que para atendimento das obrigações constantes da Cláusula Terceira do mesmo diploma legal, para:

a) aquisição de materiais de consumo (didático, esportivo, alimentação, limpeza, higiene, vestuário, combustível, etc);

b) pagamento de serviços eventuais de terceiros (pintura, reboco, consertos na rede elétrica e hidráulica, piso, serviço de transporte, etc) excluído pagamento de salários a funcionários públicos;

c) pagamento de serviços de terceiros para atendimento educacional, social, psicológico, fonoaudiólogo, fisioterápico entre outros congêneres.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

O presente convênio entra em vigor na data da publicação da Lei que o ampara e terá validade até 31 de dezembro de 2011, podendo ser prorrogado entre as partes, sucessivamente por igual período, podendo ser rescindido a qualquer época por mútuo acordo ou por descumprimento das obrigações nele estabelecidas, independentemente de interpelação judicial.

#### CLÁUSULA SEXTA - DO FORO DE ELEIÇÃO

As partes elegem o Foro da Comarca de Videira, Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas que venham a surgir por força do presente Convênio.

E, por assim, haverem concordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Convênio, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em três vias na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Videira, de de .

MUNICÍPIO DE VIDEIRA ASS. PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal Presidente

#### TESTEMUNHAS:

NOME: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

NOME: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

#### Lei Nº 2.466/10

LEI Nº 2.466/10, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a Firmar Convênio com a Rede Videirense de Combate ao Câncer, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a firmar Convênio com a Rede Videirense de Combate ao Câncer, nos termos da minuta anexa e que faz parte integrante desta Lei.

Art. 2º O objeto do presente convênio é a cooperação financeira do Município para a manutenção e a consecução dos objetivos sociais da referida Entidade.

Art. 3º A participação do Município consistirá no repasse anual de até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) a serem pagos parceladamente, no decorrer do presente exercício.

Parágrafo Único - O repasse fica condicionado à apresentação das Certidões Negativas de Débito Federal, Estadual, Municipal, FGTS, e INSS.

Art. 4º A prestação de contas referente ao repasse deverá ser realizada no prazo de 30 (trinta) dias e deverá constar, além dos previstos na Lei nº 4320/64, os seguintes documentos:

I - Balancete da Prestação de Contas devidamente preenchido, datado e assinado pelo responsável;

II - Documentos comprobatórios das despesas realizadas (notas fiscais) corretamente preenchidas e sem rasuras, com data de emissão compreendendo da data do recebimento do recurso até a data limite para a prestação de contas;

III - Extrato bancário da conta especial, onde conste o depósito do recurso recebido e toda a sua movimentação;

IV - Declaração do responsável, em cada documento de despesas, certificando que o material foi recebido ou o serviço prestado;

V - Declaração passada pelo ordenador da despesa que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos.

Art. 5º As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta de dotação específica do Orçamento Municipal de 2011.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2011.

Videira, 20 de dezembro de 2010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 20 dias do mês de dezembro de 2010.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

MINUTA DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO

LEI Nº 2.466/10

Convênio que entre si celebram o MUNICÍPIO DE VIDEIRA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa na Avenida Manoel Roque, nº 188, nesta cidade de Videira, SC, inscrita no CNPJ sob o nº 83.039.842/0001-84, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Senhor WILMAR CARELLI, e REDE

VIDEIRENSE DE COMBATE AO CÂNCER, entidade sem fins lucrativos, declarada de Utilidade Pública pela Lei Municipal nº 1.330/04, com sede na cidade de Videira, SC, inscrita no CNPJ sob o nº 04.296.936/0001-62, neste ato representada por seu Presidente, visando a colaboração financeira do Município.

Aos dias do mês de de , o MUNICÍPIO DE VIDEIRA e a REDE VIDEIRENSE DE COMBATE AO CÂNCER resolvem, nos termos da Lei nº 2.466/10, celebrar o presente Convênio em conformidade com as cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente instrumento a cooperação financeira do Município para a manutenção e a consecução dos objetivos sociais da Rede Videirense de Combate ao Câncer.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA

I - divulgar o presente Convênio em conformidade com a forma de atendimento, uso e finalidade a que se destina;  
II - repassar o valor de até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) aprovado pela Lei autorizativa do presente convênio;

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA REDE VIDEIRENSE DE COMBATE AO CÂNCER

I - coordenar, no âmbito do território municipal, as atividades privadas de combate ao câncer;  
II - desenvolver programas de combate ao câncer;  
III - apoiar ações governamentais que visem à promoção da saúde e, em especial, o combate ao câncer;  
IV - incentivar o trabalho voluntário para a recuperação e bem-estar do doente portador do câncer;  
V - prestar contas, à Prefeitura, de todos os valores recebidos em até 30 (trinta) dias após o recebimento, sendo que, o prazo máximo para a prestação de contas da última parcela será até o dia 15 do mês de dezembro de 2011.  
VI - Apresentar com a prestação de contas cópia, das guias de recolhimento de impostos e contribuições retidos, conforme legislação vigente, referente aos pagamentos efetuados com os recursos transferidos pelo Município.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

O presente convênio entra em vigor na data da publicação da Lei que o ampara e terá validade até 31 de dezembro de 2011, podendo ser prorrogado entre as partes, sucessivamente por igual período, podendo ainda ser rescindido a qualquer época por mútuo acordo ou por descumprimento das obrigações nele estabelecidas, independentemente de interpelação judicial.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO FORO DE ELEIÇÃO

As partes elegem o Foro da Comarca de Videira Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas que venham a surgir por força do presente convênio.

E, por assim, haverem concordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Convênio, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em três vias na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Videira, de de .

MUNICÍPIO DE VIDEIRA REDE VIDEIRENSE COMBATE AO CÂNCER  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal Presidente

TESTEMUNHAS:

NOME: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

NOME: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

#### Lei Nº 2.467/10

LEI Nº 2.467/10, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a Firmar Convênio, através do Fundo Municipal da Assistência Social - FMAS, com a Associação de Amparo ao Pequeno Trabalhador de Videira, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA,  
Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a firmar Convênio, através do Fundo Municipal da Assistência Social - FMAS, com a Associação de Amparo ao Pequeno Trabalhador de Videira, nos termos da minuta anexa e que faz parte integrante desta Lei.

Art. 2º O objeto do presente convênio é a cooperação financeira do Município para a manutenção e a consecução dos objetivos sociais da referida Associação.

Art. 3º A participação do Município consistirá no repasse anual de até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) a serem pagos parceladamente, no decorrer do exercício de 2.011.

Parágrafo Único - O repasse fica condicionado à apresentação das Certidões Negativas de Débito Federal, Estadual, Municipal, FGTS, e INSS.

Art. 4º A prestação de contas referente ao repasse deverá ser realizada no prazo de 30 (trinta) dias e deverá constar, além dos previstos na Lei nº 4320/64, os seguintes documentos:

I - Balancete da Prestação de Contas devidamente preenchido, datado e assinado pelo responsável;  
II - Documentos comprobatórios das despesas realizadas (notas fiscais) corretamente preenchidas e sem rasuras, com data de emissão compreendendo da data do recebimento do recurso até a data limite para a prestação de contas;  
III - Extrato bancário da conta especial, onde conste o depósito do recurso recebido e toda a sua movimentação;  
IV - Declaração do responsável, em cada documento de despesas, certificando que o material foi recebido ou o serviço prestado;  
V - Declaração passada pelo ordenador da despesa que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos.

Art. 5º As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta de dotação específica do Orçamento Municipal de 2011.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2011.

Videira, 20 de dezembro de 2010.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 20 dias do mês de dezembro de 2.010.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL  
Secretário de Administração

**MINUTA DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO  
LEI Nº 2.467/10**

Convênio que entre si celebram o MUNICÍPIO DE VIDEIRA, através do FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS, pessoa jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa na Avenida Manoel Roque, nº 188, nesta cidade de Videira, SC, inscrita no CNPJ sob o nº 83.039.842/0002-65, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Senhor WILMAR CARELLI, e ASSOCIAÇÃO DE AMPARO AO PEQUENO TRABALHADOR DE VIDEIRA, entidade sem fins lucrativos, declarada de Utilidade Pública pela Lei Municipal nº 104/89, com sede na Rua Lauro Muller, 288, na cidade de Videira, SC, CNPJ nº 78511201/0001-40, neste ato representada por seu Presidente, visando a colaboração financeira do Município.

Aos \_\_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, o MUNICÍPIO DE VIDEIRA, através do FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, e ASSOCIAÇÃO DE AMPARO AO PEQUENO TRABALHADOR DE VIDEIRA resolvem, nos termos da Lei nº \_\_\_\_\_, celebrar o presente Convênio em conformidade com as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Constitui objeto do presente instrumento a cooperação dos convenientes para a manutenção e a consecução dos objetivos sociais da Associação de Amparo ao Pequeno Trabalhador de Videira.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA**

- I- divulgar o presente Convênio em conformidade com a forma de atendimento, uso e finalidade a que se destina;
- II- repassar, mensalmente, até o 15º dia do mês subsequente ao da competência, os valores previstos em Lei;
- III- repassar o valor de até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) aprovado pela Lei autorizativa do presente convênio.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA ASSOCIAÇÃO DE AMPARO AO PEQUENO TRABALHADOR**

- I - oferecer atendimento individualizado e grupal ao adolescente, buscando a mudança de atitudes;
- II - prevenir a marginalidade de adolescentes, através de atividades sócio educativas, que lhes garantam alguma renda;
- III - incentivar a educação;
- IV - afastar crianças, jovens e adolescentes das ruas, das drogas e de qualquer outro tipo de vício;
- V - oportunizar a satisfação das necessidades básicas como: alimentos, saúde, educação, profissionalização, lazer e segurança;
- VI - preparar o adolescente para o trabalho de forma participativa, consciente e responsável;
- VII - oferecer condições para que o adolescente, ao atingir 18 anos, possa ingressar no mercado de trabalho;
- VIII - destinar, total ou parcialmente, os recursos provenientes deste convênio, para o pagamento aos adolescentes que fazem parte dos projetos sócio-educativos e profissionalizantes da Associação de Amparo ao Pequeno Trabalhador;
- IX - prover para a Casa Lar, conforme sua necessidade, alimentos, produtos de higiene e limpeza, medicamentos e atendimentos especiais às crianças abrigadas;
- X - prestar contas, à Prefeitura, de todos os valores recebidos, em até 30 (trinta) dias após o recebimento, sendo que, o prazo máximo para a prestação de contas da última parcela será até o dia 15 do mês de dezembro de 2011;
- XI - apresentar com a prestação de contas, cópia das guias de recolhimento de impostos e contribuições retidos, conforme legislação vigente, referente aos pagamentos efetuados com os recursos transferidos pelo Município.

**CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO E DA VIGÊNCIA**

O presente convênio entra em vigor na data da publicação da Lei

que o ampara e terá validade até 31 de dezembro de 2011, podendo ser prorrogado entre as partes, sucessivamente por igual período, podendo ainda ser rescindido a qualquer época por mútuo acordo ou por descumprimento das obrigações nele estabelecidas, independentemente de interpelação judicial.

**CLÁUSULA QUINTA - DO FORO DE ELEIÇÃO**

As partes elegem o Foro da Comarca de Videira, Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas que venham a surgir por força do presente convênio.

E, por assim, haverem concordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Convênio, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em três vias na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Videira, de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

MUNICÍPIO DE VIDEIRA ASS. AMPARO PEQ. TRAB. DE VIDEIRA  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal Presidente

**TESTEMUNHAS:**

NOME: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

NOME: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

**Decreto Nº 9.602/10**

DECRETO Nº 9.602/10 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 2.248/09 de 10 de dezembro de 2009.

**DECRETA**

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 132.000,00 (Cento e trinta e dois mil reais), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

03 - Secretaria Municipal de Administração  
02 - Encargos Especiais  
2.017 - Amortização e Encargos da Dívida  
3.2.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 132.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 132.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do excesso de arrecadação do exercício de 2010.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 21 de dezembro de 2010.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de dezembro de 2010.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

**Portaria Nº 1.303/10**

PORTARIA nº 1303/10

Converte, para efeito de aposentadoria, o período de Licença Prêmio proporcional, não gozado, de Servidor Público que especifica

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no caput do art. 106, do Estatuto do Servidor Público Municipal (Lei Complementar nº 007/97) e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 4990/10,

**RESOLVE**

Converter, para efeito de aposentadoria, o período não gozado de Licença Prêmio proporcional de 04 (quatro) anos, 03 (três) meses e 29 (vinte e nove) dias da servidora ANITA LAURITA MEISTERLIN, Agente de Serviços Técnicos Administrativos II - CE-02, o qual será computado em dobro, totalizando 156 (cento e cinquenta e seis) dias, os quais correspondem ao período compreendido entre 1º/03/1990 a 30/06/1994, em obediência ao caput do artigo 106 da Lei 007/97.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 14 de outubro de 2010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de outubro de 2010.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

**Portaria Nº 1452/10**

PORTARIA nº 1452/10

Concede Adicional de Aperfeiçoamento Funcional

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar Municipal nº 057/07, de 26 de dezembro de 2007, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 5601/2010,

**RESOLVE**

Conceder Adicional de Aperfeiçoamento Funcional à servidora SUZANA APARECIDA BARONCELLO, Professor de Ensino Fundamental - Séries Iniciais - 1ª a 4ª séries, nível E-PE-MAG-I, a partir de 1º de janeiro de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2011.

Videira, 17 de dezembro de 2010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de dezembro de 2010.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

**Portaria Nº 1453/10**

PORTARIA Nº 1.453/10

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00078/10-9, nos assentos funcionais da servidora SELENIR SALETE PRATTO FRANCIO detentora da matrícula funcional nº 1348 e do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Técnicos Administrativos II, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 5820/10,

**RESOLVE**

Art.1º Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais da servidora, SELENIR SALETE PRATTO FRANCIO, detentora da matrícula nº 1348 e do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Técnicos Administrativos II, a Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00078/10-9, para fins de concessão de aposentadoria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 20 de dezembro de 2010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 20 dias do mês de dezembro de 2010.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

**Portaria Nº 1454/10**

PORTARIA nº 1.454/10

Converte, para efeito de aposentadoria, o período de Licença Prêmio proporcional, não gozado, de Servidor Público que especifica

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no caput do art. 106 do Estatuto do Servidor Público Municipal (Lei Complementar nº 007/97) e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 5813/10,

**RESOLVE**

Converter, para efeito de aposentadoria, o período não gozado de Licença Prêmio proporcional de 4 (quatro) anos, 2 (dois) meses e 28 (vinte e oito) dias da servidora SILVANA DOS SANTOS PEREIRA SPANHOLI, Agente Serviços Técnicos Administrativos II CE07, o qual será computado em dobro, totalizando 153 (cento e cinquenta e três) dias, os quais correspondem ao período compreendido entre 1º.04.90 a 30.06.94, em obediência ao caput do artigo 106 da Lei 007/97.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 20 de dezembro de 2010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 20 dias do mês de dezembro de 2010.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração



**Portaria Nº 1455/10**

PORTARIA nº 1455/10

Concede Licença Prêmio

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 102 do Estatuto dos Servidores Públicos e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 5822/10,

**RESOLVE**

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a CIRIO MARQUES, Agente de Serviços Gerais I, CE02, de 02 de fevereiro de 2011 até 02 de maio de 2011, referente ao quinquênio de 1º de julho de 2004 até 30 de junho de 2009.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 02 de fevereiro de 2011.

Videira, 20 de dezembro de 2010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 20 dias do mês de dezembro de 2010.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

**Portaria Nº 1456/10**

PORTARIA nº 1456/10

Concede Adicional de Aperfeiçoamento Funcional

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar Municipal nº 057/07, de 26 de dezembro de 2007, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 5691/10,

**RESOLVE**

Conceder Adicional de Aperfeiçoamento Funcional à servidora TATIANA SUELI BACK, Psicóloga, nível E-PE-ANS-I, a partir de 1º de janeiro de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2011.

Videira, 20 de dezembro de 2010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 20 dias do mês de dezembro de 2010.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

**PR 01/2011 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2011 - FMS

REGISTRO DE PREÇO

O Prefeito Municipal torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 01/2011. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA

AQUISIÇÃO FUTURA DE 72 UNIDADES DE CESTAS BÁSICAS PARA DISTRIBUIÇÃO AOS SERVIDORES MUNICIPAIS DA SECRETARIA DE SAÚDE, PARA OS MESES DE JANEIRO, FEVEREIRO, MARÇO, ABRIL, MAIO E JUNHO DE 2011, COM A COMPOSIÇÃO CONFORME DECRETO Nº 8.053 DE 02 DE JULHO DE 2004. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 14:00 horas do dia 06 de Janeiro de 2011, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 14:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br) ou no Departamento de Licitações, no horário das 12:30 às 18:30. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012.

Videira/SC, 21 de Dezembro de 2010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

**PR 01/2011 - PMV**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2011 - PMV

REGISTRO DE PREÇO

O Prefeito Municipal torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 01/2011. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE 630 UNIDADES DE CESTAS BÁSICAS PARA DISTRIBUIÇÃO AOS SERVIDORES MUNICIPAIS, PARA OS MESES DE JANEIRO, FEVEREIRO, MARÇO, ABRIL, MAIO E JUNHO DE 2011, COM A COMPOSIÇÃO CONFORME DECRETO Nº 8.053 DE 02 DE JULHO DE 2004. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 15:00 horas do dia 06 de Janeiro de 2011, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 15:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br) ou no Departamento de Licitações, no horário das 12:30 às 18:30. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012.

Videira/SC, 21 de Dezembro de 2010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal



**GABARITO PRELIMINAR - PROCESSO SELETIVO 011/2010 - EDU**

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA  
PROCESSO SELETIVO 011/2010



INSTITUTO O BARRIGA VERDE

**GABARITO PRELIMINAR****NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO****CARGO 01 – AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	B	A	D	C	A	E	B	D	C	A	B	D	E	C	B	A	E	D	C
21	22	23	24	25															
E	B	E	A	D															

**NÍVEL SUPERIOR COMPLETO****CARGO 02 – ESPECIALISTA EDUCACIONAL**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	A	E	D	C	C	A	B	D	B	C	E	A	D	E	B	A	E	C	D
21	22	23	24	25															
E	A	B	C	D															

**CARGO 03 – BIBLIOTECÁRIO**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	A	E	D	C	C	A	A	D	B	A	D	E	C	B	C	D	E	A	D
21	22	23	24	25															
E	C	B	A	D															

**NÍVEL SUPERIOR COMPLETO****CARGO 04 E 05 – EDUCAÇÃO INFANTIL DE 0 A 5 ANOS HABILITADO E NÃO HABILITADO**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	A	E	D	C	C	A	A	D	B	A	C	D	B	E	D	A	C	B	E
21	22	23	24	25															
C	D	B	E	A															

**CARGO 06 E 07 – ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES INICIAIS 1º AO 5º ANO HABILITADO E NÃO HABILITADO**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	A	E	D	C	C	A	A	D	B	B	A	D	E	A	B	C	D	D	E
21	22	23	24	25															
A	B	E	E	A															

**CARGO 08 E 09 – LÍNGUA PORTUGUESA SÉRIES FINAIS 6º AO 9º ANO HABILITADO E NÃO HABILITADO**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	A	E	D	C	C	A	A	D	B	D	A	B	C	B	E	C	A	E	B
21	22	23	24	25															
D	C	C	E	D															



PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA  
PROCESSO SELETIVO 011/2010



INSTITUTO O BARRIGA VERDE

**CARGO 10 E 11 – MATEMÁTICA SÉRIES FINAIS 6º AO 9º ANO HABILITADO E NÃO HABILITADO**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	A	E	D	C	C	A	A	D	B	D	E	A	B	C	C	E	B	A	D
21	22	23	24	25															
C	B	D	A	D															

**CARGO 12 E 13 – EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL ED. FÍSICA – HAB. E NÃO HABILITADO**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	A	E	D	C	C	A	A	D	B	C	D	E	A	A	B	D	E	B	C
21	22	23	24	25															
D	B	E	D	E															

**CARGO 14 E 15 – CIÊNCIAS SÉRIES FINAIS 6º AO 9º ANO HABILITADO E NÃO HABILITADO**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	A	E	D	C	C	A	A	D	B	C	D	A	B	B	D	E	B	E	C
21	22	23	24	25															
A	D	C	E	B															

**CARGO 16 E 17 – INGLÊS SÉRIES FINAIS 6º AO 9º ANO HABILITADO E NÃO HABILITADO**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	A	E	D	C	C	A	A	D	B	C	D	E	B	A	C	D	C	B	E
21	22	23	24	25															
C	B	A	E	D															

**CARGO 18 E 19 – GEOGRAFIA SÉRIES FINAIS 6º AO 9º ANO HABILITADO E NÃO HABILITADO**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	A	E	D	C	C	A	A	D	B	A	D	B	A	C	D	B	E	E	C
21	22	23	24	25															
C	E	A	D	D															

**CARGO 20 E 21 – HISTÓRIA SÉRIES FINAIS 6º ANO 9º ANO HABILITADO E NÃO HABILITADO**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	A	E	D	C	C	A	A	D	B	A	B	C	A	E	D	C	A	D	A
21	22	23	24	25															
A	C	E	E	B															

**CARGO 22 E 23 – ENSINO RELIGIOSO SÉRIES FINAIS 6º AO 9º ANO HABILITADO E NÃO HABILITADO**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	A	E	D	C	C	A	A	D	B	D	A	C	E	B	D	A	C	E	B
21	22	23	24	25															
A	C	D	E	B															



PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA  
PROCESSO SELETIVO 011/2010



INSTITUTO O BARRIGA VERDE

**CARGO 24 E 25 ARTES SÉRIES FINAIS 6º ANO 9º ANO HABILITADO E NÃO HABILITADO**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	A	E	D	C	C	A	A	D	B	C	D	B	A	E	B	C	A	E	C
21	22	23	24	25															
C	A	E	D	E															

## Associações

### AMURES

#### Ata de Assembleia Geral de Prefeitos do Dia 14 de Dezembro de 2010

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DE PREFEITOS DO DIA 14 DE DEZEMBRO DE 2010

Aos quatorze dias do mês de dezembro, com início às dez horas, na sede da Pousada Rural do SESC reuniram-se os prefeitos da AMURES, para as seguintes deliberações: Apresentação do Relatório de Atividades e Prestação de Contas da AMURES 2010; Eleição da Diretoria da AMURES e Conselho Fiscal; Eleição da Diretoria do CIS-AMURES e Conselho Fiscal; Eleição da Diretoria do CISAMA e Conselho Fiscal; Dando início aos trabalhos o Secretário Gilsoni convidou para compor a mesa o Presidente da AMURES, Senhor Janerson José Delfes Furtado, Senhor Luiz Paulo Farias, Presidente do CIS-AMURES, o Presidente do CISAMA, Senhor Antônio Coelho Lopes Júnior, o Dr. Nelson Serpa, Assessor Jurídico da AMURES e futuro Procurador do Estado de Santa Catarina. O Secretário passou a palavra ao Presidente Janerson. O Presidente saudou a todos e agradeceu pela presença. O Presidente do CISAMA saudou a todos e parabenizou o Dr. Nelson Serpa pelo cargo que irá assumir. O Presidente Luiz Paulo Farias também saudou a todos e parabenizou o Dr. Nelson Serpa. Cumprimentou os Prefeitos e as primeiras Damas presentes e desejou a todos um bom trabalho. O Secretário Gilsoni agradeceu a presença dos Presidentes, dos Prefeitos e também das primeiras damas. Gilsoni falou que a ata da assembleia anterior estava na pasta dos prefeitos e que foi encaminhada por e-mail e que se estiver de acordo, dispensa a leitura da mesma, dando por aprovada, disse também que o material do CISAMA está na pasta, todos aprovaram. Gilsoni apresentou o demonstrativo do gráfico da evolução das transferências constitucionais - ICMS e também do FPM, informou que os gráficos estão nas pastas também. O Secretário leu a pauta desta assembleia. Apresentou algumas atividades em destaque em 2010, relatadas no relatório, entregue um exemplar para cada Prefeito. Informou que foram 270 realizações e participações em eventos, 320 expedientes, 3.000 e-mails, quatro viagens conjuntas a Brasília, audiências com Governadores, Ministros, Deputados, juízes, Desembargadores e Conselheiros do Tribunal de Contas, entre outras, em fim, foi apresentado as principais atividades de cada setor da AMURES. Gilsoni apresentou também a evolução das despesas e receitas de janeiro a outubro de 2010 da AMURES, informou as maiores variações das despesas. As maiores variações foram em março, quando ocorreu o Encontro da Mulher Serrana e Posse da Presidência, em abril quando houve a viagem dos Prefeitos a Brasília, com jantar, houve também o pagamento de três INSS e em agosto foi o final da Copa AMURES, com premiação e parcela da consultoria sobre o plano de cargos dos professores e também a contrapartida do CODETER. Foi apresentado um comparativo da receita de 2009/2010 e que havia um déficit em 2009, mas que agora já estava devidamente em dia. Informou que o balanço e o acumulado das finanças estavam na pasta dos prefeitos para análise. Informou ainda o repasse dos municípios até o mês de outubro. O Secretário disse que estava para apreciação o relatório e também as contas da AMURES. O Presidente manifestou-se e colocou em votação a aprovação. Foi aprovado por todos. O Secretário informou que as pastas contendo o detalhamento de todas as movimentações estavam a disposição no local da reunião e também na AMURES para apreciação dos prefeitos a qualquer tempo. O Secretário passou a palavra ao Dr. Nelson Serpa para que fizesse suas considerações. Dr. Serpa saudou a todos e disse que por mais de dez anos foi muito bom trabalhar com os prefeitos e também o carinho dos funcionários da Associação. Disse que a AMURES tem muitas

conquistas, falou da importância do Consórcio do Saneamento Básico, também o Funterra, prestigiou o Prefeito Rivaldi Macari por ter sido o precursor dos assuntos do meio ambiente na AMURES. Agradeceu a colaboração de todos e disse que o governo terá desafios para ser resgatado e que aceitou o convite para ajudar principalmente a região serrana. Afirmou que na sua nova função, seu gabinete estará com as portas abertas para os prefeitos, os auxiliares e todos que precisaram, em prol da região serrana. O Presidente agradeceu ao Dr. Nelson Serpa e presenteou-o com uma cesta. Foi convidado o Dr. Serpa para tirar uma foto com todos os prefeitos. Gilsoni agradeceu a presença do dr. Serpa. Em seguida foi chamado a Senhora Nalú para que falasse sobre o consórcio. A Senhora Nalú apresentou o orçamento para 2011. Disse que o conselho fiscal já havia examinado as contas e também alguns prefeitos, disse que precisa ser aprovado o orçamento. Foi aprovado o orçamento do CIS-AMURES para 2011. Foi apresentado também um quadro da prestação de contas de janeiro a outubro de 2010, falou sobre os investimentos que foram feitos em 2010. Nalú perguntou se algum prefeito tinha alguma dúvida, nenhum se manifestou. Disse que esses dados estão na pasta dos prefeitos. Disse que se algum prefeito tiver dúvidas, os documentos estão à disposição de todos para esclarecimentos. Foi colocado em votação. Todos aprovaram. Foi apresentando também o total de consultas realizadas em 2010, o total de exames de 01 de janeiro a 31 de novembro de 2011, apresentou o número de consultas realizadas e número de prestadores. A Prefeita Marta de Bocaina fez um comentário sobre as consultas, disse que os PSFs estão funcionando nos municípios, analisando o número de consultas realizadas pelo consórcio de saúde. A Coordenadora disse que trará para o próximo ano relatórios fechados até o final do exercício. Nalú disse que é preciso aprovar em assembleia que o presidente possa ficar responsável solidário, inclusive perante as assinaturas das movimentações bancárias, até a posse da nova diretoria em fevereiro. Fez um apelo aos prefeitos para que colocassem em dia as dívidas para com o consórcio. Nalú agradeceu o apoio e a parceria de todos e desejou um feliz natal e próspero ano novo. O Presidente do Consórcio manifestou-se reforçando que todos conseguissem colocar em dia todas as pendências. Disse que há uma possibilidade de um novo local, uma nova estrutura para a sede do consórcio, pois o espaço está pequeno para a grande demanda. Disse que na parte da tarde visitarão esta nova estrutura e depois convidarão os prefeitos para conhecerem. O Presidente agradeceu pelo apoio de todos os prefeitos e também a Nalú e ao pessoal do consórcio, agradeceu pela oportunidade. Desejou um Feliz Natal a todos. Em seguida o Presidente do CISAMA, Antônio Coelho Lopes Júnior, Prefeito de Capão Alto, agradeceu a todos os prefeitos pelo apoio, aos funcionários da AMURES e também ao Dr. Nelson Serpa que assessorou a AMURES na criação deste CISAMA. Agradeceu a Senhora Lúcia e ao Selênio que ajudaram a instituir o consórcio. Agradeceu aos funcionários das prefeituras que e também as Câmaras de Vereadores que fizeram e aprovaram as leis necessárias. Parabenizou ao Prefeito Macari por ter sido um dos principais prefeitos que deu maior ênfase ao Meio Ambiente na AMURES. Falou sobre algumas conquistas do CISAMA. Agradeceu a confiança de todos os Prefeitos. Agradeceu a oportunidade e desejou um feliz natal a todos. O secretário Gilsoni disse que o próximo item da pauta será as eleições. Gilsoni perguntou sobre a posse das novas presidências, se poderão ser em fevereiro, ficando a atual diretoria até fevereiro, assim a exemplo do CIS-AMURES as possibilidades de assinaturas bancárias da AMURES e do CISAMA, além do FUNCERRA serão feitas pela atual diretoria até a posse da nova diretoria. Gilsoni disse que a reunião é fechada para que os prefeitos pudessem compor a chapa livremente e na medida do possível buscar uma chapa consensual. Gilsoni falou sobre os cargos. Gil passou sobre a discussão das chapas. O Presidente da AMURES disse que primeiro seria a eleição da diretoria da AMURES, perguntou se já teria alguma chapa formada. O Prefeito Melo de Bom Retiro pediu a palavra. Dr. Melo perguntou se em 2011 as questões da saúde são importantes para

a AMURES? Se sim, coloca seu nome a disposição para a presidência da AMURES. O Prefeito Luiz Paulo Farias pediu a palavra, disse que o Dr. Melo além de ser médico é profundo conhecedor da saúde. Falou que seria importante dar oportunidade para os vices-presidentes das entidades. O Prefeito Amarildo Gaio de Urupema, também se manifestou dizendo que em outra assembléia ficou acordado que o próximo presidente seria da regional de São Joaquim, mas que não disputaria cargo com nenhum prefeito, colocou seu nome a disposição e que também os prefeitos que ainda não foram presidentes poderiam ter a oportunidade, disse que concorda que a saúde é muito importante, colocou seu nome a disposição, mas não está aqui para disputar eleição. O Prefeito Vânio de Correia Pinto também se manifestou dizendo que se coloca a disposição dos Prefeitos para a presidência da AMURES. Disse que é importante a continuação dos trabalhos suprapartidários, que é muito importante terem alguém da base aliada do Governo do Estado, colocou também seu nome a disposição. O Prefeito Rivaldo Macari de Bom Jardim pediu a palavra. Disse que há bastante prefeitos na disputa, disse que todos os assuntos são importantes, saúde. Falou sobre o Corredor da Vida Silvestre e dos Campos de Altitude, assuntos esses resolvidos pela Ministra Dilma Rousseff, comentou sobre as perspectivas de desenvolvimento da região serrana, disse que a nova presidência da FECAM será de nossa região, parabenizou a AMURES, dizendo que a Associação foi muito mais eficiente que a própria FECAM, solicitou ao novo presidente da FECAM, Antônio Coelho Lopes Júnior para que leve os anseios ambientais da região para a Federação de Municípios. O Prefeito Macari disse que o município de Bom Jardim da Serra nunca foi Presidente da AMURES, disse que não irá reivindicar esse cargo, disse que Bom Jardim abra mão desse cargo, pois o seu município ficou em terceiro lugar na região na eleição do Governo do Estado. Disse que é preciso ter bons relacionamentos com os Governos e que é preciso entrar em consenso, disse que todos os prefeitos possuem méritos para ocupar a presidência da AMURES. Sugeriu o Prefeito Melo de Bom Retiro para o Consórcio de Saúde da AMURES, O Prefeito Bota falou sobre o Funsera, disse que este mecanismo foi criado para vir recursos para os municípios. O Prefeito de São Joaquim, Senhor Nérito manifestou-se também e lembrou da eleição passada e que os prefeitos que já passaram pela presidência deixariam à oportunidade para os que ainda não fizeram parte da presidência, ressaltou também sobre a oportunidade a ser dada para a regional de São Joaquim, deixou seu nome também à disposição, mas deixou claro que não irá para uma disputa, disse que está aqui para somar. O Prefeito de Urubici também se manifestou dizendo que é bom ter quatro candidatos e também lembrou que ficou acordado que seria a regional de São Joaquim. Falou sobre a questão do desenvolvimento dos Caminhos da Neve, com a energia, turismo. Solicitou que dessa vez se dê à oportunidade para os prefeitos da regional de São Joaquim. O Prefeito Vânio manifestou-se e retirou seu nome para concorrer à presidência da AMURES. O Prefeito Janerson disse que o maior projeto da AMURES é a união de todos, que não poderá se perder. O Prefeito Renato Nunes manifestou-se também agradecendo pela realização da assembleia no seu município. Agradeceu a todos. Disse que qualquer um prefeito que assumir a AMURES terá o apoio do Governo Estadual, disse que todos terão o acesso também ao Governo Federal. Disse que apóia o que o consenso decidir, mas falou que o compromisso assumido na outra assembleia, como foi lhe colocado, seria realmente da regional de São Joaquim. Disse que apóia que o presidente seja da Regional de São Joaquim, ainda mais que o futuro presidente da FECAM será da SDR de Lages, disse que enquanto prefeito de Lages dará total apoio aos presidentes que assumirão. Dr. Melo disse que a pessoa mais indicada nesse momento para assumir a presidência da AMURES seria o Prefeito Macari. O Prefeito Nérito disse que também abriria mão em favor do prefeito Macari. Todos os Prefeitos concordaram. O Prefeito de Paineal manifestou-se dizendo que há três chapas para os consórcios, sugeriu o Prefeito Macari para a AMURES, o Prefeito Melo para o CIS-AMURES e o Prefeito Nérito

para o CISAMA. O Prefeito Janerson sugeriu que o Prefeito Gaio de Urupema fosse então o candidato a presidência de 2012. Por fim a chapa para a gestão 2011 ficou assim constituída:

Presidente da AMURES: Rivaldo Antônio Macari - Prefeito de Bom Jardim da Serra

1 Vice-Presidente: Osni Francisco de Souza - Prefeito de Palmeira

2 Vice-Presidente: Amarildo Luiz Gaio - Prefeito de Urupema

Presidente do CISAMA: José Nérito de Souza - Prefeito de São Joaquim

Vice-Presidente: Denílson Luiz Padilha - Prefeito de Otacílio Costa

Presidente do CIS-AMURES: Marta Regina Góss - Prefeita de Bocaina do Sul

Vice-Presidente: José Antônio de Melo - Prefeito de Bom Retiro

Conselho Fiscal da AMURES

Titulares: Everaldo José Ransoni - Prefeito de São José do Cerrito

Ademar de Bona Sartor - Prefeito de Rio Rufino

Firmino Aderbal Chaves Branco - Prefeito de Campo Belo do Sul

Suplentes

Roberto Marin - Prefeito de Anita Garibaldi

José Belizário Borges Andrade - Prefeito de Paineal

Luiz Paulo Farias - Prefeito de Ponte Alta

O Prefeito Vânio em substituição ao Presidente Janerson, que se ausentou temporariamente, colocou em votação a composição da chapa, todos concordaram. O Secretário Gilsoni parabenizou os prefeitos pela união e pelo consenso. Gilsoni disse seria entregue uma lembrança para as primeiras damas e depois aconteceria a revelação do amigo secreto. Gilsoni agradeceu as manifestações de oração quando de seu acidente ocorrido no ano passado. Solicitou ainda aos prefeitos que se tiverem dúvidas, críticas e sugestões, entrem em contato com a AMURES, pois esta Associação é dos prefeitos. Não havendo mais assuntos a serem tratados o Presidente da AMURES encerrou a reunião, que foi secretaria por mim Gilsoni Lunardi Albino Secretário Executivo da AMURES e que se estiver de acordo depois de apreciada será assinada por todos.

Janerson José Delfes Furtado  
Prefeito de Cerro Negro  
Presidente da AMURES

Roberto Marin  
Prefeito de Anita Garibaldi

Marta Regina Góss  
Prefeita de Bocaina do Sul

Rivaldo Antônio Macari  
Prefeito de Bom Jardim da Serra

José Antônio de Melo  
Prefeito de Bom Retiro

Firmino Aderbal Chaves Branco  
Prefeito de Campo Belo do Sul

Antônio Coelho Lopes Júnior  
Prefeito de Capão Alto

Vânio Forster  
Prefeito de Correia Pinto

Renato Nunes de Oliveira  
Prefeito de Lages

Denílson Luiz Padilha  
Prefeito de Otacílio Costa

Osni Francisco de Souza  
Prefeito de Palmeira

José Belizário Borges Andrade  
Prefeito de Paineal

Luiz Paulo Farias  
Prefeito de Ponte Alta

Ademar de Bona Sartor  
Prefeito de Rio Rufino

José Nérito de Souza  
Prefeito de São Joaquim

Everaldo José Ransoni  
Prefeito de São José do Cerrito

Adilson Jorge Costa  
Prefeito de Urubici

Amarildo Luiz Gaio  
Prefeito de Urupema

Gilsoni Lunardi Albino  
Secretário Executivo



# Consórcios

## CIMVI

### Resolução Nº 047, de 15 de dezembro de 2010

RESOLUÇÃO Nº 047, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.

Estima a Receita e fixa a Despesa do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI para o exercício de 2011.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios e pelo Contrato de Consórcio Público, com fundamento nos artigos 165, 166 167 da Constituição Federal, na Lei nº 4.320/64 e na Lei Complementar nº 101/00, e

Considerando a aprovação da proposta de Orçamento pela Assembleia Geral realizada em 02 de agosto de 2010,

#### RESOLVE:

Art. 1º - Estabelecer o Orçamento do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI, para o exercício de 2011, estimando a Receita e fixando a Despesa em R\$ 3.715.060,00 (três milhões, setecentos e quinze mil, e sessenta reais).

§ 1º - A Receita do CIMVI será realizada mediante a arrecadação de transferências dos municípios, rendas e outras Receitas Correntes, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com os seguintes desdobramentos:

RECEITA ORÇAMENTÁRIA	
Receitas Correntes	1.372.796,00
Transferências dos Municípios	944.604,00
Transferências a Consórcio	944.604,00
Transf. Município Apiúna	60.000,00
Transf. Município. Ascurra	40.560,00
Transf. Município Benedito Novo	56.364,00
Transf. Município Doutor Pedrinho	18.588,00
Transf. Município Indaial	292.488,00
Transf. Município. Pomerode	148.932,00
Transf. Município Rio dos Cedros	57.084,00
Transf. Município Rodeio	63.876,00
Transf Município Timbó	206.712,00
Outras Receitas Correntes	428.192,00
Transf Município Blumenau	259.668,00
Transf Município Botuverá	3.648,00
Transf Município Brusque	84.144,00
Transf Município Gaspar	46.452,00
Transf Município Guabiruba	14.280,00
Outras Receitas	20.000,00
Receitas de Capital	2.342.264,00
Transferências Intergovernamentais	1.500.000,00
Empréstimos e Operações de Crédito	200.000,00
Transferências a Consórcio	642.264,00
Transferências dos Municípios	569.880,00
Transf. Município Apiúna	23.076,00
Transf. Município. Ascurra	23.940,00
Transf. Município Benedito Novo	19.236,00
Transf. Município Doutor Pedrinho	5.004,00
Transf. Município Indaial	205.740,00
Transf. Município. Pomerode	73.716,00
Transf. Município Rio dos Cedros	28.128,00
Transf. Município Rodeio	33.624,00
Transf Município Timbó	157.416,00
Outras Receitas de Capital	72.384,00

Transf Município Blumenau	46.032,00
Transf Município Botuverá	660,00
Transf Município Brusque	14.928,00
Transf Município Gaspar	8.232,00
Transf Município Guabiruba	2.532,00
TOTAL	3.715.060,00

§ 2º - As Despesas de custeio do CIMVI serão realizadas obedecendo à legislação em vigor e serão distribuídas da seguinte maneira:

#### CATEGORIA ECONÔMICA

DESPESA ORÇAMENTÁRIA	
Despesas Correntes	1.352.796,00
Pessoal e Encargos	674.460,00
Outras Despesas Correntes	698.336,00
Despesas de Capital	2.342.264,00
Investimentos	2.342.264,00
TOTAL	3.715.060,00

Art. 2º - A Presidência do CIMVI fica autorizada a remanejar dotações de um elemento de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Art. 3º - A Presidência do CIMVI está autorizada ainda, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 25% da Receita estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

- I - O excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;
- II - A anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas;
- III - Superávit financeiro do exercício anterior;
- IV - A reserva de contingência.

Parágrafo Único - Excluem-se desse limite, os créditos adicionais suplementares decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de 1º de Janeiro de 2011, revogadas as disposições em contrário.

Timbó, 15 de dezembro de 2010.

CARLOS ALBERTO PEGORETTI  
Presidente

### Resolução Nº 048, de 15 de dezembro de 2010

RESOLUÇÃO Nº 48, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.

Estabelece os Contratos de Rateio dos Recursos do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI para o exercício de 2011.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios e pelo Contrato de Consórcio Público, com fundamento nos artigos 165, 166 167 da Constituição Federal, na Lei nº 4.320/64, na Lei Complementar nº 101/00, e na Lei nº 11.107/05, e

Considerando a aprovação da proposta de Orçamento pela Assembleia Geral na reunião realizada em 02 de agosto de 2010,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Estabelecer os Contratos de Rateio dos Recursos do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI para o exercício de 2011, na forma dos Contratos nos 015, 016, 017, 018, 019, 020, 021, 022 e 023/2010 anexos.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Timbó, 15 de dezembro de 2010.

CARLOS ALBERTO PEGORETTI

Presidente

Obs. Os anexos foram publicados na edição nº 639 do DOM/SC de 20 de dezembro de 2010, páginas 208 e 209

